



Tempo: permanências, rupturas
e transições na História

Caderno de Resumos

De 08 à 12 de maio de 2017
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH - UFMG

Caderno de Resumos VI EPHIS – Encontro de Pesquisa em História (6. : 2017 : Belo Horizonte, MG). *Tempo: permanências rupturas e transições na História*

Belo Horizonte, MG, 08 a 12 de Maio de 2017 / organizado por Ana Marília Carneiro, André Vitor de Oliveira Batista, Camila Neves Figueiredo, Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Emmanuel dos Santos, Henrique Brener Vertchenko, Kelly Morato de Oliveira, Mahira Caixeta Pereira da Luz, Natália Iglésias Scheid, Pedro Henrique Resende, Rayanne Cristine Joviano de Oliveira.

Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2017.

Modo de acesso: www.ephisufmg.com.br

672 p.

Texto em Português

ISBN:

CDD 900. Geografia e História.



Ana Marília Carneiro, André Vitor de Oliveira Batista, Camila Neves Figueiredo, Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Emmanuel dos Santos, Henrique Brener Vertchenko, Kelly Morato de Oliveira, Mahira Caixeta Pereira da Luz, Natália Iglésias Scheid, Pedro Henrique Resende, Rayanne Cristine Joviano de Oliveira (Org.)

CADERNO DE RESUMOS DO VI EPHIS

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Tempo: permanências, rupturas e
transições na História

1ª Edição



Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG
08 a 12 de Maio de 2017

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor em exercício da FAFICH

Orestes Diniz Neto

Vice-Diretor da FAFICH

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Chefe do Departamento de História

José Newton Coelho Meneses

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

Douglas Áttila Marcelino

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

André Luiz Pereira Miatello

Realização

Comissão Organizadora do VI EPHIS / Departamento de História – UFMG

Comissão Organizadora

Ana Marília Carneiro
André Vitor de Oliveira Batista
Camila Neves Figueiredo
Débora Raiza Carolina Rocha Silva
Emmanuel dos Santos
Henrique Brener Vertchenko
Kelly Morato de Oliveira
Mahira Caixeta Pereira da Luz
Natália Iglésias Scheid
Pedro Henrique Resende
Rayanne Cristine Joviano de Oliveira

Monitores

Aguinaldo Boldrini	Isabella Caroline de Souza
Alexandre Iung Dias	João Batista de Oliveira Dias
Álvaro Augusto Lourenço	João Paulo Fogaça Dias Diniz
Amanda Fernandes Caetano Monteiro de Castro	João Victor Chamon
Ana Flávia Mourão de Miranda	João Victor da Fonseca Oliveira
Ana Luiza Ianeles dos Santos	Luiza Carvalho Miranda
Andre Luis Martins Amaral	Luiza Nunes Silveira de Oliveira
Andrezza Alves Velloso	Magalli Souza
Anna Carolina Alves Viana	Marcos Vinicius Gontijo
Átila Augusto Guerra de Freitas	Maria Thereza Magalhães Gomes de Santana
Bárbara Deoti Silva Rodrigues	Marina Braga Burgarelli
Bruna Luiza Costa Pessoa	Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Bruno Vinicius Leite de Moraes	Narrimam Lorena Oliveira Carvalho
Clarice Guimarães Rabello	Oziêr Verçosa de Souza
Daiane Neves da Rocha	Paulo Henrique Gontijo Alves
Danilo Augusto Teixeira de Paiva	Quelle Mariana da Silva Rios
Déborah Soares da Silva	Renata Lopes
Eduardo Henrique Antonio Gonçalves	Samuel Antunes de Sousa
Felipe Augusto Souza Costa	Sara Rodrigues Handeri Araújo
Gabriel Victor Campos Moreira	Sarah Policena
Gabriela Fischer Fernandes Corradi	Stefany sidô ventura
Gabriela Freitas Rocha	Stephanie Nunes de Lima
Gabriela Stehling Sarmiento	Thaís Teles Rocha
Henrique Sena Guimarães Lopes	Vagner Luciano de Andrade
	Yuri Ricardo Ferreira Cruz

Apoio:

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH-UFMG
Programa de Pós-Graduação em História - UFMG
Programa de Graduação em História – UFMG
Projeto Brasiliana: Escritos e Leituras da Nação
Centro de Estudos Mineiros - CEM
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – CEPAMM
Centro Acadêmico de História – CAHIS/UFMG
Revista Varia Historia
Revista Temporalidades
Núcleo de História Oral - UFMG
Oficina de Paleografia - UFMG
Grupo de Teoria e História da Ciência – Scientia UFMG
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA
Sem Rumor – Projetos Audiovisuais
Marco Sena – Identidade visual, Produção gráfica e Web
Lucas Simon – Programador site

Sumário

Apresentação.....05

Simpósios Temáticos

Simpósio Temático 1

Redes sociais, poder, administração e justiça no mundo luso-brasileiro (1700-1850)06

Simpósio Temático 2

História da polícia, do crime, da punição e da justiça no mundo moderno e contemporâneo: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas27

Simpósio Temático 3

História e Música46

Simpósio Temático 4

ST 04 - Dimensões do Brasil Rural e Agrário: Estado, territórios, atores políticos e suas lutas (Século XIX ao XXI)75

Simpósio Temático 5

ST 05 - Ditadura Militar Brasileira: a memória, a história e as inquietações do tempo presente90

Simpósio Temático 6

ST 06 - História e Linguagens: Biografia, Cultura Escrita e Teoria da Literatura123

Simpósio Temático 7

ST 07 - História Política, Cultura Impressa e Intelectuais149

Simpósio Temático 8

ST 08 - História do Esporte e das Práticas Corporais179

Simpósio Temático 9

ST 09 - História, gênero e sexualidade: processos de constituição das Subjetividades na História204

Simpósio Temático 10

ST 10 - Indígenas, camponeses e quilombolas: métodos e abordagens na construção da historiografia brasileira229

Simpósio Temático 11

ST 11 - Histórias, Memórias e Representações nas Américas entre os séculos XIX e XXI241

Simpósio Temático 12

ST 12 - História da África e seu ensino no Brasil262

Simpósio Temático 13

ST 13 - Ditaduras militares no Cone Sul: entre a memória, a história e o esquecimento280

Simpósio Temático 14

ST 14 - O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)294

Simpósio Temático 15

ST 15 - A história das ciências e seus discursos historiográficos: perspectivas de estudos (XVI-XX)316

Simpósio Temático 16

ST 16 - Poder, fé e temporalidades na Antiguidade Tardia e na Idade Média333

Simpósio Temático 17

ST 17 - Cultos, ritos, narrativas e práticas religiosas: religiões e religiosidades e suas possibilidades nas pesquisas históricas360

Simpósio Temático 18

ST 18 - Desafios e perspectivas da História da Educação no Brasil atual)391

Simpósio Temático 19

ST 19 - Ensino de História & Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas404

Simpósio Temático 20

(Re) Ver a arte: novas leituras e perspectivas428

Simpósio Temático 21

Teoria da História e História da Historiografia: Filosofia, Ciência e Religião 460

Simpósio Temático 22

Golpes de Estado no Brasil República: rupturas e continuidades483

Simpósio Temático 23	
Cultura Intelectual Brasileira	496

Simpósio Temático 24	
História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades	521

Simpósio Temático 25	
Patrimônios Culturais em Perspectiva: História, Antropologia, Arqueologia e Memória Social	547

Simpósio Temático 26	
História Antiga e recepção da cultura clássica	584

Simpósio Temático 27	
Diálogos entre História e Comunicação Social	596

Simpósio Temático 28	
Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna (séculos XV a XIX): concepções, práticas e estratégias	623

Comunicação Livre

Comunicação Livre	
Mesas 1 a 10	638

Apresentação

O Encontro de pesquisa em História (**Ephis**) é uma iniciativa discente do Departamento de História da UFMG. Desde a sua primeira edição, em 2012, o evento tem como objetivo promover o intercâmbio e diálogo entre os pesquisadores de História do país, a fim de se estabelecer enquanto espaço de debate, interlocução, reflexão e problematização aos que se dedicam à pesquisa histórica. Desta forma, o evento mantém em 2017 a proposta de ser organizado por e para estudantes, com o intuito de que os pesquisadores possam realizar trocas de experiências e compartilhar inquietações, contribuindo para suas respectivas pesquisas, dentro de um campo de trabalho que por vezes se mostra tão solitário.

Em 2017, entre os dias 8 e 12 de maio, o VI Encontro de pesquisa em História – Ephis-UFMG apresenta uma temática que busca colocar em evidência as singularidades de um elemento caro e indispensável a pesquisa histórica: o tempo. E pensar sobre o tempo constitui tarefa complexa, que implica interrogar sobre a disciplina histórica, seus modelos e métodos de análise, a multiplicidade de temporalidades, regimes de historicidade.

Assim, com a temática “Tempo: permanências rupturas e transições na História”, esta edição do Ephis desloca seu olhar em direção à percepção das continuidades e discontinuidades que marcam o processo histórico, uma dinâmica que não pode ser apreendida através da linearidade dos acontecimentos e que escapa à causalidade das relações.

Nesta edição do Ephis, optamos por promover diálogos que encampam grandes debates na contemporaneidade: as interseções entre história e teorias de gênero; o lugar da memória e o legado autoritário das ditaduras militares latino-americanas; o impacto e influência das revoluções socialistas do século XX e as tensões e desafios presentes na escrita da história e da inserção do historiador na sociedade contemporânea.

Assim, o **VI Ephis** se propõe a contribuir para colocar em diálogo várias produções de conhecimento histórico, pensadas enquanto mecanismos para analisar as tensões entre o passado e o presente, produzindo olhares críticos para o Brasil e o mundo, levando-se em conta múltiplos espaços, temporalidades e narrativas, seguindo sua missão de se apresentar como um ambiente democrático e horizontal.

Comissão Organizadora do VI Ephis

ST 01 - Redes sociais, Poder, Administração e Justiça no mundo Luso-Brasileiro (1700-1850)

Simpósio Temático

Débora Cazelato de Souza

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
deboracazelato@yahoo.com

Fabiana Léo Pereira Nascimento

Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
fabianaleohistoria@gmail.com

Pedro Brandão de Souza Culmant Ramos

Mestrando em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
pedroculmant@gmail.com

Regina Mendes de Araújo

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rearaujo33@yahoo.com

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

Doutoranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
mbporto@gmail.com

Nara Maria de Paula Tinoco

Mestranda em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
naratino3@gmail.com

Proposta do Simpósio

A historiografia nas últimas décadas tem lançado luz sobre temáticas ligadas às novas interpretações e enfoques que buscam compreender as relações de poder, as atuações individuais e as práticas cotidianas desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX. É nesse sentido que propomos pensar o espaço do chamado Império Ultramarino Português, em todos os continentes pelos

quais ele se estendeu, bem como suas permanências sobre o Império Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Ressalta-se, portanto, que o Simpósio terá para o século XIX a delimitação cronológica até 1850, que tem como marco a proibição do tráfico de escravizados, que leva a transformações das relações econômicas e políticas e por consequência a um processo em que o Brasil paulatinamente se distancia da lógica colonial, e surgem novas questões fundamentais para o período, o que fugiria da intenção do Simpósio Temático.

Seguindo por esse campo de debate, nossa proposta é promover um Simpósio que se apresente como espaço de discussão entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos desta temática, seja pela perspectiva da problematização das instituições e as estruturas administrativas e seus agentes, como também da análise das trajetórias individuais e dos grupos, as vivências e redes de sociabilidades dos personagens que conformaram o espaço colonial e imperial.

Serão privilegiadas pesquisas que versem sobre política e administração, o exercício da justiça no âmbito civil e eclesiástico, os magistrados e bacharéis, assim como as análises dedicadas ao estudo das redes sociais e mercantis, sua constituição e seus agentes além das investigações que examinem os conflitos e motins ligados aos mecanismos de repressão e controle social, relações entre Brasil e outros impérios, bem como os debates que levantem questões sobre a religiosidade, a cultura popular e a escravidão. Pretende-se contemplar trabalhos que lancem mão das diversas fontes disponíveis, sejam testamentos e inventários, além dos processos administrativos e jurídicos, e que contêm com as múltiplas metodologias de pesquisa, como a micro história, prosopografia, análises de redes sociais, histórias conectadas, dentre outras.

Comunicações

América Lusa, hierarquias e gênero: As mulheres nas Ordenações Filipinas

Lana Sato de Moraes
lana.sato@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, América Lusa, Ordenações Filipinas

O objetivo dessa comunicação é a análise das leis vigentes na América Lusa relacionando aos limites institucionais e legais as mulheres no período, concentrando a pesquisa principalmente no Livro IV das Ordenações Filipinas. Ressaltando que uma importante característica dessa

pesquisa é o uso do conceito gênero como categoria analítica aliada a estudos jurídicos. Busca-se dessa forma, uma aproximação superficial a visão daquela sociedade sobre os papéis das mulheres e dos homens por meio da legislação do período. Essa proposta é um desdobramento de uma pesquisa maior que busca estudar a vida econômica em Curitiba durante as décadas de 1780 e 1810, tendo como foco principal as práticas econômicas das mulheres. Desta forma, ao pesquisar essas práticas surgiu uma necessidade metodológica de entender os limites legais que estas mulheres estavam submetidas ou não.

A principal fonte desse trabalho é o Livro IV das Ordenações Filipinas, a justificativa para tal escolha é pragmática, pois preferiu-se concentrar em apenas um dos volumes para fazer uma análise mais completa e por este livro conter mais títulos que referem-se diretamente as mulheres. Importante destacar que não se acredita na possibilidade do esgotamento dos limites legais da categoria mulheres, visto que há de se considerar as práticas sociais vigentes, as ações desses agentes históricas e como, empiricamente, era a aplicação ou não da legislação nos diferentes espaços da América Lusa.

Busca-se nas Ordenações um panorama geral dos limites institucionais e culturais que as mulheres do Brasil Colonial estavam submetidas. Mesmo com muitas alterações, muitas disposições dessas ordenações continuaram vigentes em território brasileiro até o aparecimento do Código Civil de 1916. Desta forma, analisar as Ordenações Filipinas significa ter contado com uma tradição do direito que permaneceu por muitos séculos regendo o direito brasileiro. O foco aqui é observar como as mulheres apareciam dentro dessa tradição. Acredita-se que ao entender melhor como é a construção das relações hierárquicas relacionadas às mulheres é possível compreender melhor o tipo de sociedade que era a América Lusa.

A imposição da civilização: Uma análise sobre o uso e a imposição do vestuário ocidental na sociedade indígena no Grão-Pará. (1757-1773)

Caroline Almeida Gaspar
gaspar_caroline@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imposição, Vestuário, Amazônia Colonial

As renovações do campo historiográfico ligados aos estudos culturais nos permitiu analisar novos tipos de fontes e identificar particularidades antes desprezadas pela História. A Nova História Cultural junto à sua “narrativa cultural” possibilitou “um interesse pelas práticas

narrativas características de uma cultura em particular”. E é nesse novo contexto da historiografia que esta comunicação se insere, ao analisar os relatos de viajantes, clérigos, e legislação vigente, procura-se investigar a imposição do vestuário como um dos modos de civilização e cristianização dos povos indígenas. Através de uma releitura das fontes foi possível identificar a necessidade do Estado Português em civilizá-los, uma das medidas tomadas pelo Governo de Marquês de Pombal foi a implementação do Diretório dos Índios no Grão-Pará entre 1757 a 1773, que tinha por objetivo reger as populações indígenas e transformá-los em vassalos da Coroa. Demonstrando a importância da dominação das sociedades indígenas, bem como as medidas tomadas para que tal dominação ocorresse nesse período. Os relatos e fontes secundárias também demonstram a visão do mundo Ocidental e a empreitada em civilizar a sociedade em questão.

“Fazer certa sua qualidade e viver conforme a mesma”: distinção social e justificação de nobreza (Pernambuco 1761 – 1807)

Daniela Pereira Bonfim
danielapbonfim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colonial, Nobreza, Distinção social

Durante o Antigo Regime a função social desempenhada pela elite e pela nobreza, suas formas de atuação e seus mecanismos de consolidação foram relativamente semelhantes em Portugal e no ultramar. No Reino o recrutamento baseado na questão do sangue certamente teve maior sobrevivência, uma vez que entre as elites nas Américas o mérito e as qualidades individuais tenham sido predominantes. Ainda assim, a hereditariedade e os serviços prestados foram os elementos que determinavam a nobilitação e a distinção social tanto no Reino quanto em suas possessões.

Na América Portuguesa a dimensão informal e as relações de poder locais influenciavam a conformação das hierarquias locais, que não eram determinadas valendo-se apenas dos princípios presentes no Reino. Nesse trabalho, buscamos investigar a presença dos nobres em Pernambuco colonial especialmente entre finais do Setecentos e primeiros anos dos Oitocentos através da análise dos processos de justificação de nobreza solicitados entre 1761 e 1807. A distinção social conferida àqueles que ocupavam as posições cimeiras da hierarquia social ainda

estavam presentes no Império Português apesar das transformações sociais, culturais e políticas ocorridas na segunda metade do século XVIII. Dessa forma, buscamos compreender qual era a importância desses indivíduos que ocupavam posições privilegiadas no cenário colonial, de que maneira alcançaram essa posição, como confirmavam/justificavam sua posição de nobre. Tentaremos perceber de que forma se verificava a diferença entre aqueles que eram nobres, pois tinham sua posição referendada pelo rei e aqueles que pertenciam à elite local e se auto-identificavam como pertencentes a nobreza, apesar de não serem assim reconhecidos pelo monarca.

Assim, buscamos construir um perfil social dos indivíduos beneficiados nos processos de justificação de nobreza na capitania de Pernambuco entre 1761 e 1807, na medida em que comparamos a transformação da noção de nobreza, a partir dos benefícios concedidos pelo monarca e da abordagem dos tratados de nobreza produzidos durante o Antigo Regime.

“Desejando por a minha alma no caminho da salvação”: práticas de bem morrer e mobilidade social de forros, através dos testamentos – Mariana, Minas Gerais, c. 1735 – c. 1750.

Felipe Tito Cesar Neto
felipetito10@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Forros, Hierarquia, Ritos fúnebres, Morte, Mobilidade Social

A presente pesquisa tem como propósito o estudo das atitudes diante da morte de forros enquanto estratégia de bem morrer e ascensão social, através dos testamentos, dentre os anos de 1735 e 1750, no termo de Mariana, Minas Gerais. Buscar-se-á compreender a prática testamentária e os ritos fúnebres desses indivíduos enquanto possibilidade de conseguir uma boa morte e mobilidade social, ao aproximar-se do mundo branco e livre e com o gradativo afastamento do seu passado escravo.

Na medida em que a pesquisa tem por objetivo estudar as estratégias de mobilidade social de forros através de suas atitudes diante da morte, os testamentos constituem a nossa principal fonte. Os mesmos estão digitalizados e são pertencentes ao acervo da Casa Setecentista de Mariana, em Minas Gerais. A metodologia empregada é a coleta nesses documentos de últimas vontades, dos ritos fúnebres e as demais disposições testamentais, objetivando a produção de um

banco de dados no Excel, que permita compreender e traçar um perfil dessas atitudes e estratégias de mobilidade social na hierarquia mineira.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os apontamentos inerentes ao trabalho são provisórios e não necessariamente serão corroborados no fim de nosso estudo. Assim, tecemos um debate historiográfico entre a produção internacional e nacional – com ênfase na historiografia mineira - na temática das atitudes diante da morte, e também, nos estudos atinentes as práticas de mobilidade social empreendida entre escravos e forros na colônia portuguesa, com intuito a melhores condições de vida. Em conjunto com a análise das fontes, traçamos nossa argumentação, por meio do conceito e a noção de “estratégia” proposta pelo antropólogo Frederick Barth, permitindo compreender as ações desses sujeitos em uma sociedade fraturada por suas incoerências.

Com base nos resultados preliminares, percebemos que o estudo das atitudes diante da morte e sua correlação com a mobilidade social em uma sociedade estamental e escravista têm muito a contribuir no estudo dos forros nas minas setecentista. Por meio de ampla bibliografia e da riqueza das fontes testamentais, foi possível conhecer sobre essas estratégias empreendidas por eles no momento da morte e, adiante, no decurso de nossa análise, será possível explorar outras nuances, após a conclusão dessa etapa que nos propomos alcançar.

A venalidade e a sociedade: o papel da venda de ofícios no Antigo Regime nos Trópicos (1701-1750)

Rafael Jose de Paula Braga
rafaelpbjf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Venalidade, Dom, Mercê

A venalidade de ofícios administrativos durante muito tempo foi desconsiderada em Portugal, sendo pouco pesquisada devido a crença de que para aquela monarquia europeia ela teria existido com uma frequência pouco significativa, se é que havia marcado presença em algum momento. Diferente de outras coroas, como a espanhola, sobre a qual numerosos estudos mostraram como a venda de postos teria sido usada pela monarquia como um artifício importante para o acúmulo de recursos, especialmente para financiar os numerosos conflitos em que ela participou. Assim, o presente estudo parte exatamente dessa falta de análises para o caso português e tenta definir a existência dessa prática no império luso, sua frequência e importância,

além dos modos pelos quais ela acontecia, fornecendo um panorama geral da prática. Focando-se no recorte das Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, momento de forte institucionalização monárquica naquelas paragens, foi analisada a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino para esse território, principalmente os requerimentos, confirmações e nomeações de ofícios e patentes, mas não só. Basicamente todo registro que trouxesse alguma menção a ofícios foi analisado em busca de pistas que indicassem uma venda, na procura pelos aspectos e características principais que definiram a venalidade em terras de domínio luso.

Além disso, esse trabalho quer também enxergar a venalidade na sociedade em que está inserida, baseando-se na virada historiográfica de autores como João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Fernanda Bicalho e no conceito de Antigo Regime nos Trópicos. Ideias como economia do dom, mercês, autoridades negociadas, monarquia pluricontinental e poderes municipais estão todas presentes na visão do meio social em que a venalidade cresceu e se desenvolveu, encaixando-se nesse meio o qual, a primeira vista, poderia parecer oposto a essa prática. O que se defende nessa pesquisa é que em Portugal a venda de ofícios se apresentou de uma maneira fundamentalmente diferente de outras monarquias, com o dinheiro não sendo o único aspecto a ser levado em consideração no momento da transação. Pelo contrário, os meios tradicionais de provimento continuavam existindo, com o dinheiro representando um fator a mais, apenas mais um serviço na lista de mercês a serem retribuídas. A venda representaria dessa forma um outro modo de se buscar uma ascensão social, investindo dinheiro em um status que esses ofícios concederiam.

Redes de sociabilidade: estratégias familiares dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos.

Lucimeire da Silva Oliveira
lucimeiresoliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Negociantes, Rede, Rio de Janeiro, Homens de negócio

A presente comunicação pretende apresentar os primeiros resultados de pesquisa que tem como objetivo central analisar o perfil social e econômico dos homens de negócio residentes na cidade do Rio de Janeiro. Tendo nome como fio condutor, pretendemos compreender dimensões sociais desses indivíduos. Entendendo a importância da formação de redes de sociabilidade em uma sociedade hierarquizada de Antigo Regime, acreditamos que entender suas estratégias

familiares é fundamental. Assim nesse capítulo buscamos estudar a origem de seus ascendentes, sua situação civil (se a maioria casava no reino, na capitania fluminense ou se não casavam), o padrão das mulheres com que casavam aspectos da vida de suas esposas e filhos, o padrão de suas testemunhas, como batizavam seus filhos, quem eles batizavam, ou seja, como eram estabelecidas suas relações de compadrio.

Poder das Letras e da Lei: uma análise interrelacional dos professores do Termo de Mariana entre 1750 e 1835

Pedro Eduardo Andrade Carvalho
pedroeddu@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Professores, Redes Sociais, política

O presente trabalho acompanha a trajetória dos professores do Termo de Mariana entre o início da política pombalina (1750) e a reforma educacional de 1835. Mesmo que não constituíssem uma classe social com relações de cumplicidade bastante amarradas, os professores deste período participavam da rede de sociabilidade e poder das administrações locais (dos Distritos à Província) e tiveram um importante papel como mediadores da cultura letrada em um ambiente diverso onde a letra escrita da lei entrava em conflito com os costumes locais. Seja nas administrações civis, seja na eclesiástica, os professores ocuparam seu espaço exercendo funções diversas como as de Juiz de Paz, Vereador, Padre, Advogado...

Em nossa pesquisa, analisamos quantitativamente cerca de 200 professores e, qualitativamente, outros 35 com base em seus inventários, processos de De Genere, testamentos e processos matrimoniais. O estudo revelou uma intrincada rede de poder que permitia aos professores transitarem por diferentes seguimentos sociais e políticos, ao mesmo tempo em que tomavam suas próprias decisões sem estarem atados ao exercício docente.

Contratos e contratadores: nos rastros de José Ramos da Silva, contratador da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1721-1723)

Grazielle Cassimiro Cardoso
grazielleccardoso.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Dízima, Contrato, Contratador, Alfândega

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória econômica do contratador José Ramos da Silva, e, em específico, sua atuação como contratador da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1721 e 1723. Durante a investigação acerca dos contratos da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro um nome nos chamou a atenção, o de José Ramos da Silva. Este rico negociante aparece pela primeira vez como fiador do contrato da dízima da Alfândega no ano de 1712. Torna-se contratador titular nos contratos dos anos de 1721 e de 1726. Abordar sucintamente a trajetória do contratador José Ramos da Silva e suas ações na execução do contrato da dízima nos possibilitou compreender um pouco mais sobre a estrutura do sistema de contratos e da dinâmica alfandegária. José Ramos da Silva tinha uma longa tradição na administração de contratos. Era um importante homem de negócio na América Portuguesa que além de arrematante do contrato da dízima também tivera negócios com gêneros alimentícios para o abastecimento das Minas Gerais. Controlar contratos como o da dízima da Alfândega era interessante para os homens de negócio, pois significava um controle da circulação de mercadorias. Através da atuação de José Ramos, enquanto negociante e contratador da dízima, podemos vislumbrar a dinâmica das relações sociais, as estratégias, as decisões e conflitos nos quais ele esteve envolvido. Refletir sobre contratos e contratadores é analisar as articulações pessoais, políticas e econômicas cujas análises estão longe de serem esgotadas.

Pelo Fio da Batina: Clérigos e suas redes de sociabilidades em Mariana (Século XVIII)

Josimar Faria Duarte
josimarfaria@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Sociais, Gerais, Minas, Seculares, Clérigos, Redes.

O trabalho em tela tem por intuito problematizar algumas das redes sociais construídas entre um grupo de clérigos seculares com outros segmentos da sociedade que formavam o termo de Mariana, tais como homens de negócios, oficiais, mulheres e outros agentes sociais da metrópole e colônia. O recorte temporal escolhido tem como fronteiras os anos de 1745 e 1762, e refere-se às fontes empíricas analisadas, tais como documentos manuscritos eclesiásticos, documentos do Juízo dos Órfãos do Primeiro Ofício da cidade de Mariana e por documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino. No que diz respeito ao método, utiliza-se a redução

da escala, que segundo Jacques Revel (1998), consiste num exercício de pesquisa que se afasta das formulações gerais e abstratas. O aparato teórico-conceitual que usamos refere-se a recente historiografia sobre império, redes, conexões e relações entre centro e periferia, poder central e poder local. Como categoria de análise usa-se o gênero, sob a dupla modulação proposta por Joan Scott, ou seja, enquanto forma de perceber as diferenças entre os sexos e como forma primária de dar significado às relações de poder. Os resultados são apresentados a partir de narrativas de trajetórias modais. Nosso desafio é, pois, fazer com que cada uma dessas não sejam tratadas como exemplar de um contexto, mas como campo de análise, que no permite perceber como o poder, em sua microfísica, operou na América portuguesa.

Juízes ordinários e de fora: reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana, MG (1711-1750)

Mariane Alves Simões
marianehist@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mariana, fora, justiça, ordinário, Juiz.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a execução da justiça local na região de Mariana, Minas Gerais durante a primeira metade do XVIII. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Na região de Mariana esse cargo foi criado em 1711, passando a ocorrer eleição de dois juízes ordinários como previsto nas Ordenações Filipinas. Os juízes ordinários atuaram nessa região até 1731, quando foi criado o cargo de juiz de fora. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte ao poder real nas colônias. Podemos afirmar que na maioria das Câmaras mineiras prevaleceu com a atuação dos juízes ordinários durante todo o século XVIII, assim esses juízes tiveram um papel importante na execução judicial local. Na região de Vila do Carmo encontramos 33 (trinta e três) indivíduos atuando como juízes ordinários e 4 (quatro) juízes de fora atuando até 1750. Em pesquisas atuais estamos averiguando como se dá a transição desses cargos na região, através dos documentos judiciais (ações cíveis) e da comunicação política (Conselho Ultramarino e documentação da Câmara de Mariana), analisando as discussões entre as

autoridades centrais e locais a respeito da execução da justiça em primeira instância na região, sobre a atuação desses juízes, o provimento dos cargos judiciais locais e as solicitações dos próprios indivíduos que atuaram como juízes. Assim, o trabalho pretende abordar aspectos relevantes da atuação judicial em primeira instância na primeira metade do século XVIII na região de estudo, dos indivíduos que atuaram como juízes ordinários e de fora e da prática judicial local.

Juízes de fora na América Portuguesa colonial (século XVIII)

Débora Cazelato de Souza
deboracazelato@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Colônia, América Portuguesa, século XVIII., Juízes de fora

No final do século XVII a Coroa Portuguesa nomeou o primeiro juiz de fora da América. Como o próprio nome sugere, seria um juiz que estaria livre das amarras locais e, portanto, ideal para os projetos centralizadores reinóis. O primeiro lugar a receber este magistrado foi a cidade de Salvador no ano de 1696. Importante porto Atlântico, a cidade baiana concentrava uma praça mercantil de destaque, além de ser sede do governo, e não por acaso possuía um grande número de instituições e cargos implantados pelo rei português. Posteriormente, localidades como Pernambuco, Rio de Janeiro, Santos, Itu e Vila do Carmo também teriam instalados em seu território juízes de fora na primeira metade do século XVIII. Para essa comunicação, objetiva-se apresentar um pouco sobre as nomeações e quem foram os ministros que ocupavam esse importante ofício ao longo do setecentos na América Portuguesa colonial, buscando compreender suas trajetórias e redes de relação.

Com o poder de ditar o direito: práticas de fiscalização dos magistrados através das correspondências do Arquivo Ultramarino (século XVIII).

Marina Passos Tufolo
matufolo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Brasil, colônia, moderna.

A presente comunicação tem como objetivo discutir os comportamentos e conflitos que envolviam os juízes na sociedade colonial do Rio de Janeiro tendo em vistas as concepções acerca de seu papel como pessoa pública no exercício de sua função como magistrado. A ação desses agentes, por vezes fiscalizada através de práticas formais e informais, geraria uma gama de correspondências entre as instituições do Antigo Regime, destacando nesta pesquisa as correspondências presentes no Arquivo Ultramarino. Baseado em um estudo de caso, iremos demonstrar como a teoria é empregada à prática de fiscalizar, assim como demonstrar a problemática e os conflitos presentes no manuseio desta fonte arquivística.

Uma análise da atuação dos Juízes de Paz e dos Conselheiros de Governo na administração da justiça em Minas Gerais (1827-1834)

Eduardo da Silva Júnior
eduhisufjf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Justiça, Juizado de Paz e Conselho de Governo.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a atuação da Presidência da província e do seu Conselho de Governo na administração da justiça em Minas Gerais entre 1827 e 1834. A partir, sobretudo, da consulta às atas do Conselho de Governo de Minas Gerais, busca-se identificar, em meio às diversas questões que foram debatidas e medidas adotadas para o bom funcionamento da província, aquelas questões relativas ao judiciário local, que possibilitam dimensionar a capacidade do poder provincial de intervir sobre a esfera judicial. Desta maneira, problematiza-se de que forma a busca por equilíbrio entre os poderes se configurou e os níveis de separação atingidos por ela na relação entre o executivo provincial e os juízes de paz.

Ouvidores régios: um balanço historiográfico

Nara Maria de Paula Tinoco
naratino3@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Magistrados, Ouvidores.

Os Ouvidores possuíam nas hierarquias dos poderes jurídicos, administrativos e fiscais no Antigo Regime, suma importância. Seus poderes alçavam competências de primeiras e segundas instâncias, pois fiscalizavam e julgavam as ações dos oficiais de primeira instância além de

fiscalizarem as Câmaras. Portanto, tinham grandes poderes no período colonial e aptidões consultivas, pois eram os oficiais de justiça mais graduados nas conquistas, antes dos desembargadores dos Tribunais da Relação. Sendo assim, aconselhavam os Governadores de Capitania e podiam, inclusive, ocupar o lugar dos mesmos em caso de ausência do cargo ou em caso de morte. Nosso trabalho terá como foco a descrição dos principais historiadores que vem propondo um novo olhar sobre as ações dos ouvidores e dos magistrados, desde os anos 2000, não nós se esquecendo, dos clássicos e suas contribuições para o processo de revisionismo proporcionando análises e abordagens diferenciadas.

Conflitos e ascensão social de um magistrado à serviço d’El Rey - o estudo de um caso, José Pinto de Morais Bacelar

Joelmir Cabral Moreira
joelmircabral@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos, Administração colonial, Ascensão social

Esta proposta de comunicação propõe analisar aspectos da trajetória administrativa do bacharel José Pinto de Morais Bacelar e sua atuação como ouvidor de comarca no território do Serro Frio, capitania de Minas Gerais, século XVIII. Desse modo, pretende-se levantar reflexões sobre as relações que esse indivíduo estabeleceu com outros agentes régios em seu contexto, notadamente o Contratador arrematante do terceiro contrato de extração de diamantes, Felisberto Caldeira Brant, o Intendente dos Diamantes, Sancho de Andrade Castro e Lanções e o Governador da capitania Gomes Freire de Andrade, demonstrando como se estabeleciam estes vínculos e os conflitos a eles inerentes. A nomeação de José Pinto de Morais Bacelar para ouvidor da Comarca do Serro Frio ocorreu no mês de novembro do ano 1750, sendo que este foi enviado para a capitania mineira em 1751 para substituir o falecido ouvidor de comarca Francisco Moreira de Matos. Bacelar assumiu o cargo em 13 de setembro de 1751 e serviu o cargo de ouvidor e provedor da comarca do Serro Frio até o ano de 1754. Ao fim do seu mandato regressou ao Reino e, alguns anos depois assumiu o cargo de corregedor do Cível da cidade de Lisboa (1759), Desembargador da Relação do Porto (1768), Desembargador da Casa da Suplicação (1776), Intendente (ajudante) Geral da Polícia (1776) e Intendente (ajudante) Geral da Polícia (1776) e Desembargador dos Agravos (1779).

Caetano José de Sousa: um bom administrador?

Régis Clemente Quintão

regis.quintao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Real Extração, Caetano José de Sousa, Administração, Distrito Diamantino.

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as práticas administrativas de Caetano José de Sousa durante o período em que foi primeiro caixa-administrador da Real Extração dos Diamantes. Em consonância com reformas fiscais da segunda metade do século XVIII no Império Ultramarino português, o monopólio régio visava, além de coibir os extravios, aumentar a produção diamantífera e, ao mesmo tempo, diminuir as despesas decorrentes. Para esse fim, Caetano José de Sousa foi nomeado pelo marquês de Pombal para o referido cargo na Junta da Administração Diamantina do Tejuco. Em curto prazo, porém, iniciaram-se os conflitos entre ele e as autoridades lisboetas, para as quais o administrador não estaria cumprindo as ordens emanadas do Reino. Assim, a análise da breve trajetória de Caetano José de Sousa aponta para as dificuldades e as contradições na governação josefina no momento em que pretendia-se cooptar os interesses públicos e os privados a fim de controlar os súditos e as rendas reais.

Homens de distinção: a presença dos homens bons na câmara de Mariana na segunda metade do século XVIII

Regina Mendes de Araújo

rearaujo33@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Administração régia, Sociedade mineradora, Poder local, Homens bons.

As Câmaras eram no interior do Império Português à época moderna, importantes órgãos da administração local, aos quais eram atribuídas funções executivas, além de exercerem o papel de tribunal de justiça de primeira instância. Elas eram ocupadas pelos homens bons da localidade, responsáveis por garantir o bem comum e fazer com que a ordem e a justiça régia fossem estabelecidas na municipalidade. Estar na Câmara significava prestar serviço ao rei e os

camarários esperavam, em troca por seus serviços, a gratidão régia, na forma de mercês e patentes.

Os homens de distinção, dentro da sociedade mineradora setecentista, estarão presentes nas Câmaras como forma de desfrutar dos cargos, honrarias e patentes, garantindo a presença dentro da administração, além de aumentar a possibilidade de acesso a outros cargos e outros ganhos simbólicos. A presente comunicação tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico dos homens bons que se distinguiam ou estavam em busca de distinção social e que em algum momento da sua trajetória passaram pela Câmara de Mariana e ocuparam o cargo de vereador na segunda metade do século XVIII.

Muitos dos vereadores analisados eram reconhecidos na localidade como homens bons, mas não tinham títulos que os tornassem nobres de fato. Nesse sentido, a Câmara se apresentou como espaço privilegiado que permitia externar a condição de distinção, ao mesmo tempo que enobrecia os que nela ocupavam cargos de camaristas.

O presente trabalho lança luz sobre os proprietários de terras e escravos que passaram pelo Senado da Câmara e desejavam ser reconhecidos como homens distintos entre seus conterrâneos ou mesmo externar sua condição de distinção.

Afirmção política sob um território colonial nas Minas Gerais: análise do auto de Posse do Senhorio da Vila de Campanha

Edna Mara Ferreira da Silva
ednamara.ferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Território, História, Minas Gerais, Política

Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. O estabelecimento de limites tanto internos quanto externos e a expansão territorial em fins do século XVIII e início do século XIX na América portuguesa seguiu ritmos diferentes, e Minas Gerais como região estratégica do império português se inseria nesses movimentos territoriais. A fronteira sul da capitania era aberta

ao trânsito dos paulistas e era área de litígio entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila. Uma das estratégias pouco estudadas e que merece uma investigação mais detida envolve a doação da terça parte da arrecadação da vila de Campanha para “os alfinetes da princesa”. A essa doação segue um curioso ato, o da posse do senhorio da vila à princesa do Brasil. Essa comunicação se propõe a investigar essas ações da Câmara de Campanha, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Nesse período o papel fundamental na resolução dos conflitos em relação a posse do território e na consolidação do papel político da região é dos oficiais da Câmara de Campanha e de seu juiz de fora, Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, usando suas atribuições para sobressair no cenário regional. Política, administração e justiça aparecem amalgamadas nas diversas disputas entre a vila da Campanha e a cabeça de comarca, São João del Rei, mas ao mesmo tempo frente a capitania de São Paulo, representando dessa forma, os interesses próprios da vila, mas que se configuram como interesses também mineiros numa perspectiva mais ampla. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no início do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência senhorial e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa.

O controle do trabalho mecânico pela câmara da Vila Real do Sabará (1735-1829)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres
ludmila.machadopereira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho mecânico, Costumes, Câmaras municipais.

As câmaras, o conselho municipal, eram uma instituição da administração portuguesa presente em todas as vilas de seu Império. Responsáveis pelo governo local tinham funções administrativas, fiscais, jurídicas e políticas. Também fiscalizavam o exercício da atividade mecânica nas vilas com o intuito de garantir à população bens e serviços de qualidade. A princípio concediam licenças para exercer ofícios, fiscalizavam os preços, as oficinas e os horários de trabalho. Para a Vila do Sabará, como também, outras vilas da Capitania de Minas Gerais devido à falta de corporações a câmara assumiu a função de realizar exames de ofícios. Prática

costumeira em que um aprendiz perante um juiz comprovava a sua habilidade técnica para exercer determinado ofício. Costume que garantia a qualidade dos bens e serviço, e também, o monopólio dos mestres. Pela falta de organização dos oficiais mecânicos a câmara assumira o papel de convocá-los para eleição de juízes e até para a participação em festas na Vila. As obrigações costumeiras dos oficiais mecânicos serão, em alguns momentos, evitadas. A identidade de oficial mecânico pertencente a um grupo terá nas Minas uma maior fluidez influenciada pela possibilidade de enriquecimento rápido e pela escravidão. A comunicação pretende analisar a regulamentação da atividade mecânica pela câmara de Sabará de 1735, data das primeiras cartas de exame até a Postura Municipal de 1829 cujo texto não há menção aos exames de ofícios. Assim buscamos compreender, através da documentação camarária, como os costumes do mundo dos ofícios se comportavam na América e como a escravidão contribuiu para modificá-los.

Escravidão e poder local: uma análise do problema dos forros em 1755 na cidade de Mariana

Beatriz Sales Dias
tiz.sales@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Administração colonial, Mineração, Alforrias, Escravidão, Brasil colonial.

O trabalho busca analisar um requerimento dos oficiais da Câmara de Mariana, Minas Gerais, de 1755, ao rei de Portugal, D. José I (arquivado no Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 67, documento 65), no qual eles pedem que Sua Majestade tome providências acerca das perturbações causadas pela grande quantidade de negros forros presentes na cidade redondezas. Acredita-se que a partir da análise, seja possível demonstrar como as alforrias foram um mecanismo de manutenção do sistema escravista — reforçando as teses da corrente historiográfica que defende essa afirmação —, compreender este grande número de alforrias dentro do contexto de declínio da mineração, e num segundo plano, como a administração local, apesar de sua grande autonomia, ainda dependia de uma instância superior do governo para tratar de assuntos que, apesar de envolverem um problema local, abrangem uma instituição tão forte do Império Ultramarino Português como a escravidão.

Legalidade, poder e tensões políticas: mandonismo e criminalidade em Bonfim MG - século XIX

Marcus Vinícius Duque Neves
duqueneves@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos, Criminalidade, Mandonismo.

Propõem-se a partir de diversos fundos documentais do século XIX, relacionados à Comarca de Bonfim e seus distritos de paz subordinados, analisar as formas que tomaram as tensões relacionadas às configurações de poder local e seu processo de centralização, focando nas estruturas judiciais e criminalidade. Nesses fundos há registros de inúmeros crimes diretamente ou indiretamente relacionados em que se vislumbram as tensões nas sociabilidades locais onde se aproximam agentes da justiça, representantes de famílias importantes, escravos e desclassificados, se imbricando em um quadro maior da política provincial e das famílias extensas, criando competições e contradições que em certos momentos não conseguem ser devidamente apaziguadas. Nisso, percebem-se correlações entre crises políticas e aumento de criminalidade, assim como a linha tênue entre crimes comuns e crimes políticos.

Analisando as estruturas que pairam acima desses acontecimentos, tanto as de cunho jurisdicional, político e sociabilidades, disputas se insinuam entre grupos próximos, com conflitos entre regras e valores socialmente arraigados e mudanças que buscam instituir novos limites e funções aos poderes públicos vinculados à busca de uma maior centralidade no sistema de controle político. Estas mudanças se processam a partir das novas leis impostas que se chocam com o mandonismo local. Nesses choques, diversos crimes e contravenções ocorrem no espaço e no período pesquisado, acompanhando as disposições de aproximação, oposição e distanciamento dos agentes conforme os polos.

O uso e abuso de cargos e papéis sociais, principalmente dos cargos de Juiz de Vintena, Juiz de Paz e Juiz ordinário, assim como de títulos como os de oficiais da Guarda Nacional, deixam claras as raízes autoritárias da sociedade novecentista em Minas, e expõem os limites das regras não escritas e as novas imposições vindas do governo central, seja no período das Regências, seja nos primeiros anos do Segundo Reinado.

Como pontos cronológicos importantes dessas relações estão a promulgação do novo Código Penal de 1832 (que localmente acirra embates entre autoridades locais tradicionais e

jovens autoridades representantes de novos vínculos com o poder central); as revoltas do início da década de 1830 em Minas Gerais (Mariana, Carrancas e alguns eventos violentos menores), assim como a revolta Liberal de 1842, que dispara a criminalidade e desmandos na região, que se estenderão por alguns anos a seguir.

A Fazenda Imperial: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada e a formulação das políticas fiscais e econômicas do Império (1821-1833)

Daiane de Souza Alves
daianealvesrp@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Império, Ministério da Fazenda, Fiscalidade.

O objeto de nosso trabalho é o estudo da criação do cargo e do próprio Ministério da Fazenda e da constituição de uma política fiscal no Brasil. Acompanhamos as trajetórias de dois dos principais artífices desse processo - Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1822-1823) e Bernardo Pereira de Vasconcelos (1831-1832). Nos atentamos à implementação de políticas fiscais de integração nacional com o intuito de analisar como esses personagens se articulam no âmbito político e pensam uma organização fazendária para o Brasil. O objetivo de nossa pesquisa é, sobretudo, rastrear as mudanças no seio dessas instituições, demonstrando a partir do ministério Andrada (1822-1823) e Vasconcelos (1831-1832) o que de fato se produziu da tentativa centralizadora proposta pelo Imperador e se esse projeto desencadeou reformas no âmbito da organização das finanças. Pretendemos, portanto, a partir do arcabouço teórico que discute essa perspectiva de análise, rastrear as rupturas e continuidades na tentativa de implementação de uma burocratização fazendária a partir dos ministérios Andrada e Vasconcelos. Entretanto, não faz parte de nossos objetivos realizar um estudo biográfico, mas pensar esses dois agentes políticos dentro de seu contexto, como trajetórias inseridas em processos e conjunturas políticas de imensa instabilidade, nas quais foi necessário se formular projetos de país para o Brasil, e principalmente de linguagens político-econômicas para sua geração.

"O mundo num oceano": o espaço atlântico e a circulação de marfins (Portugal, Angola e Brasil, Séculos XVIII e XIX)

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Comércio, Angola, Marfim, Brasil.

A existência de um comércio transatlântico de marfins envolvendo a costa ocidental africana e o Brasil foi apontada pelo historiador Russell-Wood, todavia ainda não foi objeto de estudo. Por sua vez, a proposta do presente artigo é elucidar alguns aspectos desse comércio - para além dos fatores econômicos - inserindo-o numa dinâmica cultural e social, que considera a atuação dos sujeitos envolvidos nesse trânsito, bem como verifica os usos e valores desse material nas diferentes margens do Atlântico.

Financiar as festas oficiais do Rio de Janeiro e a sociedade de Antigo Regime (1790-1828)

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto
mbporto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Festas oficiais, Administração colonial, Rio de Janeiro, Senado da Câmara.

No período colonial, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro administrava as celebrações oficiais através de indivíduos que forneciam itens como cera de vela, banda de músicos, armações e palanques ou propinas para a participação dos oficiais da Câmara, os ditos homens bons, e, no caso das festas religiosas, as varas do Palio ou a dourarem e ornamento do andor e do santo. Os festejos se dividam em dois tipos: festas públicas promovidas pela Monarquia portuguesa e autoridades coloniais, como a coroação dos soberanos, júbilos, nascimentos e casamentos da família Real e as de cunho religioso, que no Rio de Janeiro eram o Corpo de Deus, São Sebastião e as solenidades da Visitação de Nossa Senhora e de Anjo Custódio. Mais do que o exercício da religiosidade, as celebrações eram uma das formas de fortalecer o poder da Monarquia, e da burocracia colonial.

Entendendo as festas oficiais como locus de representação, a partir de Roger Chartier, o presente trabalho tem como enfoque analisar as apropriações políticas e econômicas de financiar e depois requerer o pagamento ao Senado da Câmara, buscando entender através dessa prática como o ator social, o financiador, participava ativamente da economia fluminense, estabelecia

relações com os homens bons, se diferenciava dos demais devotos, e principalmente criava redes de sociabilidade, fundamentais para o funcionamento da Sociedade de Antigo Regime

ST 02 - História da polícia, do crime, da punição e da justiça no mundo moderno e contemporâneo: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas

Igor Tadeu Camilo Rocha

Doutorando em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
igortcr@gmail.com

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira

Doutorando em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
lucaspereirahistoria@gmail.com

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone

Mestrando em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
mfrizzone@gmail.com

Proposta do Simpósio

A documentação inquisitorial, judiciária e policial, desde a década de 1960, subsidia estudos históricos interessados no universo popular e na própria dinâmica dos órgãos punitivos. Busca-se compreender tanto a vida social, cultural e política que estaria por trás dessas fontes, quanto as condições de produção dessa documentação, as instituições e os sujeitos que as produziram, bem como o papel da violência, do crime, dos aparatos punitivos e da polícia no cotidiano de determinadas localidades e na sociedade em geral. O objetivo deste ST é promover o encontro de pesquisadoras(es) que trabalham com fontes e temas da polícia, do crime, da punição, da vigilância, da censura, da justiça criminal e da violência, no mundo moderno e contemporâneo, estimulando debates metodológicos e apresentação de resultados de pesquisas. Serão bem-vindas propostas de trabalho relacionadas às seguintes abordagens:

1) O crime e os criminosos. Variações ao longo do espaço e do tempo. Estudo tanto das práticas sociais e culturais criminalizadas pelo estado como dos grupos e indivíduos que foram historicamente identificados como autores de crimes e como criminosos.

2) As instituições públicas que tratam do crime. Surgimento e o funcionamento de aparatos legais, judiciários, policiais e prisionais como forma de lidar com o crime. Abordagens das normas legais, com ênfase na história do direito, da Inquisição ao Direito contemporâneo. Abordagens de história social e/ou cultural dos agentes que participam dessas instituições: juízes, carcereiros, policiais, defensores públicos, etc.

3) A formação das polícias como instituições públicas e como parte da história da formação do estado. Análise dos projetos, objetivos e diferentes modelos policiais – que não se resumem no objetivo de “combate ao crime” – bem como das condições cotidianas e da vida social e cultural constituída entre os sujeitos que formaram os diferentes grupamentos policiais.

4) As representações sociais a respeito do crime, do criminoso, da polícia e do policial tendo como fonte principal os processos-crime, mas também, a imprensa, a literatura, as memórias, a música e outras formas públicas que produzem explicações e imagens partilhadas sobre a criminalidade.

5) Formas históricas de punição, o nascimento das prisões e das penas, o cotidiano e as memórias de presos e responsáveis pela administração das prisões.

Comunicações

Os Sentidos da Honra: Criminalidade e Justiça na região de Formiga, Minas Gerais (1807/1875)

Séfora Semíramis Sutil Moreira
seforasemiramis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Honra, Justiça, Violência

O século XIX ficou marcado por transformações políticas, jurídicas e sociais. O processo de desenvolvimento de uma nova política, desencadeado pelos movimentos pró-independência do Brasil, trouxe uma gama de inovações que permitiram, entre outras, a estruturação e modernização do poder judiciário. A criação do Supremo Tribunal em 1828, do Código Criminal em 1830 e do Código do Processo Criminal em 1831, entre outras mudanças alavancadas pela

influência liberalista e iluminista que delinearam uma nova conformação social e política, implicaram diretamente na forma a qual as pessoas se relacionavam em seus meios sociais. O alargamento da Justiça possibilitou aos indivíduos livres novos meios de ação para resolução de pendências, desafetos e delitos provocados ou sofridos. Como as pessoas livres comuns passaram a agir neste novo “universo” de possibilidades jurídicas? A população comum, sobretudo das regiões mais afastadas, passou a usar mais o aparato judicial para resolver seus problemas? Em se tratando da família e das relações interpessoais, que muito das vezes desencadeiam conflitos diversos, estas mudanças significaram uma forma mais eficaz de se evitar resultados violentos? Estes são alguns dos questionamentos que se lançam quando abordamos este tema – estruturação e modernização do aparato jurídico no século XIX. Neste estudo levantamos a proposição de que nas regiões interioranas do Império as novidades tardaram a influenciar no cotidiano dos indivíduos livres comuns. Apesar de experimentarem as mudanças institucionais, as velhas formas de sociabilidade, que conta com a arbitragem e a violência para solução de conflitos, continuaram predominantes na vida cotidiana. Através do levantamento quantitativo e análise qualitativa de informações extraídas de processos criminais do Fórum de Formiga, datados entre 1807 a 1875, realizamos um estudo de caso, na perspectiva comparativa, para verificar a inferência dessas transformações na conduta social dos moradores desta região, oeste da então província de Minas Gerais, quando o assunto era a proteção da honra familiar ou pessoal. Assim, buscamos, primeiramente, compreender os sentidos da honra para o sujeito, a família e a sociedade, para, depois, traçarmos a dinâmica entre estes valores e as consequências ocasionadas de ações em prol da proteção da honra neste contexto de maiores prerrogativas jurídicas.

"O Samba da Morte": um assassinato no Morro da Favela. Os jornais da grande imprensa e o processo crime (1909)

Thiago Torres Medeiros da Silva
torres_ufrrj@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Segurança, Imprensa, Agentes, Homicídio, Processo, Pública, Crime.

Este trabalho pretende contrapor os relatos dos homicídios expostos nas páginas dos jornais cariocas com os documentos produzidos pelas autoridades policiais e judiciárias. Nosso objetivo consiste em esmiuçar as diferenças e semelhanças entre o discurso jornalístico e o

discurso jurídico. Com este fito, iremos analisar o homicídio de um soldado de polícia no Morro da Favela.

No dia 5 de julho de 1909, a notícia do assassinato do soldado da Força Policial Isidro José dos Santos estava estampada nas páginas de quase todos os jornais da cidade do Rio de Janeiro. Ao todo, sete periódicos discorreram sobre este crime envolto por um intrincado mistério. Em resumo, a maneira dos jornalistas abordarem este crime difere dos depoimentos das testemunhas que depuseram no inquérito policial instaurado pela delegacia de Santana. Nosso objetivo consiste em analisar este episódio sob a perspectiva de duas fontes: Jornais x Processo criminal.

A aplicação da justiça na capitania de Minas Gerais: um estudo dos crimes de descaminho e contrabando (1771-1808)

Edenir Vitoria de Araujo Santos
edenirvitoriasantos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crime, Justiça, Contrabando, Colônia, Descaminho.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa “História e Cultura” e pretende-se abordar a administração da justiça setecentista com o escopo de investigar os crimes de descaminho e contrabando na região mineradora e adjacências da Capitania das Minas Gerais, entre os anos de 1771 a 1808. No período em questão, privilegia-se a interpretação das ocorrências de crimes deste gênero, num contexto histórico que marca a era das reformas na administração de Pombal, para o período que se seguiu, ao intermediário, o reinado de Maria I até que se iniciava o reinado de Dom João VI que, com a abertura dos portos brasileiros, inicia a ruptura do pacto colonial. Naquela ocasião, da prevalência do absolutismo monárquico, a capitania de Minas Gerais era administrada por agentes da oligarquia agrária, para qual o Estado Português atribuía funções administrativas, judiciárias e militares, configurando-se o poder local institucionalizado através das câmaras municipais.

Na colônia, eram distintas as funções dos oficiais judiciais. Ao percorrer sobre documentos, percebe-se as diferentes alçadas das jurisdições quanto à prática da justiça na Capitania de Minas Gerais, tal como era exercida pelos juízes ordinários ou juízes de fora e pela magistratura com atuação nos Tribunais da Relação do Rio de Janeiro. Em relação aos trâmites

dos processos de crimes de descaminho e contrabando, será investigado como era aplicada a justiça nas referidas instâncias locais e superiores e, nos casos de apelação em última instância, à Casa de Suplicação, conforme configurava o ordenamento jurídico da colônia que tinha como fundamento as Ordenações Filipinas, que vigoraram de 1603 a 1830.

Estufa Social: a Penitenciária Agrícola José Maria Alkimin (1927-1949)

Pedro Henrique da Silva Carvalho
peu.fire@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Penitenciária José Maria Alkimin, Administração Penitenciária, Presos.

Elemento necessário à modernização, a construção de uma instituição penal de referência em Minas Gerais, a qual se caracterizaria por sua função regenerativa por meio do trabalho, iniciou-se no ano de 1927, harmonizando-se com o discurso de autoridades mineiras que já reclamavam da escassez de mão de obra que acometia o estado. Localizada no atual município de Ribeirão das Neves, a Penitenciária Agrícola (e Industrial) José Maria Alkimim surge como proposta de mecanismo mais profícuo de disciplinamento pelo trabalho. Nos anos iniciais à sua construção, somente indivíduos vistos como passíveis de renovação moral eram encerrados em seu espaço. O estabelecimento correccional de Neves, distante de ser somente um locus de manutenção da ordem social, selecionava indivíduos físico e mentalmente aptos a trabalhar na agricultura, nos ofícios manuais e, em menor medida, na indústria. Qualificar o indivíduo transgressor mediante o labor diário representava uma parte do pensamento jurídico corrente à época, cujo incentivo ao progresso do país passava pelo seu bem mais precioso: o trabalhador. Por meio da análise de documentos pessoais de funcionários e de presos, documentos administrativos, correspondências, projetos, expedientes internos, propostas, despesas e orçamentos; pretende-se investigar qual função a Penitenciária Agrícola de Neves desempenhou na sociedade mineira no período de construção e na administração provisória (1927-1943), bem como compreender as orientações que norteavam o seu funcionamento. A pesquisa finda-se no ano de 1949, momento em que são evidenciados pelos jornais o que parecem ser os primeiros transtornos na instituição. Ademais, busca-se relacionar a construção da Penitenciária Agrícola com o contexto nacional que enaltece o valor do trabalho através dos discursos produzidos pelos

idealizadores da Penitenciária.

Representações dos soldados e oficiais da força pública nos relatórios dos Chefes de Polícia do estado de Minas Gerais (1894-1922)

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira
lucaspereirahistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Relatórios policiais, Força pública, Representação social.

O presente estudo apresenta uma análise preliminar das (re)produções e da circulação de representações dos membros da força militar do estado de Minas Gerais, contida nos relatórios da Chefia de Polícia entre 1894 e 1922. Esse conjunto documental foi produzido pelos próprios chefes de polícia, mas também pelos delegados, chefes de seção e outras autoridades policiais, tanto civis como militares. A força pública, no período analisado, era um efetivo de homens organizados militarmente sob as ordens de um comandante geral, que era ora um militar subordinado diretamente ao presidente do estado, ora um civil que ocupava o cargo de Chefe de Polícia. As disputas e os significados do ser policial militar sofreram alterações ao longo das quase três décadas analisadas nesta comunicação. As representações sociais discutidas ao longo do texto são frutos, ao mesmo tempo, da organização de um conhecimento empírico dos dados levantados pelas seções da secretaria do interior, pelos batalhões e pela Seção Militar, e do escrutínio dos chefes de polícia que lançaram mão de suas perspectivas políticas em relação ao conceito de segurança pública e de polícia. Modernidade e tradição, inovação e atraso, disciplina e indisciplina, novas tecnologias e ignorância foram os grandes dilemas construídos pelas autoridades policiais para pensar o soldado e o oficial da força militarizada mineira. Dualidades e problemas semelhantes podem ser observados em diferentes estudos para outros estados e localidades. Esse estudo faz parte, nesse sentido, de um universo mais amplo das representações sociais dos militares das forças estaduais. O trabalho busca, portanto, contribuir para o debate historiográfico sobre a história cultural da polícia no período.

1964 x 1944: a construção de uma memória institucional dentro do Departamento de Polícia Federal

PALAVRAS-CHAVE: História Institucional, Departamento de Polícia Federal, Memória.

No ano de 2002, Dr. Paulo Lacerda assume a direção geral do Departamento de Polícia Federal. Durante sua gestão a polícia federal passa a ter um grande destaque na mídia, com inúmeras operações de inteligência no combate à corrupção, fortalecendo e destacando a imagem do departamento junto à sociedade. Em 2004 a fim de afastar a criação do órgão do período ditatorial de 1964, ele criou uma comissão que seria responsável pela investigação da “verdadeira” história da instituição. Ao final da comissão a data de fundação do Departamento foi mudada de 1964 para 1944, ano em que foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública, interessante destacar que ao mesmo tempo em que se afastam de uma ditadura se aproximam de outra, a ditadura varguista. Nessa apresentação analisaremos os seguintes livros “Departamento de Polícia Federal, 60 anos a serviço do Brasil”, livro publicado em 2004, pelo Departamento de Polícia Federal e “Polícia Federal do Brasil, 50 anos de história”, de Amerino Raposo Filho, publicado em 2016, que buscam analisar os impactos da mudança de marco fundacional dentro do departamento e se houve respostas sobre essa mudança. A presente apresentação é fruto do trabalho de monografia que está em andamento.

Os "Gordon riots" e a sua construção narrativa em panfletos de crime na Inglaterra do século XVIII

Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi
joanamaiacarbonesi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Panfletos, criminalidade, Motim, Cultura impressa, Inglaterra.

A comunicação faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que tem como objetivo colaborar com as discussões historiográficas acerca da criminalidade urbana, em especial da prática de motim, e do sistema judicial inglês na segunda metade do século XVIII. Tem-se como principal objeto de análise os motins ocorridos entre os dias 02 e 06 de junho de 1780 em Londres, posteriormente conhecidos como “Gordon riots”. Busca-se analisar o modo como esse grupo de motins foram representados em um dos gêneros documentais da cultura impressa inglês setecentista, a saber os panfletos de crime. Para tal, serão utilizados como fonte

primária os panfletos ligados à corte de justiça “Old Bailey” (“Old Bailey Proceedings”), nos quais foram publicados 72 relatos de julgamentos de pessoas acusadas de terem participado dos “Gordon riots”.

A máfia ítalo-americana: algumas passagens entre a história e a ficção

Daniel Santos Ribeiro
santos.escriptorio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: O Poderoso Chefão, História, Ficção, Máfia ítalo-americana.

É notável a existência de entrecruzamentos e diálogos entre a história e a ficção. Pensando a “máfia ítalo-americana”, mais precisamente no filme *O Poderoso Chefão* (1972), nosso corpus de análise, podemos descortinar algumas ideias e demonstrar como a ficção se apropriou dos elementos históricos sem, de fato, exercer uma função historiográfica. Nesta comunicação, buscaremos identificar este encontro da historiografia com a literatura, observando alguns elementos da história desta máfia (e de seu contexto) desde a origem até as décadas de 1940-50, apontando o modo como ela foi construída no filme de Francis Ford Coppola. A ficção pode promover este encontro com o texto historiográfico, fazer uso desta linguagem, mesmo que seus objetivos sejam diferentes dos do texto histórico. Para esta leitura da história, faremos uso de alguns textos pontuais sobre a máfia, dentre os quais já citamos os de Salvatore Lupo (2002), Jo Durden Smith (2015) e Nigel Cawthorne (2012). Para o cinema/ficção, recorreremos aos apontamentos de Henri Mitterand (2014) e Laurent Jullier e Michel Marie (2012).

Marx, o marxismo e a questão criminal: Notas sobre a criminologia crítica e o economicismo

Douglas Carvalho Ribeiro
douglascarvalhoribeiro@gmail.com

Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa
victorsilva.costa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Crítica, Criminologia, Economicismo, Criminalização.

O objetivo e alcance da presente comunicação é o de analisar sob que pressupostos se funda a criminologia crítica de cunho marxista, quais são seus pontos de partida e em quais textos de Marx se baseia. A partir disso se tentará demonstrar em que medida essa criminologia tende a tencionar para uma visão economicista do marxismo e quais seriam as alternativas teóricas e práticas para evitar esse tipo de tensão teleológica própria do predomínio dos motivos econômicos na explicação da história. A Criminologia crítica se organiza para desmascarar as funções latentes da criminalização, cujo interesse primordial é a proteção da propriedade privada e os valores abstratos da sociedade burguesa, encaminhando-se para o caminho oposto da legitimação da intervenção punitiva. Essa mesma ideia já estava presente em Marx, já em 1842, no conjunto de artigos “Debate sobre a lei relativa ao roubo de madeira”. Marx mostra que, por meio da equiparação legislativa do roubo de lenha com a colheita de ramos ou gravetos, o poder político impõe seus interesses na legislação criminal, sob a suposta justificação de proteção penal da propriedade privada. Uma análise da teoria marxiana permite concluir que uma visão total da criminologia crítica deve ser aquela que se afasta de concepções deterministas ou conspiratórias. Tal discurso, o da classe hegemônica, de grupos econômicos, religiosos etc., com a identificação de inimigos a serem combatidos ignora a complexidade do fenômeno do desvio e, então, “desviar do caminho certo os esforços para remediar os males” nas palavras de Zaffaroni. Nesse sentido concorda, também, o criminólogo argentino com Bobbio, quando este afirma que, em pensando o fenômeno do desvio e da repressão como específicos corolários da formação econômica do capitalismo, creia-se, como consequência, que em se eliminando o capitalismo, eliminar-se-ia com isso e por completo o desvio.

Prostitutas e criminosas: O discurso acerca da criminalidade feminina segundo Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero (1893)

Carolina Wanderley Van Parys de Wit
carolinavanparys@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Mulheres, Criminologia, Prostitutas, Criminosas.

O presente trabalho propõe uma análise discursiva acerca das mulheres delinquentes no livro "Criminal woman, the prostitute, and the normal woman" (1893) escrito por C. Lombroso e G. Ferrero, observando o discurso médico-legal nas temáticas relacionadas a essas delinquentes. Para os autores, as mulheres degeneradas poderiam ser divididas em duas grandes categorias:

prostitutas e criminosas. A primeira é considerada como a forma feminina do crime, e possuem características muito similares ao homem criminoso, das quais as indivíduos que adentram a essa vida normalmente não cometem delitos, ou quando o fazem são mais brandos – roubos pequenos, chantagem e agressões físicas. Além disso, não apresentam grandes perigos a sociedade e são desprovidas de sanidade moral. A segunda categoria de delinquentes é uma classe rara e, segundo os autores, extremamente anormais. São mais perversas que os homens criminosos, e possuem traços masculinos. Seus crimes são mais variados – envenenamento, assassinato, ladras, torturadoras. Para Lombroso e Ferrero, sua crueldade é exacerbada, em que apenas matar a vítima não a satisfaz, sentindo a necessidade de observar o indivíduo sofrer antes de falecer. A análise aqui empreendida está ancorada na obra de Michel Foucault, cujos alguns de seus conceitos como discurso, saber, poder, os anormais, sociedade normativa, assim como seus escritos sobre sexualidade, serão de importância fundamental para o desenvolvimento do artigo, uma vez que podemos observar por meio de uma análise foucaultiana como os escritos de Lombroso e Ferrero ainda reverberam no tempo presente.

O encontro entre "corrupção" e crime nos delitos de peita e suborno do Brasil imperial (1824-1889)

Alexia Alvim Machado Faria
alexiamachadofaria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Direito, Penal., História, Imperial, Corrupção, do, Suborno, Peita.

Embora não houvesse crime no Brasil imperial descrito sob a rubrica de “corrupção”, uma análise voltada à ideia que o referido brocardo adquire em textos doutrinários da Primeira República e no Código Penal de 1940 permite que se realize uma aproximação do conceito de corrupção como crime aos delitos de peita e suborno, previstos no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890. Peita e suborno se referem à prática de um ato contrário à lei, causado pelo recebimento de vantagem ou promessa (peita) ou pela simples influência ou peditório de outrem (suborno). Este trabalho apresenta, de um lado um estudo sobre os dois referidos delitos, que predominantemente foram entendidos como “corrupção” pelos autores da primeira e segunda repúblicas até que fossem reformulados e renomeados como crimes de corrupção ativa e passiva, em 1940. De outro, é também uma busca aproximativa de identificação do momento em que o termo "corrupção" deixou de ser utilizado em artigos e dicionários predominantemente

como sinônimo de "apodrecimento" e adquiriu seu significado jurídico-penal vinculado à atividade dos funcionários públicos. Para tanto, definiu-se o corte temporal relativo ao Império, sobretudo a partir da Constituição de 1824, e utilizaram-se, como fontes, os livros de doutrinadores da época e as decisões ali citadas, os anais da Câmara dos Deputados, dicionários jurídicos e gerais, decisões de governo do Império e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para uma perspectiva comparada acerca da dinâmica de influência mútua no processo de criminalização da corrupção em outros países, foram analisados os textos doutrinários estrangeiros citados pelos criminalistas do império e contrastadas as traduções das passagens mais usadas pelos brasileiros frente e seu texto original. Dentre as conclusões, destacam-se: i) a preferência imperial pela terminologia portuguesa, não obstante a constante citação da doutrina francesa sobre corrupção e crimes cometidos por funcionários públicos; ii) a categorização de peita e suborno como crime de responsabilidade; e iii) o tratamento diferenciado conferido a Ministros de Estado e juízes peitados e subornados.

Uma análise conceitual do fenômeno quilombola nas Minas setecentistas: o escravo fugido entre o castigo doméstico, o crime e a pena pública

Fabiana Léo Pereira Nascimento
fabianaleohistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crime, Minas setecentistas, Pena, Resistência quilombola.

Na historiografia recente sobre a rebeldia escrava no Brasil colonial, destaca-se a interpretação de que o sucesso do sistema escravista se deveu ao esforço reiterado, por parte dos agentes do Estado português, em criminalizar todo e qualquer comportamento desviante por parte da população escravizada.

Muitas ações de rebeldia praticadas pelos escravizados não recebiam, no entanto, tratamento jurídico nem tipificação criminal. A fuga, a que se recomendava o castigo doméstico, não era considerada crime, uma vez que não havia para ela previsão de pena – o sentenciamento a uma pena pública é parte da definição de crime nos dicionários setecentistas. À própria formação do quilombo não cabia pena pública, mas tratamento bélico.

A questão que se coloca, dessa forma, é a seguinte: como definir um processo como sendo de criminalização quando as práticas que se busca controlar não são necessariamente consideradas como crimes? Quais categorias jurídicas se podem mobilizar para um melhor entendimento do problema? O objetivo deste trabalho, portanto, é discutir noções como as de crime e pena no século XVIII e a tipificação penal da quilombagem, analisando as possibilidades e limites da aplicação desses conceitos na compreensão da resistência quilombola nas Minas setecentistas.

Feminicídio: A Expressão Máxima da Violência de Gênero

Lara Lanusa Santos Nascimento
laralanusa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência, as, contra, Feminicídio, de, gênero, Mulheres.

De acordo com dados do Mapa da Violência “Homicídio de Mulheres” 2015, uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, deixando o país em 5º lugar no ranking mundial de homicídios de mulheres, na frente estão El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. E ainda, que entre 1980 a 2013, foram registrados um total de 106.093 mulheres assassinadas. Diante desses dados alarmantes, este trabalho tem como objetivo discutir a inserção do feminicídio no sistema penal brasileiro como circunstância qualificadora. O feminicídio – a morte de mulheres pelo fato de serem mulheres - é assunto que ainda está sendo descoberto pelo Poder Judiciário e, ainda mais, pela população brasileira que o desconhecia como um delito diferente do homicídio, justamente por este representar um crime de discriminação e de ódio no contexto da violência de gênero. O conceito de feminicídio vem sendo construído ao longo do tempo por algumas teóricas feministas para demonstrar que o assassinato de mulheres por questões de gênero não é eliminar somente o corpo, mas as expressões do feminino que ele carrega, suas experiências, seus modos, enunciados e signos. De modo que, o corpo feminino torna-se um território de disputas e de inscrição de posse e de poder masculino. Assim, através este estudo, pretendemos, apresentar a eficiência da criminalização do feminicídio como medida no combate à violência contra as mulheres.

Ação policial e posturas do poder público no controle da prostituição nas primeiras décadas republicanas (1896-1920)

Gabriela Fazolato Guedes
gfazolato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Repressão, Urbana, República, Primeira, Reforma, Prostituição, Policial.

A presente pesquisa tem como proposta acompanhar o debate acerca da prostituição na cidade do Rio de Janeiro e as ações da polícia nas ruas durante os primeiros anos da República. O recorte temporal escolhido inicia-se com o ano de 1896, em que ocorreu forte intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro, e termina em 1920, quando o governo promoveu a centralização dos serviços públicos referentes à higiene e profilaxia no Departamento de Saúde Nacional. O objetivo central é refletir sobre as estratégias empregadas pelo poder público no combate à prostituição que, em uma análise preliminar das fontes, se manifesta de duas maneiras: projetos de regulamentação da profissão e repressão às prostitutas. Para tanto, analisaremos as discussões que envolvem a prostituição existentes nas atas do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, além dos ofícios policiais, que nos possibilitará mapear os locais onde e de que forma ocorriam as ações policiais. Com base nesses dados pretendemos defender que o combate à prostituição se organiza menos em torno da questão da prostituição em si, ou aos riscos sanitários decorrentes da disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, do que pelo processo de urbanização e “limpeza da pobreza” do Rio de Janeiro e sua inserção nos modelos das capitais europeias.

Entre venenos e surrupios: a criminalidade feminina na literatura popular de crime no Rio de Janeiro (início do século XX)

Amanda Ribeiro Mafra Lima
amandarmafra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Feminina, Criminalidade, Literatura, Popular.

Entre fins do século XIX e início do XX, proliferou-se na capital carioca uma variedade de ficções populares que versavam sobre a temática do crime. Produzidas em pequenas

tipografias ou em jornais de ampla circulação, estas obras apresentavam-se em capa brochada, papel de baixa qualidade e com preços módicos, tornando-se acessíveis a um público consumidor heterogêneo e em franca expansão. O presente trabalho debruça-se sobre dois romances de grande repercussão neste contexto: *A envenenadora*, de Maxime Villemer (Anne Violet Francey), e *Os estranguladores do Rio*, de Abílio Soares Pinheiro, ambos de 1906.

O objetivo de nossa investigação é analisar as representações da criminalidade feminina presentes nestas produções. Pautando-nos nas proposições teóricas de Chartier (1999), buscamos compreendê-las a partir das relações que estabelecem com a realidade social e com outros discursos. Dessa forma, almejamos apreender os possíveis diálogos estabelecidos entre as ficções e os discursos médicos do período sobre mulheres e o crime.

Para tal, consideramos ainda que as definições da ciência sobre a criminalidade feminina estão vinculadas à construção das identidades de gênero, o que, segundo Judith Butler (2003), se produz performaticamente a partir da repetição de discursos e atos, que cristalizam um comportamento ideal, restringem o âmbito de atuação das mulheres e excluem aquelas que não se enquadram no padrão estabelecido. Assim, este trabalho visa compreender as representações literárias em sua relação com os postulados de gênero daquele contexto.

Aproximando-se dos discursos médicos, ambas as narrativas atribuem à mulher que comete delitos características associadas à anormalidade, como o elevado desejo sexual e o interesse pela vida fútil e luxuosa. Além disso, a hereditariedade e o meio social são levantados como a origem do perfil criminoso, argumentos do famoso criminologista Lombroso. Apesar destes pontos convergentes, os romances dão ênfases diversas às causalidades da criminalidade, apontando ainda meios distintos pelo qual a reabilitação ou a redenção das criminosas poderia ser alcançada. Além disso, ao dialogarem com preceitos da medicina as obras não apenas os reproduzem, mas os ressignificam, permitindo-nos entrever a violência das proposições de gênero, e o crime como única alternativa de sobrevivência de mulheres pobres em uma conjuntura desigual entre estas e os homens.

Casa de Detenção da Corte: as condições precárias das mulheres encarceradas (1860-1880)"

Jailton Alves de Oliveira
jailtonoliveira2016@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Prisão, Mulheres, Império.

No Brasil oitocentista, discursos diversos -médicos, jurídicos e outros - idealizaram comportamentos e lugares desejáveis para as mulheres: boas mães, esposas dedicadas a seus maridos e filhos; e a casa seria o lugar de ideal para a "rainha do lar". Espaço, esse, privilegiado para a legitimação das desigualdades de gênero e a subordinação das mulheres. Não lhes fora, portanto, permitido prática de condutas que demonstrassem a capacidade de inverterem os papéis sociais impostos. Entretanto, milhares de mulheres subverteram essa ordem e participaram ativamente dos contextos sociais, políticos, culturais, econômicos e criminais do Oitocentos. No âmbito criminal, por exemplo, mulheres mataram, roubaram, furtaram, brigaram, esfaquearam, dentre dezenas de outros casos. Assim, foram "figuras" frequentes em relatórios policiais e registros de entradas e saídas de delegacias e, principalmente, da Casa de Detenção da Corte. Neste lugar, as mulheres tiveram que conviver com dispositivos disciplinares idealizados para o gênero masculino. Nesse caminho, fragmento da pesquisa de doutorado, o artigo se propõe a apresentar considerações a respeito de como eram as condições das milhares de encarceradas que por lá passaram e, no limite, as resistências apresentadas por elas, no tempo aqui proposto. As fontes a serem utilizadas - regulamentos, relatórios do Ministério da Justiça e Matrículas de detentas - serão retratadas à luz de alguns discursos parlamentares, que propalavam a noção de docilidade às mulheres. Por fim, o artigo será dividido em três momentos: Apresentar a instauração da instituição; as condições das encarceradas e, por fim, formas de resistências.

O Perdão do Ofendido no Direito Penal Brasileiro do Século XIX

Arley Fernandes Teixeira
arleyft96@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História do Direito Brasileiro, Perdão do ofendido, História do Direito.

Esse trabalho representa os resultados parciais de um projeto de iniciação científica voluntária da UFMG, cujo objetivo é compreender como os juristas oitocentistas brasileiros lidavam com a presença do perdão da parte ofendida, previsto no art. 67 do Código Criminal de 1830 e no art. 77 do Código Penal de 1890. Esse instrumento é um meio de encerrar o processo penal pela via privada, o perdão da vítima, o que soa estranho a esse contexto de publicização penal, no qual a função destinada ao Direito Penal é, primordialmente, a de manutenção da

ordem, com o conseqüente aumento do poder repressivo estatal, através de figuras como o Ministério Público e as ações penais públicas. O trabalho consiste na análise de duas principais fontes, a historiografia e as fontes de época. Em relação à primeira, destacamos os escritos de Mario Sbriccoli, Giorgia Alessi, Antônio Manuel Hespanha, Andrea Zorzi, Tomás y Valiente e Rafael Mafei Queiroz, que são essenciais para a compreensão da tensa relação entre a esfera pública e privada do direito criminal na passagem para a Modernidade. Sobre as fontes de época, destacam-se os comentaristas do Código Criminal de 1830, do Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832 e também do Código Penal de 1890, principalmente dois autores posteriores ao Código de 90, Aurelino Leal e Francisco José Viveiros de Castro, que são a chave para a interpretação proposta nesse trabalho. Além disso, uma outra fonte utilizada foram as revistas jurídicas, com destaque para duas, o periódico *O Direito*, publicado entre 1873 e 1913 e analisado até 1889, e a *Gazeta Jurídica*, analisada entre 1873 e 1887. Em todas essas fontes, buscou-se compreender as discussões acerca do perdão do ofendido e instrumentos intimamente ligados a ele, tais como as ações penais públicas e privadas, denúncia, queixa, o perdão do ofendido miserável, entre outros elementos. Com a leitura dessas fontes, foi possível perceber uma mudança no trato desse instrumento ao longo do século XIX no Brasil. Se em relação ao Código Criminal de 1830, as críticas são focadas em elementos subjacentes ao art. 67, como o perdão do miserável, sob o Código Penal de 1890, as críticas ao perdão ganham força, principalmente quando conjugadas com a discussão sobre as ações penais privadas, especialmente nos delitos contra a honra da mulher, como nos casos de estupro e rapto, bem como no furto e dano. Fatos que representam traços da consolidação do Direito Penal como Direito Público.

O sistema punitivo do Antigo Regime Português e sua implementação nas Minas setecentistas: a importância das cadeias e do encarceramento

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
mfrizzone@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Punição, Justiça, Antigo Regime, Minas Gerais.

Esta comunicação pretende apresentar e discutir o sistema punitivo português no período moderno, sobretudo no que se refere às formas de punição e controle social na América Portuguesa. Dar-se-á ênfase à função das cadeias nesse sistema, mesmo não havendo no Livro V das Ordenações Filipinas menção ao encarceramento como forma de punição a crime algum.

Penas pecuniárias, exílio e suplícios eram as principais formas de punição no período, objetivava-se marcar o criminoso na pele, de forma que ele nunca se esquecesse do sofrimento, de modo a ostentar o triunfo da justiça. Salienta-se que as atrocidades previstas como penas no Antigo Regime não eram rigorosamente aplicadas a todos os casos, as autoridades – inclusive o Rei, no exercício de sua Graça – encontravam meios de abrandar o rigor das penas. Dentro de um sistema de punições marcadamente corporais e espetaculares as cadeias podem parecer pouco significativas, entretanto, eram de extrema utilidade, tanto para viabilizar a execução das penas, quanto para o funcionamento da justiça, especialmente em âmbito local, e do ordenamento social. Serão também discutidas a importância e a forma de implementação desse sistema de controle e punição nas Minas ao longo do século XVIII, tendo em vista a ocupação populacional e a instituição de um aparato administrativo, o desenvolvimento econômico da região e o aumento da violência, criminalidade e criminalização em decorrência das descobertas auríferas no interior do Brasil. As Casas de Câmara e Cadeia são parte material desse sistema administrativo e punitivo na América Colonial. As instruções para que fossem suntuosas e resistentes, simbolizando o poder e a justiça da monarquia se contrastam com as dificuldades de edificação de prédios com essas características de forma rápida em regiões recém-povoadas. Assim, a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica e sua materialidade está intimamente relacionada com as ideias de justiça e administração portuguesas para a colônia americana e, ao mesmo tempo, os desafios dessa administração na prática.

"A Mais Bela Prerrogativa da Coroa": O Recurso de Graça na Cultura Jurídica Brasileira (1824-1924)

Arthur Barretto de Almeida Costa
arthurbarretto@oi.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Perdão, Poder Moderador, Recurso de Graça.

O objetivo do trabalho é elucidar de que forma a cultura jurídica do Brasil entre 1824 e 1924 lidou com o recurso de graça, instituto fortemente relacionado com o ideário pré-moderno, após a passagem à modernidade jurídica. A graça consiste no perdão e comutação das penas após a condenação, cabendo no Império ao Imperador e, na república, dividida entre o presidente da República, os dos Estados e os congressos nacional e estaduais. As fontes escolhidas são doutrina, legislação e as atas e coletâneas de decisões do Conselho de Estado. Identificamos três

argumentos de defesa da graça: o primeiro, de que ela se prestaria a evitar injustiças decorrentes da aplicação direta da lei, isto porque a inevitável abstração da lei a impede de prever todos os casos, podendo uma lei justa ter consequências injustas. O segundo, que a prisão passaria a ser supérflua com a correção do réu. A terceira seria corrigir lacunas na legislação brasileira. Estudamos também um posicionamento contrário à graça tal como vinha sendo praticada, o qual propunha uma densificação normativa do instituto para que ele se propusesse apenas ao segundo fim acima elencado, criticando o instituto ao afirmar que sua prática reeditava a função de exaltação do Imperador. Analisamos as atas do Conselho de Estado entre 1828-1834, verificando que em quase metade dos casos não havia comutação, e boa parte das consultas era relativa a militares. Para o segundo reinado, a análise das coletâneas de decisões mostra grande quantidade de escravos e a preponderância da questão da pena de morte, que, a partir de 1876, foi virtualmente abolida por meio da graça. Em muitos casos, os argumentos pela comutação remetiam a irregularidades processuais, e não às funções filosóficas da graça, de modo a “corrigir” principalmente a lei de 10/06/1835. Da análise comparativa da doutrina Imperial e Republicana, percebe-se que a graça se moveu gradativamente do direito constitucional para o penal, até ter a maioria de suas funções tomadas pelo recurso de revista em 1890 e pelo livramento condicional em 1924. Tal situação verifica-se com maior clareza pela incorporação da graça de forma direta ao Código penal de 1890; além disso, na doutrina, vê-se uma preocupação maior em se entender a graça no contexto da política criminal, e em um afastamento das suas dimensões político-constitucionais, vez que os novos institutos, de caráter puramente penal, se prestavam com maior precisão a esses fins. (Trabalho financiado pela FAPEMIG).

O Regimento Inquisitorial de 1774: modernização e dirigismo cultural no Reformismo pombalino

Igor Tadeu Camilo Rocha
igortcr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Irreligião, Iluminismo, Libertinagem, Regimento da Inquisição de Portugal de 1774, Dirigismo Cultural.

O objetivo deste trabalho é articular dois temas, aparentemente conflitantes, comumente abordados pela historiografia sobre Portugal e o mundo luso-brasileiro na segunda metade do século XVIII. Seriam eles, de um lado, o “ímpeto secularizador” e modernizante das reformas

pombalinas a partir de 1750, no reinado de d. José I e com seu ministro plenipotenciário Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde e Oeiras e, posteriormente, Marquês de Pombal, tocante às instituições públicas, sociais, culturais e religiosas de Portugal e colônias; de outro, o dirigismo cultural marcante nas mesmas reformas, que partia de uma premissa de que o atraso, atribuído à Portugal em relação às nações do norte da Europa, seria superado com reformas feitas de cima para baixo, e para tanto seriam necessárias as permanências de instituições como os órgãos de censura e a Inquisição. Um grande exemplo desse direcionamento da política reformista pombalina foi o Regimento da Inquisição de 1774, que, ao mesmo tempo em que modernizava as formas de punir (supressão da tortura e das penas públicas, como os autos de fé e publicação de listas de penitenciados, além de terminar com o segredo processual) e as categorias penais (por exemplo, a retirada da “possessão demoníaca” como evidência para delitos como os de feitiçaria), se norteava por um ideal de pureza de fé, ancorado em um projeto de sociedade contrário tanto à irreligião e da libertinagem como de formas supersticiosas e fanáticas de religião. Aqui nos interessa problematizar, brevemente, a ambiguidade de um regimento inquisitorial que dialogou em muitos pontos com diversos debates iluministas a respeito da aplicação de delitos e penas, sobre a justiça e também sobre a tipificação de crimes, a despeito das enormes críticas à repressão das religiões instituídas ser uma tópica fundamental das Luzes, bem como sobre a ideia de manter os tribunais de fé estar fortemente fincada na oposição público x povo, entendendo-se que o segundo precisa ser guiado e moldado por políticas de punição e vigilância, cuja finalidade seria “iluminar” suas mentalidades e vencer seus “prejuízos”, que eram apontados como razão do atraso lusitano.

ST 03 - História e Música

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves
Mestre/Doutorando
Universidade Federal de Minas Gerais
phpity84@yahoo.com.br

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
lima.historia@gmail.com

José Fernando Saroba Monteiro
Doutorando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
jfmonteiro2@hotmail.com

Proposta do Simpósio

Geralmente citada em meio a eventos históricos, como curiosidade ou “ilustração”, a música não mereceu dos historiadores, até a ascensão da “Nova História Cultural”, a mesma atenção e critério metodológico aplicado a outras fontes históricas e sabemos que ao longo da história, foram inúmeras as formas musicais que se integraram aos acontecimentos históricos, se juntaram umas às outras e resultaram em novidades e inovações, modernizando este campo e possibilitando uma renovação e ampliação de possibilidades. Após a década de 1980, com a valorização de aspectos culturais no meio acadêmico como formas de se adentrar “mundos específicos”, a música passou a ser vista com novos olhos pela historiografia. Também a partir deste período, o fenômeno da globalização permitiu o encurtamento das distâncias e a dinamização das inter-relações locais, regionais e continentais, o que influenciou no campo musical, ocasionando internacionalizações e fusões entre ritmos e gêneros globais e locais, ou mesmo inter-regionais.

O presente simpósio tem, portanto, como objetivo a discussão de relações entre história e música em suas múltiplas perspectivas. Para isso, esperam-se trabalhos que tenham a música como fonte histórica; tratem da teoria e metodologia da música como objeto da história; lidem

com a utilização da música como construção de memórias; pensem a música como meio de apreender representações, imaginários, culturas populares, discursos, linguagens e práticas culturais; investiguem as interações, hibridismos, aculturações, sincretismos, etc., entre gêneros, formas e ritmos; se interessem pelo impacto globalização no campo musical, ou questões musicais que ultrapassam as fronteiras nacionais, que seguem tendências internacionais ou que se globalizam, incluindo questionamentos sobre localismos, regionalismos, identidade nacional ou a união destas muitas questões; ou ainda, reflitam sobre o uso da música no Ensino de História.

Este será o primeiro simpósio que trata da relação entre História e Música oferecido pelo EPHIS e é seu intuito, além de promover a discussão e problematização interdisciplinar do tema, contribuir para a divulgação e aprofundamento da pesquisa na área.

Comunicações

Um duro, e feio golpe: violência e música nas Minas setecentista

Felipe Novaes Ricardo
f.novaesr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural, Musicologia, Crítica pós-colonial.

O setecentos na capitania das Minas Gerais fora marcado por uma multiplicidade de referenciais simbólicos em conflituoso diálogo; contradições socialmente reconhecidas de um universo colonial em equilíbrio instável. Da opulência e riqueza do auge diamantífero e aurífero à decadência das catas, tabuleiros, aluviões e grupiarias; dos opostos estamentais em ininterrupto conflito; das picadas aos sertões da capitania à violência fundamental da empresa colonial aos aquilombados e nativos das regiões; do controle régio ao tangenciar fraudulento às leis de Sua Majestade; da honra e virtude patrimonialista, esmero da aspereza cidadina, ao delito público.

Neste cenário observa-se uma produção musical marcada por uma linguística em desvios às normativas europeias (Brandão, 2010). Acreditamos que tais fraturas nas concepções estilísticas, quando em paralelo ao mundo europeu, diferentemente de desorientações técnicas representam estratégias simbólicas, ao âmbito das objetificações linguísticas, à racionalização da violência enquanto linguagem fundamental (Silveira, 1997; Mello e Souza, 1999; Anastasia, 2005); representações sociais do conflito em elementos linguísticos de tensão tonal. Um universo setecentista em equilíbrio instável, delineado em significados múltiplos em choque, no qual as

objetificações linguísticas próprias as mediações coletivas à racionalização de experiências e coisas culturalmente reconhecidas (Wagner, 2012) operam num sistema de representações e classificações do mundo sob a forma de representações sociais.

Por meio da análise em documentos de música, dispostos no Núcleo de Acervos da Escola de Música da UEMG, e levantamento dos postulados da harmonia setecentista nos tratados “Novo tratado de música métrica, y rythmica...” (1779) e “Exame instructivo sobre...” (1790) do conimbricense Francisco Ignacio Solano (1720-1800), identificamos elementos de tensão tonal – dissonâncias - circunscritos a repousos de natureza cadencial ou conclusiva; o que divergem às normativas europeias coevas. Aquém do levantamento, as designações setecentistas atribuídas ao conceito de dissonância foram averiguadas enquanto um encontro sonoro contraditório (Bluteau, 1716; Solano, 1779; Moraes Silva, 1789) e conflituoso (Rousseau, 1779). Observamos estes elementos enquanto indícios de uma rede de significados tecidos em Minas setecentista.

O presente trabalho é subproduto de projeto de pesquisa desenvolvido por meio de financiamento da FAPEMIG de 2015 a 2017.

Os cantores na tragédie lyrique: apontamentos sobre a voz haute-contre e a construção do gosto francês

Wenderson Silva Oliveira
musica_wenderson@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Haute-Contre, Musicologia Histórica, Música Barroca, Música Barroca Francesa, Ópera Barroca.

Com a dissolução da Academia de Ópera, Jean-Baptiste Lully (1632-1687), até então responsável pela música instrumental da corte, compra os privilégios reais da Academia e funda a Academia Real de Música e Dança, com a qual propõe um novo olhar para os espetáculos cênico-musicais a partir da versão francesa do gênero, a tragédie lyrique (HARNONCOURT, 1988). A tragédie lyrique foi um gênero operístico comum na música francesa dos séculos XVII e XVIII e, partindo do formato da ópera italiana, desenvolveu-se de maneira muito particular e distinta. A tragédie lyrique traz consigo peculiaridades da cultura francesa da época: a pronúncia impecável da língua; a importância do texto tal qual a música; a utilização do ballet nas cenas e

entre elas; o maquinário para produzir efeitos e, na estética vocal, os cantores haute-contres – nosso objeto de estudo nessa pesquisa. Jander & Harris (s.d.) definem essa tipologia vocal, no verbete Haute-Contre do Dicionário Grove de Música, como um tenor de voz aguda cultivado nas composições francesas dos séculos XVII e XVIII, que equivale em sua sonoridade, ao Contralto italiano e ao Countertenor inglês. Sob essa perspectiva, nossa proposta é discutir essa problemática de definição e traços de sonoridade com a literatura moderna (KILLINGLEY, 1974; ZASLAW, 1974; CYR, 1977; HILL, 1974; KÜHL, 2014) e com os escritos da época que delineiam essas características (BROSSARD, 1705; COTGRAVE, 1611; ROUSSEAU, 1768, dentre outros). A partir desses estudos poderemos esquadrihar a construção do gosto musical francês no século XVII – início da ópera em Paris, e as características que o diferenciavam do gosto italiano, com foco na música vocal. Como parâmetros de comparação, utilizaremos as descrições da literatura acima apresentada, além disso, recorreremos às fontes musicais (partituras) para exemplificar essas características sonoras. Pormenorizar o fenômeno vocal haute-contre e colocá-lo nas discussões da Musicologia brasileira legitima uma prática vocal há tempos preterida no Canto Lírico e na Música Histórica ou Historicamente Orientada de um modo geral, e abre espaço a um repertório pouco conhecido, além de apontar novas propostas de leitura e discussão para os estudos já existentes e possibilitar novos debates e novas perspectivas, permitindo um diálogo interdisciplinar entre a História e a literatura do Canto.

"Ça Ira" e a Revolução Francesa: uma possibilidade de análise da retórica musical

Allysson Fillipe Oliveira Lima
lima.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa, Retórica Musical, Ça Ira.

O assunto que percorria as vielas de Paris em julho de 1790 era a Festa da Federação, planejada para ocorrer no próximo dia 14. Àquela altura, a população se encontrava apreensiva graças ao boato que havia se espalhado sobre um possível atraso dos preparativos para a comemoração de um ano da Tomada da Bastille. Como garantia de que isso não ocorresse, milhares de pessoas seguiam depois de seus afazeres para trabalhar nos Champ des Mars, local escolhido para a festa, ao som de uma nova canção popular que havia surgido naquela ocasião: a

“Ça Ira”.

“Ça Ira” foi, ao lado de “La Marseillaise” e “La Carmagnole”, a composição de maior sucesso durante a Revolução Francesa e, por isso, esteve entre as mais mencionadas ou trabalhadas pela historiografia.

Proponho com esta apresentação uma forma de análise da retórica musical, tendo como fonte histórica uma partitura de 1790 da canção mencionada. A partir de sua análise, pretende-se melhor compreender o momento de criação e difusão da canção, os seus possíveis cantantes, e, sobretudo, como articulam nela: letra e melodia.

Dessa forma, acredito poder contribuir para uma discussão proposta pelo simpósio: como conjugar metodologicamente história e música.

O Sinal Fechado para Chico Buarque

Moema Sarrapio Pereira
moemasarrapio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Chico Buarque, Censura Federal, Resistência, ditadura militar, MPB.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados parciais da análise do álbum Sinal Fechado (1974), de Chico Buarque como um contradiscurso evocado pelo embrutecimento da Ditadura Militar. Após a decretação do AI-5 e a instauração da censura prévia, assim como muitos artistas e produtores de cultura no Brasil, Chico Buarque foi fortemente perseguido pelos militares. Tendo suas canções censuradas de maneira sistemática, o compositor não tinha material para um disco autoral, tendo de recorrer à canções de outros compositores para cumprir seu contrato com a gravadora. Sinal Fechado é o primeiro disco não autoral da carreira de Chico. Em nossa análise, o álbum é considerado como um único elemento portador de sentido, em sua totalidade, e nosso intuito é verificar se e como esse elemento único se apresenta como um contradiscurso. Nossa proposta é discutir de que forma Chico se utilizou de um álbum composto somente por canções de outros compositores para criar um discurso de resistência à ditadura militar.

“Caminhando”: canção símbolo da luta contra a ditadura militar e outras formas de opressão

Dalva Silveira
dalvasilveira@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Manifestações populares., “Caminhando”, Resistência, Ditadura militar.

Com base no exame do processo do DOPS referente ao cantor e compositor Geraldo Vandré e de 60 matérias sobre o artista, publicadas em jornais e revistas brasileiras, a partir de 1968, além do estudo de obras sobre a cultura musical e o contexto histórico da década de 1960, este trabalho analisa como a sua canção “Pra não dizer que não falei das flores”, ou “Caminhando”, apesar de proibida, tornou-se símbolo da luta contra a ditadura militar e outras formas de opressão, e vem sendo cantada, até a atualidade, em passeatas e manifestações sociais. Alguns fatores cooperaram para isso, como, por exemplo, o seu lançamento, ocorrido num momento marcado pela radicalização das ações da esquerda brasileira e pelo consequente acirramento do autoritarismo político, quando a canção conseguiu canalizar o sentimento contido nos movimentos de resistência ao regime vigente. Na reconstituição da trajetória da música, serão apresentadas algumas versões sobre o motivo que teria levado à sua criação, bem como a polêmica em torno de sua participação no III Festival Internacional da Canção, com final em 29 de setembro 1968. Nesse dia, a composição de Vandré, embora favorita, ficou como segunda colocada. Porém, foi apropriada pela “voz coletiva” como hino de contestação à ditadura militar ali mesmo, no Maracanãzinho, no momento em que a ovacionaram de forma entusiástica. A partir daí, a música esteve presente em vários momentos significativos desse período, como, por exemplo, em enterros de vítimas da repressão política, como o do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do metalúrgico Santos Dias, em 1979. A canção também foi cantada na campanha em prol das eleições diretas para a presidência da República, de 1984, e, mesmo depois do fim do regime militar, “Caminhando” vem embalando manifestações de protesto. O trabalho também apresenta exemplos de intérpretes, de diferentes estilos, que regravaram “Caminhando”. Expressões usadas para fazer referência à canção, como “hino da esquerda”, “slogan para as manifestações estudantis”, “Marselhesa brasileira”, “paradigma da canção de protesto brasileira” e “hino de contestação à ditadura” demonstram a conotação política que lhe foi atribuída. Esse simbolismo foi, talvez, o responsável pela censura da música por mais de dez anos. Sendo assim, essa canção sofreu a mais

longa interdição da história do AI-5, assunto que também será abordado neste trabalho.

SUAVE COISA NENHUMA: o Amor dos "Secos & Molhados" como valor crítico à ditadura militar (1973)

Thales Reis Alecrim
thales.alecrim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Poesia, Ditadura militar, História e música, Contracultura.

O presente trabalho visa analisar a poesia feita canção: Amor do conjunto "Secos & Molhados". Em forma de poesia, foi escrita por João Apolinário, compõe o seu livro *Morse de Sangue* (Porto, 1955). Amor foi interpretada em forma de canção pelo conjunto de seu filho João Ricardo, o meteórico fenômeno "Secos & Molhados" (*Secos & Molhados I*, 1973). Pretendemos analisar essa relação entre poesia e canção tendo em mente as tensões históricas do pós segunda guerra ligados a contracultura, um movimento internacional que se postulava contra a razão ocidental através de uma postura social ligada a arte. Nessa perspectiva, encaramos a ditadura militar brasileira como a inserção do Brasil na orquestra dos países "civilizados", ou seja, a encarnação tropical dos pressupostos racionalistas e modernizantes da sociedade ocidental. João Apolinário, após se exilar de Portugal, decorrente de sua atividade militante e conseqüente perseguição pelo Estado salazarista, estabelece residência no Brasil em 1963, passando a trabalhar como crítico teatral para o jornal "Última Hora". O poeta estava em amplo diálogo com as correntes de pensamento que se postulavam criticamente à razão ocidental, pregava a insurgência de manifestos libertários e revolucionários através da arte popular. O conjunto "Secos & Molhados", divulgado pelo selo da gravadora Continental, também estava em ressonância com o paradigma nacional-popular, e ainda assim apropriaram diversas referências internacionais dentro de sua estética criativa. Assim posto, sob a lente de Roger Chartier com os paradigmas de apropriação e representação, e aliado ao arcabouço metodológico para a história da música proposto por Marcos Napolitano, pretendemos situar os objetos em uma rede cultural que, a partir de suas visões de mundo, estabelecem estratégias críticas ao movimento da moderna

sociedade ocidental através do destaque de certos valores. Dentre esses valores, no presente trabalho se destaca o amor.

“O meu futuro é luz e calor”: os anos finais da Abertura Política (1974-1985) nas canções do disco *Ao Vivo*, de Milton Nascimento

Hudson Leonardo Lima Públio
hudsonpublico@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Composição, Canção, Abertura Política, Milton Nascimento.

A década de 1980 no Brasil começou com expectativas que anos antes eram incertezas e sonhos para grande parte da sociedade. Após o período de distensão do Governo Geisel (1974-1979), o retorno de grande parte dos exilados e a libertação da maioria dos presos políticos no Brasil, situações que só foram possíveis com a promulgação da Lei da Anistia, assim como o fim do AI-5, deram um ar de esperança à população para que o retorno do regime democrático fosse uma realidade. O Governo Figueiredo (1979-1985) foi marcado por forte recessão econômica, logo após um pequeno período de falsa prosperidade conhecido como “Milagre Brasileiro”. A continuação do regime de exceção no Brasil se tornava inviável, sendo marcado por baixa popularidade e grandes greves iniciadas pelo setor operário. O Atentado do Riocentro em 1981, como um ato de desespero da linha dura das forças armadas, indica a insustentabilidade do regime iniciado em 1964. A MPB apareceu nesse contexto como porta voz dos anseios da população. Músicos como Chico Buarque, João Bosco, Elis Regina, entre outros, deram suas composições e/ou vozes como manifestos ao retorno da Democracia. A formação cultural Clube Da Esquina é um grande exemplo de coletivo de músicos que desde os primeiros anos da Ditadura Militar (1964-1985) buscaram retratar o contexto brasileiro de opressão. Não seria diferente na Abertura Política (1974-1985). Milton Nascimento, como célebre “integrante” desse informal coletivo, lançou ao mercado fonográfico vários discos que retrataram em suas faixas esse período. Para essa comunicação propomos trabalhar com o álbum *Ao Vivo*, de 1983. Gravado a partir de diferentes shows ocorridos em Novembro de 1983 na cidade de São Paulo, consideramos esse disco como exemplificador do otimismo gerado nos anos finais da Ditadura, não só pelas letras de suas composições, mas também pelo clima presente nos músicos que o

gravaram e também nas melodias que geraram um chamado para a redemocratização. Complementando, utilizaremos os artigos e obras impressas do historiador Marcos Napolitano, que nos proporciona material para a análise do período da Ditadura, e também relacionado aos estudos de música popular. Acrescentando nossas referências buscamos os textos de Luiz Henrique Assis García, que fornece estudos relacionados ao Clube da Esquina. Como a proposta envolve a análise do contexto da época, os periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional servirão como fonte.

A Canção é a arma de quem só entente o Amor: A Relação entre os Regimes Autoritários em Portugal e no Brasil e os Festivais da Canção (1964-1975)

José Fernando Saroba Monteiro
jfmonteiro2@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música Popular, Festivais da Canção, Autoritarismo, Brasil, Portugal.

A partir da década de 1950, com o surgimento do Festival de San Remo (Festival della Canzone Italiana, 1956), iniciou-se o costume de se produzirem festivais de música popular em diversos países em todo o mundo. Aqui pretendemos incluir os festivais da canção de dois países, Brasil e Portugal, mais especificamente, os Festivais da MPB e os Festivais RTP, respectivamente. No entanto, devido a extensa cronologia dos certames, sendo os Festivais da MPB realizados, esparsamente, até o ano 2000 e os Festivais RTP, com raras exceções, realizados até a atualidade, faremos um recorte menor, entre 1964 e 1975, período no qual os dois países se encontravam sob regimes autoritários vigentes, o Estado Novo, em Portugal, e a ditadura civil-militar, no Brasil. Em linhas gerais, procuraremos compreender a relação, direta ou indireta, existente entre os regimes vigentes e os festivais da canção, o que por vezes também inclui as chamadas “canções de protesto”, no Brasil, e os “cantos de intervenção”, no caso de Portugal.

A identidade nacional na academia e nas canções do século XX

Rodrigo Badaró de Carvalho
rodrigobadaro@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político Social, Música Brasileira, Identidade nacional.

O tema da identidade nacional esteve presente de forma transversal na história brasileira, perpassando diversos trabalhos literários, científicos e artísticos. O objetivo deste trabalho é verificar como as construções e as críticas acerca da identidade brasileira encontram-se diretamente conectadas com as expressões encontradas na música brasileira, além de salientar como, em determinados momentos da história do Brasil, a música serviu de instrumento para a consolidação ou negação dessa identidade. Busca-se verificar como os autores clássicos do Brasil construíram suas obras e como compreenderam, e assim ajudaram a construir, uma identidade nacional. A partir dos anos 1930, diversos autores desenvolvem obras importantes sobre esse tema, superando o problema central da questão racial, marcante no país do início do século XX, com G. Freyre, e avançando para outros temas como o da inserção do Brasil na modernidade, tema que é tratado por diversos autores, dentre eles S. Buarque, R. Faoro, F. H. Cardoso, R. DaMatta, dentre outros. Tais construções acerca do Brasil têm sido fortemente questionadas por importantes teóricos de diferentes campos do conhecimento, dentre os quais se destacam H. Starling, J. Souza, J. Ferreira.

Assim como propõem J. R. Tinhorão e Z. H. de Mello, esse debate se reflete e se constrói também na música brasileira. É interessante discutir, por ex., como a identidade nacional enaltecida pelo Samba Exaltação nos anos 30 se apresenta de maneira avessa àquela cantada pela Tropicália e pela MPB. No primeiro, o “Brasil Brasileiro” é cantado e exaltado por meio de suas características únicas, que diferem a Nação das demais. Nos outros dois movimentos, a identidade nacional se dá menos pela exaltação de características pressupostamente únicas, as quais diferem “nós” e os “outros”, do que pela abordagem da negociação e assim, pela apropriação de elementos estrangeiros, a música brasileira simultaneamente cantava e negava uma coerência absoluta na definição do que é ser brasileiro. Um exemplo, ainda no fim da década de 60, foi a Marcha Contra a Guitarra Elétrica, cujos líderes lutavam contra a estrangeirização da música brasileira, e que, passado um curto intervalo de tempo, se apropriavam da guitarra, antes vista como um símbolo da dominação Norte-Americana. Este acontecimento, assim como outros, serve de amostra para pensarmos o processo de construção discursiva da identidade nacional brasileira, analisando suas convergências e conflitos.

O nacional e o popular em Maria Bethânia (1965-1978)

Marlon de Souza Silva
marllonssilva@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Maria Bethânia, Ditadura Militar, Nacional-popular.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais de um projeto de pesquisa desenvolvido no doutorado em História pela UFMG, intitulado “Música Popular Brasileira e Romantismo Revolucionário em Maria Bethânia (1965-1978)”. O ponto de partida para a pesquisa foi o trabalho desenvolvido por Marcelo Ridenti, intitulado “Em busca do povo brasileiro”, em que o autor afirma ter ocorrido uma busca no povo por parte de intelectuais e artistas de esquerda durante os anos de 1960, característica de um romantismo revolucionário. Em sua análise, um dos exemplos citados por Ridenti na busca pelo povo é o espetáculo “Opinião”, de 1964, que revelou Maria Bethânia para o cenário artístico brasileiro. Apesar de abordar sobre o “Opinião”, o autor não insere a cantora na lista de artistas com ideais típicos de um romantismo revolucionário. No entanto, tendo como objeto de análise o repertório produzido pela cantora durante o regime militar, busca-se compreender em que medida Maria Bethânia contribuiu para o debate em torno das artes nos conturbados anos da ditadura. Trata-se de uma pesquisa em andamento, porém, a partir dos dados levantados, pode-se inferir que Bethânia contribuiu de forma significativa para o debate estético-ideológico em torno do nacional e do popular ocorrido durante o regime militar brasileiro.

"Eu Te Amo Meu Brasil": a música popular na construção ufanista e nacionalista do Governo Médici

Bruna Aparecida Gomes Coelho
bruna.agcoelho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música Popular, Ufanismo, Nacionalismo, Ditadura.

O regime militar brasileiro iniciou um período de campanhas ufanistas para conquistar simpatia da população enaltecendo o brasileiro e a potencialidade do país. Durante os anos de ditadura o governo de Emílio Médici (1969-1974) criou uma agência própria de propaganda: a

Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que deveria exaltar o nacionalismo junto à sociedade brasileira através de mensagens ufanistas. As propagandas tinham slogans de fácil memorização, adentrando em todas as camadas da sociedade a ideia de um Brasil progressista, inclusive a artística. Observamos que durante o regime militar arquitetou-se, através dos anúncios ufanistas, uma associação entre as palavras pátria, nação, governo e Brasil: todas passaram a ter o mesmo sentido. Assim, através da propaganda os militares conseguiam criar um clima nacionalista, em que as pessoas viam o Brasil como uma potência com um futuro promissor. Consideramos quatro músicas lançadas no governo Médici, analisando suas composições, seus intérpretes e seus autores: Eu te amo meu Brasil, uma composição de Dom (Dom e Ravel) e interpretada pelo grupo Os Incríveis; País Tropical e Brasil, eu fico, interpretadas por Wilson Simonal, mas escritas por Jorge Ben Jor; e Brasileiro, criada e interpretada pelo grupo Os Originais do Samba. Tais canções apontam que foi inevitável que a música popular sofresse influência das campanhas ufanistas e nacionalistas do regime, ocorrendo casos em que as canções defendessem o regime militar e seus conceitos progressistas. Tal influência teria atingido artistas de diferentes gêneros musicais, como é o caso de Jorge Ben Jor. Ou seja, as propagandas ufanistas influenciaram na produção musical do período, pois seus conceitos penetrados no âmbito social geraram músicas que representavam o governo de forma positiva para o povo brasileiro, reforçando as ideias de um Brasil nacionalista e progressista.

Discurso anti-imperialista e sentimento latinoamericano nas canções de Belchior

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
analuisamurta@gmail.com

Daniela Chain Vieira
danichain@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, América Latina, Identidade, Anti-imperialismo.

A proposta aqui apresentada consiste em trabalhar as composições do cearense Antonio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, o Belchior, no sentido de tentar compreender a obra do artista em suas possíveis dimensões políticas. As letras analisadas foram escritas em um contexto em que ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos detinham o poder em diversos países

latino-americanos. É possível perceber nessas canções, um forte sentimento de pertencimento latino-americano, além de evidentes referências discursivas de uma crítica anti-imperialista que se revigorava no continente. No caso específico, tratando-se de um artista brasileiro, cabe adicionar a discussão do lugar singular - muitas vezes alijado - que ocupa o Brasil nessa representação social, imaginária e simbólica que é a América Latina. Sob essas premissas, pretendemos analisar e discutir alguns elementos centrais para essa proposta como identidade, análise do discurso, anti-imperialismo e o pertencimento latino-americano em si.

História, Gênero e Música: Uma nova geração de mulheres latino-americanas

Kíssila Valadares Souza
kissila.souza@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE: Música, História, Mulheres, Gênero.

A comunicação tem por objetivo apresentar a experiência do programa de música latino-americana, “Viva la música!”, veiculado na rádio da UFV 100,7 FM que tem como intuito contribuir para a formação musical dos ouvintes da rádio, e fomentar as reflexões sobre a música como fonte histórica no que concerne os estudos sobre a América Latina. A música, além de ser uma forma de se comunicar, é impactada pelos acontecimentos e por seus agentes, tornando-se assim um modo de perpetuar momentos históricos. Está associada ao contexto cultural propiciando diferentes estilos, abordagens e concepções do papel que exerce na sociedade, agrupando elementos de um grupo social, de uma região ou de uma época. Pensar a relação história e música como fonte é algo recente, em razão das concepções teórico-metodológicas da produção científica no que concerne assunto em questão. A relação acadêmica entre a história e a música não é comumente explorada no que diz respeito a presença das mulheres na música latino-americana. Apesar de sua importância na formação da imaginação cultural e política de uma sociedade, o tema ainda é pouco debatido no Brasil. Um exemplo disso é o protagonismo feminino nas canções latino-americanas, retomando auge das redes sociais que possibilitam uma visibilidade cada vez maior a essas cantoras. Bandas como Perotá Chingó, formada inicialmente por Julia Ortiz e Dolores Aguirre, Femina composta por três mulheres Clara Trucco, Sofia Trucco e Clara Miglioli e Passiflora representada pela voz de Mariana Batiéndonos possuem em comum a herança latino-americana, a mistura de estilos como o som folclórico, o folk,

candombe, chacarera, música cubana, rumba flamenca e voz e violão e trazem à tona a questão de gênero sobre a música, e principalmente enquanto fonte histórica. Pensar o lugar e o papel dessas cantoras no cenário musical e na sociedade latino-americana contribui para ampliarmos o debate em torno das possibilidades de associação entre História, música e gênero ao apresentarmos nossos avanços e debates no que diz respeito a essa nova geração de cantoras.

Waltel Branco e as trilhas das telenovelas da Rede Globo entre os anos de 1965 e 1985

Thiago Rafael de Souza
thiagorsouza1984@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História e Música, Waltel Branco, Música Popular Brasileira.

Temas que relacionam história e música são amplos e possibilitam inúmeros recortes e reflexões, carregando em si uma privilegiada visão sociocultural, sobretudo quando a denominamos de "música popular", tendo grande valor na tradição e na memória da população.

A música popular brasileira passou por diversas mudanças estético-ideológicas, contemplando personagens que contribuíram para essa vasta história e a para a popularização da MPB. Muitos desses personagens mantêm-se na memória e no imaginário dos brasileiros como grandes contribuintes para a música popular.

Um desses personagens é o maestro e músico paranaense Waltel Branco (nascido em Paranaguá no dia 22 de novembro de 1929), figura única e detentor de uma musicalidade plural, com um vasto currículo, composto por vários sucessos. entre eles estão trilhas sonoras de telenovelas e vinhetas da Rede Globo de Televisão, tais como Moreninha, Irmãos Coragem, O Bem Amado e A Escrava Isaura e trabalhos como diversos artistas nacionais como, por exemplo, João Gilberto, Dorival Caymmi, Tim Maia, Roberto Carlos, Toni Tornado, entre muitos outros, além de trabalhos internacionais como Henry Mancini (The Pink Panther Theme, a trilha mundialmente conhecida de abertura do filme A Pantera Cor-de-rosa), Quincy Jones, Lia Ray, Nat King Cole, entre tantos outros.

Os anos de 1965 e 1985, Waltel produziu trilhas e temas para mais de 40 telenovelas da Rede Globo e nessa temporalidade, onde por muitos momentos a carreira de Waltel se funde

com a história e a memória da música televisiva, diversas mudanças ocorreram no panorama da cultura popular brasileira, e a MPB passou por vários processos de reinvenção e de readaptação, onde vale ressaltar que Waltel Branco participou ativamente de alguns processos de renovação da música no Brasil, do aperfeiçoamento de trilhas incidentais e da consolidação da indústria musical brasileira.

Pautado em questões que apontam a formação de uma mercado voltado para o consumo de trilhas sonoras de telenovelas, dentro da indústria musical brasileira, ao qual Waltel estava inserido, e nas discussões sobre a Indústria Cultural propostas por autores como Theodore Adorno, Max Horkheimer e Edgar Morin, esse resumo propõe a reflexão sobre a importância da obra do músico Waltel Branco para a consolidação da música televisiva brasileira entre os anos de 1965 e 1985, assim como, a relevância de sua obra para a formação de um novo mercado para a música televisiva.

“Essa música é brega demais”: o programa de rádio “Clube da Saudade” um patrimônio da cultura imaterial de Jequié – Bahia

Guilherme Lima Silva Junior
guiga_jr99@hotmail.com

Ana Cláudia Rocha Tomagnini Iгурrola
anacitrica@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Oralidade e Rádio, Brega, Memória.

O rádio chegou ao Brasil no dia 07 de setembro de 1922. Durante décadas foi um dos principais meios de comunicação do país. Amplamente utilizado durante o Estado Novo, naquele período consolidou-se, também como veículo de propaganda governamental. Na década de 1940 surgiram os programas de auditório e de calouros, lançando estrelas da música nacional. Nem o advento da televisão, no Brasil, em 1950, tirou do rádio, a sua importância nos lares brasileiros. Veiculando programas, notícias e músicas, o rádio segue presente na vida dos brasileiros. Muitas rádios e programas existem há décadas, como o programa “Clube da Saudade” da rádio 93 FM na cidade de Jequié-BA que será o nosso objeto de estudo. Transmitido há 23 anos, aos domingos, o programa veicula músicas dos movimentos musicais brasileiros conhecidos como Jovem Guarda e as músicas “bregas”. Espaço de memória, o Programa “Clube da Saudade”, faz parte da

identidade, das lembranças e do cotidiano da cidade de Jequié, tornando-se um patrimônio de cultura imaterial, para aquele município e região. Sua permanência e relevância para o cotidiano e para a cultura dos moradores da cidade e região, são explícitas em depoimentos orais, colhidos entre ouvintes de diversas faixas etárias. O “Clube da Saudade”, demonstra a importância do rádio e da música para seu público, fiel, tornando-se uma tradição nos domingos na cidade de Jequié- BA.

O Declínio da Indústria Fonográfica na Era Digital e a ascensão da Música Independente: O Caso do Grupo Teatro Mágico

Tiago Duarte Tudéia
tiagotudeia@gmail.com

Paula Ricelle de Oliveira
historiadoresprofissionais@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Internet, Teatro Mágico, Arte independente, Indústria fonográfica.

A comunicação que se pretende socializar tem por objetivo abordar o declínio da indústria fonográfica em detrimento da ascensão da música livre na internet. Para isso, abordaremos aspectos sobre o funcionamento do setor fonográfico no Brasil, o advento da internet e a ascensão da música independente. Nesse percurso, apoiamos a discussão em Theodor Adorno em seu livro *A Indústria Cultural e a Sociedade* (2009). Como exemplo, utilizamos a experiência do grupo Teatro Mágico para descrever como os artistas brasileiros estão explorando a internet para divulgar e vender sua arte sem a interferência das gravadoras. Assim, foi possível perceber que o acesso à música livre na internet é um caminho sem volta, mas que não significa o fim das gravadoras.

Samba outsider: história e música na cidade de São Paulo, Brasil, 1950

Guilherme Gustavo Simões de Castro
guilhermezorel@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Música, História, Territorialidades.

Estudo a relação entre música, história e territorialidades na cidade de São Paulo, Brasil. Na década de 50, os espaços de produção e vivência de música popular estavam marcados por uma contraposição urbana caótica. Havia uma área geográfica localizada na região do quadrante sudoeste que estava protegida por uma minuciosa legislação e outra área, três vezes maior, formada pelos bairros industriais e periferias, que estava entre uma condição legal e uma condição ilegal. Grande parte da população pobre habitava nestas regiões em favelas, cortiços e nos porões dos cortiços. Proponho uma análise da crônica chamada “Conflito na Barra Funda”, escrita por Osvaldo Moles e publicada no livro “Piquenique Classe C”, 1962. O interesse é o uso pelo autor da expressão “samba de porão”. É invenção literária ou existiu de fato como um estilo de samba ou como o nome que se dava ao local onde se vivenciava essas experiências? A análise está alicerçada em estudos de diferentes áreas como musicologia, história, literatura, antropologia, comunicação e urbanismo.

Marginalização e resistência: Donga e Metá Metá

Patricia Adriana Barbosa
pabs68@yahoo.com.br

Nathalia Guimarães e Sousa
nathaliagsb@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Indústria cultural, Música independente, Samba.

Este artigo se constitui como um possível exercício de análise da gênese da Música Popular Brasileira e seus desdobramentos no decorrer do tempo. A busca por uma interpretação e comparação entre as origens do samba, que nasceu marginalizado e foi ganhando espaço na cultura brasileira até ser considerado como um dos maiores símbolos da cultura brasileira, e a música independente atual, expõe um percurso de apropriação dessas manifestações pela indústria e sua utilização no forjar identitário brasileiro. O colorido é dado não só pelo tom dos acordes, mas também das peles, pela riqueza no detalhamento no que tange ao que denominamos como Música Popular Brasileira. Escolhemos olhar o samba pelo ângulo de sua origem marginalizada e como uma resistência dos negros às imposições daquela sociedade racista. Esses aspectos ainda estão presentes na nossa cultura hoje: com outros matizes encontramos uma

música “marginalizada” pela grande indústria cultural, mas que resiste abrindo novos espaços para se fazer presente. Aqui se destaca o uso da internet.

O mundo do trabalho no samba: algumas considerações

Cilene Margarete Pereira
prof.cilene.pereira@unincor.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Exploração, Samba.

Considerando o samba como lugar de memória e de projeção da voz de classes desfavorecidas, meu objetivo, nesta comunicação, é traçar um retrato do modo como figuras silenciadas diante da expressão de uma classe dominante revelam sua voz/existência por meio do samba, tratando de temas como trabalho e exploração/exclusão social. Priorizarei estes temas por entendê-los fundamentais para revelar o sambista como “ser político”, que age como membro da pólis e intervém em sua construção, reivindicando uma cidadania completa. Para tanto, examinarei as letras de alguns sambas que tematizam o mundo do trabalho, visto, nestes casos, não como expressão da dignidade – como se afirma no senso comum –, mas justamente como sinônimo de exploração e humilhação diárias, de uma violência que marca o corpo e o sujeito.

Três aspectos da obra musical de Assis Valente (1908-1958): mestiçagem, povo e carnaval

Tadeu Dulci Reis
tadeudreis@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Carnaval, Mestiçagem.

O presente trabalho se propõe a fazer um estudo da obra do compositor baiano José de Assis Valente (1908-1958), mais conhecido, simplesmente, por Assis Valente. Dentro de sua vasta produção musical, 155 músicas registradas e gravadas em disco, procurei destacar e analisar três aspectos principais: a mestiçagem, a interpretação do povo brasileiro e a relação entre o samba e o carnaval, que se mostrou muito além da simples associação música + folia, ou seja, o

samba não é apenas um apoio ao carnaval (samba, entendido aqui, não apenas como música, mas com prática cultural).

Para tal, mostro que todos esses elementos estão ligados por um aspecto maior, a questão social. Em outras palavras, se o compositor, que não era branco, aborda a mestiçagem, fala do povo e deixa transparecer uma importante relação entre samba e carnaval, ele está se posicionando sobre sua própria realidade, ou, nas palavras de CARVALHO (2006) está entrando no rol de interpretes do Brasil.

Irei, então, trabalhar cada um desses aspectos e sublinhar a riqueza que se pode encontrar no estudo de obras individuais da música popular brasileira. Aspecto esse que, muitas vezes, é negligenciado no estudo da música brasileira. São feitas muitas pesquisas dentro de temas já consagrados, como a relação música x Estado Novo, o samba e o nacionalismo ou, mesmo, o estudo de músicos e compositores já eternizados no panteão da música brasileira pelo público e pela crítica (Noel Rosa, Francisco Alves, Carmen Miranda etc., para citar apenas figuras da época).

O trabalho busca contribuir em três frentes principais: 1) mostrar a riqueza de se estudar uma obra musical como um todo. Em outras palavras, não fragmentar um determinado conjunto de músicas em uma ou outra letra isolada. Evitando, assim, que se perca o sentido de unidade da obra; 2) ajudar a superar a lacuna de trabalhos acadêmicos sobre Assis Valente (figura de muita importância dentro da música brasileira); 3) e, por fim, mostrar que, como apontou Carvalho (2006), o Brasil pode ser observado, sem grandes problemas, embora isso não seja pouco lembrado, através de nossa riquíssima tradição musical. Através dos interpretes do Brasil, que são os músicos e compositores da música popular brasileira.

Maria Bethânia: Porta-voz do sincretismo religioso na Música Popular Brasileira

Bruno Michael Pereira de Abreu
brunompabreu@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Sincretismo Religioso, Religiões, Maria Bethânia, MPB.

O objetivo deste trabalho é examinar os aspectos da vida e obra de Maria Bethânia para mostrar como ela deu amplo espaço, em sua construção artística, à mescla de diferentes culturas

religiosas e como contribuiu para o crescimento e maior aceitação das religiões afro-brasileiras em todo território brasileiro desde o início de sua carreira em 1965 até os dias atuais. A bibliografia levantada para embasamento do trabalho pode ser dividida em três grupos: o primeiro composto pelos trabalhos que abordam o tema do sincretismo religioso e religiosidades, o segundo constituído por trabalhos que abordam análises da obra de Maria Bethânia com a perspectiva religiosa e no terceiro os autores que discutem a música como fonte histórica. Pretendo aprofundar na análise do conceito de sincretismo religioso e a forma como se deram as interações entre as religiões cristãs e as afro-brasileiras. Por se tratar de música, um objeto e fonte recentemente utilizados pela historiografia, será necessário a utilização de uma metodologia específica para esse corpus documental, orientada, principalmente, por dois autores: Marcos Napolitano e José Geraldo Vinci de Moraes. A pesquisa tomará como fonte principal a obra artística de Maria Bethânia, em seu formato fonográfico, realizada ao longo de sua carreira.

Análise das manifestações artísticas e musicais da nação Iorubá na África pré-colonial e suas influências na cultura afro-brasileira no século

XXI

Lucas D' Alessandro Ribeiro
lucdaless@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Antropologia, Iorubás, Manifestação cultural.

Em nossa atualidade podemos perceber nitidamente que tivemos forte influência de povos vindo da África no período colonial, porém existem poucos estudos de como eram suas tradições e manifestações artísticas e musicais antes deste período. Com ajuda da Antropologia, e dos estudos etnomusicológicos, podemos analisar o fator sociocultural da época que antecede a vinda destes povos para as Américas por meio da música produzida, além de relacionar estes fatores com a cultura africana em nossa atualidade, através do Candomblé, Maracatu e Ijexá. Este trabalho, portanto, pretende discutir as manifestações artísticas e musicais, entendendo as características socioculturais de um povo africano, os Iorubás, e sua importância para nossa cultura. Discutem-se futuras pesquisas na área de construção sociocultural por meio das manifestações artísticas e musicais de povos diversos.

A cor do Brasil: identidades em disputa no samba e nos dados censitários de 1940 a 2010

Patrícia Nogueira Silva
nogpatricia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Identidades, Estatísticas, História, Samba.

Este artigo objetiva analisar o processo de emergência de uma negritude brasileira - evidenciado nos dados censitários do IBGE, de 1940 a 2010 - a partir das representações presentes no discurso musical. No campo das relações música/ história, o gênero musical investigado é o samba que ocupa lugar central na discussão sobre identidades, sendo um campo privilegiado de investigação, tanto do elogio à mestiçagem quanto da valorização da negritude. Como nos dados do censo, seus discursos emolduram diferentes retratos desse Brasil "imaginado", tendo como escopo as questões de "raça" e "cor". Procura-se identificar, nas formações discursivas, inscritas nos textos musicais destes sambas, alguns dos "retratos" do Brasil em diálogo com aqueles delineados nas estatísticas raciais da população brasileira do referido período. A proposta metodológica eleita para análise dos textos musicais se fundamenta nos procedimentos da Análise do Discurso.

Tambores, violas e clarins: a presença negra e mestiça na prática musical no Brasil entre os séculos XVIII e XIX

Luiz Domingos do Nascimento Neto
professorluizdnn@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mestiços, Músicos, Negros.

Numa sociedade marcada em seus diversos níveis de hierarquização pela presença da escravidão, africanos e sujeitos oriundos das mestiçagens biológicas ocorridas no seio da América portuguesa, demarcaram seu território de atuação não apenas no universo dos ofícios mecânicos e dos trabalhos relacionados à agricultura e extrativismo. Antes, se estabeleceram ou foram empregados como artífices da música a serviço de Irmandades católicas, Senado de câmara ou particulares. Se por um lado, a escassez de documentação até os dias de hoje tem sido o principal obstáculo para identificação da identidade da maior parte destes sujeitos; por outro, a presença

absoluta de homens de cor no exercício desta arte até os dias de hoje tem despertado o interesse de musicólogos e historiadores. Tencionamos neste texto apreender aspectos da participação dos negros e de seus descendentes no exercício da arte musical entre os séculos XVIII e XIX, no intuito de descortinar especificidades desta presença nesta atividade artística tão apreciada por contemporâneos.

A constituição das bandas de música civis na cidade de Ouro Preto no século XIX

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves
phpity84@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Musical, Bandas de Música, educação, Ouro Preto, História da Educação.

A pesquisa intitulada “A constituição das bandas de música civis na cidade de Ouro Preto no século XIX” tem como objetivo investigar as práticas coletivas de execução musical que se desenvolviam, por meio das bandas de música civis, no século XIX na cidade de Ouro Preto/MG, mais especificamente após a chegada da família real ao Brasil em 1808. Esta proposta visa aprofundar ou revisar alguns pressupostos presentes em diversos estudos da área da história da música e da musicologia a respeito da “instituição banda”. Este estudo busca, ainda, compreender qual era o papel das bandas na vida dos músicos que a compunham e da comunidade, em geral, no que tange à educação, à educação musical e à sua função social. Trata-se de um estudo, em sua essência, interdisciplinar, que demandará um tratamento interdisciplinar. Para isto, buscarei o diálogo entre os campos da História da Educação, da História da Música e da Sociologia.

Nossa hipótese é a de que, independentemente ou em paralelo às bandas que oficialmente foram instaladas com a vinda da família real em 1808, outras práticas coletivas já se desenvolviam e constituíam o cenário musical/ paisagem musical brasileira, e essas práticas contribuíram para o desenvolvimento do que veio a se tornar as bandas civis. Além disso, pensamos que há possibilidade de que os músicos integrantes e formados pelas bandas no período eram, também, os músicos que participavam de várias outras corporações musicais como orquestras, grupos menores como trios e quartetos, e também na educação musical e formação de músicos da

cidade, com aulas de instrumento ou canto em outros espaços como, por exemplo, em aulas particulares e/ou até mesmo nas escolas normais.

As bandas de música estão, até os dias atuais, e sempre foram presentes em diversos contextos e estão relacionadas às manifestações e eventos sociais de naturezas diversas, encontrando-se sempre presentes nas comunidades e influenciando a vida das pessoas e a cultura local. Além disso, constituem-se como um espaço importante de ensino-aprendizagem da música, envolvendo muitas perspectivas de ensino: ensino de instrumento individual e coletivo, aula de teoria musical, marcialidade, entre outros. Por este motivo, é inquestionável o papel educativo desses grupos e a importância de melhor estudá-los e conhecê-los nos mais diferentes aspectos.

Breves reflexões sobre o jazz em formato instrumental no Brasil

Renan Branco Ruiz
renan@guerrilhagig.com

PALAVRAS-CHAVE: Música instrumental, Jazz.

O jazz e a música produzida no Brasil estabeleceram, durante o século XX, diálogos de diversas formas e níveis. Essa intersecção ainda é um campo de estudos que precisa ser potencialmente ampliado, pois - apesar de contribuições essenciais - a historiografia sobre o tema ainda pode revelar muitas possibilidades de análise sobre a construção das práticas que estruturam o universo musical no Brasil.

Assim sendo, esta comunicação tem como um dos objetivos apontar três diferentes momentos do século passado onde as aproximações entre o jazz (em sua versão instrumental) e a música produzida no Brasil se entrelaçaram de forma consistente. Para tanto, considero que as décadas de 1920, 1960 e 1980 são épocas onde essa relação se faz de forma constituinte do debate e da proposta estética de obras produzidas em algumas capitais do sudeste do país.

Ciente das muitas armadilhas intrínsecas aos procedimentos de classificação em períodos, apenas tenho o intuito de apontar uma das possibilidades de interpretar as convergências entre o jazz instrumental e a música popular feita no Brasil, partindo de uma visão agrupada sobre o século XX. Dessa forma, destaco a atuação das jazz-bands cariocas dos anos

1920, do sambajazz da década de 1960 e do estilo fusion adotado por conjuntos independentes de São Paulo do início dos anos 1980.

Apesar das diversas diferenças que acompanham as particularidades históricas desses três distintos momentos, esse itinerário propõe reflexão sobre as retóricas e referências que parecem ter persistido nesse caminho, com diferentes apropriações e definições adotados pelos atuantes no cenário musical.

Fricção musical, Hibridismo, e Representação – formação do gênero Sambajazz: o exemplo de Nanã

Pedro Larrubia Guerra
pedrolarrubia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Instrumental, Sambajazz, Popular.

O presente artigo apresenta um pequeno debate conceitual a respeito da criação e formação do gênero musical Sambajazz. A utilização de conceitos como: Hibridismo, fricção musical, musicalidade, memória, símbolos e representação. O debate teórico segue ao apresentar o conceito de Estrutura de sentimento revolucionária, referente as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, além da relação presente no movimento modernista entre cultura popular e erudita. Após isso, é apresentado o exemplo de “Naná” música de Moacir Santos, como parte de um processo de tradicionalização através do esquecimento do gênero Sambajazz enquanto genuinamente nacional.

Territórios musicais: um estudo exploratório da cartografia do rock catarinense (1980-2000)

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira
kaduoliveira23@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia, Cena musical, Espaço, Rock catarinense.

O presente trabalho tem como objetivo cartografar as diferentes cenas de rock existentes em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 2000. Trata-se de um estudo exploratório, que abre

um leque de possibilidades na inserção de outra metodologia na área da pesquisa histórica sobre a canção popular brasileira. A utilização da canção na pesquisa histórica obteve grande reverberação nos últimos tempos, principalmente no Brasil, onde ela está situada no centro de fenômenos mais amplos da sociedade brasileira e, por conta disso, dá-se a importância de encará-la como um documento histórico. A canção lança luz sobre diversos prismas da sociedade em que está inserida, sendo ferramenta de estudo de diferentes recortes temporais e temáticos. Nesse prisma de análise, o trabalho divide-se em duas partes: na primeira, evocam-se os aspectos teóricos acerca dos estudos sobre canção e espaço dentro da história, evidenciando o papel da metodologia cartográfica – utilizada, principalmente, nos estudos sobre comunicação. Para isso, dialoga com autores que analisam o conceito de cenas musicais, como Fernanda Marques Fernandes e João Freire Filho, que vão ao encontro das análises de Will Straw, além daqueles que exploram a concepção de territorialidades sônico-musicais, como Cíntia Fernandes e Michel Herschmann. Já no segundo momento, se debruça no levantamento de diferentes bandas do gênero no período proposto, conectando com as discussões acerca de urbanidade e desenvolvimento industrial em duas regiões de Santa Catarina, que foram preconizadas nesse trabalho: Grande Florianópolis e Norte Catarinense. O cerne da questão que se levanta está na ligação entre o espaço e a canção, e como ambas dialogam entre si e/ou as modificam e auxiliam na sua construção, atentando-se na ligação entre arquitetura urbana e redes de sociabilidades ali postas, demonstrando um campo fecundo para o historiador que tem como base o estudo das cenas musicais.

A interdição dos bailes funk e uma reação dos funkeiros

Juliana da Silva Bragança
jsilvabraganca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corredor, Pedidos, Bailes, Funk, de, paz, violência.

A imagem violenta do funk amplamente veiculada pela mídia – que explorava a divulgação da violência nos bailes de corredor – somada às diversas investidas estatais repressivas contra os bailes funk de uma forma geral, levou a massa funkeira a temer uma possível interdição de todos os bailes funk. Assim, uma das estratégias utilizadas pelos funkeiros, com vistas a desvincular o movimento funk da imagem negativa e violenta que fora sobre ele construída, foi produzir e lançar canções que clamassem por paz e pelo fim da violência nos bailes. Foram

mapeadas, no total, 11 canções que diretamente clamaram por paz na cena funk carioca (e mais especificamente nos bailes funk) ao longo da década de 1990. Estas canções, de modo geral, apresentam um posicionamento de fala de funkeiro para funkeiro, de MCs para galeras funk e para os frequentadores dos bailes de modo geral. São elas: Rap da Rocinha – MC Neném; Rap do Pirão – MC D'Eddy; Rap da Massa Funkeira – Ailton e Binho; Rap das Armas – MCs Junior & Leonardo; Rap do Dendê – Nélio e Espiga; Rap da Fazenda dos Mineiros, MCs Rony e Sargento; Rap do Borel – William e Duda; Rap da Cidade Alta – MC Pixote; Rap da Cidade Deus – Cidinho e Doca; Rap da Rocinha – MC Galo; Rap do Amigo – MCs Dinho e Leleco. Este trabalho tem como base parte da dissertação de mestrado ainda em curso, e está centrado no objetivo de fomentar o debate acadêmico em torno do movimento funk. Para tanto, as músicas elencadas acima serão brevemente analisadas ao longo do trabalho, que questiona a imagem violenta que recaiu fortemente sobre o funk e o funkeiro ao longo da década de 1990. Estas músicas podem ser entendidas como uma espécie de resposta dos funkeiros contra o estigma de violento e também como uma tentativa de parte de MCs em conscientizar a massa funkeira pelo fim da violência nos bailes funk, algo que vinha, segundo a perspectiva destes, prejudicando o movimento.

A História Cantada: História, Cultura e Música

Guilherme Amormino Gomes
guilherme.amormino@yahoo.com.br

André Luiz Rocha Mattos Caviola
andrecaviola@live.com

Lucas Romano Silva
lucasromano23@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música, Educação, Cultura, História.

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver novas metodologias em sala de aula para o ensino de História por meio da utilização da música. Realizado na parceria entre o Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) com a E. E. Olegário Maciel, alunos do ensino médio foram convidados a participar do projeto desenvolvido entre os meses de outubro e novembro de 2016, através do preenchimento de questionários, audição das músicas, aulas expositivas e seminários.

Ao pensar a música como uma representação cultural inserida em uma rede de significados e significantes dentro de um tempo histórico específico, é possível identificar nesse produto não só a criação artística de um autor ou compositor, mas uma manifestação legítima de seu tempo. Através de versos cantados, o cotidiano é contemplado. Na demanda por um ensino interdisciplinar, a música, o contexto de sua produção e o significado das canções ao longo do tempo, surgem como fontes principais para o ensino de História e o desenvolvimento de novas práticas didáticas.

Para tal empreendimento, a metodologia foi pensada e dividida da seguinte forma: a) Um questionário foi aplicado no primeiro encontro com a turma para um mapeamento das preferências musicais dos alunos; b) Foi realizada uma aula expositiva sobre a relação entre História, cultura e música; c) Após o levantamento dos dados do questionário, foram escolhidas três canções da preferência dos alunos e mais três canções selecionadas por nós. Esta etapa foi dividida em três encontros e em cada foram trabalhadas duas músicas; d) No último dia, os alunos dividiram-se em grupos e realizaram um relatório sobre os encontros e os assuntos foram debatidos em forma de seminário.

Levar a música para a sala de aula e utilizá-la como auxílio à prática didática, cria novas possibilidades entre o ensino e o aprendizado, tornando a construção do conhecimento mais lúdica e em diálogo com diversas áreas do saber, incentivando a análise crítica por parte do aluno e uma compreensão dos acontecimentos através de uma abordagem cultural.

Os sons de uma cidade moderna: a Suíte Popular Brasileira e o modernismo carioca no violão de Heitor Villa-Lobos (1908-1923)

Loque Arcanjo Junior
arcanjo.loque@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Modernismo, Rio de Janeiro, violão, Villa-Lobos.

Este trabalho pretende analisar, numa perspectiva historiográfica, a Suíte Popular Brasileira. Obra escrita pelo compositor carioca Heitor Villa-Lobos (1887-1959), esta consiste num conjunto de peças para violão-solo, compostas no Rio de Janeiro entre 1908 e 1912. A Suíte se divide em cinco partes: Mazurca-choro, Valsa-Choro, Schotich-Choro, Gavotta-choro e o Chorinho. Este último movimento foi composto e incorporado à Suíte em Paris durante a

primeira viagem do maestro à capital francesa em 1923. O trabalho se concentra no estudo das partituras de Villa-Lobos e no cruzamento destas obras com a de outros compositores. Pretende-se, também, investigar a “rede de escuta” que emerge das dedicatórias, das críticas dos jornais e das impressões de outros compositores, tais como Ernesto Nazareth, João Pernambuco, Donga e Pixinguinha que fizeram sua obra reverberar em diversas outras representações. Objetivo desta reflexão é demonstrar que a Suíte Popular Brasileira expressa a cultura modernista do Rio de Janeiro logo após a proclamação da República, pois representa as dinâmicas das práticas culturais do universo cultural urbano da cidade. Esta cultura musical, da qual Villa-Lobos fazia parte, expressa um padrão de sociabilidade alternativo à política oficial de modernização da cidade. Neste contexto, a música e a construção de redes de sociabilidades entre músicos, literatos e outros personagens desempenharam um papel significativo para a construção de uma leitura musical da nação. Ao narrar sobre sua formação, Villa-Lobos se vinculava à música violonística cultivada nos salões parisienses por meio da difusão das obras de violonistas italianos e espanhóis e à música popular do universo urbano carioca. Nos dois sentidos, o violão de Villa-Lobos desempenhou papéis fundamentais: instrumento por meio do qual o compositor se inseriu no universo musical francês e elemento fundamental para sua identificação com o universo cultural urbano do Rio de Janeiro, pois neste contexto, o violão, enquanto mediador cultural era, também, um “personagem” indispensável às rodas de choro como instrumento harmonizador e solista.

Delírios Antropofágicos

Nathalia Guimarães e Sousa
nathaliagsb@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Música, Tropicalismo, Cultura popular, História, Cultura erudita.

Este trabalho se constitui como um processo de análise de discurso, que busca a compreensão da mensagem e suas significações em relação a determinado contexto histórico. Assim posto, o objetivo que se desnuda é o desenvolvimento de uma pesquisa que visa perceber como o tropicalismo, e Caetano Veloso, especialmente, procuraram retomar elementos da antropofagia modernista - em especial, Oswald de Andrade - e articular o "popular" com o "erudito", bem como as inovações estéticas trazidas por ele e que romperam com uma tradição

da música popular brasileira marcadamente nacionalista. A construção desse tema será empreendida sob uma perspectiva interdisciplinar buscando a interlocução entre música e história como um possível exercício “antropofágico” oswaldiano, com o intuito de investigar, nas entranhas do universo de brasilidades, características sociais e culturais imanentes às particularidades nacionais. A busca pela interpretação do real, através do imaginário discursivo, expõe o delírio tropical de Caetano Veloso, com posicionamentos polêmicos sobre a política brasileira, preñe de figuras de linguagem paradoxais, expressas em suas músicas, poesias e textos diversos.

ST 04 - Dimensões do Brasil Rural e Agrário: Estado, territórios, atores políticos e suas lutas (Século XIX ao XXI)

Henrique Dias Sobral Silva

Mestrando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
henriq_sobral@hotmail.com

Max Fellype Cezario Porphirio

Mestre em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
max_fcp@hotmail.com

Wallace Lucas Magalhães

Doutorando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
luckasoab@yahoo.com.br

Bruna Marques Cabral

Doutoranda em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
brunaclio@uol.com.br

Cristiane Coimbra Aurora

Mestre em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
cristiane.historia@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio

O simpósio pretende integrar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem problemáticas voltadas à compreensão do mundo rural a partir da questão agrária brasileira. O objetivo é debater pesquisas que se dediquem a processos sociais vistos sob a ótica da História agrária renovada, que considera o Estado como uma relação dialética entre governo e sociedade civil, mas também propõe a redimensão da influência de fatores ditos externos, legais,

macroeconômicos ou macro políticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Destarte, serão privilegiadas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, inter-relações entre governo/sociedade civil na questão agrária, usos de terras coletivas, costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários e ações político-econômicas e ideológicas com foco no mundo rural. Tendo prerrogativas os trabalhos com temporalidades referentes aos séculos XIX e XXI, independente da curta ou longa duração, na História do Brasil. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas, inovações de abordagem para a área e aplicações pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em tela.

Assim, confiamos na importância do debate sobre o mundo rural e a questão agrária, visto que comportam aspectos acadêmicos e sociais relevantes. Primeiro, pela renovação das pesquisas na área, tarefa encampada especialmente pelos historiadores da Rede Proprietas coordenados pela professora Márcia Motta (UFF) e por outros grupos que têm se somado a um esforço de integração com os debates do Direito e das Ciências Sociais. Compartilhando da mesma agenda, cooperamos com essa oferta de seminário, promovendo um ambiente de debate com ênfase nas discussões sobre o mundo rural e agrário e seus gradientes temáticos. Segundo, a questão agrária na atualidade ainda gera sobreposições de direitos e carrega rastros de luta e violência. Em vista desse cenário, encaramos como urgente o comprometimento com uma história engajada atenta as problemáticas de seu tempo, na qual o papel do historiador/a se apresenta como determinante na reflexão e ação acerca do mundo contemporâneo.

Esperamos que com essa proposta, possamos contemplar uma pluralidade de pesquisas relacionadas ao mundo rural e a questão agrária no Brasil, e que as continuidades e rupturas pertinentes a esses processos históricos possam ser amplamente discutidas. Em síntese, acreditamos que será possível revalorizar o intercâmbio de experiências, visando o aprendizado e sugerindo metodologias consolidadas ou em construção, para o crescimento da reflexão sobre História Agrária no Brasil.

Comunicações

Nos Sertões da Comarca do Rio das Mortes: análise do avanço das fronteiras e os seus aspectos econômicos

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Comarca do Rio das Mortes, Fronteiras, Sertões.

Este trabalho adota, como recorte espacial de estudo, as regiões compreendidas como os sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais. Nosso enfoque de análise consiste no estudo das fronteiras, ou seja, a sua dinâmica e os seus avanços para as áreas mais interioranas desta comarca. A partir do processo de ocupação destas áreas ocorreram transformações sociais e econômicas. Quanto ao recorte temporal, optamos por analisar a segunda metade do setecentos e os anos iniciais do oitocentos. Neste período em especial, ocorreram dois processos fundamentais para as nossas análises: o crescimento da população nas freguesias rurais e a ampliação das atividades agropastoris. Estes dois elementos provocam a necessidade constante de ocupar novas faixas de terras e, conseqüentemente, a movimentação das fronteiras internas. Por fim, destacamos que baseamos os nossos estudos por meio das cartas de sesmarias, por ser uma documentação primária, capaz de expor a dinâmica das fronteiras, bem como os aspectos sociais dos sesmeiros que ocuparam esta imensa região dos sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes.

O SAL SOB O SOL: Extração, comércio e mão-de-obra no mercado interno salineiro na Região dos Lagos Fluminense. (1850 – 1900)

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
hm.ribeirocosta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Terra, Região dos Lagos, Região Oceânica, Sal.

Esta proposta de pesquisa tem por objeto a investigação da produção salineira no entorno da Lagoa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX. O objetivo da pesquisa é investigar os caminhos do Sal Fluminense, atentando para seus modos de produção, seu trajeto para a capital do Império, sua importância no abastecimento interno e a mão-de-obra envolvida na atividade.

Torna-se importante destacar os anos de 1850 como fundamentais para compreender o início da industrialização da produção de Sal, que na região oceânica fluminense era ancestral. A lei de Terras de 1850 surge para agravar os conflitos pela posse das "Terras de Marinha" entre os

moradores locais - que praticavam a extração livre do sal - e os primeiros construtores de salinas. Esse conflito ressignifica a posse da terra e seu uso ancestral que vai ser substituído aos poucos pela produção em larga escala do Sal.

Um projeto expulsa o outro: a formação agrária do Sudeste do Pará

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa
marcelo.zin@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sudeste do Pará, Fronteira Agrária, Arena Política, Luta pela Terra.

A formação socioeconômica do Sudeste do Pará - fronteira, não só de reprodução do capital, por meio dos grandes projetos minerais, agropecuários, etc., mas, também, de conflitos, esperanças e sonhos - traz consigo as marcas do que historicamente foi a política agrária no Brasil, as marcas da cerca, do gado e do latifúndio. Carrega os estereótipos de terra sem lei, onde impera a lei da bala, onde as velhas oligarquias e o coronelismo pulsam joviais. Um território que, ao entrar no rol do capital, apontou cedo sua vocação e absorveu os desclassificados, sobretudo do Nordeste. Uma região que retrata a solução do Estado para a questão agrária no Brasil: deslocar, no tempo e no espaço, as contradições. Os registros históricos apontam a entrada do Sudeste do Pará no grupo dos "privilegiados" do capital já no final do século XIX e início do século XX, com a economia gomífera, que ali deu-se, diferente dos seringais da Amazônia Ocidental, pela exploração do caucho. No entanto, embora a borracha fosse o grande destaque da economia amazônica na segunda metade do século XIX, essa não se deu de forma hegemônica do Sudeste do Pará, ao contrário, dividiu as atenções com a exploração dos castanhais, que, juntamente com o latifúndio, a pecuária e a mineração, foram determinantes para a formação de uma estrutura social desigual, com os diferentes capitais concentrados por aqueles que compuseram uma verdadeira oligarquia dos castanhais, determinante para o estabelecimento do fenômeno do coronelismo na região. Este cenário de concentração de capitais e seu conflito decorrente, entre as oligarquias e a frente camponesa, se acentuaram a partir de eventos e processos que potencializaram as migrações e o interesse do capital na fronteira, como a construção da Transamazônica e o Programa Grande Carajás durante a ditadura empresarial-militar. Neste trabalho, além de resgatar o processo de formação agrária do Sudeste do Pará e as especificidades que fizeram dessa região um minadouro de conflitos agrários, busco mostrar que, além do fator terra como elemento central na manutenção das elites rurais, o controle do sistema

de exploração e de circulação dos castanhais foi central para a ascensão de uma elite local e para a marginalização e desclassificação do campesinato que se formou naquela região. Também uso as noções de frentes pioneira e de expansão para mostrar que predominou na região uma lógica de sobreposição de projetos, que empurra os camponeses floresta a de dentro.

Da unidade vai nascer a novidade: As práticas associativas e as formas de luta dos colonos de Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro, 1934-1958)

Henrique Dias Sobral Silva
henriq_sobral@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo Colonial de Santa Cruz, Práticas Associativas, Colonos.

A presente comunicação analisa a ação política de colonos, nacionais e estrangeiros, na zona Oeste carioca e na Baixada Fluminense entre os anos de 1934 e 1958, tendo como objetivo apreender a dinâmica das relações que se estabeleceram no Núcleo Colonial de Santa Cruz. Considerando as organizações coletivas desses sujeitos históricos e observando seus limites e contradições pretendemos interpretar a direção social e política de suas ações. O foco da investigação concentra-se no protagonismo dos colonos, tomando como referência elementos conceituais de E.P. Thompson e Michael de Certeau. A pesquisa com fontes se utilizou de cartas, memoriais e reportagens de jornais depositados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, tendo como eixos condutores da análise: A organização dos colonos e suas práticas associativas e as formas de luta coletiva dos colonos. Os resultados apontam que os colonos tinham socializações étnicas que cindiram e enfraqueceram ações políticas coletivas, tornando as experiências associativas um campo de tensões e conflitos, internamente e com o Estado. Nos desafios enfrentados coletivamente pelos colonos, ressaltamos o conteúdo questionador e suas demandas por títulos de terra e assistência técnica, na luta por relações democráticas no campo.

O contestado mineiro-capixaba: da indefinição jurisdicional aos conflitos políticos e sociais (1937-1963)

PALAVRAS-CHAVES: Minas Gerais, Espírito Santo, Litígio, Agrário, Conflito.

Este trabalho busca problematizar o processo político de consolidação das fronteiras entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, durante os anos de 1937 a 1963, período de vários embates, no qual os dois estados acirraram disputas pela definição dos seus limites territoriais e do controle estatal na região chamada de Zona do contestado. A não definição jurisdicional e fronteirística acarretou uma série de conflitos políticos, sociais e econômicos para a região. No meio desses conflitos, ficava pressionada uma crescente população que migrava para o território em litígio e se deparava com ausência estatal ou a dupla jurisdição em uma mesma localidade, o que ocasionava uma série de transtornos sociais. A ausência estatal favorecia os grandes fazendeiros da região, que com maior força econômica e política, conseguiam se impor social e politicamente em meio aos conflitos, enfraquecendo o próprio poder institucional. Assim, através de análise fontes de documentais sob a guarda de instituições públicas, bibliografia referente ao contestado, mapas e fotografias da época e também relatos orais de participantes do período dos conflitos, este trabalho pretende compreender as estratégias utilizadas, durante os anos de conflitos, pelos governos dos dois estados para efetivar a delimitação dos limites territoriais, em especial, a atuação das elites políticas de Minas Gerais e as consequências para a população que esses conflitos ocasionavam.

Entre sertões: comunismo e campesinato na obra de Bernardo Élis

Pauliane de Carvalho Braga
paulianecb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato, Comunista, Partido, Bernardo Élis, Brasileiro.

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, escritor goiano considerado por muitos o introdutor do modernismo no centro-oeste, guia intelectual da região por décadas, primeiro goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras, comunista “notório”, produziu uma obra de espessura crítica, cujo tema central foi o sertão goiano. Nesta apresentação vamos explorar como a obra desse autor se conectou com um momento histórico específico: o da ascensão política do campesinato brasileiro.

Considerando sua produção durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, buscaremos evidenciar a importância de sua obra para a formação de um novo olhar sobre o campo brasileiro. Ao explorar as incertezas e contradições daquele período, construindo narrativas ora otimistas com o poder revolucionário do camponês, ora pessimistas diante da força do sistema capitalista, às vezes reiterando, às vezes divergindo das teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Bernardo Élis participou ativamente do debate intelectual que então se travava.

Ao contar de uma República que era construída longe do que era comum, recriando literariamente os pontos de tensão e ancoragem das relações sociais e de poder estabelecidas nos sertões, apontando o não concretizado do projeto político brasileiro, Bernardo Élis estabeleceu o limite de um mundo que não poderia mais existir. Sua contribuição literária para o debate sobre o campo brasileiro é relevante não só por colocar a questão na ordem do dia, mas por qualificá-la, humanizando seus personagens. Élis construiu imagens e sentidos particulares para seus camponeses, posseiros, vaqueiros, jagunços, assim como para patrões, coronéis, juizes, delegados e soldados. Costurando história, política e ficção, o autor modelou um sistema de ideias que iluminou possibilidades, oferecendo sua visão da vida, e evidenciando a possibilidade de integração política das margens.

A Igreja Católica e a questão agrária na ditadura militar brasileira

Bruna Marques Cabral
brunaclio@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, Questão agrária, Revista Eclesiástica Brasileira.

O presente trabalho busca analisar os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referente à questão agrária no Brasil, durante o período da ditadura militar. Utilizaremos como fonte preferencial a Revista Eclesiástica Brasileira.

Em nossa pesquisa, buscaremos entender a trajetória deste periódico e o posicionamento no tocante à reforma agrária no período supracitado.

A “Lei do Boi” e a relação entre Educação e Propriedade: O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Wallace Lucas Magalhães
luckasoab@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Universidade, Lei do boi, Rural, Federal, Educação.

O trabalho busca analisar a relação entre propriedade rural e educação, institucionalizada através da Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida como “lei do boi”. A referida lei, revogada em 1985, estabeleceu um sistema de reserva de vagas, nos cursos de Agronomia e Veterinária mantidos pela União, em seus níveis técnico e superior para candidatos que comprovassem relação com a agropecuária, em especial títulos de propriedade. Proposta pelo Deputado Federal Ultimo de Carvalho (PSD-MG), declarado defensor da propriedade privada e da qualificação da força de trabalho pela educação, a lei foi promulgada em pleno desenvolvimento da agricultura capitalista. “Modernizar para conservar” foi uma das bandeiras de frações da classe dominante agrária, principalmente quando as discussões sobre a desapropriação por interesse social se tornaram intensas, em especial após a Constituição de 1946. A reforma agrária havia se tornado uma demanda reivindicada por partidos políticos, movimentos sindicais, igreja católica e pelas Ligas Camponesas. Por outro lado, a propriedade privada era defendida como um dos pilares da democracia, tendo a própria Constituição como sua guardiã. O incentivo à industrialização e o suposto “abandono” da agropecuária pelo Estado se tornou um discurso constante na defesa da terra, pois o problema não estava na concentração fundiária, mas na falta de apoio técnico e financeiro que fomentasse a produção, além da ausência de braços para a lavoura, marcada pelo êxodo para o setor industrial. Para a classe dominante agrária, a terra não era o objeto da reforma agrária. A “reforma” deveria ser conduzida através de processos de mecanização, incentivos fiscais e qualificação da força de trabalho pela educação. Projetos de educação formal e também informal, como a extensão rural, foram implementados nesse sentido, sendo o último privilegiado frente ao primeiro. Partindo dessas premissas, a pesquisa analisou uma instituição destinatária da “lei do boi”, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de forma a investigar, durante sua vigência, quem foram os maiores beneficiários da lei.

Territorialidade, conflitos socioambientais e o avanço do agronegócio no sudoeste paraense

Karina Andréa Tarca
karinatarca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, BR-163, Projetos de modernização, Estado e suas margens, Amazônia.

A partir da década de 1970, o estado Brasileiro – então sob a ditadura militar – estimulou processos de avanço da fronteira agrícola sobre o território amazônico. Sabemos que esse processo, viabilizado pelo Estado a partir da construção de novas estradas federais, como a BR-163 - Cuiabá-Santarém, teve por objetivo estabelecer uma “contra-reforma agrária” especialmente no sul do país, tal como problematiza sociólogos como Octávio Ianni (1979) e Otávio Velho (1979). Destarte o passar do tempo, os processos de avanço da fronteira sobre a Amazônia continuam em curso, se considerarmos especialmente o estado do Pará sob a área de influência da BR-163 que, ao modelo do estado de Mato Grosso, atualmente tem conhecido processos de expansão sob novos territórios de floresta, pautados pelo ciclo da exploração madeireira, avanço sob novas áreas de terras e chegada do agronegócio. Esses processos de avanço da fronteira, além de gerar conflitos socioambientais, estão intimamente relacionados com a questão agrária e os atores que protagonizam – de maneiras contraditórias – esses processos em curso: camponeses em busca de terras, desapropriados; trabalhadores marginalizados em seus lugares de origem; pequenos comerciantes e, notadamente, fazendeiros e empresários do agronegócio que visam se apropriar de novos territórios impondo seu modelo de “desenvolvimento e progresso”. Problematizamos que esse discurso e ideologia de “desenvolvimento” não tem promovido oportunidades igualitárias para os atores do campo, mas sim mostra-se excludente e promotor de concentração de terras, renda e expropriação dos recursos naturais, o que demonstra a necessidade de reflexões teóricas e metodológicas sobre esses processos de transformação e conflitos sociais, ambientais e territoriais na Amazônia. A partir de estudo etnográfico realizado na região sul do estado do Pará – como objeto de estudo de mestrado em Antropologia (UFF, 2012-2014) e que focalizou os processos de territorialização que ocorreram na região da BR-163, busco trazer e compartilhar reflexões sobre esses processos sociais vivenciados em campo, que dialogam com a historiografia (BENSA, 1998) e a necessidade de novas reflexões sobre o mundo rural e agrário, assim como sobre o papel do Estado.

Lutas e resistências camponesas na ditadura militar: a inserção da questão agrária na Comissão da Verdade em Minas Gerais e seus desafios

Caroline Cunha Rodrigues
carolinec.r@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária, Ditadura, Conflitos agrários, Covemg.

Diante do contexto de conflitos por terra e de luta por direitos trabalhistas no meio rural durante a ditadura militar, este trabalho objetiva o exame do papel e dos desafios da inserção da questão agrária nas atividades da Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG). Criada pela Lei nº 20.675 de 17 de julho de 2013 com a finalidade de acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade, a COVEMG examina e busca esclarecer casos de violações de direitos humanos ocorridas no Estado de Minas Gerais mediante a coleta e análise de testemunhos, dados e documentos que comprovem tais violações. Neste sentido, suas atividades abrangem o exame de fatos e circunstâncias relacionadas a torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, cassação de representantes políticos, censura e perseguição política, com devida atenção ao esclarecimento da autoria dos atos.

No que concerne à questão agrária, a inserção desta temática nas atividades da COVEMG é viabilizada pela atuação da subcomissão voltada para a investigação e análise de casos violações de direitos humanos contra trabalhadores rurais, camponeses e seus apoiadores. A pesquisa da referida subcomissão abrange o período de 1961 a 1988, com ênfase em mortos e desaparecidos, perseguição política e conflitos agrários. Para além do direito à memória e à verdade, verifica-se que a criação desta subcomissão perpassa o objetivo de fomentar a visibilidade e o protagonismo de trabalhadores rurais e de camponeses em contextos de luta política e resistência à repressão no campo e aos retrocessos na questão agrária após o golpe de 1964.

Ao examinar o escopo de atividades desta subcomissão, este trabalho procura abordar os desafios para a execução da pesquisa sobre os efeitos da ditadura no meio rural, bem como para o esclarecimento de casos de violações de direitos humanos relacionados a conflitos agrários que envolvem a atuação, o incentivo ou omissão de agentes públicos e instituições do Estado.

O “pão da terra” e os agricultores familiares nos arredores de Testa Branca – Bahia

Aline Silva Ferreira
alynne.ferreira19@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória, Agricultura, Branca, Casas, Familiar, Testa, farinha, agricultores, de, dos.

Este trabalho é o primeiro capítulo da minha monografia ainda em andamento, intitulada “Até brinca a gente brincava”: as casas de farinha como espaço de sociabilidade na zona rural de Itaberaba – BA (1960-1990), nesta pesquisa, a partir da memória dos moradores do povoado de Testa Branca e arredores, busco compreender as formas de relações sociais e os saberes produzidos no processo de produção da farinha de mandioca na Zona Rural do município.

Já no primeiro capítulo, apresento o povoado de Testa Branca localizado no Município de Itaberaba, pois nos arredores da localidade, estão situadas as casas de farinha que pesquisamos, além disso, faço uma breve abordagem acerca do que é agricultura familiar e qual a finalidade desse tipo de agricultura, por fim, um pouco da trajetória dos sujeitos da pesquisa, trabalhadores rurais que praticam a agricultura familiar de subsistência em suas terras. Na transcrição de falas opto por transcrever de maneira literal usando os termos e palavras tal como foram pronunciadas.

Para mapear a trajetória de origem dos pequenos agricultores familiares, foram imprescindíveis os relatos orais. A oralidade, objeto da história oral, nos permite compreender o “estudo histórico de comunidades” cuja documentação é escassa ou inexistente; além disso, “a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON, 1992, pg. 137).

As casas de farinha onde se produziam e produzem a farinha de mandioca sempre fizeram parte da história da agricultura e da alimentação do Brasil, (não como as que temos hoje, as primeiras casas de farinha eram artesanais, como instrumentos rústicos construídos com madeira bruta), todavia esta sempre foi uma área renegada por muitos historiadores, que preferiam fazer uma historiografia mais social e menos econômica, segundo Maria Yedda Linhares (1997, pg.225).

A história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo.

Portanto, este trabalho é mais uma contribuição acadêmica para a historiografia agrária, ao dar visibilidade histórica a esses sujeitos rurais.

A Migração Interna no Brasil: diferentes olhares entre quem migra e quem permanece

Eduardo Filipe de Resende
resendeedu@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escolhas e gênero, Migração, Redes, Família.

Este trabalho busca fazer uma análise comparativa entre diferentes perspectivas da migração interna ocorrida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 levando em consideração opiniões de pessoas que tiveram a experiência deste fenômeno, mas o observaram de lugares distintos. Se pretende analisar três situações diferentes, todas elas ligadas a migração. A visão do migrante que permaneceu, do migrante que retornou e das pessoas que possuíam e continuam possuindo fortes laços com os migrantes, mas que, por diversos motivos, não migraram.

O uso da história oral e a noção de redes sociais foi muito importante para a realização deste trabalho, pois nossa principal fonte são entrevistas orais feitas com pessoas pertencentes a redes de migrantes ou indivíduos ligados a estes que mesmo não tendo migrado tiveram suas vidas ligadas a este fenômeno, pois parte considerável de seus amigos e parentes o fizeram. Estas pessoas são originárias de Resende Costa- MG e os que migraram, pois também nos interessa os não migrantes, o fizeram para cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo.

Buscou-se compreender como pessoas que aparentemente pertencem ao mesmo contexto acabam fazendo escolhas distintas. Todos os entrevistados habitavam a mesma localidade, em um mesmo período e viviam contextos muito parecidos, mas tomaram decisões diferentes, muitas vezes influenciadas por aspectos familiares e ou de gênero. Tudo isto considerando as teorias de micro-história de Geovani Levi de que a análise qualitativa de um pequeno grupo pode revelar questões sobre a sociedade como um todo, principalmente

considerando que a migração interna foi um fenômeno de massa, pois quase metade da população rural do Brasil, que era um país predominantemente rural na época, migrou para as cidades entre as décadas de 1950 a 1970.

O lugar dos trabalhadores no Mundo Rural brasileiro do século XXI: o paradoxo entre atuação estatal e exclusão humana em território sul mato-grossense (pós 1970)

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
beatriz-feitosa@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão, Passagem, Desterritorialização, Migração, Casas, de.

Este trabalho é parte da pesquisa realizada para o Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. A documentação escolhida para a escrita deste texto foram as narrativas de trabalhadores que compõem a territorialidade da negação, pessoas que trabalham em Casas de Passagem para Migrantes na Região Norte de Mato Grosso do Sul e migrantes que estão em um território atravassado pelo traçado da Rodovia BR-163, por onde passam trabalhadores que historicamente tiveram a territorialidade negada pelos mecanismos de constituição territorial que legaram lugares sociais distintos para diferentes grupos humanos. Tais mecanismos foram consoantes com políticas direcionadas pelo Governo Federal no período pós 1970, criando uma dicotomia entre os que, de um lado, puderam acessar grandes propriedades rurais, via concessão de créditos rurais subsidiados, por outro negou o acesso à terra no período pós 1970 e na contemporaneidade aos trabalhadores que não puderam contar com investimentos em modernização agrícola que eliminou postos de trabalho. O resultado desse processo histórico foi a criação de contingentes humanos redundantes que passaram a ter a existência negada pela falta de trabalho. A estas pessoas as casas de passagem são uma das poucas opções para manterem a trajetória de itinerância pelos caminhos entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Ideias e o sindicalismo brasileiro contemporâneo: traduções da agricultura familiar

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Tradução, Sindicalismo, Transnacional, Rural, Agricultura familiar.

A "agricultura familiar" e seu emprego como referente para ações políticas de grupos rurais no Brasil é fruto da interação entre lideranças sindicais, academia e setores do governo Federal brasileiro. Na década de 1990, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) adotou a “agricultura familiar” como identificador para os grupos que representa, e partir dela, reorientou atividades nacionais e o sentido das suas ações transnacionais. Foi uma das organizações protagonistas na construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul e, dez anos depois, da campanha pela adoção de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar pela ONU.

O trabalho não pretende focar um intelectual específico, mas discutir como um grupo de sindicalistas rurais no Brasil contemporâneo vem atuando na construção, difusão e tradução da ideia de agricultura familiar. O artigo parte de documentos publicados pela Contag para observar como a ideia de agricultura familiar foi traduzida no Brasil e, a partir dessa tradução, vem sendo levada para outros países (e novamente traduzida nesses processos). A análise é teoricamente embasada no conceito de tradução cultural conforme vem sendo utilizado em estudos feministas, empregado para discutir como “ideias viajam” nos campos de movimentos sociais.

Educação do campo e sua luta por uma educação emancipadora

Marcos Marcelo Lirio
mlmtie@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Públicas, Refluxo, Movimentos, Campo, Sociais., Educação, Políticas, do.

Nos últimos anos a temática da educação do campo tem alcançado cada vez mais visibilidade e espaço nas agendas políticas, tanto no âmbito municipal e estadual, quanto no federal. Para construção das agendas, a participação dos movimentos sociais organizados, sobretudo do MST, tem sido de fundamental importância. Esse movimento, em especial, traz no bojo de sua luta pela reforma agrária a bandeira da educação como sendo uma de suas principais reivindicações e ao mesmo tempo uma das suas principais estratégias por meio da qual

empreende a sua luta pela terra e pela reforma agrária, desde sua formação nos anos 80. Diante dessas considerações, o presente trabalho, que é parte de minha dissertação concluída, tem como propósito analisar os principais aspectos das políticas públicas implementadas nos últimos anos voltadas para a educação do campo no Espírito Santo, enfatizando a expressiva ação do MST, enquanto locus de pressão e proposição na implementação de políticas públicas voltadas para as escolas do campo. Salienta-se que essa atuação orgânica ocorre numa lógica de contra-hegemonia, já que se verifica, nos últimos anos, importantes ações por parte do poder público contra o fechamento de várias dessas instituições de ensino. Nessa perspectiva, essa pesquisa pretende contribuir para explicar avanços e retrocessos dessas políticas educacionais no âmbito do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que se analisa a parca literatura produzida sobre o tema, e também documental, já que a análise também se debruça sobre alguns documentos confeccionados pelo MST, bem como sobre a legislação referente à educação do campo no Brasil e no Espírito Santo.

ST 05 - Ditadura Militar Brasileira: a memória, a história e as inquietações do tempo presente

Carolina Dellamore

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
carolinadellamore@yahoo.com.br

Igor Barbosa Cardoso

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
igorbcardsoso@gmail.com

Juliana Ventura de Souza Fernandes

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
julianavsf@yahoo.com.br

Camila Barbosa Monção Miranda

Mestranda em História
Universidade Federal do Amazonas
camilabmoncao@hotmail.com

Jessica Machado de Souza

Mestranda em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
jessicamachadodesouza@hotmail.com

Proposta do Simpósio

O presente Simpósio Temático tem se constituído, ao longo das últimas edições do EPHIS, como importante espaço de debate entre pesquisadores do tema da ditadura militar. Sendo assim, pretende-se dar continuidade às discussões, atentando para as relações entre sociedade, política, cultura e economia no transcurso da ditadura brasileira (1964-1985), partindo dos lugares sociais reservados aos historiadores.

Dessa forma, este simpósio pretende discutir acerca das condições que conferiram legitimidade e proporcionaram a manutenção do regime autoritário por mais de duas décadas,

como também explorar as experiências no contexto regional ou nacional com a ditadura. Busca-se, então, novas fontes e abordagens que incorporem temas levantados pela historiografia acerca dos comportamentos ambíguos com relação ao autoritarismo; estudos que problematizem as batalhas e apropriações da memória; reflexões sobre o caráter da ditadura (militar, civil-militar, militar-civil) e sua delimitação cronológica; análises sobre as resistências e as repressões fora e dentro do país; estudos ligados aos movimentos culturais, à imprensa, ao ensino de história sobre a ditadura militar; e pesquisas sobre o funcionamento do Estado brasileiro e das configurações internas das Forças Armadas no decorrer do período que se convencionou chamar de Regime Militar.

Portanto, a proposta deste simpósio é voltar os olhares para as diversas facetas do regime militar de 1964-1985, reconhecendo a importância da história para a formação do pensamento crítico, além de debater sobre as inquietações do tempo presente que cada vez mais ocupam espaço no fazer historiográfico, sempre em diálogo com as memórias construídas pelos sujeitos que vivenciaram o período.

Comunicações

A Igreja Católica na Ditadura Civil-Militar: a participação da ordem dominicana nos movimentos de oposição

Uli Christie Cabral
ulli.cristie@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilhas., Ditadura Civil Militar, Ordem dos Pregadores, Igreja Católica, Freis dominicanos.

A conjuntura política e social do mundo após a Segunda Guerra Mundial se apresentava como uma disputa constante entre duas linhas ideológicas: capitalismo versus socialismo, falando de uma forma mais direta e simplificada. Esse período da chamada Guerra Fria, que se prolonga até a década de 90, é marcado por tensão constante. Preocupados com as influências externas, o clima interno de muitos países foi de instabilidade política. É nesse ambiente que, em 1964, é deflagrado no Brasil um golpe contra o governo de João Goulart e instaurada a Ditadura Civil-Militar que dura até 1985. Durante o período as opiniões ficaram divididas no país, e grupos de apoio e de oposição foram formados. O principal objetivo desse trabalho é, após um breve

levantamento do período em questão, analisar a participação da Igreja Católica com os militares no poder e com grupos de contestação. De forma mais específica, explorar o caso da Ordem dos Pregadores, que ficou conhecida como “comunista” já que muitas de suas ideias eram ataques direcionados ao mando ditatorial. A partir de relatos de alguns dos freis dominicanos mais conhecidos, a proposta é investigar o porquê dessa ordem ter seguido um caminho que divergiu da Igreja Católica de forma mais geral e como trabalharam na atuação contra a Ditadura.

De repente a Igreja invadida: Perseguição Política nas CEBs em Serra Preta-BA

Rodrigo Santana Oliveira
rodrigouneb013@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Serra Preta, Ditadura, Teologia da Libertação, CEBs.

A presente comunicação tem como objetivo relacionar a Invasão da Igreja Santo Antônio do distrito do Bravo em Serra Preta na Bahia em 1980, com as práticas de repressão que foram impostas pela Ditadura civil e militar de 1964 em todo o país. A invasão da igreja é fruto de um conflito político local gerando entre o prefeito de Serra Preta desse período com Frei Theo Engels de origem alemã e o Médico Dr. Milton Penna Oliveira. A comunicação tem como principal campo de referência teórica a Nova História Política com objetivo de problematizar as relações de poder que ocasionaram na invasão da Igreja de forma repressiva e abusiva. As principais fontes utilizadas no artigo são os periódicos do período que noticiaram o ocorrido e a História oral dentre outras fontes que são usadas metodologicamente.

Religiosos nas lentes do Plim Plim: uma análise sobre as perseguições nas reportagens da Globo Minas

Raquel Marques Soares
rms.raquel.marques@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Perseguição, regime militar, Ditadura, Igreja Católica.

O golpe militar de 1964 recebeu o aval de parcela da população brasileira. Durante o regime, houveram perseguições, prisões arbitrárias e desaparecimentos. Entre os perseguidos estavam estudantes, operários, figuras políticas e até mesmo religiosos. Em decorrência da

Teologia da Libertação, não era raro encontrar católicos que alinhavam sua fé e os princípios básicos da Igreja às atividades próximas aos movimentos sociais. Algumas dessas figuras foram tratadas pelo regime como subversivas. Ao serem perseguidas, tiveram parte da sua história exposta nos meios de comunicação. Um desses meios era o jornalismo da TV Globo Minas, parte do grupo Globo. Esse trabalho visa abordar as narrativas de perseguições a figuras religiosas na cidade de Belo Horizonte. Nascido como uma pesquisa para a Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, esse trabalho busca ampliar a memória acerca dos religiosos perseguidos através das narrativas gravadas e exibidas pela TV Globo Minas, que hoje fazem parte do acervo do Museu da Imagem e do Som.

**A DITADURA CIVIL-MILITAR: Um estudo sobre a formação do
consenso através do discurso anticomunista na Arquidiocese de
Diamantina, sob o bispado de Dom Geraldo de Proença Sigaud (Minas
Gerais, 1961-1980)**

Kamila Nunes da Silva
kamilans@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar, Consenso, Anticomunismo.

A presente comunicação tem como objetivo analisar a construção do consenso social em torno da ditadura civil-militar brasileira, na cidade de Diamantina – MG entre os anos de 1961 e 1980. Portanto, interessa verificar concretamente como os consensos foram criados, como as acomodações e interesses de ganhos materiais e/ou simbólicos se fizeram no decorrer deste período. A partir dos anos de 1990 tem sido promovida uma revisão na historiografia sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se instaurou no Brasil a partir dele. Nessa linha, o termo “civil-militar” fora apresentado pela historiografia como a forma mais precisa para caracterizar o golpe e o regime nos anos subsequentes. Uma rica produção bibliográfica, tem chamado a atenção para a relevância da participação da sociedade, ou de parcela significativa da mesma, tanto na operação do golpe de Estado, quanto na instauração da ditadura. Partiremos da análise de fontes relacionadas à Arquidiocese de Diamantina, onde atuou uma figura importante do anticomunismo Católico, o Bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Pretendemos dar visibilidade a algumas práticas anticomunistas no jornal A Estrela Polar. Dado que este trabalho consistiu em analisar um periódico de cunho conservador, para executá-lo foi indispensável entender o anticomunismo, pois esse tipo de manifestação teve papel marcante na história

política brasileira, visto que a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar o golpe autoritário e reprimir os movimentos populares.

Uma trajetória ambiental na Ditadura Civil-Militar Brasileira

Erika Marques de Carvalho
erika_rat@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ambiental, Alceo Magnanin, Ditadura.

O governo autoritário civil-militar do Brasil (1964-1985) caracterizado pela construção de um Estado interventor no âmbito social, cultural, político e econômico, criava órgãos e projetos articuladores nas pautas do desenvolvimento nacional. Este, com base no capitalismo moderno voltado para a expansão agrícola e industrial, estava diante das perspectivas ambientais da época, que discutiam a utilização racional dos recursos naturais e a proteção da natureza. Paradoxalmente, neste mesmo regime em que ambientalistas foram perseguidos, presos e exilados, também ocorreu a realização de diversas ações governamentais com o objetivo de proteger a natureza nacional: em 1965 é sancionado o Código Florestal; a Lei de Proteção à Fauna, em 1967, passa a vigorar; é criado no mesmo ano o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que direcionava-se a compreender setores de preservação da fauna, projetos de reflorestamento, administração de parques nacionais e reservas biológicas e de facilitar o comércio exterior de produtos silvestres brasileiros; em 1973 é criada a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que passa a realizar projetos de educação ambiental; em 1979 é aprovado o regulamento dos Parques Nacionais; em 1981, são criadas as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental (APA); no mesmo ano, ocorre a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente e em 1984, a criação das Reservas Ecológicas e Áreas de Interesse Ecológico.

Neste contexto, destaco a trajetória do engenheiro agrônomo Alceo Magnanini (1925-), que ocupou diversos cargos em instituições estatais de proteção da natureza e que possuía uma formação influenciada pelo pensamento ecológico preocupado com as ameaças da ampliação das fronteiras agrícolas no equilíbrio das estruturas naturais. Dessa forma, o objetivo desta comunicação é analisar as ações de tentativa de proteção da natureza deste ambientalista, dentro da agenda do Estado autoritário brasileiro.

Saúde, memórias e desenvolvimento na construção da Transamazônica

PALAVRAS-CHAVE: Memórias, Transamazônica, Impacto cultural.

Transamazônica BR – 230, rodovia construída na ditadura militar em 1970 com o objetivo de que a Amazônia fosse colonizada e ingressasse o norte brasileiro com todo o resto do País, e para que ocorresse o fato, o governo foi colonizando a estrada com famílias vindas do Nordeste e do Sul do País e demais migrantes que estavam a procura de terras. Esse projeto trouxe vários impactos sociais, ambientais e culturais e construiu uma realidade para as famílias muito dura e cruel, transformando sonhos que esperavam encontrar aqui, em pesadelos. A saúde ausente na rodovia foi um fato determinante para a vida das pessoas que entraram na Transamazônica em busca de um sonho de melhorar de vida. Pessoas vendo seus entes queridos morrerem por falta de auxílio, colonos transportados em rede por quilômetros de travessões, por não haver transporte que atendessem em casos de emergências, fazendo com que fosse preciso ser carregado pelos parentes ou amigos para que tivessem uma chance viver, rodovia marcada também por ser estrada intrafegável em época de inverno fazendo várias vítimas fatais, por não chegarem a tempo a pronto socorro. O cenário triste da transamazônica, deixou várias frustrações para as famílias e migrantes que se aventuraram por vontade própria, causando desespero e vontade de regressar as suas terras de origem, dessa forma vários colonos que tinham condições se arrependeram ao ver a situação em que teriam que viver e construir uma vida no meio da floresta. Houve vítimas na viagem, vítimas ao chegarem na Transamazônica e também no longo de todo o processo de desenvolvimento. Doenças desconhecidas, animais selvagens como, onças, jacarés e Porcão, e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões e o mais falado pelos colonos que era o Pium, fizeram muitas vítimas na Amazônia, vários trabalhadores atacados e mortos pela diversidade de perigos escondidos na floresta. Transamazônica construída com o objetivo de progresso e crescimento econômico, marcada pela mancha por trás do seu desenvolvimento.

O objetivo do trabalho é mostrar a realidade envolvida no processo de colonização.

O convênio Purdue-UREMG/UFV e a modernização da agricultura no contexto da ditadura militar

Gustavo Bianch Silva
gbianch@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ajuda externa, Ditadura militar, Modernização conservadora.

O objetivo deste artigo é analisar o caráter associativo do convênio Purdue-UREMG/UFV e sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país no contexto da ditadura militar. O convênio internacional entre a Universidade de Purdue e a Universidade Rural de Minas Gerais (posteriormente, a UFV) de 1958 a 1973, efetuou-se por meio da cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil com o objetivo de potencializar a modernização da agricultura em terras brasileiras. Embora os laços associativos entre as duas universidades tivessem se firmado antes do golpe de 1964, grande parte de sua operacionalização coincide com o regime militar. Isso não significa que o Convênio foi planejado e gestado pelos governos militares. Porém, a ditadura conseguiu convergir os interesses da pesquisa agropecuária existente em Viçosa com sua política econômica. Portanto, a hipótese levantada neste trabalho associa a desenvoltura do Convênio Purdue-Viçosa com os propósitos econômicos do regime militar.

Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário

Camila Barbosa Monção Miranda
camilabmoncao@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar brasileira, Grande imprensa, Amazônia.

Alguns anos após o golpe de 1964, a ditadura militar dava início aos empreendimentos voltados para a Amazônia. Visando demonstrar seu alcance como "provedor do desenvolvimento" na promoção de um "Brasil Grande", o regime militar cria dispositivos governamentais especialmente voltados para a região. Nesse sentido, é possível citar, dentre outros, o BASA (Banco da Amazônia S.A), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Estes organismos tinham como objetivo a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que deveria, segundo o governo: colonizar, ocupar, desenvolver, integrar e descobrir a Amazônia.

Visto isso, este estudo busca analisar os discursos propagados pela grande imprensa e pelo Estado durante a ditadura militar brasileira, identificando a construção, ao longo do tempo, de representações e a mobilização de imaginários sobre a região amazônica e sua relação com a legitimação (ou não) do governo ditatorial. Ademais, pretende-se compreender os objetivos das empreitadas do regime militar para a Amazônia dentro dos ideais desenvolvimentistas do

período, pensando também em todas as problemáticas envolvidas nas tentativas de execução desses projetos.

Assim, buscando apreender a dimensão discursiva por um viés duplo, ou seja, o olhar endógeno (“de dentro”) e exógeno (“de fora”) em relação à Amazônia e os projetos da ditadura para a região, são utilizados como fontes edições publicadas entre 1964-1985 do jornal O Globo (representante da imprensa dita nacional) e de dois grandes periódicos de Manaus, o Jornal do Commercio e o jornal A Crítica. Também são analisados os discursos presidenciais do período e algumas propagandas afins ao tema divulgadas na grande imprensa. Dessa forma, é possível perceber não só O Globo, mas também o próprio governo federal, como sujeitos “de fora”, que aparecem muitas vezes com demandas e questões bastante distintas daquelas presentes nos jornais manauaras.

Por fim, é importante esclarecer que os imaginários e representações só podem ser entendidos a partir de sua repercussão no mundo social. Logo, toda narrativa é reconhecida como uma prática social que promove os mais diferentes efeitos no que chamamos de realidade. Além disso, a imprensa é aqui entendida como um órgão de poder, configurando importante campo de pesquisa para compreender as nuances e disputas políticas que envolvem o regime militar e a região amazônica.

A ditadura civil-militar em debate: legitimidade em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Daniela de Miranda dos Santos
danielamiranda.ufjf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Construção social, Ditadura civil-militar, Legitimidade.

O presente trabalho tem como objetivo discutir os mecanismos que proporcionaram legitimidade à ditadura civil-militar brasileira, bem como a manutenção deste regime autoritário. Desta forma, busca-se apresentar os resultados preliminares da pesquisa de mestrado cujo interesse é compreender o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, no período em destaque. Para isso, serão mobilizados textos que se voltam a pensar o Estado, no caso o Estado ditatorial no Brasil, a partir não de uma ideia de cooptação, manipulação, mas sob a perspectiva que considera a ditadura uma construção social. É partindo da compreensão de que valores desse regime já estavam presentes na sociedade que busca-se pensar o regime ditatorial no país e sua relação com o IHGB nesta pesquisa.

Professores e militares. O polêmico processo de enquadramento dos professores da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1973)

Gabriela Fischer Fernandes Corradi
gabifischer86@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física, História das Universidades, Universidades no Regime Militar, Ditadura militar.

Com este trabalho, em andamento, pretendo investigar a relação do regime militar com a UFMG. Especificamente, os processos de "federalização" de cursos superiores já existentes, pertencentes à outras universidades, como unidades acadêmicas da UFMG, através do decreto nº997/69. Uma dessas escolas enfrentou um processo mais delicado ao ser integrada à UFMG. A Escola de Educação Física, que até então funcionava de forma híbrida - através de um convênio do Governo do Estado de Minas Gerais e das Faculdades Católicas de Minas Gerias – passou a ser unidade acadêmica da UFMG após 17 anos de funcionamento regular. Seus quadros já eram bem estabelecidos e seus cursos já reconhecidos pela qualidade dos profissionais que formava. Toda a estrutura e todo o quadro de professores e funcionários foram transferidos com a Escola através do decreto. Mas, a forma como a UFMG deveria proceder para receber toda essa estrutura física e o pessoal não foram determinadas pelo documento de 1969. O grande problema enfrentado pela Escola de Educação Física foi o aproveitamento dos professores da instituição. O corpo docente da escola era extremamente singular, quanto à sua formação. Eram 33 professores ao todo. Destes 12 eram militares, 6 não tinham nenhuma graduação, 6 eram graduados em cursos sem nenhuma ligação com as disciplinas que ministravam e nenhum deles possuía título de mestre ou doutor. Assim, o processo de aproveitamento de pessoal docente se estendeu por 4 anos, passando por diversas comissões e produzindo extensa documentação sobre o referido processo. A documentação sobre o processo está disponível na própria UFMG e já está sendo analisada. As universidades de um modo geral passavam por grandes reformas estruturais e curriculares, como parte do projeto modernizador promovido pelo governo militar. O regime militar tinha particular interesse nas universidades, desde o golpe, pois via essas instituições como ameaçadores antros de doutrinação esquerdista. Uma hipótese deste trabalho é que o regime militar, com seu conhecido interesse pela Educação Física, pretendia, com a integração da escola, aumentar o número de militares presentes no quadro de docentes da instituição. Outra hipótese é que a morosidades do processo pode ter sido uma forma de

resistência por parte dos órgãos internos da UFMG à imposição de tão peculiar grupo de professores pelo regime militar.

O regime militar brasileiro e as políticas para Educação Física e Esportes: Um olhar sobre a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (1971-1974)

Fernanda Cristina dos Santos
nandacsantos00@yahoo.com.br

Anderton Taynan Rocha Fonseca
anderton@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física, Políticas de esporte, Regime militar, CNED.

O trabalho aqui apresentado, objetiva analisar a Educação Física como prática auxiliadora para os propósitos do regime militar a partir da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED). Para este recorte, ancorado na abordagem da História Política (MOTTA, 2014), trataremos brevemente dos produtos veiculados pela referida campanha, atentando para seus objetivos dentro do programa de políticas para a Educação Física e Esportes.

Os anos da ditadura militar se caracterizaram como um período importante na produção de políticas referentes à Educação Física e aos Esportes pelo governo brasileiro. Nesse sentido, era de preocupação do Estado, “criar uma “atmosfera popular” de incentivo a prática de atividades físicas e esportivas, além de constituir uma espécie de “vitrine” dos benefícios e progressos que poderiam trazer à nação e seu povo” (SANTOS, 2012, p.21). Em busca de levar a cabo tais propósitos, uma das ferramentas criadas pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC), foi a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo.

Elaborada em junho de 1971, a partir do Plano de Educação Física e Desportos, a CNED distribuiu diversas peças publicitárias que propagandeavam o modelo de Educação Física defendido pelo regime militar. Entre essas peças de divulgação encontravam-se Cadernos Técnicos, Cadernos Didáticos, Folders, Jornais, Revistas de História em Quadrinhos e Pôsteres que eram distribuídos gratuitamente em escala nacional, afim de atingir um público amplo e diverso. Outros meios de comunicação como a TV, o rádio e o cinema também foram utilizados

como veículos de publicidade da Campanha, ao exibirem um conjunto de filmetes que abordavam distintos aspectos propostos para a prática esportiva.

Desse modo, foi possível considerar que a elaboração de vários materiais fez circular diferentes representações de educação física no cenário brasileiro, quer seja junto as escolas, universidades e clubes, ou junto a população de um modo geral. A multiplicidade dessas representações eram, em larga medida, caracterizadas por um ideário que combinava exaltação ao nacionalismo, saúde para o trabalho e melhoramento do rendimento e da performance, além de uma proposta ordeira e de controle social. Todas elas de profundo interesse do regime de governo vigente naquele contexto.

Ditadura, memória e ciência: uma investigação a partir de depoimentos

Yemane Fernanda Telles
yemanefernanda@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar brasileira, Depoimentos, História da Ciência, Memória.

A memória torna-se esse espaço de disputa quando assumimos, de acordo com Halbwachs, que essa pode ser construída individualmente, e também de forma coletiva. Quando destacamos a coletividade da memória, ou seu aspecto construído socialmente, percebemos que pode ser facilmente maleável. Fatos políticos, sociais ou de qualquer espécie que tenham feito parte da história de uma nação podem receber interferências, de várias formas, para que sejam lembrados ou esquecidos, conforme apontamos, a partir de ações políticas resultantes da disputa que existe pelo espaço de memorização na sociedade.

Tendo em vista essas considerações debruço-me ao estudo de entrevistas publicadas na revista *Ciência Hoje* durante a década de 1980 de pesquisadores e cientistas de todas as áreas. Estes contam de forma informal sua experiência com as pesquisas científicas. Narrando torturas, exílios, censuras que sofreram durante o período da Ditadura Militar Brasileira. Cientistas como Celso Furtado contam sua experiência com exílio e Warwick Kerr relata como foi passar pelo momento em que as pesquisas científicas eram censuradas amparadas pela legislação e muitos de seus colegas torturados no livro “Cientistas do Brasil, depoimentos”, utilizado como fonte desse artigo.

Muitos desses cientistas participaram de alguma forma da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948, na intenção de os cientistas obterem um espaço

para discutir a produção científica sem a intervenção do governo; porém essa sociedade científica sofreu bastante com a ditadura, assim como outros setores brasileiros.

Nesse sentido, a lei da Anistia consegue camuflar muitos dos problemas enfrentados durante a Ditadura Militar brasileira por esses cientistas e seus relatos são breves e com poucas descrições, mas de grande relevância. Trabalhar a memória atrelada a Ditadura Militar e à pesquisa científica se torna algo de grande importância, uma vez que, nesse contexto, a memória é reconhecida como um “espaço” disputado, uma vez que não se relaciona apenas ao que é lembrado, mas não obstante, ao que se esquece, conforme aponta Carolina Dellamore, em seu livro *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. Esse trabalho, portanto, traça um paralelo entre a Ditadura Militar e a produção científica desse período, bem como as dificuldades enfrentadas pelos cientistas e a memória/ esquecimento entrelaçada a ambos.

O Movimento Estudantil em Belo Horizonte durante os Governos

Castelo Brando e Costa e Silva

Ronaldo Serpa da Silva Junior
ronaldoserpajr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Ditadura militar, Movimento Estudantil, Política.

Após o golpe de 64, o movimento estudantil foi forçado a passar por uma reorganização estrutural e de ideais a serem defendidos para posteriormente se constituir como a principal oposição ao Regime Militar. Nesse contexto, o ME dentro de Belo Horizonte teve papel de protagonismo, em que por alguns momentos pautou politicamente os estudantes brasileiros na luta contra Regime. O trabalho tem como objetivo central analisar e descrever o movimento estudantil dentro da capital mineira durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, mostrando a mudança de perfil político do ME no decorrer dos anos. O trabalho pretende ainda mostrar um pouco da atuação da UFMG dentro do Movimento Estudantil de Belo Horizonte.

Da cidade às repúblicas: disputas em torno do movimento estudantil em Ouro Preto (1964-1985)

Amanda Queiroz Magalhães
amandaqm06@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Repressão, Movimento Estudantil, Ouro Preto, Ditadura.

A pesquisa integra o projeto mais amplo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vinculado à Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), que tem por objetivo apurar e analisar as graves violações aos direitos dos professores universitários, servidores técnico-administrativos e estudantes da universidade, no período da ditadura civil-militar. Naquele contexto, a legalidade autoritária imposta pelo regime, que nas universidades se referia especialmente à criação das AESIs e ao Decreto-Lei 477, logrou impor um ambiente de repressão e de bloqueio ao desenvolvimento intelectual de toda uma geração. No caso de Ouro Preto, a articulação do movimento estudantil foi em grande medida potencializada pelo ambiente formado por mais de setenta repúblicas universitárias. As fontes analisadas até o momento indicam que estes locais se tornaram focos expressivos de mobilização dos estudantes, no planejamento de ações contra as arbitrariedades do regime. No entanto, paralelo a este movimento de oposição, esta rede de integração criada pelo ambiente republicano facilitou a identificação, perseguição e denúncia daqueles considerados “subversivos”, por parcela dos estudantes que defendiam o discurso anticomunista.

Esta situação dúbia identificada no universo republicano também foi verificada na comunidade ouropretana. Por um lado, havia uma relação entre o movimento estudantil e trabalhadores que integravam organizações de oposição à ditadura. Tanto que tais pessoas foram alvos de comissões de investigação desde o ano de 1964, sendo listados como “comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”.

Em contrapartida, o aparato repressivo foi utilizado de forma sistemática tanto pelos órgãos de segurança, como por cidadãos ouropretanos, visando eliminar qualquer ideia ou ação por eles enquadradas como comunistas. O imaginário do “perigo vermelho”, intensificado desde o início da década de 1960, se manifestou após o golpe de 1964, na região, por meio de uma rede de colaboração de pessoas “distintas” da sociedade que atuaram no sentido de aniquilar a “semente do mal”, que era diretamente relacionada ao movimento estudantil.

Assim, em um contexto marcado entre “resistência” e repressão, a cidade de Ouro Preto foi palco de intensas disputas políticas que precisam ser (re)conhecidas. Nessa direção, há um indispensável dever de se refletir junto à comunidade ouropretana esse passado que ainda afeta nosso presente.

As lutas dos trabalhadores do petróleo e o golpe militar de 1964: notas sobre a campanha “Tudo de petróleo para a Petrobrás e a Petrobrás para o Brasil” (1963-1964)

Flávia Ferreira da Silva
silva.flavia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Governo Goulart, Sindicalismo, Ditadura militar, Petrobrás, Desenvolvimento econômico.

Este artigo tem como objetivo geral a construção de um diálogo entre desenvolvimento econômico, democracia e sindicalismo, questões a serem abordadas a partir da problemática da soberania energética do petróleo no Brasil e a dinâmica dos conflitos de classe. A perspectiva de análise deste trabalho é apoiada na visão de que o desenvolvimento sob o capitalismo dependente é definido tanto pelas transformações difundidas pelo centro capitalista hegemônico, quanto pelo tipo de resposta das forças sociais internas aos impactos destas mudanças na periferia capitalista. Já, a soberania energética é relacionada à apropriação nacional da renda do petróleo enquanto recurso natural estratégico para viabilizar o processo de desenvolvimento econômico e social na periferia do capitalismo. Para discutir estas questões, o objeto de estudo proposto é o movimento sindical e político dos trabalhadores da Petrobrás entre 1963 e 1964. Especificamente, descreve-se a campanha “Tudo de petróleo para a Petrobrás e a Petrobrás para o Brasil” que incluía a reivindicação da encampação das refinarias particulares pela Petrobrás e o monopólio integral do petróleo. Para tal estudo utilizam-se como fontes primárias os boletins “O Sindipetro” (1963-1964) do Sindipetro dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara e por jornais da época: Última Hora, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo. Analisam-se ainda, os possíveis impactos desta campanha, junto às greves dos petroleiros, na conjuntura específica de crise política, social e econômica durante o governo Goulart. Destaca-se como os trabalhadores petroleiros foram reprimidos pela ditadura militar no contexto do Golpe de 1964, com mortes, prisões, demissões, perseguições políticas e intervenções nos sindicatos que se combinaram com um processo de “despolitização” da Petrobrás. Em síntese, este trabalho propõe uma investigação do possível papel político dos sindicatos dos petroleiros na defesa dos interesses nacionais no que tange ao monopólio estatal do petróleo, sua produção, exploração e refino. Ademais, estes processos de luta recolocariam a necessidade da defesa do monopólio estatal do petróleo e apontariam caminhos de resistência de classe da categoria durante as décadas seguintes, já sob a repressão da Ditadura Militar brasileira. Em conclusão, este breve trabalho busca contribuir na “batalha pela

memória social” dos trabalhadores petroleiros e evidenciar sua participação e relevância nas lutas que antecederam ao Golpe de 1964.

**Reflexos do autoritarismo nas relações de trabalho: Disputas
trabalhistas em Juiz de Fora frente à repressão do governo Costa e Silva
(1967-1969)**

Paulo Henrique Silveira Damião
paulohenriquesd@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, Juiz, Trabalho, Justiça, Repressão, Civil-militar, Relações, Trabalho, Fora., de, do.

O regime civil-militar implantado em 1964 foi marcado por um sistema autoritário, no qual a prática da repressão se destaca. Outra característica que se soma ao regime imposto é a desmobilização dos direitos na sociedade brasileira, principalmente os direitos sociais. Durante o governo Costa e Silva (1967-1969) nota-se uma intensificação da repressão, motivada, principalmente, pelo Ato Institucional n. 5, que deu amplos poderes ao presidente da república. Os trabalhadores foram alvos da repressão e a Justiça do Trabalho foi durante a ditadura civil-militar um dos poucos espaços de defesa dos direitos dos trabalhadores.

A cidade de Juiz de Fora – MG, tendo em vista a instalação de quatro unidades de repressão, torna-se um exemplo do sistema de repressão que foi montado e articulado em todo território nacional e os trabalhadores somam um número expressivo das vítimas da repressão na cidade durante a ditadura, como consta no Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

A presente pesquisa busca compreender os reflexos da política autoritária e repressiva da ditadura civil-militar brasileira nas relações de trabalho nos anos que vão de 1967 a 1969, analisando especialmente as relações entre Estado, capital e trabalho através do uso da Justiça do Trabalho em Juiz de Fora. Para tal, serão utilizados como fonte principal os processos judiciais trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento da referida cidade.

O Golpe Civil Militar de 1964 no contexto da Microhistória

Gilvan Gaspar de Melo
gilvangmelo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Micro-política, Micro-historia, Nanuque, 1964.

Os movimentos que antecederam o Regime Militar bem como os desdobramentos durante sua vigência não podem ser considerados como homogêneos em um país como o Brasil. O foco tradicional de estudos deste movimento contempla uma visão de Macro-História e, dentro deste contexto, abordam principalmente os Militares, os Políticos, os Trabalhadores e o Araguaia, todos com personagens, quase que exclusivamente, das capitais ou de grandes centros urbanos.

Em 03.03.2015, um relatório reservado da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (APM, pasta 4780, doc. 18-20), relata uma investigação acerca dos movimentos político/sociais na cidade de Nanuque, e conclui que "... observa-se que os dois grupos se digladiam, possivelmente em razão da política municipal", levando-nos a crer que mais do que brigas ideológicas sobre o novo regime, temos sim são picuinhas políticas regionais.

Sobre a micronarrativa histórica, ressalta BURKE: "É a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas". Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época, afinal, os movimentos que antecederam o Regime Militar bem como os desdobramentos durante sua vigência não podem ser considerados como homogêneos em um país como o Brasil.

Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época. Os teóricos da micropolítica, como o Foucault sobre poder e soberania local, trazem uma visão do estudo das lideranças e de seus efeitos sobre a sociedade, as articulações dos elementos que a constituem como os líderes e os grupos atuam no propósito de conquistar o poder e conduzir os demais membros político-sociais.

Assim, este trabalho se desenvolverá pelo entrelaçamento do campo teórico da Microhistória, da micropolítica e do golpe civil-militar de 1964.

A principal fonte de informação deste estudo são os arquivos do APM - Arquivo Público Mineiro notadamente os arquivos do DOPS/MG. A escolha desta tipologia documental alicerça-se no fato de ser documentação tornada disponível a pouco tempo, devido a censura de seu conteúdo.

Eleições e Ditadura Militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a Eleição Municipal de 1968 em Campina Grande – PB

Dmitri da Silva Bichara Sobreira
dmitri_bichara@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Campina Grande, eleições, ditadura militar, Arena.

O modelo de regime autoritário implementado no Brasil após o golpe civil-militar de 1964 não seguiu à risca a cartilha dos manuais. Apesar de toda a repressão praticada ao longo do período ditatorial, instaurou-se no Brasil um autoritarismo singular: os presidentes, governadores e prefeitos de capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional passaram a ser eleitos de forma indireta, enquanto os demais cargos continuaram elegíveis pelo voto popular; extinguiu-se o sistema pluripartidário criado em 1945 e instalou-se um sistema bipartidário que, inclusive, comportava um partido de oposição; o Congresso Nacional continuou funcionando na maior parte do tempo; além dos diversos casuísmos políticos impostos ao longo da ditadura. Estudos recentes sobre a ditadura militar brasileira têm buscando compreender esse complexo sistema político, suas vicissitudes, continuidade de características da cultura política brasileira. Destarte, este trabalho faz uma análise da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba, em suas atividades eleitorais, em especial, o pleito para prefeito da cidade de Campina Grande realizado no ano de 1968. Campina Grande é, econômica e politicamente, a segunda cidade mais importante da Paraíba, e sua importância política para as relações de poder dentro do estado cresceu ainda mais na ditadura militar, visto que a capital do Estado, João Pessoa, passou a ter eleições indiretas para prefeito. Através da ARENA e da eleição acima destacada é possível enxergar: 1) a organização interna do partido em sua seção regional; 2) a participação de setores civis, como políticos e empresários, na ditadura militar; e 3) a forma como ocorriam as eleições diretas ao longo do regime autoritário. Nesse processo destacam-se dois acontecimentos importante para entender o processo eleitoral e o funcionamento do sistema político durante a ditadura: a tentativa de pacificação política promovida entre membros da ARENA e MDB, partido de oposição, e o racha dentro da seção regional da legenda situacionista. Portanto, busca-se aqui compreender a atuação das elites políticas e econômicas locais através da ARENA em um pequeno estado do nordeste brasileiro, dentro de um regime autoritário e centralizador como foi a ditadura militar.

A leitura das atas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (1964-1985)

Flávio William Brito Matos
matos.flavio_@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Anos, Política, 1970, Civil-militar, Ditadura, Cultura.

50 anos após o golpe civil-militar de 1964, segue em aberto os debates sobre a história e a memória construída do período. No caso paraense, a historiografia a respeito disto é recente e se ateve, por certo tempo, a estudos sobre a Guerrilha do Araguaia. O presente trabalho se refere aos resultados iniciais da pesquisa nas atas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará produzidas durante o período da Ditadura instaurada no Brasil (1964-1985). Visa compreender a cultura política estabelecida nesta casa legislativa com os governos militares, inserindo-se assim nas investigações das relações sobre história e memória coletiva. Não se limitando apenas a análise das resistências e oposições, mas sobretudo aos jogos de acomodação, as mediações e as negociações firmadas por esta instituição importante na conjuntura local com ênfase no período dos anos 70. Destarte, o regime contou com o apoio de instituições locais para a efetivação do seu projeto autoritário-conservador de modernização. Este trabalho é vinculado ao projeto "A UFPA e os anos de chumbo: Memórias, experiências, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)".

De "Espião Nazista" a Governador do Rio de Janeiro: a relação entre Raimundo Padilha e a Ditadura Militar

Diego da Silva Ramos
diegoramos.prof82@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Espionagem, Ditadura, Integralismo.

O presente trabalho, ainda em estágio inicial, tem como objetivos aprofundar as pesquisas em torno da figura do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Raimundo Delmiriano Padilha. Partindo da sua formação ainda na Ação Integralista Brasileira, onde chegou a ser o segundo na hierarquia do grupo e representando no Brasil o líder Plínio Salgado, passando pela denúncia de espionagem nazista no período da Segunda Guerra Mundial. Focaremos ainda no anticomunismo de Padilha nos anos 1950 e 1960, relacionando-o com seu passado integralista, para com isso, tentarmos resgatar a memória e as heranças integralistas que são levadas para o interior da ditadura militar. O integralismo como doutrina se desarticula com a implantação do Estado Novo, mas as ideias integralistas persistem e são carregadas com seus porta-vozes para dentro dos porões da ditadura. Faz-se necessário entender até que ponto essas ideias se enraizaram e como foram recebidas pelos arquitetos do regime. Sendo assim, chegando no período em que Padilha assume o governo do estado do Rio de Janeiro, no auge de seu poder político, mas que teve uma rápida decadência. É importante entendermos ainda, o processo que

leva ao apagamento da figura de Padilha e como esse processo pode ter afetado outros líderes integralistas, que passaram por processo semelhante durante a ditadura militar.

Sonhos e idealismos: Mulheres baianas na resistência à Ditadura Civil-Militar brasileira

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
ajunior.ufrb@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Bahia, Resistência, Mulheres, Ditadura.

O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas em torno da dissertação “Para não dizer que não falei das flores: Memórias de mulheres na resistência à ditadura-civil militar” defendida recentemente na Universidade do Estado da Bahia que buscou analisar a trajetória política de três mulheres durante o regime ditatorial. Nessa perspectiva, esta comunicação busca abordar como os sonhos e idealismos durante a resistência aproximou e afastou três mulheres baianas e suas perspectivas em relação à ditadura civil militar instaurada no Brasil em 1964. Transcendendo os anseios políticos, invadindo a subjetividade dos sentimentos e dos quadros sociais que as levaram a determinadas atividades políticas, é importante problematizarmos o lugar da mulher na historiografia que discute o tema e a própria localização de áreas como o Nordeste na historiografia dita nacional, o qual dialogaremos neste trabalho. Assim, a partir de entrevistas realizadas com o auxílio da história oral e do cruzamento com documentos pessoais, de imprensa e da repressão, esta breve comunicação busca apresentar problematizações em torno da reconstrução da memória e suas ressignificações no presente, algo de grande discussão na historiografia contemporânea.

A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do MR-8 na resistência armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972)

Higor Codarin Nascimento
higor.codarin@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revolução, Esquerda armada, Marxismo.

Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), posteriormente Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8), no contexto de resistência armada contra a ditadura civil-militar brasileira, no período compreendido entre 1969-1972.

Em um contexto de questionamento das práticas políticas do PCB no pós-golpe civil-militar de 1964 – que até então detinha a hegemonia política no contexto da esquerda brasileira –, aliado a um cenário rebelde e revolucionário internacional, tendo como exemplo maior a Revolução Cubana em 1959 – e suas teorizações como modelo revolucionário latino-americano proposto por Guevara e Debray –, surge uma constelação de organizações de esquerda no Brasil, em especial organizações que propõem o enfrentamento armado ao regime civil-militar. Nesta conjuntura histórica constrói-se, no interior dessas esquerdas armadas, uma tendência antiteoricista, em que a ação revolucionária pode prescindir da arma da crítica por deter a força da crítica das armas. Este fato caracterizou, na bibliografia, as esquerdas armadas, de modo geral, como organizações que relativizavam o processo da atividade crítica e formulação política.

Remontando a trajetória da DI-GB/MR-8 desde sua criação junto ao PCB; seus vínculos intrínsecos com o movimento estudantil carioca; sua cisão com o Partidão em 1966; e, sobretudo, a partir da análise do período em que se enveredou pela luta armada – entre 1969 e 1972 – através de entrevistas orais, documentos políticos e processos judiciais do Supremo Tribunal Militar, construímos a hipótese de que, dentro dos limites possíveis, o MR-8 privilegiou um processo de reflexão crítica e formulação política. Ao contrário da submissão da teoria pela prática, percebemos a importância dada pela organização à prática reflexiva e à discussão teórica. Portanto, temos como hipótese o MR-8 como fator de mediação entre teoria e prática, onde a arma da crítica se relacione, dialeticamente, com a crítica das armas no processo de embate contra a ditadura.

Em suma, a análise da trajetória política do MR-8 diante da ditadura civil-militar brasileira é perpassada pela discussão do papel e, sobretudo, da importância, da teoria e da prática reflexiva no desenvolvimento de um projeto político revolucionário marxista.

Guerrilha de Caparaó: A resistência da esquerda militar no Brasil (1966-1967)

Márcio Francisco de Carvalho
mar.carvalho@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Esquerda Militar, Guerrilha de Caparaó, Ditadura Militar.

O presente trabalho irá abordar a história de um grupo da esquerda militar em resistência à ditadura militar brasileira (1964-1985), cuja organização se deu na região da Zona da Mata mineira, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo: A Guerrilha de Caparaó (1966-

1967). A organização da esquerda militar se estendeu por quase todo território nacional e teve como um de seus focos para atuação a Serra do Caparaó. Por se tratar de uma guerrilha cujos integrantes eram em sua maioria militares expurgados das Forças Armadas após o golpe de 64, o que busco neste trabalho é tentar entender as crises dentro da corporação militar, apresentando seus elementos históricos no período republicano e principalmente, ressaltando a Guerrilha de Caparaó.

O trabalho busca apresentar a história de um grupo guerrilheiro em resistência a ditadura militar e que apesar de sua importância na história atual ainda continua desconhecido do público brasileiro. Ocorrida entre os anos de 1966 e 1967 esta guerrilha foi, de acordo com alguns autores, o primeiro movimento armado em oposição ao governo militar, tal guerrilha ficou conhecida como: Guerrilha de Caparaó.

O trabalho segue dividido em três tópicos. No primeiro tópico, denominado de “Ditadura Militar Brasileira”, procuro desenvolver um breve balanço historiográfico acerca do período compreendido entre os anos de 1964 a 1985. Busco, no entanto, me aprofundar na abordagem das diversas interpretações acerca da origem do golpe no início da década de 60, e os primeiros anos de regime militar. Já no segundo tópico a ideia é fazer uma análise histórica da “Esquerda Militar no Brasil”. O tema da esquerda militar se faz necessário quando tratamos da história política do Brasil contemporâneo. No tópico final deste trabalho o que procuro é descrever a organização da esquerda militar a partir da “Guerrilha do Caparaó” analisando a sua formação, atuação e queda.

Cidade, memória e repressão: atentados ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar em Belo Horizonte/MG (1964-1985)

Leonardo Augusto dos Santos
leoaugusto16@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Ditadura civil-militar, Cidade, Atentado, Memória.

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar os atentados ocorridos em Belo Horizonte contra aqueles que resistiam à ditadura civil-militar instaurada a partir do Golpe de 1964, tem como pressuposto averiguar a importância dos espaços urbanos para a preservação da memória da sociedade belo-horizontina. Assim, foram examinados os atentados ocorridos em Belo Horizonte entre os anos de 1964 e 1985. Na descrição dos processos metodológicos, dão-se

ênfase à revisão bibliográfica e a consulta de jornais da época, que se mostraram adequados à proposta de compreender as ações e experiências da sociedade belo-horizontina diante do regime de opressão praticado pelos militares. Belo Horizonte foi palco de grandes atos contrários à ditadura civil- militar. Na cidade, instalaram-se diversos locais que, no decorrer da ditadura (1964 a 1985), serviram como forma de embate, conspiração, prisão, manifestação e tortura. A escolha dos atentados apresentados ao longo do artigo se deu justamente pela necessidade de se conhecer a atuação da sociedade contra as forças opressoras e as formas de coerção exercidas pelos militares. Belo Horizonte carrega em sua história registros de um período marcado por lutas a favor da redemocratização do país e muitos que habitam na capital não conhecem essa história. Os lugares e edifícios estão assinalados pelos acontecimentos, que revelam uma memória que por ora pretende ser esquecida, e, recorrer a esses lugares, nos ajuda a lembrar e a redescobrir os fatos que fazem parte da evolução histórica da cidade. As cidades são, portanto, aportes para a memória e esta, por sua vez, serve a História.

A identidade sobrevivente: Entre a experiência da tortura em mulheres, o ato de testemunhar e a reelaboração do eu

Ana Carolina Monay
monay.carol@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, Ditadura Militar brasileira, Tortura em mulheres, Identidade e trauma, tortura e dessubjetivação.

O contexto pós-Ditadura Militar brasileira não foi marcado por uma abertura, tendo o Estado como agente desta abertura, do espaço público para as memórias das vítimas. Do contrário, a Lei de Anistia de 1979 buscou impor um silêncio sobre esta versão da história, visando produzir um esquecimento dos anos de violação sistemática dos Direitos Humanos que impossibilitasse a autocritica do Estado e o julgamento dos perpetradores. Porém, as vítimas nunca se abstiveram de falar. Se por um lado não houve nenhum tipo de espaço institucional amplo no contexto de redemocratização por onde ecoassem as vozes das vítimas, por outro lado estas buscaram criar outros canais de diálogo e publicização. O filme de longa-metragem “Que bom te ver viva”, dirigido por Lúcia Murat e lançado em 1989, objeto de onde partem as reflexões deste trabalho, é evidencia disto. A obra é composta por oito testemunhos de mulheres que passaram pela experiência da tortura perpetrada pelo Estado brasileiro durante a Ditadura Militar, e por uma personagem ficcional, que sintetiza as vozes do conjunto de mulheres

partilham desta experiência. Mais do que explicitar como acontecia a tortura, a obra busca compreender destas mulheres o que sentiram e como reelaboravam esta experiência traumática.

A partir da análise dos testemunhos de QBTVV, a questão primária que surge no presente trabalho visa compreender a tortura como prática cujo objetivo central é a desarticulação e a dessubjetivação. Em mulheres, tendo em vista seu locus sócio-histórico em uma sociedade nos moldes patriarcais, esta teria incidido de forma duplicada – não no sentido de acúmulo gerado pela soma, mas pela intersecção de vertentes variadas de violências que influenciam as formas de simbolizar a agir no mundo. Assim, como desdobramento desta primeira questão, este trabalho tangenciará as possibilidades de reelaboração da identidade daquelas mulheres que passaram pela dessubjetivação na tortura. Se o argumento do filme é construído, sobretudo, em torno da reelaboração no espaço privado a partir da questão da maternidade – a maternidade como materialização de uma resistência especificamente da mulher –, a existência do filme evidencia um outro traço da identidade, que representa um giro para o público: a identidade de sobrevivente e o compromisso para/com a denúncia dos horrores cometidos pela Ditadura. Em comum entre os dois aspectos, o ato de testemunhar: este se apresenta como um traço que conforma a identidade dos sobreviventes.

Nunca mais me torturaram, mas a questão é que a memória também doe: Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil e seus desdobramentos no presente

Antonio Sérgio Nery Santos Silva
antonionsilva@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tortura, Tempo Presente, Ditadura, Memória.

No ano de 2016, após 30 anos da abertura democrática no Brasil vivenciamos um processo de impedimento contra a primeira mulher a assumir o cargo de presidenta. No qual a senhora Dilma Vanda Rousseff reviveu o estigma da tortura quando o então deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) clamou pela memória do Coronel Ustra (ex-chefe do DOI-CODI) no seu pronunciamento no Congresso. É importante salientar que o coronel aclamado pelo excelentíssimo deputado (que também é militar da reserva) comandou as sessões de torturas deflagradas contra a presidenta e segundo a Justiça brasileira e apurações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade outras 502 pessoas e executou outras 50. Com isso, o senhor Bolsonaro reativou as marcas e implicou as dores no cerne de uma pessoa novamente indefesa e

nas demais vítimas do torturador, pois ao ser revivido o passado “[...] cresce incessantemente, <e> se conserva indefinidamente” (BERGSON, 2006: 47). A tortura segundo Scarry (1985) é um ato violento que extrapola a dor da carne e deixa suas cicatrizes na memória do torturado. Há um desdém pela dor do outro no ato de torturar, onde a sua funcionalidade baseia-se numa confusão entre interrogatório e suplicio na busca por uma submissão nas muitas manifestações quão inacessível é a realidade da dor física para quem não a está sofrendo. É sabido pela grande maioria da população que esta prática é comum em interrogatórios policiais no nosso país, que pelo “[...] comodismo e pelo individualismo desumanizador [...], esses métodos jamais foram combatidos eficientemente. ” (ALVES, 1996: XV). Então, pretendemos mediante uma análise de documentos acerca dos horrores da tortura durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e de uma revisão bibliográfica referente ao tema demonstrar que as marcas da tortura se encontram ainda como um ponto de referência na memória coletiva em nossa sociedade. A tortura ainda é utilizada como um instrumento de “[...] supressão das liberdades públicas” (GASPARI, 2002: 25) sendo um fantasma na vida daqueles que vivenciaram essas práticas e uma angustia nos demais que a tomam como um “[...] elo final de uma corrente repressiva radicalizada em todos os níveis” (GASPARI, 2002: 25) Assim, entendemos que se faz necessário apresentarmos a história deste tempo sombrio para que a sociedade se livre desta aberração definitivamente e as autoridades possam punir aqueles que a cometeram e ainda a utiliza de maneira que homens e mulheres não sejam pelo esquecimento torturados.

Violações sistemáticas aos direitos humanos de povos indígenas: esfacelamento cultural e imposição de costumes da sociedade não indígena as crianças

Hygor Mesquita Faria
hygor.interact@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crianças, "Violência", "Estado", Sistemática, Indígenas

O presente trabalho possui como objetivo realizar uma análise a respeito das violações sofridas pelos povos indígenas, como se deu esse processo, e da subordinação dos órgãos tutores dos Índios a planos governamentais. Propomos, em particular, uma discussão sobre as violações contra as crianças indígenas e da imposição de hábitos da sociedade não indígena às mesmas, empreendendo assim nosso estudo referente ao período de 1950 até 1985, o estudo se deu a partir do ano de 1950, tendo como justificativa, a sistemática onda de sequestro de Crianças xetá,

com destaque para o período da ditadura civil-militar, onde tivemos o marco inicial da política indigenista que se consolidará no país. Através da análise de toda a conjuntura aqui proposta, iremos caminhar para a análise de como as violações sofridas foram sistêmicas, na medida em que são reflexos de políticas públicas do estado, e da situação das crianças indígenas, no que diz respeito a sua educação e como as mesmas são tratadas pelo Estado, para assim conseguirmos visualizar a construção da política indigenista mais agressiva, nosso período chave é quando se passou a defender o discurso de que a Amazônia era representada por um vazio populacional, negando e ignorando a existência de povos indígenas nessa região do mapa nacional. A questão das crianças é central na dissolução das comunidades indígenas, sendo profundamente importante a denúncia da violência exercida sobre as comunidades indígenas ao longo de todo o século XX. O processo de aculturação de crianças, meninos e meninas tem se arrastado até o presente, quando os debates sobre os direitos humanos e direitos da criança e do adolescente parecem ainda não atingir ao Brasil como deveria, com raras exceções de exemplos de grupos que lutam pela defesa dos direitos do índio no Brasil. É importante discutir sobre o processo de silenciamento iniciado na década de sessenta a real situação latifundiária e exploratória do território amazônico, ou ainda, sobre o abafamento das informações provindas das regiões norte e centro-oeste do Brasil referentes ao extermínio de comunidades indígenas devido ao assalto de suas terras, como no caso dos índios Kayowa no ano de 2012 no estado do Mato Grosso, partindo dessas indagações podemos aprofundar nossa reflexão em relação a situação e aos dados apresentados por pesquisas já empreendidas até o presente momento acerca desse problema.

Políticas indigenistas e a questão indígena na ditadura militar brasileira (1964-1985)

Felipe Sousa Prado
felipeprado85@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Questão indígena, Ditadura militar, Direitos humanos, Memória.

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma reflexão e análise acerca da situação dos povos indígenas no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), abordando o contexto e conjuntura de repressão e processo de militarização e violência instituída pelo Estado contra estas populações.

Ao se pensar a história do Brasil, podemos observar que as políticas indigenistas e a trajetória das relações do Estado vinculadas às populações indígenas são marcadas por episódios

onde estão presentes variadas formas de abusos, exploração e a violência e descaso sempre estiveram presentes. Diversos exemplos do passado demonstram um legado de violência, no entanto, nos dias atuais, graves abusos seguem ocorrendo de forma sistemática.

O marco cronológico proposto na presente investigação se inicia no ano de 1967, contexto marcado pelos preceitos da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, quando repercutem, principalmente em órgãos de defesa dos direitos humanos internacionais, graves denúncias e acusações referentes a abusos, violações, má gestão e administração dentro do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O SPI foi um órgão do governo brasileiro responsável pela tutela, proteção e integração dos povos indígenas, criado no ano de 1910, e a partir da situação de investigação e inquéritos, é extinta e substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1967.

A FUNAI nasce com a proposta de se tornar o marco de uma nova política indigenista, além de ser uma resposta dos militares à série de denúncias e pressões sobre a relação do governo com os povos indígenas. Sob gestão da FUNAI, na conjuntura do regime militar e com intencionalidade de salvaguardar interesses diversos, em 1969 é criada a Guarda Rural Indígena (GRIN) e também presídios voltados às populações indígenas.

A partir de análise de documentos, é sabido que existiram diversos presídios e reformatórios clandestinos, porém neste trabalho iremos abordar especificamente o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, considerado o primeiro presídio oficial para indígenas, localizado na cidade de Resplendor, no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, dentro do território do povo Krenak.

A pesquisa visa abordar e discutir as políticas indigenistas no período, tratando a questão dos abusos e violação dos direitos humanos e problemáticas relacionadas aos povos indígenas, ressaltando a questão da memória e do esquecimento.

Passando a limpo a ditadura militar brasileira: a disputa de memória entre Caetano Veloso e Roberto Schwarz

Ana Carolina Lessa Borges Lucas de Azevedo
carolina.borges88@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Roberto Schwarz, Disputa de memória, Ditadura militar, Caetano Veloso.

Apesar de Caetano Veloso, cantor/compositor, e Roberto Schwarz, crítico literário/professor, estarem do mesmo lado quando a ditadura militar se impôs no Brasil – ambos exilados, ambos contrários ao regime – os dois assumiram posturas bastante diferentes em relação a escrita da memória daquela época. Enquanto Caetano escreveu *Verdade Tropical*, sua autobiografia, colocando-se no lugar de um pensador contemporâneo, portanto, revendo e analisando os fatos do pós 1964; Roberto Schwarz criticou as memórias do cantor de forma quase passional. O cantor/compositor virou intelectual e o intelectual se colocou numa posição de sensibilidade aparentemente descomprometida de rigor acadêmico. No entanto, é preciso entender a trajetória de cada um dos autores para perceber que essa postura não é exatamente uma controvérsia, ao contrário, faz parte do que é a produção de cada um. Para entender Caetano é preciso entender sua formação intelectual e o movimento tropicalista, assim como para entender Schwarz é necessário saber da sua formação marxista que, invariavelmente, o norteia para uma certa direção de pensamento e ação que Caetano não corresponde e, por isso, é criticado. A proposta aqui é discutir as versões memorialísticas desses autores a respeito da ditadura militar brasileira, partindo da leitura de *Verdade Tropical*, de Caetano, e do ensaio *Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo*, de Schwarz. Como base teórica destaca-se Beatriz Sarlo e Jacques Le Goff para compreender o lugar da memória e das narrativas no processo complexo que pode fazer com que debates acerca do que aconteceu ou não aconteceu (e suas interpretações) moldem aquilo que será chamado de História. Tudo isso sem perder de vista a potencialidade do debate sugerido com a pergunta “quem está autorizado a fazer História?” Seriam só os historiadores os detentores desse poder ou, na prática, quem narra memória acaba cristalizando uma versão da História como verdade?

“Military intervention already!”: História pública e a dimensão ético-política da escrita da história sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira na atualidade

Yan Bezerra Fonseca
yanfonseca92@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História pública, História do Tempo Presente, Ditadura, Ensino de História, Memória.

O presente trabalho, parte integrante de projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Doutor Daniel Pinha Silva,

visa analisar comparativamente aproximações e distanciamentos teóricos entre a historiografia em suas formas ditas mais “tradicionais”, e a história pública, compreendida aqui como discurso histórico produzido e consumido para além dos restritos circuitos acadêmicos, norteados-se sempre sobre a dimensão ético-política intrínseca a ambas modalidades.

Colocam-se aqui questões diretamente ligadas ao atual cenário político brasileiro e nas mudanças sensíveis na percepção pública sobre este nefasto período de nossa história recente. Os crescentes clamores por uma “intervenção militar constitucional” registrados tanto em manifestações virtuais quanto em passeatas por todo o país, nos permitem diagnosticar uma radical transformação na memória coletiva.

Mobilizando autores como François Hartog, Andreas Huyssen e Jörn Rüsen, assim como possíveis tensões identificadas entre os conceitos de cultura histórica, consciência histórica e usos políticos do esquecimento público, pretende-se inferir sobre distintas dimensões do discurso historiográfico e possíveis mediações dialógicas e articulações entre a História enquanto saber produzido e divulgado em âmbito acadêmico e a memória como amplo conceito envolto em disputas sociais, culturais e políticas. Debruço-me assim sobre um debate teórico em torno das mais diversas formas de circulação do passado no tempo presente e os usos da história na formação do cidadão enquanto agente político.

Nesse sentido as inquietações partem de uma conjunção de fatores que tornam este debate um tema crucial aqueles que se propõem a pensar a recepção e utilização de discursos sobre o passado enquanto orientadores de práticas e ações políticas. O retorno das atenções a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), principalmente no que tange a construção social dos regimes autoritários, tornou-se uma espécie de delimitador de horizontes possíveis frente a um panorama de crise e contestação do modelo democrático vigente. Esse momento é ainda mais acirrado pela entrega de relatórios das comissões de investigação de mortos e desaparecidos e pelos eventos em “comemoração” (aqui posta no sentido de rememoração) dos 40 e 50 anos do golpe militar.

Ensino de história e o livro didático: Representações sobre da Ditadura Militar

Jessica Machado de Souza
jessicamachadodesouza@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, Livros didáticos, Ensino de História.

O objetivo deste estudo consiste na análise das representações presentes nos livros didáticos acerca da ditadura, buscando analisar a abordagem dos temas apresentados como fundamentais para compreensão do período. Problematizando qual o lugar do livro didático no ensino de história, o objetivo fundamental é perceber as disputas de memória presentes nos livros bem como as representações sociais presentes nas narrativas. Considerando que o período em questão foi e ainda é alvo de disputas de memória, é importante analisar o papel dos livros didáticos frente a estas disputas e principalmente frente às demandas atuais da sociedade. Considerando os avanços historiográficos relativos ao período da ditadura possibilitam releituras e reescritas das narrativas outrora formuladas, é necessário garantir que estes avanços dialoguem com o ensino de história possibilitando o uso do saber histórico e do saber escolar como ferramenta para compreensão da realidade e da construção de uma sociedade democrática permitindo assim o exercício da cidadania.

UM EXERCÍCIO À GUIA DE REFLEXÃO TEÓRICA: diferentes interpretações acerca do populismo no Brasil e sobre a ditadura militar brasileira

Patrícia Costa de Alcântara
historiapca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Populismo, Historiografia, Ditadura.

Para vários intelectuais, militantes e pesquisadores do Brasil e de outros países da América Latina o “populismo”, como categoria explicativa, teve como principal função responder o motivo do apoio dos trabalhadores aos governos de Vargas, Cárdenas e Perón e o estudo dos chamados “períodos populistas” foram considerados fundamentais para a compreensão da instalação das ditaduras militares nestes países. No Brasil, pesquisas sobre as relações entre sociedade e Estado durante o Governo Vargas e no seu imediato posterior tornaram recorrente o uso do conceito de populismo para a compreensão do intervalo que se estende de 1930 até o golpe militar de 1964. Na década de 1960, principalmente após a deposição de João Goulart pelas tropas militares, muitos sociólogos e cientistas políticos dedicaram-se a estudos sobre a classe trabalhadora, a fim de explicar os motivos que teriam levado ao golpe militar. Desde então, o fenômeno do populismo se tornou alvo de numerosas investigações e durante muito tempo foi consenso no meio acadêmico que a ação dos militares teria sido motivada pelo esgotamento da experiência populista. Partindo dessa premissa, as esquerdas teriam sido derrotadas em 1935 e em

1964 porque, diante do populismo, civis comportavam-se como “massas”, incapazes de se organizar e compreender o que era proposto pela esquerda. Essa interpretação passou a ser questionada no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando, acompanhando o processo de redemocratização do país, novos estudos apresentaram em comum a recusa às teses que insistiam na passividade e na incapacidade de organização da classe trabalhadora e geraram um debate intenso a respeito do conceito clássico de populismo, do trabalhismo e dos limites da dominação estatal. Em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, a difusão no mercado editorial brasileiro de obras de micro-história possibilitou um fazer historiográfico que questiona a ordem sistemática das grandes sínteses e, somada ao “retorno da história política” e ao desenvolvimento teórico da “história do tempo presente” resultou na revisão historiográfica sobre estas temáticas. A fim de refletir sobre como as relações entre Estado autoritário e sociedade tem sido entendidas pela historiografia, a apresentação tem como objetivo pensar como o processo de implantação da ditadura militar no Brasil e as experiências da luta armada neste país foram reinterpretadas pelas produções militantes, jornalísticas e acadêmicas ao longo do tempo.

De atores secundários a protagonistas: cinema e censura nas ditaduras militares brasileira e argentina

Ana Marília Carneiro
anammc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar brasileira, Censura, Argentina, Cinema.

A partir do conceito histórias conectadas, pretende-se apresentar uma análise comparativa da dinâmica censória no campo cinematográfico durante a ditadura militar brasileira e argentina. A censura pode ser compreendida como um dos braços repressivos do estado autoritário, no entanto, sua dinâmica é complexa: para além do aspecto meramente proibitório, de controle da produção artística-intelectual, a censura conforma um espaço permeado por conflitos, negociações e concessões. Nesse cenário, percebe-se a mobilização de atores diversos que disputam a legitimação do uso social do cinema, notadamente grupos políticos conservadores, militares, setores da igreja católica e o empresariado cinematográfico. Para esta comunicação, a proposta é situar o aparato censório arquitetado pelas forças de repressão dos governos militares brasileiro e argentino, mapeando o papel ocupado por esses grupos nos dois contextos e buscando evidenciar as tensões e os impasses que emergiam dessas relações.

Especificidades da contracultura no cinema brasileiro e tensões no campo artístico (1968-1970)

Fábio Santiago Santos
fabiosantiagosantos@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, contracultura, Campo artístico, Cinema.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o cinema marginal, sobretudo quanto ao modo com que esta tendência cinematográfica tencionou se afirmar e delimitar uma posição no campo artístico-cultural brasileiro entre os anos 1960 e 1970. Busca-se, a partir da análise de alguns filmes marginais, como *O bandido da luz vermelha*, *A mulher de todos* e *Meteorango Kid*, o herói intergalático, bem como de depoimentos e entrevistas dos seus respectivos realizadores, mapear os posicionamentos acerca da realidade nacional naquele contexto, as reações possíveis frente ao autoritarismo militar e o papel social do cinema em meio a um período de grandes inflexões no tocante à cultura e à política. Mediante essa reflexão pode-se apontar alguns traços da contracultura – identificáveis nos movimentos de caráter internacional –, que se imbricam com o contexto local, representados nos filmes.

A censura veste farda: Um estudo sobre a imprensa escrita de Montes Claros (MG) durante o Regime Militar

Camila Gonçalves Silva Figueiredo
cgoncalvesfigueiredo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Censura, Imprensa, Montes Claros.

Este trabalho propõe apresentar algumas conclusões da dissertação de mestrado que analisou a censura à imprensa escrita em Montes Claros durante o período do Regime Militar no Brasil (1964-1985). Examinamos a censura à imprensa, numa localidade distante dos grandes centros urbanos do país, focalizando a cidade de Montes Claros, situada em região sertaneja do Norte de Minas Gerais, entre 1964 e 1985. A pesquisa contribui para a definição dos motivos que, ao lado das prescrições da Doutrina de Segurança Nacional, eram utilizados para justificar a repressão política e a censura. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Polícia Militar e de seu comandante na ação golpista e, após o golpe, na repressão política e no exercício da censura, em Montes Claros. Contrariamente à prática comum aos grandes centros urbanos, efetuada não por organismos especializados, mas pela polícia, num primeiro momento e, em seguida, pelo Exército. Analisa-se, por fim, a prática da censura em Montes Claros, em suas diferentes

dimensões, as iniciativas de resistência e acomodação, bem como as relações verificadas entre censores e jornalistas, boa parte das vezes cordiais, em certa medida por força das características que envolvem a convivência social em pequenas localidades. A pesquisa se vale de diversos documentos escritos, como revistas, jornais, processos crime, além de entrevistas com jornalistas que, no período delimitado pelo estudo, atuaram nos periódicos ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros.’

“DE VOLTA AO COMEÇO”: A Abertura e a Anistia cantadas por Gonzaguinha (1980)

Jessica Esteves dos Santos
jessicaesteves.santos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gonzaguinha, Anistia, Abertura, Ditadura militar, MPB.

A década de 1970 vivia os resquícios do AI-5 que teve como marco a dureza do regime militar, conhecido como anos de chumbo, através de intensa repressão com cassações, tortura, censura e desaparecimentos de todos aqueles que se colocavam contra o regime, principalmente militantes dos movimentos de esquerda. Dentre as formas de contestação do regime militar, a pintura, o teatro, a poesia e, principalmente, a música teve um papel redentor nessa luta. A Música Popular Brasileira (MPB) deu voz ao sentimento que permeou a sociedade civil através de inúmeros músicos que faziam de suas canções instrumento de resistência e veículo para difundir a luta contra o regime militar também no cenário internacional.

Dentre tantos artistas que se posicionavam contra o regime, podemos destacar o poeta Gonzaguinha (Luiz Gonzaga do Nascimento Jr.) que, devido a suas composições com caráter de denúncia e alerta, ficou conhecido a princípio como “cantor rancor” pela mídia apoiadora do regime, além de ser convidado algumas vezes para depor no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). O objetivo deste trabalho é, através da análise de três de suas composições, compreender a atuação de Gonzaguinha como agente político, observando seu posicionamento perante os acontecimentos políticos da época e o papel de suas canções no debate ainda tão necessário da memória dos que foram atormentados pelo aparato repressivo da Ditadura Militar Brasileira.

Dos diversos compactos gravados durante sua carreira, destaco o LP: De Volta ao Começo, gravado pela EMI – ODEON em 1980, que continha três canções nos lados A e B do disco em que o cantor questionava a validade da Anistia e os acontecimentos decorrentes do

processo de Abertura; são elas: “Achados e perdidos”, “A cidade contra o crime” e “A marcha do povo Doido”. Gonzanguinha produziu essas canções influenciado pelo sentimento decorrente dos acontecimentos do ano de 1979 e a instauração da Lei de Anistia que, embora contraditória e favorecedora de militares torturadores, concedia o perdão dos crimes cometidos por militantes de esquerda, presos políticos e exilados pelo regime. Esta “conquista” se configurou como um importante passo no projeto de “Abertura” política inaugurada no governo Geisel e concretizada em Figueiredo, entretanto, não garantiu a todos a “liberdade” tão desejada e, por este motivo, tornou-se inspiração para os versos de quem sentia e ousava dar o seu “grito de alerta”.

História e memória: o golpe militar sob o olhar artísticopolítico de João das Neves

Natália Cristina Batista
nataliabatista@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: O quintal, ditadura militar, João das Neves, teatro engajado, CPC.

O artigo tem como objetivo articular história e memória na peça curta O quintal, escrita pelo dramaturgo e diretor João das Neves. O texto foi solicitado por Ruth Escobar para integrar a montagem Feira Brasileira de Opinião, proibida pela censura antes da estreia. De acordo com a solicitação da organizadora, os textos teatrais deveriam responder as seguintes questões: “Quem somos, a que viemos, quem é nosso povo?”. Para discutir tais aspectos, João das Neves buscou problematizar em seu texto o golpe militar de 1964 e a atuação de três importantes polos das esquerdas nesse período: o Centro Popular de Cultura (CPC), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O autor se encontrava na sede da UNE quando ela foi invadida por apoiadores do golpe e procurou registrar na obra suas impressões sobre o evento. Trata-se de uma obra ficcional, mas pode-se perceber que é dotada de reflexões autobiográficas e históricas. A compreensão da peça é pautada pela análise do texto dramaturgico, assim como pelos depoimentos orais concedidos pelo autor nos anos de 2012 e 2013. Busca-se analisar temporalidades distintas visando descortinar possibilidades interpretativas relacionadas à obra artística e ao sujeito histórico que a concebeu.

ST 06 - História e Linguagens: Biografia, Cultura Escrita e Teoria da Literatura

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Doutoranda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
anaazevedoguedes@gmail.com

Edson Silva de Lima

Mestrando em História Social
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
edson_hist@yahoo.com.br

Evander Ruthieri da Silva

Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná
evander.ruthieri@gmail.com

Maycon da Silva Tannis

Mestre em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ms.tannis@yahoo.com

Proposta do Simpósio

O simpósio temático tem como objetivo central fomentar o diálogo e debate entre estudantes e pesquisadores que investigam fontes e problemas relacionados às dimensões da Biografia, da Literatura e da Cultura Escrita, ao tomar como ponto de partida e fio condutor a perspectiva de que estes objetos culturais fornecem evidências fragmentárias e pistas verossímeis a respeito das formas de sentir e pensar em determinado contexto sócio histórico. Além disso, o simpósio visa reunir trabalhos que dialoguem com os fundamentos teóricos constitutivos da formatividade literária, em continuidade aos debates iniciados no V Encontro de Pesquisa em História/UFMG: análises que concebam a possibilidade de uma escrita da história na qual Biografia, Sociologia da Literatura e da Cultura Escrita, Teoria da Literatura, estejam presentes em um diálogo abrangente e reunindo pesquisas e pesquisadores de várias frentes possíveis. Nos

últimos anos, em um movimento que acompanha a expansão dos métodos e abordagens mobilizados por historiadores e historiadoras, as discussões a respeito das relações multifacetadas entre história, ficção e narrativa ganharam fôlego renovado, desdobrando-se em pesquisas dedicadas ao amplo universo de temas relacionados à literatura enquanto fonte histórica: estudos de trajetórias e itinerários sociais de literatos e editores, livreiros e leitores; análises dedicadas à materialidade dos livros e aos processos editoriais, à circulação e mobilidade dos textos; articulações entre literatura e memória, imaginários sociais e sensibilidades; bem como a concepção expansiva entre uma possível escrita da história dentro da ficção. Isto é, rompendo com as amarras da dicotomia entre História e a Ficção, temos uma possibilidade de escrever a história em uma relação próxima onde haja, portanto, História, Ficção e Literatura. Todos esses eixos ligados pela relação em que a análise da vida do sujeito produtor, discursos e devir no mundo possa ser orientadora de sua prática teórica e escrita. Assim, o simpósio visa agregar trabalhos que lidem com esses temas e problemas, não de modos isolados, mas de forma a atravessar por um questionamento metodológico, pela via da linguagem, capaz de orientar uma escrita da história que tenha a sensibilidade de tocar temas que foram explorados com maiores minúcias a partir das transformações na relação entre historiador, epistemes e objeto de estudo.

Comunicações

Theodoro Braga e Maria Hirsch: Relações Artísticas, Pessoais e Políticas na Campanha Neomarajoara no Brasil

Paola da Silva Pascoal
pascoal.paola@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Theodoro Braga, Nacionalização da Arte, Maria Hirsch da Silva Braga, Neomarajoara.

A pesquisa procura encontrar, por meio da atuação do casal de artistas Theodoro Braga e Maria Hirsch da Silva Braga, elementos que favoreçam uma compreensão mais detida sobre como a civilização marajoara foi revista na primeira metade do século XX. Enfocando as artes visuais, gráficas e a arquitetura, procura-se compreender esta manifestação de caráter nacionalista que tomou vulto no ambiente brasileiro. O motivo que torna esta pesquisa relevante é ter como ponto principal não somente a trajetória de Theodoro Braga, como vem acontecendo nos últimos anos, mas, sobretudo, tentar entender, por meio de fontes documentais variadas, a

importância e a função atribuída e desenvolvida pela artista Maria Hirsch da Silva Braga nesta campanha marajoara. Assim, procura-se não somente identificar estas presenças, mas, sobretudo, tentar entender a importância e a função atribuída ao casal Braga ao Marajoara, dentro de um debate intelectual e artístico de recuperação do ethos brasileiro.

A relação entre cultura, sociedade e História em “Marxismo e Literatura” de Raymond Williams

Carla Baute
carlabaute@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo e Literatura, Teoria Cultural, Raymond Williams, Materialismo Histórico.

Classificar o legado intelectual do galês Raymond Williams (1921-1988) tem sido uma tarefa árdua para os estudiosos da cultura. Atuou como professor de Literatura Inglesa, no entanto, sua contribuição extrapolou os limites da crítica literária. Analisou também o teatro, a televisão, o cinema e se aventurou pela escrita de ficção. Indo na contramão da crítica cultural vigente na Inglaterra daquele período, defendeu uma perspectiva que enfatizava as relações intrínsecas e complexas entre cultura e sociedade, o “Materialismo Cultural”. Por esse motivo foi chamado por alguns de “sociólogo fora do lugar”. Ao definir cultura como um processo produtivo social e material, Williams foi fundamental para a criação dos Estudos Culturais britânicos e teve papel central dentro da New Left. Na presente comunicação se pretende explorar a importância do pensamento histórico dentro dessa teoria cultural, especificamente como esse fator se apresentou em seu livro “Marxismo e Literatura” de 1977. Nessa obra, o autor propôs o questionamento do aspecto sublime da arte e do gênio criador ao analisar as transformações ao longo do tempo de temas centrais da crítica literária, tais como gênero, forma e a própria noção do que é literatura. O que se defende aqui é que mesmo se tratando de um crítico literário e não um historiador de profissão, uma investigação do modo como o desenvolvimento histórico figura em seu pensamento pode contribuir para a compreensão de interpretações das relações entre a passagem do tempo e as manifestações culturais.

"O HÍSSOPE" - O Poema Proibido: Circularidade dos Impressos e Censura em Portugal do Início do Século XIX

Andreza Alves Velloso
andreza.veloso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: das edições e da leitura, Arcadismo Lusitano, Oitocentismo, Portugal, História dos livros.

O poema “O Hissope”, de António Dinis da Cruz e Silva, foi escrito na década de 1760 mas, por seu conteúdo satírico que ironizava a sociedade portuguesa da época, ganhou sua primeira edição apenas em 1802. Neste artigo, procuraremos analisar as edições do "poema heroi-cômico" de Cruz e Silva como armas políticas para a desmoralização da Coroa portuguesa nos primeiros anos do século XIX. Para isto, nos concentraremos no estudo dos indícios contidos nos aspectos materiais dessas edições, também chamados, por Roger Chartier, de "paratextos".

Beatriz Cenci e o feminino no teatro de Gonçalves Dias

Ana Paula Silva Santana
anapaulasantana.ufop@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Romantismo, Gonçalves Dias, Mulher, Stimmung.

O objetivo desta apresentação é compreender o papel do feminino nas peças de Gonçalves Dias. Tendo por base a obra Beatriz Cenci (1843), estudaremos as personagens femininas construídas na trama do autor. Pensaremos a peça inserida na modernidade, momento de intensa “aceleração do tempo” e reorganização da linguagem, em que certas palavras adquirem um caráter de disputa e tornam-se conceitos. Assim, “mulher” e “feminino” assumem um novo papel quer na linguagem quer em certos espaços sociais. Daremos destaque também ao stimmung (clima histórico) do romantismo a partir do problema do amor e do paradigma da individualidade e da subjetividade. Dessa forma, nosso objetivo é acompanhar, a partir da literatura e do campo linguístico, como o feminino/a mulher foi se reconstituindo na compreensão do amor romântico, mesmo que inicialmente, no interior do Brasil na segunda metade do século XIX.

Literatura: Caminhos da História

Ana Paula Mendes Motta de Souza
apmsouza@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas, História, Literatura.

O estudo da história humana consiste em interpretar os fatos e principalmente as entre linhas existentes. Neste contexto é fundamental a leitura e análise de textos, sendo assim um bom leitor será um bom conhecedor da própria história. Em tempos de tecnologias proporcionando viagens sem sair do lugar, a leitura literária parece algo arcaico e em desuso. Porém viajar nas páginas de um bom livro ainda nos alegra, proporciona conhecimento e enriquece a alma. Conhecer as lacunas históricas de uma forma livre, como apenas os poetas e autores literários nos permitem é fundamental na formação de um educando. Este projeto foi desenvolvido no ensino fundamental nível II, com ênfase no 8º ano. Os principais livros utilizados são: “O Príncipe Triste” de autor Rui de Oliveira e “Um verso a cada passo” de Ângela Leite de Souza. O projeto surgiu após a curiosidade dos alunos sobre o livro “Poetiza” do escritor Irineu Baroni. Vários trabalhos são desenvolvidos durante o ano escolar: pesquisa sobre vida do poeta, visitas à biblioteca escolar, leitura de livros variados, atividades sobre o livro como forma de sugestão de leitura e mural para expor os trabalhos. O surpreendente foi verificar como os alunos gostaram de ir à biblioteca e a curiosidade acerca da vida do poeta em sua visita no ambiente escolar para fechamento do projeto.

Mudança linguística e história social do Português Brasileiro

Marlos de Barros Pessoa
marlospessoa@gmail.com

Jania Martins Ramos
jania.ramos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gramática, Língua, Brasil, Português.

Os estudos de dados seriais auxiliam a visualização rupturas políticas, econômicas e sociais. O mesmo pode ser afirmado em relação à linguística. Muitas vezes a história da língua tem ficado à margem das preocupações dos historiadores.

Nesta comunicação vamos analisar um momento de ruptura gramatical entre o Português Brasileiro e o Português Europeu. O reconhecimento de que essas línguas possuem gramáticas distintas é de aceitação entre os linguistas brasileiros e portugueses, assim como o reconhecimento de que essa ruptura ocorreu na segunda metade do século XIX (TARALLO, 1983, DUARTE 1995, BERLINCK 1985, CYRINO, 1994, GALVES, 1991, 1993, 2001, dentre vários outros).

Para a investigação se constituiu um corpus de textos publicados em jornais do período de 1825 a 1900 de duas cidades, Ouro Preto (BR) e Lisboa (PT), seu número de edições, perfil do editor e tipo de texto. Por isso, é necessário se fazer uma descrição do jornalismo no Brasil e em Portugal na segunda metade do século XIX para se compreender que mudanças ocorreram na produção textual escrita dos jornais, que gêneros passaram a ser utilizados e como se caracterizam aspectos da língua portuguesa escrita, permitido-se interpretar que mudanças linguísticas ocorreram na gramática do português brasileiro.

Posta restante - Notas sobre edição de correspondências

Cleber Araújo Cabral
clabrac1980@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Edição, Correspondências, Crítica biográfica, Escrita de si.

A partir do trabalho desenvolvido em meu doutorado, que consistiu na edição da correspondência de Murilo Rubião com três escritores – Mário de Andrade (1893-1945), Fernando Sabino (1923-2004) e Otto Lara Resende (1922-1992) - propõe-se aproximar o trabalho de composição de conjuntos epistolares à tarefa do tradutor, tal como postulada por Walter Benjamin, bem como em expandir a proposta benjaminiana a partir do diálogo com as reflexões de Aby Warburg, Jacques Derrida e Georges Didi-Huberman. Para Benjamin, a tradução consiste não só em mediar duas culturas linguísticas distantes, temporal ou espacialmente, mas em despertar a potência germinativa da língua que se encontra oculta na letra morta do original a ser traduzido. Tal tarefa visa, portanto, não só a mediar culturas, mas, sobretudo, a prolongar a vida de uma obra (da linguagem e do pensamento, não do nome do autor da obra), fazendo-a reaparecer (ou sobreviver), como espectro, em outro contexto histórico. Assim, o que ora se postula como a “tarefa da edição” consiste em propiciar, às cartas, sua recriação (ou transcrição), para além de sua “vida primeira” – como memória arquivada de um diálogo privado dirigido a um destinatário específico – em uma “vida virtual”, destinerrance que toma corpo seja nas páginas de um volume impresso ou na imaterialidade dos formatos digitais.

Narrativas sombrias: O gótico nos folhetins cariocas no século XIX

Danielle Christine Othon Lacerda
daniellelacerda@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: XIX, Folhetim., Rio, Gótica, Janeiro, Literatura, de, Século.

Este trabalho propõe-se a trazer uma breve discussão sobre o gótico literário oitocentista que circulou nas primeiras páginas dos principais jornais cariocas em meados do século XIX. O gótico é um gênero narrativo de múltiplas variações e adaptações que possibilitaram a constante renovação do gênero até os dias atuais. A sua relação intrínseca com o mundo real, diferentemente da noção vulgar de que o gênero se distancia da realidade, possibilita uma releitura sobre os conflitos e questionamentos que fazem parte da esfera extratextual, suscitados pelas estratégias narrativas, como o fantástico, o estranho e o abominável, como aponta Camila Mello (2013). Neste ínterim, discute-se neste trabalho a literatura gótica, ligada ao Romantismo francês que circulou no Rio de Janeiro (1850-1870). É relevante perceber que tais ficções foram produzidas em uma realidade diferente, os autores eram franceses e as obras produzidas alguns anos, quando as narrativas foram vertidas para o português e disseminadas no meio cultural carioca. Isto posto, traz à tona o discurso de Roland Barthes (2014) sobre as múltiplas escrituras dos textos, advindas de culturas diferentes, que se dialogam e são apropriadas pelos leitores, como destaca Roger Chartier (2014), a partir da combinação entre os significados atribuídos aos textos, pelas formas de publicação e pela noção de representação. Interessante notar que, no período analisado, a narrativa gótica, quando publicada em jornal de grande circulação, não era direcionada a um público específico que apreciador do gótico, mas a leitores do periódico de forma geral. Tal análise, provoca alguns questionamentos como compreender sobre as motivações que levam um leitor a se interessar por um texto que suscita inquietações por meio da instabilidade do real. Portanto, busca-se neste trabalho traçar um panorama sobre a relação entre o público-leitor carioca e a circulação de narrativas góticas publicadas em folhetins em meados do oitocentos.

Representação das virtudes nos personagens do conto “Ashputtel” dos irmãos Grimm

Pedro Victor Silveira Ferreira
pedrovsilveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Grimm, Virtudes, Representação, Conto.

O presente trabalho tem como objetivo entender as representações das virtudes, no sentido aristotélico, colocadas nos personagens do conto “Ashputtel” dos irmãos Grimm, conto que deu origem ao filme Cinderela, produzido por Wall Disney.

Os contos infantis sempre estiveram presentes na história dos homens sendo utilizados como lições de aprendizado e moralidade. Neste contexto, é de especial importância os contos europeus, devido a sua perpetuação em grande parte do mundo ocidental durante o período moderno. Os contos dos Irmãos Grimm, por sua vez, tiveram uma maior difusão pelo mundo e se adaptaram a diferentes realidades ao redor do globo.,

Irmãos Grimm é o codinome dos irmãos e autores Jacob e Wilhelm Grimm. Nascidos na região germânica ao final do século XVIII, os Irmãos Grimm se perpetuaram ao lançarem o livro “Contos de Grimm” entre 1812 e 1815, uma coletânea de histórias infantis já difundidas no continente europeu.

Os Grimm escreveram em uma época de intensa transformação social e cultural europeia. A ideia da literatura romântica, com a idealização do medievo ocidental em prol da busca de raízes nacionalistas, já se espalhou pelo continente. Em seus contos, são louvadas virtudes no qual o ser humano deve possuir, além da condenação dos vícios humanos. Estas virtudes e vícios possuem raízes antigas, retomando os filósofos gregos da Antiguidade Clássica. Aristóteles discursa sobre as virtudes e vícios humanos no livro “Ética a Nicômaco”. Neste livro ele estabelece “a virtude intelectual, que tem como objeto o saber e a contemplação, e a virtude moral, que tem como objeto os atos da vida prática.” (Silva, 1998, P. 131). É a partir desse entendimento por virtude que o trabalho será desenvolvido.

O trabalho é importante para entendermos como a ideia das virtudes se difundiu e foi colocada como um modelo a ser seguido, marcando a literatura romântica europeia oitocentista e estabelecendo, assim, a influência que outras temporalidades tiveram nesta construção literária. As influências dos contos são se restringiram ao século XIX, moldando também o imaginário infantil do século XX e do início do século XXI.

"O homem do século XIX diante do progresso: deslumbramento e negação"

Alessandra Mara Vieira
alessandra.vieira@ifmg.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: “Civilização”, Progresso, Tecnologia, Eça de Queirós.

A proposta do trabalho “O homem do século XIX diante do progresso: deslumbramento e negação” é o estudo do conto “Civilização”, do escritor português Eça de Queirós, que inovou

ao apresentar a questão do progresso sob ótica diversa daquela de sua época e ao discutir as transformações que os avanços representariam no imaginário de uma época. Tendo vivido na segunda metade do século XIX, o escritor testemunhou mudanças que marcariam os rumos da história: a expansão das transformações sociais e econômicas, advindas da Revolução Industrial. Nesse conto, o autor constrói um personagem caricato, mas ao mesmo tempo emblemático de como as novidades tecnológicas afetariam a dinâmica do cotidiano humano, mas também sua subjetividade. Sem perder de vista a especificidade do discurso literário, o conto pode auxiliar no entendimento de certo imaginário sobre a função da tecnologia e sobre as consequências da difusão dos aparatos tecnológicos.

A literatura moderna de Charles Perrault através de seus poemas, paralelos e contos maravilhosos

Juliana Timbó Martins
jtbmartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Charles Perrault, Contos maravilhosos, Literatura moderna.

Lobo mau, fadas, ogros, príncipes e princesas permeiam os contos maravilhosos de Charles Perrault, que por séculos habitam nosso imaginário a partir da literatura, do cinema e até mesmo da TV. Todavia, a simples leitura dos contos de Perrault, um dos maiores intelectuais franceses da Era Moderna, esconde por trás de suas narrativas uma importante disputa político-intelectual pelo projeto de modernização da produção cultural na França em fins do século XVII. Tal confronto de eruditos, conhecido com Querela dos Antigos e dos Modernos, não apenas teve Charles Perrault como um de seus personagens centrais, enquanto defensor e porta-voz da perspectiva moderna, como também teve no autor o estopim de tal querela, a partir da leitura de seu poema "O século de Luís, o Grande" na Academia Francesa em 1687, onde o burguês ousou apresentar suas primeiras críticas à veneração cega de seus contemporâneos a Antiguidade e seu legado artístico. Críticas estas que, diante da repercussão do poema, se frutificaram e foram mais amplamente exploradas e publicizadas por Perrault em sua série de livros intitulados "Paralelo dos Antigos e dos Modernos".

É, portanto, nessas obras que as concepções modernistas de Charles Perrault se expressam com mais clareza, e hoje nos permitem empreender um estudo sobre como seu ideal de arte moderna – livre de padrões estéticos pautados nos gostos da Antiguidade – apresentava uma embrionária mudança na produção literária de seu tempo. Nesse sentido, este trabalho tem

por objetivo evidenciar e analisar a dimensão moderna da literatura de Charles Perrault, a fim de compreender também como sua coletânea "Contos da Mamãe Gansa", obra de maior sucesso da literatura francesa, esboça o ideal modernista literário do autor.

Ficcionalizando realidades: relações possíveis entre história e ficção em "A história da Aia", de Margaret Atwood

Isabela Gomes Parucker
isabela.parucker@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História das mulheres, Narrativa historiográfica, Ficção.

O presente trabalho tem como objetivo colaborar para debates no campo de teoria da história, entendida aqui como investigação das condições das possibilidades de existência da história, tanto numa dimensão empírica quanto de produção de conhecimento. Procuo, nesse sentido, contribuir para discussões acerca do próprio fazer história, a partir da reflexão sobre os usos de narrativas ficcionais em processos de construção de identidades, de memórias e de história, dando enfoque à experiência de mulheres. Examinando a obra de ficção "A história da Aia", da autora canadense Margaret Atwood, busco avaliar de que maneira uma escrita ficcional pode configurar também a escrita de uma história, tanto no âmbito da trama, para as personagens, quanto no âmbito real, para autoras e leitoras. Nesse sentido, investigo as potencialidades da escrita literária ficcional na escrita da história e suas possíveis interconexões.

O heroísmo e a proletarização dos homens de letras no século XIX

José Roberto Silvestre Saiol
joseroberto_hist@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Louis Reybaud, Modernidade, Sátira, J. J. Grandville, Thomas Carlyle.

O impacto da revolução dupla e o advento da modernidade no século XIX mobilizou profundamente a sensibilidade da época. Por meio das mais diversas manifestações artísticas e literárias, os atores históricos desse período buscaram traduzir a consciência sintomática de estarem vivendo um outro tempo, marcado fundamentalmente pela inauguração de um futuro cujas possibilidades eram infinitas. Tais leituras oscilavam entre a adesão e a recusa dos novos tempos sem, contudo, deixarem de expressar certa ambiguidade. Nesse contexto, ganharam destaque publicações dedicadas ao estudo dos costumes e da vida burguesa que, em sua maioria, eram eminentemente satíricas e, vez por outra, reuniam grandes artistas em parcerias de texto e

imagem. Um dos temas mais recorrentes nessas publicações dizia respeito às recentes mudanças na produção artística e na posição social dos artistas. Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir a mudança no estatuto social dos literatos no século XIX a partir dos indícios fornecidos pela edição ilustrada de 1845 do romance satírico de Louis Reybaud (1799-1879), *Jérôme Paturot à la recherche d'une position social*. Considerado um dos romances mais famosos da Monarquia de Julho (1830-1848), e publicado pela primeira vez em 1843, esta edição conta com uma série de ilustrações produzidas pelo caricaturista francês J. J. Grandville (1803-1847). Juntos, Reybaud e Grandville produzem uma representação detalhada, muito rica e perspicaz, sobre a modernidade e sobre o processo de industrialização da literatura. A percepção desses autores encontra consonância naquela expressa pelo ensaísta, historiador e escritor escocês Thomas Carlyle (1795-1881), em uma conferência proferida por ele em 1840, na qual discutia o tratamento dispensado às almas heroicas dos homens de letras pelas “novas idades”. Embora esses textos e imagens não reflitam diretamente a realidade social da época, os indícios verossímeis oferecidos pelas fontes certamente nos concedem acesso à forma como os atores históricos receberam e repercutiram essa mudança. Justamente por isso o interesse em seu caráter autorreferenciado; ao falarem de si mesmas, elas nos permitem acessar suas próprias condições de produção e circulação, assim como a forma como seus produtores [se] enxergavam e se inseriam nessa nova configuração.

Literatura, memória e cultura histórica: interpretações do passado sul-africano em "Swallow: A Tale of the Great Trek" (1899), de H. Rider Haggard

Evander Ruthieri S. da Silva
evander.ruthieri@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: África do Sul, Cultura histórica, Literatura, Memória.

A constituição de narrativas históricas a respeito da formação nacional e ocupação territorial da África do Sul, nas últimas décadas do século XIX, demarcou um período de particular instabilidade política e falência de projetos que, emanados de distintos grupos sociais ou posicionamentos políticos envolvidos nestes processos históricos, almejavam o estabelecimento de uma confederação capaz de unir ou unificar os territórios no subcontinente sul-africano. A configuração deste contexto envolve o investimento em interpretações do passado recente, particularmente por intermédio da produção de textos historiográficos, narrativas de viajantes e romances históricos, os quais visavam fornecer homogeneidade e

relevância aos protagonistas da história política do território sul-africano, bem como sentimentos de pertencimento capazes de legitimar a sua unificação. A intenção desta comunicação converge em problematizar as leituras do passado sul-africano produzidas no último quartel do século XIX, particularmente as interpretações do Great Trek da década de 1830 mobilizadas pela escrita literária de H. Rider Haggard (1856-1925) no romance *Swallow: A Tale of the Great Trek* (1899). Nesta perspectiva, cabe ênfase ao conceito de cultura histórica, pois se torna emblemático das disputas em torno de um passado em comum, reivindicado e ressignificado na formulação de uma memória literária capaz de fornecer sentidos explicativos para a contemporaneidade sul-africana entre as décadas de 1880-1890.

Fogo Morto: um mundo nas mãos

Ana Livia Cardoso Castanheira Alvim
anacastanhaujf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Reconhecimento, Pensamento social brasileiro, Literatura.

Por intermédio da obra *Fogo Morto* temos acesso ao cotidiano na várzea da Paraíba, um fragmento da vida nordestina do Brasil, entre metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. A obra tem assim, como pano de fundo a época de declínio de engenhos de cana de açúcar e as complexas relações entre senhores-de-engenho e moradores; reflete o patriarcalismo rural dos engenhos, cenário com o qual o autor possuiu íntima relação. Como bem dito por Gilberto Freyre, José Lins do Rego foi capaz de recriar de tal forma o povo do nordeste paraibano, que essa gente pode ser reconhecida tanto historicamente quanto pode se confundir com a “ainda viva na região ou guardada nos álbuns de família”.um romance que representa uma época tão marcante em nosso país e que ainda reflete em nossa realidade, demonstra-se como mais uma forma de lançar luz sobre os conflitos dentro do pensamento social brasileiro. Podemos elencar, por exemplo, o favor como meio de aproximar e intermediar interesses, forma de evitar conflitos (principalmente em nossa sociedade e na “realidade” representada pelo romancista), como bem nos mostra Roberto Schwarz; ou mesmo o ritual “sabe com quem esta falando?” sobre o qual Roberto DaMatta escreveu. Seja na “reciprocidade” de um ou no “efeito hierarquizante” do outro, tratam de relações em que ambas as partes procuram reconhecimento e respeito e podem ser identificadas como formas pelas quais os conflitos se originam ou se solucionam [principalmente em nosso país]. Tal perspectiva sobre a obra *Fogo Morto* demonstra ser, até então, relativamente nova. Tentar esclarecer os conflitos da trama através da Teoria do Reconhecimento, assim como os demais estudos sobre a obra, reiteram seu grande valor

sociológico e seu potencial em nos ajudar a entender um pouco mais o pensamento social brasileiro.

Novitas Franciscana: um ideal de vida santa

Daniela Aparecida Rodrigues
d.aparecidarodrigues@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Francisco de Assis, Biografias, Santidade.

A presente proposta tem como intuito entender São Francisco de Assis, personagem histórico que viveu na Idade Média na virada do século XII para o XIII. Francisco abandonou seu estilo de vida leigo e passou a “seguir nu o cristo nu”, passou a viver o oposto do modo de vida dos clérigos de sua época, entretanto não foi considerado um herege pela Igreja, ao contrário disso, se tornou um dos maiores nomes da cristandade, servindo de exempla, tanto que logo após sua morte houve um esforço por sua canonização e a partir deste momento teve sua primeira biografia encomendada pelo papa Gregório IX à Tomás de Celano, cujo nome ficou conhecida como Vida de São Francisco de Assis. Podemos dizer que a produção biográfica sobre Francisco foi uma das formas de construir sua santidade servindo de uma espécie de espelho para a soteriologia social.

Nossa preocupação com este projeto é entender os processos literários de construção da imagem santificada de Francisco, especialmente a perpetuação de imagens como os milagres, as visões do além, os exorcismos e as curas. Os elementos dispostos nas narrativas hagiográficas, nos romances e nas biografias, sem falar nas linguagens artísticas e cinematográficas que perpetuaram formas de pensar esse personagem, integrando um enredo preconcebido e já contaminado a própria narrativa da trajetória. Nosso intuito aqui é comparar as biografias não acadêmicas às acadêmicas para entender as diferenças e semelhanças entre as mesmas. Para tanto, nosso plano de trabalho será relacionar as duas formas de enredo e discutir os modos que estruturam tais narrativas a pensarem a personagem de Francisco. As maiores fontes sobre o jovem de Assis são biografias e é sobre elas que esse plano de trabalho se baseia.

Jacques Le Goff em sua obra *O Deus da Idade Média* afirma que Deus também é matéria de História, sendo assim podemos dizer que o ser santo ou a santidade também pode ser estudado pela História, já que marcou e ainda marca a vida das sociedades que existiram e existem até hoje, ou seja, a questão da santidade pode sair dos limites da teologia e passar a ser também mais um objeto de busca histórica. Neste caso a Ordem Menor fundada por Francisco nos oferece a possibilidade de compreender não somente a vida deste Homem e de sua Ordem,

mas possibilita conhecer mais sobre partes do espírito de uma época que ficou marcada profundamente pelo cristianismo.

O princípio da caridade no discurso institucional das irmãs de São Vicente de Paulo

Melina Teixeira Souza
melufsj@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ordens religiosas, Escrita de si, Caridade, Vicentinas.

A ordem religiosa das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo foi instituída em Paris no ano de 1633 em meio a um contexto problemático, em que a cidade abrigava considerável número de indivíduos miseráveis e doentes. O padre Vicente de Paulo, em parceria com a viúva Louise de Marillac, funda uma congregação cujos princípios afastavam-se da concepção de vida enclausurada reservada aos conventos femininos, elegendo a caridade, atividade virtuosa que seria, maiormente, feminina, como elemento basilar. Abria-se, assim, um precedente em relação aos estatutos das demais congregações femininas do século XVII no que tange à autonomia necessária para se exercer o princípio da caridade, o qual passa a envolver a possibilidade do trânsito, propiciando um inegável alargamento no espaço de atuação das mulheres, talvez mesmo sem um entendimento ou militância favorável à emancipação feminina em relação à tutela de seus pais e/ou maridos. As Filhas da Caridade estabelecem sua primeira casa brasileira em meados do XIX, no município de Mariana, Minas Gerais. A empreitada das freiras não é nada simples, já que, para fundar o primeiro colégio católico feminino das Gerais, têm de enfrentar meses de travessia marítima de Paris até o Rio de Janeiro e, logo depois, prosseguir viajando a cavalo pelo interior do país até Mariana. Sabendo da densidade de sua missão, Irmã Dubost, madre superiora da congregação no Brasil, resolve começar um diário de bordo para relatar o cotidiano da viagem, e, ao chegar ao seu destino, prossegue escrevendo correspondências mensais para seus superiores franceses. Interessa-nos nessa proposta investigar o discurso acerca do princípio da caridade em um dos textos fundadores da ordem religiosa, as “Conferências de São Vicente de Paulo”, procedendo uma constante interlocução com as experiências de irmã Dubost no estabelecimento do Colégio Providência, narradas em sua produção autorreferencial, bem como realizar um sucinto balanço teórico sobre a abordagem da “caridade” na historiografia.

Sobre a utilidade do conhecimento histórico em tempos de crise e algumas inquietações políticas e epistemológicas

Rodrigo Perez Oliveira
prodrigo434@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tempos de crise, Reflexões teórico-metodológicas, Utilidade do conhecimento histórico.

O aspecto central do argumento que apresento nesta comunicação tem como premissa a ideia de que em experiências de crise institucional e instabilidade política, o interesse da sociedade civil na política formal tende a aumentar, algo que é especialmente verdadeiro no século XXI, em virtude da ampla disseminação das novas mídias e tecnologias de informação e comunicação. Hoje, qualquer um de nós, com um smartphone conectado à internet, pode agir como participante ativo no debate público. Acredito, então, que esteja entre as funções dos historiadores profissionais a intervenção qualificada nesse acalorado debate, no sentido de mostrar à sociedade civil que o comportamento político precisa ser analisado não apenas em função da conjuntura mais imediata, mas também à luz de linguagens políticas construídas, apropriadas e ressignificadas historicamente. De alguma forma, essas linguagens orientam o comportamento das lideranças políticas e até mesmo de pessoas comuns. Temos aqui duas questões teóricas fundamentais para os historiadores interessados em assumir posição de protagonismo no debate público: como as linguagens orientam e inspiram comportamentos? Como os historiadores profissionais podem colaborar para o debate público, mostrando o que “estamos fazendo” quando interferimos nos conflitos políticos do nosso tempo?

Meu objetivo com este trabalho é, portanto, tomar o problema da utilidade do conhecimento histórico em tempos de instabilidade institucional como um desafio teórico, apresentando alguns caminhos metodológicos que podem ser úteis aos historiadores interessados em colaborar com o debate público, sempre acalorado e conflituoso em experiências de crise tão intensa como a que vivemos aqui no Brasil desde 2013.

Literatura e Revolução: O mundo alucinante de Reinaldo Arenas

Jorge Luiz Teixeira Ribas
jorge_luiz_moa@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Alucinante, Cubana, Mundo, Revolução.

Esta pesquisa busca analisar como o papel dos intelectuais foi posto em debate pela Revolução Cubana (1959), no que se refere à participação dos escritores na construção do ideal revolucionário, paralelo à emergência do discurso do “homem novo” cubano, pautado nos ideais comunistas em voga. Mais especificamente, propõe-se investigar a perseguição aos intelectuais homossexuais. Nesse ínterim, investigamos a trajetória do escritor e poeta homossexual cubano Reinaldo Arenas e seu romance *O mundo alucinante* (1966), no objetivo de esclarecer sobre a experiência desses sujeitos perseguidos durante a Revolução Cubana, bem como explorar a interação da literatura nesse contexto, o papel que lhe foi atribuído e que função cumpre em representar a sexualidade, a norma e o desvio. A pesquisa visa relacionar vida e obra do autor com o processo de constituição do “homem novo” revolucionário, base da sociedade comunista, abordando as ideias e percepções do escritor a respeito da revolução e seus significados, os possíveis reflexos dessas questões na sua produção literária, os embates e conflitos travados que lhe renderam perseguição e repressão sistemáticas. Por se tratar de uma obra censurada por um princípio moralizador – em razão de ser o autor homossexual – indicam também, em certa dimensão, comportamentos e ideais que o governo revolucionário temia e perseguia, lançando luz à uma compreensão de um perfil mais profundo dos quais seriam de fato os objetivos da ideologia dominante que reprimia, em Cuba, diferentes formas de pensar e viver no mundo. Isso posto, toma-se a Literatura como uma ferramenta inquestionavelmente útil para a História, permitindo ao historiador alcançar diferentes sensibilidades e visões de mundo numa determinada época, neste caso durante a Revolução Cubana, por meio da obra de Reinaldo Arenas.

Irmãs de letras e de lutas: o caso das escritoras do jornal *A Estrella da Oeste* em Divinópolis

Nayara Aparecida de Moura
nayaraapm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inserção social, Escrita Feminina, Mulheres, Jornais, Patriarcado.

Sabemos que a participação feminina na vida pública no Brasil ocorreu de forma mais efetiva a partir do século XIX. Nesse âmbito, os jornais e panfletos que circulavam na época se tornaram uma grande porta de entrada na ocupação dos espaços sociais que antes eram negados a elas.

Adentrando gradualmente no universo jornalístico tradicionalmente masculino, as mulheres ganharam força e espaço para suas lutas pessoais e de gênero. A escrita em jornais equivalia ao ingresso no grupo dos cidadãos ativos da sociedade, e com isso, mérito e respeito foram conquistados para as mulheres através das jornalistas. A escrita literária (contos e poemas) predominante nas matérias assinadas por mulheres ou pseudônimos masculinos e femininos, selecionava o público feminino como alvo de leitura. Visto que tais gêneros literários comprovavam a invirilidade dos sujeitos, em nome da honra e da masculinidade, os homens repudiavam esse tipo de leitura e deixaram o espaço aberto para que as escritoras colocassem nas leitoras questões sobre o patriarcado, trabalho, divórcio e outros.

Durante boa parte do século XIX e até mesmo do século XX, o romance e a escrita literária foi-se considerado como "coisa de mulher". Há toda uma literatura documental e literária sobre isso. Havia tanto nas práticas de leituras quanto nos livros e no imaginário social, a noção difundida pelos homens que à eles só caberia a leitura séria e às mulheres a leitura ficcional, de evasão.

Em Divinópolis, o Jornal A Estrela da Oeste contou com a redação de mulheres desde sua segunda edição em 1922. Embora esse periódico fosse um jornal que abordasse bem a realidade e o patriarcado da época, com manchetes de porte viril escrito por homens e direcionado ao público masculino, a abertura que este jornal deu às mulheres foi fundamental para a disseminação dos ideais femininos na pequena cidade mineira. Através dos contos e poesias que pouco importava para os homens, posicionamentos e reflexões valiosos foram semeados no jornal sem muito aguçar a curiosidade e a censura masculina. Assim, por meio dos escritos majoritariamente literários de Joanhina Coelho, M. L. Teixeira, P. e outros, busco compreender a medida em que esses escritos foram uma ferramenta de inserção feminina e de discussão sobre a luta e os direitos das mulheres.

Literatura Lésbica em Cassandra Rios

Vinicius Bernardes Gonçalo Coelho
vinibgcoelho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cassandra Rios, História, Homoerotismo, Literatura.

A História das Mulheres é um tema recente na historiografia brasileira. A História das Mulheres Lésbicas está, ainda mais, à margem dessas discussões.

Através da literatura de Cassandra Rios o presente trabalho se propõe a analisar as narrativas homoeróticas, através da sua obra Tessa, a gata, no contexto da Ditadura Civil Militar (1964-1985).

As comunas e associações contra o despotismo no ideário de Alexis de Tocqueville

Sérgio Cruz de Castro Lima
sergiocruz0609@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Despotismo Democrático, Comunas, Associações, Tocqueville.

Alexis de Tocqueville viveu no século XIX numa França conturbada por movimentos revolucionários. Como pensador da modernidade, preocupou-se com os rumos de formações sociais em que a paixão imoderada dos indivíduos pela igualdade suplantaria o desejo de bem-estar da coletividade. Daí o perigo da tirania da maioria e do despotismo. Tal igualdade, segundo ele um fenômeno irreversível da modernidade, deveria ser conciliada com a liberdade. Caso isso não ocorresse, haveria o perigo da democracia se tornar despótica. Diante da apatia dos seus contemporâneos franceses, exposta em obras como O Antigo Regime e a Revolução e Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris, Tocqueville vislumbrou nos EUA uma formação social em que a participação política e a preocupação com o interesse público estavam em consonância com a igualdade. Os americanos, segundo ele, exercitavam o ser livre reunindo-se em associações e comunas a fim de deliberar sobre os assuntos públicos. Lá, ao contrário da França, houve a compreensão que o interesse privado deveria ser bem compreendido. Cabe lembrar que na historiografia tocquevilleana, ao se escrever um texto histórico, deve-se alertar as formações sociais para o risco da tirania. As comunas e associações, nesse sentido, formam o que Tocqueville denominou “corpos intermediários”, instituições nas quais os cidadãos debatem sobre assuntos públicos e, não obstante, salvaguardam a sociedade contra o despotismo. O pensamento político de Tocqueville, nesse sentido, é permeado por uma preocupação sobre como combater os males que podem colocar em risco a república e a democracia. O objetivo desta comunicação é analisar de que forma no ideário tocquevilleano as comunas e associações contribuíram para a efetivação da liberdade e, dessa forma, fazer um contraponto a um possível despotismo democrático.

Biografia em análise: A construção da imagem de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Geisimara Soares Matos
geisimara.soaresmatos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Eduardo Ribeiro, Memória.

A comunicação que aqui se apresenta faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem como objeto a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro, homem negro e militar que foi governador do Amazonas durante os primeiros anos da república brasileira (1892-1896). A vida de Ribeiro é envolta de muitas polêmicas, seja em torno das acusações de seu possível enriquecimento ilícito, de sua origem negra ou dos mistérios que envolvem sua morte. Apesar disso seu nome é bastante lembrado por ter sido em seu governo que Manaus vislumbrou um crescimento urbano significativo, muito por conta da grande comercialização da borracha. Ao lidarmos com biográficas torna-se interessante pensar questões em torno da memória que se constroem sobre os sujeitos. Assim, escolhemos para este trabalho apresentar considerações iniciais sobre de como se construiu a imagem de Eduardo Ribeiro na obra mais famosa sobre a sua vida: *Negritude e Modernidade*, de Mário Ypiranga Monteiro (1990). Neste primeiro momento procuramos refletir que aspectos da vida de Eduardo Ribeiro tem maior destaque na escrita de Mário Ypiranga e como esta obra propõe-se a criar um retrato positivo e branqueado de nossa personagem. Ao analisar e considerar a obra de Monteiro como fonte, entramos no terreno da consolidação social da memória de Ribeiro como passo importante para entendermos o discurso ufanista e laudatório que se constrói sobre esse sujeito.

O intelectual e o Político: biografia e construção da memória do Barão de Marajó (1874-1932)

Anna Carolina de Abreu Coelho
annacarolinaabreu@unifesspa.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Marajó, Barão, Política, Biografia, Intelectuais, Memória.

O trabalho busca entender o processo de construção da memória do intelectual e político amazônico José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó. Escritor de obras de obras como “As Regiões Amazônicas”, “Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bósphoro e Danúbio: Apontamentos de viagem”, “Um Protesto”, entre outras; teve atuação política constante na segunda metade do século XIX no período imperial ocupando cargo como diretor de obras públicas, deputado e

presidente das províncias do Pará e Amazonas; iniciou o período republicano ocupando o cargo de Intendente de Belém e posteriormente foi senador estadual, cargo que exerceu até o ano de sua morte em 1906. Sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1900 e representou o Pará nas exposições universais de Paris (1889) e Chicago (1893).

Partindo de textos biográficos publicados em diferentes épocas e escritos por intelectuais portugueses e brasileiros; além de textos memorialísticos escritos pelo próprio barão, procura-se entender a construção de uma memória que privilegiou lembranças sobre a atuação intelectual e o esquecimento da atuação política.

Político, intelectual, literato? Rodrigo M. F. de Andrade e seu Velórios

Maria Elisa Rodrigues Moreira
elisarmoreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Velórios, Crítica, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Literatura.

Rodrigo Melo Franco de Andrade é notório no Brasil, em especial, por sua atuação no campo do patrimônio cultural, tendo estado à frente do hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde a sua fundação, em 1937, até finais dos anos 1960. Sua atuação literária, no entanto, é bastante desconhecida: poucos sabem que o belo-horizontino lançou, em 1936, um livro de contos composto por oito textos intitulado Velórios, o qual tem como panorama principal Minas Gerais. Contribuem, para esse “esquecimento”, a pequena tiragem original e o fato de o autor não ter permitido, em vida, a reedição da obra. Tal situação foi levemente alterada quando, em 2004, a Editora Cosac & Naify publicou nova edição do livro, acompanhada de um prefácio e de quatro textos críticos relativos à obra, assim como o fez a Confraria dos Bibliófilos em 2012, ao lançar a coletânea de contos em edição artesanal de luxo, com exemplares numerados e ilustrações de Yara Tupinambá. Pretende-se, nesta comunicação, retomar brevemente a trajetória de Rodrigo como político, intelectual e literato, assim como a composição de Velórios e de sua primeira recepção crítica no país.

Caminhos e Descaminhos: A Biografia na História

Thiago da Silva da Costa
thiagoc-historia@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Teoria, História.

Nas palavras de Virginia Woolf muitas vezes, uma biografia não passa de uma operação plástica feita em um morto. A palavra biografia tem sua raiz etimológica nos termos gregos bios, que significa “vida” e graphein traduzido como “escrever”. Fazer uma biografia é então escrever a vida de outrem - o que para o historiador não deixa de ser um desafio. Narrar a vida de um personagem histórico assim como sua trajetória numa perspectiva linear, ou seja, do início ao fim, incluindo os fatos marcantes sobre sua vida, o mundo em que viveu e no qual estabeleceu suas relações, foi uma das possibilidades de tratar a biografia - um trabalho minucioso que exige tanto uma narrativa verossímil quanto uma problematização das fontes. Em sua mais pura essência, a biografia é – antes de tudo – uma das primeiras formas de história, e por isto, é objeto de constante interesse por parte dos historiadores. Contudo, até aproximadamente meados do século XX, o gênero biográfico foi deixado de lado e considerado, em certa medida, obsoleto em detrimento de uma abordagem positivista mais devotada à métodos quantitativos e econômicos. Inclusive, segundo o historiador Marc Ferro em seu artigo *le handicapée de l’Histoire* (a deficiência da História) a biografia é considerada como o aleijão da história, ou seja um defeito.

É importante sinalizar que as pesquisas biográficas têm retornado vagarosamente ao cenário da pesquisa histórica lançando mão de um tratamento que não está focado apenas na ação de grandes homens inseridos em seus contextos de atuação nem na análise dos mais importantes acontecimentos vinculado a eles. Ao contrário, a nova abordagem preza pela relação dialética entre acontecimentos, indivíduos e grupos, estruturas e conjunturas a fim de não fornecer uma visão simplista, linear e determinista (teleológica). Bordieu em seu artigo intitulado *A ilusão biográfica* atenta para o fato de que o relato de vida tanto em sua forma quanto em seu conteúdo é passível de variação, haja vista que a própria situação de investigação determina, inevitavelmente, o discurso reunido. Vale acrescentar então que a apresentação pública ou apresentação privada – objetos deste discurso – resultam em um relato baseado na memória que é sujeita a falhas e equívocos intencionais ou não que alteram definitivamente o conteúdo da biografia. Os caminhos e descaminhos seguidos pelo próprio estudo biográfico assim como quais são as aproximações e distanciamentos estabelecidos entre biografia e História.

A Lírica amorosa na Poesia Feminina do Renascimento Italiano no Século XVI: Poemas de Veronica Franco e Veronica Gambara

João Paulo Ribeiro Beraldo
joao.pauloberaldo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Poesia, Renascimento, Itália, Mulher.

O período do Renascimento Italiano foi uma época de grandes inovações, resgates de tradições artísticas ancestrais e desenvolvimentos de novos conceitos e ciências, tendo como exemplo o Humanismo. No campo das artes, há uma predominância masculina, no entanto, algumas mulheres se destacaram, principalmente com suas produções literárias, mais especificamente no campo da poesia. O amor era um tema em comum entre elas. Há exemplos de exímias poetisas que professaram a lírica amorosa em seus versos e cartas.

O objetivo deste trabalho é apresentar a análise inicial sobre a escrita literária feminina renascentista italiana através de dois manuscritos do século XVI: a *Terze Rime*, de Veronica Franco; e as *Rime*, de Veronica Gambara. A primeira, foi uma cortesã veneziana educada segundo os preceitos da época, julgada como bruxa pela Inquisição, mas não condenada. A segunda, uma jovem aristocrata que fora também governante das terras de seu falecido marido e usa de sua poesia para expressar suas emoções, cantar o amor pelo marido e as belezas de suas terras.

Nesse sentido, pretende-se analisar estas duas obras com o fito de compreender e perceber suas semelhanças e distanciamentos de estilo, conteúdo e temática. Cada uma das poetisas investigadas nesta comunicação procura representar a lírica amorosa ao seu modo, demonstrando a diversidade do movimento conhecido como Renascimento.

O Guesa entre a Teoria Literária e a Historiografia

Ramon Castellano Ferreira
ramon_castelano@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Historiografia, Teoria, Ficção, Literatura.

O Guesa, poema em construção, foi escrito entre as décadas de 50 e 90 do século XIX pelo poeta maranhense Sousândrade. O poema conta com doze Cantos e nele o poeta narra ficcionalmente a história do Brasil e da América. Partindo de questões referentes à teoria da Literatura, à teoria da História e à história da historiografia, neste trabalho pretendo discutir, através da análise do poema, problemas relativos à constituição do conceito moderno de história no Brasil do século XIX. Uma epopeia escrita justamente no século em que a história se tornava uma ciência autônoma que deveria se ver livre dos protocolos poéticos e retóricos e em que a ficção angariava para si a possibilidade de potencial revelador da realidade revela-se uma fonte instigante para encetar um debate acerca da escrita da história no Brasil oitocentista e sobre a

relação entre ficção e história. Tomado como uma ferramenta cognitiva capaz de levantar problemas a respeito da constituição da sociedade e de sua historicidade, seja para a delimitação das alteridades e suas respectivas classificações, seja, ainda, com o objetivo herético de subverter uma determinada memória histórica institucionalizada, O Guesa torna-se uma importante artefato histórico/ficcional na medida em que permite entabular uma discussão acerca das condições e contextos de produção da escrita da história e da ficção, suas relações aproximativas e disjuntivas, revelando seus múltiplos significados e as experiências que os tornaram possíveis.

Anemia do tempo: absurdo e o caráter distópico nas obras “Adeus, Velho” de Antônio Torres e “Feliz Ano Novo” de Ruben Fonseca

Matheus Silva Marciano
msilvamarciano@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Distopia, Pessimismo, Stimmung.

O que propomos para este trabalho é pensar a representação da temporalidade nessas obras em conjunto com uma Stimmung presente nos anos dessas publicações. Para isto, ao considerarmos, de um lado, uma atmosfera violenta entre a década de 1970 e 80, e de outro as relações das personagens com o tempo, buscamos possíveis classificações, que consideramos compor esta stimmung: o pessimismo e uma representação distópica do mundo. Em “Adeus, Velho” existe uma tensão constante entre tradição e moralidade, espaço de experiência, e o desejoso futuro em meio a “civilização”, horizonte de expectativa, que ao tornar-se presente é frustrante para as personagens e temos, assim, uma representação mais pessimista. Já em “Feliz Ano Novo” identificamos uma representação violenta do presente, em que há uma suspensão de qualquer ressentimento, seja no sucesso de um assalto seguido de assassinato ou do canibalismo enquanto rito de passagem. A presença da indiferença e da impossibilidade de realizar-se no mundo é constante nestas obras, e que também são representadas por Albert Camus, em “O Mito de Sísifo”, e por Emil Cioran, em “Breviário de Decomposição”. O pensamento absurdo, proposto pelo autor francês, ao apresentar uma confrontação entre o que os homens querem e o que o mundo oferta, que pode culminar em um divórcio violento, é extremamente relevante para pensarmos a obra de Torres, já que, como afirma Camus, “... esta luta supõe ausência total de esperança (que nada tem a ver com o desespero), a recusa contínua (que não deve ser confundida com a renúncia) e a insatisfação consciente (que não se poderia assimilar à inquietude juvenil).” (P. 46), pois a vida da personagem Mirinho reside nesta tensão entre uma nostalgia e a

consciência de um mundo sem sentido. Além disso, a maneira como Cioran radicaliza as relações entre os homens, “A injustiça governa o universo. Tudo o que se constrói, tudo o que se desfaz, leva a marca de uma fragilidade imunda...” (P. 58), é continuamente presente nos contos da obra de Fonseca. Abre-se, então, a questão que direciona este trabalho: é possível, em uma Stimmung que proporciona estes tipos de representações, pois os sujeitos se relacionam com determinada atmosfera a partir do que sentem sobre leituras do mundo, a abertura de horizontes possíveis?

Siegfried Bernfeld e sua biografia não publicada de Freud

Marcus Vinicius Neto Silva
marcusviniciusnsilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Sigmund Freud, Ernest Jones, Psicanálise, Siegfried Bernfeld.

Siegfried Bernfeld foi um psicanalista vienense que participou ativamente do movimento a partir da década de 1920, produzindo trabalhos principalmente na interface entre psicanálise e educação. Após se exilar nos Estados Unidos na década de 1930, com o avanço da Segunda Guerra, passou a escrever uma série de artigos que abordavam diferentes aspectos da vida de Freud. Seu plano era escrever uma biografia do fundador da psicanálise e, com isso em vista, já vinha realizando pesquisas detalhadas e coletando documentos com o auxílio de sua esposa, Suzanne Cassirer Bernfeld.

Entretanto, Bernfeld viu esse projeto ser barrado por ação da herdeira de Freud, sua filha mais jovem e também psicanalista, Anna. Preocupada com a imagem de seu pai, que vinha sendo atacada com alguma frequência na década de 1940 (em especial por duas biografias publicadas em 1947, "Doctor Freud: an analysis and a warning" e "Sigmund Freud: his life and mind"), Anna vê com desconfiança os esforços de Bernfeld e tenta dissuadi-lo de publicar um artigo sobre os estudos de Freud com a cocaína. Desse ponto em diante, retira qualquer apoio que outrora fornecera e passa a dar suporte a Ernest Jones, que fica encarregado de produzir a biografia oficial. Jones se utiliza largamente das contribuições de Bernfeld na escrita do livro, que veio à luz em 1953, com o título de "A vida e a obra de Sigmund Freud", Bernfeld não chegou a lê-lo, tendo morrido cinco meses antes.

Baseando-nos na correspondência do período desses três personagens, nos artigos que Bernfeld publicou e nos esboços que deixou, tentaremos reconstruir seus passos e debater qual a extensão de sua colaboração na biografia escrita por Jones, bem como tentar recuperar o que restou da biografia que nunca chegou a publicar. Também debateremos a atuação de Anna Freud nesse processo, discutindo as possíveis motivações e efeitos dessa interferência.

História, literatura e biografia: a construção do sucesso da escritora chilena Isabel Allende

Lílian Falcão de Araújo
lilianf_a@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Isabel Allende, Biografia, Salvador Allende, Ditadura Chilena.

A presente pesquisa faz parte da discussão levantada no mestrado em história da UNIFESP, no qual buscamos analisar o “sucesso editorial” do primeiro romance da chilena Isabel Allende, no Brasil, em 1984. Neste artigo, pretendemos analisar por meio do estudo da biografia histórica da escritora, se e como o seu parentesco com o ex-presidente socialista Salvador Allende colaborou para dar legitimidade a sua narrativa literária, levando-a ao sucesso no Brasil. Com isso entendemos que a ditadura chilena e escritura da Isabel Allende se imbricam, sendo que a primeira impulsiona sua escrita de múltiplas formas. Tomamos como fontes principais a autobiografia da Isabel Allende, *Mi País Inventado* (2003), o seu primeiro romance, *La Casa de los Espíritus* (1982) e sua tradução para o português (1984); as entrevistas dadas na “grande imprensa brasileira” – principalmente Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo – pela escritora entre os anos de 1984 – 1986 que servem de ponto de partida para nossa indagação. Utilizaremos da discussão de Giovanni Levi e Benito Bisso Schmidt, para aprofundar no uso da biografia histórica e da discussão do sociólogo e literato Antônio Cândido.

José de Magalhães Pinto: a trajetória política do líder civil da ‘Revolução de 1964’

Esther Itaborahy Costa
esther.icosta@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Trajetória, Magalhães Pinto, UDN.

Recorrer aos estudos sobre biografia – ao analisar uma história de vida - nos permite identificar o indivíduo em seu lugar social, suas redes, seus grupos e as diversas instituições que este se insere a partir de suas relações com os demais. Neste sentido, objetivamos apresentar a trajetória política de José Magalhães Pinto – político mineiro ligado às elites do Estado, um dos fundadores da UDN, o partido de oposição a Vargas, e um dos principais líderes do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Analisaremos a participação sua como signatário do Manifesto dos Mineiros (1943) contra o governo estadonovista de Vargas, como secretário de Finanças de

Milton Campos (1947-1950), como deputado federal por 3 mandatos consecutivos pela UDN (1950, 1954, 1958), como governador de Minas Gerais (1960) e mais uma vez como deputado federal (1978, 1982) – pelo PDS (Partido Democrático Social). Ao longo desses 39 anos de vida política daremos maior destaque ao período de 1963-1973 quando Magalhães esteve intimamente ligado aos acontecimentos que levariam ao Golpe Civil-Militar e a Ditadura Militar. No primeiro, como um dos líderes civis que derrubariam o presidente João Goulart; e no segundo, como um dos candidatos da UDN à presidência (1965), como ministro de Relações Exteriores do governo Costa e Silva (1967) – pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) e como senador (1970) pelo mesmo partido. “De bancário a banqueiro. De governador a deputado federal por 5 mandatos. De líder civil do Golpe de 31 de março a ministro. Magalhães Pinto tinha a política como projeto de vida”.

Martins Pena e suas estratégias de escrita

Karenn dos Santos Correa
correakarenn@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Martins Pena, Comédia, Teatro Brasileiro, Oitocentos.

Neste trabalho visamos explorar o teatro de Luís Carlos Martins Pena a partir da construção do contexto da sociedade oitocentista, levando em consideração a posição do comediógrafo como crítico teatral, com o folhetim “A Semana Lírica”, no Jornal do Comércio entre 1846 e 1847. Abordaremos vínculo existente entre o cenário apresentado por Martins Pena em suas peças e a representação sócio-política do Império Brasileiro. Nessa perspectiva, mobilizaremos o aporte teórico de nomes como Erich Auerbach e Roland Barthes, visando analisar o estilo e as estratégias de escrita de Martins Pena tanto em seus folhetins como em suas comédias.

ST 07 - História Política, Cultura Impressa e Intelectuais

Adrianna Cristina Setemy

Pós-Doutora em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
asetemy@gmail.com

Weder Ferreira da Silva

Pós-Doutor em História
Université Paris-Est Marne-la-Vallée
weder.socialrj@gmail.com

Felipe Riccio Schiefler

Doutorando Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais
felipericcio22@gmail.com

Juliana Sayuri Ogassawara

Doutora em História Social – USP e Pós-Doutoranda em História
Universidade Federal de Santa Catarina
julianasayuri.o@gmail.com

Proposta do Simpósio

Após as interdições feitas à História Política pela Escola dos Annales, esta área do conhecimento histórico passou por uma renovação teórico-metodológica, sobretudo a partir dos anos 1970 com o chamado giro linguístico. No Brasil, mais especificamente, as transformações da historiografia a partir da década de 1980 provocaram uma renovação da História Política ao conferir à cultura impressa e à própria imprensa periódica uma nova dimensão heurística. No que toca às fontes de investigação histórica, recuperou-se a dimensão retórica do discurso político como elemento de análise da História Política. Assim, desde a última década do século XX até os dias atuais, historiadores e cientistas políticos de diversas instituições brasileiras têm se debruçado em analisar a História Política e o pensamento político brasileiro lançando mão de impressos não apenas como mero repertório de fontes para o acesso aos acontecimentos políticos, mas também como elemento fundamental para entender as múltiplas dimensões que envolvem a produção, a

circulação de textos e os atos de fala neles contidos. No contexto da cultura impressa, diversos estudos focaram o papel dos intelectuais neste meio de produção de conhecimento e de divulgação das ideias.

Amadores, críticos, engajados, orgânicos, outsiders, utópicos, subversivos, revolucionários ou românticos, os intelectuais incorporaram diferentes representações ao longo da história. A cultura impressa compõe um observatório privilegiado de microcosmos intelectuais e de análise do movimento das ideias. Assim, o presente simpósio temático busca reunir pesquisadores preocupados com temáticas vinculadas ao estudo da História Política e que tenham como fonte ou objeto de pesquisa os intelectuais e a cultura impressa – quais sejam, panfletos, libelos, discursos políticos, correspondências pessoais ou oficiais, periódicos e livros.

Comunicações

Monarquia, república e federalismo: o debate na imprensa de Buenos Aires (1815-1816)

Felipe Riccio Schiefler
felipericcio22@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Federalismo, Rio da Prata, Monarquia, República.

A queda do Diretório de Carlos Alvear, em 17 de abril de 1815, demonstrou que a revolução no Rio da Prata fugia aos desígnios que tentava lhe dar o governo instalado na antiga capital do Vice-Reino do Rio da Prata. Para piorar as coisas, o movimento liderado pelo líder dos Orientais, José Artigas - nitidamente republicano e defensor da federação entre as províncias -, ganhava fama entre as províncias do Litoral, estendo seu raio de ação até a província de Córdoba. Na imprensa de Buenos Aires da época, o período de grandes incertezas aberto com a queda de Alvear ensejou uma rica discussão política em que monarquia, república e federalismo eram mobilizados para defender ou atacar propostas contrárias. Com foco nesses debates, o objetivo do trabalho é apresentar ao leitor um pouco desse contexto de acirradas disputas políticas.

O antifascismo na Revista Claridad durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Douglas de Freitas Pereira
douglasfreitas77@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revista Claridad, Guerra Civil Espanhola, Antifascismo.

Claridad, revista argentina liderada por Antonio Zamora, foi uma das publicações, assumidamente de esquerda, mais relevantes da Argentina na primeira metade do século XX. A revista unia socialistas, comunistas, anarquistas e também movimentos originados na América Latina, como os Apristas, e, diferentemente de boa parte das publicações do período na Argentina, a Claridad estava mais preocupada com as lutas sociais do que com as questões estéticas e da alta cultura. A revista também sempre assumiu uma posição antifascista, que durante a Guerra Civil Espanhola ficou ainda mais intensa. Dessa maneira, pretendemos, neste trabalho, analisar às ideias antifascistas presentes na revista Claridad durante o período da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), buscando mapear a diversidade e complexidade atribuídos a ideia de antifascismo, assim como o desenvolvimento dos debates a seu respeito.

Às luzes do Revolución: a constituição fotográfica dos camponeses cubanos (1959-1961)

Edinaldo Aparecido Santos de Lima
limasantos91@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia, Revolução Cubana, Camponeses, Imprensa.

O triunfo da Revolução Cubana em 1959 causou um abalo sísmico do norte ao sul das Américas e no mundo. Como uma espécie de furacão no universo político latino-americano, ela despertou, e ainda desperta, simpatias e adesões imediatas como também medos e rejeições perenes. Desde sua consolidação no dia 8 de janeiro de 1959, quando Fulgencio Batista (1952-1959) foi destituído do poder, é quase impossível encontrar uma posição político-ideológica que seja indiferente à Revolução que se instaurava em Cuba. No cenário interno, os feitos e conquistas do novo governo foram acompanhados e divulgados pelo jornal Revolución, que se tornou um importante veículo de informação do período. O fulcro dessa pesquisa é compreender como esse periódico erigiu uma representação visual dos camponeses cubanos, no período que se estende de 1959 a 1961. Para isso, a investigação voltar-se-á na análise do considerável material fotográfico, presente nas páginas do periódico. Aliás, partimos da premissa de que a veiculação de fotografias, por intermédio da mídia impressa, pode elaborar uma narrativa visual capaz de contribuir significativamente para a construção de um imaginário social. Contíguo a isto, não se dispensará sondar o periódico cubano, levando em consideração suas idiosincrasias internas e externas, assim como, o contexto fotográfico cubano do período.

Intelectuais, cultura e política nas revistas Chile Hoy, La Quinta Rueda e Punto Final (1970-1973)

Maíra Máximo Nascimento
mairamnascimento@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Unidad Popular, Intelectuais.

Esta comunicação consistirá na apresentação de uma pesquisa em desenvolvimento. Esta propõe centralmente identificar e compreender a ideia de “cultura” presente nas revistas Chile Hoy, Punto Final e La Quinta Rueda; mais concretamente em como o conceito é mobilizado politicamente nos debates realizados nas ditas publicações, entre os anos de 1970 e 1973. Entende-se, ademais, que a compreensão dos textos publicados em uma revista está condicionada à compreensão dos sujeitos que a escrevem. Portanto, deve-se considerar as trajetórias políticas e intelectuais das pessoas que publicaram nas três revistas, definindo como estas se constituíram como espaços de sociabilidade intelectual em si mesmas e entre elas.

Defende-se que Chile Hoy, Punto Final y La Quinta Rueda foram importantes espaços de discussão para as esquerdas chilenas do período, devido, principalmente, à proeminência de seus publicadores e publicadoras no cenário intelectual e político do período. Além disso, se constituíram como pontos de formação e cruzamento de redes de intelectuais do Chile e de toda América Latina. Acrescenta-se, ainda, que os discursos com respeito ao conceito de cultura nessas revistas, refletem e reproduzem as tensões do debate e da prática política experimentados durante o período de governo da Unidad Popular.

Crises e redes de intelectuais de esquerda na Argentina (1973-1976)

Thiago Henrique Oliveira Prates
thoprates@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crises, Redes intelectuais, Eduardo Galeano, Argentina, Esquerda.

Em 1973 surgiu em Buenos Aires a revista Ideas, letras, artes en la Crisis, popularmente conhecida como Crisis, publicada mensalmente até 1976. A revista foi fruto da iniciativa de um grupo de intelectuais argentinos organizados pelo empresário Federico Vogelius e dirigida pelo jornalista Eduardo Galeano. Desde o seu princípio, a revista se mostrou preocupada em engajar-se politicamente e em atuar sobre o presente argentino, constituindo um importante veículo cultural de esquerda: Crisis agregou importantes nomes da intelectualidade argentina, como a

jornalista Julia Constenla, os escritores Ernesto Sábato, Juan Gelman, Haroldo Conti, Vicente Zito Lema e Aníbal Ford e o crítico de arte Jorge Romero Brest, além de outros colaboradores latino-americanos, como Gabriel García Márquez, Mario Benedetti, Eric Nepomuceno, Roberto Fernández Retamar e Miguel Ángel Asturias, entre outros. A revista logo caiu no gosto do público argentino e iniciou um ambicioso projeto editorial, Ediciones de Crisis, que publicou 40 números da revista, 29 monografias e mais de 30 livros de autores e temas que interessavam às esquerdas latino-americanas.

O objetivo deste trabalho é analisar a constituição de uma rede de intelectuais de esquerda a partir Crisis e apresentar os enunciados emitidos por esta rede. Mostraremos como um projeto editorial iniciado em Buenos Aires logo agregou uma série de importantes intelectuais latino-americanos e buscou inserir a Argentina em um panorama latino-americano dos anos 1970.

José Maria da Silva Paranhos: periodismo político e as Questões do Prata

Weder Ferreira da Silva
weder.socialrj@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Periodismo, Questões do prata, Barão do rio branco, Juan Manuel de Rosas.

Celebrado por ser um dos ícones da elite política brasileira do século XIX, José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, destacou-se em sua juventude pela colaboração a jornais como o liberal Novo Tempo e o moderado Jornal do Commercio. Dos textos que escreveu durante a década de 1840, emergem o complexo cenário político que envolvia o Império Brasil e as chamadas "questões do Prata". O presente trabalho pretende analisar o contexto da produção periodista de Paranhos, tendo como principal objetivo recuperar suas críticas ao presidente argentino Juan Manuel de Rosas. Ao fazer críticas ao político argentino, o barão do Rio Branco expôs de forma clara a complexidade do processo de construção nacional do chamado "Tempo Saquarema". Além das demandas internas e dos conflitos regionais, o processo de consolidação do Império do Brasil também perpassava pelo delicado contexto da formação das jovens nações sul-americanas.

O ensaio como um gênero narrativo latino-americano

Fernanda Miranda de Carvalho Torres
fernandamctorres@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, Ideia de Nação, Ensaio, Intelectuais.

O ensaio, para Jean Starobinsk, pode ser entendido positivamente como a “pesagem exigente”, o “exame atento” ou como um “exame verbal cujo impulso se libera” – refletindo uma profusão de ideias e palavras. De outro modo, para os seus detratores, é sinônimo de incompleto, de algo que se inicia, mas não chega a termo, uma aproximação preliminar de algo por concluir. Poderíamos dizer, então, que conforme a segunda definição, o ensaio é como uma imagem do inacabado, mas que, apesar disso, levando em consideração a primeira definição, contém em si a completude do que se quis ensaiar. Dito em outras palavras é o campo de experiências onde seu autor se lança às experimentações possíveis à compreensão das questões e/ou objetos que lhe agitam o pensamento, colocando a prova suas observações para o julgamento de seus resultados. Nesse sentido, concluímos que o ensaio é também um gênero livre e híbrido, no qual se mesclam uma gama de saberes capitalizados pelos diversos ramos das ciências humanas, mas sem ter a pretensão de satisfazê-las integralmente, pois a liberdade é sua própria condição de existência. É o que lhe permite ser uma “linguagem que compreende o outro” e ao mesmo tempo “invenção de uma linguagem própria”.

Considerando essas questões, observamos que na virada do século XIX para o XX, o gênero ensaio floresceu na América Latina, como um tipo de narrativa em que vários escritores, homens de ciência, intelectuais e pensadores em geral, puderam exteriorizar pensamentos sobre a ideia de nação e modernidade. Em diálogo constante com uma grande quantidade de ideias, noções e conceitos que se construíam em trânsito de um continente ao outro (Europa/América), o pensamento latino-americano se forjou enquanto uma escrita de viés nacionalista, ou seja, voltada para temas que dessem conta dos conflitos e ambiguidades inerentes a esse tema, que afligiam um conjunto de pensadores em suas buscas desesperadas por inserção na modernidade - paradigma da civilização ocidental a partir do século XIX, marcada pela ideia norteadora de progresso. Nesse sentido, partindo da categorização de ensaio feita por Jean Starobinsk, buscamos apreender as acepções desse tipo de escrita para os pensadores latino-americanos e como se articularam através disso, projetos de construção de identidades nacionais.

Marginalidade literária: experiências estéticas simbolistas no Brasil finissecular (1890-1910)

Mariana Albuquerque Gomes
mariana.albuquerque.gomes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Experiências estéticas, Simbolismo, Brasil, Cultura impressa, Marginalidade literária.

No momento final do longo século XIX, as experiências estéticas simbolistas brasileiras apresentavam uma oposição aos cânones da literatura nacional, ao buscar uma transformação no campo literário, a partir da imaginação, autonomia e liberdade. Esse trabalho propõe refletir sobre as experiências estéticas simbolistas, através das revistas literárias impressas na cena finissecular brasileira, bem como dos espaços de sociabilidade nos quais estavam inseridos seus literatos. Para tal, consideram-se simultaneamente os espaços oficiais de produção cultural, dos quais literatos simbolistas estavam marginalizados, e as margens desse campo, reconstituindo a dinâmica social e histórica do período.

Ao reinserir essas ideias em seu ambiente social e cultural, como propõe Jean François Sirineli, poderemos compreender as disputas ideológicas entre literatos estabelecidos e literatos outsiders, explorando a localização e os deslocamentos desses últimos dentro do campo. Nessa reflexão, as revistas literárias constituem, pois, um lugar privilegiado para a verificação do movimento de ideias estéticas e políticas do cenário finissecular brasileiro. Uma vez que as revistas podem ser encaradas tanto como lugares de excelência para a análise das ideias que circulam em seu tempo, quanto como observatórios privilegiados do microcosmo intelectual, este trabalho ainda busca mapear as redes de sociabilidade que se formaram nesse meio literário marginal das experiências estéticas simbolistas brasileiras.

O Diário da Manteiga e suas temporalidades (1821-1837)

Laiz Perrut Marendino
laizperrut@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Diário do Rio de Janeiro, Brasil Império, História da Imprensa.

O presente trabalho tem o objetivo mostrar os resultados de uma pesquisa a cerca das temporalidades do periódico intitulado Diário do Rio de Janeiro, o primeiro jornal diário a ser impresso no Brasil, entre os anos de 1821 -1837. Para isso dividimos esse período em três temporalidades: a primeira que vai de sua criação (1821) até 1831, quando há uma mudança estrutural na publicação do Diário; a segunda que começa em 1831 e vai até 1833 com as primeiras experiências Regenciais e o direcionamento do jornal para a defesa do projeto Caramuru; e a terceira começando em 1833 com a maior evidência da defesa desse projeto até o ano de 1837 com o início do período chamado de Regresso Conservador.

A historiografia afirma ter sido o Diário do Rio de Janeiro, nesses anos iniciais, uma folha meramente informativa e que não interferia na vida cotidiana da corte. Em contrapartida, é nosso objetivo demonstrar que, sendo um jornal marcadamente informativo, ele contribuiu para a vida cotidiana da população da corte, na medida em que trazia ao público uma ideia da vida em sociedade ao reunir em suas páginas grande quantidade de anúncios variados, notícias oficiais do governo imperial, notícias dos países estrangeiros, invenções, novidades das ciências, da medicina, da literatura e tudo o mais que considerava útil ao público leitor. Foi um jornal de expressiva difusão por seu baixo preço e sua considerável utilidade por seus numerosos anúncios. Observamos também que, no final da década de 1820 e o início da década de 1830, ele se transformou em um jornal que serviu claramente à propagação das ideias de um grupo político bem definido, os chamados Caramurus.

As mudanças da imprensa e os jornais áulicos da corte fluminense (1823-31)

Nelson Ferreira Marques Júnior
nelsonfmarquesjr@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Jornais áulico, Corte fluminense.

O foco da apresentação será a imprensa, que nesse período, possuía características particulares, sobretudo no que toca à percepção participativa que os periódicos tiveram sobre a vida política no Rio de Janeiro, encaminhando rumos políticos, opinando desde posições favoráveis ao governo ou contra ele. Um pouco antes da Independência e no desenrolar do Primeiro Reinado, percebe-se na imprensa uma clara mudança de paradigma, apesar de certas continuidades. Estes se tornaram veículos politizados, responsáveis por aquecer os embates políticos ocorridos nos diferentes espaços públicos que ainda estavam em formação. Os jornais áulicos no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I e a Monarquia Constitucional centralizada, na qual o soberano usufruía de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Essa imprensa ocupava diferentes espaços, tais como: cafés, boticas, ruas, praças, apesar do imenso número de analfabetos. A imagem viva de uma monarquia integrada, ordeira, justa, mesmo convivendo com diversos conflitos provinciais, foi a grande pauta de defesa dos jornais áulicos. A imprensa áulica atuou de forma decisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política definida. O objetivo comum era circular o maior número de notícias que coadunassem com os

preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

Representações das Américas no periódico Astro de Minas, 1827-1839

Paulo Vitor Soares da Silva
paulo.vsoares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades imaginada, Nacionalidades, Periódico, Representações.

O presente trabalho expõe uma análise das representações das novas “nações americanas” através das folhas do periódico Astro de Minas, publicado entre 1827 e 1839, em São João Del Rei. Diferentemente da historiografia que busca analisar a política externa numa perspectiva economicista ou política, pautamos a análise de um ponto de vista cultural, através da concepção de “Comunidade Imaginada” de Benedict Anderson. A partir da análise dos termos que a folha mineira utiliza para caracterizar os países americanos buscou-se compreender como eram as representações dos países americanos, que também estavam num processo de construção de suas próprias nacionalidades. Esses termos são perceptíveis através das publicações envolvendo outras nações americanas, pois o periódico informa sobre a Guerra da Cisplatina, a conjuntura política dos Estados vizinhos e também dos Estados Unidos. As fontes das notícias eram em parte oriundas de outros periódicos, que elucidam como se dava a circulação das informações. A pesquisa transcorreu sempre tendo em mente o posicionamento político do periódico e o contexto político e econômico do Brasil e dos demais países.

Imprensa e modernidade: o caso do jornal O Parahyba, 1857-1859

Marcelo Monteiro dos Santos
marcelo.monteiro@ifes.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Imprensa, Cultura Política.

A presente comunicação analisa o surgimento e a circulação do periódico O Parahyba, em Petrópolis, entre 1857 e 1859. Concebido por um grupo de intelectuais brasileiros e portugueses – Francisco Ramos Paz, Emílio Zaluar, Quintino Bocaiuva, dentre outros – os redatores e colaboradores lançaram mão de uma retórica regionalista, buscando criar uma identidade comum entre as vilas e cidades do médio Paraíba fluminense em meados do oitocentos. Buscou-se nas

páginas do jornal identificar o discurso que insere a imprensa periódica como fator de progresso e que possibilitaria uma passagem daquela sociedade para a modernidade. Argumento comum na imprensa periódica da época no Brasil, o caso d'O Parahyba destaca-se pela organização e certa estabilidade, dada a efemeridade dos periódicos naquele período. No espaço público ocupado pelo periódico havia a tentativa de participar ativamente da cultura política regional.

Gazeta de Oliveira: Imprensa e Representações Culturais do Progresso e da Modernidade nos Finais do Século XIX

Saulo Mendonça Marra Junior
saulomarra@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Representações, Imprensa, Cultura urbana.

O jornal Gazeta de Oliveira foi criado pelo português Antônio Fernal no mês de setembro de 1887. Conceituado pelo seu redator e editor-chefe de Órgão Comercial, Agrícola, Noticioso e Literário, trazia neste subtítulo uma proposta direcionada ao cenário socioeconômico, cultural e também político da cidade de Oliveira no final do século XIX. Nosso objetivo é dar foco a esse periódico como um meio de inserção social dos “homens bons” de Oliveira como agentes culturais sendo eles apropriadores de um discurso progressista característico da Belle Époque brasileira.

Encontramos nas páginas do jornal a forte tendência ao discurso moderno e desenvolvido utilizado pelos seus editores no intuito de fazer dos seus enunciados um meio de angariar posições sociais e políticos na cidade nos anos finais do século XIX.

Chamamos a atenção para o espaço literário intitulado de Folhetim por onde foi publicado capítulos de uma obra de Júlio Verne, As Índias Negras, que ratifica a ideia do jornal rumo às representações de modernidade e industrialização. Também pela maneira sóbria em que assuntos políticos eram tratados dentro do espaço do jornal denominado Tribuna Livre – acreditamos que para os moldes da sociedade oliveirense do período era imprescindível uma fala moderada sobre assuntos políticos, conquanto esse era um meio de incorporação social – , onde é revelada a presença do Clube Republicano de Oliveira, formado por boa parte do corpo de redatores do próprio jornal, e a consagração de um ideário no ano de 1889 com a mudança do nome da praça principal , antigo Largo da Matriz para praça XV de Novembro.

A “alavanca de Arquimedes”: ideais republicanos e espiritismo no Rio de Janeiro (1865-1889)

Thamyris Teixeira de Moraes
thamyrism@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo, Rio de Janeiro, Republicanismo, Intelectuais.

Em meados do século XIX, a consolidação da unidade política suscitou discussões sobre Nação e cidadania no Brasil, envolvendo questões como a mão de obra servil, as relações entre a Igreja e o Estado, e o sistema de governo. A partir de 1870, a população letrada participou desses debates dentro de um projeto civilizador baseado em correntes ideológicas europeias, como o liberalismo inglês, o positivismo e o pensamento ilustrado francês, formando um fluxo de ideias das quais também fez parte a doutrina espírita. Fazendo adeptos e simpatizantes dentro do circuito intelectual da Corte, o espiritismo somou-se às falas políticas destes, notadamente aquelas de vertente republicana. Esse trabalho faz um levantamento de alguns desses personagens, mapeando articulações na imprensa, nos partidos e nos meios espíritas, buscando analisar suas falas políticas e de que forma esse pensamento servia de referência para a defesa de um projeto de sociedade encarnado na ideia de república como via essencial para o progresso e a evolução da sociedade brasileira. Envolvidos de forma complexa em ideias progressistas e modernizadoras, e por isso atraídos pelo espiritismo, esses homens incluíram sua nova crença em seus discursos e ações políticas. Tais características forneciam permeabilidade a esses homens nos círculos espíritas, abolicionistas, republicanos e aos espaços de discussão pública mais privilegiados do país. A interferência da Igreja no Estado, a falta de liberdade de consciência, a manutenção da mão-de-obra servil, ou quaisquer outros problemas que, na visão desses intelectuais, contrapunham-se à chegada da modernidade, eram interpretados como legados do arcaico sistema monárquico. Portanto, a instauração de um sistema republicano era fundamental para que o Brasil se inserisse no rol das nações civilizadas. A pesquisa procurou investigar como a agenda progressista desses espíritas transpassava a defesa de um projeto republicano. A partir de uma perspectiva da história social, fundamentada mais nos agentes históricos e menos na busca de origens ou a partir de fundamentos teóricos, buscou-se entender a forma como as ideias que esses homens professavam se materializavam em discursos e ações concretas.

Abolicionismo em Niterói: o Clube dos Libertos (1881-1888)

Daniely Pereira Lontra de Sant'Anna
danielylontra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo, Niterói, Club dos Libertos de Nichteroy.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa, ainda em andamento, sob a orientação do Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado, sobre o “Club dos Libertos de Nichteroy”, e materializará uma monografia de bacharelado do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Embasado, principalmente, de pesquisa em jornais, esse estudo é feito a partir de uma análise dos periódicos circulantes à época na província do Rio de Janeiro e na cidade de Niterói. O objetivo maior é traçar um panorama do movimento abolicionista da década de 1880 e promover, neste contexto, uma abordagem do “Clube dos Libertos” e de sua escola noturna e gratuita, fundado pelo bancário, comerciante e Presidente da Confederação Abolicionista, João Fernandes Clapp, no ano de 1881. Os jornais de época veiculam um pensamento articulado pelas questões da modernidade e da civilização, elaborado por grupos que compunham uma rede empenhada na extinção da escravidão. Inserido nesse contexto, o Clube possuía um lugar de destaque na missão a favor da Abolição, realizando quermesses, meetings, bailes e leilões que visavam à arrecadação de capital para a compra de cartas de liberdade, além de promover uma importante frente em prol da educação de escravos, livres e libertos na escola noturna sediada no clube. O que se pretende, portanto, é evidenciar a inegável conexão de uma estreita rede de sociabilidade e amparo recíproco promovida pelos abolicionistas de Niterói e da Corte e consubstanciada no cotidiano do “Club dos Libertos de Nichteroy”.

"Papagaio velho não aprende a falar": representações dos parlamentares nas revistas Careta e Fon-Fon (1907-1930)

Natascha Stefania Carvalho De Ostos
nataschaostos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Parlamentares, Representações, Imprensa, Animais.

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas, no que toca à imprensa nacional, pelo lançamento de muitas publicações. Dentre os impressos editados destacaram-se, pelo sucesso e pela popularidade, as revistas Careta e Fon-Fon. De viés humorístico e informal, esses periódicos abordavam o cenário político brasileiro de modo divertido e leve. A política que interessava aos impressos era aquela relacionada à sociabilidade dos políticos, em especial dos deputados e senadores federais, sendo inúmeras as apreciações realizadas sobre os parlamentares, destacando-se, pela recorrência, a identificação dos legisladores com a figura do papagaio ou

periquito. De modo geral as revistas retratavam o Legislativo como um poder corrompido, cuja existência servia apenas para favorecer os projetos políticos e econômicos dos próprios parlamentares. Nesse sentido, os legisladores seriam os papagaios que devoravam avidamente o milho (dinheiro público advindo dos impostos e do tesouro nacional). Nos textos e desenhos publicados esses pássaros encarnaram uma espécie de identidade parlamentar que entrecruzava características dos animais com os supostos hábitos arraigados dos deputados e senadores, plasmando, nas páginas desses periódicos, definições e sentidos generalizantes sobre a atividade legislativa no Brasil.

Jornalismo e política no Ceará: entre o beletrismo e a dependência (1916-1930)

Eduardo Lúcio Guilherme Amaral
eduardolucio@ifce.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Oligarquias regionais, Jornalismo político, Intelectuais.

O trabalho investiga o papel do jornalista político no Ceará ao longo dos últimos anos da Primeira República. Ressalta o seu lugar social, no limiar entre o beletrismo de uma profissão intelectual e a sua dependência relativa às folhas para as quais trabalhava. Assim, situa a questão do trabalho intelectual voltado para a arena do conflito e envolvido em teias complexas de dependência e submissão. Conflito esse que se dava, não somente na construção de sua auto-imagem, como também na participação das dissensões e disputas oligárquicas no Ceará durante o período. Procura-se, portanto, compreender sob quais condições se imiscui no cotidiano político local, submetendo os seus dotes de escritor às necessidades imperiosas da política a qual servia. Nesse sentido, discutem-se os limites de sua tomada de posição na esfera do conflito político, ora como polemista, agitador e "esgrimista" verbal, ora como crítico do próprio regime ao qual esteve submetido. Complementando essa investigação, seguem-se inflexões acerca da própria natureza do jornal político, das transformações estruturais pelas quais passava, principalmente no que dizia respeito à sua forma e à sua função. Para efeitos de comparação, elegem-se aqui, quatro tipos arquetípicos do jornalista político: o do satirista e polemista engajado nas lides partidárias (Deolindo Barreto, do jornal "A Lucta" de Sobral); o do jornalista de ideias que aspira à independência de sua opinião (Júlio Ibiapina, do jornal "O Ceará" de Fortaleza); o do jornalista engajado que rompe com a imprensa partidária (Jáder de Carvalho, do jornal "A Esquerda", de

Fortaleza) e a do jornalista "elegante", que apesar de submetido à pressões políticas, procura manter uma imagem de independência e cordialidade (Demócrito Rocha, do "Ceará Ilustrado"). Conseqüentemente, o que se espera é oferecer uma perspectiva mais complexa da natureza do trabalho intelectual no jornalismo político, ainda que inserido num meio acanhado e dominado pelos interesses de poderosos chefes partidários. O trabalho, nesse sentido, procura reconstituir as condições de produção do texto político, revelando os seus limites à sua produção, as contradições a ele inerentes, as pressões comerciais e políticas subsumidas ao jornal, etc.

Embate Entre Cortiços e a Administração Pública do Rio de Janeiro de Início do Século XX - Representação Literária e Jornalística

Helia Taciana Moreira de Brito
heliatassy@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Cortiços, Jornais.

O Rio de Janeiro no final do século XIX passou por transformações urbanas: a Reforma Pereira Passos promoveu a retirada dos cortiços no centro da cidade. O romancista Aluísio Azevedo em 1890 publicou o livro *O Cortiço*, que retrata representações da população dos cortiços. Jornais que circulavam na época também exploravam a vida nesse lugar. Entre eles, *O Jornal do Brasil*, *A Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. Esses periódicos tinham uma liderança junto a população, observando-se que eram noticiários formadores de opinião pública. Esse artigo procura discutir a relação das populações dos cortiços com a administração pública, assim como a forma que eram retratados nos jornais e no romance de Aluísio Azevedo - *O Cortiço*.

Mundos do Trabalho & Imprensa: as celebrações do “Grande Dia” na imprensa amazonense durante a Primeira República

Richard Kennedy Nascimento Candido
richard_lp13@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Manaus, Primeiro de maio, Imprensa.

O Primeiro de Maio é um dos fenômenos mais importantes e interessantes da História do Trabalho. As lutas e angústias dos trabalhadores e trabalhadoras eram externadas durante o movimento que, em seu nascimento foi pensado para ser o primeiro grande rito operário internacional. A data ganhou adesão rápida e grande por parte dos sindicatos e associações dos

trabalhadores que se mobilizavam para fazer desta data o maior acontecimento da classe. Nesta comunicação pretendemos mostrar como as celebrações do Primeiro de Maio apareceram nos jornais da cidade de Manaus no período de 1890-1930 e analisar as nuances da classe trabalhadora acerca deste acontecimento tão importante, destacando todas as particularidades do uso de jornais como fontes. A dualidade “festa x luta” se tornou muito presente em nossas análises, inclusive na mudança de significação que a data passava constantemente. Grande parte dos jornais se movimentaram para cobrir o “Grande Dia” na capital do Amazonas, que se resumiam a passeatas até o cemitério para lembrar dos que se foram, dos discursos proferidos em locais públicos, posses das novas diretorias e festividades em algumas associações.

Entre jornais e guerras: perspectivas políticas de Cecília Meireles (1930-1945)

Denilson de Cássio Silva
denicult@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Jornais, Guerras, Sociabilidade, Mundiais, Meireles, Cecília, Cultura, Política.

Esse trabalho trata das perspectivas políticas, difundidas pela imprensa carioca, em torno das duas guerras mundiais. Tem-se como chave de análise a atuação da poeta, educadora e cronista Cecília Meireles (1901-1964). O objetivo precípua é compreender quais foram as concepções de mundo evocadas pela escritora, relacionando-se com determinadas culturas políticas no enfrentamento do drama humano da guerra. Intenta-se apreender com quais ideias e autores Cecília Meireles entabulou diálogo e identificar alguns dos vínculos socioprofissionais cultivados pela escritora. Os recortes cronológico e espacial situam-se no Rio de Janeiro de 1930 a 1945. Tais balizas foram adotadas por se tratar de um ambiente dinâmico, então capital do Brasil, em um período assinalado por profundas inquietações políticas e uma efervescência intelectual, propícia a discutir os cenários nacional e internacional. As principais fontes utilizadas foram os textos publicados nos jornais “Diário de Notícias” (1930-1933) e “A Manhã” (1941-1944), nos quais Cecília susteve um espaço de discussão, mediante crônicas argumentativo-dissertativas. Exemplares desses periódicos foram localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Parte dos textos consultados encontra-se publicada na coletânea “Obra em prosa de Cecília Meireles”, organizada por Leogedário A. de A. Filho. O procedimento metodológico baseou-se na leitura de cinquenta crônicas, das quais foram selecionadas oito,

visando à realização de uma análise qualitativa. Esses textos foram selecionados tendo em vista sua pertinência para a investigação proposta. Os resultados obtidos indicam que Cecília Meireles entendeu as guerras como fenômeno histórico e político e, não, como uma fatalidade ou um evento transitório ou irrelevante. Ao longo do período em questão, a autora encetou e manteve uma oposição ao belicismo e uma defesa do pacifismo ativo, situado no limbo do diálogo entre o realismo e o idealismo das relações internacionais e afeito ao Liberalismo político. Foi constatado também que os contatos de Cecília com dirigentes dos referidos periódicos, a exemplo de Nóbrega da Cunha, do “Diário de Notícias” e Cassiano Ricardo, de “A Manhã”, parecem ter sido relevantes para sua projeção em tais canais de comunicação. Em conclusão, cabe ressaltar que esse exercício investigativo integra uma pesquisa mais ampla, de Doutorado, em fase inicial de desenvolvimento. Logo, os apontamentos ora efetuados deverão ser estendidos e aprofundados.

OS ARAUTOS DA NAÇÃO: O papel de intelectuais na educação patriótica paraibana durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Daviana Granjeiro da Silva
davianags@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial., Educação patriótica, Intelectuais.

Este trabalho apresenta reflexões acerca do papel exercido por intelectuais no projeto de educação nacionalista e patriótica no estado da Paraíba, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atendendo à dinâmica nacional proposta pelo regime estado-novista, o governo paraibano buscou consolidar práticas educativas que favorecessem a construção de um sentimento de brasilidade, essencial para o incentivo à entrada do Brasil na guerra. Utilizando os meios de comunicação como instrumento educativo para a população, o governo disseminou ideias proferidas por intelectuais de destaque no cenário político e cultural – como Gilberto Freyre e José Américo – que integrassem o projeto político vigente. Dentro da perspectiva da Nova História Política e contando com as contribuições historiográficas de autores como Ângela de Castro Gomes (2010), Maria Helena Capelato (2009), Mônica Pimenta Velloso (2013), Nicolau Sevcenko (2003), dentre outros, a intenção é perceber/discutir a importância do posicionamento desses intelectuais e suas representações para a legitimação de discursos e de uma educação nacional.

A Construção da Nacionalidade Brasileira Impressa nos Manuais Didáticos de História do Estado Novo

Roberta Aparecida Avanci
rbthis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Nacionalista, Educação e Progresso., Livro Didático.

A presente comunicação pretende analisar, a partir do estudo do projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas (1937-1945), as implicações deste projeto na construção da nacionalidade brasileira por meio da educação, principalmente na disciplina de História e suas propostas curriculares. Para tanto, tomamos como fonte de análise os manuais de História História do Brasil, de Joaquim Silva e o Epítome da História do Brasil, de Jonathas Serrano. A partir desses manuais procuramos compreender quais conteúdos expressavam as ideias relacionadas à formação da nação brasileira e o papel da educação na construção dessa nacionalidade, percebendo que o governo autoritário do Estado Novo além de utilizar a educação como forma de salvar a nação, ainda a utilizava como uma ferramenta de legitimação política. Dessa forma, a educação passa a ser considerada como meio fundamental de modificar a sociedade, tornando-se centralizadora e patriótica. Na comunicação também será realizada uma breve análise sobre a formação da identidade nacional e de como o ensino de história é utilizado como instrumento na formação da mesma.

Em busca da revolução: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1956-1964)

Felipe Alves de Oliveira
historia.felipealves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revolução, Nacionalismo, Semanário.

O texto que se segue é uma tentativa de investigação do nacionalismo na conjuntura entre 1955 e 1964, momento em que o debate nacionalista atingiu diversos setores da sociedade civil. Diante disso, esclarecemos que o nosso foco de investigação é pensar o nacionalismo na sua complexidade, e isto, significa compreendê-lo como um fenômeno de amplo alcance, que entre a década de 50 e 60, abrangeu importantes setores da vida política e social do país. Tradicionalmente, as incursões sobre o tema, tem como porta de entrada uma análise das obras produzidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Aqui, faremos o caminho inverso e analisaremos como o nacionalismo tornou-se atuante no seio da sociedade brasileira.

De modo geral, nossa investigação se dará através da análise do periódico O Semanário, que circulou no país entre 1956 e 1964. O trabalho com a fonte nos permitiu compreender como o nacionalismo transformou-se, como denominou seus contemporâneos, em movimento político. Por fim, é necessário ressaltar que a escolha do periódico como fonte principal, tem como fundamento atribuir o mesmo grau de importância à intelectuais e movimentos sociais, e que, do ponto de vista analítico, é não coerente estabelecer uma separação entre as ideias e os movimentos.

A Censura a partir da análise dos pareceres da Mesa do Desembargo do Paço

Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna
maira.villares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Censura, Livros, Luzes, Poder.

Este trabalho propõe analisar as obras proibidas e a censura que elas sofreram ao longo dos primeiros anos do século XIX no Brasil, enquanto parte do Império luso-brasileiro. Para tal, será destacado o papel do censor nesse processo, demonstrando a sua importância na avaliação da obra. Objetiva-se, problematizar e apresentar a ausência de normas e regras bem definidas em relação aos critérios que configuravam e determinavam a circulação e o acesso a elas. Destaca-se também que o acesso aos textos proibidos era configurado de forma diferenciada. Tais questões serão apresentadas a partir da análise dos pareceres dos censores régios, sobre os pedidos de licença, presentes no fundo da mesa do Desembargo do Paço do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, ex. 818 (física), 168 (lógica), 169 e 170).

O intuito é o de compreender de que forma a censura se alterou com a vinda da Família Real para o Brasil, analisando sua nova estrutura e as mudanças que surgiram a partir de sua instalação, com a criação da primeira tipografia oficial - a Impressão Régia - e como a partir dela surge uma nova relação com os impressos e a leitura, limitando-se ao ano de 1822, com a independência do Brasil

O trabalho encontra-se direcionado para os estudos de História do Livro, por meio de uma análise das relações de poder através da censura. Os livros estão inseridos numa lógica de poder dentro do Império luso-brasileiro. A partir deles é possível encontrar informações que nos remetem a práticas culturais e políticas, bem como à análise da circulação de ideias de determinado período. Estudar essa circulação no início do século XIX implica recuar os estudos

ao final do século XVIII, para a apropriação, no sentido de Chartier, das ideias ilustradas na sociedade do Antigo Regime assim como os impactos da Revolução Francesa no cenário político Europeu. Além disso, pretende-se analisar a relação que vai ser estabelecida pela censura como mecanismo de contenção de ideias que pudessem ser uma ameaça para manutenção do sistema vigente. Dessa forma, o trabalho tenta compreender como a censura vai se estabelecer sempre em momentos de maior tensão política por meio de práticas proibitivas. Entender que a circulação de ideias está subordinada a um sistema político que prioriza uns em detrimentos de outros, porém, sempre ligado ao privilégio concedido pelo Rei. E que os livros podem ser vistos como instrumentos de poder e de representação simbólica dentro da sociedade

João Camilo de Oliveira Torres: A escrita militante e o movimento monarquista

Marco Túlio Antunes Gomes
mtantunesgomes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: João Camilo de Oliveira Torres, História intelectual, Monarquismo.

Intelectual de vasta produção científica e literária, João Camillo de Oliveira Torres consagrou-se entre a elite política liberal mineira e a intelectualidade católica e monarquista brasileira. Conciliando a carreira de funcionário público com o ofício de escritor, Torres publicou livros e artigos ostensivamente sobre temas filosóficos, literários, históricos, religiosos e políticos. Árduo defensor da restauração monárquica no país, o autor correspondia ativamente com descendentes da Família Real brasileira, organizações monarquistas e correligionários de todo o Brasil. A partir de uma seleção de livros e artigos publicados, e da correspondência estabelecida pelo autor com militantes, este trabalho intenta analisar a produção camiliana de teor político, identificando como Torres elabora um projeto político alternativo para o que considera uma crise da legitimidade do regime presidencialista e das instituições, e de que maneira o autor e sua obra se situam no microcosmo do movimento monarquista entre as décadas de 1930 e 1960.

O deputado e o jornalista: Cipriano Barata e as relações Brasil- Portugal

Alexandre Bellini Tasca
abtasca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Periódico, Independência, Cipriano Barata, Constituinte.

Com a deflagração da Revolução do Porto em 24 de agosto de 1820, uma série de transformações, sobretudo no âmbito político, se desencadearam no mundo lusófono. Dentre essas mudanças, destaca-se as Cortes de Lisboa, responsável pela elaboração de uma Constituição para a Nação Portuguesa. Nesse cenário ressaltarei a atuação de Cipriano Barata que, ao longo das décadas de 1820 e 1830, teve importante atuação na cena pública, seja em Portugal, como deputado constituinte, seja no Brasil, como panfletário e periodista. O enfoque será dado às suas opiniões acerca das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa em relação ao Brasil e os impactos da mesma para o processo de construção da nação brasileira enquanto entidade independente. Espero compreender, através de uma figura de grande relevância pública – como fora Cipriano Barata, a percepção que se tinha do papel de Portugal e dos portugueses na formação do Brasil em seus primeiros anos.

“O deputado do povo”: A atuação parlamentar de Carlos Marighella e a cultura política comunista (1945-1956)

Danyele Nayara Santos Dias
danyelle.nayara@hotmail.com

Laurindo Mekie Pereira
mekie1@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Carlos, Revista, Problemas, Constituinte, Marighella, 1946, de, Política.

Este texto é parte de uma pesquisa maior de trabalho de pós-graduação que pretende analisar o pensamento e a cultura política na qual se insere Carlos Marighella a partir dos aportes da nova história política. Marighella ficou mais conhecido na história política do Brasil como o inimigo número um da ditadura civil-militar. Porém, o tempo de sua militância a partir do período no qual as condições políticas lhe permitiram uma participação legal, é pouco abordado pela historiografia. Faz-se oportuno evidenciar que tomamos por objeto a militância dessa liderança comunista, não por este ser uma autoridade entre seus pares, mas para, dentre outras coisas, compreendermos as circunstâncias que o constituíram assim e que o fizeram, de fato, um mito dentro de uma cultura política em específico no Brasil: a cultura política comunista.

Questionamo-nos: Como aspectos da cultura política dos comunistas foram difundidos a partir da atuação de Carlos Marighella? Neste sentido, nossa intenção é de analisar os valores, as motivações, paixões, projetos políticos, enfim, um conjunto de aspectos engendrados por essa cultura política. Tendo como ponto de partida a atuação de Marighella, pretende-se reconstituir os passos daqueles sujeitos que estavam dispostos a doar sua vida pelo partido ou pela causa, no período de 1945 a 1956. Cabe ressaltar que os estudos sobre o comunismo na perspectiva da cultura política ainda são recentes na historiografia. Logo, o trabalho pode avançar na discussão sobre o fenômeno do comunismo enquanto categoria da cultura política, bem como lançar um novo olhar sobre a trajetória política de um de seus principais expoentes. Como metodologia, utilizam-se os aportes teóricos da nova história política com ênfase no estudo das culturas políticas. No que toca às fontes utilizadas nesta pesquisa, essas constituem-se de alguns dos discursos e pronunciamentos efetuados por Marighella nos debates proferidos na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e também nos impressos, como algumas edições da Revista Problemas, periódico que circulou entre os anos de 1947 a 1956 e que inicialmente esteve sob a direção de Marighella. Por meio dessa pesquisa, pode-se perceber ao menos de modo parcial, que certos valores e ideologias comunistas foram difundidos em diferentes veículos da cultura impressa como no periódico Problemas, e, conseqüentemente, que através da atuação parlamentar de Carlos Marighella, eles foram disseminados também dentro do Palácio Tiradentes.

Memória e Poder: Severino e a Construção de um Capital Político em São Francisco/MG – 1970-2002

Almir Ferreira Soares
almir.fsoares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Clientelismo e Mandonismo, Imprensa, Poder Simbólico, Carisma.

Este trabalho tem por finalidade apresentar o processo de construção do capital político exercido por Severino Gonçalves da Silva em São Francisco - MG, entre os anos de 1970 a 2002. A discussão foi empreendida a partir da análise dos recursos utilizados pelo político para manter-se no poder e os efeitos dessas ações na configuração de um imaginário político e na construção de uma cultura política. Como metodologia foi utilizada a história oral e a análise de fontes escritas como jornais e livros memorialísticos e imagéticas, como fotografias. Os dados observados indicaram que as estratégias utilizadas pelo político neste período configuram uma expressiva aceitação da sociedade, por ele se apresentar como o defensor dos mais humildes que

traria o desenvolvimento para a cidade de São Francisco. Sendo uma figura carismática e tendo um desenvoltura para a função pública, conforme descrito em meados da década de 1970 nos meios políticos como a liderança mais promissora que São Francisco conheceria. Valendo-se de práticas clientelistas e mandonistas ampliou sua influência e aceitação na sociedade uma vez que a mesma crescia demograficamente e a criação de cargos e um aparato administrativo eram estratégias para a consolidação do poder político na esfera local. Consequentemente verificou-se a construção de um capital simbólico o qual configurou na construção de uma memória, principalmente entre os extratos sociais mais carentes como o construtor de São Francisco.

A cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima: as ideias do senador intelectual Eduardo Suplicy (1990-2006)

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz
glaubereduardoribeirocruz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual, Programa de Garantia de Renda Mínima, Eduardo Suplicy.

A luta no Parlamento nacional por parte do senador Eduardo Suplicy teve dois temas norteadores da ação política: a cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima. Sua dedicação a temática se desenvolveu na atuação parlamentar por meio dos discursos – encontrados no Diário do Senado Federal – e na publicação de livros que podem ser considerados sínteses das suas reflexões políticas: Da distribuição de renda e dos direitos à cidadania, Programa de Garantia de Renda Mínima, Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento e Renda de Cidadania: a saída é pela porta. Assim, o texto pretende analisar a concomitância entre o amadurecimento das ideias políticas, no parlamento, por meio dos discursos e a publicação de livros, numa ação intelectual, para defesa das práticas cidadãs. Conceber o senador Suplicy como um intelectual significa crer que ele busca intervir na realidade com a intenção de alterá-la, por meio do engajamento político em defesa de princípios universais e de valores progressistas, atribuindo a capacidade de esclarecer aos sujeitos oprimidos a sua tarefa de restituir um sentido às suas histórias e posicionar-se em sua causa, no combate a razão de Estado e na defesa da verdade da qual se considera depositário. Os autores Norberto Bobbio (1997) Edward Said (2005) Helenice Rodrigues (2005) e Jean François Sirinelli (1996) nos ajudam a pensar e refletir sobre a atuação do intelectual na sociedade. A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira e a discussão em torno de temáticas voltadas para a solução dos problemas sociais do país no fim do século XX ultrapassam as editoras, as revistas e os

jornais, avançando para o Parlamento na defesa de propostas políticas e de ideais sociais para a implantação de leis que efetivamente possam alterar a realidade do país, no caso específica, a garantia de uma renda mínima para todo cidadão brasileiro.

Intelectuais de extrema-direita e negacionismo do Holocausto: o caso do Institute for Historical Review

Luiz Paulo de Araújo Magalhães
luizpmagalhaesufrrj@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Extrema-direita-, Negacionismo, Intelectuais.

O Institute for Historical Review (IHR) é uma organização da extrema-direita estadunidense especializada na produção e na divulgação de narrativas que negam que o processo de extermínio de judeus tenha sido planejado e executado pelos nazistas durante o III Reich. Durante certo período e em determinadas circunstâncias, intelectuais ligados à extrema-direita e a outros campos políticos que fazem uso instrumental dessas narrativas estiveram reunidos em torno do IHR. A historiografia que trata do negacionismo enquanto movimento político que produz narrativas falsas sobre um tempo passado falso afim de tentar reabilitar a imagem do nazismo e tornar viáveis os projetos políticos da extrema-direita no presente ainda não investigou sistematicamente as relações que se desenvolveram entre os agentes desse movimento. Meu objetivo com este trabalho é do descrever e explicar como um conjunto de produtores e divulgadores de materiais negacionistas se relacionaram em torno dessa instituição particular do movimento entre 1978 e 2002. Para fazer isso eu trato de amostragens retiradas de três séries de fontes, sendo duas nativas (o periódico *Journal for Historical Review* e materiais relativos às IHR International Conventions) e uma de organizações semelhantes. Com isso eu quero sugerir que, durante o período em questão, o IHR se tornou um espaço de sociabilidade da extrema-direita com ramificações internacionais, onde projetos e práticas políticas eram socializadas.

A metáfora orgânica na teoria da história urbana de Lewis Mumford

Ludmilla Magalhães Bueno
bueno.ludmilla@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora, História, Renewal, Teoria, História, Mumford, of, Lewis, Urbana, Orgânica, Life, da.

Lewis Mumford foi um importante teórico sobre as cidades no século XX: escreveu mais de 20 livros e diversos artigos voltados para a temática da arquitetura, urbanização, artes, literatura, história e tecnologia, além de ser extremamente atuante no cenário público norte-americano como jornalista, integrante de comissões de educação e urbanização. Suas colunas “The Skyline” (sobre arquitetura) e “Art Galleries” (sobre arte) no *The New Yorker* foram as mais importantes em sua carreira, e o autor manteve-se como escritor destas até a década de 1960. Inspirado nas garden cities, Lewis Mumford foi um dos membros da Regional Planning Association of America, associação de arquitetos, urbanistas e escritores que desenvolveu a teoria do planejamento regional. Durante a década de 1930 o autor se engajou no debate público sobre a necessidade de intervenção dos Estados Unidos na II Guerra Mundial e no combate ao fascismo. No pós-guerra manteve-se grande crítico da Guerra Fria, especialmente em relação ao perigo nuclear e à alienação estabelecida entre homem e tecnologia. Entendeu o desenvolvimento das cidades como células orgânicas e propôs a ideia de humanizar as cidades e a sociedade, na busca de reintegrar o indivíduo à comunidade, inspirando posteriormente grande número de trabalhos sobre questões urbanas e ecológicas.

Este trabalho pretende investigar a metáfora orgânica na concepção sobre as cidades e sobre o tempo histórico proposta pelo autor, com o foco nos livros *The City in History* (1961) e *The Culture of Cities* (1938), seus dois principais trabalhos sobre cidade. Além disto, para o melhor entendimento de sua concepção orgânica, será imprescindível a análise do conjunto de textos reunidos em *The Renewal of Life*, uma trilogia na qual propôs a analisar uma síntese da história humana baseada na tríade das funções biológicas desenvolvida por Patrick Geddes – a tecnologia (*Technics and Civilization*, 1934), a cidade (o já citado *The Culture of Cities*, 1938) e a personalidade humana (*The Condition of Man*, 1944). A sequência também contou com um quarto livro, *The Conduct of Life*, de 1951, destinado a ser uma conclusão da série. Pretendo apresentar como imerso no debate intelectual público do entre-guerras, Mumford subverte a argumentação de cunho fascista desenvolvida nas concepções orgânicas sobre o entendimento da história e do urbanismo, especialmente na Alemanha com autores como Spengler, em prol de uma perspectiva libertária.

Escrita feminina no Iluminismo francês: trajetórias, contribuições e desafios

Renata Lopes Marinho
marinho.lrenata@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Iluminismo, Produção impressa, Mulheres letradas.

A historiografia acerca do Iluminismo encontra-se constantemente em renovação e movimento, especificamente no caso francês a percepção sobre as conexões letradas e relações entre os sujeitos estão galgando espaços e objetivos surpreendentes no meio acadêmico. Pensando pela perspectiva da cultura escrita e a forma como trajetórias intelectuais e individuais podem interagir nesse campo, o presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão acerca do papel feminino no meio letrado francês e a forma como produções literárias escritas por mulheres podem dialogar – ou não – com a representação feminina naquela sociedade. Assim, fundamentando-se em pressupostos teóricos dentro do espectro da história social, cultural e intelectual, pretende-se com o trabalho problematizar as experiências desses sujeitos individualmente e em grupo, visando delinear uma narrativa que respeite o lugar de fala do feminino.

Segundo Norbert Elias o que somos capazes de ver ao observar a história são os indivíduos, não a sociedade propriamente. Sob tal prisma, não nos basta analisar o contexto histórico com base somente nos estudos das estruturas, compreender a dinâmica iluminista é rastrear seus indivíduos e a forma como suas relações, sensibilidades, trajetórias e historicidades funcionam e se manifestam. Dentro dessa mesma prerrogativa, negligenciar ou desconsiderar a parcela feminina é produzir uma inadequação da história, afinal seria como se ela estivesse incompleta ou desequilibrada com a verdade. Assim, a partir do reconhecimento de que as mulheres possuem papel ativo na história e projetando uma aproximação entre diferentes campos teóricos e metodológicos que promovam a investigação da produção feminina durante o Iluminismo francês, pretendemos buscar padrões, distinções, rupturas e continuidades, marcadores sociais, políticos e/ou possíveis redes de sociabilidades que apontem a trajetória individual e intelectual de mulheres no século XVIII. Portanto, através do recurso da História das Mulheres, pretendemos traçar uma investigação acerca da relevância e participação feminina, tendo como foco de observação mulheres intelectuais e integrantes do meio letrado daquela sociedade. Nosso intuito consiste em cruzar suas produções impressas e suas experiências individuais para testar as possibilidades femininas naquele período e a forma como esse letramento feminino podia ser influenciado no meio e em outras mulheres que estivessem fora desse grupo.

História do direito ao sufrágio feminino na Argentina e no Brasil: estudo dos discursos políticos e dos seus paradoxos atinentes às lutas feministas

Adriana do Carmo Figueiredo
dricafigueiredo@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Peronismo, Sufrágio feminino, Discursos.

Esta pesquisa tem como proposta analisar a conquista do sufrágio feminino na Argentina, em 1947, e também no Brasil, em 1932, tendo em vista aspectos históricos e jurídicos relativos às realidades específicas desses países, bem como os discursos políticos que emergiram nessas épocas. Dessa forma, serão examinados o contexto político, marcado pelo protagonismo do general Juan Domingo Perón, alguns fragmentos dos discursos de Eva Perón que surgiram nas mídias da época e, por fim, as atuações de alguns dos movimentos feministas brasileiros e argentinos que deixaram as suas marcas no imaginário internacional do feminismo que se emergia no início do século XX. O referencial teórico deste estudo apresenta como ponto de partida o artigo “Peronismo y Sufragio Femenino: La Ley Electoral de 1947”, de autoria de Susana Bianchi (1986), e o livro Igualdade de Gênero e Ações Afirmativas – desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição Federal de 1988, de Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci (2012). Importante destacar que esta pesquisa se alicerça metodologicamente nas teorias da Análise do Discurso francesa, especialmente, com as abordagens da Semiologia de Patrick Charaudeau (2015), em que serão discutidas as interfaces entre História, Linguagem, imaginários sociodiscursivos e identidade, buscando articulações entre memória e suas sensibilidades relativas aos discursos que marcaram os movimentos feministas nos países em estudo. Como resultado, pretende-se discutir que o peronismo parece se destacar como um fenômeno político que favoreceu o sufrágio feminino como estratégia ou manobra política para o alcance de seus próprios fins. Isso se explica porque Eva Perón apoiou a perspectiva da mulher como companheira do homem, enquanto promovia sua incorporação na vida pública e impulsionava o voto feminino “para colaborar activamente con nuestro líder, el Gran Perón”, (LA PRENSA, 1947). Ao que parece ser, houve uma enérgica reação dos grupos opositores, especialmente, nas associações das feministas socialistas e liberais, que denunciaram essa estratégia de instalação do voto por um caminho estritamente legislativo. No Brasil, por sua vez, a discussão gira em torno da conquista do voto feminino que não teve uma figura emblemática

como a de Eva Perón, na liderança do movimento sufragista, mas, sim, uma congregação de mulheres, professoras e intelectuais que movimentaram as bases das lutas pela cidadania.

Os periódicos alternativos feministas como ferramenta política: articulação e sociabilidade intelectual

Mariane Ambrósio Costa
mariane.ambrosioc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Sociabilidade, Periódicos.

O presente trabalho busca analisar a imprensa alternativa feminista enquanto ferramenta política de protagonismo e reivindicação de direitos das mulheres no Brasil, com o ápice de sua produção a partir de 1964, com o advento do golpe militar. A literatura reconhece cerca de 75 periódicos feitos por e para mulheres entre as décadas de 1970 e 1980, o que demonstra uma dupla função dos mesmos: por um lado, representam uma alternativa à imprensa tradicional voltada para mulheres, historicamente definida como um espaço de divulgação de assuntos "femininos", tais como relacionamentos, decoração e novelas, por exemplo. Por outro, representavam um espaço de sociabilidade, no qual mulheres intelectuais encontravam espaço para trazer a tona demandas políticas específicas, tais como questões de contracepção, políticas públicas para mulheres, representação política, sexualidade, entre outros. Desta forma, compreendemos os espaços dos periódicos feministas como um microcosmo social que favorece a germinação de formas de pensamento comuns, geralmente com fortes conotações políticas, que garante lugar de fala a sujeitos ainda silenciados. Entendendo essas mulheres como intelectuais, produtoras e disseminadoras de conhecimento e fortemente organizadas, analisamos os periódicos com o objetivo de trazer luz a demandas imediatas de uma geração de mulheres reais, que pensavam e problematizavam seu cotidiano, e buscavam levar ao maior número de pessoas - através de seus periódicos - suas questões pessoais e políticas, o que, para o feminismo em voga no período, eram questões idênticas.

Susan Sontag e a dissidência política

Priscila Ribeiro Dorella
priscila.dorella@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Política e Susan Sontag, Intelectuais.

Esta comunicação tem por objetivo discutir alguns aspectos da relação do ativismo político dissidente de Susan Sontag (1933-2004) com o papel intelectual célebre que desempenhou na sociedade norte-americana, durante boa parte do século XX, a partir fundamentalmente da análise de seus ensaios políticos, suas inserções nos meios de comunicação de massa, suas polêmicas públicas e suas redes de sociabilidade. Susan Sontag é considerada uma das escritoras norte-americanas mais importantes do século XX que coadunou à sua produção literária uma constante reflexão sobre as questões políticas do seu tempo. Nasceu em New York, estudou literatura, filosofia e teologia nas Universidades de Berkeley, Chicago, Harvard e Oxford. Foi professora, escritora de romances, ensaios e crônicas com dezenas de traduções, e participou ativamente de produções cinematográficas, teatrais e televisivas em várias partes do mundo, o que lhe propiciou grande visibilidade e reconhecimento. Suas reflexões políticas sobre intelectuais, democracia, Estado, guerra, cultura, feminismo e ciência se articulam no seu pensamento a partir do que considera um compromisso moral com “a liberdade” e “a verdade”, que se desdobrou em uma significativa contribuição à luta pelos direitos humanos. Sem dúvida, ela foi uma intelectual incomum, filmada por Andy Warhol e Wood Allen, fotografada por Annie Leibovitz e Diane Arbus, entrevistada por Nadine Gordimer e Robert Wilson, entre outros. Entendemos que as complexas relações que os intelectuais estabelecem entre suas visões de mundo, suas ideologias, seus ideais e as possíveis concretudes podem levar a almejam uma intensa participação na vida política. Assim, os alcances dos patamares políticos destes ideais podem ser notados nas expressões do pensamento, como por exemplo, nas publicações de ensaios e participações em entrevistas.

O pensamento histórico e político em *A dedication to Sir Philip Sidney* (c.1610-1614) de Fulke Greville

Bruna Braga Fontes
bruna.fontes@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Moderna, História Política, História das Ideias, História Inglesa.

O presente estudo visa, sobretudo, analisar o pensamento histórico e político existente na obra *A dedication to sir Phillip Sidney*, de Fulke Greville, escrita entre 1610 e 1614, mas apenas publicada em 1654, cujo autor teve uma vida ligada ao mundo da prática política da Grã-Bretanha na primeira metade do século XVII. O livro *A dedication* possui, no geral, três temas centrais: a

história da vida de Sir Philip Sidney, uma história do reinado de Elizabeth e uma introdução a algumas das obras de Greville. Autor não apenas de escritos históricos, mas também de textos literários, Greville tem despertado interesse sobretudo em estudiosos da literatura, mas bem pouco na área da História, área na qual se fundamenta o presente estudo. Pese o seu livro conter dados e informações relevantes para se compreender o universo da política da Inglaterra seiscentista, assim como do mundo das ideias e das práticas do poder aos quais Greville estivera ligado, pouco ou quase nada se tem investigado sobre a sua obra de caráter mais histórico. Por isso, o nosso objetivo é tentar compreender os motivos que o levaram a escrever o mencionado livro, projetando a vida de Phillip Sidney no mesmo espaço literário no qual desenvolve uma história do reinado da rainha Elizabeth, assim como perceber as devidas motivações políticas para tais relações históricas. Trata-se de um estudo na área da História das Ideias e, por isso mesmo, também se levará em consideração a relação do autor com obras coevas que o influenciaram, sobretudo os autores cujos escritos estiveram voltados para o universo da Política, marca referencial para se compreender o século XVII, conhecido como a centúria da grande crise.

Thomas Edwards (1599-1647): apontamentos sobre uma História Intelectual antes da Autoria

Patrícia Moreira Nogueira
patricia.moreiranogueira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Guerra, Século, Primeira, História, Leitura, Autoria, XVII, Inglesa, Civil, da.

No decurso de minha pesquisa de mestrado tenho trabalhado com uma obra intitulada "Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time", publicada por Thomas Edwards em 1646, no contexto da Primeira Guerra Civil Inglesa. Debates sobre a produção de tais escritos e sobre o autor da publicação tem sido centrais para este trabalho, no entanto, ao tratar de um objeto referente ao século XVII foi preciso ter em mente as particularidades dos protocolos de escrita e leitura daquele período e, nesse sentido, falar em intelectualidade e autoria se tornou um problema mais amplo. Nesta apresentação, me proponho a discutir tal problemática a partir dos debates acerca da História Intelectual pensada em um período anterior às noções de intelectualidade ou propriamente, autoria, como entendidas nos dias atuais. Interessa, sobretudo,

atentar para as possibilidades metodológicas e analíticas disponíveis no escopo da História Intelectual, articulada a uma História da Leitura e aos debates sobre a autoria, a fim de refletir, por fim, como (e se) Thomas Edwards e sua obra "Gangraena" podem ser compreendidos dentro dessa abordagem historiográfica.

ST 08 - História do Esporte e das Práticas Corporais

Raphael Rajão Ribeiro

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais / Fundação Municipal de Cultura

raprajao@gmail.com

Marcus Vinícius Costa Lage

Mestre em Ciências Sociais / Doutorando em História

PUC Minas / UFMG

mvclage@gmail.com

Thiago Carlos Costa

Mestre em Estudos Literários

UFMG

thiagoc_costa@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio

O objetivo deste simpósio temático é promover a troca de ideias e experiências de pesquisa que têm o esporte e as práticas corporais como objeto de investigação. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a História do Esporte e das Práticas Corporais vem se consolidando no âmbito do campo acadêmico da História. A complexidade do campo esportivo e a aderência da população global despertaram o interesse de pesquisadores que vislumbram em tais fenômenos a possibilidade de ampliar a compreensão de contextos sociais complexos. Hoje, o tema encontra-se disseminado em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Letras, Educação Física e História. Destaca-se, sobretudo na última década, a criação de grupos de estudo e laboratórios em universidades de São Paulo, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que potencializou a publicação de livros, capítulos e artigos em periódicos. Nesse percurso, é fundamental a troca de experiências, debates e o compartilhamento de pontos de vista teóricos, metodológicos e epistemológicos entre os pesquisadores. Nos encontros nacionais e regionais de História, os simpósios dedicados ao tema estão estabelecidos desde o início dos anos 2000. Nessa medida, este Simpósio Temático busca congrega os pesquisadores interessados no esporte e nas diferentes práticas corporais

institucionalizadas: dança, educação física, ginástica, atividades físicas “alternativas” (antiginástica, eutonia, ioga etc.), alguns fenômenos análogos de períodos anteriores à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um grande número de manifestações lúdicas de longa existência), entre outras (como, por exemplo, a capoeira). Estudos do lazer também serão contemplados, especialmente em suas articulações com os usos do corpo. Trabalha-se, assim, com a perspectiva de utilizar o esporte e as práticas corporais como uma chave para compreender, interpretar e/ou explicar cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, sobretudo dos séculos XIX e XX.

Comunicações

A política do calendário futebolístico belo-horizontino (1908-1959)

Marcus Vinícius Costa Lage
mvclage@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: calendário, Futebol, política.

Criticar o calendário de jogos dos clubes de futebol profissional é quase uma regra no Brasil. A ambição da televisão, dos patrocinadores e dos dirigentes esportivos costuma ser uma das principais explicações encontrada por especialistas e apaixonados do “mundo da bola” para o pretenso “atraso” do calendário futebolístico nacional, implicando, dentre outros aspectos, na defasagem de atividades entre os clubes de elite e os de menor expressividade midiática e na manutenção de campeonatos deficitários. Independente dos contornos assumidos por essa discussão ao longo dos anos, ela evidencia que a definição da periodicidade, do local de realização, dos participantes e da intitulação das competições envolve, por excelência, interesses de diversos atores sociais, constituindo-se, assim, em uma decisão política do futebol. Na presente comunicação analiso, especificamente, as séries estatísticas de jogos do Palestra Itália/Cruzeiro e do Atlético Mineiro antes da criação de uma competição nacional regular, a Taça Brasil, de 1959, como amostra do calendário futebolístico belo-horizontino desse período. Através dos dados consultados constata-se a existência de três tipos de jogos de futebol: os oficiais, promovidos pelas entidades agenciadoras do futebol local filiadas à Confederação Brasileira de Desportos (CBD); os dissidentes, promovidos por entidades agenciadoras do futebol local não reconhecidas pela CBD; e os amistosos, que envolviam ou não, premiações, regularidade e intitulações. Ao menos até o ano de 1941, quando o Estado Novo varguista

definiu uma estrutura hierarquizada e corporativa de organização do esporte nacional, o campeonato anual reconhecido pela CBD foi marcado pela flexibilidade de datas, participantes e regras, além de ser instável do ponto de vista de sua realização e reconhecimento, registrando litígios entre os clubes e eventuais dissidências. Os amistosos, por sua vez, representam, em sua maioria, a constituição dos circuitos clubísticos de Palestra Itália/Cruzeiro e Atlético Mineiro, evidenciando as transições territoriais dessas agremiações esportivas do local para o estadual, ensejando suas projeções nacionais e mesmo internacional.

O Estado Novo e o futebol: O Campeonato Brasileiro de Seleções e a Integração Nacional

Diogo Pimenta Pereira Leite
diogopimenta17@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Estado-Novo, Campeonato Brasileiro de Seleções.

Este artigo pretende refletir sobre algumas das correntes da historiografia do futebol sobre o tema da centralização da gestão esportiva associando-o a organização do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, que embora já existisse, a partir do período do Estado Novo, passa a ter um aumento de importância por representar em sua disputa uma suposta unidade nacional almejada pelo regime. Nesse sentido, é essencial debater questões anteriores como o dissídio esportivo que acabou por demonstrar as cisões em torno do controle do campo esportivo nacional, e a participação de indivíduos como Luís Aranha e João Lyra Filho nos cargos de comando da Confederação Brasileira de Desportos em uma atuação de mediadores das disputas políticas em um momento onde o profissionalismo no futebol passava a ser uma realidade. Utilizando os debates propostos pelos pesquisadores Mauricio Drummond (2014), Eduardo Sarmiento (2006) Denaldo Alchorne de Souza (2008) pretendo problematizar a centralização política dos esportes em uma perspectiva da relevância do fator financeiro para as federações esportivas, e como que este projeto em si priorizava a concentração das rendas na região do Sudeste em contraposição as outras áreas do país. Pegando o caso da participação do Estado de Pernambuco no Campeonato Brasileiro de Seleções de 1942 através do periódico Diário de Pernambuco, tem-se como objetivo perceber como que a organização do torneio, assim como a distribuição dos prêmios, ajudava a manter as estruturas desiguais entre as federações mais distantes do centro ao mesmo tempo que enriquecia a Confederação Brasileira de Desportos. Com isso, a participação de intelectuais na idealização de um projeto ideológico

muitas das vezes em conflito com questões econômicas que passam a fazer parte da realidade esportiva- especialmente no futebol-, associada ao aumento das rendas em disputa pelas diversas federações estaduais e seus respectivos clubes, demonstravam as várias correntes políticas que permaneciam tentando se legitimar territorialmente como parte do todo comum que se almejava representar a gestão esportiva nacional pelo projeto estadonovista.

Futebol, Identidade e Nação no periódico paulista "Mundo Esportivo"

Vinicius Garzon Tonet
vgtonet@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: nação, Futebol, identidade nacional.

Pretende-se investigar de que modo o periódico "Mundo Esportivo" participou de embates que diziam respeito à identificação entre a seleção nacional de futebol e a própria nação brasileira, durante os anos de 1945 a 1951, tendo como eventos essenciais para o desenrolar desta produção discursiva a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, e a derrota da Seleção na partida final do torneio. Buscaremos analisar como o jornal urdiu imagens sobre a nação e sobre o estado de São Paulo. Interessa historicizar esses discursos, desnaturalizar as construções que transformam as identidades em essências a-históricas e evidenciar as disputas em torno das diferentes concepções de nação e como elas podem estar conformadas por imaginários regionalizados.

“BH, a capital do século”: o futebol como comemoração do centenário da cidade (1997)

Gabriel Schunk Pereira
gabrielschunk@hotmail.com

Davi Leonardo Mota
davileomota@hotmail.com

Karina Fonseca Soares Rezende
kaa.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Copa Centenário, Futebol, Belo Horizonte.

Belo Horizonte, desde de sua projeção, foi idealizada para servir de exemplo e afirmação do novo no mundo moderno no qual queria se impor. O centenário da cidade foi um momento

de reflexão acerca do que caracterizava a capital, já importante na conjuntura econômica do país. A Prefeitura de Belo Horizonte foi a maior empreendedora de ações comemorativas no ano de 1997. O simbolismo da chegada de Belo Horizonte aos seus 100 anos foi amplamente divulgado desde o mandato de Patrus Ananias (1992-1996), evidente na criação do conceito “BH: Capital do Século”. Sob um discurso de incentivo à participação popular e a promoção de uma pedagogia sobre a cidade a partir desse marco simbólico, diversos eventos culturais, educacionais e esportivos, dentre outros, foram executados com o objetivo de internacionalização da primeira cidade projetada do Brasil. A publicização das festividades teve como canal fundamental a mídia, com ênfase para os jornais impressos locais. O centenário trazia consigo a reflexão sobre os projetos e expectativas que haviam se concretizado, assim como as irrealizações dentro desse espaço partilhado.

Na intenção de aproximar as comemorações da população belorizontina, a prefeitura utilizou de um dos elementos significativos da vida dos habitantes da capital mineira - o futebol. Este esporte está bastante relacionado à identidade cultural do povo brasileiro e tem uma grande capacidade de aglutinação de indivíduos em torno de um evento. Para além dos gramados, o futebol é capaz de mobilizar discussões de questões raciais, sociais e de gênero. Contando com três times de influência no futebol nacional, Belo Horizonte integrava um dos pólos do esporte no Brasil. Ambicionando mais do que ser uma cidade de referência no país, os organizadores das comemorações centenárias visavam internacionalizar o nome e a imagem da cidade. A Copa Centenário foi um dos meios suscitados de provocar essa expansão, com o convite de clubes de futebol do exterior para partidas com equipes de destaque do futebol nacional. Atraindo Milan, Benfica e Olímpia, além de Flamengo e Corinthians, o torneio foi realizado em agosto de 1997 com as equipes de Atlético-MG, Cruzeiro e América-MG da capital mineira.

No simpósio temático, nos propomos a discutir a importância dessa prática esportiva como um dos fundamentadores da identidade nacional e a importância de eventos esportivos celebrativos na formação do imaginário social de uma comunidade.

A CIDADE PROJETADA E SEUS NOVOS HÁBITOS: O LAZER BELLO-HORIZONTINO NA REVISTA SEMANA ILLUSTRADA (1927)

Andreza Gonzalez Rodrigues Mota
dezza_rodrigues@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Lazer, Revista Semana Illustrada.

Objetivamos apresentar neste artigo a divulgação de práticas lazer em Belo Horizonte, tendo a Revista Semana Ilustrada como fonte e objeto, privilegiando as publicações de 1927. O acervo consultado é o da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa (Belo Horizonte, MG). A presença da imprensa ilustrada na vida cotidiana brasileira esteve muito presente no séc. XIX, e mesmo de vida efêmera, fomentou novidades e a continuidade dos modos modernos de viver, o que inclui as práticas de lazer (FIGUEIREDO, 2015). De caráter noticiário, artístico e literário, envolta de humor e crítica social, a Semana Ilustrada é considerada, até então, a única revista semanal editada e uma das raras que seguiu certa regularidade em Belo Horizonte (LINHARES, 1995). Dentre as práticas de lazer que eram comumente divulgadas em suas páginas, identificamos o espaço público, nos parques, praças e ruas, em que era possível a vivência de um dos principais divertimentos da época, os esportes, como o football, hans-ball, box e tennis, além da presença do footing. Também o associativismo e a frequência em locais privados, o que denotava fluência nos modos modernos que se almejava para a então capital do Estado; a dizer dos teatros, cinemas, bares e clubs. Por fim, como considerações parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG, os lazeres belo-horizontinos aparecem como reflexos de uma cidade que se esforçava em seguir o viés da civilidade, em que se queria constituir como “desenvolvida e avançada”, construída no anseio dos padrões da modernidade e equiparação com os grandes centros urbanos mundiais. Consideramos um diferencial nesta pesquisa o fato de termos uma revista ilustrada como foco, pois, apesar da utilização da imprensa escrita ser recorrente na historiografia do lazer, em muitas narrativas privilegia-se majoritariamente o uso de jornais, de forma subdimensionada na pesquisa.

Um panorama das revistas de surfe brasileiras no último quartel do século XX

Rafael Fortes Soares
raffortes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: história do esporte, juventude, mídia, Imprensa, Periódicos.

O trabalho tem como objetivo apresentar os achados de um levantamento relativo à história das revistas de surfe no Brasil. Para tanto, utiliza as próprias publicações, documentação

disponível na internet, produtos audiovisuais (como o documentário Brasil Surf Doc e séries exibidas em canais de televisão por assinatura) e livros. O marco inicial é 1975, ano de lançamento da revista Brasil Surf, com sede no Rio de Janeiro. No período que compreende a segunda metade dos anos 1980 e a primeira da década seguinte, verifica-se um maior número de títulos, alguns com circulação nacional, outros com distribuição menos abrangente. O fenômeno é, simultaneamente, causa e consequência da expansão da prática e do mercado do surfe no país e no exterior. Além disso, pode ser inserido num contexto mais amplo de visibilidade da modalidade em meios de comunicação: televisão (filmes, seriados, novelas, programas especializados e/ou esportivos), cinema, rádio e jornais. Na virada do século, algumas publicações lançam sites na internet e passam, também, a concorrer com veículos exclusivamente virtuais. Durante o recorte estabelecido, observa-se grande variação na duração das iniciativas. Alguns títulos persistiram por mais de uma década, ao passo que outros se limitaram a poucas edições – ou, até mesmo, uma única. A maioria se situava no eixo Rio-São Paulo, mas houve também publicações em estados litorâneos como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O trabalho traz ainda observações a respeito do conteúdo de algumas das publicações, o qual, em geral, privilegia as viagens de surfe e a cobertura de competições.

A torcida e o jogo: Técnicas sônicas para aceleração e desaceleração de partidas do Clube Atlético Mineiro

Pedro Silva Marra
pedromarra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Torcer, Aceleração, Técnicas Sônicas, Desaceleração.

A presente proposta explora as relações temporais da disputa futebolística, buscando evidenciar como o controle da passagem do tempo e das mudanças de andamento da partida tanto por parte dos jogadores quanto da torcida, são elementos constituintes da performance atlética em campo. Durante a disputa, as transformações rítmicas realizadas a partir de eventos e lances do jogo são mediadas pelas sonoridades emitidas pelos torcedores a partir da arquibancada. Assim, gritos, cantos e outros sons e ruídos provenientes da torcida apresentam a potência de transformar o que se realiza em campo. Simetricamente, o momento da partida, uma bola na trave, ou uma falta perigosa, convidam os presentes a vibrar de determinada maneira. Aqui, focaremos especificamente a dinâmica constituída pelo par de opostos

aceleração/desaceleração, a partir da qual a necessidade de rapidez ou lentidão nas ações em campo são traduzidas ou delineadas por sonoridades de andamento maior ou menor, ou por ritmos mais frenéticos ou cadenciados.

Este trabalho apresenta resultados definitivos de uma pesquisa de doutorado que objetiva compreender as sonoridades da partida de futebol na construção do espetáculo futebolístico. Neste contexto, o público aproveita as potencialidades do som em fazer certas coisas, bem como suas características de contágio ou possessão e virais em técnicas sônicas que visam a: a) agregar ou desagregar coletivos sociais de diferentes ordens nas arquibancadas; b) incrementar ou atrapalhar a performance dos jogadores em campo. Assim, a pesquisa parte do pressuposto de que público e jogo constroem-se mutuamente em dinâmicas de afetação mútua em que os corpos dos atores envolvidos – multidões torcedoras, atletas, comissão técnica, arbitragem, etc – sujeitam-se ou resistem às pressões, desejos e ânimos – materializadas em vibrações sonoras – uns dos outros.

A fim de compreender tais processos, a pesquisa acessa gravações de áudio realizadas em trabalho de campo em partidas do Clube Atlético Mineiro, entre 2008 e 2015, no Estádio Independência, em Belo Horizonte, tomadas de duas ou três áreas diferentes da arquibancada. Estes registros são posteriormente sincronizados com a narração de rádio dos eventos do jogo. Tais procedimentos metodológicos nos permitem identificar que eventos da partida se relacionam tanto com o uníssono quanto com a balbúrdia dos torcedores.

As ruínas do Estádio Avanhard e os rastros do futebol em Pripjat como testemunhos da tragédia nuclear de Chernobyl

Thiago Carlos Costa
thiagoc_costa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: WALTER BENJAMIN, CHERNOBYL, MEMÓRIA, futebol, História.

Partindo do conceito de história proposto por Walter Benjamin, quando o mesmo afirma que; “a história é objeto de uma construção cujo o lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras””. Assim, analisar eventos históricos se torna um desafio para o pesquisador, principalmente quando o que chama a atenção; são as ruínas, os rastros e as lacunas que em alguns momentos a escrita da história teima em suprimir. Portanto, neste comunicação proporemos uma reflexão sobre como as ruínas do Estádio Avanhard levam a pensar e pesquisar sobre o futebol em Pripjat, a sua tragédia radiotiva e suas conexões com a sociabilidade local.

CRONISTAS ESPORTIVOS EM CAMPO: LETRAS, IMPRENSA E CULTURA NO JORNAL DOS SPORTS (1950-1958)

André Alexandre Guimarães Couto
guimaraescouto@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Crônicas esportivas, Jornal dos Sports.

O presente trabalho investiu na investigação de um gênero híbrido de narrativa textual, no limite entre o jornalismo esportivo e a literatura: a crônica sobre os esportes. Para tanto, escolhermos uma série de autores/cronistas que atuaram no Jornal dos Sports, ao longo da década de 1950. O objetivo central da pesquisa foi perceber em que medida estes narradores tinham a autonomia suficiente para criar e recriar representações culturais e sociais em torno dos esportes, além de descobrir quais eram estas posições. Apesar de o futebol ter dominado as pautas da imprensa esportiva ao longo de todo o século XX, como os campeonatos regionais, as Copas do Mundo e a Copa Rio, entendemos que outros assuntos foram debatidos por estes cronistas como a cobertura dos Jogos Olímpicos, tudo isso sob a luz da linha editorial deste jornal, que valorizava a prática do denunciamento e a do clubismo, dentre outras.

O JS, como jornal/empresa, conseguira empregar uma quantidade significativa de jornalistas, cronistas, fotógrafos, redatores, funcionários administrativos, trabalhadores de serviços gráficos, dentre outras ocupações do mundo do trabalho das comunicações. Do ponto de vista da criação textual e narrativa, os cronistas se destacavam com uma visão de mundo e sociedade esportivos onde algumas características eram moldadas em favor de uma linha editorial, que por sua vez, não era pétrea e monolítica, tendo em vista que existia uma relação dialógica entre a direção do jornal e a autonomia literária e subjetiva dos autores que por ali trabalhavam. Por meio da análise das nossas fontes, pudemos perceber que tal procedimento era menos contraditório do que se poderia imaginar, pois o processo de autonomização dos cronistas, o que nos aproxima do conceito de campo de Bourdieu, tinha no JS um local apropriado para se manifestar e compor um mosaico de representações sobre os esportes e a organização destes.

Desta forma, poderemos ter uma visão mais ampla e profunda da história da imprensa esportiva, que não passe necessariamente pela exclusiva atuação de um único jornalista, Mário Filho, espécie de mito fundador da comunicação esportiva.

Mais do que um projeto de modernidade na construção de um ideário sobre a vida esportiva brasileira, os cronistas do JS procuravam delinear e exercitar uma forma narrativa

híbrida de construção de representações culturais e sociais sobre o futebol, o torcedor, os clubes e o campo esportivo como um todo.

Um belo legado no horizonte? A politização futebolística no discurso do jornal "Estado de Minas" em tempos de megaeventos esportivos (2013-2014)

Raul de Paiva Oliveira Castro
raulcastro13@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: discurso, Futebol, Cidade, Politização.

Pretendemos discutir a questão da politização dos megaeventos esportivos no Brasil, entendidos sob um contexto ímpar vivenciado recentemente pela nossa República, tratando-se, portanto, de uma história do tempo presente. Para tal, examinamos os discursos político-ideológicos construídos pelo jornal "Estado de Minas" durante a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), simultaneamente enquanto fonte e objeto de pesquisa. Concentramos a nossa análise em Belo Horizonte, visto que, na visão do periódico, essa cidade-sede revelou-se definitivamente para o mundo, seja por intermédio dos impactantes resultados presenciados dentro dos gramados, como também dos significativos acontecimentos extra-campo. Logo, estudar a forma com que a opinião pública foi conformada pelo "grande jornal dos mineiros" (slogan publicitário do EM) mostra-se fundamental na compreensão da retórica do legado. Assim sendo, vale a pena salientar como esses megaeventos esportivos esbarram na questão do direito às cidades, bem como transformam a vida dos habitantes desse meio urbano tanto antes, quanto durante e após a realização dos torneios. Nesse sentido, torna-se fundamental esmiuçar as diversas vertentes explicativas das relações de poder em torno do futebol, tendo em vista a sua imersão no capitalismo contemporâneo, através da notória mercantilização e militarização dos torneios organizados pela FIFA.

Falando francamente: o futebol na visão dos escritores mineiros na década de 1940

Marcelino Rodrigues da Silva
lino-rodrigues@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Brasil, literatura, Intelectuais.

No segundo semestre de 1949, a Folha de Minas Literária (semanário de “letras, ciências e artes” editado pelo importante jornal Folha de Minas) publicava, geralmente em sua última página, a coluna “Falando francamente”, na qual o jornalista Walter Alvares entrevistava personalidades de destaque na vida literária mineira. Num certo momento da entrevista, entre questões sobre os hábitos de escrita e o panorama literário mineiro e nacional, o jornalista lançava repentinamente ao entrevistado a seguinte pergunta: “Gostas de futebol?”; emendando logo em seguida: “Qual o time?”. As entrevistas, como um todo, e as respostas a essas perguntas, dadas por nomes como Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Emílio Moura e João Dornas Filho, oferecem uma oportunidade singular para investigar o modo como o futebol era visto pelos escritores e intelectuais brasileiros daquela época. O que se pretende neste trabalho, portanto, é uma análise preliminar desse material, tendo como pano de fundo as reflexões de Milton Pedrosa, em seu famoso ensaio “O futebol na literatura brasileira” (1967), com vistas com vistas a uma discussão mais ampla sobre as relações entre o esporte, a cultura e a literatura no Brasil.

“¡MIRÁ CÓMO GRITA EL HINCHA!”: O FUTEBOL E A UNIDADE DOS POVOS LATINO-AMERICANOS

Thiago Tadeu Mendes
thiogomendes70@hotmail.com

Pedro Henrique Gonçalves Pereira
pedrohist@hotmail.com

Iago Luan Braga Campos
iago.lbc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Unidade., Torcidas, América Latina, literatura.

O presente artigo tem como objetivo estudar o futebol partindo do pressuposto de que este se coloca como um fenômeno dentro do contexto latino-americano. Nesse sentido, propusemos uma caminhada acerca das situações que possibilitaram sua implantação, com o incentivo da transposição do modelo europeu, na tentativa de modernizar e colocar a América Latina no cenário de destaque mundial. Dentro da consolidação do esporte, serão contempladas as discussões acerca da sua utilização para entorpecer o grande contingente populacional frente às tomadas de decisão dos governantes. No sentido de correlacionar o futebol enquanto meio de promover a unidade dos povos latino-americanos, utilizaremos alguns elementos para comprovar tal inferência, como a literatura, as particularidades e semelhanças entre os torcedores e o ideário

criado no sentido de vislumbrar no esporte uma válvula de escape para atenuar os sofrimentos diários vividos por grande parte da população.

Antologias brasileiras de contos sobre futebol: o local e o global e participação da mulher

Gustavo Cerqueira Guimarães
gustavocguimaraes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: edição, gênero, contos, cultura., Paratexto, literatura, futebol, Antologias.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as dezoito principais antologias de contos sobre futebol em circulação no Brasil, como "Entre as quatro linhas" (2013), organizada por Luiz Ruffato, "Onze em campo" (1986) e "22 contistas em campo" (2006), organizadas por Flávio Moreira da Costa, levando em consideração alguns de seus próprios paratextos, tais como prefácio, sumário, título, referências, nome e notas de autoria, segundo a concepção de Gérard Genette. Assim sendo, realiza-se um inventário de contos futebolísticos, contribuindo para a história da literatura relacionada ao futebol no Brasil. Paralelamente a essa apresentação, apontam-se para duas problematizações importantes relacionadas aos estudos comparatistas e ao mundo futebolístico. Em um primeiro momento, verifica-se a tensão entre o local e o global, promovida pela presença de autores estrangeiros nessas antologias, ao mesmo tempo em que se confere o primeiro grande movimento de intercâmbio de futebolistas entre os países a partir dos anos 1980. Num segundo momento, constata-se a baixíssima quantidade de contos publicados por mulheres em relação aos homens, dentre elas Rachel de Queiroz, Hilda Hilst, Edla van Steen, Edy Lima, Adriana Lisboa e Tatiana Salem Levy, suscitando questões relativas à participação da mulher tanto no futebol quanto no discurso literário que o tematiza. Tais aspectos demonstram como o futebol e a literatura, e sua edição, relacionam-se, dramatizando e refletindo aspectos socioculturais do homem contemporâneo.

Antes do espírito olímpico, o “renascimento físico”

Sérgio Settani Giglio
sergio@fef.unicamp.br

PALAVRAS-CHAVE: Coubertin, movimento olímpico, Amadorismo.

A proposta deste trabalho é discutir como o surgimento do movimento olímpico, liderado pelo Barão de Coubertin, estruturou suas ações iniciais e a partir dela definiu os rumos do esporte mundial. Para isso, sob o debate do “renascimento físico” Coubertin pretendia reconhecer os interesses que o esporte havia atendido, fosse o de caráter militar ou higiênico, mas que era o momento para transcender essas duas perspectivas e defender que as pessoas poderiam praticar o esporte de modo desinteressado. Embora será uma proposta de Coubertin, naquele momento, não estava claro a quem se destinava a prática desse esporte desinteressado. No entanto, pode-se afirmar a sua defesa do esporte como modo desinteressado não era uma ação inocente. A partir dessa ideia conseguiu estruturar os alicerces do movimento olímpico, sustentado pelos Congressos do Comitê Olímpico Internacional (COI), em que teve como mote inicial a busca pela definição de amador. O debate em torno da definição de amador tinha por finalidade estabelecer quem poderia estar apto para ser um esportista. Portanto, este trabalho apresentará as primeiras definições de amadorismo que foram propostas pelo COI e como alguns esportes possuíam um capital simbólico que os colocavam como participantes centrais das definições.

Portanto, a busca pela definição de amadorismo era o mote central do restabelecimento dos Jogos Olímpicos. Cientes de que as primeiras definições poderiam conter imprecisões, ser superficiais ou inadequadas e como forma de amenizar essas questões resolveram consultar três grandes federações daquele momento: a Associação Amadora de Atletismo (Amateur Athletic Association), a União Nacional dos Ciclistas (National Cyclist`s Union) e a Associação Amadora de Remo (Amateur Rowing Association). A justificativa para tal escolha se dava pela amplitude de atuação de tais federações. Nesse sentido, a de Atletismo era destacada pelo controle que detinha em relação às demais entidades de atletismo, inclusive fora da Inglaterra; a de Ciclismo pelo seu pioneirismo para a modalidade apesar das disputas internas que envolviam seus diretores; e a de Remo por ser rigorosa em relação ao amadorismo e que tende, principalmente, a conservar o remo que está na Inglaterra, um esporte aristocrático por excelência e pelo seu caráter social. As fontes consultadas para a construção desse trabalho foram os Boletins Olímpicos do COI.

Rúgbi na República Velha: cenário e perspectivas de estudo

Thiago Kater Pinto
thiagokater@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: República Velha, Esporte, História do Rúgbi.

Regulado pela primeira vez em 1845, na Escola de Rugby (Rugby School), na Inglaterra, o rúgbi tem seu desenvolvimento intimamente ligado à Inglaterra da Revolução Industrial, ao “processo civilizador”, como teorizado por Norbert Elias, e ao contexto da pedagogia inglesa do século XIX, como defendem Eric Dunning e Kenneth Sheard debruçando-se sobre os esportes no século XIX inglês.

No Brasil, o rúgbi tem longo histórico de prática, ainda que tímida. A expansão recente do rúgbi no país aliada à reintrodução do esporte nos Jogos Olímpicos, fazendo sua reestrea nos jogos do Rio de Janeiro em 2016, levaram à sua “descoberta” pela grande mídia, alimentando a falsa impressão de que o rúgbi é uma prática nova no Brasil ou exótica, de passado obscuro. A ideia de um esporte sem memória é incondizente com o passado ainda não devidamente sistematizado de uma prática antiga no Brasil.

Este trabalho a ser apresentado é fruto das impressões preliminares do trabalho de mestrado em andamento, que se propôs a realizar um primeiro estudo sistemático e crítico acerca da introdução e difusão inicial do rúgbi em São Paulo, dialogando com os estudos sobre os processos análogos relativos ao futebol. Trata-se do questionamento norteador do porquê da ampla difusão da prática do futebol no Brasil, em oposição a outras práticas esportivas coletivas introduzidas no mesmo contexto, tomando por foco o rúgbi, cuja origem britânica e período de introdução no país estão intimamente conectados ao futebol.

A vasta literatura nos campos da História Social, da Sociologia e da Antropologia acerca da introdução do futebol em São Paulo, sua difusão, popularização, profissionalização e apropriação cultural processadas entre a última década do século XIX e os anos 1930, por exemplo, contrastam com a ausência de pesquisas acerca do rúgbi no mesmo período, mas oferecem uma gama de reflexões e análises para nortear trabalhos que se voltem para o rúgbi.

Temporalmente, o período selecionado vai dos anos 1890 – a partir da instauração da República no Brasil e dos primeiros documentos identificados que atestam a prática do rúgbi no Brasil – a 1933 – data que coincide com a oficialização do profissionalismo no futebol brasileiro e com mudanças políticas significativas no Brasil, com o fim da Primeira República.

O FEMININO NOS ANOS INICIAIS DO FUTEBOL NO BRASIL: UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA (1920-1941)

Kelen Katia Prates Silva
kelenkatia@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, Futebol, Feminino.

O trabalho tem por objetivo analisar a história das mulheres e suas limitações sobre a participação feminina nos anos iniciais do futebol no Brasil, mais especificamente, entre os anos 1920 e 1941. Neste estudo o futebol é abordado como uma metáfora da sociedade brasileira do início do século XX problematizando as discussões de gênero por meio das restrições da prática esportiva. A falácia sobre a prática do futebol por mulheres era justificada pela preocupação com os danos que este esporte poderia causar ao ‘sexo frágil’, especialmente as suas funções reprodutivas. Neste debate foram incorporadas as questões do corpo feminino, como o de que as mulheres não eram biologicamente preparadas para a prática de um esporte de intenso contato corporal e com tamanha exigência de força e agilidade. As observações preliminares indicam que os discursos que legitimaram a proibição da prática esportiva por mulheres, entre elas o futebol, se voltaram para os ‘limites do corpo feminino’ estabelecidos no contexto histórico-cultural do século XX. Nesse sentido, a prática esportiva materializou os papéis para homens e para mulheres no período analisado.

A EXPERIÊNCIA DO CEMEL NA PRESERVAÇÃO, PESQUISA E COMUNICAÇÃO DAS MEMÓRIAS DO ESPORTE E DO LAZER DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Cláudia Maria Calhau Teixeira Rocha
claudia.calhau@pbh.gov.br

Rita Márcia de Oliveira
rita.marcia@pbh.gov.br

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
marilita.rodrigues@pbh.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: Centro de memória, Lazer, Belo Horizonte, Esporte.

O texto tem por objetivo descrever a experiência do Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL), criado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) da Prefeitura

Municipal de Belo Horizonte, no seu papel em preservar, pesquisar e comunicar acerca das memórias do esporte e do lazer na cidade. Nesse sentido, relata as ações deste lugar de memória, principalmente aquelas voltadas para a produção de fontes e saberes que possam contribuir para a pesquisa histórica sobre essas áreas. A implantação do CEMEL foi uma decisão da SMEL de grande importância para a constituição de uma política pública de preservação das memórias do esporte e do lazer para Belo Horizonte. Como um espaço de produção cultural desenvolve uma política de documentação e informação. Tem direcionado suas atividades para a organização e disponibilização de seu acervo, bem como para a produção de conhecimento a partir da realização e divulgação de pesquisas. Seu acervo é composto de cerca de 35.000 itens documentais referentes, principalmente, à memória das políticas públicas de esporte e lazer na cidade. As pesquisas sobre as temáticas em questão vêm sendo desenvolvidas em parceria com grupos de estudos ligados à universidade e com instituições com atribuições relativas à preservação do patrimônio cultural. No que tange a produção de fontes, merece destaque, ainda, o seu projeto de história oral, direcionado para a coleta de depoimentos de pessoas que vivenciaram ou vivenciam o esporte e o lazer, quer sejam ligados às políticas públicas ou como práticas culturais. Esses depoimentos, transformados em documentos escritos, são disponibilizados para consulta. A disseminação de saberes é realizada, também, por meio da organização de seminários, projetos de divulgação de trabalhos científicos, exposições e palestras para estudantes. No seu papel de gestar informações sobre as memórias do esporte e do lazer em Belo Horizonte, o CEMEL tem como desafio possibilitar o acesso livre à informação científica, estabelecendo condições adequadas para a realização de pesquisas sobre essas áreas por meio da oferta de catálogos, guias de fontes e usando tecnologias disponíveis como software livre em página virtual e serviços na internet, conferindo assim maior visibilidade e acesso ao seu acervo.

Dos oriundos a Bosman: os jogadores estrangeiros no FC Barcelona e nacionalismo catalão

Victor de Leonardo Figols
vctr.lf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Catalanismo, Jogadores Estrangeiros, Caso Bosman, FC Barcelona, Oriundos.

Durante a ditadura de Francisco Franco, o futebol espanhol sofreu diversas intervenções do generalíssimo. Desde alterações de nos nomes dos clubes, passando por mudanças no nome

da Copa del Rey, até restrições nas contratações de jogadores. Foi durante a ditadura franquista que os órgãos esportivos – Federación Española de Fútbol e Delegacia Nacional de Deportes – criaram diversos mecanismos que impediam a contratação de jogadores de outras nacionalidades, exceto aqueles que possuíam documentação que comprovasse alguma descendência espanhola, os chamados oriundos. O principal argumento, segundo o governo espanhol, para proibir a contratação de jogadores estrangeiros era o discurso de austeridade econômica e o nacionalismo espanhol, marcas da ditadura franquista. Todavia, do ponto de vista dos clubes, tal restrição era motivo de questionamento. Clubes como FC Barcelona eram um dos principais a contestar as restrições de contratação. O clube catalão, mesmo durante a ditadura franquista, buscou mecanismos para contar com jogadores estrangeiros em seu elenco, como foi o caso de do jogador paraguaio Irala (1969), e argentino Juan Carlos Heredia, (1972). Os dois jogadores foram impedidos de jogar pelo clube catalão, pois havia denúncias que os atletas não possuíam documentação que comprovasse seus antecedentes espanhol ou de que não haviam jogado pelas suas respectivas seleções. Diante das denúncias, o caso foi levado até a FIFA, pois ficou comprovado que durante a restrição, diversos jogadores estrangeiros falsificaram documentação para poderem atuar no futebol Espanhol. Em 1973, a Federación mudou as restrições e passou a permitir a contratação de qualquer jogador estrangeiro com ou sem passagem por sua seleção, entretanto, cada clube só poderia contar com no máximo dois estrangeiros. Foi nesse contexto que Johan Cruyff chegou ao clube catalão em 1973. Durante a década de 1970 e 1980, o FC Barcelona foi um dos principais clubes a encabeçar a discussão sobre jogadores estrangeiros, curioso notar que durante o mesmo período, o clube buscou se identificar com a Catalunha. Já nos anos 1990, com a resolução do caso Bosman, o clube catalão se tornou um dos clubes espanhóis com mais estrangeiros. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as discussões sobre a contratação, e a presença, de jogadores estrangeiros nos anos 1970, 1980 e principalmente nos anos 1990, levando em consideração o papel que o FC Barcelona exerceu como representante do nacionalismo catalão.

A gymnastica escolar e a gymnastica dos clubes e sociedades: práticas corporais distintas ou semelhantes?

Anna Luiza Ferreira Romão
annaluizafr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gymnastica, instituição não escolar, instituição escolar.

A partir da circulação de Paulo Vidal e Vicente Casali por instituições escolares e não escolares, localizadas no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, busquei identificar e refletir sobre a prática corporal por eles forjada, ao mesmo tempo em que também se constituíam professores responsáveis pela sua sistematização e ensino. Tomando como referência a Sociedade Franceza de Gymnastica, o Club Gymnastico Portuguez, o Congresso Gymnastico Portuguez, o Collegio Pedro II e a Escola Normal da Côrte, pude identificar que no âmbito escolar, a gymnastica se caracterizava como uma prática corporal racional, higiênica, regulada, elementar, disciplinadora e moralizadora dos hábitos, com movimentos ordenados, metódicos e sistematizados, sem excessos, sem dispêndio de energia. Logo, educativa e obrigatória. Já nas instituições não escolares, outra forma de exercícios se manifestava. Privilegiando o entretenimento, o espetáculo, essa gymnastica dialogava todo o tempo com diferentes esferas da sociedade: o teatro, o canto, o baile e a encenação. Assim, seus sentidos e significados, sua finalidade, eram outros. Todavia, mesmo esses sendo modos diferenciados de se educar o corpo, em alguns momentos, seus elementos característicos se misturavam. Portando uma “nova roupagem”, as acrobacias, os saltos e as piruetas executados nos clubes e sociedades passaram a ser controlados por aparelhos ginásticos e sob a orientação daqueles que eram responsáveis pelo seu ensino nas escolas. As demonstrações coletivas das proezas físicas que desafiavam os corpos de seus praticantes e encantavam aqueles que as assistiam, nos diversos espetáculos proporcionados pelos clubes, passaram a fazer parte também das festas escolares. Voltando-se ao espetáculo, sua dimensão do controle não era esquecida. Destinadas à formação do sujeito escolar, à aquisição de hábitos e comportamentos saudáveis, controlados e higiênicos, essa gymnastica não menosprezava o divertimento, mesmo porque a lógica do entretenimento se constituiu como um importante elemento na consolidação da sociedade fluminense no decorrer dos anos mil e oitocentos. Portanto, foi nessa linha tênue, entre tensões e negociações de sentidos e significados, que se constituíram as gymnasticas no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

A esgrima nos currículos dos cursos das Escolas de Educação Física do Estado de Minas Gerais, das Faculdades Católicas e da Escola de Educação Física da UFMG (1952- 1980)

Maria Cristina Rosa
m.crosa@hotmail.com

Guilherme Mantovan de Almeida

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Esgrima, Educação Física.

Objetos tridimensionais de esgrima do acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), são indícios da presença desse conteúdo em diferentes práticas desenvolvidas nessa Escola. O presente trabalho analisa a presença da esgrima nos currículos dos cursos das Escolas de Educação Física do Estado de Minas Gerais, das Faculdades Católicas e da Escola de Educação Física da UFMG, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 1952 a 1980. O recorte temporal engloba mudanças institucionais e curriculares, como a fusão das Escolas de Educação Física do Estado de Minas Gerais e das Faculdades Católicas em 1953, tornando-as Escola de Educação Física de Minas Gerais até a sua federalização em 1969, passando a ser Escola de Educação Física da UFMG (NASCIMENTO, 2013). Foram utilizadas como fonte documentação pertencente aos Arquivos Institucionais e objetos tridimensionais do Cemef. A esgrima permaneceu como conteúdo no currículo dessas escolas durante esse período, sendo mantida ou reconfigurada em cada reforma curricular realizada. Na década de 1950, a esgrima, junto com os conteúdos boxe e judô, fez parte da disciplina “Desportos de Ataque e Defesa”, ministrada pelo Tenente Albano Augusto Corrêa Filho. No final da década de 1960 essa disciplina foi desmembrada, passando a existir a disciplina “Esgrima”, ministrada pelo professor Dr. Almir Wildhagen Figueira. Em meados da década de 1970, essa disciplina passa a ser optativa, todavia a esgrima continua como conteúdo obrigatório na disciplina “Esportes Complementares B”. Essa permanência e as mudanças revelam a importância do conteúdo na formação do profissional da área de Educação Física, o que pode ser justificado por diferentes fatores. Surgem alguns questionamentos: A presença da esgrima se dava, afinal, pela manutenção da ideia de se ter uma formação “elegante” do corpo, em que complementava as ginásticas (TEIXEIRA 2008) ou devido à importância da esgrima na cultura esportiva do período? É possível que as readequações da esgrima nos currículos nessas décadas dialoguem, ao mesmo tempo, com tendências culturais esportivas difundidas, com o militarismo em evidência após o golpe de 1964, e com demandas curriculares da universidade? Nesse sentido, o fato da esgrima ter uma disciplina própria e obrigatória entre 1968 e 1974 sugere que ela foi mais importante nesse período?

O Futsal como processo educativo e de lazer em um projeto social na região do Barreiro, em Belo Horizonte

Cristina Aparecida Olimpio Fernandes
crisolimpiofernandes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Lazer, Educação, Futsal, Projeto Social.

Este trabalho objetivou investigar e avaliar se a oficina de futsal oferecida em um projeto social, da região do Barreiro, especificamente no bairro Novo das Indústrias, tem conseguido, através de suas práticas pedagógicas, organizar-se como um espaço, que favoreça o processo educativo e de lazer para crianças e adolescentes. A pesquisa pode ser conceituada como de campo, qualitativa e descritiva. As ferramentas empregadas para as ações de campo foram: questionários específicos para os educadores e os gestores, e entrevista semiestruturada para os educandos. Três educadores e dois gestores responderam aos questionários, bem como 8 educandos, compreendendo as idades atendidas pela oficina, de 9 a 18 anos. A região onde o projeto social está inserido é carente de equipamentos de lazer já instituídos. Sendo assim, a pesquisa baseou-se nessa constatação para avaliar se a oficina se constitui em um espaço que supre essa carência. A demanda por vagas na oficina é grande, o que não se constitui uma surpresa, pois o futebol tem um valor significativo na construção da identidade social brasileira, como DaMatta (1982) explora apropriadamente. O futebol é, ainda, um campo das masculinidades, o que proporcionou uma discussão de gênero neste trabalho, tendo como ancoragem teórica o estudo de Goellner (2000). Outra abordagem neste trabalho, diz respeito ao significativo número de crianças, de adolescentes e de jovens que a atividade futebolística atrai, por ter um histórico de promover e de resgatar crianças e jovens em situação de risco social, que se encontram numa corrida incessante na expectativa ou no sonho de tornar-se um ídolo. Para as reflexões e análises foi utilizada a abordagem teórica de Damo (2007). Para a abordagem sobre o lazer, uma das temáticas desta pesquisa, foi utilizada a concepção trabalhada por Gomes (2008). Adaptado do futebol de campo para as quadras, o futsal, ou futebol de salão, é uma modalidade esportiva que tem crescido muito como uma das principais atividades da Educação Física escolar, nos projetos sociais, e o número de escolinhas de futsal tem aumentado bastante. Para descrever e analisar a abordagem educacional, foram utilizadas as teorias de Freire (1996) e Incontri (2004). Foi possível constatar que a oficina de futsal tem um valor bem abrangente para os educandos,

não só na aprendizagem do esporte, mas também nos diferentes procedimentos de participação que o futebol/futsal, como prática social, vivenciada por eles.

Pensando a formação de jogadores de futebol como um projeto familiar

Isabella Trindade Menezes
bella_tm@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Futebol, Formação, Projeto, Família.

A presente proposta tem como objetivo apresentar algumas questões preliminares que estão sendo desenvolvidas em minha pesquisa de Doutorado no CPDOC- FGV, que aborda as relações familiares envolvidas no processo de formação dos jogadores do futebol.

Os adolescentes em formação treinam todos os dias durante a semana, reservam seus fins de semana e feriados para as competições e jogam. Esses meninos, que têm entre 14 e 17 anos, fizeram uma escolha que vem mudando a vida deles desde os 7 ou 8 anos de idade, em média. A maioria dos jogadores de base iniciou seus treinos, quando foi descoberta, nessa faixa etária. Um jogador contemporâneo acumula cerca de 5.000 horas de investimentos, distribuídos ao longo de aproximadamente dez anos, realizados diretamente no corpo, em rotinas altamente disciplinadas, exaustivas e seguidamente repetitivas. Podemos ainda afirmar que esse esforço de formação não é reaproveitado em caso de fracasso nessa profissão, ou seja, esse investimento específico não é utilizado em outras esferas da vida profissional dos jogadores que não conseguem a profissionalização.

Os meninos de futebol precisam adotar desde muito cedo uma rotina de treinos extremamente rígida e pesada, que muda sua vida e a de sua família, uma vez que o “projeto” de ser jogador de futebol é partilhado por toda a família e, principalmente, pelas mães.

Partindo do pressuposto do futebol como um projeto de ascensão social, que é partilhado pela família através do sonho de construção da carreira de jogador de futebol. Este ideal acaba sendo estimulado pela história de muitos jogadores bem sucedidos propagandeadas pela mídia e acabam dando credibilidade ao sonho das classes trabalhadoras urbanas.

Nesse sentido, busco compreender as ideologias da permanência e da transformação social no futebol, ou seja, compreendê-lo como uma das possibilidades de apropriação ideológica que se pode ter do futebol como fenômeno social, como por exemplo, o discurso do indivíduo e a promessa da ascensão social.

A discussão acerca do individualismo e da competitividade na formação de jogadores pode ser compreendida como valores da sociedade capitalista contemporânea, levando em consideração que os atletas das categorias de base de um clube são “formados” para serem profissionais e para a garantia de lucros de uma rede de investidores, seja dos clubes ou dos empresários. O objetivo na formação de um futebolista não é uma iniciação esportiva sem fins competitivos.

FUTEBOL E PODER PÚBLICO EM BELO HORIZONTE: O futebol como representação do poder político na ocupação de Belo Horizonte entre 1910 e 1950

Renata Alves Pinto Lemos
reaplemos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Belo Horizonte, política.

A comunicação proposta visa uma análise da relação do exercício do poder político na ocupação de Belo Horizonte com o futebol da capital na primeira metade do século XX. Percebendo a concessão de benefícios por parte dos poderes públicos - municipal e estadual - perante alguns clubes esportivos e entendendo-as como parte de uma ideologia política, é possível perceber uma verticalização do poder de sentido único. Assim, as decisões tomadas por governantes que beneficiam certos clubes e contribuem para a ocupação da cidade podem trazer um caráter autoritário, sendo pouca participação popular e certa imposição governamental. Por fim, questiona-se como tais decisões políticas se relacionam com a construção da memória coletiva belo-horizontina em relação ao futebol e a esses espaços urbanos.

A análise se baseia em dois principais tipos de fontes documentais, sendo a primeira doações de terrenos pela prefeitura municipal a clubes da capital mineira registradas em regulamentações legislativas e seus projetos antes da aprovação discutidos na Câmara Municipal. A segunda são dossiês elaborados com informações de outras concessões realizadas nos períodos, como auxílio na aquisição de imóveis pelas agremiações.

A análise ainda está em desenvolvimento, portanto as considerações trabalhadas na comunicação são iniciais.

Futebol de rua - A brincadeira esquecida

Matheus Muratori Dutra

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Rua, Brincadeira.

A reportagem tem o intuito de mostrar como o futebol de rua sofreu uma interferência considerável no Brasil, a ponto de se tornar raro ver qualquer criança praticando o esporte na porta de suas casas. A reportagem também tentará buscar algum porquê para tal fato ocorrer e suas possíveis causas e consequências.

O futebol de rua sempre foi, além de tudo, uma atividade recreativa entre as crianças e até jovens, sendo um componente importante na construção de relações sociais e todo um espírito coletivo. Não importando o horário que fosse, as ruas brasileiras nos anos 80, 90 e início dos anos 2000 sempre contava com pelo menos duas pessoas brincando com a bola, nem que seja em um "controlinho" (altinha) ou até acertar determinada parte do portão de alguma casa. Os casos de sumiço das bolas nas casas, a eterna discussão da bola que passou em cima do chinelo, barulho excessivo que incomodava os vizinhos, bolas que se perdiam embaixo dos carros, os vizinhos que começavam a regar suas plantas bem no momento da pelada e entre outros tantos momentos parecem ter ficado para trás.

Com o passar do tempo, avanço da tecnologia, mudança de hábitos parentais, falta de segurança. A reportagem buscará respostas para todas essas questões, que fizeram dessa febre nacional algo que resida apenas na memória dos mais saudosistas.

Fontes como sociólogos e psicólogos podem servir como fala de "autoridade", enquanto a fala de pais e jovens/crianças também podem dar seu depoimento sobre o fato.

O plano de trabalho será todo focado na região metropolitana de Belo Horizonte. Primeiramente, fazendo apuração e análise empírica de diversos locais (de bairros tradicionalmente ricos até aos de menos condição financeira) será possível coletar algumas histórias, fotos/material audiovisual e até conclusões sobre algo. Dependendo da disponibilidade em relação a material audiovisual e direitos reservados dos personagens, será definida qual a mídia utilizada. Em forma de texto, fotos serão inseridas de forma clara e orientadora. Já se a reportagem audiovisual ocorrer, a coesão entre imagem e som/texto será primordial e os equipamentos devem ser fundamentais para um bom resultado.

Atividades recreativas e Ruas de Recreio: um estudo comparativo de ações da EEF-MG e da DEMG

Maria Cristina Rosa

PALAVRAS-CHAVE: recreação, esportes, ruas de recreio.

Este trabalho estuda atividades recreativas desenvolvidas em RR sediadas em Belo Horizonte nas décadas de 1950-80, a partir de relações estabelecidas entre ações de órgãos que as promoviam. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental no Acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) da Universidade Federal de Minas Gerais e do Centro de Memória do Esporte e do Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte (Cemel). Em Minas Gerais, as Ruas de Recreio (RR) desempenharam um papel fundamental para a difusão de práticas recreativas entre as crianças, nas décadas de 1950 a 1980. Com o intuito de beneficiar a recreação infantil e implantar desde cedo o gosto por atividades recreativo-educativas, elas foram instituídas no estado no final da década de 1950. AS RR foram pensadas para serem realizadas em vias públicas e em espaços ao ar livre, como ruas e praças, visando à participação de crianças de maneira espontânea, acompanhadas por uma boa orientação através da presença do professor de Educação Física, adquirindo, assim, uma ampla popularidade. Segundo o jornal A Gazeta Esportiva (1959), em Minas a criação das RR deu-se devido à existência de problemas relacionados à educação físico-esportiva das crianças e a inexistência de espaços úteis para realização de práticas corporais indispensáveis ao desenvolvimento das crianças, como jogos infantis, atividades esportivas convenientes e a prática da ginástica. A Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG) e Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG) atuaram efetivamente na elaboração, organização e realização de RR em Belo Horizonte. Todavia, embora houvesse pessoas que atuavam nos dois órgãos, as RR realizadas por cada um, em conjunto ou não, apresentavam características diferenciadas em relação aos objetivos e as atividades recreativas desenvolvidas. Em relação aos objetivos, o que implica na escolha e desenvolvimento das atividades, para a EEF-MG o foco era a recreação e a educação, enquanto para a DEMG, o objetivo central era mais de cunho esportivo. Quanto às atividades ofertadas nas RR havia uma grande diversidade. Em comum nas RR dos dois órgãos eram as atividades esportivas. A ginástica também aparecia de forma frequente, o que diferenciava era a variedade dos equipamentos utilizados. Outra diferença é que enquanto os jogos de tabuleiro não aparecem nos planejamentos das RR realizadas pela EEF-MG, as brincadeiras de roda eram bem frequentes.

Futebol amador, espaço urbano e políticas de esporte em Belo Horizonte: o caso da Praça de Esportes do Saudade

Raphael Rajão Ribeiro
raprajao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Culturas Urbanas, Futebol amador, história do esporte.

A inauguração da Praça de Esportes do Saudade, em 1975, foi evento revelador de uma série de processos que tinham lugar em Belo Horizonte. A construção do que a princípio poderia parecer apenas mais um equipamento destinado à atividade física e ao lazer, a partir de exame mais detido, pode ser capaz de evidenciar questões que atravessavam a dinâmica do futebol amador, as mutações do tecido urbano, os embates entre os poderes executivo e legislativo municipal, bem como os novos rumos tomados pela política de esporte da cidade. A presente comunicação intenciona apresentar algumas leituras possíveis sobre esse fato, discutindo como ações aparentemente periféricas do cotidiano urbano podem ser interessantes pontos de partida para o exame de movimentos maiores que permearam o fenômeno de metropolização e a consequente transformação de sociabilidades vivenciados pela capital mineira em meados do século XX.

ST 09 - História, gênero e sexualidade: processos de constituição das Subjetividades na História

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Doutorando
Universidade Federal de Minas Gerais
caraujorocho@gmail.com

Átila Augusto Guerra de Freitas

Mestrando
Universidade Federal de Minas Gerais
atilaaugustofreitas@gmail.com

Polyana Aparecida Valente Vareto

Doutora
Universidade do Estado de Minas Gerais
polyvalente84@gmail.com

Isabela de Oliveira Dornelas

Mestranda
Universidade Federal de Minas Gerais
Isadornelas@gmail.com

Proposta do Simpósio

O simpósio temático História, gênero e sexualidade chega à quarta edição, tendo se consolidado como um dos mais dinâmicos, amplos e produtivos dentre os simpósios do evento. Como nas edições anteriores, buscamos receber trabalhos de variadas perspectivas teóricas, com distintos objetos de pesquisa e recortes espaço-temporais diversos, desde que sejam comunicações que cruzem questões de gênero e sexualidade com a análise histórica. Pois mantemos a pretensão de consolidar este simpósio como um lugar privilegiado para as discussões de gênero e sexualidade no campo da história, sem ceder espaço aos temores - muitas vezes politicamente orientados - de anacronismo nos trabalhos nesta temática. Consideramos que aplicar as categorias de gênero e sexualidade aos estudos históricos não significa um anacronismo necessário, porque estas são categorias analíticas (e representacionais) que contribuem para a investigação dos processos históricos de constituição das subjetividades - segundo estas mesmas linhas de gênero e sexualidade. Seguindo as conceituações de gênero de autoras como Joan W.

Scott, como uma categoria útil à análise histórica e um modo primário de significação das relações de poder, e de Judith Butler, como categoria performativamente constituída e constituinte dos sujeitos segundo as linhas da matriz sexo-gênero-desejo orquestradas pela heterossexualidade compulsória, queremos receber trabalhos que avancem nas discussões sobre estes conceitos, dialogando com temáticas e recortes diversos. Acreditamos, assim, que os estudos de gênero na história podem ultrapassar a fronteira da história das mulheres (mantendo o diálogo com esta área pioneira e importante), compreendendo áreas como a teoria Queer, história das masculinidades, da ciência, das transexualidades e intersexualidades. Também serão bem-vindos estudos interseccionais que cruzem as esferas de gênero e sexualidade com as de raça, geração, classe, etc. Entendemos sexualidade como dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade capitalista, com vistas à constituição de sujeitos centrados em seu sexo - postulado como bastião de suas verdades. Assim, desejamos receber trabalhos que dialoguem criticamente com a perspectiva foucaultiana para a história da sexualidade, propondo caminhos e interpretações para a história das homossexualidades e das heterossexualidades, desnaturalizando ambas e percebendo a heterossexualidade, junto à Adrienne Rich, como um sistema compulsório de poder.

Comunicações

Sexualidade na Idade Média: Uma abordagem Histórico-Social sobre as minorias no medievo e seus paradigmas

Lucas Rodrigues

lucaslestran@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Papéis Sociais, História Social, Gênero e Minorias, Idade Média, sexualidade.

Este artigo visa apresentar e dialogar acerca dos aspectos Históricos e Sociais da sexualidade, do amor e das minorias sociais e periféricas na Idade Média. A problemática gira em torno da concepção de sexualidade, os tabus sexuais, a visão e mentalidade sobre o sexo e os papéis de gênero acerca dos aspectos do amor e do sexo per se. Observar-se-á também a condição das minorias no medievo (abordados aqui as bruxas, os homossexuais e as prostitutas) e como o sexo a eles era associado pela elite pensante e o poder ideológico reinante: a Igreja. Em

uma reflexão a partir das obras de HUIZINGA (2013), LE GOFF (2007), RICHARDS (1993) e outros, buscamos apresentar sucintamente um panorama de como a sexualidade e as liberdades individuais foram tolhidas e homogeneizadas por uma ótica heteronormativa, misógina, machista, e totalmente teocentrista.

Trotula de Ruggiero e a medicina feminina no decurso do século XII

Milena de Oliveira Ferreira
milena_ferreira96@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: medicina, Trotula, Idade Média.

O direcionamento central do trabalho proposto consiste na análise dos tratados de Trotula de Ruggiero, elaborados durante o século XII, e considerados desde então testemunhos notáveis do florescimento da escrita médica em Salerno, assim como da redescoberta dos antigos textos médicos e suas teorias. Os três tratados, sobre obstetrícia, ginecologia e cosméticos, nos dão provas não somente de como as doenças das mulheres foram formalmente teorizadas por escritores-médicos ansiosos para assimilar os novos textos árabes, mas também, de como praticantes locais de Salerno, com ou sem formação formal, definiam e tratavam as condições médicas das mesmas. O conhecimento médico que se tinha a respeito do corpo feminino, relaciona-se ao útero, órgão responsável pela procriação, e por isso mistificado. Nenhum dos escritores do sexo masculino inovou sobre as dificuldades menstruais, doenças ginecológicas, asfixia uterina, prolapso uterino, tumores, lesões, problemas de fertilidade, e assistência em partos difíceis, o que credibiliza os tratados de Trotula. Convém notar também, que a valorização da madre por sua função reprodutora resultava na estima da sexualidade feminina, mas não no sentido de sua realização e sim no de sua disciplina. Entendemos então a sexualidade feminina como um estigma, estigma esse relacionado ao útero e as doenças. Acreditava-se que a madre poderia lançar sobre sua hospedeira uma cadeia de enfermidades. Assim como, nos humores do organismo, e em sua capacidade de produzir doenças. Nesse sentido, atentamo-nos também para as curandeiras, e suas alternativas farmacológicas à base de conhecimentos populares, uma cura informal perpetuada pelas mulheres. Em suma, a limitação da prática ginecológica e obstétrica masculina deixou espaço para a existência de profissionais do gênero feminino, cujo acesso ao corpo da paciente foi menos restrito.

Sobre o segredo das mulheres: a representação da anatomia e da fisiologia do corpo feminino na literatura médica-escolástica (século XIII)

Laila Lua Pissinati
lailalua@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: literatura médica, Corpo feminino, baixo medievo, gênero.

A tônica desta comunicação é a análise da representação do corpo feminino na obra médico-literária intitulada *De secretis mulierum* (Sobre os segredos das mulheres) atribuída a Alberto Magno, escritor teólogo da Igreja Católica. Compilado por volta do fim do século XIII, o *De secretis mulierum* é tratado médico que versa basicamente sobre questões ligadas a reprodução no corpo feminino. Tudo indica que essa obra foi destinada aos religiosos, isto é, produzida com o intuito de informar à comunidade religiosa sobre os mistérios que envolviam o corpo feminino e a reprodução. Entretanto, apesar da obra ser considerada médica, o tratado é mais filosófico que medicinal. O conhecimento médico exposto no tratado restringe-se a alusões às teorias filosóficas e anatômicas formuladas pelas autoridades médicas clássicas como Aristóteles, Galeno, Hipócrates, e à tradição médica muçulmana de Avicena e Averróis. Partindo do conceito de representação de Roger Chartier e do conceito gênero de Joan Scott, além dos pressupostos teóricos presentes na teoria da dominação masculina de Pierre Bourdieu, esta comunicação se propõe a analisar as especulações e ideias que fizeram parte do pensamento acadêmico clerical do século XIII sobre a anatomia e fisiologia do corpo feminino, chamando mais atenção para a representação do útero, fluido menstrual e mamas. É digno de nota que o *De Secretis* teve uma ampla circulação na Europa nos anos finais da Idade Média.

O admoesto com muita caridade: técnicas de produção de Si da Inquisição portuguesa e a elaboração do Eu de homens e mulheres sodomitas no Império português no Período Moderno

Cássio Bruno de Araujo Rocha
caraujorocho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: inquisição, cuidado de si, Sodomia, homoerotismo, sexualidade.

Com este trabalho me interrogo sobre as principais técnicas de si utilizadas pela santa Inquisição, nas várias partes do Império português entre os séculos XVI e XVIII, para a produção das subjetividades de certos fiéis católicos. Estes fiéis são aqueles homens e aquelas mulheres que, com pouco cuidado de si, cometeram o horrendo e abominável pecado da

sodomina contra natura. A partir das análises de Michel Foucault sobre as técnicas de governo de si e dos outros (desenvolvidas em seus últimos cursos no Collège de France) interpreto as técnicas inquisitoriais do exame de si, da confissão, do tormento e as penas relacionadas ao crime nefando como maneiras de produzir formas de subjetividades desejadas pela Igreja Católica e pela Coroa portuguesa. Subjetividades as quais estariam em choque com as práticas eróticas das e dos somáticos, uma vez que exigiam plena obediência à doutrina católica como forma de um cuidado de si perpétuos com vistas à salvação da alma para uma vida perfeita - após a morte.

Através da análise dos processos inquisitoriais a que essas pessoas foram submetidas, interpreto as maneiras como os inquisidores utilizaram as técnicas de si acima citadas para intervir e aprofundar o controle que a Igreja já realizava sobre as experiências eróticas dos réus. Assim, objetivo perceber como a Inquisição portuguesa foi uma ponta de lança na execução do projeto maior do Poder Pastoral pela Igreja a partir das diretrizes do Concílio de Trento e da Contrarreforma.

Através desta linha de interpretação, procuro corroborar a hipótese de que a sodomia não correspondia a uma identidade vivenciada pelos seus praticantes ou admitida pela Igreja. Os somáticos, de um lado, eram descritos, nos processos, como delinquentes e pecadores por exercerem o sexo anal com gozo interno. Por outro lado, o sexo anal era apenas uma entre variadas práticas eróticas que os amantes homoeróticos realizavam, as quais, em si, não diziam dos modos como eles se percebiam como sujeitos. Mais importantes, para isto, eram os modos como cada um performatizava os gêneros - na maioria das vezes, seguindo os padrões hegemônicos de masculinidade e de feminilidade (embora com notáveis exceções subversivas).

Mulheres e divertimentos em Barbacena (até 1930)

Igor Maciel da Silva
deigorparalaboratorios@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Divertimentos, Mulheres, Barbacena.

Através do estudo de fontes impressas dos três primeiros decênios do século XX, referentes a Barbacena (MG), disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Belo Horizonte, MG), como parte de uma pesquisa de mestrado situada na linha de pesquisa Lazer, História e Memória do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer (UFMG), o objetivo deste artigo é narrar um pouco da presença das mulheres nos divertimentos da cidade. Além do campo dos divertimentos ser insipiente nesses anos, segundo Rosa (2004),

estudos sobre história dos divertimentos brasileiros da primeira metade do século XX são escassos, e muitas vezes se resumem a descrições dos acontecimentos de outros países; ou ao eixo Rio-São Paulo, por serem as principais potências culturais e econômicas do país até a década de trinta (MALUF; MOTT, 1998). No entanto, neste artigo intenta-se apontar que em uma cidade em que a cultura patriarcal, católica e burguesa se faziam presentes (GUIMARÃES, 2016), através dos divertimentos, as mulheres encontraram possibilidades de ressignificação do cotidiano em um contexto em que discursos morais, religiosos, médico e político as confinavam ao recôndito doméstico (MALUF; MOTT, 1998). O que corrobora com estudos que destacam a importância de considerar-se a existência de “mulheres” e não “mulher” nas pesquisas históricas que empreguem a categoria gênero – entendendo gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.21).

As estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité (1885 à 1930)

César Henrique de Queiroz Porto
cesarqueirozporto@gmail.com

Jumara Carla Azevedo Ramos carvalho
jumaracarla@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: MULHERES, PODER, REPÚBLICA, ESTRATÉGIAS.

Este projeto de pesquisa destina-se à análise das estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité no alto sertão da Bahia, entre os anos de 1885 -1930. Trata-se de um estudo realizado a partir das correspondências enviadas e recebidas pela família, as quais registram questões políticas de âmbito nacional, e, de forma articulada, as especificidades regionais da Primeira República em Caetité. A partir desta reflexão pretende demonstrar o quanto os documentos históricos produzidos em um momento específico podem ganhar sentidos mais amplos para a pesquisa tendo como base, o estudo das correspondências que questionam a (in) visibilidade feminina na política em um período em que, legalmente, essa participação ainda era vetada. Ao contrário disso, observa-se nas cartas, em questão, que mesmo sem o direito de voto garantido pela lei as mulheres participavam decisivamente do jogo político, ora como mensageiras, conselheiras, cabo eleitoral, posicionando-se frente aos embates que permearam esse período utilizando de estratégias e táticas de poder inseridas nas relações sociais e familiares

consolidadas através das redes de apadrinhamento e compadrio solidificadas ao longo dos anos de vivência.

Emancipação e participação política das mulheres na segunda metade do século XIX (1852- 1889)

Cristiane de Paula Ribeiro
crisdepaularibeiro@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Feminina, Direito, Emancipação, Voto, Imprensa, História, Mulheres.

Este trabalho propõe-se a analisar o conceito de emancipação feminina e investigar os discursos em torno da participação política das mulheres na imprensa, especialmente a feminina, entre 1852 e 1889. A pesquisa parte de um documento inovador: um tratado escrito por uma mulher em 1868, no qual propõe que as mulheres devem buscar sua emancipação, não apenas na educação e no mercado de trabalho, mas também no sistema representativo, sendo eleitoras e candidatas a cargos públicos. Para entender esta proposta, a pesquisa percorrerá os anos que vão de 1852, que é quando surge no Brasil o primeiro jornal dirigido por uma mulher, até 1889, quando com a república aparecem outros debates em torno da cidadania feminina.

A construção social do que é ser mulher em nossa sociedade: um estudo a partir da leitura de jornais católicos em Juiz de Fora/MG 1930-1945

Mônica Euzébio da Costa
monicacostajf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Mulher, Igreja Católica.

A Igreja Católica sempre foi uma instituição muito preocupada com a manutenção dos costumes e tradições em nossa sociedade. No período do regime monárquico com o sistema de Padroado, que consistia em uma aliança explícita entre poder temporal e poder espiritual, temos essa instituição religiosa como um departamento do poder estatal que tinha por escopo manter a ordem em nossa sociedade. Assim, dentro desse contexto, sabemos que a Igreja Católica impunha rígidas regras comportamentais para as mulheres, uma vez que, para essa instituição religiosa, o principal dever da mulher, era ser uma boa esposa, boa mãe e exemplar dona de casa, enfim exercer de acordo com os preceitos da Igreja Católica, sua missão que era condizente com os afazeres do lar. Com o fim do regime de padroado e a ascensão do regime republicano em

nosso país, temos mudanças em nosso cenário, político, econômico, social enfim, mudanças essas que ocasionaram a separação entre o poder temporal e espiritual, fazendo assim que aliança que era antes explícita se torne implícita, uma vez que, mesmo com um regime dito laico, a Igreja Católica continuará a regular as relações sociais de acordo com seus preceitos. Logo, o intuito desse trabalho é fazer uma discussão acerca da construção social do que é ser mulher em nossa sociedade a partir da leitura de dois jornais católicos na cidade de Juiz de Fora denominados, O Lampadario e O Lar Católico, e assim analisar essa temática dentro do regime republicano dito laico, no período que concerne de 1930 a 1945.

Liberdade, igualdade e sexualidade no republicanismo feminista de Mary Wollstonecraft

Clarisse Goulart Paradis
clarisseparadis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: feminista, Mary Wollstonecraft, Republicanismo, teoria.

Em 1759 nascia Mary Wollstonecraft, filósofa inglesa considerada uma das pioneiras na sistematização das reivindicações dos direitos das mulheres e, portanto, uma das fundadoras do feminismo como tradição do pensamento político. Pertencente ao círculo intelectual do republicanismo inglês, suas contribuições buscaram, de um lado, reforçar os ideais de igualdade e liberdade, fundamentais para a luta política da época contra a monarquia europeia, como também subverter o traço patriarcal do entendimento desses ideais, que não estendia às mulheres o reconhecimento do status de cidadania. A partir da linguagem republicana e do diálogo com autores fundamentais dessa tradição, como Rousseau, a autora buscou articular reivindicações que garantissem a igualdade entre homens e mulheres.

Apesar de suas fundamentais contribuições e ainda que tenha sido uma das únicas mulheres entre os cânones da filosofia, ainda hoje, sua obra permanece no obscurantismo para as ciências humanas contemporâneas e carece, portanto, de estudos que a examine em conjunto, a partir dos seus pressupostos filosóficos.

Ao compreender suas noções de igualdade e liberdade e como elas articularam com a ideia de sexualidade, espera-se resgatar um enquadramento da opressão vivida pelas mulheres e suas formas de superação, a partir das premissas do republicanismo democrático feminista. Esse resgate justifica-se por, pelo menos, dois motivos: o primeiro busca contribuir para reconhecer a obra de Wollstonecraft como fundamental para o desenvolvimento da tradição política do

republicanismo e do feminismo e, portanto, contribuir para que a autora saia das margens e também justifica-se pelo fato de que a filosofia política da autora, especialmente a articulação entre liberdade e igualdade e a forte condenação da opressão vivida pelas mulheres e pelos pobres, é especialmente útil para pensar os dilemas do feminismo, mesmo nos dias atuais. No artigo, utilizaremos para análise dois textos de Wollstonecraft: “Reivindicações dos Direitos da Mulher”, de 1792 e “Maria or the wrongs of woman” (1798), um romance editado postumamente, inacabado e que tinha a intenção de ser o segundo volume de Reivindicações.

“O sexo que é superior em beleza e em coragem”: Virtude e República nas palavras de uma revolucionária francesa

Átila Augusto Guerra de Freitas
atilaaugustofreitas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Virtude, República, Olympe de Gouges.

Olympe de Gouges, autora da célebre Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, tratou de diversas questões em seus escritos, incluindo maternidade, divórcio, participação na Assembleia dos Estados Gerais, entre outras questões sociais e políticas. Ela também questionou a escravidão dos negros e a colonização, chegando a fazer comparações com a opressão feminina. No presente trabalho, objetivamos analisar as concepções de Virtude e República da autora através do gênero enquanto categoria útil de análise (SCOTT, 1989). Desejamos perceber como o gênero, também enquanto marcador social da diferença, possibilitou que as mulheres letradas relessem e ressignificassem essas concepções, transformando-as em potência de luta política contra o lugar secundário que a elas foi relegado dentro da universalidade republicana sistematizada pelos homens. A construção desse discurso deu-se, em grande parte, na esfera intitulada República das Letras, que era predominantemente masculina, feito por homens e para homens. Através também dos escritos de republicanos do período, evidenciaremos como a feminilidade e as mulheres eram atreladas à debilidade do Antigo Regime, enquanto, durante a Revolução, as mulheres encontravam uma impossibilidade de personificarem a si mesmas no discurso e no poder. Pretendemos demonstrar, por meio das teorias gênero, o caráter culturalmente construído do discurso revolucionário francês que se baseou nas diferenças percebidas entre os sexos para explicar desigualdades “naturais” e ainda demonstrar como foi forjado discursivamente um consenso em que seu tempo era uma intensa disputa simbólica por representação política.

Virilidade e feminilidade em cartões-postais franceses no contexto da Grande Guerra (1914-1918)

Marco Antonio Stancik

marcostancik@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cartões-postais, Feminilidade, Imaginários, Primeira Guerra Mundial, Virilidade.

O presente estudo se propõe a analisar representações da feminilidade e da virilidade veiculadas por intermédio de cartões-postais franceses produzidos e circulados no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O estudo se ampara na análise de caráter iconográfico/iconológico, por intermédio da qual busca-se proceder a leitura das mensagens de caráter não-verbal impressas naqueles pequenos souvenirs. Constata-se, em meio ao conflito e às profundas e aceleradas transformações por ele operadas no cotidiano da sociedade francesa, que os postais tenderam a dar especial ênfase aos tradicionais papéis associados às figuras feminina e masculina, conforme concebidos ao longo do século XIX, o que foi feito por intermédio de montagens fotográficas intensa e romanticamente idealizadas.

Performance e feminismo: a relação entre corpo, arte e empoderamento feminino na América Latina

Ana Luiza Soares Dias

analuizadias@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea, feminismo, Performance.

Esse artigo aborda a relação entre performance e empoderamento, analisando trabalhos de artistas latino-americanas. O intuito é averiguar sobre quais formas o formato artístico da performance atua como elemento empoderador feminino. Nesse trabalho faço um breve traçado histórico sobre o movimento feminista, sobre o surgimento de performances realizadas por mulheres e estudo o projeto poético das artistas Márcia X e Ana Mendieta.

As primeiras faíscas do que se chama atualmente de Movimento Feminista, surgiram em 1848 com o Movimento de Libertação das Mulheres, que questionavam os papéis sociais, masculinidade, feminilidade, racismo e outras questões. Mas foi na década de 60 que o movimento explodiu, ganhando maior visibilidade.

Dentro do feminismo mulheres encontraram apoio para falar e lidar com questões relativas à sexualidade, direitos básicos, igualdade civil, estupro, abuso físico e psicológico, aborto,

dentre outras. A década de 70 presenciou a revolta contra o anticoncepcional o anúncio de greve das mulheres por Betty Friedan e também o lançamento do livro “Nossos corpos, Nossos Seres”, um guia para mulheres que tratava dos mais variados assuntos ligados desde à saúde da mulher até sexualidade, que tornou-se um dos grandes marcos da década.

O crescimento do movimento feminista produziu reações em diversos âmbitos e estruturas, principalmente na arte. Se até a década de 50 os grandes artistas, dos mais variados segmentos, eram em sua esmagadora maioria homens, a partir da década de 60 esse fato começa a ser intensamente questionado. O movimento surge como uma forma de desconstrução do ideal feminino, que no meio artístico só servia no máximo como inspiração. E é nesse momento que as mulheres começam a transitar de musas das grandes artes à protagonizar criações. E no fim da década, juntamente com manifestações pela inserção de obras de criação feminina em galerias e exposições, surgem as primeiras performances de caráter feministas, como as protagonizadas por Yoko Ono (Cut Piece) e Carole Schneemann (Eye Body).

A performance feminista surgiu com tom de denúncia, inconformismo e revolta, mais ligadas à campos intelectuais e a conceitos. Durante a década de 70 passa a denunciar violência doméstica, estupro, abuso e uma incessante busca e afirmação identitária, como é o caso das performances de Ana Mendieta.

O CORPO FEMININO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA HISTÓRIA DA ARTE: DO BARROCO FEITO DE CARNE AO CORPO PLÁSTICO MIDIÁTICO

Marcela dos Santos Lima
marcela.lima@ifmg.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Corporeidade, História da Arte.

Este estudo reflete sobre a representação do corpo feminino no decorrer da história da arte ao corpo midiático nos dias atuais. O corpo como princípio artístico instaurou a problemática do corpo feminino como objeto de culto, desejo, submissão e de inferioridade. Conceitos cristalizados e fortemente estabelecidos, visto que, a maioria dos artistas, pintores e escultores eram homens e representavam a mulher em seus contextos de época, social e religioso com normas e padrões estéticos estabelecidos. O principal atrativo da pintura ocidental é o nu feminino, dessa forma, para John Berger essa nudez tem seu precedente no desejo masculino e se

configura como um signo da oferta e da submissão aos interesses do homem, seja ele o provedor, o proprietário, o pintor ou o espectador que a contempla. Pelo pensamento de Martin Heidegger que afirma que a origem de algo é a proveniência da sua essência, este estudo reflete sobre a essência histórica da reprodução da imagem do corpo feminino como objeto e seus reflexos em nossa contemporaneidade. Sendo assim, busco, pelos contextos histórico, artístico e social, refletir sobre como o corpo feminino foi representado, pensado, registrado, mutilado e desejado, sem perder as relações entre as diferenças de gênero. No contexto contemporâneo o feminino e sua corporeidade tornam-se estranhas para si mesmas em silhuetas impossíveis e incertas, a desconstrução total do corpo da mulher reivindica novas relações e outros entendimentos a respeito do humano – questões da arte, questões de vida.

Um estudo sobre o gênero feminino na produção das artistas Cindy Sherman e Sophie Calle

Natália da Silva Cândido
nataliacandido@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, feminismo, política.

Há tempos na história da arte a mulher sempre foi representada em dois papéis, a modelo bela e sensual ou esposa e dona de casa. Poucas vezes mencionamos mulheres como grandes artistas ou mecenas, somente Artemisia Gentileschi tem seu nome citado, mas de modo discreto. Durante o século XX acontecem mudanças fundamentais, a partir o da Segunda Guerra e tendo seu ápice nos anos sessenta com o impacto do feminismo.

Como sabemos as mulheres nunca ficaram entre os artistas principais, quase sempre eram vistas como coadjuvantes. Segundo Michael Archer: A linguagem histórica e da crítica de arte nem sequer reconhecia as mulheres para que pudesse negá-las. Em vez disso, ela presumia que as mulheres simplesmente não precisavam ser consideradas. Um grande era um “velho mestre”, e uma grande obra de arte era uma “obra prima”. Dentro dessa estrutura avaliatória, o “gênio”, seja lá o que for, torna-se uma reserva exclusivamente masculina. Realizar um simples ato de inversão e pensar em artistas consumadas como velhas mestras era revelar a total dominação masculina neste campo. Ela era tão difusa que parecia natural.

Com este projeto buscamos compreender a aliança entre produção artística e a sociedade contemporânea, o impacto entre as identidades e seus agentes (as artistas que serão estudadas). E como essas identidades se afirmam em meio ao multiculturalismo presente em nosso meio

cultural. Tendo em vista que as identidades são construções culturais, por vezes, complexas que unem um grupo específico, nosso objeto de estudo será a identidade feminina. A tomada de consciência do papel da mulher na sociedade afeta de modo relevante suas produções para questionar e revelar as identidades e os estereótipos do papel feminino.

Serão estudadas duas artistas mulheres, são elas: Cindy Sherman e Sophie Calle, por terem uma produção artística pessoal e intimista, de nacionalidades completamente diferentes tentarão compreender através de suas obras como essas artistas interpretam suas identidades. O objetivo deste trabalho propõe compreender a temática que permeia as produções artísticas dessas artistas mulheres, investigarem as razões que levam muitas delas a expor suas vidas pessoais com todas as suas questões em suas criações e identificar relações entre elas. Como as artistas mulheres hoje em colocam essa questão, o sujeito na arte e como essas mulheres imprimem suas vivências pessoais e identidades em seus trabalhos.

Camille Claudel: algumas questões sobre acervos e curadorias

Ana Priscila Nunes da Costa
anapricosta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: curadorias, Camille Claudel, artistas mulheres, acervos.

A comunicação que será apresentada transitará entre as questões de acervos institucionais e curadorias de exposições de obras da escultora francesa Camille Claudel, artista sobre a qual eu pesquisei no mestrado. O objetivo é investigar, à luz dos estudos de gênero na História da Arte, como se dá o diálogo entre instituições/curadorias com as produções de artistas mulheres, a exemplo de Claudel.

O corpo no espaço: a construção da corporalidade nas propagandas e homenagens do Dia Internacional da Mulher

Maiza Pereira Lôbo
maizalobo_26@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, gênero, publicidade, Espaço.

Neste trabalho pretendemos analisar a relação estabelecida entre espaço e gênero nas propagandas. Tentaremos traçar os mecanismos utilizados para definir os lugares atribuídos a homens e mulheres nas peças publicitárias, tentando perceber quais as sutilezas utilizadas e as

características que acompanham essas personagens tanto no espaço público quanto no lugar doméstico. Acreditamos que faz-se importante entender a construção desses corpos gendrados no espaço das propagandas, e nos espaços que são atribuídos por estas. Atentamo-nos para a construção do lugar de sociabilidade desses corpos. O lugar é assimilado por nós, enquanto um "espaço" de pertencimento, o "espaço" social que é naturalizado como pertencente a determinados indivíduos, palco das relações de maior proximidade; tanto pacíficas quanto conflitivas. Entendemos as propagandas enquanto espaços simbólicos, carregados de valores morais que se modificam, ou se renovam, constantemente, e que possuem forte apelo social por apresentar relações que estão diretamente interligadas com as relações exercidas nas sociabilidades cotidianas. Provenientes de diferentes tecnologias sociais, no nosso trabalho a publicidade se apresentará como uma tecnologia que organiza muitas outras em seu interior, logo, um dispositivo social de controle que recria ou reproduz diversas práticas do cotidiano.

Mulheres talhadas para a sociedade: representações e imaginários em manuais de boas maneiras

Márcia Regina dos Santos
marcia0705@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Social, Imaginário, Representações.

As formas como convivem as sociedades desenvolvem determinadas regras/acordos que se impõe pela subjetividade e estabelecem identificações sociais. A continuidade de ações faz com que os indivíduos internalizem ideias e, mesmo na ausência de normas explícitas, continuem agindo dentro dos padrões. Nessa chave, se inscrevem os manuais de etiqueta e boas maneiras como alternativas para disseminar ideias e sugerir práticas. O presente trabalho tem como objetivo problematizar questões relativas à elaboração das representações as quais configuraram imaginários sociais acerca das mulheres e suas condições nos âmbitos público e privado por meio da análise de dois manuais de etiqueta e boas maneiras das décadas de 1960 e 1990. Para tanto, o estudo foi ancorado nos livros *Aprenda as Boas Maneiras* de Dora Maria (1961) e *Na sala com Danuza* de Danuza Leão (1992), sob a perspectiva da cultura escrita, considerada como um elemento mediador na elaboração de representações. No intuito de colocar as obras na ordem do tempo e justificar o intervalo entre as duas publicações, a pesquisa buscou evidenciar a duração das prescrições formativas direcionadas às mulheres nesse tipo de literatura, bem como, os deslocamentos e as permanências identificadas no que tange ao comportamento esperado pelas

mulheres dos períodos em que os livros foram produzidos. Essa análise foi possível a partir da seleção dos itens diretamente relacionados a prescrições para mulheres e a construção de um diálogo entre as perspectivas apresentadas pelos dois livros. Na condição de obras de autoras mulheres, as prescrições abriram flancos para elucidar a elaboração dos imaginários sobre as mulheres a partir de escalas variadas, desde a mulher que escreveu, até as demandas sociais dos períodos. O estudo permitiu considerar sobre as formas e os espaços aos quais estava circunscrita a presença das mulheres e destacou as tensões presentes na seleção/organização dos conteúdos relacionados aos comportamentos e as funções idealizadas para as mulheres no meio social.

Comunidade científica e gênero: a atuação e circulação de mulheres cientistas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948-1968)

Jéssica Bley da Silva Pina
bleypina@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Comunidade Científica, Mulheres Cientistas.

Este trabalho tem como objetivo amplo estudar como a mulher cientista se insere na ciência brasileira baseado na cultura de publicação e comunidade científica, entre os anos de 1948 e 1968, a partir da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um de seus periódicos, a revista *Ciência e Cultura*, como substratos de análise. A Sociedade, nascida em 1948, foi escolhida pela sua intenção fundacional de afirmar a ciência no Brasil e reunir todos que se interessassem pelo progresso científico. Já *Ciência e Cultura*, publicada a partir de 1949, por ser uma ferramenta central para a SBPC no cumprimento de seus objetivos. Segundo o autor Luiz Otávio Ferreira e outros, o ingresso da mulher em todos os níveis de ensino cresceu a partir de 1940 e foi endossado pela Reforma Universitária de 1968 (que modificou a estrutura organizacional das universidades), de forma que, algumas dessas mulheres escolhiam ingressar na carreira acadêmica e sua presença contribuiu para a renovação de vários campos do saber. Portanto, apresenta-se como objetivo específico perceber a proximidade das mulheres, enquanto cientistas ligadas à SBPC e à revista, com determinadas áreas de conhecimento, traçando seus perfis e trajetórias, bem como sua articulação a nível intra e extra periódico, localizando-as na comunidade científica. Para realizar tal análise conta-se com acervo documental (já em exame) dos exemplares de *Ciência e Cultura*, Dossiê de Fundação da SBPC e Correspondências pessoais de Maurício Rocha e Silva, pertinentes ao tema. Por fim, traz-se dois conceitos chaves para este trabalho. Gênero: na perspectiva de Sandra Harding, como uma categoria analítica usada pelos

humanos para pensar e organizar a vida em sociedade; e de Joan Scott, como uma categoria social imposta aos corpos de homens e mulheres. Entendendo Ciência como construção humana histórica, social e cultural é necessário discutir de que forma categorias como o gênero articulam com ela, se através e dentro do sistema de gênero os humanos se organizam socialmente, como isso operou na construção do empreendimento científico? E Comunidade Científica: no sentido fleckiano de ciência como construção histórica e coletiva em um cotidiano, que sabemos, coloca em convivência homens e mulheres cientistas guiados pelo estilo de pensamento do coletivo ao qual formam. É interessante também pontuar o debate de Evelyn Fox-Keller sobre a neutralidade de gênero da ciência, usando-o para articular os conceitos supracitados.

Vender o Amor para comprar a felicidade e o gozo perfeito: Relações de Gênero, História e Literatura de Romances Best-sellers

Ana Carolina Eiras Coelho Soares
hanaakif@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: românticos, Erotismo, Relações amorosas, Best-sellers.

O presente trabalho busca analisar a construção discursiva literária feita em romances best-sellers do século XX e XXI por mulheres e direcionados ao público feminino, descortinando a estruturação das relações entre os gêneros e dos jogos de poder a respeito de questões, tais como o amor e o erotismo, que compreendem as personagens. Desta maneira, problematizo o silenciamento histórico, social e cultural em torno das lógicas violentas existentes nos discursos amorosos e sexuais naturalizados no cotidiano. Os romances Best-sellers são um veículo de divulgação de massa e pensar as atitudes, falas, comportamentos ideais e normas presentes na trama, permite uma análise das escolhas e diálogos permitidos e aceitáveis moralmente e sentimentalmente pela sociedade em torno da própria noção do jogo amoroso e sexual. Desta maneira, é preciso extrapolar os sentidos formais da obra, para compreender de que maneira se forjaram historicamente essas construções discursivas, seus símbolos e signos e os jogos de força e poder entre os gêneros dentro da lógica romântica.

A Homofobia nos projetos políticos da extrema-direita na internet: os casos do stormfront.org e do National Alliance

Luiz Paulo de Araújo Magalhães
luizpmagalhaesufrrj@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Internet, Extrema-direita, Homofobia.

Neste trabalho eu investigo como discursos homofóbicos são produzidos e circulados pela extrema-direita em sítios eletrônicos. Nele eu estudo uma amostragem de materiais coletados do stormfront.org e dos sítios eletrônicos do National Alliance. O stormfront.org é uma espécie de rede social aberta a adeptos e militantes da extrema-direita e tem mais de 320 mil usuários espalhados pelo mundo. O site foi criado Don Black, um famoso supremacista racial estadunidense, e está online desde 1995. Os sítios eletrônicos do National Alliance, um dos mais longevos grupos neonazistas estadunidenses, são três: uma página que apresenta o grupo, uma espécie de revista online e um fórum de discussão. Trabalhando com esses materiais, minha intenção é demonstrar que os discursos estudados nesses casos são homofóbicos na medida em que i) percebem “a homossexualidade” como característica essencial e inalienável “dos homossexuais” estereotipados e estigmatizados; ii) que se baseiam em percepções que tomam “os homossexuais” “a homossexualidade” ou “o homossexualismo”(sic.) como indicadores de uma ordem social moralmente decadente supostamente instaurada ou por "os judeus", ou por "os comunistas" ou ainda por "as feministas" ; e por fim iii) apresentam “os homossexuais” e “a homossexualidade” como instrumento de uma espécie de guerra racial usados para destruição dos brancos pelo impedimento da continuidade da raça através reprodução biológica.

Homens negros no facebook: entre o erotismo e a marginalização

Mônica da Silva Francisco
amonicafrancisco@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Homens negros, Educação, imagem.

O presente trabalho se propõe a discutir as representações imagéticas dos homens negros nas redes sociais. Procuramos por meio de análise de imagens perceber qual o tipo de discurso oferecido e os limites e extrapolações que elas nos possibilitam pensar os modelos de masculinidades, suas fraturas e reverberações. A pesquisa centra-se nas leituras de Angela Davis que em em suas obra Mulher, Raça e Classe analisa o contexto americano em que foi construído a representação marginalizada do homem negro e seus desdobramentos na contemporaneidade, e a partir desse referenciamento teórico pensar por meio de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Guacira Lobo e outras pesquisadoras que pensam no contexto do gênero dentro de uma perspectiva social inclusiva para a educação e sociedade brasileira.

Discutiremos também como o legado cultural, proposto pelos Estudos Culturais que nos permite compreender a cultura como um elemento móvel, se configura na contemporaneidade e nas realidades dentro e fora das redes sociais. Afetando a todos que se propõem a discutir e projetar uma sociedade mais igualitária em que os gêneros encontrem mais equilíbrio.

Cuspidela e catarse LGBT: mandatários políticos e masculinidades frente às dinâmicas de poder/resistência pelos direitos sexuais na Câmara dos Deputados

Carlos Henrique Bem Gonçalves
carlosbem@hotmail.com

Gustavo Agnaldo de Lacerda
guslacerda.div@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: subjeitvação, LGBTs e masculinidades, direitos sexuais.

Os direitos sexuais permitem identificar uma clivagem político-ideológica entre os partidos políticos e correntes ideológicas brasileiras. Na perspectiva dos estudos de masculinidades, tomando gênero e sexualidade como construtos discursivos performaticamente iterados ou subvertidos, o presente trabalho busca aferir o uso que determinados candidatos à Deputados Federais filiados a partidos políticos de espectro “esquerdista” fazem da temática dos direitos sexuais LGBTs um instrumento de situação de seu eleitorado para captação de votos. Busca aferir também o uso que alguns candidatos de espectro “direitista”, apoiados no eixo de significação ideal masculinista heteronormativo, fazem da negação da temática para sustentação do seu eleitorado. Em decorrência, busca analisar os níveis de aderência entre as trajetórias políticas passadas dos candidatos que apoiam a causa LGBT, inclusive seus modos de vida, e sua atuação como mandatários políticos, dando especial atenção à histórica cuspidela de Jean Wyllys contra Jair Bolsonaro no dia 17 de julho de 2016, num processo de dinâmica de poder/resistência no campo político-institucional. Busca testar então a hipótese de que os direitos sexuais permitem identificar uma distinção entre os posicionamentos político-ideológicos dos partidos políticos de esquerda e a atuação efetiva dos seus membros investidos de mandato eletivo. Em outras palavras: testar a hipótese de que, considerando as questões LGBT a partir das diretrizes (impostas) expressas nos programas partidários e o resultado de pesquisas sobre as condutas dos deputados federais em votação plenária, os deputados dos partidos políticos de esquerda têm

posicionamentos conservadores, machistas e heterossexistas sobre o tema / questões de direitos sexuais LGBTs.

Tempo presente e feminismo como nicho de mercado: processos de cooptação capitalista

Flavia Valle Vernaschi
flacs68@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: mercado, Mulheres, gênero, feminismo.

Essa comunicação tem por objetivo analisar, a partir da chamada “primavera de mulheres” no Brasil e de outros massivos processos nas Américas, como na Argentina o movimento “Ni Una a Menos” e mais recentemente nos Estados Unidos a “Marcha das Mulheres”, a tentativa de transformação das pautas feministas em nichos de mercado.

Tentando ressignificar algumas bandeiras feministas dentro deste espaço progressista de expressão da luta das mulheres, muitas empresas organizaram suas agendas para surfar nesses espaços de luta contra a opressão machista e patriarcal. Porém, essas iniciativas empresariais ocorrem no sentido de uma apropriação padronizada e mercantilizada. Algumas grandes empresas tentam instrumentalizar a luta das mulheres e influenciar suas subjetividades para a criação de nichos de consumo por meio de um “feminismo de mercado”.

Esse “feminismo de mercado”, ao mesmo tempo em que se apropria da luta das mulheres para vender uma marca, almeja retirar o aspecto político e emancipatório da luta contra a opressão. Mais do que vender um produto, existe por parte dessa estratégia o objetivo de criar a imagem da empresa vinculada a um estilo de vida condizente com o que requer o capitalismo: a exaltação de pessoas com atitude e flexíveis para dar conta da intensa volatilidade do capital.

Assim, nossa comunicação terá como centralidade a análise crítica sobre como a incorporação de pautas feministas por empresas expressam a necessidade destas em dialogar com o público sensível à pauta feminista. Dessa forma, aparecendo como uma expressão distorcida da luta das mulheres, ao buscar tornar algumas demandas feministas em algo inofensivo ao capital, com a tentativa de transformar o feminismo em um nicho de mercado e consumo.

“Nós, os Ninguém”: por uma existência pós-identitária

Gustavo Henrique Ramos Silva
gustavoramoscontato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Filosofia, Teoria queer, História, sexualidade.

As identidades são históricas. Michel Foucault, em sua História da sexualidade, aponta como as identidades e os lugares sociais do sujeito são definidos pelas suas práticas sexuais. A presente pesquisa segue a trajetória contrária e elabora um comentário filosófico que objetiva uma análise da dissolução das identidades a partir da desestabilização do dispositivo da sexualidade, operacionada pelas práticas das subculturas sexuais, “os novos proletários de uma possível revolução sexual”. Tal análise se dá a partir dos aportes teóricos pós-estruturalistas, como Judith Butler, Paul-Beatriz Preciado, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault.

A amizade como modo de vida: considerações sobre a ‘experiência’ Dzi Croquettes à luz de Joan Scott e Michel Foucault

Natanael de Freitas Silva
natanaelfreitass@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Dzi Croquettes, experiência, Ditadura, sexualidade.

Segundo Joan Scott (1998) e Didier Eribon (2008), historicizar as experiências de subjetivação e os processos de “sujeição” possibilita mapear como as noções de ‘identidade’, ‘gênero’ e ‘sexualidade’ são moduladas em cada momento histórico. Além disso, como sugere Foucault (2006), ao pensar sobre a ética do cuidado de si como prática de liberdade, o ‘sujeito’ não é uma substância, mas sim uma forma, ou seja, em cada conjunto de relações que o indivíduo perfaz, as práticas não são as mesmas. Atuar como um ‘sujeito’ político que toma a palavra em uma assembleia, diz Foucault, não é similar a dinâmica que o ‘sujeito’ empreende na busca pela realização do seu desejo sexual, por exemplo. Sendo assim, o objetivo deste texto é destacar como o grupo teatral Dzi Croquettes, nos anos 1970, imersos na complexa trama constituinte da e instituída pela ditadura civil-militar, engendraram, a partir de uma histórica concepção de amizade como potência política (ORTEGA, 2000; FOUCAULT, 1981 e 2015), um outro modo de existência e resistência as investidas dos “podres poderes”. Imersos nas malhas de uma histórica e emergente “subjetividade revolucionária” (RAGO, 2013) eles ajudaram a desestabilizar e deslocar posições normativas da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) ao performar uma sexualidade ambígua, além de constituir um complexo arranjo social e ‘familiar’ constantemente negociado, (re)inventado, segundo a dinâmica dos jogos e das relações de poder entre treze ‘sujeitos’.

Andarilhos de estrada e questões de gênero

Júlia Esteves Bicalho de Almeida
juliaestevesb@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade psicossocial, Andarilhos(as), Trecheiros(as), gênero.

O mundo antigo, caracterizado pelo sedentarismo e por apresentar espaços rigidamente delimitados, foi sendo lentamente substituído por uma quantidade cada vez maior de espaços que possuem como atributo comum o movimento constante. Tais espaços, também conhecidos como “não-lugares” são zonas do anonimato, onde não há uma permanência de relações identitárias ou produção de vínculos, servindo apenas para promover a locomoção de um ponto a outro. Os não-lugares são característicos da pós-modernidade, bem como o fato de se gastar cada vez mais tempo em tais espaços. O modo de vida de algumas populações específicas pode ser visto como um reflexo radical dessa sociedade pós-moderna cuja palavra de ordem é a mobilidade. Entre elas, está a população de trecheiros e andarilhos de estrada que, assim como nós, passam grande parte de suas vidas em não-lugares, com a diferença de que eles decidiram por fazer de um não-lugar, uma morada, um espaço habitado, um lar, dispensando de suas vidas qualquer traço de sedentarismo que ainda possa existir nos tempos atuais. No entanto, uma figura pouco vista caminhando na estrada, como andarilha ou trecheira, é a figura feminina, o que indica que embora a subjetividade do indivíduo contemporâneo esteja associada principalmente à mobilidade, isso parece não atingir à mulher da mesma forma que atinge ao homem. Tal cenário de baixa mobilidade feminina deve-se a inúmeros fatores, entre eles o fato de que ainda hoje as mulheres são criadas de forma a serem indivíduos mais voltados para a casa e para a família, enquanto os homens são criados para o meio social. Isso nos leva à questão da socialização feminina e suas particularidades as quais foram trabalhadas a partir do contato com mulheres e homens andarilhos-trecheiros, por meio da utilização de um roteiro semi-estruturado de entrevista. Entre as conclusões tiradas desse trabalho, a principal diz respeito ao fato de que apesar da mulher andarilha-trecheira apresentar uma linha de fuga muito grande ao abandonar a vida sedentária para viver de forma errante, ela ainda encontra dificuldades em romper com alguns discursos de verdade proferidos no decorrer de sua socialização.

Sexualidades, soropositividades e o morrer

Ítalo Vinícius Gonçalves

PALAVRAS-CHAVE: Boom da AIDS, Antropologia da morte, Identidades homoeróticas, sexualidade.

O presente trabalho tem como objetivo retratar o tema da morte em interface à algumas discussões acerca às construções das sexualidades dissidentes, em específico aos soropositivos diagnosticados logo após o início do boom da AIDS, momento marcado pela incerteza sobre a doença, bem como uma série de discursos que a colocavam no lugar da morte. Com isso, pretendo discutir como, em certa medida, a morte foi trazida novamente à esfera pública pela emergência que a AIDS suscitou, assim como sua relação com a homossexualidade era fortemente demarcada, tornando esses sujeitos como aqueles que carregavam consigo o estigma da “peste”, tal como a corporificação do HIV e, em extensão, a da própria morte.

Transexualidade e Visibilidade

Mayara Eduarda Vieira Leite
maah_eduarda@live.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, movimento feminista, Transexualidade, minorias.

A luta das minorias para alcançar seus direitos é notável, tendo diversas barreiras para conseguir o êxito, e para os transexuais não seria diferente. O trabalho visa mostrar por uma perspectiva social, um problema que na maioria das vezes as instituições governamentais não dão a devida atenção. A sociedade mudou muitos nos últimos 50 anos, porém a visibilidade transexual ainda sofre muitos preconceitos e não tem a lei a seu favor. As dificuldades começam pela mudança de nome: A burocracia dificulta quem tem o direito de ser reconhecido pelo nome social, e enquanto não acontece a mudança o constrangimento é real quando se é necessário documentos como o RG. É necessário uma explicação descabida para que se resolva a situação.

Informação é muito importante para acabar com esteriótipos da transexualidade. Tão logo este tema é citado, há uma associação com a prostituição, o que no caso do Brasil é uma infeliz realidade, tendo quase 90% da população transexual atuando nesta área. É necessário fazer a reflexão dos motivos pelos quais este cenário se revela e como @s transexuais ocupam seus lugares de direito como escolas, hospitais, universidades entre vários outros.

Perante tantas dificuldades ainda há a questão de representatividade nos movimentos. As transexuais são mulheres e esperam ser vistas como tais, porém algumas vertentes dos

movimentos feministas ignoram esse fato e acabam , na sua militância, desrespeitando os direitos das mulheres trans. O trabalho trás essa discussão sob o ponto de conciliar, afinal o feminismo defende as mulheres sendo elas cis ou trans.

“O que eu tenho a ver com isso?”: (res)significando o enfrentamento a violência de gênero contra a mulher para homens autores de violência de gênero contra a mulher

Wemerson Cardoso Batista
wemersonc@yahoo.com.br

Simone Francisca de Oliveira
si.fos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: atendimento a homens autores de violência, famílias em situação de violência, Lei Maria da Penha, Violência de gênero.

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo de construção/reconstrução dos sentidos da violência e de seu enfrentamento para os homens autores de violência de gênero, observando o processo de negociação destes sentidos com seus familiares, após a participação em grupo de atendimento psicológico, ofertado pelo Projeto de Extensão “Junt@s: mulheres e homens contra a violência de gênero, no Centro Universitário UNA/Campus Barro Preto/Belo Horizonte/MG, por meio do convênio firmado com Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), através da Coordenadoria de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV). O projeto de extensão possibilita aos alunos o atendimento individual e em grupo operativo de homens autores de violência contra a mulher encaminhados via TJMG, bem como a relevância social que assume, uma vez que permite ao homem autor da violência um espaço de reflexão sobre a temática. Vale destacar e localizar a possibilidade de existência do Projeto e de grupos de atendimento a homens em um tempo histórico delimitado pela implementação da Lei Maria da Penha e de uma nova proposta de "modelação" da masculinidade e da heterossexualidade masculina a partir do respeito aos direitos das mulheres e da reflexão sobre a vivência da sexualidade para além dos discursos e estereótipos machistas. A criação destes dispositivos perpassam a construção de subjetividades masculinas e aposta em uma proposta de construção de novas relações entre os gêneros. Os atendimentos em grupo são realizados a luz das Teorias Feministas, uma vez por semana. São utilizados materiais que possibilitam a discussão e reflexão sobre os padrões socialmente impostos ao homem e a mulher e questões relacionadas à violência e sexualidade desmistificando a naturalização e a patologização da

violência. Até o momento, atendemos a 100 homens através de 40 sessões onde percebemos uma alteração comportamental e nos homens atendidos no que se refere a uma diminuição nas cenas de violência com suas companheiras e familiares. Considera-se de extrema importância este trabalho, mas percebe-se a necessidade de estratégias de cunho preventivo ao enfrentamento de violência doméstica e familiar. Ressalta-se também a importância acadêmica que o projeto representa para a formação dos estudantes de graduação possibilitando espaços de contextualização do fenômeno da violência e das relações de gênero a partir de uma perspectiva sócio-histórica, não individualista e nem essencialista.

Os discursos sobre os direitos civis LGBTs produzidos pela Revista G Magazine

Gerferson Damasceno Costa
gerfersonafim@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, normalização, direitos civis, G Magazine, sexualidade

A partir da década de 1990 os movimentos LGBTs organizados e mercado especializado desenvolveram importantes diálogos, a mídia passou a desempenhar um papel importante na divulgação das propostas desses grupos. O surgimento da G Magazine em 1997 se insere nesse contexto, a revista, que ganha bastante notoriedade por exibir ensaios de nu masculino, é marcada pela veiculação de matérias e reportagens acerca dos direitos civis da comunidade LGBT. Dessa forma, neste trabalho procuro analisar os discursos (re) produzidos pela revista G Magazine acerca dos direitos civis, como a reivindicação pelo casamento - parceria civil (união estável) - entre pessoas do mesmo sexo, pautados pelos movimentos LGBTs, entre os anos de 1997 e 2008, utilizando reflexões dos Estudos Queer e aportes teórico-metodológicos da Nova História Cultural. Problematizo a relação entre a afirmação de identidades, adotada para a defesa desses direitos, e formas de normalização e controle social das sexualidades dissidentes na contemporaneidade, bem como o modo pelo qual as categorias de gênero, sexualidade, corpo e desejo são mobilizadas na produção desses discursos. Busco discutir ainda a produção de ideais e padrões de comportamento para os gays e a sua interferências no processo de subjetivação desses indivíduos.

Os impactos da ditadura brasileira nas populações LGBT: discurso moralista, políticas públicas, repressão e resistência (1964-1985)

Bruno Michael Pereira de Abreu
brunompabreu@gmail.com

Luis Otávio Silva Botelho
luis.silvabotelho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Resistência, sexualidade., movimento LGBT, Ditadura.

O objetivo deste trabalho é traçar um breve panorama sobre os impactos da instauração da ditadura militar no Brasil na vida das e dos homossexuais durante os anos do regime, a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema e análise do Jornal O Lâmpião da Esquina (a imprensa LGBT alternativa que surgiu à época). Como a vida cotidiana das pessoas que performatizavam noções não-hegemônicas de gênero foi afetada? Quais foram os tratamentos dados aos corpos homossexuais ao longo do regime? Partindo destas questões, pretendemos contrapor dois conceitos-chave à compreensão do período, os de repressão e resistência, priorizando qual a forma que estes grupos - que estavam em processo de formação identitária e de incipiente organização coletiva - encontraram para se opor à ofensiva conservadora e moralista que se formou no Estado Brasileiro entre 1964 e 1985 e como foram construídos espaços alternativos de convivência e solidariedade tais como os guetos, coletivos universitários e movimentos sociais. A análise será feita em diálogo com as noções foucaultianas de poder e sexualidade e do conceito de performatividade de gênero de Judith Butler.

ST 10 - Indígenas, camponeses e quilombolas: métodos e abordagens na construção da historiografia brasileira

Ayalla Oliveira Silva

Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ayallasilva@yahoo.com.br

Grazieli Eurich

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
graieurich@hotmail.com

Tatiana Gonçalves de Oliveira

Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
tatih.oliveira@hotmail.com

George Leonardo Seabra Coelho

Doutor em História
Universidade Federal do Tocantins
george.coelho@hotmail.com

Proposta do Simpósio

Pretendemos neste simpósio discutir questões epistemológicas e dar vozes às narrativas silenciadas pelas relações de poder advindas da colonização europeia. Pelo menos até a década de 1970, historiadores e antropólogos tenderam a analisar as relações do pós-contato colonial como o encontro no qual os colonizadores teriam imposto sua cultura, organização social aos “dominados”, sobretudo, índios e negros escravizados, que tentavam manter, sem sucesso, o seu modo de viver. Portanto, era a história do choque entre mundos opostos, no qual seria enviesada a crônica da destruição, de submissão à “razão civilizatória”. Por muito tempo estas disciplinas produziram o silêncio dos diversos atores e apagaram suas trajetórias históricas. Desse modo, parecia ainda muito arraigada na historiografia brasileira a afirmação de meados do século XIX, de que os índios, quilombolas e camponeses não tinham História. Contudo, a década de 1980 foi palco de uma reorientação de pressupostos teóricos e metodológicos com correspondência com a própria luta dos movimentos sociais no Brasil, o que provocou reconfigurações decisivas na

pesquisa histórica, principalmente, através da exploração de novos arquivos e documentos. Também o diálogo entre diferentes disciplinas, como a história e a antropologia, foram capazes de tirar essas comunidades tradicionais da condição de simples objetos da colonização ou povos em vias de desaparecimento pela modernização da sociedade. Com a visibilidade de pesquisas cada vez mais crescentes acerca do protagonismo dos “esquecidos da história”, enquanto sujeitos históricos, as temáticas sobre índios, escravos e escravidão, quilombolas, comunidades camponesas, mulheres, pobres, dentre outras, deixaram o lugar marginal que ocuparam na historiografia brasileira. Nesse sentido, a presente proposta temática almeja ser um espaço para apresentação de pesquisas novas e em andamento, fomentando o debate sobre perspectivas conceituais, metodológicas e dialógicas que colaborem no entendimento dessas comunidades na História do Brasil. Para melhor direcionar o trabalho a ser desenvolvido nesse simpósio, priorizamos, além de pesquisas voltadas para a temática indígena, camponesa e quilombola, também estudos que se dediquem aos movimentos migratórios decorrentes de perseguições religiosas e étnicas, políticas ou econômicas, em contextos e temporalidades amplas.

Comunicações

Vivências de famílias camponesas no Recôncavo da Bahia, 1900-1910

Maria Cristina Machado de Carvalho
chrilcarvalho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Recôncavo, Camponeses, Mulheres.

A presente proposta de comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento que tem por objetivo esquadrihar às vivências e experiências de famílias camponesas no Recôncavo da Bahia. Para tal utilizamos como recorte teórico a história social, especificamente, Thompson, utilizando o conceito de experiência, uma vez que as famílias utilizam do costume para integrarem na sociedade pós abolição. No caso essas famílias camponesas são descendentes de escravos que viviam em 1900 como reideiros das fazendas fumageiras do Recôncavo. Sem posse de terras elas negociaram, utilizaram diversas estratégias para não só experimentarem a liberdade, mas ter definitivamente a posse das terras q outrora trabalhava.

DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E RACISMO NO COTIDIANO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Patrícia Fernanda Heliodoro dos Santos
patriciaheliodoro@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras, Preconceito e Violência, Racismo, Vulnerabilidade.

O presente trabalho faz uma abordagem social sobre a figura da mulher negra e sua vulnerabilidade, nos espaços privados e públicos, locais que ainda são permeados de práticas racistas, assédio moral, psicológico e sexual no Brasil do século XXI. Este estudo foi viabilizado pelas discussões e debates teóricos sobre as questões de gênero e de raça, principalmente no que caracteriza as estratégias de controle masculino sobre a mulher nos espaços públicos e privados. Pretende-se analisar os mecanismos e as estratégias de poder utilizados pelos homens no espaço público e privados, assim como a influência dos homens em perpetuá-las no século XXI. Metodologicamente baseou-se este trabalho em estudos bibliográficos associados à análise qualitativa de um vídeo postado no youtube produzido pelo Canal Saúde Oficial, aborda a vulnerabilidade de mulheres negras e pardas no seu cotidiano intitulado “ Mulheres Negras e Vulnerabilidades” de 28 de julho de 2016.

O documentário mostra mulheres negras que sofrem preconceito, discriminação e violência no seu cotidiano. O referencial teórico do estudo consiste em autores como Claudia de Jesus Maia , Stuart Hall, Michel Foucault, Margareth Rago, Djamila Ribeiro, Guacira Lopes Louro e diversos outros. Conclui-se que, as mulheres negras estão mais vulneráveis, pois é uma violência institucionalizada provocada pelo racismo.

A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTRADIÇÕES REFERENTES À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS

Thálita Maria Francisco da Silva
thalita_bio@yahoo.com.br

Silvania Ferreira Nunes Mandú
silvanianunes@mail.uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: informática, Tecnologia, Tradição.

As contradições da educação referentes à inclusão digital nas escolas são fator existente por quase todo o Brasil. Deste modo, se faz presente nas comunidades quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás, tendo em vista as aspirações das diretrizes voltadas para a educação. A exclusão se faz tema presente nas comunidades Kalunga, nesse caso muitas das comunidades não possuem energia elétrica, muito menos saneamento básico, com isso as condições de vida e de estudo são precárias. Visa-se com a presente pesquisa contribuir para reflexão em relação a implementação de laboratório de informática nas escolas das comunidades quilombolas Kalunga. É uma investigação que se assume particular, pois através dela procura-se descobrir o que há mais de essencial e característico, contribuindo assim para a compreensão global do fenômeno de interesse. Contou-se com visitas e entrevistas a moradores da comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, bem como análise do Projeto Político Pedagógico da escola, professores, coordenadora e representante das comunidades, e ainda através do acesso a vídeos elaborados a partir de perspectivas voltadas para a valorização da cultura de povos remanescentes de quilombos descendentes de africanos. Foi possível observar que ao utilizar os aparatos tecnológicos que visem o ensino aprendizagem, os professores devem priorizar a cultura, os ritos e as crenças que envolvem as comunidades descendentes de povos africanos e remanescentes quilombolas. A partir dessas considerações, é necessário promover a inclusão digital e consequente melhoria da qualidade da educação escolar através da inserção de recursos tecnológicos incorporados a programas pedagógicos. Para tanto, se faz necessário que os professores obtenham formação continuada e uma postura crítica inovadora, amplo conhecimento e habilidades para despertar no aluno a autonomia para utilizar o computador e outras tecnologias e com isso alcançar autonomia pessoal, necessária a manutenção da capacidade crítica diante da tomada de decisões ao longo de sua vida e em qualquer contexto que esse se encontre inserido, dentro e fora do campo.

Nutrir o espírito ou nutrir o corpo?: possibilidades de narrativa sobre rituais antropofágicos em livros de leitura do século XX

Helena Azevedo Paulo de Almeida
helenoca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, antropofagia, Livro de leitura, material escolar.

Desde os primeiros contatos entre colonizadores e nativos do território brasileiro estabeleceu-se um profundo estranhamento de algumas práticas ritualísticas autóctones. Para os europeus, a possibilidade de rituais antropofágicos era absurda e demoníaca, enquanto para os povos indígenas que se encontravam neste futuro território brasileiro, tal prática fazia parte de uma complexa sociabilidade entre diferentes etnias, como apontou Florestan Fernandes. Mas como o conhecimento de tais práticas era divulgado? Tais rituais eram visto apenas como práticas nutritivas bárbaras ou poderiam ser associados às cosmologias indígenas? Neste trabalho, propomos analisar algumas possibilidades de narrativa sobre a presença de abordagens sobre rituais antropofágicos nos livros de leitura, material escolar muito utilizado nas primeiras décadas do século XX. Ainda, Propomos esta análise a partir de duas vertentes interpretativas principais, divulgadas durante o século XIX, a saber: 1) a partir de Gonçalves de Magalhães, representado o movimento Romântico, que estabelecia sobre os indígenas uma importância crucial na formação do corpo nacional, e; 2) a partir de Francisco Adolfo de Varnhagen que, pelo contrário, negava qualquer importância desses grupos étnicos para a sociedade brasileira, ainda em formação. Assim, a partir do humanista Michel de Montaigne, que já no século XVI propunha a crítica ao que pode ser chamado de senso comum, procuramos entender como tais práticas canibalísticas eram apresentadas aos jovens alunos em, especificamente, dois livros de leitura: 1) *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim e 2) *Pátria Brasileira*, de Olavo Bilac e Coelho Neto. Estes livros, considerados best-sellers da literatura escolar, apresentam abordagens distintas e, considerando o grande período em que estiveram no mercado, pode-se inferir que tiveram grande importância na divulgação de tais rituais associados aos indígenas, principalmente considerando que durante as primeiras décadas do século XX, o livro de leitura era, muitas vezes, o único material ao qual o aluno tinha acesso.

Da oralidade à escrita: novos caminhos dos conhecimentos tradicionais indígenas

Diego Leandro Lima Pereyra
diegoboi321@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: materiais didáticos, intercultural, povos indígenas, Educação.

Vivemos em um momento impar do modelo educacional indígena, que caminhou a duras penas para estabelecer-se como, específico bilíngue e intercultural. Nesse novo paradigma educacional, os materiais didáticos produzidos pelos próprios indígenas se tornam essenciais para

a descolonização do conhecimento imposto pelo modelo ocidental à essas sociedades. Nesse sentido, a escrita indígena ganha destaque na da luta desses povos pela reafirmação de suas identidades étnicas. Nossa proposta é apresentar o estudo desta escrita a partir dos materiais produzidos pelos alunos da Licenciatura intercultural da UFMG, apontando a diversidade desses materiais, sua relação com a oralidade, imagens e mitos para esses estudantes e suas respectivas comunidades.

Uma visão dos indígenas do sul de Minas nos relatos de alguns memorialistas

Gustavo Uchôas Guimarães
virginenseuchoas@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Sul de Minas, História indígena, Memória.

A pesquisa sobre a história das localidades do sul de Minas Gerais revela diversos relatos de memorialistas que, sendo filhos da terra ou moradores das cidades sul-mineiras e sem a formação acadêmica em História, contam os processos históricos dos municípios sul-mineiros e oferecem um panorama da formação do sul de Minas desde o período colonial. Nesta pesquisa, vamos analisar como a presença indígena no sul das Gerais é vista e abordada pelos memorialistas Nelson Ribeiro Pires Júnior, Luís Barcelos de Toledo e Monsenhor José do Patrocínio Lefort, além do jornalista Bernardo Saturnino da Veiga. Os dois primeiros focam seus relatos em municípios próximos à divisa com o estado de São Paulo (Pouso Alto e Cristina, respectivamente); o terceiro faz relatos sobre os municípios que compõem a Diocese da Campanha; e o último escreveu as duas edições do "Almanach Sul-Mineiro" (1874 e 1884). Os quatro nomes pertencem a quatro momentos distintos da história sul-mineira, que vão desde a segunda metade do século XIX até o início do século XXI, oferecendo uma diversidade de linguagens na abordagem sobre o elemento indígena que compõe a população do sul de Minas Gerais. A análise dos relatos destes autores possibilita-nos ter um panorama do pensamento sobre o indígena e das formas como se o mencionam ou estudam fora do meio acadêmico, mas também oferece possibilidades de enriquecimento das informações e conhecimentos sobre a presença indígena no sul das Gerais, a partir do momento em que tais relatos são trazidos à análise historiográfica e acrescentam nos esforços de resgate da história indígena em pequenas localidades interioranas.

ORALIDADE E EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS-TO

Ionielle Santos Paula de Souza
ionielle@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: educação do campo, conhecimento científico, Formação de Professores, conhecimento popular.

Existem vários tipos de conhecimento, dentre eles, o popular, o filosófico, o científico e o tecnológico, os quais são frutos dos enfrentamentos do sujeito com o mundo mediatizado pelas experiências. Frente a necessidade de analisar as aproximações e distanciamentos entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, um desafio é posto para os professores da Educação do campo. Esse desafio é o objetivo deste trabalho, ou seja, a necessidade de formar educadores que sejam capazes de atuar em um mundo com necessidades diferentes. Diante o estudo sobre a relação entre o popular e o científico na formação de professores, nosso objetivo é abordar as experiências dos alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins campus Arraias. Discutiremos a relação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico na formação de professores para o campo. Essa investigação se dará através da metodologia da História Oral, onde poderemos nos aproximar das representações dos alunos sobre sua prática diária, assim como, no estudo dos meios pelos quais essas representações são apropriadas na formação do professor. Ao longo dessa pesquisa percebemos que os professores do campo usam muito do conhecimento popular/senso comum para ensinar seus alunos, pois muitas vezes lecionam em áreas que não é de sua formação. A partir das experiências dos alunos da licenciatura podemos dizer que o curso está influenciando na vida desses professores do campo, não de modo geral, uma vez que, ainda não há no campo a disciplina de música. Consideramos que além do apoio que o governo deveria dar as pessoas do campo, as universidades deveriam oferecer mais cursos de formação para os professores, assim como, abrir espaços para o conhecimento popular. Nesse sentido, muitos entrevistados apontam que os programas que existem não são suficientes para suprir todas as necessidades que o campo precisa. Diante de tudo, muitas coisas têm que ser mudadas e implantadas na melhoria da educação do, no e para o campo.

O MODERNISMO RICARDIANO E A POÉTICA DO MARTIM CERERÊ: A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO RURAL E A CIVILIZAÇÃO DOS SERTÕES

George Leonardo Seabra Coelho
george.coelho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: modernismo, sertão, História.

Esta pesquisa tem como foco principal o estudo da apropriação simbólica na literatura e sua transposição no campo político; em outras palavras, estudamos as forma de apropriação simbólica no poema M. C. Nosso estudo está fortemente marcado pela relação entre Literatura e História, principalmente pela forma como foram feitos usos e apropriações de uma obra poética nas décadas de 1920 e 1930. Tomando o poema lançado nas frestas do Modernismo brasileiro e que a cada reedição passou por variadas intervenções, realizamos uma investigação histórica um pouco mais ampla. Ao propor tal desafio, deparamo-nos com um poema que incorporou tradicionalidade e que, apesar disso, trouxe inovações no que se refere à estética e à temática do Modernismo brasileiro. Ciente dessa observação, trabalhamos com a hipótese de que, acima do valor para a História da literatura, para o entendimento das várias tendências literárias identificadas ao Modernismo ou para o estudo da obra em si – como expressão do espírito artístico individual –, esse poema também pode obter para o historiador o status de um importante registro sobre as tensões políticas, econômicas e ideológicas de seu tempo. Levamos em consideração o fato de que as seguidas reedições da obra – e com elas as subsequentes incorporações e eliminações – podem sugerir que o poema escrito por Cassiano Ricardo representou ao longo do tempo diferentes significados.

Aldeamentos e colônias nacionais agrícolas: descontinuidades e interações entre os “diferentes” projetos imperiais no Sul da Bahia

Ayalla Oliveira Silva
ayallaosita@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: aldeamento indígena, Colonização, Sul da Bahia, século XIX.

Na província da Bahia, durante o século XIX, pelo menos até a o final da década de 1880, havia um esforço demasiado em expandir o comércio e a colonização em duas frentes regionais: o dito sertão, que compreendia a construção de um corredor comercial entre a vila de Ilhéus, o arraial da Vitória chegando até Minas, um corredor relevante para a circulação de tropas, boiadas e cargas as quais deveriam escoar seus produtos no porto de Ilhéus; a outra frente era o centro, justificada pela abertura de uma segunda estrada na região, que daria acesso à outra: “estrada geral

de Nazaré”, norte da província. O discurso veiculado para a captação provincial de recursos a fim de garantir a abertura dessas estradas era o de que ela possibilitaria o alargamento dos espaços habitados por colonos, o que obrigaria os índios, cada vez mais encurralados, cederem à “civilização”. Ambos os empreendimentos envolvia a atuação de fazendeiros, moradores de Poções (termo de Nazaré), dos colonos da Cachoeira, dos índios de Catolé, das autoridades das vilas de Ilhéus e Vitória e, claro, dos capuchinhos italianos. Nesse processo, vale frisar, que o sul da província detinha especial atenção do governo central da Bahia por dois motivos de relevante reflexão. O primeiro, dizia respeito à avassaladora seca que atingiu o centro da província no final da década de 1850, cujos efeitos econômicos e sociais se perpetuaram nas décadas seguintes; o segundo, dizia respeito ao interesse provincial em colonizar e explorar as férteis terras do Sul da Bahia para fins da expansão da lavoura do cacau, principalmente. Nessa direção, as colônias nacionais agrícolas implantadas no sul da Bahia, a partir de 1857 serviam, paulatinamente, para arregimentar a população pobre do norte, bem como colonizar, definitivamente, aquela região intensamente habitada por populações indígenas não aldeadas e resistentes a tal processo. Nesse complexo emaranhado de atores e interesses destaco a colônia Cachoeira dos Ilhéus, implantada em 1870, para “civilizar” índios e absorver a população precarizada do centro da província. Cachoeira era dirigida pelos capuchinhos italianos e sua atuação vinculada aos aldeamentos Catolé e Cachimbo, também administrados pelos frades capuchinhos. Portanto, objetivo compreender a atuação paralela de aldeamentos de catequese e colônias nacionais agrícolas, no Sul da Bahia, e o papel dos frades capuchinhos como interlocutores desses projetos.

De encontro com a política: as lideranças indígenas Kaingang na demarcação de seus territórios no Paraná, final do séc. XIX e início do séc. XX

Grazieli Eurich
graeurich@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Paraná, Terras, Kaingang, Política, indígenas.

O presente trabalho abordará as estratégias de alguns grupos indígenas no Paraná na tentativa de manutenção de parte de seus antigos territórios diante das frentes de povoamento de colonos nacionais e estrangeiros e do projeto assimilacionista implementado no oitocentos. Tem como foco principal as várias viagens de lideranças indígenas à Curitiba, capital do estado do Paraná, reivindicando junto ao poder político estadual da época a demarcação de seus territórios

e as terras dos aldeamentos garantidas à eles pelo Império. Na resistência contra a ocupação de seus territórios, os indígenas lançaram mão não apenas de ataque e ameaças, mas também de outros expedientes, como a negociação política. Ainda no Império, em 1878, um grupo Kaingang conseguiu manter parte de seu território com a reserva da primeira Terra Indígena do Paraná, a Terra Indígena Marrecas. Este estudo também pretende discorrer sobre a atuação no estado do Paraná do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais -SPILTN (reformulado em 1918 quando deixa a tarefa de localização dos trabalhadores nacionais para o Serviço de Povoamento e passa a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios - SPI), a atuação do inspetor da região sul, José Maria de Paula e o “possível” abandono do Centro Agrícola Ivaí. O trabalho vincula-se a pesquisa de doutorado sobre o conflito ocorrido na região central do estado em 1923 entre os Kaingang e os povoadores da Vila da Pitanga. A hipótese da pesquisa é de que o conflito seria uma das consequências decorrentes da confusa política de terras implementada pelo estado, a não demarcação dos limites da Terra Indígena Ivaí após sua mudança em 1913 e a ausência de atuação da inspetoria do órgão indigenista na região. As teias de relações entre os Kaingang com os povoadores não indígenas, com a política governamental e com o SPI serão apoiadas em fontes primárias: jornais, ofícios, decretos, mapas e relatórios. Também com um trecho da entrevista de um senhor Kaingang sobre a memória do território da T.I Ivaí.

Migração e posse de terras: propostas metodológicas para o uso das Cartas de Sesmarias no estudo da formação territorial de Minas Gerais (1710-1835)

Mateus Rezende de Andrade
mateusandrade@ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Posse de terras, história do espaço, Migração, territorialidades, história agrária.

Há uma tradicional fragmentação dos caminhos da ocupação das Minas Gerais em duas temporalidades, uma primeira, delimitada pelo início do século XVIII, marcado por um povoamento minerador, o qual naturaliza o processo de surgimento dos arraiais e capelas. A segunda temporalidade, do final do século XVIII, quando se desenvolvia uma conjuntura econômica agropastoril, sob a qual, as capelas funcionaram como polos atrativos do povoamento. Entretanto, este delineamento interpretativo denota descaso a diversificação econômica, característica reconhecidamente fundamental ao desenvolvimento agrominerador de

Minas Gerais. Em outras palavras, não traz à cena historiográfica a multiplicidade de formas de trabalhos e ofícios, modos de vida e diferentes formas de acesso e ocupação da terra efetivada por sesmeiros, posseiros, agregados, foreiros, jornaleiros, faiscaidores, mineradores, garimpeiros e lavradores.

Este trabalho tem por objetivo contribuir com a historiografia que repensa o complexo processo de incorporação das áreas adjacentes aos núcleos de povoamento primários, destacando as transcorridas fronteiras da ocupação e formação da malha urbana no espaço das minas. Assim, através da análise das Cartas de Sesmarias outorgadas, cruzaram-se informações toponímicas nelas contidas com imagens cartográficas, procedimento que tornou possível pontuar uma aproximação georreferenciada das posses lançadas nos sertões.

Como resultado, constatou-se um ritmo geral nas concessões de sesmarias, o qual era espacialmente fundamentado: gradualmente ocupava-se a fronteira mais próxima, conformando um longo processo de conquista dos sertões, que por sua vez, lançava as bases fundiárias e eclesiásticas, instaurando a gênese da malha urbana. Em contrapartida, também foram averiguados momentos de intenso fluxo migratório para determinadas regiões, indicando eventos históricos específicos e como influenciaram aqueles agentes que lavraram a fronteira e recriavam sertões. Por fim, a partir destes dados, foram produzidas representações cartográficas destas sesmarias outorgadas, distinguindo por densidades espaciais os focos migratórios deste longo processo de expansão da fronteira, o que permitiu a percepção de suas distintas temporalidades.

Demarcação de terras indígenas no Brasil colonial: o caso da aldeia do Siri e da aldeia de Natuba

David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
barbuda.david@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colonial, História indígena, demarcação de terras.

As demarcações de terras indígenas no Brasil colonial é um tema ainda pouco explorado pela historiografia brasileira. Entretanto, muitos grupos indígenas durante quase todo período colonial reivindicaram a demarcação de suas terras ao governo português, especialmente após 23 de novembro 1700 com a publicação de um alvará régio assinado por D. Pedro II que regulamentava as demarcações de terras indígenas na colônia. Ao longo do século XVIII, diversas lutas jurídicas foram travadas pelos índios na Bahia e em Pernambuco, com base nessa lei, para

garantir a demarcação, pois os títulos de posse recebidos eram os instrumentos legais que garantiam o uso, a ocupação e a manutenção das suas terras.

Assim, em 1718, os índios da aldeia do Siri (Pernambuco) solicitaram, via petição ao rei a demarcação de “umas terras em que pudessem fazer as suas roças”. O mesmo aconteceu em 1729, quando o Pe. Antônio de Andrada, missionário da Companhia de Jesus e superior da missão dos índios de Natuba, Bahia, solicitou em nome dos índios a demarcação das terras deste aldeamento. E em 1738, outra petição dos índios de Pernambuco, intitulada de “petição dos índios e tapuias da América’ pediu ao rei terras e missionários para os aldeamentos da capitania.

A presente comunicação visa analisar algumas dessas demarcações, em especial as solicitadas pelas aldeias do Siri - PE e de Natuba - BA e as ações dos indígenas nesses processos, mostrar quais os interesses estavam em jogo e como os índios se organizaram politicamente e lutaram pelos seus direitos à terra.

Processo de expropriação de Terras indígenas no Espírito Santo (1850-1889)

Tatiana Gonçalves de Oliveira
tatih.oliveira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: indígenas, Registros, Santo, Paroquias, Expropriação, Terras, Espírito.

Esta apresentação faz parte do desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado, que pretende compreender o longo processo de expropriação das terras indígenas e integração da mão de obra indígena na província do Espírito Santo. O recorte espacial se delimitará na análise das vilas de Santa Cruz e Nova Almeida, antigos aldeamentos jesuíticos daquela província. A escolha de iniciar a pesquisa no ano de 1850 é importante, pois acreditamos ter sido a partir da segunda metade do século XIX que os conflitos agrários, envolvendo as terras indígenas, se intensificaram naquela região, desenrolando-se até o final do regime monárquico. Não que as disputas pelas terras indígenas tenham se encerrado naquele contexto, pelo contrário, elas tomaram formas variadas até os dias atuais. No entanto, nos interessa neste momento entender esse processo à guisa da lei de Terras de 1850 e seus desdobramentos na experiência espírito-santense ao longo do oitocentos.

ST 11 - Histórias, Memórias e Representações nas Américas entre os séculos XIX e XXI

Simpósio Temático

Caroline Maria Ferreira Drummond
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
caroldrummond@gmail.com

Carolline Martins de Andrade
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
carollmandrade@hotmail.com

Luan Mendes de Medeiros Siqueira
Mestrando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
luan.mendes94@gmail.com

Raphael Coelho Neto
Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
raphaelcneto@yahoo.com.br

Fernanda Luiza Teixeira Lima
Mestre em História/UFOP - Doutoranda
Universidade Estadual de Campinas
fernandaluizatlima@yahoo.com.br

Ivania Valim Susin
Mestre em História - Doutoranda
Universidade Estadual de Campinas
ivaniavalim@gmail.com

Marina Maria de Lira Rocha
Doutoranda em História Social
USP
mmlrocha@hotmail.com

Proposta do Simpósio

Buscando sedimentar um espaço perene e profícuo para os debates em torno de temáticas pertencentes ao campo da historiografia das Américas no EPHIS, propomos, nesta nova edição,

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

um Simpósio que reúna pesquisadores e interessados nas temáticas da História das Américas entre os séculos XIX e XXI. Tendo em vista as variadas investigações possíveis no que tange às diversas perspectivas teórico-metodológicas, construiremos três eixos de discussões.

O primeiro eixo se dedicará aos fenômenos políticos, tais como as independências; as formações dos Estados Nacionais; as organizações e mobilizações das sociedades civis; as revoluções; as ditaduras; as construções democráticas; os novos desafios da globalização e dos movimentos sociais no século XXI, suas relações com as dinâmicas culturais, de valores, crenças, normas e representações. Nesse eixo, também, serão discutidas as construções de identidades nacionais e continentais, multiculturalismos e identidades de minorias. Dentre as quais se destacam os estudos sobre indígenas, negros, gênero e sexualidade, ampliando, assim, a compreensão sobre a participação desses sujeitos no devir histórico do continente.

O segundo eixo proposto versará sobre as memórias das violências, físicas e simbólicas nas Américas, atentando para suas narrativas e representações. Desde os processos de colonizações e independências, é notório que a História das Américas foi marcada pela cultura da violência, resultado de escravidões, guerras civis-militares, violências estatais etc. Dessa forma, pretende-se debater trabalhos com diversos suportes narrativos da representação do trauma gerado pela violência e a estética dessa representação: documentos visuais – como o cinema, a fotografia e as artes plásticas -, documentos arquitetônicos - incluindo a arquitetura cemiterial, e o imaginário veiculado em livros didáticos ou na literatura.

Por fim, o terceiro eixo, pretende debater trabalhos sobre as lutas pela memória e pelos territórios de memória, em projetos que visem a educação aos direitos humanos na região. Percebendo os direitos humanos como centrais em diversas lutas políticas, serão debatidos estudos que tomem o reconhecimento das histórias de populações vulneráveis, aquelas que sofreram ou ainda sofrem violações em seus direitos, e estratégias públicas de reconhecimento das vítimas (de genocídio, de crimes de lesa humanidade, de terrorismo de Estado e demais violações), aproximando o passado das questões ainda abertas sobre políticas de memória e sua relação entre democracia e direitos humanos.

Comunicações

O neoliberalismo no México: críticas, resistência e impactos

PALAVRAS-CHAVE: México, Revista, Neoliberalismo.

Para além de configurar-se enquanto um modelo econômico, o neoliberalismo pode ser entendido também como uma corrente ideológica transnacional, que tem influenciado o político, o econômico e social de diferentes nações da América Latina. A presente comunicação buscará dar enfoque na implementação do neoliberalismo no México, país que desde a década de 1980 adotou paulatinamente o modelo, tendo como marco a implementação do NAFTA (North American Free Trade Agreement) no ano de 1994. Tomaremos como referência “Chiapas” (1995-2004), revista acadêmica produzida pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), cuja criação foi motivada pela insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento social indígena mexicano. Assim, buscaremos expor as críticas feitas ao modelo neoliberal, bem como as formas de resistência e os impactos desse no território mexicano, que são abordadas na publicação. Nosso objetivo é evidenciar de que forma os intelectuais que se reuniram em torno de “Chiapas” buscaram atuar no debate público, pois a revista configurou-se enquanto um espaço de resistência ao neoliberalismo e funcionou também como um lugar de aproximação com o EZLN.

Revisando a bibliografia sobre o EZLN: precisamos falar sobre as FLN

Luiz Guilherme Ferro Costa Veppo

ferrocostaluiz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Indígena, (FLN), Exército, Liberación, Libertação, (EZLN), Nacional, Zapatista, Fuerzas, Movimento, Chiapas, Zapatismo.

Resultado da longa experiência do movimento indígena e da esquerda armada mexicana, é criado em 17 de novembro de 1983, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). No ano de 1994 os zapatistas surpreendem o mundo com a tomada de assalto de diversas cidades do estado de Chiapas. Os indígenas organizados como um exército popular declararam guerra ao Estado mexicano e declaram que não continuarão submetidos à opressão e exclusão que lhes foi imposta durante os cinco séculos anteriores. O conflito marcado por extrema desigualdade bélica, se arrasta pelos primeiros doze dias do ano de 1994 e resulta em várias baixas para o lado indígena. A barbaridade da guerra se desdobra em uma gigantesca comoção da sociedade civil,

que pressiona as forças beligerantes por um armistício. Atendendo ao clamor popular o EZLN e o Estado mexicano declaram o cessar-fogo a partir do dia 13 de janeiro. A trégua pactuada é mantida até o dia 11 de dezembro do mesmo ano, quando a mudança do governo do estado de Chiapas é interpretada pelo EZLN como uma quebra dos termos que definiram o armistício. Esta avaliação se desdobra na retomada das operações militares pelos rebeldes e na destruição da estrutura administrativa da denominada “região em conflito” para sua substituição por outra estrutura política, constituída a partir da concepção zapatista de democracia.

Este parágrafo representa bem como a maior parte da bibliografia sobre o EZLN produzida no Brasil trata este fenômeno. A maioria dos autores não enfrenta o desafio que representa a análise dos os anos de clandestinidade do EZ, se contentando com informações superficiais acerca de elementos significativos do processo. Exemplo mor disto é o fato de a criação do EZLN ser idealizada e impulsionada pelas Fuerzas de Liberación Nacional (FLN) - organização política fundada em 1969, na cidade de Monterrey, radicada no estado de Nuevo Leon e este fator não ser explorado na bibliografia. A grande maioria da bibliografia sobre o processo em questão não fornece grandes informações acerca dos dez anos em que o EZLN salta, de menos de uma dezena de militantes no ano da sua fundação, para os milhares de combatentes que aparecem organizados nas suas fileiras no ano do levante armado como se a organização em questão não tivesse qualquer papel neste processo. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar os resultados parciais da pesquisa em curso que pretende explorar a participação desta organização no desenvolvimento do EZLN.

A lei do Cão: engajamento político literário e sua interação com a história do México neoliberal

Alysson Faria Costa
alyssonfcosta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: México, Neoliberalismo, Narcotráfico, literatura.

Este trabalho pretende pesquisar as relações entre Literatura e História na Obra "A Lei do Cão" do autor estadunidense Don Wislow. Um dos pontos iniciais de nossa investigação pretende indagar sobre as articulações da obra literária com o contexto do neoliberalismo mexicano. Essa obra se insere na relativamente recente temática da literatura e narcotráfico que têm mobilizado interesse da crítica literária desde “os anos 2000”. Ao pesquisador, mostraram-se interessantes as possibilidades de diálogos dessas narrativas com o contexto social, político e

cultural do México contemporâneo, principalmente a partir da década de 1990, momento marcado pela implementação e desdobramentos da política neoliberal. Um dos nossos objetivos com este trabalho é investigar sobre as potencialidades dialógicas entre a obra literária e o contexto neoliberal no México, problematizando a política de guerra às drogas implementada pelos E.U.A e integrada na política do Estado mexicano. A compreensão da presença histórica do narcotráfico mobiliza uma diversificada relação com a sociedade mexicana, ao pensarmos sobre sua inserção cultural à medida que se manifesta musicalmente através dos narcorridos, suas manifestações estéticas pelo estilo de vestuário muito difundido, a mobilização das tradições orais e camponesas, que são marcas indeléveis na historicidade do narcotráfico e que são urdidas nas narconarrativas. A investigação do fenômeno da narcoliteratura possibilita um primeiro mapeamento de uma rede de autores e da sociabilidade narrativa que estabelecem. A análise terá como referenciais metodológicos os debates sobre nação de Patrícia Funes, Benedict Anderson, articulando com as possibilidades de reflexão entre História e Literatura propostas por Mikhail Bakhtin e Alfredo Bosi, que possibilitam pensar as relações da matriz ficcional com os contextos sociais, históricos e políticos. Dialogaremos também com os trabalhos que investigam as especificidades da história do México, como Hector Aguilar Camín & Lorenzo Meyer, Igor Fuser e Carlos Alberto Sampaio Barbosa. Acreditamos que ao investigarmos estas obras literárias, lidaremos com fontes que lançam outra leitura sobre o narcotráfico e sua relação histórica com o México, sem limitarmos a uma leitura que folclorize o narcotraficante e o coloque como injustiçado, mas que compreenda a complexidade do narcotráfico, personagens reconhecidos pela violência.

Protagonismo e demandas das mulheres na insurgência do movimento Zapatista

Luana Vieira da Silva
luana_vieiras@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: México, Zapatismo, Mulheres, Indígenas.

O Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) apareceu a público em 1º de Janeiro de 1994 como um levante armado, reivindicando acesso à terras, políticas nacionais de reconhecimento da dupla identidade dos insurgente (como mexicanos e pertencentes a uma tribo) e o fim do extermínio do povo indígena. Com a ocupação de seis cidades na região de

Chiapas, o movimento zapatista se fez conhecer no território nacional do México, mas também internacionalmente por meio de suas publicações via internet.

Mas o zapatismo também foi um movimento que abriu espaço para a discussão sobre os problemas relacionados à identidade e igualdade de gênero, colocaram em discussão os costumes que atentavam contra a dignidade feminina. Além disso, a presença feminina tanto em combate quanto em altos cargos do exército foi algo que chamou atenção dos civis, nas cidades ocupadas pelo EZLN a partir de 1994.

No levante a Mayor Ana María foi responsável por ocupar San Cristóbal, uma das principais cidades da região de Chiapas. Comandanta Ramona ocupou um dos maiores cargos da estrutura civil de comando e junto com a comandanta Esther foi responsável por elaborar a Ley Revolucionária de las Mujeres, documento responsável por colocar as mulheres em par de igualdade com os homens dentro do movimento zapatista.

O objetivo desse estudo é compreender a importância da ala feminina do movimento zapatista na desconstrução da dominação de gênero na região de Chiapas no México na década de 1990, a partir dos discursos e do protagonismo das mulheres indígenas, assim como analisar suas demandas a partir da Ley Revolucionária de Mujeres.

Pedro Zulen e o “problema do índio” (Peru, 1911-1918)

Guillermo Alexis Fernández Ramos
guillermo_ean@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Peru, Pedro Zulen, “Problema, do índio”.

Nesta comunicação apresentarei algumas notas sobre a relação de Zulen com as lutas sociais do Peru contemporâneo a inícios do século XX, centrando em sua participação no debate sobre o “problema do índio”. A partir desta luta social podemos perguntar: até que ponto foi criativa sua teoria e práxis. Nossa proposta é que as elaborações teóricas de Zulen são criativas porque foram acompanhadas de uma práxis diferente dos demais intelectuais de sua época.

Martín Luis Guzmán: entre a Revolução e a "raiz dos males mexicanos"

Carolline Martins de Andrade
carollmandrade@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade nacional, México, História.

Na presente proposta de trabalho intencionamos analisar o primeiro livro do escritor mexicano Martín Luis Guzmán: *La querrela de México*, publicado originalmente em 1915. Temos como objetivo principal investigar a forma como Guzmán compreendia os problemas do México naquele momento, poucos meses após sua saída dos conflitos revolucionários que marcaram a década de 1910 no país. Juntamente a isso, intencionamos também observar o ambiente cultural e de ideias políticas e sociais das duas primeiras décadas do século XX no México, tendo em vista relacioná-las com as perspectivas esboçadas pelo escritor chihuahuense no livro em questão.

O Brasil e as projeções continentais do México revolucionário: a construção de um latino-americanismo através do periódico MONTERREY, editado pelo escritor-embaixador Alfonso Reyes no Rio de Janeiro nos anos 30

Natally Vieira Dias
natyvdias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: diplomacia, latino-americanismo, México revolucionário, Intelectuais.

O latino-americanismo foi um dos principais elementos sobre os quais se baseou a projeção internacional do México a partir da Revolução de 1910, tendo sido oficialmente fomentado por uma ativa política externa cujo cerne foram projetos de caráter político-cultural.

Uma das principais expressões do fomento mexicano à identidade latino-americana pode ser encontrada na estratégia diplomática conhecida como “diplomacia das letras”, realizada através da nomeação de reconhecidos literatos como representantes diplomáticos do México em países sul-americanos, com o objetivo não apenas de projetar internacionalmente a cultura mexicana, como também de estreitar os laços culturais entre esses países, buscando viabilizar a solidariedade latino-americana sob a qual se baseava a inserção internacional do México revolucionário.

Um grande exemplo dessa estratégia foi a designação do reconhecido escritor Alfonso Reyes para a embaixada mexicana no Rio de Janeiro, em 1930. O intelectual-diplomata permaneceu nesse posto até 1936 e durante todo esse período editou o periódico *MONTERREY: Correo literario* de Alfonso Reyes que, muito além de funções estritamente literárias, cumpriu um importante papel político de propaganda internacional de seu país.

A proposta da comunicação é mostrar que a publicação levada a cabo por Reyes apresenta-se como uma fonte de grande relevância para se compreender os meandros que envolveram as relações entre os intelectuais e a política cultural do México revolucionário. A ênfase encontra-se no fato de que esse “correio literário” – que apresentava-se como uma

publicação de caráter pessoal e simplesmente voltado à literatura – na realidade também serviu de plataforma política para a difusão da imagem do México como o grande articulador de uma solidariedade continental que ultrapassava os limites hispano-americanos e buscava incluir o Brasil de maneira efetiva.

Campo e Cidade: a modernização no México e no Brasil a partir das obras de Juan Rulfo e Graciliano Ramos

Marcos Vinicius Gontijo Alves
mvhistoria@ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Cidade, Campo, História, América Latina.

A principal dimensão da pesquisa que dá corpo à apresentação aqui proposta se baseia em trabalhos que analisam a relação entre a política e os projetos de distribuição de terras no Brasil e no México entre 1930-1940, quando do início da chamada Era Vargas (1930-1945) e do fim do mandato sexenal do presidente mexicano Lázaro Cárdenas (1934-1940). Ato contínuo, tais políticas voltadas para o campo, em um período de modernização, são analisadas a partir de fontes como o conto *Nos han dado la tierra* (1945), do escritor mexicano Juan Rulfo (1917-1986), e capítulos como “Fabiano”, “Cadeia” e “Festa”, da obra *Vidas secas* (1938), do escritor brasileiro Graciliano Ramos (1892-1953).

Procura-se estabelecer, nesse sentido, um diálogo com os trabalhos dos historiadores Marcus DeZemone e Clifford Welch, que revisam a historiografia acerca do governo Vargas e sua relação com o campo; com o trabalho do historiador mexicano Ílan Seno, que propõe uma outra perspectiva e explicação causal do retrocesso das reformas sociais alcançadas pelo cardenismo no México, incluindo a larga distribuição de terras, realizada sobretudo entre 1935-1938; e, por fim, com análises literárias sobre as fontes, principalmente as conduzidas por Luís Bueno e José Carlos González Boixo. Pretende-se enfatizar a faceta do político nas obras estudadas, a partir da perspectiva dos escritores acerca da questão do campo e da cidade, em narrativas que foram elaboradas num período conturbado de modernização e transformações sociais.

Este trabalho tem como objetivo, por fim, apresentar as possibilidades presentes para uma análise comparativa entre as obras de ambos os escritores, considerando que tais narrativas apareceram em contextos similares num momento em que a América latina, como um todo, testemunhava um processo de modernização estritamente guiado por seus Estados, e que afetava

ou se distanciava das demandas e necessidades apresentadas pelos camponeses tanto no México como no Brasil.

Palavra e Revolução: A produção literária de Gioconda Belli na Nicarágua Sandinista (1970-1990)

Amanda Maia Vannucci
amandavannucci@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Gioconda Belli, Nicarágua, Revolução Sandinista.

A proposta desse trabalho é apresentar a trajetória política da escritora nicaraguense Gioconda Belli durante o período da Revolução Sandinista (1970-1990). Nesse sentido, se procura analisar de que maneiras suas experiências políticas dialogam com sua produção literária. Ao aproximar os campos da História e Literatura durante o período da revolução, o trabalho parte do pressuposto que o campo literário é um território de disputas políticas, de apropriações de símbolos diversos na construção do cenário político e cultural da Nicarágua.

Arte marginal e resistência política: um estudo sobre a obra Lumpérica (1983), de Diamela Eltit

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua
isadora.vivacqua@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Resistência político-cultural, Lumpérica, Literatura de testemunho, Chile.

Durante a ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), a escritora Diamela Eltit (1949-) destacou-se pelo forte engajamento político por meio de sua produção cultural. Em 1979, em conjunto com outros intelectuais, Eltit fundou o Colectivo Acciones de Arte (CADA), grupo que objetivava denunciar a ditadura chilena a partir da realização de intervenções artísticas pelas ruas de Santiago. Para isso, procuraram conhecer as diversas regiões da cidade, inclusive as áreas mais periféricas, enxergando em todas elas espaços para as suas intervenções urbanas. Destacamos que a atuação de Eltit no coletivo influenciou diretamente na sua outra importante forma de engajamento político: a criação literária. Muitas das personagens de seus livros referem-se a sujeitos que ela conheceu e entrevistou enquanto integrava o CADA, e que lhe forneceram leituras críticas sobre o contexto de seu país. A primeira obra escrita pela artista foi chamada Lumpérica e publicada em 1983, no Chile.

Lumpérica é uma importante produção literária que, por meio da narrativa testemunhal, foi capaz de destacar espaços e sujeitos marginalizados tornando-os os protagonistas de sua história. O próprio título já aponta esta característica da obra, ao poder ser interpretado como a união das palavras “Lumpen” e “América”, referindo-se assim tanto à população que vive em situação de miséria, quanto à uma região que foi submetida a diversas formas de exploração e passava por um contexto conturbado de golpes e ditaduras militares. A proposta desta comunicação é, então, analisar como Eltit utilizou da arte como uma ferramenta de resistência política. Mais especificamente, discutiremos as representações criadas pela escritora em seu livro Lumpérica sobre o governo pinochetista, e como estas ajudaram a denunciar a repressão do Estado chileno e a intensificação do quadro de desigualdade no país. Discutiremos, também, como tal produção literária se relaciona com algumas intervenções urbanas realizadas por Eltit no CADA.

Ressaltamos, por fim, que ao utilizarmos a literatura como uma fonte para a investigação histórica estamos nos baseando nos estudos de Luiz Costa Lima (2006) que destaca que o pesquisador deve ir além da visão comum, que percebe a literatura como mera fantasia. Para ele, o texto ficcional literário incorpora, ainda que de uma maneira metafórica ou indireta, parcelas da realidade. Nos ampararemos, assim, em tal perspectiva teórico-metodológica para conduzirmos a nossa pesquisa.

História e “escrita de si” na obra Las cartas que no llegaron (2000) do escritor uruguaio Mauricio Rosencof

Rafael Pereira de Negreiros
rafael_negreiros@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: ditadura uruguaia, literatura uruguaia, Mauricio Rosencof.

O presente trabalho tem como objeto o livro Las Cartas que no llegaron do escritor e dramaturgo uruguaio Mauricio Rosencof, publicado em 2000. Por meio da análise dessa obra como documento histórico, propomos uma reflexão sobre suas características dialogando com algumas abordagens presentes na historiografia, caso das discussões que envolvem literatura y testimonio e o debate sobre a “escrita de si”. A pesquisa sobre o romance nos possibilita, também, adentrar o contexto da ditadura uruguaia (1973-1985) dando a dimensão dos efeitos da repressão política sobre um indivíduo militante de uma organização revolucionária, o Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaro, além de compreendermos as conexões

estabelecidas, por meio da narrativa, entre diversas temporalidades, uma vez que o romance aborda diversas temáticas importantes na história desse país platino, como a imigração europeia, o processo de urbanização e crescimento da capital, a afirmação de identidades sociais (famílias de origem judaica) e a discussão da identidade nacional. Temos como objetivo, ainda, analisar alguns aspectos da trajetória e circulação desse livro, considerando sua acolhida no meio literário, no ambiente acadêmico e a maneira pela qual o engajamento político do autor interferiu nesse processo.

Muito além da realidade: aproximações entre Borges e David Bowie

Warley Alves Gomes
warleyalvesgomes@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: J.L.Borges, David Bowie, Ficção.

O trabalho busca pensar pontos em comum entre o escritor argentino Jorge Luis Borges e o músico britânico David Bowie tendo a ficção como centro condutor e a(s) modernidade(s) como ambiente de produção - tanto de obras quanto de si mesmos. Apesar da distância temporal (Borges nasceu em 1889 e Bowie - David Jones - em 1947) e geográfica, sustentamos a hipótese de que ambos construíram suas carreiras a partir de um ponto em comum: o jogo entre a realidade e a ilusão típico da teoria ficcional. Esse jogo se dava através da contestação da realidade a partir de uma intensificação da ambiguidade, de modo a construir obras cujos sentidos são pouco claros e sempre múltiplos. Outros pontos em comum também são observados entre estes atores, como a construção, em suas obras, de temporalidades que rompem com a linearidade; o cosmopolitismo; e a capacidade de atuarem como "captadores" de elementos culturais de suas respectivas épocas.

A mitificação da revolucionária Haydée Santamaría na história cubana

Carolina de Azevedo Müller
carolina.azeller@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Haydée Santamaría, Casa de las Américas, guerrilheiras cubanas, Revolução Cubana.

Nesta pesquisa, financiada pela Fapesp (proc. 2016/04202-5), estamos investigando o processo de mitificação da guerrilheira revolucionária cubana Haydée Santamaría na história

cubana. Membro do Movimento 26 de Julho cujas ações acarretaram a Revolução Cubana e, após a vitória dos rebeldes, presidente do órgão cultural Casa de las Américas, Haydée teve profunda influência política e cultural em Cuba, sendo também conhecida e respeitada nos círculos de esquerda, na América Latina. A documentação selecionada para esta pesquisa são textos, em geral biográficos, produzidos desde seu suicídio em 1980, que incorporam parte da memória oficial cubana, por se tratarem de textos publicados em sites oficiais cubanos e em um livro publicado em outro país com o apoio de instituições cubanas. Nestes textos, temos verificado que a narrativa biográfica constrói uma identidade de Haydée como heroína nacional. Estamos analisando historicamente este processo de heroicização, enfatizando as características atribuídas a essa heroína, em que atentamos ser recorrentes em boa parte das descrições de outras heroínas da história cubana e latino-americana. Ainda, estamos problematizando a questão do gênero nesse processo de heroicização. Por fim, estamos analisando como foi interpretado o seu suicídio, e as razões da minimização de seu papel de guerrilheira em contraste com sua função de presidente da Casa de las Américas, entre outros cargos institucionais.

Trajectoria e representações políticas do Partido Socialista Popular cubano no ano de 1952

Ana Paula Cecon Calegari
anapccalegari@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cuba, Trajetória, Partido Socialista Popular.

Nesta apresentação, trataremos da representação feita pelo Partido Socialista Popular (PSP) do cenário político cubano durante o ano de 1952, dando ênfase ao movimento dos partidos nacionais diante das eleições que deveriam ter ocorrido naquela ocasião e a reação dos comunistas frente ao golpe de estado de 10 março de 1952, que colocou o general Fulgêncio Batista no poder e marcou o início de uma ditadura. Aqueles acontecimentos foram fundamentais na transformação da trajetória do PSP, em especial quanto às mudanças táticas e programáticas, o que teve fundamental importância no posicionamento político do partido em relação à revolução que se acercava.

Representações da maternidade criadas e difundidas pelo cinema cubano nas décadas de 1970 e 1980

Natália Iglésias da Silva Scheid

PALAVRAS-CHAVE: Revolução, Cuba, Cinema, Maternidade.

O Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos – ICAIC foi criado após o triunfo da Revolução cubana para congregar e controlar toda a produção cinematográfica da Ilha, sendo um de seus principais objetivos produzir e disseminar propaganda revolucionária. Contudo, utilizando-se de múltiplas estratégias, o Instituto conseguiu produzir, em diversos momentos, um cinema de qualidade e não apenas propagandístico e pedagógico. Porém, é inegável que estar atrelado ao governo afetou sua produção, tendo como exemplo disso o fato de que muitas vezes temáticas abordadas nos filmes partiram de demandas do Estado. Uma dessas demandas foi a da mulher cubana, uma vez que a situação da mulher na nova sociedade era de grande interesse para os novos dirigentes. Entendemos que os filmes criaram e divulgaram novas representações políticas e culturais a respeito das mulheres. Eles se enquadraram em um novo discurso empreendido pelo governo revolucionário em relação a condição feminina e o papel que a mulher desempenharia na sociedade. Na presente proposta de trabalho, partindo da análise de filmes produzidos pelo ICAIC nas décadas de 1970 e 1980, buscamos compreender quais foram as representações da maternidade criadas e difundidas pelo cinema do período, assim como identificar os interesses que motivaram tais representações.

Augusto César Sandino e a luta de classes na Nicarágua

Igor Santos Garcia
igorsangarcia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: FSLN, Sandinismo, História da Nicarágua.

O trabalho pretende discutir como a análise marxista da história da Nicarágua, levada a cabo pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) a partir da década de 60, atribuiu a Augusto César Sandino o papel de catalisador das contradições de classe do país centro-americano. A análise de documentos referentes à FSLN permitirá o estudo das ideias políticas de Sandino para, em seguida, compreender o papel atribuído a ele na conjuntura política nicaraguense entre as décadas de 20 e 30 do século XX. As análises do movimento sandinista destacam elementos econômicos da história da Nicarágua, a formação do proletariado rural no país e o nível avançado de consciência de classe do líder Sandino. A análise histórica leva em conta, portanto, elementos objetivos e subjetivos que permitiram a articulação do Exército

Defensor da Soberania Nacional (EDSN), guerrilha comandada por Sandino na luta contra a intervenção norte-americana na Nicarágua, entre 1927 e 1933. Vários elementos históricos se enquadram na proposta, a exemplo do desenvolvimento do capitalismo na Nicarágua a partir da agricultura do café, a oposição entre liberais e conservadores na política nacional e a formação do proletariado rural em consequência do avanço latifundiário. A própria biografia de Augusto César Sandino ganha aqui papel de destaque, uma vez que sua experiência no movimento sindical, quando viveu no México, é considerada um dos aspectos fundamentais para a formação política do líder revolucionário nicaraguense.

De Seattle ao Occupy Wall Street: A transformação das organização dos movimentos sociais

Marcio Bernardi

bernardi@bernardimarcio.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Seattle, XXI, Street, XX, séculos, Wall, Manifestações.

O trabalho consiste em analisar as mudanças na maneira de atuação dos movimentos sociais pós queda do muro de Berlim, para isso será utilizado dois movimentos norte-americanos que contêm semelhanças e diferenças na forma de manifestação.

O primeiro movimento a ser apresentado ficou conhecido como batalha de Seattle, uma das últimas manifestações do século XX. A manifestação que ocorreu na cidade de Seattle tinha como alvo a reunião OMC (Organização Mundial de Comercio) que se reunia para a discussão do projeto intitulado Rodada do Milênio que previa preparar a economia mundial para o novo século com um viés neoliberal, com propostas que afetavam de questões ambientais a direitos humanos. Com este leque amplo de debates acontecendo, um grupo amplo de movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas dentre pessoas não ligados a nenhuma forma de ativismo social, saíram as ruas contra estas propostas. Essa união de movimentos e pessoas tão distinta em Seattle pode ser compreendida pelo seu slogan: Teamsters and Trurtle together at last! (caminhoneiros e tartarugas enfim juntos!).

Apesar da heterogeneidade da manifestação existia um consenso na tomada de decisões, mas não necessariamente uma centralidade de lideranças que definiam e davam as funções a seus manifestantes. Outra característica desta manifestação foi a não recusa da utilização da violência em suas ações considerando este ato legítimo durante o processo de se manifestar.

O segundo movimento a ser analisado ocorreu em na cidade de New York no ano de 2011 com seu epicentro em Zoccotti Park e recebeu o nome de Occupy Wall Street, onde um grupo de pessoas se reuniram para questionar o funcionamento do sistema econômico norte americano e como ele influência na política governamental do país.

Assim como na batalha de Seattle, o Occupy Wall Street contou com o apoio e ativismo das mais diversas pessoas e contava com o apoio de uma nova forma de manifestante: o virtual, que foi formado por pessoas que apoiavam a causa a partir da internet levando a uma pulverização de ocupes em vários locais do globo. Como Seattle, os funcionamentos das tomadas das decisões não eram centralizados, porém diferente de Seattle a violência como forma de atuação política foi abandonada pelos manifestantes.

Esses dois movimentos são importantes para compreender as mudanças dos movimentos sociais da passagem do século XX para o XXI e suas formas de comunicação.

A guerra do Paraguai: uma análise interdisciplinar

Walisson Deoclecio Quadros
walissonquadros@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tordesilhas, guerra, Paraguai.

No século XIX, a Guerra do Paraguai se caracterizou por fatores políticos, econômicos e territoriais, envolvendo indiretamente o cenário internacional no contexto da Tríplice Aliança. Os resultados da Guerra tiveram consequências importantes para a contemporaneidade, uma vez que seus reflexos afligiram e ainda afligem os que habitam em seus limites territoriais, o que dificulta a recuperação do País. Uma análise da Guerra do Paraguai deve situar-se numa perspectiva interdisciplinar, haja vista as disputas territoriais e econômicas estarem presentes na região desde os primeiros registros de contatos com os homens que habitavam as Américas, estando as fronteiras estipuladas a partir de tratados elaborados na Europa. Com base no Tratado de Tordesilhas e no Tratado de Madrid, com auxílio da Cartografia, percebem-se algumas distorções que justificam os motivos para a deflagração da Guerra.

Debates sobre as violações aos direitos humanos durante a ditadura militar chilena na revista Chile-América

Raphael Coelho Neto
raphaelcneto@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: América, Chile, Direitos Humanos, Exílio, Ditadura Militar.

Como representação da capacidade de articulação dos intelectuais e políticos chilenos no exílio, muitos foram os encontros e as iniciativas engendradas como forma de resistência à ditadura militar de Augusto Pinochet. Dentre tais iniciativas, foi fundada em Roma, na Itália, em 1974, a revista Chile-América, que nasceu da necessidade de se promover o debate político por meio da publicação de artigos, ensaios e críticas analíticas contrárias à ditadura chilena. Estiveram à frente desse empreendimento político-cultural: Bernardo Leighton e Esteban Tomic, tradicionais membros da Democracia Cristã chilena; José Antonio Viera-Gallo, filiado ao Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) e, a partir de 1987, ao Partido Socialista chileno (PS); e Julio Silva Solar, ligado originalmente ao MAPU e, depois, à Esquerda Cristã (IC). O primeiro número de Chile-América saiu em setembro de 1974, um ano após o golpe militar. Sua publicação era mensal, e, não obstante alguma irregularidade, foram editados 89 números até 1983, ano em que a revista deixou de ser publicada no exílio. Como se nota, Chile-América originou-se da aproximação política entre parte da esquerda chilena, sobretudo a de origem cristã, e os democrata-cristãos de centro-esquerda no combate à ditadura. Junto à atuação político-partidária, os principais editores e colaboradores da revista pertenceram ao âmbito progressista do Direito e da Igreja Católica chilena. Não por acaso, desde seus primeiros números a revista priorizou textos teóricos ou de denúncia às violações aos direitos humanos no Chile após 1973. A partir da edição de número 3, foi publicada a seção Derechos Humanos, presente em quase todos os números do impresso. Dado o relevo conferido a essa abordagem em Chile-América, estabelecemos como proposta central desta comunicação a análise dos principais debates e reflexões na revista sobre os direitos humanos no Chile durante a ditadura, identificando os principais colaboradores que pensaram a respeito da questão e de que modo suas vinculações político-sociais matizaram “visões de mundo” acerca de temática tão central em um cenário de intensa violência política praticada pelo Estado.

Memórias em construção: O passado e o presente da ditadura militar representado no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (Chile)

Fernanda Luiza Teixeira Lima
fernandaluizatlima@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: museu, Chile, Ditadura, Memória.

Ao finalizar umas das últimas ditaduras do Cone Sul a sociedade civil chilena empreendeu diferentes formas para reconduzir seu país a democracia, buscando reestabelecer não apenas o Estado de direito e institucionalização dos poderes políticos, mas também construir diferentes caminhos para enfrentar o legado das violações dos direitos humanos cometidos pelos agentes militares durante o regime. Neste contexto, a demanda por verdade e justiça por diferentes órgãos da sociedade, pelas vítimas diretas da repressão entremeadas às políticas de reconciliação do Estado abrem novos sentidos de reelaboração do passado recente do Chile. Produzindo assim uma nova diferenciação e especialização no interior do campo dos direitos humanos.

Entre as diversas estratégias para o alojamento e ressignificação dessas lembranças ocorre pela inauguração de memoriais em diferentes regiões do país. Para essa apresentação trataremos especificamente do Museo de la Memoria y los derechos humanos inaugurado em 2010. A partir de dados coletados e estágio no local durante três semanas será proposta algumas contribuições sobre como a exibição permanente do museu pode ser entendido como exemplo dos tipos de reelaboração que foram feitas no Chile. O projeto museológico e a mostra permanente demonstram disputas de memórias e nos ajuda entender esse passado no presente da como um processo de negociação constante.

Nesse espaço museológico, a partir da elaboração de discursos de memória e da necessidade de fundamentar caminhos para transmitir mensagens sobre o passado repressivo às novas gerações, as experiências ganham caráter coletivo e intensidade política sob a proposta do não esquecimento.

¡Mataron a Gaitán! Aspectos visuais da violência do Bogotazo, Colômbia, 1948

Ivania Valim Susin
ivaniavalim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, Bogotazo, fotografia, Violência, Colômbia.

O dia 9 de abril de 1948 ficou conhecido como Bogotazo depois que o célebre líder do Partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado com três tiros pelas costas quando saía de seu escritório de advocacia no centro de Bogotá. Entre gritos de “¡Mataron al Doctor Gaitán, Mataron al Doctor Gaitán!”, o suposto assassino, Juan Roa Sierra, teve seu corpo arrastado por uma turba revoltada e descontrolada ao longo de oito quadras - trecho que separava o local do assassinato do Palácio do Governo, onde, já morto, foi pendurado com os braços abertos, como

se fora crucificado. Aparentemente sem motivações políticas, o assassino apenas alegava ser a reencarnação de Quijada e Santander e, mais tarde, veio a saber-se que era membro da Rosa Cruz. À morte e profanação do corpo do assassino, seguiu-se uma série de destruições de monumentos históricos, prédios públicos e incêndios por toda a extensão do perímetro urbano e também na zona rural. Na manhã seguinte, Bogotá encontrava-se completamente arrasada. Centenas de corpos não identificados foram enviados ao Cemitério de Bogotá onde uma nova galeria precisou ser aberta para comportá-los. Os eventos do Bogotazo foram intensamente fotografados, sobretudo pelos fotógrafos: Manuel H. Rodríguez, Sadi González, Luis Gaitán (Lunga) e Carlos Jiménez, entre outros. As fotografias, por sua vez, circularam nas narrativas de periódicos nacionais e internacionais. Gaitán, de carreira política meteórica, era o atual líder do Partido Liberal e mesmo sem êxito na primeira tentativa, surgia como possível vitorioso nas eleições presidenciais seguintes, com forte apelo junto às massas. Cabe dizer que os governos dos últimos 40 anos, incluindo o do presidente àquele momento, Mariano Ospina Pérez, haviam sido conservadores. Nos anos seguintes, precisamente até 1965, a Colômbia viveu um período de terror que ficou conhecido como La Violencia, com a formação de bandos e milícias, sobretudo nas áreas rurais. A tortura, a mutilação, a decapitação e a violação dos corpos das mulheres, além da prática de queimar pessoas vivas, constituía-se em alguns dos elementos de uma cultura da violência em oposição à intransigência do Estado. O objetivo desta comunicação é tratar de alguns aspectos da violência conforme foram evidenciados no fotojornalismo àquela época. Considerar o Bogotazo na sua dimensão visual, assim, é o objetivo primeiro: a visualidade como fio para tecer a trama histórica.

A participação feminina no grupo de esquerda argentino Exército Revolucionário do Povo (ERP)

Amanda Monteiro Diniz Carneiro
amandamondiniz@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: revolucionários, Participação, Mulheres, Política.

O presente trabalho tem como objeto analisar a participação das mulheres no grupo guerrilheiro argentino denominado Exército Revolucionário do Povo a partir de 1970. O grupo se organiza em fins dos anos de 1960 recebendo influências do contexto Argentino e também da revolução cubana, no que se refere principalmente, à luta armada. Era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista. O

estudo da atuação das mulheres, principalmente em grupos políticos que se denominam revolucionários, torna-se fundamental para problematizar os espaços masculinizados da política. A partir de uma pesquisa preliminar, constatamos que muitas vezes mulheres e homens atuavam reforçando esta visão. O fato de afirmarem-se revolucionários não os eximia de reproduzir diversos espaços de dominação da sociedade. Poucos estudos historiográficos discutem sobre a condição feminina nos espaços políticos, como por exemplo, nos partidos, sindicatos, etc, durante esse período. Geralmente, debates são realizados sem diferenciar a questão de gênero, seus impactos e diferenças na militância e no interior das organizações políticas. Nesse contexto, esta pesquisa, que se encontra em andamento, busca novas perspectivas para pensar as mulheres como personagens históricos, principalmente no movimento popular e no jogo político.

Fronteiras em disputa na Guerra da Cisplatina (1825-1828)

Luan Mendes de Medeiros Siqueira
luan.mendes94@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: fronteiras, Guerra da Cisplatina, Estados.

Este presente trabalho tem como proposta central discutir a questão das fronteiras entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata na Guerra da Cisplatina (1825- 1828). Analisar a participação dos ministros dos negócios estrangeiros durante o conflito cisplatino torna-se fundamental já que esses últimos não eram simplesmente representantes oficiais do governo mas sim indivíduos possivelmente ligados à propriedades da maneira direta ou indireta na região fronteira entre os recém- Estados independentes. Com isso, procuramos averiguar tais questões e discutir de uma maneira geral a política externa desses países especificamente na região do Rio da Prata, uma área de constantes instabilidades políticas, e disputada pelo Brasil e Províncias do Prata, a futura Argentina, no decorrer de quase todo o século XIX. Trazemos como documentação trabalhada algumas correspondências dialogadas entre os ministros das relações exteriores momentos antes da eclosão da guerra, onde percebemos tentativas de estabelecimento de limites territoriais visando o que chamam de "preservação dos limites entre os Estados vizinhos". Pensar na ideia de uma fronteira "móvel e viva", nos ajudará a discutir tal conceito para esses atores sociais.

Representações das Américas no periódico O Universal, 1825-1842

João Eduardo Jardim Filho
joao.eduardojardim@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: América, Nação, Rio da Prata, Representações, Imprensa.

Este trabalho é um relato das análises feitas acerca das representações das Américas no periódico O Universal de Ouro Preto, que circulou em Minas Gerais no período de 1825 a 1842, no contexto histórico da formação dos estados nacionais na região do Rio da Prata. Desta maneira, analisam-se as representações de outros países americanos na imprensa do Brasil, investigando o seu papel na construção de noções sobre a nação brasileira e a preocupação do periódico com a continuidade de publicações acerca acontecimentos e processos relacionados aos países vizinhos. Para tanto, utiliza-se o conceito de “comunidades imaginadas”, desenvolvido por Benedict Anderson, na interpretação dos termos de “nacionalidade” encontrados na fonte. Portanto, infere-se que a partir desses vocábulos se delimitavam noções de uma “nação brasileira” no imaginário do público leitor, já que a nação nesse momento ainda não havia sido definida, mas estava em vias de construção.

Duarte da Ponte Ribeiro e a Missão Especial às Repúblicas do Pacífico (1851-1852)

Cristiane Maria Marcelo
cris.maria.marcelo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Duarte da Ponte Ribeiro, Império do Brasil, Repúblicas do Pacífico.

Tenciona-se com esta comunicação problematizar o processo de ampliação das relações diplomáticas do Império com as Repúblicas do Pacífico a partir da segunda gestão de José Paulino Soares de Sousa, o futuro Visconde do Uruguai, à frente da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Elegemos os anos de 1851 e 1852 por representarem um momento de inflexão na política externa do Império. Naquele contexto, o Brasil finalmente rompeu com sua política de neutralidade e decidiu enviar uma missão especial aqueles governos, encabeçada por Duarte da Ponte Ribeiro, para assinar tratados de limites, comércio e navegação e afastar os perigos de formação de uma liga antibrasileira diante da guerra declarada pelo Império ao governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Exploraremos as razões para a escolha de Duarte da Ponte Ribeiro e a importância de sua atuação diplomática no estreitamento de laços com os países vizinhos.

Irmãos Latinos ou Parentes Distantes : A construção nacional e a identidade Latino-Americana pela ótica do General Abreu e Lima

Monique Santana de Oliveira Sousa
moniquesousa.ial@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Abreu Lima, Nação, parentes, latinos, irmãos, identidade, América Latina.

O brasileiro, General José Inácio de Abreu e Lima teve grande destaque no meio político e social através dos seus escritos e atuações políticas na independência da América Espanhola como combatente ao lado de Simon Bolívar.

Imerso no contexto de formação da nacionalidade brasileira e concepção de América Latina, Abreu e Lima, na sua produção intelectual abordou o processo de nação, a questão do pertencimento, do território e dos perigos da fragmentação, a questão racial, a República versus Monarquia e outras assuntos pertinentes ao quadro nacional.

A ideia de uma identidade latino-americana era algo distante da perspectiva social, pois, o Brasil ora era parte integrante da América- Latina, junto a seus irmão latinos ora fitava os seus olhos a espelhar-se no mundo Europeu e fazia dos seus irmãos latinos meros parentes distantes.

A formação da identidade de um ser é construída por meio das relações sociais que ele desenvolve com o outro. Suas tradições, costumes e práticas são filosofias construídas, a partir de valores e conceitos erguidas por uma sociedade, em outras palavras, a identidade se inicia a partir da diferença.

A ideologia de “América Latina” surge a partir de questões territoriais e não por identificação de união entre os próprios latinos. A identidade que nos uni é formada a partir da identidade que nos nega, desta forma, entende-se a necessidade da construção e afirmação de uma identidade Latino-Americana para negar a concepção de América produzida pelos colonizadores como o “local do selvagem”.

ST 12 - História da África e seu ensino no Brasil

Felipe Silveira de Oliveira Malacco
Mestre em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
fmalacco@hotmail.com

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas
Mestre em História Social
Universidade Federal de Minas Gerais
jeocasta@hotmail.com

Taciana Almeida Garrido de Resende
Doutoranda em História Social
Universidade de São Paulo
ticianagarrido@gmail.com

Proposta do Simpósio

Este simpósio tem como proposta a continuidade do diálogo entre pesquisadores dedicados ao estudo da História da África e/ou seu ensino no Brasil, iniciado neste evento em 2013. Procuraremos promover e renovar o intercâmbio de visões e recortes distintos ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas, cujo maior crescimento se deu no país nos últimos anos e que, na Universidade Federal de Minas Gerais, encontram-se num processo de desenvolvimento promissor.

Após mais de uma década da criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos na educação básica, tempo no qual os esforços de se construir uma narrativa histórica por um prisma africanista e não eurocêntrico se multiplicaram nas universidades, pareceu-nos premente a manutenção de uma mesa de debate acerca do tema no EPHIS. A proposta é garantir e perenizar a existência de espaços de troca e diálogo dedicados ao tema da presença dos africanos na construção da história como atores e autores. Entendemos que o crescimento da importância da área na graduação e pós-graduação em História deve ser parte central da discussão, pois representa dimensão direta da relação entre produção científica e acadêmica e o mundo social.

Por se tratar de um campo em formação, cuja expansão encontra-se vinculada à lenta modificação das instituições de ensino superior e básico de todo o país, este simpósio possui

propositalmente ampla receptividade de comunicações. Gostaríamos de mantê-lo como um simpósio temático plural, que inclua trabalhos sobre diferentes recortes cronológicos e geográficos e uma esforços de pesquisadores que queiram compreender as culturas africanas em sua historicidade.

Propomos, assim, a reunião de variados marcos cronológicos e objetos de pesquisa desenvolvidos em torno da História da África, bem como de seu ensino. Espera-se que diferentes perspectivas temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões a se desenvolverem. Almejamos, por fim, dar continuidade neste VI EPHIS a um simpósio cujo foco central é a História africana, estabelecendo-se um espaço importante de abertura dos campos e dos olhares a perspectivas interdisciplinares, promovendo e afirmando a temática na pesquisa em história na UFMG.

Comunicações

OS SENTIDOS DAS PALAVRAS ESTORYA E MEMORYA EM UM TEXTO DE GOMES EANES DE ZURARA

Keila Natacha Silva de Lima
keilanlima3428@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gomes Eanes de Zurara, quatrocentistas, Crônicas, História, Memória.

Este trabalho analisará o uso dos vocábulos estorya e memorya no prólogo da Crônica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por Gomes Eanes de Zurara, cronista oficial do rei português, D. Afonso V (1448-1481). O estudo buscará refletir sobre os significados das palavras citadas acima na apresentação de um texto requerido pelo poder régio.

Mudanças no papel dos jabacouces na realização das cerimônias religiosas na Guiné

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas

PALAVRAS-CHAVE: jabacouces, práticas religiosas, Guiné.

Esta apresentação consiste na análise dos relatos escritos por André Álvares de Almada (1594), André Donelha (1625) e das cartas missionárias, escritas pelo Padre Baltasar Barreira, de 1604 a 1612. Documentos que abordam aspectos sociais, políticos e econômicos da região compreendida entre o Rio Senegal e Serra Leoa, denominada nos documentos administrativos como Guiné. O presente trabalho buscou compreender as práticas religiosas dos barbacins, casangas, banhuns e papeis, alguns dos muitos povos que viviam nessa região. A intenção é compreender a importância dos Jabacouces na realização das cerimônias religiosas e como este papel se alterou com o passar do tempo. Além da análise dos documentos, pretende-se mostrar a importância dos relatos de viagem como valiosa fonte documental para entender a história da Guiné, entre o século XVI e XVII.

A apresentação em curso se inscreve na vertente historiográfica, a qual foi postulada no final dos anos 1980, e que vem ganhando força; ela se refere à possibilidade de utilização de “fontes europeias” na construção da História da África. As principais fontes utilizadas no trabalho foram os relatos de viagem de dois mercadores cabo-verdianos que se identificavam como europeus e estiveram na região denominada como Guiné do Cabo Verde, são eles André Álvares de Almada e André Donelha e as cartas do padre português Baltasar Barreira, o qual também esteve na região, entre 1604 e 1612. O objetivo é identificar e compreender as práticas religiosas centrais dos barbacins, casangas, banhuns e papeis.

Ao analisar as práticas religiosas dos povos da Guiné, através dos relatos de viagem, é fundamental discutir a metodologia utilizada na análise das fontes. Importantes pesquisadores como Adam Jones, Albert van Dantzing, David Henige, Robin Law e Paul Hair, por meio do jornal *History in Africa*, contribuíram para o debate metodológico em torno da utilização de relatos de viagem. Além disso, em julho de 1986, ocorreu na Alemanha, em Bad Homburg, um Simpósio Internacional que reuniu historiadores de diversas universidades. Um dos frutos do encontro foi uma coletânea organizada por Beatrix Heintze e Adam Jones e intitulada *Europeans Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse*.

História da religiosidade na África Ocidental: a nação Arriata nos séculos XVI e XVII

Clara Abrahão Leonardo Pereira
claraalpereira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da religiosidade, História da Guiné, História da África.

A comunicação "História da religiosidade na África Ocidental: a nação Arriata nos séculos XVI e XVII" objetiva desvelar a religiosidade da nação Arriata da província da Guiné entre os séculos XVI e XVII, através da análise de registros documentais escritos, advindos especialmente dos relatos de viagem de portugueses dos séculos em questão. Esse período produziu um montante de documentos dos quais é possível retirar uma quantidade substancial de informações, inclusive acerca do sistema de crenças dos diversos grupos étnicos da região, ainda pouco exploradas pela historiografia. Os arriatas, tidos pelos lusitanos - e, de maneira geral, pelos cristãos - como "idólatras" ou "gentios", não praticavam o islamismo, religião pela qual a maior parte das nações acima do Rio Gâmbia havia se convertido naquele momento. Por esse motivo, nos parece especialmente interessante estudar suas manifestações religiosas, já que esse aspecto social é responsável não apenas por dar coesão à uma sociedade, mas, na medida em que a constitui, também a traduz, em parte. Tal noção pode levar à uma compreensão expandida acerca de aspectos fundantes das práticas sociais das nações guineenses, que revelam inclusive suas formas de adaptação ao novo contexto atlântico em que se inseriram a partir do século XV. Os relatos de viagem portugueses da época se empenharam em descrever as manifestações religiosas e o sistema de crenças das nações africanas e, por isso, constituem uma fértil fonte para compreender e complementar as lacunas de informações históricas. Apesar disso, mais do que um complemento, tais documentos constituem uma visão estrangeira e evada de subjetividades, que muito indicam sobre seu próprio redator e, no limite, sobre a sociedade em que se constituiu. Nesse sentido, nos parece que há aí uma possibilidade de análise que revela importantes aspectos históricos da sociedade portuguesa para além da análise das formas religiosas da nação dos arriatas, especialmente das concepções lusitanas sobre os grupos étnicos guineenses. Portanto, procuramos indicar a existência da necessidade de compreender a religiosidade Arriata, assim como a forma que essa nação compreendia a si própria e era compreendida pelos portugueses.

Religião e Comércio na Senegâmbia 1580 –1700

Felipe Silveira de Oliveira Malacco
fmalacco@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Senegâmbia, Religião, mundo atlântico, Comércio.

A Senegâmbia é a região que corresponde ao território entre as bacias hidrográficas do rio Senegal e do rio Gâmbia, desde as suas nascentes no planalto do Futa Djalon até o ponto em que os rios se encontram com o Oceano Atlântico. Corresponde atualmente ao extremo sul da Mauritânia, a Gâmbia e a maior parte de Senegal. É uma região que era plenamente conectada às redes comerciais atlânticas, desde o século XV. No período que se encerra essa proposta de comunicação, a região era habitada principalmente pelos fulas, mandingas e jalofos. Entre 1580 e 1700, é notório um cenário de convivência entre agentes de diferentes práticas religiosas, sendo que em localidades específicas como Porto D'Ale e Rufisque, as fontes produzidas por europeus indiciam a presença de agentes de nove práticas religiosas diferentes. Embora, no discurso, essas mesmas fontes condenem os chamados "infiéis" e o cenário de convivência religiosa que se reproduzia na Senegâmbia, os europeus não se furtam de comerciar com os agentes das mais diversas religiões. Buscaremos discutir se para os agentes fulas, mandingas e jalofos a religião poderia, de alguma forma, ser fator impeditivo para as trocas comerciais. Outra pergunta que visaremos também discutir é se essa diferença entre prática e discurso por parte dos relatos europeus é reflexo de normas sociais e culturais internas à Senegâmbia, se diz respeito a um processo de secularização do pensamento ocidental, onde a perspectiva do lucro se torna mais relevante do que o dilema moral de conviver em bons termos com o "infiel", ou ainda se é fruto de ambos os casos.

As possibilidades presentes na re-construção de trajetórias de existências ordinárias: o caso de Catharina Juliana

Flávia Gomes Chagas
flaviagchagas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: inquisição, microbiografia, agência da mulher africana.

O propósito de reconstituir trajetórias é tentador. Dizer da vida e morte, ser historiador, detetive, e senhor do destino do sujeito que por acaso cai em suas mãos via rastros do passado. Remontar uma vida, preencher lacunas e encaixar evidências presentes em documentações na mesma narrativa. Assim as biografias existem no limite entre História e Literatura. Entretanto, já nos foi demonstrado que a reconstituição possível para a história a partir de experiências pessoais

de sujeitos históricos se dá pela possibilidade de dizer de um contexto mais amplo, mesmo a partir das mais extraordinárias existências.

Seria possível, então, utilizar a mais ordinária das existências, se elas existem, para dizer de seu contexto histórico? Dizer do contexto de uma mulher africana escravizada em Angola em meados do século XVIII? Quando esta mulher, Catharina Juliana, é acusada de feitiçaria e se torna ré do Santo Ofício temos chances de tentar compreender sua vida, e como essa vida foi vivida, utilizando seu processo inquisitorial como evidência histórica e ponto de partida para as investigações. De certo não será possível a reconstituição completa de sua trajetória, mas ainda assim pretende-se ter acesso a vislumbres do cotidiano e ter novas possibilidades de perguntas sobre o contexto de tal cotidiano. Esta comunicação pretende apresentar Catharina Juliana, discutir as dificuldades e as possibilidades presentes no processo inquisitorial de Catharina Juliana, além de tentar demonstrar sua trajetória como evidência da criação de um espaço de coexistência de culturas e tradições, nomeadamente europeia e tipicamente africanas, possível em um mundo atlântico de constantes trânsitos de culturas e mutuas influências entre continentes banhados pelo atlântico.

Pretende-se principalmente, demarcar as estratégias de sobrevivência e resistência de uma mulher africana e as formas que foi possível demonstrar agência, mesmo em um contexto de violência institucional e institucionalizada como era (e é) o mundo para as mulheres negras.

LIBERTAÇÃO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE: Reflexões Sobre o Discurso de Samora Machel em 1973

Jacqueline Maia dos Santos
jacqueline.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação, Mulheres, Libertação, Moçambique.

Na atualidade, é reconhecido que o colonialismo europeu deixou marcas duradouras e difíceis de serem extinguidas no continente africano. Em relação as mulheres, situações de submissão e abuso sob a qual as mesmas estavam inseridas de certa forma se agravaram, e se tornaram mais complexas, já que a colonização culminou na tentativa de padronização social e imposição de costumes europeus, desmontando e transformando a diversidade de padrões nos quais as comunidades e famílias eram estruturadas nas diversas sociedades africanas.

Foi a partir da Conferência de Berlim, em novembro de 1884 a fevereiro de 1885, que se estipularam as regras de ocupação da África pelos colonizadores, além do fomento de uma ação

imperialista, embora não tenha sido ela a dar início às investidas europeias. A população africana não aceitou de forma passiva a dominação europeia; existiram resistências africanas de diversas formas, desde as tentativas diplomáticas até a resistência bélica, todavia, em um contexto onde prevaleceu principalmente a dominação econômica europeia, a situação da mulher africana ficou ainda mais fragilizada.

A recuperação da autonomia dos países africanos se iniciou na década de 50 do século XX, facilitada sobretudo pela fragilidade econômica dos colonizadores nos pós Segunda Guerra Mundial aliado ao apoio ideológico e moral, e em menor escala financeiro, do pan-africanismo e dos negros na diáspora. O pan-africanismo contribuiu para a ideia de reconstrução das identidades nacionais. Todavia, as amarras da colonização demoraram a ser rompidas e as sequelas de anos de ocupação colonial ainda repercutem nas sociedades do território africano, principalmente no que concerne a opressão de gênero. A guerra de independência de Moçambique emergiu neste contexto.

Para uma análise da situação feminina na África no período da Guerras de Independência e considerando a amplitude do continente e suas particularidades, foi escolhido apenas um país, Moçambique, que assim como o Brasil, também foi colonizado por Portugal. A proposta central do trabalho é analisar o papel da mulher na construção da identidade nacional moçambicana, bem como o projeto de emancipação feminina da FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana), a partir da leitura do discurso “A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo” proferido pelo líder Samora Machel em 04 de março de 1973, ainda no no contexto da guerra pela independência (64-75).

Os prazos da coroa e a situação de Moçambique na segunda metade de Oitocentos

Thiago Henrique Sampaio
thiago.sampaio92@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Zambézia, Colonialismo Português, Senhores do Prazo, Prazos da Coroa, Moçambique.

Os prazos da coroa foram instituições seculares empregados na colonização da Zambézia em Moçambique. Foram criados por Portugal no século XV e empregados nas suas administrações do ultramar nos séculos posteriores. No século XIX, eles constituíram instituições únicas em todo o continente africano, representando a fusão de elementos europeus e africanos,

constituindo uma possibilidade da expansão colonial portuguesa. Ao longo do tempo, foram considerado feudos em Moçambique, mas as novas interpretações historiográficas dessa instituições demonstram de que forma elas representavam as características dominantes de duas sociedades em contato, a portuguesa e os africanos. Mesmo sendo uma instituições de origem lusitana, os senhores dos prazos ao longo do século rivalizavam com os colonos portugueses a respeito da dominação de território na região da Zambézia. Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a instituição dos prazos começaram a ser combatida por Portugal no território zambeziano. O presente trabalho busca apresentar a situação de Moçambique durante a segunda metade de Oitocentos mostrando o papel dos prazos nesse período e as transformações que aconteceram na localidade na última década de XIX, assinalando as tentativas portuguesas de interferência nesse instrumento de dominação colonial que existiu durante séculos conhecidos como prazos da coroa.

A concessão de territórios na colônia de Moçambique: a Companhia do Niassa (1891-1929)

Lorena Dias Martins
lorenadiasmartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Companhia do Niassa, Colonialismo, Moçambique.

Até o final do século XIX o território da colônia portuguesa de Moçambique não conheceu fronteiras definidas e por isso a região sofria grande influência de outros países colonizadores.

A partir de finais do século XIX, Portugal abriu a colônia de Moçambique para o capital internacional e a região norte desse território foi oferecida, em regime de concessão, à empresas privadas de várias nacionalidades para que estas estabelecessem uma colonização mais efetiva da região. A partir dessa concessão foi criada a Companhia do Niassa.

A Companhia recebeu direitos de concessão sobre uma grande área, as atuais províncias do Niassa e Cabo Delgado. Além disso, a Companhia se governava a partir de uma jurisprudência própria, caracterizando um regime dentro de outro regime.

O objetivo dessa apresentação é discutir sobre os modos que a Companhia utilizou na exploração da região a ela concedida e o impacto de sua atuação para a população nativa.

D. Sebastião Soares de Resende: educação, resistência e o lusotropicalismo em Moçambique

Ivangilda Bispo dos Santos
ivangildabs@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: D. Sebastião Soares de Resende, Moçambique, Educação Colonial, Lusotropicalismo.

O sistema educativo colonial em Moçambique, assim como em outras colônias portuguesas, foi um dos instrumentos de controle e segregação dos povos colonizados. A igreja católica tinha um papel de destaque na missão de “educar” os africanos, sobretudo a partir da década de 1940. Em uma trajetória diferente da desejada pelo Estado Novo o primeiro bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, atou na defesa de uma educação melhor para a população negra. Acreditava que poderia colaborar com a formação de um novo Brasil em África, concepção muito defendida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre por meio do lusotropicalismo. Este ideal foi apropriado pelo salazarismo durante as décadas de 1950 e 1960 para justificar sua soberania sobre outros povos – o que não impediu o uso seletivo e com finalidades diferentes da mesma noção por outros agentes. Desta forma, este artigo tem como objetivo refletir sobre a educação dos moçambicanos a partir da atuação de D. Sebastião Soares de Resende e apontar possíveis elementos do pensamento freyriano que podem ter contribuído para suas críticas a educação colonial em Moçambique.

Um “significado único na nossa História”: Representações do massacre de Mueda nas páginas do jornal Notícias (1975-1986)

Cintia Mary de Oliveira
cintia_mary@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Massacre de Mueda, Nacionalismo, Construção Nacional, Moçambique.

No dia 16 de Junho de 1960, ainda sob o jugo colonial, uma multidão de pessoas se reuniu na sede do distrito de Mueda, região norte de Moçambique, para participar de uma manifestação contra a administração colonial portuguesa. Após a inflexibilidade mostrada pelo governo colonial em atender as reivindicações dos colonizados, ocorreu um enfrentamento entre a multidão e o aparato militar colonial presente. Esse enfrentamento resultou no assassinato de

centenas de moradores da região pelos soldados coloniais e ficou conhecido como Massacre de Mueda.

Em 1975, após anos de resistência armada, Moçambique tornou-se independente sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique - Frelimo. A partir de então, a construção de uma identidade nacional e a manutenção da unidade tornaram-se as principais demandas do país. Nesse sentido, a mobilização do Massacre de Mueda pelo discurso oficial nacionalista foi importante, visto que um retorno a um passado em comum – o da opressão colonial – serviu como instrumento de coesão e fortalecimento da moçambicanidade. Além disso, o episódio foi apontado pelo discurso oficial nacionalista como o primeiro momento em que a população se uniu contra o colonialismo buscando a independência, passando a enxergar a luta armada como a única via para a libertação da opressão colonial.

Esta apresentação abordará os discursos e representações produzidos a respeito desse massacre, presentes no jornal moçambicano Notícias entre os anos de 1975 e 1986. Através da análise deste jornal, pretende-se indicar as apropriações feitas do Massacre de Mueda pelo discurso nacionalista desenvolvido pela Frelimo, bem como a atuação da imprensa no processo de construção da identidade nacional moçambicana.

A rumba congoleza e a multiplicidade cultural no Congo Belga

Evelyn Rosa do Nascimento
evy.rosa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Congo, panafricanismo, rumba, África.

Este trabalho tem por objetivo discutir o papel da rumba congoleza no Congo belga durante a década de 1950, a fim de evidenciar a “multiplicidade cultural” e a construção das identidades congoleza, panafricanista, transatlântica em ebulição no período. A popular música congoleza "Independance tcha-tcha", que se tornou uma espécie de hino da independência da África francófona nesse período, tocada pelo congolês Grand Kallé e sua banda L'African Jazz, foi composta para comemorar a oficialização da independência do Congo e incentivar a continuidade de um movimento mais amplo, isto é, a libertação do povos africanos. Dessa forma, destacamos aqui o papel das artes populares, tal como a rumba congoleza como uma expressão cultural que ao lado de movimentos políticos, ideologias e manifestações sociais revelam não só o

papel do pan-africanismo como movimento que embasava as lutas pela independência, mas também evidencia a conexões culturais e políticas desse período.

Festivais de política: o pan-africanismo e a nação em disputa no continente africano (1950-1969)

Raissa Brescia dos Reis
rah.brescia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da África, pan-africanismo, Independências Africanas.

Após o ano de 1960, grande parte das antigas colônias africanas se libertam do jugo colonial e novas necessidades e pautas emergem com o novo cenário de múltiplos estados e elites políticas. Nesse contexto, os festivais e congressos acadêmicos e culturais tornam-se instrumentos e espaços para disputas em torno da formação de coalizões e alianças, bem como de sua liderança simbólica e efetiva. Nessas ocasiões, o discurso pan-africanista, lido e construído por vários dos grupos que emergiram durante a década de 1950 como líderes de movimentos independentistas, ganha novas apropriações e renovado peso político.

A apresentação aqui proposta tem como objetivo analisar os embates políticos no cenário internacional africano no imediato pós-independências através dos vários eventos realizados na década de 1950 e 1960 no oeste e norte do continente. Destacando-se entre eles, o Congresso de Accra, o Festival Mundial de Artes Negras de Dakar, de 1966, e o Festival Pan-Africano de Argel, de 1969.

Pretende-se, portanto, através desses momentos privilegiados, mapear ideias e ideais de nação e cultura dentro dos países realizadores e, ao mesmo tempo, na dinâmica internacional e regional africana em reestruturação. Uma contribuição para o estudo da história recente africana por uma perspectiva da complexidade e da agência histórica de seus atores..

“Ni Apolo ni Oddudúa”: ecos obra de Frantz Fanon nas páginas da revista Tricontinental

Lídia Maria de Abreu Generoso
lidigeneroso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Frantz Fanon, revoluções, pan-africanismo, Tricontinental, Intelectuais.

Este trabalho busca analisar os debates publicados nas páginas da revista Tricontinental acerca de pan-africanismo, construção do Estado-nação e descolonização em África buscando traçar as implicações disso para a cultura, a arte e o papel dos intelectuais; ressaltando ainda o forte diálogo com obra de Frantz Fanon presente naquelas páginas. Acreditamos que as páginas de Tricontinental atribuíram à arte funções bem delimitadas de construção do Estado nacional, crítica do capitalismo e do colonialismo, e atuação como “arma” no combate ao imperialismo cultural. Perpassaremos ainda questões importantes para a história intelectual africana, entre estas as divergências entre négritude e pan-africanismo, os dilemas entre nacionalismo e internacionalismo; particularismo e universalidade. Abordaremos também a circulação do pensamento social africano – particularmente mas não exclusivamente da obra de Frantz Fanon – na América Latina e na Ásia. Gestada na Conferência Tricontinental de Havana, publicada à partir de 1967, e aqui analisada em seus 48 primeiros números (1967-1976), a revista Tricontinental teve seu projeto editorial centrado na defesa das lutas anti-colonialistas e anti-imperialistas e de processos revolucionários das esquerdas na África, na Ásia e na América Latina, bem como na promoção de contatos e intercâmbios de experiências e análises entres estes movimentos. Partiremos aqui de uma apresentação geral da obra de Frantz Fanon, conferindo uma atenção especial à obra *Os Condenados da Terra*, à qual acreditamos Tricontinental busca responder diretamente, para demonstrar como esta obra foi influente e determinante nas páginas da revista. Entre os pontos de encontro, elencamos a centralidade da violência revolucionária como meio primordial para a transformação política; a forma como este autor buscou solucionar possíveis contradições entre nacionalismo e internacionalismo; a figura do intelectual revolucionário e o papel da cultura nos processos revolucionários. Sobre este último aspecto, os debates apresentados neste trabalho nos permitem afirmar que há nas páginas da revista, simultaneamente, um intenso diálogo com a obra de Fanon, bem como a formação de uma comunidade de discurso entre as múltiplas vozes que se lançaram em defesa da proposta de culturas, artes e intelectualidades revolucionárias.

Reflexões sobre a ideia de Fundamentalismos na obra “O Destino”, de Youssef Chahine

Alaor Souza Oliveira
souza_alakor@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentalismos, intelectual, Cinema e História.

Partindo da afirmação de Marc Ferro (1992, p.17) de que “assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História”, o presente artigo tenciona refletir historicamente sobre o filme *O Destino* (Al Massir, 1997), do diretor egípcio Youssef Chahine, tomando essa obra cinematográfica como uma intervenção pública do diretor, enquanto intelectual pós-colonial, no contexto de ascensão dos fundamentalismos no Egito, na virada para o século XXI. Para isso, buscamos inicialmente compreender como Chahine apresenta uma compreensão da ideia de fundamentalismos em sua obra e, posteriormente, de que forma tencionou intervir sobre a realidade com a qual dialogou, advogando pela defesa de um projeto cosmopolitista.

Possibilidades e usos didáticos dos relatos de viajantes

Gabriel Felipe Silva Bem
gabriel.f.bem@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes, Relatos, África, Didática.

Os relatos de viajantes europeus que passaram pelo continente africano, constituem uma das fontes mais estudadas dentro do campo de História da África e já foram mobilizadas para pensar diversos temas, dentre eles se destaca a questão do imperialismo, já que os relatos são produtos diretos dessas políticas. As possibilidades dos relatos são enormes, podendo ser usados para pensar elementos que vão muito além do imperialismo, por isso o seu uso como ferramenta didática é valioso, apesar de ainda ser muito pouco explorado.

A apresentação contará com um estudo das características e singularidades dos relatos de viajantes, seus usos nos livros didáticos que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático, por último, suas possibilidades e aplicações didáticas. Apesar de tentar dar um panorama geral, o trabalho terá como foco os relatos portugueses em Angola, já que, além da vantagem da língua, esses espaços tem proximidades culturais importantes com o Brasil, o que amplia ainda mais as possibilidades didáticas.

História da África nos anos Iniciais do Ensino fundamental: Os Adinkra

Eliane Fátima Boa Morte do Carmo
elianeboamorte.ufrb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da África, Ensino de História, Ensino Fundamental.

Embora haja um denso material disponível relativo à temática das leis 10.639/03 e 11.645/08, a utilização desse acervo não figura como algo estruturante do/no currículo escolar, via de regra, surge como um apêndice, algo utilizado em ocasiões específicas e circunstanciais. Buscamos assim, identificar e elencar os conteúdos étnicos-raciais que dialoguem diretamente com o cotidiano escolar, tendo como lastro o debate sobre a garantia dos Direitos de Aprendizagem ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Ciclo de Alfabetização). Desde modo, a abordagem pedagógica do livro didático e dos demais materiais requer a transversalidade e a interdisciplinaridade, com ênfase na implementação de projetos didáticos que articulem conteúdos e componentes curriculares de diversas áreas do conhecimento e campos disciplinares, possibilitando assim, um processo de formação das crianças com diferentes níveis de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética - SEA, possibilitando um amplo repertório a ser adaptado pelo educador segundo as nuances e heterogeneidade de cada turma. Este é o desafio exposto neste material de apoio à prática docente, como atividade final do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Com o título de História da África no Ensino Fundamental: Os Adinkra, este material propõe aos/as educadores/as novas estratégias de implementação da lei 10.639/03, no tocante à "História da África e dos Africanos", que podem ir além dos conteúdos conceituais.

Amarrando Tecidos e Desatando Preconceitos

Fernanda Soares de Oliveira
fernandasoaresdeoliveira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Africana, Preconceito, Bonecas Abayomi.

O presente trabalho constitui-se como um relato de experiência propiciada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID no ano de 2015 numa escola de ensino fundamental da rede pública de Vitória da Conquista-BA, onde foi desenvolvido o projeto “Jogos Africanos: Ensino de História da África e Cultura Africana”. Tal empreendimento se efetivou como resposta à Lei Federal nº 10.639 sancionada em 2003 e teve por objetivo conduzir os educandos a uma maior compreensão, respeito e valorização da história e a cultura africana e afro-brasileira, bem como a promoção de uma maior reflexão acerca da diversidade social e

étnica, e a desconstrução de qualquer tipo de preconceito e discriminação. Diversas estratégias foram utilizadas no intuito de alcançar os objetivos traçados, a oficina de bonecas abayomi foi uma delas, sendo que englobou questões mais amplas que a construção de uma simples boneca, contribuindo para a valorização da cultura africana e para o reconhecimento da cultura afro-brasileira, uma vez que faz parte da herança cultural dos negros africanos para o Brasil. Além disso, a proposta rompe com conceitos hegemônicos e estabelece um diálogo com a Nova História, cuja tendência é conhecer a história dos indivíduos comuns que são costumeiramente marginalizados das narrativas históricas. Também contribuiu para o fortalecimento da autoestima, empoderamento feminino e desconstrução da cultura sexista.

Temática Étnico-Racial e Práticas Pedagógicas: Uma experiência na Escola Municipal Santa Terezinha

Antonia Maria Almeida Alves
abanil13@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Conteúdos Étnico-raciais.

As leis 10639/2003 e 11645/2008 como marco histórico na legislação do ensino brasileiro altera a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e traz para o currículo escolar conteúdos étnico-raciais antes ignorados ou tratados de formas eventuais e pouco significativos, e até muitas vezes ausentes nos programas de ensino. Entretanto o advento das leis e a obrigatoriedade da sua implementação não provocou as mudanças pertinentes determinadas e necessárias ao seu cumprimento. Na modificação do texto legal Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fica claro que no conteúdo programático deverão constar aspectos essenciais, e de valorização da cultura dos grupos formadores da população brasileiras povos africanos e indígenas, a história da África além de tratar do resgate das contribuições históricas para formação da nossa sociedade nas áreas econômica, política e social. Diante do aparato legal fica pautado a necessidade de um tratamento interdisciplinar aos conteúdos à serem trabalhados o que requer um projeto didático que articule conteúdos e componentes curriculares de diversas áreas do conhecimento. Diante da proposição estabelecida em lei e a relação existente com nosso contexto escolar, o qual contempla o trabalho com professores do Ensino Fundamental foi realizada uma oficina na Municipal Santa Terezinha, Unidade Escolar da GRE Subúrbio I, da Rede Municipal de Ensino da cidade do Salvador cujos principais objetivos estavam direcionados para o reconhecimento do acervo didático que contemplam a temática dos povos africanos e da

diáspora, a identificação, dos livros didáticos com conteúdo referentes a temática étnico racial, além de elencar aqueles que dialogam com os conteúdos propostos nos programas de ensino na perspectiva da garantia dos Direitos da Aprendizagem.

CULTURA AFRICANA NO BRASIL A PARTIR DA LEI 10639/03

Amabilis Cristina Alves Pereira
amabilisalves@gmail.com

Talita Samara Mesquita
talita.samara@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, africana, Ensino, África.

Percebemos a relevância de trabalharmos baseados neste tema, pois vemos a importância da inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica brasileira, como um momento histórico de grande importância e com fortes repercussões pedagógicas na formação de professores.

Trata-se de um momento em que a educação brasileira busca valorizar a história e a cultura de seu povo afrodescendente, buscando assim reparar danos, que se repetem há séculos, à sua identidade e a seus direitos. Esta inclusão nos currículos da educação básica amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Este momento é de relevância não apenas para a população negra, mas também a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da sociedade multicultural, sendo capazes de construir uma nação democrática.

Faz-se necessário destacar que os professores não devem abordar estes conteúdos de forma passiva, os alunos precisam ser motivados e interessados a conhecer outras culturas e outros povos que tiveram grande contribuição na formação da sociedade brasileira. É preciso propor situações onde possamos reaprender nossos costumes e passamos então a vê-los de forma diferente em nossa sociedade.

quando a história do Brasil é ensinada na escola, o estudante se depara com fatos que narram apenas a trajetória dos europeus na América. Pouco se sabe sobre os outros povos que ajudaram a formar a identidade do povo brasileiro.

Impulsionado pela Lei 10.639 de 2003, se tornou obrigatória a presença de conteúdo relacionado à cultura africana em todas as instituições de ensino, e fixou a permanência da comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

Importante salientar que a lei 11.645 de 2008 além de incluir o estudo da história e cultura dos povos indígenas, reforçou ainda mais a história da cultura africana. Assim, a legislação passou a exigir a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo de tais culturas.

Baseando-se nessa lei percebemos a dificuldade das escolas em se adequar as exigências. Pensando nisso, abordamos neste trabalho mais uma ferramenta para enriquecer os métodos já utilizados e também observar como os professores de história lidam com essa nova realidade.

Dito isso, analisamos a importância do estudo dessa temática em nossa formação como educadores.

Análise e observações acerca da implementação da Lei Federal 10.639/03 em escolas do município de Montes Claros/MG

Allana Dábia Cardoso Teixeira de Paula
allana.cardoso@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Lei Federal 10.639/03, História da Educação, Relações Étnico-Raciais.

Com vistas ao atual contexto de casos de racismo e discriminações no Brasil, e entendendo a importância da educação como conduta para que haja a diminuição ou extinção destas práticas, a presente pesquisa objetiva analisar a implementação da Lei Federal 10.639/03 nas instituições de ensino do município de Montes Claros/Minas Gerais. Esta Lei tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de todo o Brasil. Para tanto, conta-se com o estudo das Diretrizes e Bases da Educação, uma análise das instituições de ensino e entrevistas com os professores das redes pública e privada do município. Ainda que de forma não totalmente satisfatória, entendemos que o ambiente escolar e seus agentes possuem um poder de articulação na sociedade e que este percorre a tênue linha entre espaço educador e ambiente propagador de práticas racistas. A educação em todos os níveis é um importante instrumento de direcionamento sobre o comportamento do indivíduo no que tange à convivência com as diversidades. É sabido que o ambiente escolar tem como papel principal intermediar essas relações e a repreensão de qualquer tipo de preconceito. (TEIXEIRA, 2015, p.35)

As indicações dadas pelas instituições pesquisadas acerca do não cumprimento desta legislação foi percebida à primeira vista durante a observação dos Planos Políticos Pedagógicos, documento obrigatório que reflete a proposta educacional das escolas. Durante as entrevistas e ao

passo em que se acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelos professores, o não cumprimento e a falta de conhecimento dos mesmos tornou-se ainda mais evidente. Os entraves enfrentados para a implementação da referida lei não se restringiu ao município de Montes Claros, conforme pesquisas recentes. Este quadro reflete a dificuldade da sociedade brasileira em lidar com assuntos que envolvam o racismo e a discriminação racial. Concluiu-se que a implementação da legislação não ocorre em sua totalidade nas instituições de ensino. A metodologia utilizada deu todo o suporte para tal constatação e permitiu a ampliação do conhecimento pertinente à matéria. Destarte, reitera-se que o investimento em políticas públicas de educação e na fiscalização sobre o seu cumprimento, significa investir na garantia de direitos e de qualidade de educação para todos.

ST 13 - Ditaduras militares no Cone Sul: entre a memória, a história e o esquecimento

João Batista Teófilo Silva

Doutorando

UFMG

joaoteofilo.hist@gmail.com

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Doutorando

USP

aiuavasconcelos@gmail.com

Proposta do Simpósio

Memória, história e esquecimento têm sido dimensões importantes nas reflexões feitas sobre as recentes ditaduras militares que assolaram o Cone Sul nas décadas de 1960, 70 e 80 do século passado. Por seu profundo impacto, no passado e no presente, o tema das ditaduras continua sendo objeto de disputa, ensejando variadas interpretações no ambiente acadêmico e um conflito incessante entre memória e esquecimento na sociedade. Novos questionamentos e abordagens têm sido incorporados ao debate que já vem sendo feito por estudiosos de diversas áreas, evidenciando o seu potencial interdisciplinar e a necessidade de se debruçar sobre aspectos até então pouco conhecidos. Pensar essas experiências ditatoriais no Cone Sul, em separado ou articuladamente, propicia o intercâmbio de informações que ajuda a refletir sobre essas ditaduras em suas variadas dimensões, pensando em quais histórias, memórias e esquecimentos foram sendo criados, tanto em anos anteriores, quanto nesses novos tempos, nos quais as disputas por verdade e justiça reforçam a importância de um tema que não está restrito apenas ao debate acadêmico, mas que é social e, sobretudo, urgente. Assim, este simpósio visa agregar pesquisadores das mais diversas áreas que têm se debruçado sobre o assunto em questão,

fomentar discussões de cunho teórico-metodológica, documental e temático, refletir sobre as distintas abordagens já construídas e, quiçá, pensar em novas perspectivas. Para tanto, pretende-se discutir tais ditaduras não somente em seus aspectos mais pontuais, que correspondem ao período em que vigeram, mas, também, a partir de questões mais atuais ligadas às suas heranças e às suas construções memorialísticas, refletindo sobre seus impactos no tempo presente de cada país e da América Latina como um todo.

Comunicações

Justiça ou impunidade? O posicionamento das Cortes Supremas de Chile e Uruguai frente aos crimes das ditaduras

Patricia da Costa Machado
patydcn@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Justiça, Anistia, Ditadura, Cone Sul.

Durante as décadas de 1960 e 70, todos os países do Cone Sul vivenciaram ditaduras de segurança nacional. As diferentes experiências ditatoriais em cada uma dessas nações possuem vários elos em comum, dentre eles, a aprovação de algum tipo de anistia ao fim desses regimes. Tendo diferentes designações, as leis aprovadas visavam um mesmo objetivo: impossibilitar a responsabilização de militares e civis pelas inúmeras violações aos direitos humanos cometidas durante as ditaduras. Enquanto Argentina e Brasil se encontram nos extremos das experiências, no que tange à responsabilização criminal dos crimes de lesa humanidade, Chile e Uruguai podem ser enquadrados como experiências intermediárias, que oscilam entre a impunidade e a responsabilização das violações aos direitos humanos cometidos naquele contexto.

Partindo dessas premissas, o artigo será dedicado à análise comparativa do posicionamento das Cortes Supremas de Chile e Uruguai a partir dos anos 90, frente às anistias promulgadas pelas ditaduras civis-militares.

Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia nas Minas Gerais: emoção contra a repressão

Kelly Cristina Teixeira

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Emoção, Ditadura.

O presente artigo visa mostrar uma outra face do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) ao abordar a participação da mineira Helena Greco e o papel das emoções na construção das atividades sociais e políticas em determinados momentos de sua biografia, em especial, a partir de sua entrada para este movimento, em Minas Gerais. O MFPA foi iniciado em 1975 por Therezinha Godoy Zerbine na cidade de São Paulo e o núcleo mineiro teve sua oficialização o ano de 1977, com sede em Belo Horizonte. Dentre as categorias que nos auxiliaram nesta elaboração, destacamos as ferramentas da História Oral, História das Mulheres, Estudos de Gênero e de Memória, empregadas para compreender a participação e inserção política de Helena Greco. Para tanto partiremos de uma análise inicial de parte das fontes de seu arquivo pessoal coletadas no Instituto Helena Greco e de entrevistas com Helena para o Projeto História e Memória: Visões de Minas do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais.

Vermelho bom, só o batom: O anticomunismo retratado nos manuais da Escola das Américas e sua disseminação no Brasil

Henrique Sena Guimarães Lopes
hsenatst@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: anticomunismo, guerra fria, escola das Américas.

Há mais de um século o anticomunismo tem sido força política relevante, capaz de inspirar militância fervorosa em defesa da ordem tradicional e contra a ameaça revolucionária. A definição de anticomunismo é, em princípio, elementar. Mas essa simplicidade recobre uma realidade bastante complexa. Aqui o comunismo é entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético. Considerá-lo como doutrina ou ideologia seria um erro, já que mobiliza ideias e valores voltados para matrizes distintas: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Este trabalho tem por objetivo central, relacionar a influência norte americana na disseminação do anticomunismo através de manuais de treinamento militar que era ofertado na Zona do Canal do Panamá, mais especificamente na Escola das Américas. E de certa maneira, analisar como a experiência brasileira de combate ao comunismo em território nacional foi retratada em um dos manuais utilizados na escola. Por isso, o período histórico que será

analisado faz referência ao quadro da Guerra Fria, momento a partir do qual o comunismo tornou-se de fato uma força planetária, na medida em que estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética. Irei me debruçar diretamente no trabalho do professor Rodrigo Pato Sá Motta, Em guarda contra o “Perigo Vermelho”, um dos principais trabalhos sobre o anticomunismo no Brasil, mesmo tendo uma abordagem que se refere dos anos de 1917 até 1964, ele será de suma importância para o tema a ser tratado. Além de outras obras que centram a pesquisa numa disseminação do anticomunismo no meio militar, como na obra de Maud Chirio, “A política nos quartéis”. Sobre os manuais que serão analisados, as referências são poucas. Algumas obras fazem pequenas citações a Escola das Américas, aquelas que abordam de maneira central o tema são: A infame academia: A história da escola das Américas sob a doutrina de segurança nacional na América Latina (1959-1989) de Dias Dionysious de Mattos e Escuela das Américas: Entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas de autoria Lesley Gill. Não irei utilizar apenas essas referências, elas apenas irão nortear a pesquisa. Porém outras obras e artigos serão citados ao longo do trabalho para um maior enriquecimento de análise.

Intervenções da imprensa trotskista na transição democrática da Argentina: o jornal Solidaridad Socialista (1982-1983)

Taillan Rivail Ismael de Miranda
taillanrivail@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Transição democrática, Argentina, Imprensa trotskista.

A proposta deste trabalho é analisar e discutir o fenômeno da imprensa trotskista na Argentina, no contexto da redemocratização (1982-1983). Seleccionamos como objeto de pesquisa o jornal Solidaridad Socialista, produzido pelo Movimiento Al Socialismo (MAS) argentino, nas décadas de 1980 e 1990. Apesar de sua relativa longevidade (o jornal circulou num espaço de quase vinte anos), propomos um estudo de suas intervenções no campo político argentino enquadrado no período entre novembro de 1982 e dezembro de 1983, tempos de transição para a democracia na Argentina, que precisamente coincide com a publicação das primeiras edições do impresso e os primórdios de sua organização produtora.

Elencamos algumas questões relacionadas ao projeto de sociedade, ao programa de luta política, a criação de uma auto-imagem e as críticas dispensadas às outras forças políticas (particularmente, o peronismo e o radicalismo) elaborados pelo Solidaridad Socialista, com o

objetivo de compreender os aspectos de representação e arregimentação de sua comunicação política e, de um ponto de vista mais geral, a movimentação dos trotskistas argentinos no interior de um campo em disputa de projetos e dentro de uma conjuntura de reestruturações. Enquanto veículo de comunicação política de uma organização socialista, o nosso objeto/fonte se inscreveu numa cultura de imprensa militante marcante nas tradições que reivindicam a noção leninista de partido. Nesse sentido, direcionou-se a uma atividade de propaganda e arregimentação junto aos setores populares e assalariados, com o objetivo de apresentar um projeto de sociedade anticapitalista e um programa de luta política que funcionasse como a via para a concretização desse mesmo projeto, escorados numa perspectiva marxista.

Intrinsecamente, este trabalho procura discutir questões associadas aos debates sobre a teoria das transições democráticas, os horizontes da democracia na América Latina dos anos 1980, as rupturas e continuidades elencadas nos processos de negociações dessas transições, o papel dos organismos partidários e de direitos humanos nas redemocratizações do Cone Sul, as linguagens políticas dos marxismos latino-americanos em toda sua diversidade cultural e formas de difusão e, finalmente, os meios de intervenção nesse processo complexo e delicado de negociações dos atores políticos localizados nas bases da sociedade e nas "margens" do campo de esquerda na Argentina.

La Tribuna e a política energética do governo de Alfredo Stroessner no Paraguai

Paulo Alves Pereira Júnior
paulopereira_pf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Stronismo, Paraguai, Imprensa.

Entre 1978 e 1983, o diário paraguaio La Tribuna foi dirigido por Oscar Paciello. Nessa gestão, o jornal contestou o modelo político-econômico do governo de Alfredo Stroessner e apresentou soluções aos problemas socioeconômicos nacionais. Em 1979, um dos temas mais discutidos pela gazeta foi a manutenção do imposto que incidiu sobre a eletricidade produzida pela Usina Hidrelétrica de Acaray. A partir de reportagens e artigos opinativos, analisaremos o posicionamento do periódico frente ao aumento da energia elétrica ocasionado pelo regime de Stroessner.

'Tudo sobre a Ditadura Militar' - o que cabe no jornal?

Carolina Souza Macedo
carol.smacedo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Folha de São Paulo, memória, esquecimento, Ditadura militar.

O trabalho deseja investigar de que forma o jornal Folha de São Paulo, ao narrar tempos depois o Golpe de 64 e a Ditadura Militar brasileira mais recente (1964-1985), contribui para a (re)escrita de uma certa memória, ao mesmo tempo em que acentua o seu verso, o esquecimento. Em outras palavras, tendo como eixo a triangulação entre memória, ditadura militar e o jornal em questão, o trabalho pretende compreender que construção social da memória da ditadura esse dispositivo engendra quando a ditadura o convoca a lembrar. Para a análise que aqui pretende-se, este trabalho lançará um olhar sobre o fascículo Tudo sobre a Ditadura Militar, cujo conteúdo soma seis páginas e foi encartado na edição impressa de domingo, no dia 23 de março de 2014, ano em que foi “comemorado” – no sentido que Ricoeur (Cf. SILVA, 2002) dá ao termo – o cinquentenário do golpe. Uma primeira mirada, ainda que panorâmica, suscita perguntas e caminhos investigativos iniciais. Cabe indagar, por exemplo, que fatos marcam os principais traços dessa construção. O que marcam esses textos dos 50 anos sobre a ditadura? O que o 'tudo' contempla? Que valores apresentam-se em disputa? Quem fala na Folha nessa construção da memória?

As transformações na Ação Libertadora Nacional no pós AI-5 (1969 - 1974)

Carlos Eduardo Malaguti Camacho
cmalagutti@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: ALN, Ditadura.

A ação libertadora nacional, a ALN, foi a maior e mais importante organização de luta armada que surgiu no Brasil durante o período em que as esquerdas passaram por um processo de renovação, que levou diversos grupos a aderir a via armada como metodologia para implantar a revolução socialista. Sua importância histórica se materializa em aspectos simbólicos e materiais. Por um lado, a ALN teve como principal líder Carlos Marighella, principal inimigo das forças de repressão no país, declarado como inimigo público número 1 da Ditadura Militar. Também é preciso destacar que o grupo possuiu uma forte estrutura material e foi responsável por realizar diversas ações que impactaram o regime militar. Entretanto, a ALN muitas vezes é vista como

uma organização unívoca, que percorreu um sentido direto desde seu surgimento, até sua derrota militar, em 1974.

Nesse sentido, a proposta dessa apresentação é problematizar a trajetória da ALN, analisando as transformações pelas quais o grupo passou, principalmente no período em que a Ditadura Militar entrou na sua mais sombria faceta, o AI-5. A partir da análise da documentação produzida pela própria organização, é possível tensionar as mudanças nas estratégias de ação encampadas pelo grupo e observar que as mesmas são frutos de uma relação dialética entre o fechamento do regime e as próprias transformações internas e mudanças de quadros políticos que a ALN teve durante seus anos de atuação. Com esse esforço de pesquisa, se espera contribuir para uma compreensão mais ampla sobre essa experiência histórica da esquerda brasileira.

Imagem e História na América Latina: Um estudo sobre o dever da memória em Nostalgia da Luz, de Patricio Guzman

Samuel Torres Bueno
samueltoresbueno@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: documentário, Ditadura, Memória.

A presente pesquisa pretende compreender parte das batalhas da memória que envolvem a ditadura militar no Chile (1973-1990) a partir da análise do filme documental “Nostalgia La Luz” (2010), dirigido por Patricio Guzmán, um dos maiores documentaristas da atualidade, cuja trajetória é marcada por produções que abordam a história recente chilena, com ênfase no golpe militar de 1973 e a posterior ditadura. Através dessa fonte cinematográfica, iremos enfatizar a relação história-memória como fundamental no entendimento das ditaduras de segurança nacional implantadas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 e ressaltar como a História do Tempo Presente pode ajudar a compreender os embates que se estabelecem em torno de um passado traumático. O projeto está, portanto, está dentro dos quadros da História do Tempo Presente. Sendo assim, se depara com um “passado que não passou”, que é objeto das “batalhas da memória”, que mobilizam diferentes atores políticos em torno do quê e de como lembrar. Também esperamos contribuir para o diálogo entre a história e as produções audiovisuais. A historiografia deve ficar atenta às formas de construção de sentidos para o passado que escapam do suporte textual. Sabemos que no mundo imagético contemporâneo, a academia não é mais o único “lugar de produção” dos sentidos do passado, ou seja, é necessário que a história

acadêmica seja capaz de dialogar com as apropriações históricas feitas além dos muros institucionais.

Memória, Cinema e História: Miguel Littin, cineasta clandestino no Chile de 1985

Geraldo Homero do Couto Neto
geraldohomero6@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Pinochet, clandestinidade, Littin, cinema.

Este trabalho tem como finalidade elaborar uma análise acerca dos elementos da memória, história e cinema. Abordaremos questões concernentes à parcialidade da memória, memória coletiva, cinema como condutor histórico e cinema de resistência na América Latina. Utilizando o caso do cineasta Chileno, Miguel Littin, exilado durante a ditadura de Pinochet, que retorna clandestinamente, em 1985, para documentar a ditadura ainda em ação em seu país. Littin gravou mais de trinta e dois quilômetros de filme, que no final, renderam um filme de duas horas para o cinema e uma série televisiva de quatro horas: "Acta General de Chile"(1986).

As análises serão feitas a partir da série cinematográfica, por ter mais material a ser trabalhado e nos propiciar uma maior clareza dos acontecimentos narrados. Tal obra tem um caráter muito mais documental, não deixando de ser pessoal, passando por lugares de nostalgia para o autor e expondo a atual situação do país a partir de entrevistas com ex participantes do governo de Pinochet e jovens militantes contrários ao regime. Como lembra Marc Ferro (1992, p. 14), as autoridades tentam tonar o cinema submisso, mas o mesmo afirmar-se a todo instante autônomo, como é o caso da invasão militar no Prédio da Chile Films, que sem saber explicar, Littin não foi preso naquele momento, exilado no México, ainda produziu várias obras de engajamento político nos anos 70 e 80. Legitimação é a todo tempo um ponto crucial em seus filmes produzidos nestas seis semanas de filmagem. M. Littin aparece a todo tempo em cena como forma de comprovação de sua presença em território chileno, caso fosse necessário provar o contrário.

Utilizaremos, também, a reportagem feita, a partir de uma entrevista extensa com Littin, em livro por Gabriel García Márquez, "As Aventuras de Miguel Littin Clandestino no Chile" para revermos os caminhos sinuosos da memória como instrumento de ação para os historiadores, seja no âmbito político, cultural ou social. Apesar do livro não ter pretensões históricas como diz García Márquez, nos apropriaremos dos relatos como plano de fundo à realização de "Acta

General de Chile". O livro transcreve as angústias de Littin, suas nostalgias de reencontrar a cidade de Santiago e seus sentimentos de viver sem pátria. Mesmo sem pretensões históricas, o livro carrega consigo uma forte fonte de pesquisa relacionada à memória. Usaremos o suporte de autores como Ismail Xavier, Marc Ferro, Peter Burke e Jacques Le Goff.

Experiências de solidariedade, resistência e política que extrapolaram fronteiras Brasil – Chile entre 1964 e 1973

Sandra Aparecida Portuense de Carvalho
sandra_portuense@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Solidariedade, ditadura militar, experiências, Chile, Memória.

Esta comunicação visa apresentar os primeiros resultados da pesquisa de doutorado em História Social e tem por objetivo examinar experiência das redes de solidariedade tramadas entre moradores e militantes dos municípios de Mauá, Santo André e São Bernardo, no ABC Paulista, entre os anos de 1964 e 1973, de maneira mais específica, militantes das organizações de esquerda que atuaram na resistência ao Regime Militar pós 64. Do mesmo modo, por meio da análise de documentos e relatos de militantes que se opuseram ao regime, buscamos apresentar a análise acerca das experiências políticas e relações de solidariedade entre os militantes do ABC e ativistas de Santiago do Chile no momento em que ocorreu o exílio devido à intensificação das ações repressivas, principalmente após 1968. Buscamos assim analisar um período de curta duração, porém denso em acontecimentos que marcaram a história da América Latina. Partindo do momento em que ocorre o Golpe militar em 1964 no Brasil, o qual levou vários grupos políticos e sociais para a clandestinidade e exílio, principalmente para o Chile, até o momento em que se instaurou a Ditadura por lá em 1973. Diante disso, apresentamos as análises das dinâmicas, estratégias, experiências de política e solidariedade, apresentadas pelos entrevistados, como meio de proteção e sobrevivência de vários militantes, moradores dessa região ou oriundos de outras partes do país, que ali estiveram. Ao escolher a solidariedade como fio condutor, pretendemos compreender as experiências e estratégias de sobrevivência de militantes e organizações e do mesmo modo analisar, por meio dos depoimentos as ações dos brasileiros que no processo de exílio passaram a atuar em organizações de esquerda no Chile, identificando os mecanismos que estes militantes utilizaram para contribuir tanto no processo político pelo qual passava aquele país, quanto em estratégias de auxílio aos exiliados brasileiros que lá chegavam. Nessa mesma perspectiva fez-se necessário tratar sobre a relação entre o “campo da experiência” e “horizonte

de expectativa” desse grupo de pessoas. As fontes que subsidiam essa pesquisa consistem em fontes orais, documentos produzidos pelos militantes onde buscamos compreender por meio das narrativas e memórias dos dissidentes as atribuições e significados que estes fazem no presente sobre suas atuações em ações de resistência ao regime.

Exílio latino-americano: entre a repressão e a memória

Ana Carolina Contin Kosiak

anac.kosiak@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Exílio, ditaduras, transição, subjetividades., Memória.

Muito presente na história latino-americana, principalmente tratando-se da história recente das ditaduras militares das décadas de 1960 a 1980; o exílio se converteu em um modo central de se "fazer política". Assim como as cooperações e interações entre os modelos repressivos e redes de coordenação das ditaduras, o estudo sobre o exílio também apresenta singularidades e confluências entre os exílios instaurados pelos regimes dos países do Cone Sul.

Isso ocorreu, principalmente, pelas realidades enfrentarem o mesmo contexto internacional e a origem comum das ditaduras. Portanto, muitos dos eixos de análise da condição exilar latino-americana requerem a combinação de níveis e escalas múltiplas (local, nacional, regional, internacional, transnacional); e também perpassam pelos vínculos dos exilados com o país de residência, ou transição.

Tratar de um tema como o exílio, nos remete não só às dificuldades em relação ao estudo de regimes totalitários e autoritários, dos mais diversos; mas também ao impasse de se trabalhar com muitos casos em que a subjetividade pode prevalecer sobre demandas de natureza política, e que exigem de nós cuidado e sensibilidade muito maiores: a memória, a dimensão humana e as trajetórias individuais. Por mais que inserido em um contexto singular da repressão de um país; o exílio carrega consigo complexidades e pluralidades.

Assim, apropriando os testemunhos como instrumentos de conexão das dinâmicas internas e externas do exílio; e recuperando com nitidez a tripla condição do exilado de ator político, vítima e testemunha, descobrimos variáveis e experiências independentes, essenciais para uma compreensão múltipla e complexa do objeto que se pretende analisar. Além disso, a multiplicidade de trajetórias e a heterogeneidade de motivações e posicionamentos subjetivos permitem com que o estudo do exílio receba novas perspectivas, debates e metodologias; preocupadas com a dimensão política, mas, principalmente, humana das experiências em questão.

As experiências individuais se somam à análise da historiografia; carregando significados e sentimentos que complementam a experiência social.

Para se construir uma história da experiência exilar, deve-se fomentar seus aspectos multidisciplinares, sua relação com a memória, a pluralidade de experiências coletivas, e a formação de identidades. Há uma necessidade histórica de se construir as identidades, subjetividades e as memórias de parte dos atores políticos desses contextos.

A memória e a arte de Guillermo Kuitca como um meio resistente

Maria Eduarda Kersting Faria
dudakersting@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Guillermo Kuitca, ditadura, historicidade, Memória, arte.

O pintor argentino Guillermo Kuitca pensa sua arte e, principalmente, a pintura como um meio resistente, não de resistência. Para ele, a pintura é resistente ao tempo, às mudanças nos séculos, ela resiste às épocas e as mudanças dentro do campo das artes. Em sua série *Nadie olvida nada*, do ano de 1982, o pintor resgata marcas da experiência vivida por diversas vítimas no período da ditadura, como também demonstra características que se inserem em um debate contemporâneo acerca da memória, passado e trauma. De algum modo ele busca em suas pinturas atuar naquilo que o final do século XX transformou, ou seja, a nossa experiência de espaço e tempo. E transmite através de seus quadros o silêncio e o vazio deixado em muitas pessoas pelos anos de repressão da ditadura, buscando de certa forma um reconhecimento das vítimas através da subjetividade. Assim, o objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da obra do artista argentino e de sua inserção nos discursos memorialísticos do final do século XX.

Heranças da ditatoriais, como lidamos com ela no nosso dia a dia

Anderson Macena de Souza
Anderson_macenasouza@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Ditadura, atualidade.

Nos anos 60 e 70 inspirado pela a revolução cubana os Estados patrocinou militares a tomarem o poder de seus respectivos países, no que talvez tenha sido o ato histórico mais sangrento da historia do continente pós-colonização europeia. Brasil, Chile e argentina se unem não só nas dores e nas perdas dos parentes dos mortos, mas em repressão sofrida e a destruição

de suas democracias são pontos em comuns que se juntam aos resquícios presentes nos dias atuais no pós-ditadura. Quando João Goulart, Juan Domingo Perón e Salvador Allende sofreram com o golpe militar em seus respectivos países não era difícil de imaginar que mesmo anos depois do fim das ditaduras muitas discussões a cerca desta época estariam tão presentes, tais como a anistia aos culpados, as constituições criadas durante o período, o caos no sistema público gerado pelo abandono durante o período e dentre outros aspectos.

Quando se traz para os dias atuais fica cada vez evidente a força destruidora da ditadura, seguindo por esse viés pode se mostrar o quão viva ainda está esse golpe em seus países através da cultura criada/imposta ao fim deste período, tais como leis criadas durante o período e que até hoje não substituídas e afetam no dia a dia da população, crianças que descubrem que foram criadas por quem as sequestraram, a forma opressora como policia age lembrando muito os tempos ditatoriais, a educação, a anistia e condenação de seus executores e outros pontos usando imagens e relatos como fontes e segue interligando os países já citados e buscando interpretar e descobrir como estão sendo feitas a mudanças para acabar com tais heranças.

Memória, história, esquecimento: Repensar a ditadura e a transição no Chile a partir da atualidade dos movimentos sociais e a crise de representatividade do sistema democrático

Yerko Antonio Aravena Constanzo
yerkoaravenac@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais, Chile, Ditadura, Memória, Transição.

O impacto que gerou a ditadura civil-militar implantada no Chile em 1973 fez com que por décadas se silenciasse sobre ela. Durante os anos noventa do século passado, os governos em exercício propuseram a “reconciliação nacional”, baseada no perdão aos agressores e, definitivamente, a impunidade e o esquecimento sistemático. Isso fez com que paulatinamente diminuísse a tensão sobre o modelo implantado na ditadura, respaldado no novo consenso social imposto a partir dos grupos hegemônicos. Apenas no ano de 2003, pelo aniversário de 30 anos do golpe de Estado, se começa a instalar novamente na opinião pública o debate sobre os Direitos Humanos, mas também com muito ceticismo social; a base social que a direita obteve nos setores médios e populares durante a ditadura, somado a um governo composto por ex-militantes de esquerda que atualmente aderem ao neoliberalismo, debilitaram o debate político sobre o tema.

Entretanto, se apresentou paralelamente um ressurgimento progressivo da mobilização social que mais amplamente questionaria os pilares do modelo vigente com seus cimentos criados na ditadura. Este processo estourou no ano de 2011, com mobilizações contra projetos mega energéticos, do sistema mercantil de educação e uma série de conflitos que possuíam em comum o rechaço à depredação neoliberal. Além disso, atualmente se soma um repúdio ao modelo econômico extrativista, ao sistema de previdência e aos partidos políticos, o qual decantou em um rechaço da cidadania às instituições políticas e à participação no sistema democrático, propiciando uma crise de representatividade ainda em curso.

Dito isso, não é de se estranhar que a produção historiográfica sobre a ditadura haja aumentado exponencialmente desde o ano de 2003 até o momento, entendendo isso como uma consequência da crise política, o ressurgir dos movimentos sociais, os questionamentos ao modelo vigente e as exigências que a sociedade apresenta à academia. (Por isso, propomos uma análise sobre: I) a tensão existente entre a memória que retoma e reinterpreta a experiência ditatorial chilena para explicar e atender às problemáticas sociais do presente; II) as políticas de esquecimento impulsionadas pelos governos que estiveram buscando gerar omissões na compreensão do passado recente; III) a produção historiográfica vista como um terreno de disputa entre ambas arestas e influenciada por aquela dinâmica.

História e memória das ditaduras: os processos de preservação de edifícios da repressão no Brasil e na Argentina

Elson Luiz Mattos Tavares da Silva
elsonluiz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Argentina, Ditadura, Justiça de Transição, Lugares de Memória.

Entre os anos de 1960 e 1970 a América Latina vivenciou sucessivos golpes militares para a instalação de ditaduras de segurança nacional. Já a década de 1980, por outro lado, foi marcada pela reabertura política em alguns desses países. Entendendo que esses processos políticos, traumáticos pela tamanha violência em diversos sentidos, geraram memórias difíceis, criaram um desafio às respectivas sociedades: o que preservar ou o que esquecer? Consideradas as particularidades em cada processo, essas ditaduras se caracterizaram pela institucionalização da violência e da centralidade da repressão em seus regimes. Algumas instituições da repressão funcionaram de modo sistemático, produzindo uma realidade de terror, baseada em priões, sequestros, torturas, desaparecimentos, assassinatos e outras violências. Nesse sentido, a

preservação de lugares em que funcionaram órgãos de terror tem sido um instrumento importante para, ao menos, o reconhecimento público desse passado violento. Os procedimentos de criação desses lugares de memória, além dos golpes militares, e das reaberturas políticas, também se apresentam como processos sincrônicos, possíveis de serem analisados e comparados. Para isso têm sido observados lugares no Brasil e na Argentina, a partir de edificações em São Paulo e Córdoba. No caso brasileiro: o Portal do Presídio Tiradentes, o Memorial da Resistência, e as instalações do antigo DOI-CODI; e, no caso argentino, o Archivo Provincial de la Memoria, La Perla e La Ribera. Verificando então as próprias construções, suas transformações e historicidade, principalmente o processo de transição de instituições da repressão para lugares de preservação da memória, busca-se compreender o papel dos lugares de memória no conjunto de políticas de reparação e de justiça de transição.

ST 14 - O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)

Lucas Samuel Quadros

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
lucassquadros@yahoo.com.br

Ana Tereza Landolfi Toledo

Mestre
Universidad de Salamanca
landolfiat@gmail.com

Adriano Soares Rodrigues

Graduado em História - Mestrando em História
Universidade Federal de Viçosa
adrianosrodrigues88@gmail.com

Wélington Rodrigues e Silva

Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
wrsdivmg@hotmail.com

Proposta do Simpósio

O presente simpósio temático objetiva promover debates sobre trabalhos que se debruçam no entendimento do século XIX no Brasil, tendo como marco temporal o período que estende a crise do sistema colonial à crise do Estado monárquico brasileiro, bem como a crise do sistema escravista (1808 – 1889).

Compreendendo o século XIX como um período de grandes transformações para o Brasil, observa-se o notável o crescimento da produção historiográfica sobre o período, tendo em destaque, os temas da crise do absolutismo monárquico na América, a transição da Colônia para o Império, o traslado da família real portuguesa à Colônia, a formação multifacetada da nação, assim como a as formas de administração e autonomias locais, a independência do Brasil, as rebeliões regenciais, o código comercial de 1850, processos políticos e sociais que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República.

Em suma, trata-se de um período permeado de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, que tem sido amplamente revisitado pela historiografia atual. Desta maneira, objetiva-se aqui, reunir trabalhos que tratem das seguintes temáticas: a) organização social do trabalho e reorientações econômicas: envolvendo escravidão, abolição, trabalho livre e imigração; b) disputas políticas: fim do sistema colonial e império luso-brasileiro, republicanismo, democracia, atuações administrativas regionais e entre as nações; c) cultura letrada: pensamento ilustrado, ideologização do progresso, academias de ciências e instrução escolar; d) cultura popular e sociabilidades: festividades, religiosidades e vida privada. Tratando-se de um espaço de trocas de experiência acadêmica com diferentes propostas e objetos de pesquisa, agregados pelo fio condutor do estudo do século XIX no Brasil, acredita-se que o Simpósio Temático “O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)” contribuirá de forma positiva para dar novas perspectivas as pesquisas acerca do oitocentos no Brasil. Assim sendo, a principal finalidade deste simpósio é promover o debate acerca do contexto, buscando intercambiar conhecimentos e reexames da produção historiográfica sobre o século XIX nos últimos anos.

Comunicações

Moda e escravidão: resgate de identidade e resistência

Érida Grace Coelho Cardoso
erida92cardoso@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, linguagem, indumentária, moda.

No presente trabalho proponho analisar moda e escravidão no Rio de Janeiro durante início do século XIX, após a chegada da corte portuguesa ao Brasil e suas influências. Busco por meio desta análise mapear principalmente as permanências culturais presentes através da vestimenta dos negros escravizados em seus pequenos detalhes como, peças que se mantiveram permanentes ou foram adaptadas mesmo em meio a brutal mudança geográfica e social durante esse período. Essa pesquisa se limita aos escravizados que habitavam no meio urbano e em alguns aspectos as mulheres escravizadas foram maior alvo de observação nesse processo de análise que está em andamento.

No decorrer desta análise foi possível localizar formas de resistências e outras de aceitação daqueles que passaram a ter que submeter-se a uma brutal exploração. As roupas e adornos cooperaram muito para que essa leitura fosse feita, pois em uma sociedade em que sua grande maioria era iletrada a aparência, aquilo que se pode ver era a principal forma de linguagem utilizada, salientado por Silvia Hunold Lara em sua obra nomeada por: “Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador”. Tendo como principais fontes pinturas de Jean-Baptiste Debret que retrataram vivências cotidianas na vida dos negros escravizados e anúncios descritivos de jornais presentes no acervo da Gazeta do Rio de Janeiro, pois ambos são bem descritivos e cooperam para compreender melhor a sociedade daquele período, e como a linguagem da vestimenta era um ponto presente nessa cultura materialista. Por meio de leituras que envolvem as vertentes do transporte de comércio escravo e apresentam algumas rotas dos navios negreiro foi possível também efetuar mapeamentos das regiões de origem, tornando assim viável maior conhecimento das regiões do continente africano mais presentes no Rio de Janeiro.

Entre roupas, tecidos, marcas corporais, penteados e turbantes se conta uma história, se mantinha um pedaço de uma cultura ou uma tentativa de não haver perda, um rompimento total de uma identidade composta por uma cultura de raiz. São aspectos que muitas vezes passam despercebidos. A moda como representação de status social é algo muito presente já nesse recorte temporal. E vestir bem seus escravos domésticos, era uma das formas de expor os bens dos senhores em meio a sociedade, pois a indumentária é um importante instrumento de acesso ao espaço social e comportamental.

“A liberdade não precisa de crimes para triunfar”: elites regionais e a abolição da escravidão no Império do Brasil (1860 – 1889)

Érika Caroline Damasceno Costa
damasceno.erika95@gmail.com

Mateus Andrade
mateus.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: liberalismos, abolição, elites regionais.

A frase que dá título a este artigo foi escrita pelo Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, Francisco Coelho Duarte Badaró, em texto publicado no autodeclarado “órgão do Partido Conservador”, o jornal A Província de Minas em sua edição de número 194, do dia 21 de

Fevereiro do ano de 1884. Neste texto, que leva por título “A Escravidão e o Fisco”, o que Badaró aponta como um crime que leva adiante uma parca liberdade é o o modus operandi do Fisco ao tributar as transações de compra e venda de escravos no tráfico interprovincial. Para o autor, a magistratura brasileira ao adequar regulamentações das leis de 7 de Novembro de 1831 e 28 de Setembro de 1871, facilitava o caminho à “extinção do elemento servil”, legitimando violações às leis e, ainda, dando o “pomposo” nome deste crime contra a liberdade de Fundo de Emancipação. Fica claro através da leitura deste documento que Badaró desaprova os caminhos traçados por “agitadores” abolicionistas naquele momento da história do Brasil. Tanto é que o tom geral de sua crítica publicada converge-se à outra frase, escrita nos parágrafos finais do texto: “o oceano não se atravessa n’uma canôa”, deixando explícito suas convicções sobre a gradação com se deveria conduzir a abolição da escravidão no Império do Brasil. Apesar da riqueza documental, do conturbado momento político, cultural e econômico vivido nos anos finais do Império do Brasil, que possibilitam análises do discurso e das ideologias por trás do texto publicado por Francisco Coelho Duarte Badaró, o objetivo deste artigo é explorar o seu autor. Deste modo, através de métodos próprios da micro-história, examina-se a trajetória de vida de Francisco Badaró, filho de uma rica família proprietária de escravos, descendentes da elite política e econômica colonial, ainda criança foi estudar no Colégio do Caraça e depois na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo, onde publicou um romance abolicionista, prefaciado por Bernardo Guimarães. Assim, a partir de vários elementos da vida privada e pública de Francisco Coelho Duarte Badaró, que após formar-se em Direito, tornou-se Juiz Municipal em Minas Novas, donde seguiu carreira política até ser eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1891 e nomeado Ministro Plenipotenciário do Brasil no Vaticano durante a Primeira República, acredita-se ter elencado elementos que permitem escrutinar, de forma ainda incipiente, os ditos princípios liberais da elite regional do Império do Brasil.

Fugas de escravos: quebra e reconstrução de laços familiares e afetivos (1871-1888)

Adriano Soares Rodrigues
adrianosrodrigues88@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Resistência, Fugas, História Comparada, Escravidão.

No presente trabalho apresentaremos um estudo de caso de escravos que optaram pela fuga do cativo como maneira de reconstrução de laços familiares e afetivos ou pelo

restabelecimento de direitos perdidos ocasionados pela sua venda ou transferência de cativo. Analisaremos alguns anúncios de fugas publicados em periódico de três localidades distintas, no final do século XIX (1871-1888): Ouro Preto, Juiz de Fora e São Paulo. Para tanto, ampliamos a questão das fugas para além dos limites impostos pela premissa de que se trataria de uma resposta à violência sistêmica. Não queremos, contudo, diluir o caráter violento da instituição escrava. Os casos de fugas motivadas pelos maus tratos, péssimas condições de sobrevivência, alimentação, castigos e excesso de violência - que extrapolaria a questão física - não foram raros. No entanto, as motivações das fugas extrapolam a questão do castigo. A transferência de cativo, ocasionada pela venda, foi representada em diversos casos onde os prófugos direcionavam-se para a casa do antigo proprietário, para o local onde já trabalharam em empreitadas ou onde eram “muito conhecidos”, assim como, aqueles que intentavam a reconstrução de laços familiares. Alguns anúncios relatavam que o mancipio fugiu enquanto estava sendo avaliado (“veio para ser experimentado”), evadiu após a morte do senhor, pertencentes a espólio, ou quando saiu para “procurar senhor”. Assim, estes casos podem ser interpretados como ação à previsibilidade da ruptura laços e direitos causados pela possibilidade de uma venda futura. Portanto, nosso objetivo é analisar alguns desses casos que denotam a ideia de que a negociação entre senhor e escravo falhou, nos quais a fuga tornou-se único meio viável para o restabelecimento de seus laços afetivo-familiares ou para a recuperação de direitos perdidos.

Escravos vindos do Atlântico: o tráfico negreiro praticado na Serra da Mantiqueira na primeira metade do século XIX

Ana Paula Dutra Bôscaro
anapaulaboscaro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Serra da Mantiqueira, Tráfico de escravos, pequena propriedade.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a posse de escravos africanos entre os pequenos proprietários que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX. Essas localidades estavam situadas na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo. Esse ambiente caracterizava-se pela presença preponderante dos não proprietários de escravos, isto é, daqueles homens e mulheres que não contavam com a posse de nenhum cativo em suas unidades produtivas. No entanto, ao analisar as Listas Nominativas de Habitantes para o

ano de 1831, foi-nos possível constatar o estabelecimento de pequenas, médias e grandes propriedades, sendo aquelas unidades que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, a estrutura de posse mais recorrente. As Listas Nominativas alusivas às cinco localidades supracitadas revelou-nos a presença majoritária de escravos africanos na região, atestando a estreita ligação existente entre o tráfico negreiro e a reposição da mão de obra cativa na Serra da Mantiqueira. Não obstante, torna-se importante ressaltar que as proporções de cativos importados podiam variar conforme a região, o tipo de atividade que era desenvolvido na propriedade, e também de acordo com o tamanho das escravarias. Nesse sentido, ao analisar de forma mais detida os proprietários que detinham a posse de um até três cativos, pergunta-se: O tráfico de escravos foi um mecanismo de reposição utilizado somente pelos grandes proprietários locais, ou esta foi uma realidade vivenciada também pelos pequenos produtores da Serra da Mantiqueira? Como estes indivíduos buscavam repor a mão de obra cativa existente em seus domicílios? Quais as principais características da população escrava que compunham essas pequenas escravarias? Seriam estes mancipios predominantemente crianças, mulheres e idosos, por ser a mão de obra mais barata e acessível do mercado? Essas são algumas das questões que o presente trabalho buscará responder, contribuindo para o melhor entendimento acerca do comércio de almas que foi praticado em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

Produção e circulação nas Minas Oitocentistas: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba após 1860 e suas conexões

Ulisses Henrique Tizoco
uht2286@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico interno de escravos, Comerciantes de escravos, décadas finais da escravidão, Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG).

Embora não figurasse entre os maiores municípios escravistas da província mineira, nem estivesse vinculada à economia de exportação, apresentando, desde suas origens setecentistas, uma produção eminentemente agropecuária voltada para o abastecimento, a Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) desenvolveu, ao longo das três últimas décadas da escravidão, um significativo comércio de escravos. Através da análise dos Livros de Notas Especiais para Escrituras de Compra e Venda de Escravos e Livros de Procurações do 1º e 2º Ofícios do referido município, além de anúncios em jornais, o presente trabalho tem como objetivos apresentar e discutir os dados iniciais de uma pesquisa em curso que visa esmiuçar as

características do mercado local de escravos, bem como identificar as conexões estabelecidas pelos comerciantes de escravos bonfinenses com mercados de outras regiões do Império, entre 1860 e 1888. Parte-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos “ociosos” de áreas “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas.

A reforma dos costumes pela história: o projeto político e historiográfico de Francisco Lisboa no Jornal de Timon

Jussara Rodrigues da Silva
jussararodriguesdasilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Moral, História, política.

Este trabalho tem como objetivo discutir o projeto de reforma dos costumes maranhenses no século XIX efetuado pelo jornalista e político João Francisco Lisboa por meio do seu Jornal de Timon. Publicado nos anos 1852-1853 e 1858 no Maranhão, o jornal contém textos históricos que buscavam fornecer lições morais para a sociedade maranhense. Assim, ele empreende um estudo da vida política e sua influência sobre os costumes e a moral pública e privada. Ele propõe, a partir de seu trabalho, reformar os costumes maranhenses de forma a promover uma evolução moral capaz de eliminar a corrupção e os vícios que ele identificara nos processos eleitorais. Nesse projeto, há duas instâncias importantes. Primeiro, ele identifica que não somente os homens de sua sociedade eram corruptos, bem como movidos por interesses próprios, o que os tornava inaptos para efetuar a transformação necessária. Por isso, ele estabelece a sua crítica ao sistema representativo, como um todo, devido à incapacidade deste em selecionar adequadamente os eleitores e seus governantes. Trata-se de um problema de ordem política que é, também, moral. Faz-se necessário, nesse sentido, uma reforma nos costumes políticos e no próprio sistema que garanta a escolha correta de eleitos e eleitores, governantes e governados. Um processo, assim, que demandaria tempo, sendo necessário pensar, conjuntamente, uma alternativa provisória. Dessa forma, ele propõe uma solução política imediata com a suspensão das eleições em sua província e com a intervenção direta do Imperador D. Pedro II nos processos eleitorais ao transformar os presidentes provinciais apenas em figuras administrativas. A segunda instância, de longo prazo, também em virtude da ineficiência desses homens em sair da sua condição imoral, era promover uma reforma dos costumes que deveria

começar a partir de cima, dos homens políticos. Isso porque, para ele, toda a imoralidade presente no Maranhão oitocentista, passava do âmbito político para a vida civil. Fazia-se necessário, assim, uma reorientação ética dos grupos políticos da sociedade maranhense e o caminho escolhido é a escrita da história publicada por meio do Jornal de Timon. Foi, pois, em torno dos usos da história na consolidação desse projeto que esta apresentação foi construída.

Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) e o jornal O Carapuceiro: o debate educativo na imprensa pernambucana oitocentista

Adriene Santanna
adriesant@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: O Carapuceiro, História da Educação, Educação, Imprensa, Lopes Gama.

Este artigo tem o propósito de analisar o pensamento de padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) a partir do debate exposto no jornal O Carapuceiro, publicado em Recife-PE entre os anos de 1832-1845. Composto por 427 artigos sobre os aspectos cotidianos da sociedade recifense, o jornal apresenta uma proposta reformadora dos costumes e da moral, os quais haviam sido alterados quando da difusão do pensamento iluminista, do alastramento das transformações sociais do século XIX, das quais o Brasil não ficou isento e das próprias mudanças internas. O jornal O Carapuceiro gerou um debate sobre o comportamento público e privado da sociedade pernambucana condizente à nova realidade inaugurada com a independência política do Brasil. O conteúdo do jornal se insere no contexto da construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro, quando despontava a formulação do ideário progressista e modernizante, bem como com as primeiras preocupações com o sistema educativo brasileiro. É um estudo conduzido pela hipótese que as ideias morais e políticas de Lopes Gama continham princípios educativos favoráveis à formação de indivíduos aptos para a administração do Estado. A análise do jornal considerou os conceitos de instrução, educação, moral e religião expostos pelo padre-jornalista e, do mesmo modo, o autor e sua obra foram inseridos no contexto brasileiro do século XIX. Autores como Erick Hobsbawm (1989), José Murilo de Carvalho (1996), Ilmar Rohloff de Mattos (1994), Marco Morel (2007), dentre outros, fundamentaram as análises e reflexões apresentadas. Lopes Gama expôs as contradições políticas e sociais na medida em que defendeu a manutenção da elite no controle político, econômico e cultural do Brasil. Para isso, empreendeu-se na tarefa de divulgar valores condizentes aos

preceitos religiosos e burgueses determinantes na educação de uma mocidade proba e moral, além de propor aos governantes a substituição dos escravos no sistema produtivo por indivíduos livres e imigrantes. Fundamentou suas ideias, sobretudo, nas Sagradas Escrituras compreendendo-a como uma fonte educativa e de libertação das más inclinações pessoais e inimigas do progresso social. A contribuição de Lopes Gama à historiografia da educação brasileira é observada pela preocupação de educar a elite para as novas relações em curso do progresso na medida em que seu projeto previa o ideal de nação civilizada e industriosa.

Imprensa Antirracista e Linguagem racializada na corte regencial brasileira

Wélington Rodrigues e Silva
wrsdivmg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Cidadania, Período Regencial.

Em sete de abril de 1831, d. Pedro I abdicava de seu posto de imperador do Brasil em nome de seu filho d. Pedro de Alcântara. A abdicação se deu passados menos de dez anos da independência e em um contexto de tensões sociais e de oposição sistemática dos liberais, que buscavam reformas. Podemos reconhecer o “sete de abril” como consolidação do processo de independência que vinha se configurando na sociedade brasileira desde o fim do pacto colonial em 1808. O período Regencial foi, portanto, um período em que várias das bases do Estado e da Nação brasileira estavam se desenvolvendo. Nesse trabalho, objetivamos discutir os rumos da cidadania no Brasil Regencial. Trabalharemos, para tanto, com são as discussões elaboradas nos periódicos *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Publicados na capital do Império do Brasil a partir do ano de 1833, esses periódicos são reconhecidos pela historiografia como publicações voltadas à identidade da população negra ao discutirem a situação da cidadania da população negra livre. Ao debater temas referentes a essa parcela da população eles mobilizam uma linguagem racializada encadeando uma rica discussão sobre cidadania no espaço público da corte regencial. Os periódicos citados, participam ativamente das discussões que aconteciam na imprensa daquele contexto e eram associados constantemente ao partido liberal exaltado. A leitura desses periódicos foi realizada a partir das fundamentações do contextualismo linguístico e foram analisadas através de sua interação com linguagens e conceitos políticos. Ao mobilizar uma linguagem racializada que denunciava os atos políticos de “brancos” moderados recém-chegados ao poder, as definições apresentadas por aqueles periódicos apontam para a união de exaltados e brancos não-moderados em favor de uma Constituição que fosse cega

às cores e que, assim, também não se baseasse qualquer hierarquia de raças. Essas conexões extrapolam as definições tradicionais da historiografia sobre a política do período. É possível compreender esse período como dotado de intensa movimentação política e é importante perceber ainda que, ao se agruparem em determinadas formas no interior do jogo político, as pessoas recorrem a conjuntos de símbolos, linguagens e exemplos que tentam influenciar a construção de horizontes possíveis para o Estado do Brasil. Dessa forma, a compreensão das denominações políticas deve partir de uma leitura que privilegia a disputa política.

As mudanças da imprensa e os jornais áulicos da corte fluminense (1823-31)

Nelson Ferreira Marques Júnior
nelsonfmarquesjr@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Elite, Imprensa, Áulicos.

O foco da apresentação será a imprensa, que nesse período, possuía características particulares, sobretudo no que toca à percepção participativa que os periódicos tiveram sobre a vida política no Rio de Janeiro, encaminhando rumos políticos, opinando desde posições favoráveis ao governo ou contra ele. Um pouco antes da Independência e no desenrolar do Primeiro Reinado, percebe-se na imprensa uma clara mudança de paradigma, apesar de certas continuidades. Estes se tornaram veículos politizados, responsáveis por aquecer os embates políticos ocorridos nos diferentes espaços públicos que ainda estavam em formação. Os jornais áulicos no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I e a Monarquia Constitucional centralizada, na qual o soberano usufruía de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Essa imprensa ocupava diferentes espaços, tais como: cafés, boticas, ruas, praças, apesar do imenso número de analfabetos. A imagem viva de uma monarquia integrada, ordeira, justa, mesmo convivendo com diversos conflitos provinciais, foi a grande pauta de defesa dos jornais áulicos. A imprensa áulica atuou de forma decisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política definida. O objetivo comum era circular o maior número de notícias que coadunassem com os preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

Rabiscos no papel e na tela: imagens políticas em obras de Pedro Américo e Araújo Porto Alegre

Sheila Lopes Leal Gonçalves
leal.sheila@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Segundo Reinado, história intelectual, Artes Plásticas, século XIX, literatura.

A ideia desse trabalho é apresentar algumas hipóteses em relação ao trabalho de dois importantes intelectuais do XIX: Pedro Américo e Porto Alegre. Como se sabe, ambos atuaram nas artes plásticas e na literatura, portanto, suas impressões sobre a realidade política do Brasil no Segundo Reinado foram impressas utilizando estéticas bastante diferentes. Procuo responder questões como: a política nacional é representada de maneira similar, no conjunto de elementos simbólicos pertinentes a cada estética em particular, nas telas e nos textos? Ao cotejar imagem e texto, em ambos letrados, seria possível diagnosticar seus projetos nacionais?

A estética fotográfica do Brasil Imperial: A Construção da imagem de uma nação moderna

Thiago Sobreira Vailati Silva
thisobreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Estética Brasileira, Fotografia, Brasil Império.

Este trabalho pretende abordar o debate existente em torno da produção fotográfica no Brasil ao final do governo de d. Pedro II (1870 - 1890).

Serão observados aspectos como a relação entre os símbolos da dita Modernidade e a estetização imagética dos tipos brasileiros. Salientando especialmente os espaços das figuras indígenas e negras escravizadas dentro da composição das imagens.

Neste aspecto, serão observadas as imagens fotográficas que estavam inseridas no movimento do Romantismo e, portanto, consoantes com as instituições culturais tutoriadas pelo imperador, e as fotografias feitas sob encomenda de particulares e membros da aristocracia rural escravocrata. Observando o embate político sobre a permanência e exibição da escravidão.

Tendo por base que a fotografia fora de grande importancia na construção da imagem da nação perante as demais nações do século XIX, observar quais imagens foram produzidas e sob qual intuito nos permite reconhecer aspectos tanto desse período histórico como de suas representações político culturais.

Entre o chocalho e o chicote: representações dos carregadores de café no Brasil oitocentista

Leonardo Campos Gomes
camposgomesleonardo@gmail.com

Vitória dos Santos Acerbi
vitoriaacerbi@gmail.com

PALAVRA-CHAVE: iconografia, Brasil imperial, artistas-viajantes, Carregadores de café, negros.

Entre a lavoura e a tulha, entre a carroça e o navio, entre o campo e a urbe. Em marcha cantante, em grupos bem juntos, com sacos na cabeça, chocalho e bandeira na mão, junto a um líder a apontar o caminho. Assim transitavam personagens típicos da paisagem rural e urbana da sociedade brasileira do oitocentos – os carregadores de café. Neste trabalho, examinamos a iconografia de suas representações através de cinco imagens (aquarelas e litogravuras). Todas compartilham, além do objeto representado, a data (década de 1840) e a feitura por um olhar estrangeiro, de viajante a registrar artisticamente a realidade que lhe chegava às vistas. Debret, Paul Harro-Harring, Briggs e Daniel P. Kidder são os autores das representações em que protagonizam os carregadores negros de café acompanhados de símbolos visuais que examinamos, destrinchando seus significados sociais e culturais por comparações imagéticas e por passagens de literaturas do XIX.

A Rendição de Uruguaiana, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai

Álvaro Saluan da Cunha
asaluan@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pedro Américo, Rendição de Uruguaiana, Guerra do Paraguai, litografia.

O projeto visa estudar a litografia baseada na pintura histórica de Pedro Américo, A Rendição de Uruguaiana, sobre episódio homônimo ocorrido na Guerra do Paraguai. A obra original foi destruída, restando apenas suas variadas reproduções litográficas. A análise busca a compreensão iconográfica e iconológica da obra e, além disso, perceber de que maneira ela dialoga com outras gravuras referentes à Guerra do Paraguai, presentes em dois acervos litográficos específicos, encontrados na Biblioteca Nacional: o da oficina litográfica Vida Fluminense e do jornal Suplemento da Semana Illustrada. Objetiva-se através do estudo da obra

contribuir para o entendimento da produção, circulação e consumo das imagens litográficas da Guerra do Paraguai.

CONSOLIDANDO AS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO DO BRASIL: AS DISPUTAS FRONTEIRIÇAS ENTRE AS PROVÍNCIAS DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1831 - 1845)

Rosenilson da Silva Santos
rosenilsonsanatos@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Estado Nacional, Fronteiras, Francisco de Brito Guerra.

O tema desta pesquisa é o das relações sociopolíticas entre a Corte do Rio de Janeiro e as províncias do Norte do Brasil, especificamente, Rio Grande do Norte e Paraíba, e sua participação na formação do Estado nacional, a partir da intersecção do senador do Império Francisco de Brito Guerra, no período de 1831 a 1845. A discussão, já bastante encorpada, sobre a formação do Estado nacional preocupou intelectuais brasileiros desde o século XIX e, no XX, os historiadores vêm investigando a participação das elites locais e regionais nesse processo. Desde autores como José Murilo de Carvalho, que, em linhas gerais, conceberam pouca ou nenhuma participação dessas tais elites, elaborando assim a tese de que a formação do Estado nacional brasileiro se deu, de forma prioritária, em torno dos interesses dos grupos políticos e econômicos que orbitavam a Corte e o Rio de Janeiro, até autores e trabalhos mais recentes que vêm advogando a participação das elites territorializadas em províncias ditas marginais. Nosso trabalho se avizinha dessa última perspectiva na medida em que desenvolvemos a hipótese de que Paraíba e Rio Grande do Norte, através de agentes e representantes políticos na Corte, mantiveram audíveis seus interesses, nomeadamente aqueles relacionados à consolidação de seus territórios e fronteiras, questão demais salutar nesse momento em que garantir a unidade nacional era tema precioso. As fontes para a pesquisa são oriundas do Senado do Império, Assembleia Geral do Império, Diocese de Caicó e Províncias da Paraíba e Rio G. do Norte a serem inqueridas através das análises metodológicas da micro história e da nova biografia histórica, pensadas como mecanismos capazes de nos ajudarem a responder nossa problemática.

A consolidação do poder provincial e a primeira legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1835-1837

PALAVRAS-CHAVE: Constituição do Império, Assembleia provincial de Minas Gerais, Ato adicional.

A Constituição política do Império do Brasil de 1824 ao mesmo tempo que definiu as províncias como subdivisões administrativas de uma Nação soberana também reconheceu o direito de todo cidadão de intervir nos negócios da sua província por meio dos Conselhos Gerais (artigo 71). A necessidade de dotar as províncias de representação política não foi inaugurada, todavia, pela Constituição. Ao contrário, ela remonta ao contexto de crise do império luso-brasileiro quando as Cortes reunidas em Lisboa criaram as Juntas de Governo e, posteriormente, quando a Assembleia Constituinte promulgou a lei de 20 de Outubro de 1823 que deu forma ao governo das províncias criando o cargo de Presidente e um Conselho. Dava-se os primeiros passos para a estruturação dos governos provinciais e para a instituição de um poder intermediário que articulasse os interesses locais (Câmaras Municipais) e gerais (Assembleia Geral). Em 1834 a Constituição brasileira foi reformada. O chamado Ato adicional substituiu os referidos Conselhos Gerais de província pelas Assembleias provinciais. Com atribuições semelhantes a novidade estava na função legislativa dessas últimas. Elas poderiam legislar sobre a criação, supressão e nomeação de empregados, sobre a fixação de despesas municipais e provinciais e sobre os impostos. Medidas, antes, prerrogativas do Centro. Além de conceder maiores autonomias para as províncias, o Ato permitiu que a Assembleia Geral detivesse nos assuntos de abrangência nacional, desonerando-a da massa de assuntos relacionados a essas unidades territoriais. Assim, as Assembleias assumiram o governo interior de suas províncias e passaram a ser responsáveis pelo seu desenvolvimento. Em Minas Gerais, desde o começo dos trabalhos legislativos, no dia 1 de fevereiro de 1835, os deputados reconheceram que “a maior e mais urgente necessidade de um país novo é o melhoramento das estradas e canais da qual depende a prosperidade do Comércio, da Agricultura e da Indústria”. Além disso, essas instituições contribuíram para tornar a província um espaço de poder fundamental na organização e consolidação do Estado brasileiro. Baseado na investigação de atas, projetos, pareceres, requerimentos, relatórios, correspondências etc, o objetivo desta comunicação é apresentar e discutir a estruturação e consolidação do poder provincial no império brasileiro destacando a organização e o funcionamento da Assembleia de Minas Gerais na primeira legislatura (1835-1837).

Entre Representações e Requerimentos: O poder político provincial de Minas Gerais e a construção dos cemitérios extramuros

Pâmela Campos Ferreira
pamelacamposf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Câmara Municipal, Província, Cemitério extramuro.

A presente pesquisa centra-se na discussão que tem lugar com a promulgação da Lei de 1º de Outubro de 1828, que é uma Lei que tem por fim regularizar as funções das Câmaras Municipais, ou seja, a partir dessa Legislação, uma entre as várias novas atribuições camararias, diz respeito a necessidade da construção de cemitérios extramuros, e para que tal fim tivesse pleno sucesso, as municipalidades deveriam contar com a ajuda da principais autoridades eclesiásticas locais.

No entanto, com o decorrer dos anos, nenhuma medida foi tomada efetivamente para que se cumprisse a Lei. As Câmaras deveriam, pela Lei de 1828, formular posturas municipais que seriam aprovadas pelo poder provincial, num primeiro momento os Conselhos – e a partir de 1834 com o Ato Adicional – a Assembleia Legislativa Provincial. As posturas tinham como principais funções regulamentar o cotidiano local, e um dos artigos das posturas diz respeito às obras publicas, e a construção de cemitérios extramuros entra na pauta das obras necessárias á salubridade na Província.

Os poderes municipais e provinciais, ao que tudo indica, entraram em permanente conflito com as Instituições que detinham o monopólio dos sepultamentos intramuros como Irmandades e Ordens Terceiras. A discussão que pretendo levantar em um capítulo da dissertação, diz respeito ao higienismo, e o nascimento de uma medicina social urbana, me pautando na obra de Foucault – A Microfísica do Poder – para pensar nas questões referentes à preocupação que as autoridades políticas tinham com a salubridade no Império do Brasil, mais precisamente na província de Minas Gerais nos início do século XIX.

Pensamos acerca da existência de um “Estado de Polícia”, no sentido de pensar em um Estado – que embora esteja em plena construção – amplia suas funções, ou seja, a existência de questões que antes da Independência eram resolvidas pelos meios específicos, como por exemplo, os sepultamentos intramuros eram executados por parte das Instituições leigas (Irmandades e Ordens Terceiras) e Eclesiásticas, com a emancipação em 1822, e mais precisamente a partir da Lei de regulamentação dos municípios (Lei de 1º de Outubro de 1828),

tal prática passa a ser uma atribuição do Estado, de modo que às Municipalidades caberia a obrigação de construir os cemitérios.

Tecendo distintas redes de compadrio: o parentesco de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parada - escravas do Barão de Alfenas. (São Tomé das Letras, século XIX.)

Juliano Tiago Viana de Paula
juvieiravp@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, compadrio, trajetórias sociais e hierarquias.

Pretende-se examinar nesta comunicação as redes de compadres das escravas que mais compareceram as pias batismais da Freguesia de São Tomé das Letras. Estas cativas pertenciam a uma das maiores escravarias da localidade, propriedade de Gabriel Francisco Junqueiro, o Barão de Alfenas, homem de grande prestígio político no Império do Brasil. Faremos uma análise sobre a trajetória social destas cativas, observado como foram tecendo suas relações parentais no intuito de compreender como as experiências sociais do cativo poderia ser distintas em uma sociedade hierarquizada e excludente.

O pensamento federalista na Geração de 1870: questões temporais ao projeto republicano

Lucas Neto Teixeira
lucasnetoteixeira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Geração de 1870, Federalismo, Brasil, Manifestos Republicanos.

Este trabalho se insere no contexto da década de 1870 no Brasil momento em que os republicanos propunham ideias de como seria o novo modelo de estado. Dessa maneira, buscase, em fase inicial analisar os manifestos republicanos como o do Pará, Itu e o do Rio de Janeiro, buscando nestes a compreensão de qual era o ideal de federalismo à estes republicanos. Os manifestos continham em si uma ampla camada de demandas existentes, dessa forma os republicanos brasileiros buscavam orientar seus movimentos e espalhar suas ideias, o federalismo era um dos assuntos centrais ao desafio da construção de uma nova república na América do Sul. Como tentativa de aprimorar a pesquisa procura-se compreender através da história conceitual do político como os republicanos construíram as resposta ao federalismo em contraposição ao

modelo existente no segundo império, portanto podendo observar o que entendiam como advento da modernidade política.

A História vista de baixo: Uma breve análise da sociedade Fluminense no século XIX

Carla de Oliveira Navarro
carlanavarro.93@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Império, Sociedade.

A formação social brasileira foi pautada na desigualdade social e na concentração de renda. No período escravocrata, os homens livres e pobres eram excluídos dos principais processos e segmentos da sociedade. Durante a década de 1840, conturbada politicamente pelo início antecipado do Segundo Reinado, no Rio de Janeiro que, por centralizar em si a capital do Império, sempre teve uma população formada por grupos sociais diversificados, e mantinham-se fortes as desigualdades sociais e econômicas. Esses sujeitos que, mesmo livres eram marginalizados, causavam temor à chamada “boa sociedade”, já que seus diferentes grupos poderiam se organizar e causar imenso transtorno ao status quo do regime imperial. Entendendo esse contexto, pretendo trabalhar a sociedade do Rio de Janeiro no século XIX, dos anos de 1850 a 1870, através do conceito de História vista de baixo.

Assim como Christopher Hill e Natalie Zemon Davis, E. P. Thompson foi um dos expoentes da História vista de baixo, e um exemplo claro de como os indivíduos estudados por essa corrente faziam parte, segundo Thompson, da "massa de esquecidos", é o modo como a historiografia tradicional sempre produziu os estudos sobre os processos históricos. Os indivíduos pertencentes às altas classes sociais eram sempre reconhecidos através de fontes como documentos oficiais, jornais, e como sujeitos ativos de movimentos históricos. Já os mais pobres, como no caso da pesquisa aqui tratada, são geralmente retratados quando se envolvem em revoltas e aparecem nos jornais, ou, principalmente, cometem algum crime, e nos registros repressivos são onde esses homens adquirem alguma identidade.

No século XIX, predominava no Brasil a visão ultraconservadora de Varnhagen, que via o Brasil como um grande país no futuro devido a sua colonização portuguesa, e pautava uma identidade branco-europeia “manchada” por negros, índios e mestiços. Suas ideias tiveram grande influência sobre a realidade brasileira, por ser a visão das elites.

Os estudos sobre Brasil no século XIX são, em grande maioria, voltados ou para a escravidão, ou para a vida política e pessoal da Corte. A vivência dos homens pobres e trabalhadores livres não é quase pautada por trabalhos acadêmicos, e a falta de estudos sobre o tema leva apenas ao conhecimento sobre a vida da alta sociedade em detrimento dos mais pobres, levando à marginalização dos mesmos.

Os Faria Fraga e atividade pecuarista no alto sertão da Bahia (Caetité 1888-1889)

Laiane Fraga da Silva
laiane.fg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Família Faria Fraga, alto sertão da Bahia, atividade pecuarista.

O presente artigo busca analisar os investimentos da família Faria Fraga na atividade pecuarista do alto sertão da Bahia, mais especificamente em Caetité, nos últimos anos do Império Brasileiro. Os Faria Fraga envolveram em diversos investimentos, e no momento em que a posse do gado configuraria as bases da economia regional, esta atividade não passou despercebido aos olhos desses auspiciosos investidores. Para tanto, a pesquisa recorre a um minucioso e rico acervo familiar, composto por fotografias, correspondências, livros de notas e diários, para compreender os circuitos de fazendas em que a família designava para tal atividade, e como configurou a rotina de sujeitos menos abonados, que prestavam serviços para a família na lida com o gado, em um momento oitocentista de (re)configuração das noções de trabalho.

Rui Barbosa e o discurso político sobre a educação feminina no Segundo Reinado

Amanda de Paula Birindiba Araújo
amandabirindiba@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, educação feminina, modernização, Intelectuais.

No contexto de meados do século XIX, políticos e intelectuais brasileiros preocuparam-se com a formulação de amplos projetos de modernização da Nação. Propostas de reformas educacionais fizeram parte desse discurso político modernizador e dialogavam com novas ideias, teorias e projetos educacionais europeus e norte-americanos que circulavam na intelectualidade

nacional. Estava em pauta uma transformação do papel da educação na sociedade, uma vez que figurava no horizonte de expectativa do mundo ocidental os fenômenos da popularização do ensino, da responsabilidade dos Estados com relação à instrução pública, da obrigatoriedade da educação e da escola como instituição de difusão dos valores morais, ideológicos, políticos e culturais na Nação. Contudo, as reformas educacionais propostas neste momento não eram pensadas da mesma maneira para as diferentes classes sociais nem para os diferentes gêneros. Neste sentido, buscamos investigar as propostas políticas com relação à educação de mulheres a partir da produção do político baiano Rui Barbosa (1849-1923). Importante personagem político do Segundo Reinado, Rui Barbosa dedicou-se ao tema da educação a partir do último quartel do século XIX com a produção de pareceres, discursos e ensaios a respeito do panorama do estado da instrução pública nacional. O objetivo deste artigo é analisar como os projetos de reformas educacionais neste momento delegavam à instrução pública a função de organizadora dos papéis de mulheres e homens na sociedade. Neste sentido, procuramos compreender como o pensamento de Rui Barbosa a respeito da instrução feminina possuía aproximações e divergências com relação às propostas de seus contemporâneos, e em que medida seu discurso político representou avanços com relação à normatização dos papéis de gênero no contexto imperial.

Passagem de Humaitá: escura, incerta, confusa, terrível e absolutamente sublime

Andreia de Freitas Rodrigues

cfrod2016@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Passagem de Humaitá, pintura histórica, Victor Meirelles.

Passagem de Humaitá (1869 – 1872), tela singular produzida por Victor Meirelles (1832-1903), é um daqueles trabalhos que se extravia das diretrizes que norteavam a produção de uma pintura (histórica) de sua época, com regras acadêmicas rígidas ou ainda mais do conjunto da obra conhecida de Victor Meirelles, sempre tão cuidadoso, pintor de linhas e desenhos laboriosos, temas e composições exaustivamente estudadas e executadas. Fruto de uma encomenda, o quadro foge de tudo o que poderia ser previsível e assim, desde sua primeira aparição, na 22ª Exposição Geral de Belas Artes de 1872, suscita críticas, oposição ou adesão e

diferentes interpretações, mantendo ainda hoje, interrogações, segredos. Entretanto, a pintura permanece entre o pequeno grupo daquelas obras que mantêm sua qualidade, sua modernidade, exatamente pela incompletude de sua interpretação, guardando para si as respostas para nossas indagações. Esta comunicação propõe uma interpretação dessa obra, relacionando-a a outras realizações pictóricas, literárias ou mesmo filosóficas, mas que permite uma fuga de qualificações reducionistas para encontrar então uma imagem que, para além de uma tradicional pintura histórica ou uma crônica de guerra, afinal retrata um episódio da Guerra do Brasil com o Paraguai (1865 – 1870), nos oferece uma visão onde as diferentes asserções parecem tanto pertinentes quanto inacabadas. Passagem de Humaitá é uma obra instigante produz no observador uma sensação de incapacidade em alcançar o todo, uma falência interpretativa, que reafirma seu caráter hermético, obscuro capaz de estimular novas tentativas de leitura da obra.

O cotidiano do Rio de Janeiro no Oitocentos – uma perspectiva à luz da obra de Luiz Carlos Martins Pena (1815-1848)

Zora Zanuzo
z.zanuzo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Martins Pena, História do Teatro, Teatro Brasileiro, Império do Brasil, século XIX.

Seguindo uma linha proposta por José de Souza Martins, buscamos entender a forma como Martins Pena retratava o cotidiano da Corte no período que ocorre entre 1838 e 1848, inserindo-o na lógica da primeira fase do Romantismo, então vigente. Segundo Vilma Arêas, o autor expunha a sua opinião através de suas peças, pois, apesar de comediógrafo ligado às bases do Brasil Imperial, suas peças questionam a estrutura política, como em O Juiz de Paz da Roça (1838), e as relações escravistas, como em Os Dois ou O Inglês Maquinista (1845) em pleno ambiente político, que é o teatro. Desta forma, partindo das ideias de Gramsci, Bourdieu e da tese de Ilmar Mattos, buscamos compreender até que ponto o autor era visto como um intelectual orgânico, propagador do habitus da classe senhorial.

A sacralidade delegada: preceitos legitimadores da ordem monárquica encerrados nas práticas eleitorais do Império do Brasil

Evaristo Caixeta Pimenta

PALAVRAS-CHAVE: representação, Império, práticas eleitorais, representativo, Brasil, governo, Política.

O processo eleitoral do Império do Brasil é tradicionalmente abordado pela historiografia brasileira por meio de uma perspectiva que sublinha fatores tais como as restrições à participação política da população, as interferências governamentais, além da presença endêmica de fraudes e violências. Dito de outro modo, há muito tem-se demonstrado o quão pouco democráticas eram as instituições e práticas políticas do Brasil Monárquico. Perde-se de vista, desta maneira, a percepção dos próprios atores políticos contemporâneos que, por via de regra, rejeitavam os valores democráticos, por eles entendidos como antimonárquicos e, portanto, estranhos à ordem política e social vigentes. De mais a mais, tal perspectiva desconsidera, em grande medida, as limitações técnicas e aspectos de ordem cultural que impunham embaraços à honestidade das eleições oitocentistas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo ocidental. Balizado pelo prisma da História Cultural das Práticas, o presente trabalho propõe-se a deslindar aspectos menos conhecidos das eleições imperiais, compreendidas aqui como eventos intensamente marcantes para a sociedade brasileira em face da sua frequência, alcance territorial e, especialmente, pela agitação social que fomentavam em termos de mobilização das redes clientelares locais; e do caráter ritualístico dos procedimentos, que mesclavam elementos seculares e religiosos. Confere-se atenção particular aos espaços eclesiásticos utilizados durante o ato do voto e às cerimônias religiosas celebradas em meio às diversas etapas do processo eleitoral, com o intuito de demonstrar como determinados dogmas católicos se prestavam a apoiar a ordem política da monarquia bragantina. Entende-se, assim, que as eleições do Império evidenciam, com considerável grau de clareza, um movimento de sacralização da política que teria sido empreendido durante a fundação e consolidação do Estado Nacional brasileiro; o qual, a um só tempo, teria se prestado a combater a irreligiosidade proveniente das luzes e dos movimentos liberais radicais; e a reforçar a legitimidade do regime, na esteira da emergência das monarquias restauradas do século XIX.

Os grilhões da prosperidade da nação: Escravidão e Nação em Meditação (1850)

Luiza de Oliveira Botelho

PALAVRAS-CHAVE: nação, romantismo, Gonçalves Dias, Escravidão.

Os anos que se seguiram após a independência política do Brasil em 1822 foram profundamente marcados pelo empenho dos homens de letras que buscavam alcançar a autonomia cultural brasileira em relação ao seu passado colonial. Almejavam, dessa forma, superar o status de nação atrasada, ingressar na modernidade e contribuir para o progresso intelectual da jovem nação brasileira. Ainda neste contexto, o Império também assistia uma fase fértil de discussões acerca da manutenção ou não do comércio atlântico de carne humana e da escravidão, o que resultou nas leis anti-tráfico de 1831 e 1850. Aborda-se, neste trabalho, a necessidade de trazer à luz a discussão que associe ambos os contextos, isto é, o projeto romântico de construção da nacionalidade brasileira e a escravidão. Pensando nisto, este trabalho tem como objetivo analisar a escravidão sob o prisma do primeiro romantismo brasileiro, em especial a partir da visão exposta por Gonçalves Dias em *Meditação*, texto publicado na Revista Guanabara em 1850. Buscarei apontar algumas das principais críticas que o poeta romântico tece em torno dos prejuízos que a escravidão deixa como herança para a construção da nação brasileira nos aspectos moral e ético. Será possível observar que o romantismo brasileiro, na sua primeira fase, não se restringia apenas a cantar a glória e exuberância da natureza tropical brasileira, mas empenhava-se em apontar suas deficiências e seus obstáculos para a construção da nacionalidade como, por exemplo, a escravidão. Além disso, poder-se-á verificar que, para além de indianista, Gonçalves Dias possuía um crítico viés antiescravista.

ST 15 - A história das ciências e seus discursos historiográficos: perspectivas de estudos (XVI-XX)

Ana Carolina Rezende Fonseca

Mestra em História

UFMG

aninharezende@msn.com

Valquiria Ferreira da Silva

Doutoranda em História

UFMG

historiaval@hotmail.com

Manuela Pereira de Sousa Sobral

Mestre em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

manuela.sobral@ymail.com

Júlia Maria Correia Gaspar

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

juliamaria.gaspar@gmail.com

Proposta do Simpósio

A produção do conhecimento científico tem sido abordada como objeto historiográfico privilegiado, para se compreender os diversos aspectos que compõem distintas sociedades em determinadas épocas. Este simpósio tem por objetivo a troca de experiências entre pesquisadores que se interessam pela temática da História das Ciências, e a utilizam como ferramenta de análise. Pretendemos colocar em debate pesquisas que abordem a compreensão do papel da prática científica como uma construção histórica, na qual os agentes envolvidos estabelecem uma multiplicidade de relações, sejam elas: culturais, econômicas ou políticas. Entre essas perspectivas, podemos destacar a política, desde o nascimento da ciência moderna onde a ciência desempenhou importante papel na consolidação dos estados modernos, até o século XX, onde é possível mapear a publicação de importantes trabalhos que abordam a ciência e a atuação dos cientistas na criação de agendas políticas. Este simpósio reunirá trabalhos que abordem questões

relacionadas ao papel do cientista, enquanto agência na elaboração de pautas políticas; da ciência nas pretensões geopolíticas; os processos de produção e apropriação do conhecimento científico; o funcionamento de redes científicas; o papel das instituições científicas; saberes relacionados às práticas de cura (científicos e populares); representações científico-sociais das doenças em contextos epidêmicos e endêmicos e etc.

Comunicações

O Hospital Colônia em Barbacena, Minas Gerais: “a loucura dos normais”

Gabriel Augusto de Melo Gomes
gabrielaugustoufv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Hospital Colônia, loucura, Barbacena

Em “A História da Loucura”, Michel Foucault nos mostra como a loucura sempre esteve presente na sociedade e sempre foi objeto de exclusão da mesma. O que é o louco? O discurso de Foucault nos mostra que é a sociedade que denomina o indivíduo como louco, independente do seu contexto. Assim, tudo o que está fora dos padrões da sociedade é taxado como louco. Bem perto de onde estamos, há fatos que poderiam se passar por histórias de terror cinematográficas. O Hospital Colônia, famoso “hospício de Barbacena”, localizado em Barbacena, Minas Gerais, é o retrato de maus tratos muito semelhantes aos que aconteceram nos eventos históricos mais trágicos da humanidade. Criado em 1903, ganhou destaque nacional somente mais tarde, na década de 1980. No ano de 2013, a jornalista do Tribuna de Minas Daniela Arbex reuniu diversos tipos de registros para mostrar o que acontecia dentro dos muros do Colônia. Seu levantamento resultou na obra “Holocausto Brasileiro”, denominação muito apropriada para o hospício que matou mais de 60 mil pessoas entre seu ano de fundação e o ano de 1980. Para o psiquiatra Franco Basaglia, o lugar não deixava nada a desejar para um campo de concentração nazista. Os pacientes se encontravam sujos, feridos e com corpos que denunciavam a fome e as mazelas que passavam. De cada dez pessoas dentro do Colônia, pelo menos sete sequer tinham problemas mentais. Os “doentes” do hospital eram homossexuais, epiléticos, prostitutas, viciados em álcool ou entorpecentes, meninas que engravidavam antes do casamento, crianças que

apresentavam algum distúrbio de nascença, dentre outros. Os loucos de Barbacena não passavam de pessoas que questionavam ou desviavam, em algum momento, o padrão da sociedade. Assim como na época da Idade Clássica, por serem considerados incômodos para os detentores do poder (em Barbacena, a loucura incomodava os políticos) e para a comunidade em geral, essas pessoas foram taxadas como loucas e levadas para o Hospital à força. Levanto as seguintes questões: por qual razão a sociedade se manteve em silêncio? Médicos, funcionários e, de certa forma, a própria Igreja se mostrou conivente com o que acontecia dentro dos muros do Colônia. Essas mesmas instâncias se calaram apenas pela falta de empatia mediante a situação do Hospital ou foram coagidas pelo Estado? É preciso nos despirmos da indiferença para trazer à luz o silêncio oprimido que ainda assombra a história de tantos indivíduos e famílias que fizeram parte do Hospital Colônia.

Imprensa e Políticas de Saúde Pública: a contribuição dos jornais na legitimação do isolamento compulsório dos leprosos em Minas Gerais (1930)

Ramon Felipe de Souza
ramon.felipe@live.com

Keila Auxiliadora Carvalho
keilaacarvalho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Isolamento, Imprensa, Lepra

No 196º Artigo da Constituição Brasileira, promulgada em 1988, está explícito que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. O referido artigo pode ser interpretado como o coroamento de um processo iniciado nos primeiros anos do século XX, qual seja a constituição da saúde como “bem público” no Brasil. Se atualmente as políticas públicas de saúde são entendidas como ações que visam garantir qualidade de vida à população, nem sempre a questão se deu nesses termos. Em primeiro lugar porque a base dessas políticas está assentada sob o conhecimento médico-científico, que precisou se consolidar como “responsável” pelo cuidado com a saúde dos indivíduos. Em segundo lugar, e seguindo a mesma linha de reflexão, a legitimidade das leis está relacionada à capacidade de as mesmas serem reconhecidas e aceitas dentro do universo cultural dos indivíduos. Logo, para se reconhecer as políticas de saúde pública como legítimas, era necessário, antes, que fosse incorporado ao universo cultural da sociedade

brasileira o princípio de que a saúde não se constitui como bem meramente individual, ao contrário, a “interdependência do germe doença” faz com a saúde do indivíduo pertença a seara coletiva, cabendo ao Estado intervir para sua preservação. Na presente comunicação teremos como foco uma política pública específica, a de isolamento dos leprosos, em vigor no Brasil entre as décadas de 1920 e 1960. A legitimidade de uma política de tal natureza exigiu grande esforço da comunidade médica e das autoridades de saúde pública, que precisaram lançar mão de vários meios a fim de justificar o isolamento, “naturalizando-o” na cultura popular como prática necessária. Um dos meios privilegiados nesse processo de tornar legítimo o isolamento de leprosos fora, sem dúvida, a divulgação dos preceitos isolacionistas na imprensa. Assim, o objetivo desse texto será analisar matérias e anúncios que tratam do combate à lepra, publicadas nos jornais, ESTADO DE MINAS e MINAS GERAIS, no início dos anos de 1930, marco inicial da estruturação da política de isolamento compulsório dos doentes no estado. Para além de mapear o aparecimento de notícias relacionadas ao tema, pretendemos compreender a dimensão do uso dos jornais como veículos difusores e legitimadores de políticas públicas de saúde. A questão da legitimidade, nesse caso, torna-se importante pelo fato de a principal prática de controle da lepra consistir no isolamento obrigatório dos indivíduos acometidos pela doença.

Medicina, anatomia e raça: o uso dos cadáveres na formação Médica da Escola de Medicina de Bello Horizonte, 1913-1954

Ana Luisa Moreira Silva
anamoreirahistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "História da Medicina", "anatomia", "História da Ciência", "História da Anatomia", "eugenia", "raça"

Este trabalho procura entender o uso de cadáveres na formação médica na Escola de Medicina de Bello Horizonte, atual Faculdade de Medicina da UFMG. Procuraremos discutir o papel da anatomia como saber da produção médico-científica e sua relação com teorias e discursos raciais e eugenistas. Toma-se como fonte principal o “Livro de Registros de Cadáveres entrados e saídos da Faculdade de Medicina” no período entre 1913-1954, que contém os dados dos cadáveres que permaneceriam na Escola para servir de material didático aos alunos e professores. Neste livro, constam informações técnicas dos corpos para o “Laboratório de Anatomia” tais como, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, cor, profissão, causa mortis, médico que atestou o

óbito, número do registro no cartório de paz e observações. No livro também podem ser encontradas descrições de aspectos anatômicos e antropológicos dos cadáveres. Além da presença de dados referentes às diferentes culturas em torno da morte já que não se tratavam apenas de cadáveres de nacionalidade brasileira ou “mineira”: dentre os cadáveres havia imigrantes de toda a Europa e também orientais. Também são suscitadas referências dos critérios de doação e permanência dos corpos para o estudo anatômico. No período em questão, 1913-1954, segundo estudo publicado em 2010 pelas pesquisadoras Ethel Mizrahy Cuperschmid e Maria do Carmo Salazar Martins com sua equipe, grande parte dos cadáveres vinha dos manicômios e hospitais psiquiátricos, dentre eles o Hospital Colônia de Barbacena, fundado nas primeiras décadas do século XX. Ainda segundo as pesquisadoras, desde 1954 o Hospital Colônia de Barbacena passa a ser o principal fornecedor de cadáveres a Escola de Medicina. Nesta análise, entre os anos 1940 e 1950, os registros passam a apresentar lacunas relacionadas a então riqueza de detalhes presente na fonte. Buscaremos discutir o uso dos cadáveres na sua relação com os saberes médicos da Faculdade em torno de campos como a anatomia, medicina legal, a patologia, a clínica médica, a pediatria e a parasitologia preocupando-nos com as questões científico-raciais.

Médicos versus charlatães: Uma Síntese do Processo de institucionalização da Medicina

Cássia Regina da S. Rodrigues de Souza
cassiarsrodrigues@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: charlatães, artes de curar, medicina, Médicos

A amálgama que compunha o quadro dos agentes de cura no Brasil dos oitocentos era composto por diversos sujeitos, além dos médicos, tais como, barbeiros, boticários, cirurgiões sangradores, algebristas, parteiras, herboristas, curandeiros e curiosos e constituía uma preocupação crescente por parte das autoridades médicas. Esses atores fizeram parte do mundo oficial das artes de curar até cerca de meados do século XIX devido sobretudo, ao número insuficiente de médicos e cirurgiões e seu alto custo. Dessa forma, outros agentes de cura seriam “tolerados” pela burocracia.

Os primeiros sinais de uma concreta regulamentação da atividade médica foram sendo evidenciados a partir do fim da Fisicatura-mor e da criação dos cursos de formação de médicos na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808 e a fundação em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio

de Janeiro (SMRJ), mais tarde transformada em Academia Imperial de Medicina (AIM), marcando uma mudança na relação entre governo, médicos acadêmicos e terapeutas populares. Tais referências funcionaram como indicadores de um novo período constituído pela legitimação da prática médica. O objetivo desse estudo consiste em investigar o processo de demarcação das atividades de cura que desencadeou na institucionalização da medicina em finais do XIX.

Formas de silenciar: João Candido Felisberto no Hospício Nacional de Alienados (RJ - 1911)

Pedro Henrique Rodrigues Torres
pedrohrtorres@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, João Candido Felisberto, Hospício nacional de Alienado, Silenciamento

Após a Revolta dos Marinheiros em 1910 um dos líderes do movimento, João Candido Felisberto, o Almirante Negro, esteve preso na cela 5 da Ilha das Cobras, onde experimentou o trauma de assistir 16 de seus companheiros morrerem asfixiados. O que decorre dessa prisão é o seu diagnóstico como louco e seu internamento no Hospício Nacional de Alienados, em abril de 1911. Diante disso, este trabalho se ancora na investigação sobre a internação de Candido no principal hospício da capital, com o objetivo de demonstrar que esta instituição serviu aos empenhos do Estado Republicano de início do século, bem como gestou a produção de idéias científicas de cunho médico-psiquiátrico.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches: relações entre trajetória pessoal e prática científica no século XVIII

Nelson de Campos Ramos Junior
necamposramos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: práticas científicas, trajetória, República das Ciências. Antonio Nunes Ribeiro Sanches

Esta apresentação tem por objetivo estabelecer relações entre o itinerário pessoal do médico português Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e aspectos da prática científica e da sociabilidade no século XVIII europeu. Distanciando-se de uma abordagem unicamente biográfica, a atenção dispensada à sua trajetória possibilita-nos desvelar processos cruciais do fazer científico: confecção e manutenção de redes de contatos; relação entre homens de ciência e Estado; circulação livresca e de informações; comércio de simples, compostos e itens de colecionismo; entre outros.

Proveniente de família cristã-nova, Ribeiro Sanches deixou Portugal no ano de 1726, exilando-se em Londres. A partir de então, sua trajetória tomou os mais diversos rumos: após um grand tour pela Europa continental (passando por centros de saber como Montpellier, Pisa e Leiden), o médico português foi enviado para exercer sua profissão em Moscou, ganhando São Petersburgo em 1734 e atuando junto à Corte russa a partir de 1740. Foi durante esses anos que exerceu funções junto à Academia Imperial de São Petersburgo, servindo como um dos nós que ligava a dita instituição tanto à Lisboa quanto aos jesuítas portugueses em Pequim. Acusado de judaísmo em 1747, Ribeiro Sanches abandonou a capital russa e instalou-se em Paris, onde travou conhecimento com os enciclopedistas e redigiu suas principais obras reformistas, enviadas ora para o Portugal pombalino, ora para a Rússia de Catarina II.

Esse itinerário singular, entretanto, nos oferece diversos exemplos dos mecanismos que competiam para o funcionamento de uma República das Ciências ainda em expansão. Como exemplo, podemos atentar para a função de membro correspondente da academia russa desempenhada em Paris após 1748. Nesse espaço, Ribeiro Sanches era responsável por: coletar novidades literárias, adquirir documentos científicos, negociar livros para a academia, recrutar acadêmicos etc. Dessa forma, através de dados presentes em seus textos e em suas correspondências, podemos retratar circuitos de circulação materiais e imateriais que possibilitaram a concentração dos saberes nas centrais de cálculo europeias, evidenciando os fluxos que se davam entre centros e periferias, bem como os discursos que institucionalizavam e sedimentavam a ciência eurocêntrica.

Vomitórios, purgativos e tônicos: uso terapêutico de plantas no combate a disenteria.

Márcio Xavier Corrêa
marcioxcorrea@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: plantas medicinais, ipecacuanha., medicina, disenteria

Este trabalho consiste na sistematização e análise de dados levantados a partir de pesquisa realizada sobre a utilização terapêutica de plantas no tratamento de disenteria. Como objetivo principal, pretende-se investigar os saberes científicos e práticas médicas, bem como relacionar quais espécies vegetais eram prescritas pelos médicos, especificamente no tratamento da disenteria. Para concretizar este objetivo, optou-se pela análise da tese intitulada "Dysenteria", apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) no ano de 1874, por João Ignacio de Carvalho Resende. Tal procedimento foi realizado pautando-se em perspectivas de análise próprias da História das Ciências, considerando que dentre a diversidade de fontes disponíveis, os documentos científicos, lidos sob uma concepção mais abrangente de documento permitem a reconstrução histórica de procedimentos terapêuticos com utilização de plantas. As conclusões iniciais apontam para a prevalência da Ipecacuanha como um dos vegetais mais utilizados, consistindo sua aplicação em uma forma de saber científico institucionalizado. Entre as formas de tratamento presentes destacam-se a administração de medicamentos por via oral e a aplicação de clisteres.

Osny Duarte Pereira: as concepções de conservação ambiental e nacional-desenvolvimentismo no discurso cientificista mobilizado na elaboração do Código Florestal de 1965

Isabela Cristina Rosa
isabela.rosa05@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Osny Duarte Pereira, Código Florestal de 1965, discurso cientificista.

O presente trabalho proposto tem por objetivo apresentar o projeto de mestrado, intitulado "Osny Duarte Pereira: as concepções de conservação ambiental e nacional-desenvolvimentismo no discurso cientificista mobilizado na elaboração do Código Florestal de 1965", que foi aprovado para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Estruturado no período entre o governo de Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) e os primeiros anos da Ditadura Militar, o Código Florestal de 1965, ao mesmo tempo em

que incrementa e introduz novos elementos ao texto do Código Florestal de 1934, traz consigo novas problematizações.

Mais do que isso, assim como é pertinente pensar em relação a toda e qualquer lei, o Código Florestal de 1965 foi discutido e arquitetado num espaço e num tempo definidos, expressando os ideais e as percepções de um grupo específico. Para sua elaboração, foi criada, ainda durante o governo de Jânio Quadros, uma comissão para reformar o Código Florestal de 1934.

Conforme afirmou Armando Monteiro Filho, Ministro da Agricultura do governo Goulart, na apresentação do Anteprojeto do novo Código Florestal - que seria publicado, com modificações, em 1965-, a coordenação deste trabalho foi entregue ao jurista Osny Duarte Pereira, magistrado do Estado da Guanabara que ficou responsável por organizar sua equipe.

Este grupo seletivo de intelectuais e políticos, responsáveis pelo trabalho, representaram os ideais e as concepções acerca da relação homem e mundo natural que se fizeram presentes, ao menos em parte, no texto da lei aqui discutido. Sendo assim, entende-se que compreender a trajetória, a vida e os vínculos sociais destes homens se torna tarefa fundamental para encontrar, caracterizar e problematizar o discurso científico existente por trás do Código Florestal de 1965. Diante disso, optou-se, para o presente trabalho, por estudar de forma específica a vida e as obras de Osny Duarte Pereira, chefe da comissão criada para elaboração do novo Código Florestal.

Uma jornada inacabada: ensaio sobre o combate a febre amarela no Brasil no século XX (1940-1970)

Ana Carolina Durães Vaz de Melo Barreto
carol_duraes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: febre amarela, organização mundial da saúde, História da Ciência, doenças negligenciadas

Este trabalho visa apresentar um panorama da história da febre amarela no Brasil, com um foco mais preciso nos trinta anos que compreendem os anos de 1940 a 1970. Desde a primeira epidemia registrada, em meados do século XIX, a febre amarela vitimou milhares de brasileiros, principalmente moradores das zonas rurais, no interior e membros das camadas mais baixas da sociedade. Este cenário apenas começará a mudar a partir do alvorecer da república e das políticas sanitaristas lideradas por Osvaldo Cruz e seus seguidores, em conjunto com a ação de

médicos da Fundação Rockefeller. Através da documentação observada pretende-se, neste ensaio, entender um período específico da trajetória do combate: quando da retirada da Fundação Rockefeller da luta direta contra a febre, momento em que o governo assume por completo tal tarefa e cria o Serviço Nacional de Febre Amarela, controlado inteiramente por sanitaristas brasileiros e o percurso tomado pelo enfrentamento da doença desde então, culminando com sua dita erradicação em meados da década de 1950. Ainda, analisa os elementos que levaram a febre amarela – erradicada e cujos feitos para esta erradicação foram aclamados pela Organização Mundial da Saúde – a retornar em um novo surto nos anos 70.

O Brasil Central em transformação: o olhar da revista "brasília" sobre a transferência da capital para os sertões

Alexandre Pinto de Souza e Silva
alexrio300@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, Brasília, nacionalidade, Sertões, Regiões

A partir da pesquisa feita com base no periódico “Brasília” (1957-1967), cuja coleção completa se encontra sob a guarda da Biblioteca Nacional, o projeto que pretendo apresentar busca problematizar as relações entre saúde, desenvolvimento e diferenças regionais tomando o Brasil Central como referência. O olhar exposto pela revista contribui para a análise aprofundada sobre as relações entre interior e litoral. Com base numa vasta bibliografia, as diferenças eram enormes entre ambos: interior era associado, às doenças, ao atraso e à barbárie, conhecido, assim, pelo conceito de “sertões”, e o litoral era associado à salubridade, ao progresso e à civilidade. Neste sentido a participação de médicos e sanitaristas no processo de construção da capital contribuiu para a análise sobre a configuração do espaço na garantia de assistência médica e saneamento para as populações interioranas. Além disso, os registros de intelectuais como arquitetos, engenheiros, urbanistas, cientistas sociais, médicos e sanitaristas nos mostram como era o imaginário brasileiro com relação à mudança da capital para o interior do país.

A importância da missão Iwakura (1871/73) na construção do Japão Meiji (1868 - 1912)

Mateus Martins do Nascimento
duelmaster2008@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: circulação, Japão, Meiji, constituição, Iwakura

O objetivo deste trabalho é analisar o significado histórico, político e social da embaixada japonesa enviada a países ocidentais no período Meiji (1868/1912), conhecida como Missão Iwakura entre os anos de 1871/1873. Nos anos anteriores, sobretudo na década de 60, o xogunato dos Tokugawa estava em declínio em função (a) da pressão interna dos comerciantes (economicamente ativos, mas, politicamente desprestigiados) e também (b) da chegada das tropas navais americanas comandadas por M. Perry em 1857, quando os portos japoneses são abertos forçadamente. O processo como um todo gerou crises e interpretações e, em resposta a ele, Ito Hirobumi, Kido Koin, Okubo Toshimishi (protagonistas do processo de modernização japonesa) acompanhados de intelectuais de diversas áreas compõem a embaixada, cujo principal objetivo era entender o complexo sistema de relações internacionais do período e fazer circular saberes para modernizar o Japão (NISH, Ian: 2005). Através dela, autoridades japonesas desenvolveram um contato direto com França, Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha, Rússia, Suíça, Itália e Estados Unidos, com o objetivo de construir saberes específicos sobre as potências e suas tecnologias, permitindo mesmo uma autocrítica das suas fronteiras, identidades e distâncias (ORTIZ, Renato: 2000). Tendo como norte as perspectivas teóricas e metodológicas de Edward Said, D. Chakrabarty e Kapil Raj (aqui postas em diálogo), o texto buscará atender para o fato como uma resposta japonesa aos tratados desiguais – impostos quando da abertura forçada do Japão as potências ocidentais – mas, na mesma chave, pretende pensar o processo como fundamental tanto para a circulação de saberes científicos e conhecimento (RAJ, Kapil: 2015) entre o Japão e as potências, quanto para o começo de uma agenda modernizadora das elites dirigentes no período – no limite, buscaremos discutir como são afetadas a identidade e a insularidade japonesas, dados os resultados da missão. Em síntese: se o período Meiji significa a ascensão de uma nova tradição no séc. XIX e a formação de novas estruturas de pensamento (NAKAGAWA, Hisayasu: 2008), a missão Iwakura foi o ponto de partida para este processo.

Caridade, ciência e poder: a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (século XIX)

Maciel Antonio Silveira Fonseca
maciel.s.fonseca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: modernização, Elite, Assistência, Ciência

O presente estudo tem como propósito investigar as ações do campo médico-filantropico em Juiz de Fora na transição do século XIX para o século XX. Neste período, estas ações se consolidaram através da institucionalização da saúde que, no presente caso, será observado a partir da ótica da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, cuja Casa de Caridade fora criada em 1854, por iniciativa do Comendador José Antônio da Silva Pinto, visando promover o auxílio aos mais necessitados ao passo que consolidava suas relações na política local. Neste contexto, então, o presente artigo propõe compreender o posicionamento da elite responsável pela gestão da Casa de Caridade, composta em parte por um grupo de políticos, e outra parte por grandes proprietários cujos esforços possibilitaram a promoção da assistência. O propósito é perceber qual é a trajetória geral destes indivíduos, através da prosopografia, tendo em vista suas profissões e ocupações. Importa para esta investigação o local de origem, formação, carreira política, carreira profissional, participação em outros institutos da sociedade.

Gênero e ciência: a esterilidade feminina no século XIX através do discurso de um médico mineiro.

Jéssica Rodrigues Vieira
jessica.r.vieira@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Corpo feminino, Esterilidade., Discurso médico

Em seu livro "Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud", publicado no Brasil em 2001, Thomas Laqueur chama a atenção para o fato de a "diferença incomensurável" dos sexos ter sido inventada a partir do final do século XVIII. Antes do Iluminismo, Natureza e Cultura não possuíam limites rígidos, de modo que o modelo de sexo único, originado dos estudos de Aristóteles e Galeno, classificava os homens e as mulheres através do seu "nível de perfeição metafísica" e não pelas suas características sexuais. Ao final do Setecentos, entretanto, concomitantemente às questões políticas que envolveram o debate sobre os direitos civis das mulheres e às mudanças de caráter epistemológico, o modelo do sexo único começa a dar lugar ao modelo de dualidade das carnes. Assim, as dessemelhanças entre os sexos passam a ser interpretadas como disparidades físicas, naturais e imutáveis. Baseado na diferença incomensurável dos sexos, o discurso médico do século XIX buscou construir a concepção de

que o corpo feminino em todo seu aspecto é voltado para a procriação. A presente comunicação busca elucidar a tese "Da esterelidade, suas causas e dos meios de curá-la "(1872), apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo mineiro Augusto José da Silva, analisando a centralidade da mulher, ou melhor, do corpo feminino, no que se refere à esterilidade. Os órgãos da geração, segundo o autor da tese, parecem determinar toda a fisiologia feminina, de modo que exercitar esses órgãos, sem a intenção de conceber, ou seja, sem ter como fim aquilo que é de sua "natureza", poderia comprometer todo o seu funcionamento. O papel de gênero, portanto, passa a ser definido pela biologia, e, dessa forma, a reprodução e a função sociocultural da maternidade transfiguram-se na própria essência da mulher.

A Ciência e a concepção de Natureza Renascentista no Tratado da Sphaera de D. João de Castro

Diego Pimentel de Souza Dutra
diego_hist@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: D. João de Castro, Tratado da Sphaera, Ciência renascentista

A partir do século XII, inúmeros manuscritos, contendo os pensamentos dos principais autores clássicos, entraram no ocidente. Com isso, uma revolução no campo epistemológico teve início, e uma série de obras passaram a ser produzidas tomando como base as Autoridades antigas. Um dos melhores exemplos de tamanha produção de conhecimento foi o Tractatus de sphaera de Johannes de Sacrobosco. Tal obra consistia num breve compêndio destinado a ensinar os princípios básicos de Astronomia e Cosmografia e vigorou no ambiente universitário até o século XVII, demonstrando clara de sua importância e influência.

Em Portugal, a difusão do Tratado da Esfera também foi sentida, sobretudo na literatura náutica. No século XV, já se percebia sua ampla circulação, sendo alvo de comentários e traduções, como a feita pelo português D. João de Castro, na primeira metade do século XVI, intitulada Tratado da Sphaera por Perguntas e Respostas a modo de Dialogo. Este teria sido seu grande trabalho de natureza científica, utilizando como referência a obra homônima de Sacrobosco. Todavia, ultrapassou a mera tradução, na medida em que enriqueceu o texto com comentários pessoais, além de ter-lhe dado a forma de diálogo entre um mestre e um discípulo, acentuando seu caráter didático.

Homem de vida pública, Castro foi um erudito que se dedicou a assuntos de diversas naturezas. No âmbito do conhecimento científico, foi um dos maiores estudiosos do magnetismo terrestre. Também se dedicou a questões políticas e governamentais, tendo sido nomeado 13º Governador e 4º Vice-Rei do Estado português da Índia. Acrescenta-se ainda o seu viés militar e de homem do mar, participando de inúmeras expedições marítimas a mando da Coroa Portuguesa.

Nossa intenção é promover uma discussão a respeito da visão de Natureza a qual se inseria o homem no limiar da modernidade. Tomando o cenário português quinhentista, e partindo de uma análise do Tratado da Sphaera de D. João de Castro, buscaremos compreender como se dava a relação do intelectual renascentista com o universo ao seu redor, bem como a sua noção de conhecimento, tentando demonstrar que todo esse saber anterior ao nascimento da Ciência Moderna, ainda que estivesse, naquele momento, passando por um processo de desestruturação, culminando com um novo paradigma científico, mostrava-se, todavia, bem estruturado e ancorado em sólidas bases físicas e metafísicas para as mentes dos séculos XV e XVI.

Como fazer uma pesquisa sobre a história da ciência anterior à ciência

Manuela Pereira de Sousa Sobral
manuela.sobral@ymail.com

PALAVRAS-CHAVE: ciências; História, teoria, História, das, Ciência, de, historiográfica, Definição, Intelectual; moderna; ciência.

A História das Ciências enquanto sub-disciplina da pesquisa histórica se organiza através da leitura de fontes bem específicas, como textos de produção científica (artigos e livros). Essa especificidade de fontes acaba por impor um corte temporal preciso, haja visto que somente a partir do século XIX a produção científica passou a ser consistentemente publicada e universalmente divulgada. Isso se dá em função da ideia de que somente após a Revolução Científica a noção de "ciência" ganhou uma definição clara e que pode ser utilizada ainda hoje. Qual é então o lugar dos textos científicos anteriores a Revolução Científica e a uma definição uniformizada de ciência. Qual é o lugar de Galileu Galilei, Copérnico e Tycho Brahe na história das ciências astronômicas se o que eles faziam precede a definição de ciência? E de que maneira o historiador das ciências pode contemplar fontes anteriores as definições de ciência? Em outras

palavras, seria possível realizar um trabalho de história das ciências sobre um período em que as práticas ditas científicas são anteriores aos conceitos modernos de ciência?

Para Pietro Redondi e Eugenio Garin a solução é pensar no trabalho científico fora da noção de cientificidade e trabalhar os pais da ciência moderna com as ferramentas conceituais da História Intelectual. Para Paolo Rossi a solução é o descolamento do "indivíduo" de sua criação e a análise dos resultados em contraposição à contribuição que tiveram no desenvolvimento científico como um todo, em outras palavras, encaixar essas contribuições na linha do tempo da ciência para que sejam legitimadas enquanto ciência. Para Ernst Cassirer, quase na direção oposta à Paolo Rossi, a solução encontrada é atenção total ao indivíduo e sua ideia descolando-os do contexto temporal. Para Cassirer o mais importante seria compreender a intenção do "cientista" e o propósito de sua obra, depois que isso fosse estabelecido aí sim poderia-se pensar numa maneira de contextualizá-lo em seu tempo cronológico.

Todos esses autores trabalham fontes científicas anteriores a conceituação de ciência de maneiras absolutamente distintas, mas tem em comum a aceitação de que o que os pioneiros da ciência produziram é ciência. Assim, proponho uma discussão sobre as imposições cronológicas e de definições de fontes apresentadas pela História das Ciências no contexto das fontes anteriores a definição de ciência.

A arquitetura militar portuguesa: moldes de conhecimento (1700-1750)

Luiza Nascimento de Oliveira da Silva
lujonascimento@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura militar, engenheiros portugueses., sistemas de conhecimento, Ciência

Com o objetivo de melhor compreendermos a produção da arquitetura militar como uma área de conhecimento indispensável para o governo do império português, não há como deixar de problematizar o seu caráter de conhecimento acerca de uma prática. O objetivo da presente comunicação é percebermos a ciência da arquitetura militar através do prisma dos contornos sociais, que passando pela perspectiva política, atinge a linguagem cognitiva dos engenheiros

portugueses Setecentistas.

As visões de mundo dos engenheiros portugueses em estudo são passíveis de serem apreendidas porque a produção resultante dessa ciência (como os tratados e as plantas de fortificação) nos fornece pistas sobre os seus interesses sociais. O intuito desse debate, portanto, é suscitar reflexão em relação ao “sistema de conhecimento” desenvolvido pelos engenheiros, bem como quais eram as suas verdades. Para tanto, a pesquisa se encaminha para o entendimento de como o conhecimento da arte e da ciência da arquitetura militar foi construído, quais bases o sustentavam. Um exemplo, é a via da experiência histórica como matriz da ciência ensinada em Portugal, o que também permite a classificação desse saber como prática e como teoria, sem a perda de seu estatuto de ciência.

Para o alcance dos ditos contornos sociais e visões de mundo que foram ensinados e agregados nos textos e nas imagens, há de se identificar, através do estudo da prática de escrita dos tratados de arquitetura militar e das plantas de fortificação, as matrizes teóricas, políticas e culturais. As trocas entre os sistemas de conhecimento (ou intelectuais) podem ser por nós cotejadas, no caso da prática dos engenheiros portugueses Setecentistas, por exemplo, por meio das citações nos tratados dos autores utilizados como referencial teórico. O objetivo é, portanto, examinar a ciência de um ponto de vista social.

Os especialistas em conhecimentos eram identificados como os letrados – homens de saber; homens de letras; cidadãos da “República das Letras”. Com um papel social definido e em destaque na primeira metade do século XVIII, os engenheiros portugueses podem ser classificados como letrados. Conselheiros do rei, esses indivíduos mencionam tal aspecto nos tratados analisados, o que também nos faz identificar elementos do gênero espelho de príncipe nos textos dos engenheiros já que, esses homens baseavam a sua argumentação na instrução ao príncipe da necessidade deste se munir de meios defensivos que o legitimariam.

As concepções científicas das missões demarcatórias dos limites entre Portugal e Espanha de meados do século XVIII

Valquiria Ferreira da Silva
historiaval@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cartografia, Administração, Concepções científicas

Esta comunicação tem por objetivo discutir as concepções científicas e políticas adotadas pela coroa portuguesa referente às delimitações das fronteiras da América meridional, quando da assinatura do Tratado de Madri em Julho de 1750. Para a realização desta reflexão, além do diálogo com a historiografia pertinente foram contrastados a “Instrução” passada ao frei João Alvares de Gusmão, ainda no reinado de Dom João V, que regulamentava as contratações de geógrafos e uma das “Cartas Secretíssima” que o primeiro ministro de Dom José, Sebastião de Carvalho e Melo, enviou ao governador Gomes Freire de Andrade com determinações referentes à maneira como esses recém contratados deveriam contribuir para a execução do Tratado.

ST 16 - Poder, fé e temporalidades na Antiguidade Tardia e na Idade Média

Aléssio Alonso Alves

Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais
alessioalves@gmail.com

Felipe Augusto Ribeiro

Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais
felipeaur@gmail.com

Pamela Emilse Naumann Gorga

Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais
pnaumanngorga@gmail.com

Paulo Renato de Silva Andrade

Graduado

Universidade Federal de Minas Gerais
paulorsdeandrade@gmail.com

Fabício de Paula Gomes Moreira

Doutorando em História

Universidade Estadual de Campinas
fabricio.moreirahis@gmail.com

Rafael Bosch Batista

Doutorando em História

Universidade Estadual de Campinas
rafael.bosch@outlook.com

Proposta do Simpósio

A proposta desse Simpósio Temático é consolidar os Encontros de Pesquisa em História da UFMG como espaço para debate, meio de intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média realizadas no Brasil. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as

reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é contribuir para a compreensão das relações entre poder e fé nos períodos supramencionados. As comunidades políticas do medievo possuíam especificidades no que diz respeito ao exercício do poder e ao lugar que as três grandes religiões monoteístas, no Ocidente e no Oriente, ocupavam nas relações cotidianas. Reflexões relacionadas à estruturação desses dois tópicos, em suas múltiplas dimensões, permitiriam a compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como o “Outro”, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, o governo urbano, entre outros. Ressalta-se, ainda, o papel que tais religiões tiveram nas transformações das noções e categorias de tempo e na construção de meios para sistematizar a sua passagem, bem como nas formas de apreendê-lo e de interpretar a história humana. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas, regiões e tempos diversos. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, o que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas do conhecimento como Teologia, Direito, Artes, Literatura, Lingüística, Filosofia e afins. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações, agrupadas, pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates, possibilitando a participação dos ouvintes.

Comunicações

Espaço, corpo e poder no Império Tardo-Antigo: o teatro e o ofício do palco em Antioquia segundo João Crisóstomo

Agnes Soares Moschen
agnes.moschen@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teatro;, Antioquia;, João, Tardia; Poder; Crisóstomo., Antiguidade

João Crisóstomo foi um teólogo cristão famoso pelo excelente domínio da retórica. Dentre os tópicos mais recorrentes em seus discursos, o teatro ocupava lugar de destaque e era frequentemente condenado por ele. Neste contexto, nos propomos, por intermédio da análise das homilias ao Evangelho de Mateus de João Crisóstomo, a compreender a representação do corpo e a repressão ao ofício do palco, diante da nova configuração da sociedade romana na Antiguidade Tardia e da cristianização do Império Romano, investigando em que medida João

Crisóstomo construiu um discurso para desmoralizar o teatro romano, promovendo críticas ao corpo dos atores e das atrizes e ao comportamento dos frequentadores dos espetáculos, numa tentativa de promover a fé cristã em Antioquia através da condenação do teatro como um espaço imoral e perigoso.

Velatio uirginis: a construção da santidade feminina na Antiguidade Tardia (século IV)

Larissa Rodrigues Sathler Dias
lary.sat@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corpo., Milão., Ambrósio, Símbolos., Disciplina., Antiguidade Tardia

Nos discursos morais produzidos pela elite episcopal do século IV, a mulher era representada como portadora de uma natureza inferior se comparada ao homem. Sendo assim, para ingressar no mundo espiritual, ela necessitava passar por um intenso processo de transformação corporal. Ao analisar os tratados ascéticos de Ambrósio, bispo da sé de Milão entre os anos de 374 e 397, pretendemos compreender não apenas o processo de disciplina que viabilizava essa transformação, mas também os símbolos, dentre eles a cerimônia de consagração das virgens -velatio uirginis-, por meio dos quais a mulher devota garantia a sacralização de seu corpo em meio à congregação cristã da Antiguidade Tardia.

Judeus nas Cantigas de Santa Maria: o olhar do rei Afonso X sobre esta minoria religiosa

Ingrid Alves Pereira
ingridap@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Santa Maria;, Cantigas, Judeus;, Afonso X

Este breve artigo tem a pretensão de analisar as Cantigas de Santa Maria, destacando os poemas em que há participação judaica. Acredita-se que a imagem dos judeus refletida nas Cantigas expressa uma tradição em que os mesmos são vistos como os assassinos de Cristo, além de odiarem a Virgem por ser sua mãe. Sendo assim, as Cantigas constroem uma imagem negativa dos judeus ligando-os a avareza por praticarem a usura, a falsidade, traição e maldade. Por possuírem tais características, seu tratamento nas Cantigas de Afonso X, o Sábio, varia entre a condenação sem reservas e a perspectiva da salvação pela Virgem Maria.

A Península Ibérica pós-concílio de Latrão: o ambiente de produção do Livro das Confissões de Martin Pérez e suas sanções acerca da carnalidade.

Anny Barcelos Mazioli
anny.mazioli@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Carnalidade., Península Ibérica, Pecado, Sociedade, poder

A fim de elucidar o contexto histórico que proporcionou a produção do Livro das Confissões de Martin Pérez, bem como sua preocupação com as relações carnis e o sacramento do matrimônio, propõe-se trazer uma elaboração feita a partir de textos e/ou documentos que versem sobre o contexto social e religioso da Península Ibérica nos séculos seguintes ao Concílio de Latrão. As perguntas que tentar-se-á responder neste texto são: por que houve a necessidade de se escrever um livro como o Livro das Confissões? Por que houve a preocupação especial com o matrimônio e com os pecados sexuais? Por que a sociedade ibérica absorveu tão bem o livro de Martin Pérez? O objetivo é apresentar o conceito de pecado e a força que ele exerceu nas sociedades ibéricas dos séculos XIII e XIV na intenção de mostrar o contexto de produção de novas obras sobre o pecado, suas classificações, formas de expiação, além disso, mostrar como o contexto social e o contexto religioso se influenciaram nesses séculos.

Bernardo del Carpio e construção da identidade territorial na estoria de Espanha de Alfonso X.

Olga Pisnitchenko
pisnitchenko@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Alfonso X, Estoria de España, Bernardo del Carpio

A figura de Bernardo del Carpio ocupa um importante lugar tanto na épica como na cronística pirenaica. As discussões em torno da existência ou não de um sobrinho bastardo do rei Alfonso II, assim como a validade das ações militares atribuídos a ele nas crônicas e romanceiro espanhol a partir do século XI surgiram ainda no século XVIII. No entanto não podemos negar que a figura de um guerreiro astur, cuja atividade militar trouxe-lhe a fama, a riqueza e a posse de um senhorio independente durante vários séculos ocupou o imaginário hispânico como protagonista de obras poéticas, novelas e dramas. Neste trabalho gostaríamos de analisar a imagem de Bernardo del Carpio elaborada pela Estoria de España, levando em conta um dos aspectos da política de Alfonso X que consiste em promoção do conceito de regno não só como

união entre o rei e o povo, mas também na sua identidade geográfica a partir da qual se constrói o vínculo de natureza, identificado como um dos principais edificadores sociais na legislação alfonsina. Deste modo, buscaremos identificar os valores de século XIII aplicados e acentuados no contexto de reinados de Alfonso II e Alfonso III pouco menos que um século depois de invasão muçulmana a Península Ibérica.

Tempo e religião: Concepção(ões) de tempo no pensamento islâmico clássico

Michele Rosado de Lima Castro
micherosado.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Teológico, Islã Clássico, TEMPO

No presente trabalho pretendemos apresentar alguns conceitos, debates e reflexões acerca da concepção do tempo dentro do pensamento islâmico, desde o surgimento dessa religião até meados do século X. Nosso objetivo é compreender como três questões principais foram abordadas ao longo desse período entre os muçulmanos: a relação entre passado, presente e futuro; a eternidade e a efemeridade; e a agência de Deus e do homem no tempo. O texto será dividido em três partes: na primeira, investigaremos a forma como o a categoria de tempo aparece no Corão e os termos utilizados para designá-lo, além de apresentarmos as rupturas com a concepção pré-islâmica trazidas ali. Na segunda parte, faremos uma breve apresentação de alguns conceitos e ideias que surgiram ao longo do desenvolvimento do debate teológico e se mostram relevantes para a compreensão das questões que buscamos compreender. Finalmente, na terceira parte, trataremos da forma como o muçulmano lidava com o tempo no âmbito prático ao analisarmos as características e particularidades da forma de calendarização adotada após a consolidação da comunidade.

A vida e obra de Ibn al-Muqaffa: Um novo olhar sobre a Revolução Abássida na Idade Média Oriental

Dandara Arsi Prenda
dandara2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Árabes na Idade Média, Literatura Árabe, Ibn al-Muqaffa

A literatura tornou-se, ao longo dos últimos séculos, uma fonte recorrente nos estudos na Idade Média, apresentando um olhar diferenciado das outras no que tange as práticas de poder e

discursos políticos. Dentro deste contexto a vida e as obras do intelectual e recém convertido do Islã Ibn al-Muqaffa tem chamado atenção dentro dos estudos modernos acerca do mundo Árabe na Idade Média. Suas obras de aconselhamento e discursos políticos, apresentadas entre narrativas fabulísticas e ensinamentos do Corão, apresentam uma nova perspectiva sobre a Revolução Abássida . Esta apresentação tentará mostrar a impressionante trajetória e produção intelectual do erudito, relacionando-as ao colapso do estado Omíada e o processo de revolução que se seguiu.

"Os mais belos nomes pertencem a Deus": os epítetos divinos do Islam e a cultura religiosa árabe pré-islâmica

Paulo Renato Silva de Andrade
paulorsdeandrade@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Islam, Arábia Pré-islâmica, Proto-Islam, Península Arábica, Antiguidade Tardia

Um dos mais característicos aspectos comuns às muitas vertentes da tradição islâmica é a doutrina dos 99 belos nomes de Deus ('asmā' u-llāhi l-ḥusnā) - epítetos divinos, que não somente são considerados legítimos enquanto invocações ao Deus único do Islam, como figuram no texto sagrado islâmico com extraordinária frequência. A cristalização de um número preciso destes epítetos em 99 remete a uma hadith - considerada confiável pela maior parte das escolas de ilm al-hadith islâmicas - atribuída a Abu Hurayra, porém diferentes listas dos nomes possuem algumas variações. De todo modo, é interessante a relação entre alguns destes epítetos e as culturas religiosas que existiam na Península Arábica pré-islâmica, tanto politeístas, quanto monoteístas. Talvez o mais eminente entre os epítetos, Al-rahman (o clemente), por exemplo, era amplamente utilizado por determinadas populações politeístas, durante o período, para se referir a uma divindade suprema. Entre os reinos judaicos himiyaritas do Iêmen, o mesmo nome remetia ao Deus único do judaísmo e, durante o protetorado Aksumita (cristão) na região, ao Deus cristão.

Em XVII:110, o Corão menciona: "Diz: invocai a Deus (id'ūl-laha) ou invocai ao Misericordioso (id'ūl-rahmāna), de qualquer maneira que o invocardes, a Ele pertencem os mais belos nomes". O trecho parece sugerir uma possível confusão e insegurança quanto ao uso dos dois termos - talvez reflexo justamente da consciência da existência de diferentes nomes divinos

em diferentes partes da península - e a reiteração divina, por meio do Profeta, de que, em todos esses casos, trata-se da mesma entidade, a única existente e suprema.

Este é só, talvez, o mais claro exemplo da relação entre a cultura religiosa pré-islâmica e o desenvolvimento da doutrina dos 99 nomes de Deus, que viria a assumir um papel importante no Islam. Nosso trabalho pretende produzir algumas reflexões a esse respeito, investigando documentos epigráficos que permitam vislumbrar a utilização de epítetos similares durante o período pré-islâmico, bem como trechos corânicos que complementem a nossa investigação.

Ascese islâmica entre os sufis andaluzes de acordo com os relatos de Ibn Arabi de Murcia

Matheus Melo Barcelos
matheus.melo-barcelos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sufismo; Ascese; Islã; Al-Andalus

A ascese islâmica, designada pelo termo *az-zuhd* – o desapego - tem sido tradicional como parte da vivência ética do islã. Exemplificada nas tradições atribuídas ao Profeta islâmico Muhammad, esta prática ascética preza pela busca pela vida moderada e mesmo por uma certa indiferença para com o mundo, visto como transitório, mesmo que este seja criação divina. O desapego é tradicionalmente cultivado entre os grupos místicos e de pensamento esotérico no Islã. Um dos pontos básico desse desapego é a pobreza (*faqr*) e o jejum. Entre os sufis, grupos esotérico-místicos de aproximação sunita, o desapego e a pobreza tornam-se sinais da benção e proteção (*walayah*) divinos. Procura-se, aqui, traçar uma apresentação da ascese islâmica no sufismo ocidental por meio dos relatos hagiográficos dos mestres sufis andaluzes, escrito por Ibn ‘Arabi de Murcia, em sua obra *Ruh al-Quds*, traduzida por Miguel Asín Palacios, sob o título de “Vida de santones andaluzes”, obra escrita em 600 AH/1203 EC, em Meca, como meio de apresentar a vida e metodologia mística nem Al-Andalus.

Autoridade ascética na obra de João Cassiano e o contexto monástico da Gália

Bruno Uchoa Borgongino
uchoa88@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gália, monaquismo, Autoridade

João Cassiano foi um monge que, após sair do mosteiro em que primeiro ingressou em Belém e de circular no Oriente, estabeleceu-se numa comunidade nas imediações da cidade de Marselha no início do século V. Sua produção intelectual dedicada às questões concernentes à vida monacal foi elaborada no decorrer da década de 420, sendo composta por dois escritos: Instituições Cenobíticas e Conferências. Conforme destacado pela historiografia especializada, nesse conjunto documental propunha parâmetros para o reconhecimento da autoridade ascética legítima e para o exercício do seu poder.

Esta comunicação deriva das reflexões desenvolvidas em minha pesquisa doutoral ora em curso, dedicada ao corpus em questão e realizada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Leila Rodrigues da Silva e no âmbito do Programa de Estudos Medievais (PEM). Meu objetivo consiste em apresentar a relação entre as reflexões de João Cassiano no que tange à autoridade ascética e o contexto monástico da Gália no primeiro terço do século V.

"A ortodoxia sou eu, a heterodoxia é o outro": identidade, diferença e estigmatização durante o conflito ariano (343-361)

Melissa Moreira Melo Vieira
melissa.ufes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arianismo, identidade, Estigmatização, Ortodoxia, Heterodoxia

O cristianismo ainda não apresentava uma uniformidade litúrgica e dogmática no século IV, sendo esse período caracterizado por controvérsias doutrinárias, cismas, concílios e credos que foram fundamentais para a definição dessa religião e das formas em que a fé se desenvolveria ao longo dos próximos séculos. Dentro desses debates teológicos, os personagens envolvidos buscavam constituir uma legitimidade - ou seja, uma ortodoxia - em torno de um determinado conjunto de doutrinas e interpretações bíblicas. No decorrer dessas controvérsias doutrinárias, o que é classificado como ortodoxo define o heterodoxo. Ao definir um determinado credo como ortodoxo - seja a partir da oficialização pelo poder imperial ou pela própria afirmação e aceitação de um determinado grupo a favor dessa ortodoxia, os diferentes credos existentes passam a assumir um caráter de heterodoxos. Sendo assim, é visível a relação de construção de uma identidade ortodoxa em detrimento à diferença, observada a partir da estigmatização e rotulação de um credo como herético, em vista da negação da "fé verdadeira". Essa comunicação propõe analisar tais conceitos de Identidade e Diferença - à luz do referencial teórico de Tomaz Tadeu da

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Silva e por meio da fonte *Adversus Valentem et Ursacium* de Hilário de Poitiers - durante o conflito entre bispos nicenos e arianos nos episcopados oriental e ocidental entre 343 e 361 d.C., que utilizavam de um discurso de estigmatização para classificar e desqualificar indivíduos que estavam fora dos limites da "verdade universal".

A Ordem dos Templários e a Aristocracia Provençal: o exemplo da comendadoria de Douzens (séculos XII e XIII)

Kevin Cristian Alves da Cunha Assis
warkevin_20@hotmail.com

Bruno Tadeu Salles
salles_bruno003@yahoo.fr

PALAVRAS-CHAVE: Aristocracia., Senhorio, comendadorias, templários, Douzens

O presente comunicação propõe apresentar o projeto de iniciação científica que tem como eixo os contatos, interações e compromissos dos templários com as aristocracias senhoriais. Trata-se, especificamente, de buscar compreender as características dos vínculos aristocráticos e a participação dos templários nesse âmbito, tomando como corpus documental o cartulário da comendadoria de Douzens. A escolha desta comendadoria, localizada no sul da atual França, no Languedoc, e de sua documentação, não se deve ao acaso. Esta comunidade templária, que congregava um pessoal de diversas condições – os cavaleiros do Templo, capelães, trabalhadores rurais, laicos amigos e associados – a frente de uma igualmente variada produção rural – criação de gado, moinhos, plantações, etc. – foi uma das maiores e prósperas da Ordem do Templo. Além de sua importância regional e das diversas modalidades de relações que estabeleceu, a edição de sua documentação, em 1965, demonstra a viabilidade da pesquisa e sua pertinência.

A partir do exercício de leitura e crítica de uma historiografia recente, propomos o duplo esforço de compreender as formas de associação aristocráticas dos arredores de Douzens e as modalidades de associação aristocrática com o Templo. A problemática da presente proposta pode ser dividida em duas perguntas: quais os possíveis porquês das relações entre os templários e as aristocracias que viviam nas proximidades de suas comendadorias? Quais as características dessas mesmas relações em Douzens?

Reiteramos que nossa hipótese relaciona-se com a ideia de senhorialização do Templo, ou seja, os templários participavam intimamente dos equilíbrios senhoriais locais e foram, em grande

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

medida, mantenedores dos mesmos. Esta hipótese será averiguada no decorrer da pesquisa.

Os privilégios papais e a constituição do senhorio templário: considerações a partir das comendadorias e suas relações (séculos XII e XIII)

Bruna Zucherato
bruna.zucherato@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Senhorio, Idade Média, Papado, comendadorias, templários

Os vínculos entre os templários e o Papado têm sido comumente vistos sob o ponto de vista da concessão de imunidades e isenções. Os privilégios apostólicos são observados como a prova da submissão dos frades guerreiros ao Papa e de sua independência quanto à jurisdição episcopal. Sob esse ponto de vista, a questão mostra-se “de cima para baixo”, como se o Papado interferisse e se impusesse sobre as relações locais, determinando aquilo que poderíamos falar de “territorialização do poder templário”. Por outro lado, a questão mostra-se mais complexa se abordamos a partir de um olhar “de baixo para cima”. Em outras palavras, antes de serem determinantes, os privilégios e isenções seriam apenas uma parte de um complexo de tessituras e vínculos locais. Tendo em vista essa perspectiva, tomamos como ponto de partida a historiografia contemporânea e seu olhar sobre as relações entre eclesiásticos e templários. Em outras palavras, como os templários instrumentalizavam esses auxílios e determinações papais nas complexas redes de poder nas quais se envolviam? Nesse sentido, tomando como foco o corpus documental da comendadoria de Ruou, mostra-se necessário mapear os documentos papais concedidos diretamente a ela e relacioná-los com os privilégios de caráter geral, buscando observar a relação destes com os equilíbrios senhoriais locais.

A problemática política da dinastia carolíngia através de um pequeno estudo hagiográfico de duas vitae bonifacii

Sabrina Budweg Duarte
budweg.sabrina@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Carolíngio, Hagiografia, Bonifácio

A dinastia carolíngia sucedeu a merovíngia numa reestruturação de forças políticas durante o século VII. Durante sua ascensão, o império franco expandiu-se a leste, encontrando povos germânicos ora arianos, ora pagãos. A expansão territorial e a religiosa ocorreram quase simultaneamente, instaurando o império da cristandade e teve, como figura religiosa relevante Bonifácio, missionário anglo-saxônico – posteriormente canonizado e conhecido como “apóstolo dos germanos” – que atuou na região da atual Holanda e Bélgica.

Algumas hagiografias foram escritas sobre Bonifácio, sendo que a *vita prima*, uma dessas hagiografias, escrita por Willibald nos anos próximos a sua morte, em 755, foi escrita durante a ascensão carolíngia e expansão territorial no mosteiro em Mainz em que viveu. A segunda *vita* a ser analisada foi escrita entre 899 e 917, no período já de recuo carolíngio, numa região próxima à primeira, em Utrecht, muito possivelmente por Radbod.

Esse trabalho busca comparar semelhanças e divergências nas duas *vitae*, tendo em mente os diferentes momentos políticos (ascensão e queda) em que foram escritas, assim como a forma com que o santo aparece retratado nelas, podendo indicar importâncias diferentes que cada época deu-lhe.

Conflitos políticos e transições sociais no retrato de Godofredo de Anjou

Thales Henrique Barbosa Pinto
thp56@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Medieval, História das Ideias Políticas e Sociais, História da Arte

A imagem como fonte histórica permite que se façam aproximações e perspectivas únicas, que complementam as abordagens de fontes de outros gêneros. E a iconografia medieval abre grandes possibilidades de pesquisa nesse sentido, pois por ela é possível perceber a relação de conceitos e forças que regiam os homens daqueles tempos: à medida que o historiador é provocado a olhar de outra forma vitrais, iluminuras, tapeçarias, mosaicos, entre outros, percebe que, em uma imagem, há muito mais do que um potencial meramente decorativo: há um embate de diversos elementos que destacam processos sociais, ideias e práticas de poder e fé em constante mudança.

Para esse trabalho, será analisada uma lousa sepulcral, localizada na Catedral de Le Mans, na França, pertencente ao túmulo de Godofredo V, conde de Anjou e do Maine e duque da

Aquitânia. Nela, vemos elementos de sua ligação com o trono de Jerusalém e as Cruzadas, sua afirmação do direito sobre territórios na França, pelos quais a Inglaterra travava várias guerras, e um conflito sucessório na Inglaterra, em que Godofredo reivindicou o reino para seu filho, Henrique.

Vê-se que a lousa sepulcral de Godofredo de Anjou não é um simples indicativo de sua existência, mas vestígio de conflitos políticos marcantes no século XII e da influência da guerra santa na construção de um novo estatuto para e pela nobreza e uma cavalaria em ascensão. Trata-se de pessoas de uma origem e um lugar na sociedade muito claros, que transmitem certas ideias para um público igualmente específico.

A análise dessa imagem pretende desvendar como esse personagem, através da elaboração de sua memória, estabelece vínculos com os acontecimentos de sua época com elementos imagéticos a princípio escondidos e aparentemente irrelevantes, mas que têm muita coisa para revelar.

A lei, a ecclesia e o rei carolíngio: Conexões possíveis em *De Regis Persona et Regio Ministerio* (873), de Hincmar de Reims

Anna Clara Lehmann Martins
laclaramartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: ecclesia medieval, rei carolíngio, lei na Idade Média, Hincmar de Reims

Compreender qual seja a relação entre rei e lei (em sentido jurídico) ao tempo medieval constitui desafio significativo ao historiador do direito que, inserido na contemporaneidade, observa à sua volta uma profusão de leis e códigos criados por vontades políticas a se pretenderem confiáveis e constantes e a terminarem, na prática, por oscilar ao sabor de contingências sempre mais velozes que o labor legislativo. Afigura-se estranho a esse historiador pensar a lei como expressão de um universo objetivamente ordenado, alheia à vontade humana e sua volubilidade e ancorada em elementos estáveis como consenso e tradição. O desafio ganha maiores proporções quando se toma por referência o domínio dos carolíngios, em que, por conta dos estreitos laços de cooperação entre reis e bispos, observa-se movimento de identificação entre a unidade político-jurídica carolíngia e a ecclesia do *populus christianus*. O universo ordenado adquire fronteiras cristãs – e, nesse passo, o rei, em matéria de política e direito, prefere

valer-se do conselho de sacerdotes, a ponto de ter sua própria conduta revestida de aspectos sacerdotais. A um historiador acostumado à configuração moderna de separação entre Estado e organizações religiosas – ou mesmo aos esquemas de leitura simplificada do medievo, caso do “agostinismo político”, em que defendida a existência de cenário de permanente tensão entre império e Igreja, em que ora o bispo, ora o rei tomam para si a prerrogativa de última instância –, nada mais inaudito. E, no entanto, é nesse universo político-jurídico cooperativo em que está imerso Carlos, o Calvo (823-877) – monarca carolíngio que, desconfiado da aristocracia laica e dos próprios familiares, aproveita-se da perícia de membros do episcopado franco, entre eles, Hincmar (806-882), Arcebispo de Reims, para condução, também jurídica, de seu reinado. Partindo desses níveis de estranhamento, pergunta-se: como se apresenta a relação entre rei e lei no espaço político-jurídico carolíngio ao tempo de Carlos, o Calvo? Para começar a responder à questão, o presente trabalho propõe analisar como Hincmar, no *speculum principis* intitulado *De Regis Persona et Regio Ministerio* (873), discursivamente constroi as relações entre rei, lei e ecclesia. Primeiro, é exposta a hipótese teórica do rei como mediador da lei na ecclesia carolíngia, com base em construções sugeridas por Mayke de Jong, Janet Nelson e Paolo Grossi; após, tal hipótese é confrontada com excertos do mencionado *speculum*.

A cruzada e Ramon Llull: uma análise da idéia de cruzada na obra luliana

Luiz Felipe Anchieta Guerra
anchietaguerra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Medieval, Ramon Llull, Cruzada

O jovem Ramón Llull, antes de sua conversão, presenciou os fracassos das três últimas cruzadas, e uma mudança do próprio conceito de cruzada: não mais contra os infiéis e sim contra os hereges. Assim, a realização de que não seria possível liquidar o Islã por meios militares levou à idéia de ser possível converter os infiéis, o que Robert Burns chama de “sonho de conversão”.

Llull, claramente se aproxima dessa ideia de conversão, todavia ele condena algumas iniciativas da época por não fornecerem provas demonstrativas e lógicas da fé católica. Assim, ele busca em na *Ars* esses argumentos, possivelmente considerando-os suficientes para efetuar as conversões. Entretanto, no final do século XIII vemos, principalmente, através do cant de Ramon, vemos um Llull decepcionado - com seus projetos não terem funcionado como ele previa, nem no mundo cristão nem no islâmico - e que passa, então, a defender a necessidade de

uma

nova

cruzada.

Entretanto, a cruzada luliana nunca visou a eliminação dos infiéis, mas sim sua conversão. Assim, o aspecto militar, sempre subjugado a fé seria não a finalidade, mas um meio de se atingir o verdadeiro objetivo da evangelização.

Assim, este trabalho busca, à luz da historiografia de Jean Flori, analisar os textos de Llull que falam sobre este ideal cruzadino, em especial o “Liber de fine”, e excertos de suas pregações sermonais, e tentar, assim, mostrar essa posição de Llull não é tão contraditória como aparenta.

Pregação: um conceito possível? Humberto de Romans, Jacobus de Fusignano e Giordano de Pisa acerca da atividade predicativa da Ordem dos Frades Pregadores nos séculos XIII e XIV

Aléssio Alonso Alves
alessioalves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ordem dos Frades Pregadores, Jacobus de Fusignano, Pregação, Giordano de Pisa, Humberto de Romans

O objetivo desse trabalho é propor um conceito de pregação que seja funcional para uma pesquisa em história sobre essa atividade, como ela foi concebida e praticada no continente europeu ao longo do século XIII e início do XIV - especialmente por membros da Ordem dos Frades Pregadores. Para tanto, serão analisadas e comparadas três produções distintas de frades da Ordem, nominalmente: o *De eruditione religiosorum praedicatorum* de Humberto de Romans (1263/1277), mestre geral da Ordem entre 1254 e 1263; o *Libellus artis predicatorie* de Jacobus de Fusignano (1290s.); e dois sermões de Giordano de Pisa (1304). Por meio dessa comparação, conclui-se que ao longo do século XIII até o início do século XIV houve, no interior da Ordem dos Frades Pregadores, o compartilhamento de certas premissas básicas em relação à pregação e acredita-se que seja possível conceber um conceito sobre ela que seja útil para a pesquisa em história sobre essa atividade da Ordem.

A representação do sermão e o debate religioso da Inglaterra do séc. XIV no "Conto do Pároco" de Geoffrey Chaucer

Gabriel Oberdá Leão

PALAVRAS-CHAVE: Chaucer, Sermão, representação, Pregação, literatura

Muito se debate a respeito de Geoffrey Chaucer e sua literatura considerada inovadora para o período em que se insere sua obra. No entanto, um dos contos menos mencionados é o "Conto do Pároco", último capítulo da obra "Os Contos da Cantuária". Trata-se da representação de um sermão através de um personagem, e vem acompanhado de um pequeno prólogo em que alguns outros personagens discutem a relevância do discurso religioso no contexto em que estavam.

O Século XIV na Inglaterra é marcado por um forte debate religioso a respeito da fé individual e do conceito de ascese. A tensão cresce consideravelmente quando John Wycliffe, influente teólogo e professor de Oxford, passa a questionar alguns pontos da teologia apostólica romana. Suas ideias se espalham, e seus seguidores, chamados "Wyclifitas" tornam-se cada vez mais frequentes, gerando um forte debate que excede a esfera clerical.

À partir de uma pequena análise do conto de Chaucer, e apoiado por uma historiografia atualizada, este trabalho busca encontrar indícios do debate religioso inglês pré-reformista, bem como analisar a relevância do sermão como prática social no contexto mencionado.

Limites entre filosofia e teologia no século XIII: o aristotelismo na universidade de Paris (1210-1277)

Pedro Henrique Pereira Silva
pedrop.ufsj@gmail.com

José Luiz de Oliveira
jlos@ufsj.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: filosófica; autonomia, representações, universidade; aristotelismo.

Em março de 1277 o bispo Estêvão Tempier publica a condenação de 219 teses defendidas pela faculdade de Artes de Paris. Entre essas estão as de Boécio de Dácia, mestre dessa mesma faculdade e que defendia, por meio de seu debate em *De Aeternitate Mundi*, uma diferença fundamental entre Filosofia e Teologia, relacionada à ordem a que cada uma delas pertence, bem como a qual delas compete a explicação sobre o mundo e a sua natureza. Entendendo que a reconstituição histórica de um meio intelectual pode ser compreendida ao se levar em conta relações sociais formadas por representações coletivas, é possível explicitar que

grupos recorrem a estratégias simbólicas com o intuito de construírem uma identidade. É pretensão do presente trabalho analisar um dos elementos que contribuiu para a construção tanto do debate boeciano quanto da diferença que elucida: a consolidação da entrada das obras da filosofia de Aristóteles na universitatis parisiensis do duzentos, bem como dos comentários de pensadores muçulmanos que delas se cercavam.

Heresia e escolástica nos séculos XI e XII

Rafael Bosch

rafael.bosch@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Escolástica, Heresia, Séculos XI e XII

O período dos séculos XI e XII foi marcado por intensas transformações que abrangeram os mais diversos campos da civilização ocidental. Entre elas, há o surgimento do movimento escolástico e o ressurgimento das heresias. Nessa breve comunicação, buscaremos discutir a relação entre esses dois fenômenos e nos aprofundar naquilo que, por ora, denominamos “heresia escolástica”, entendida aqui como aquela produzida no seio das escolas. Trata-se de um dado não somente marginalizado pelos historiadores das heresias, que preferiram centrar suas atenções nos grandes grupos heréticos ou nas “heresias populares”, como também pelos historiadores intelectuais, que buscaram ressaltar como esses mestres ajudaram a compreender as bases teóricas em que as políticas governamentais – principalmente sobre aquelas que dizem respeito à relação entre líderes seculares e eclesiásticos – foram fundadas.

As representações cristãs do Diabo no medievo a partir da obra De Casu Diaboli de Anselmo de Cantuária (sec. XI)

Joana Scherrer Carniel

carnieljoana@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: representação, Normandia, Anselmo de Cantuária, Alta Idade-média, Diabo.

A religiosidade cristã desenvolveu o conceito de Diabo mais do que qualquer outra. Ele é figura recorrente, quase inseparável da figura de Deus. Durante a Idade Média, e por volta do

século IX, o Diabo começou a ocupar uma posição central na crença dos cristãos ocidentais, e ganhou vastos poderes: era Lúcifer, o grande anjo caído que passara a ser o soberano do Inferno, e que descia à Terra para fazer o mal aos homens e leva-los à destruição. Esta comunicação tem como objetivo analisar a visão de Anselmo de Cantuária, chamado de Santo Anselmo, a respeito do problema do mal. No Tratado Sobre a queda do Diabo, escrito durante o século XI, no mosteiro beneditino de Bec, na Normandia, Anselmo enfrenta o problema do mal, a partir de suas considerações sobre o anjo que caiu do Paraíso, e considera os motivos pelos quais o anjo pecou e abandonou o estado de justiça e perfeição em que se encontrava. O tratado revela a percepção do autor sobre a origem e natureza do mal, na qual é abordada partir da história do pecado do anjo rebelde, que por um ato de sua vontade, afastou-se de Deus. Nela o autor se lança sobre um questionamento latente da época, que é: por que uma criatura puramente espiritual pôde pecar e trair seu criador?

A representação da figura do Diabo no Tríptico "Juízo Final" (1482) de Hieronymus Bosch

Grasiela Prado Duarte
grasidoliveira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Juízo Final, Hieronymus Bosch, Diabo

Neste trabalho buscamos a relação da figura do Diabo com o Juízo Final no contexto da sociedade ocidental do Medievo, tendo como base o Tríptico “O Juízo Final” (1482) do artista Hieronymus Bosch (1450 – 1516). A análise foi concebida por meio do estudo histórico do Diabo e do conceito do tema Juízo Final, levantando informações para chegarmos ao imaginário de Juízo Final cristão criado por Bosch, no qual a religiosidade é forjada pela repulsa às imagens contidas e às cenas alegóricas e imorais representadas pelo diabo em muitas delas, especialmente neste Tríptico “O Juízo Final”. O fato de a sociedade da época considerar este tipo de trabalho moralizante, mostra o quanto a ideia de religiosidade tinha relação com temor, sempre presente no tema apresentado.

A organização do tempo como profissão de fé cristã e o estabelecimento da soberania dinástica Riuríkida entre os Rus' na Crônica dos tempos passados (PVL)

Fabrcio de Paula Gomes Moreira

PALAVRAS-CHAVE: Crônica, Palavras, TEMPO, Exegese, Cristianismo, Bíblica, Rus', chave:

O objetivo desse trabalho é analisar as formas através das quais os autores da Crônica dos tempos passados (PVL), compilação Rus' do início do século XI, estabeleceram os limites temporais dessa obra. A discussão teológica subjacente e as estratégias utilizadas para situar a história dos Rus' na história mais ampla da cristandade serão discutidas procurando entender como esses autores operavam no sentido de sedimentar uma nova concepção de tempo naquela sociedade, que passava por profundas transformações através da adoção do cristianismo. A construção dessa nova concepção de tempo pode ser vista nas formas com as quais os autores da obra sistematizaram a passagem do tempo, utilizando marcos temporais que amalgamavam duas vias culturais principais: a primeira é a da história do mundo vista sob a chave interpretativa do cristianismo, que organizava a passagem do tempo através do ano da criação do mundo, de acordo com a Bíblia, que estabelece uma cronologia baseada em uma estrapolação minuciosa dos baluartes temporais do antigo testamento que englobava a trajetória dos grandes povos bíblicos e a sucessão de impérios da humanidade em direção à história da dinastia Riuríkida quase como em um fluxo contínuo da expansão do cristianismo. A segunda se valia das lendas da dinastia Riuríkida e relatos dos feitos dos príncipes Rus' do passado pensando como eles se posicionaram diante das mudanças do mundo e cada um, a seu modo, contribuiu para a glória do povo Rus', conseqüentemente contribuindo para a decisão do príncipe Vladimir de adotar o cristianismo e o impor a seus súditos, situando finalmente os Rus' no mapa da cristandade medieval.

Os Escolhidos de uma Era: os heróis da Escandinávia Medieval por Saxo Grammaticus.

Fábio Henrique Ribeiro Barbosa
fillodok@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Grammaticus., Saxo, Danorum;, Gesta, Heróis;

O presente trabalho é baseado em uma monografia para a conclusão do Bacharelado em História pela PUC/MG, e centra-se no belicismo na identidade cultural e nas virtudes da Escandinávia medieval, através da figura do guerreiro. O objeto das análises elaboradas é o heroísmo das figuras guerreiras presentes na Gesta Danorum.

A história da Escandinávia medieval sempre foi entrelaçada com figuras míticas de deuses e heróis, onde a violência é uma de suas marcas principais. Esta análise tem, como ponto de partida, a figura do guerreiro na cultura escandinava, sendo os aspectos heroicos tomados como representativos de alguns dos principais valores sociais. O herói é sempre um modelo, e essas personagens acabaram encarnando os antigos ideais tão valorizados pelos vikings: nobreza, retidão, fidelidade.

A documentação selecionada para esse trabalho é um dos materiais mais antigos da Idade Média escandinava. Na Gesta Danorum, Saxo Grammaticus versou sobre a mitologia dos povos nórdicos e expressou toda a cultura e crença destas pessoas que acreditavam que sua salvação era ir para o Valhalla, após a morte.

Sendo escrita por um cristão, é inegável que na obra haja aspectos que possivelmente se diferenciam do que os escandinavos pagãos do período tratado por Saxo Grammaticus realmente acreditavam. Partindo do fato de que os escandinavos não tinham uma língua escrita, além de suas runas, e toda sua cultura era transmitida através de uma tradição oral, devemos pensar que a autoria dos documentos referentes à sua cultura – sejam as sagas, as Edda poética ou em prosa, a Gesta Danorum – é devida aos clérigos cristãos. Assim, é preciso identificar quais elementos da cultura cristã foram transpostos para os perfis pagãos utilizados na elaboração da referida fonte primária.

Assim, o objetivo foi, principalmente, investigar as relações existentes entre os elementos da identidade cultural dinamarquesa do século XII e as figuras heroicas presentes na Gesta Danorum.

A vingança de Olga de Kiev como discurso hagiográfico

Leandro César Santana Neves
kingelgyem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: discurso, hagiográfico, Crônica, Anos, Passados;, de, Olga, Kiev;, dos

A narrativa sobre a vingança da regente Olga de Kiev (m. 969), sendo motivada pelo assassinato de seu marido Igor (m. 944/5) pelos Derevlianos, consiste em uma das passagens mais intrigantes da fonte conhecida como "Crônica dos Anos Passados" (Povest Vremmenykh Let), escrita entre os séculos XI e XII em Rus de Kiev. Interpretações sobre tal narrativa variam

entre historiadores e filólogos, com o foco das pesquisas desde o século XIX com Nikolai Karamzin sendo a origem da história, seja esta produto do folclore eslavo ou herança indoeuropeia; os aspectos estéticos do texto e seu funcionamento dentro da lógica interna da Crônica; e a possibilidade da vingança ter de fato ocorrido entre 944 e 946. Utilizando teóricos como Guy Philippart e Anneke Mulder-Bakker, esta comunicação pretende propor um modelo alternativo de interpretação da vingança como um discurso hagiográfico, sendo diretamente relacionada com a narrativa da conversão de Olga ao Cristianismo de rito Grego com o intuito de enaltecer a figura da regente para satisfazer determinado projeto político do/s autor/es da fonte.

Disputa de memória sobre o governo do imperador Juliano (361-363 d.C.): o caso do rumor na oração 37 de Libânio

Helena Borin Peixoto de Rezende
helenaborin@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tardia;, Disputa, Juliano;, Antiguidade, Memória, de

Durante o breve período em que governou (apenas dezoito meses entre 361 e 363 d.C.), o imperador Juliano empreendeu, com a ajuda de uma rede de relacionamentos, várias reformas fiscais, militares e legislativas, algumas indo de encontro a ideais já estabelecidos no século IV (como a basileia mística). Tais reformas foram agrupadas, na historiografia tradicional, sob o título de “Reforma Pagã”, termo que se mostra inadequado pela natureza diversa e não apenas religiosa das reformulações. Assim, o governo polêmico deixou várias marcas mesmo em um tempo dinâmico, sendo evocado posteriormente, tanto de uma forma negativa (Juliano sendo “o anticristo”) quanto positiva (sendo “o príncipe filósofo”) em várias plataformas ao longo do tempo, configurando o que podemos chamar de uma disputa de memória sobre o governo de Juliano. Esta comunicação pretende analisar essa disputa a partir da Oração 37 de Libânio (endereçada a Pólicles), escrita consensualmente em 365, já após a morte de Juliano. Nela, se revela a disputa de memória, visto que foi elaborada com o intuito de inocentar e defender Juliano de acusações difundidas em rumores que o destinatário espalhava. Também poderemos acrescentar a essa análise o papel das mulheres na disputa, dado que o rumor presente na oração traz a acusação do homicídio por envenenamento da esposa de Juliano, pago com uma joia de sua mãe.

A crise iconoclasta no Império Bizantino e a defesa das imagens de São João Damasceno: um debate sobre autoridade política.

Caroline Coelho Fernandes
carolfernandes1989@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Iconoclasmo, Imagem., Império Bizantino

A controvérsia iconoclasta no Império Bizantino foi uma batalha em torno das imagens religiosas que ocorreu entre os séculos VIII e IX e que culminou na proibição das mesmas pelo então imperador Leão III. Essa batalha dividiu-se em dois períodos, sendo o primeiro de 726 a 787 com o primeiro restabelecimento do culto das imagens e, o segundo de 815 a 843 com o restabelecimento definitivo do culto das imagens, no que ficou conhecido como o “Triunfo da Ortodoxia”. Nossa ênfase neste trabalho será dada ao primeiro período, no qual surgiu o então monge João Damasceno que escreveu três tratados em defesa das imagens, obras estas que serão aqui analisadas por nós em conjunto com outras fontes do período. Dessa forma, nosso objetivo é situar essas obras em um debate da imagem e da natureza do poder em Bizâncio, procurando compreender a representação imperial do ponto de vista de Damasceno e como ele utiliza dos mesmos argumentos em defesa das imagens para a defesa do poder imperial. Para tanto, é preciso compreender a complexa relação existente entre os dois tipos de regime atribuídos a Bizâncio por pesquisadores: a monarquia por direito divino e a herança republicana romana.

Relações entre Estado e controle da força de trabalho na Inglaterra (século XIV).

Flavia Vianna do Nascimento
flaviavianna3hist@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Século XIV, Leis, Inglaterra

Esta comunicação é resultado da pesquisa efetuada no PPGH/UFF, cujo um dos pontos abordados é o controle da força de trabalho em fins da Idade Média. Discutirei sobre como a epidemia de peste afetou os processos produtivos em meados do século XIV, pois há discordâncias entre defensores e críticos da tese neomalthusiana como via explicativa para a queda demográfica em fins da Idade Média. A solução proposta por Estado e aristocracia é a normatização da força de trabalho, cuja concretização se deu através de legislações. Para o caso inglês, farei uma análise do Statute of Labourers, datada de 1351 e promulgada durante o reinado

de Eduardo III. Um possível resultado dessas ações é a eclosão de revoltas populares, dentre as quais a ocorrida em 1381. O objetivo desta comunicação é tecer uma breve análise sobre as legislações que regulamentavam os trabalhadores e a atuação do Estado quanto à falta de trabalhadores nos campos e nas cidades.

Everyman: uma história da salvação em perspectiva, na Baixa Idade Média inglesa (séculos XV e XVI).

José Luiz Coelho Rangel Junior
juniordany@me.com

PALAVRAS-CHAVE: pensamento cristão no Baixo Medievo, Baixa Idade Média inglesa, teatro medieval, história da salvação

Este trabalho tem como objetivo analisar uma peça do teatro medieval inglês, *Everyman*, escrita e encenada durante a Baixa Idade Média. O recorte temporal da pesquisa, portanto, se estende de cerca de 1485 e 1530, período que compreende os reinados do Rei Henrique VII e parte do reinado de seu filho, o Rei Henrique VIII. A partir da leitura desta obra busca-se compreender a partir de que ideia de natureza humana se está operando no texto. A peça tem como tema a jornada do gênero humano [everyman] confrontando-se com a morte. A dimensão alegórica da ação e de suas personagens é muito forte, assim como acontece em outros exemplares do gênero. Neste sentido, a pesquisa pode ser desdobrada em duas direções: primeiro, a do enfrentamento, na vida cotidiana, de uma questão sempre presente para homens e mulheres da Idade Média, a finitude da vida humana e; segundo, através de uma investigação restrita a alta cultura medieval, pensar a circulação de ideias sobre a doutrina cristã, num período de largas transformações históricas.

Digno de atenção é o fato do teatro medieval ter surgido no interior das igrejas e mosteiros como parte da liturgia e forma de instruir os leigos sobre os temas bíblicos. Não obstante, o drama litúrgico passa por uma crescente secularização de seus enredos até chegar numa certa mistura de temas religiosos e seculares. As razões para esta mudança de foco são diversas, mas importa aqui marcar apenas que a arte dramática deixa de estar sob a incumbência de abades e monges, passando a ser cada vez mais organizada, patrocinada, escrita e montada por membros das guildas formadas no interior das cidades. Este movimento, grosso modo, proporcionou a mistura dos temas, como sugere o movimento em direção à secularização, e, mais importante, representa o domínio de pessoas comuns sobre um meio artístico, antes

essencialmente eclesiástico. Neste sentido, tem-se no teatro, principalmente em peças mais tardias como *Everyman*, o resultado de uma visão da doutrina e dogmas cristãos não hegemônicos.

Note-se que a presente pesquisa está em fase inicial e que, portanto, sua possível inserção neste Simpósio Temático tem como objetivo central colocar minhas primeiras impressões de leitura da peça e seu contexto histórico sob o crivo de meus pares. Com isso pretendo enriquecer as questões que, de partida, norteiam este projeto.

A Influência dos textos clássicos na *Gesta Willelm* (c.1071) de William de Poitiers: Cícero, César e Xerxes: modelos clássicos e sua equiparação com William I da Inglaterra (1066-1087)

Paulo Christian Martins Marques da Cruz
paulo.mmc1@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia medieval, William I da Inglaterra, *Gesta Willelm*, Conquista Normanda da Inglaterra, William de Poitiers

Desde o tempo de Eusébio de Cesaréia (c. 260-339) e sua *História Eclesiástica*, os historiadores cristãos interessam-se e são influenciados pelas obras produzidas no mundo clássico. A temática da guerra e alguns modelos biográficos são dois sintomas desse quadro no Ocidente Medieval, cujas influências a partir da antiguidade são notáveis. Dito isso, este trabalho propõe-se a identificar e analisar como se deu tal influência na narrativa da Batalha de Hastings (1066), contida no interior da *Gesta Willelm* de William de Poitiers, capelão de William I da Inglaterra (1066-1087) e arqui-diácono de Lisieux. Acreditamos, pois, que a notória formação deste clérigo, e sua inserção no círculo da corte do novo rei da Inglaterra, possibilitou a escrita de uma narrativa biográfica com ares épicos, notadamente a partir da observação do modelo empregado por Salústio e Suetônio. Igualmente, o emprego de determinadas personagens e sua equiparação com este rei, aponta para um escopo de funções da escrita cristã medieval, que envolvia a edificação e moralização do objeto narrado, do narrador e dos leitores.

Reformas eclesiásticas e feudalismo na Itália: novas perspectivas e estudos de caso (séculos XI-XII)

Felipe Augusto Ribeiro

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Política., Clero., Reforma., Igreja., Religião.

Esta comunicação apresenta uma pesquisa sobre as reformas eclesiais feitas nas cidades italianas nos séculos XI e XII. A partir de alguns estudos de caso recentes (especificamente sobre as cidades de Roma, Viterbo, Orvieto e Rimini) o texto visa a enfrentar, ao mesmo tempo, dois problemas: 1) a diversidade de formas, práticas e conteúdos entre os vários projetos de reforma da vida eclesial que se podem verificar dentro de um mesmo recorte espaço-temporal; 2) os cruzamentos desses projetos com as dinâmicas dos poderes senhoriais e com as relações políticas, de feudalidade, vivenciadas nos mesmos ambientes sociais. As fontes documentais, em cada caso, contemplarão diplomas episcopais e condaís, epístolas monásticas, crônicas e hagiografias, analisadas heurística e prosopograficamente. Os objetivos da pesquisa são: a) explicitar tanto as diferenças internas às igrejas italianas quanto os pontos em comum encontrados em cada iniciativa reformista; b) destacar, em cada processo, as ações e reações dos grupos envolvidos; c) avaliar o impacto de tais processos na reorganização política de cada comunidade. Para tanto, a análise lançará mão da comparação e da aproximação sistemática dos casos encontrados na historiografia vigente, concentrando a crítica nos elementos nodais de cada reforma: as regras e modelos de vida propostos, as famílias que compunham os grupos dirigentes em cada comunidade e estabelecimento eclesial, as alianças e arranjos políticos para administrar por governar cada igreja, monastério e cidade, os recursos materiais empregados e as negociações feitas para implementar cada projeto. Com isso, o trabalho espera se alinhar a uma perspectiva renovada sobre a temática, preservando a profunda conexão entre as dimensões religiosa e política das vidas clericais e laicas e compreendendo as reformas como instrumentos de interferência, ruptura e reconstrução dos laços de vassalagem e fidelidade e, por conseguinte, de renovação dos acordos políticos destinados a governar as comunidades.

A Vita Brevior de Francisco de Assis: possibilidades de estudo a partir de um novo documento (NAL 3245).

Gustavo da Silva Gonçalves
gussgoncalves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Franciscanos, Francisco de Assis, Tomás de Celano, Hagiografia.

Esta comunicação tem como objetivo analisar o conteúdo da Vita beati patris nostri Francisci, também conhecida por Vita Brevior. Descoberta em 2014 pelo pesquisador Jacques Dalarun, acredita-se que esta hagiografia permitirá novas abordagens sobre o fundador da Ordem dos Frades Menores (OFM), bem como os conflitos internos entre os franciscanos após a morte de Francisco. Este documento foi redigido por Tomás de Celano sob ordens diretas de Frade Elias e acredita que tenha sido composto para leitura dentro da Ordem, tendo como base a Vita Prima (1228-1229). A fins de datá-lo, estabeleceu-se que foi produzido após 1232 devido à menção a canonização de Antônio de Pádua, e certamente antes da deposição de Frade Elias realizada pelo papa Gregório IX. Esta temporalidade é fundamental para se analisar a própria redação, já que a hagiografia tenta apresentar, por exemplo, uma dada representação de Francisco, visando assimilá-lo tal qual Cristo em pobreza absoluta. A partir destas características emergem alguns questionamentos preliminares: Qual a importância deste documento para os estudos franciscanos? É possível compreendê-lo a partir dos conflitos internos à Ordem dos Frades Menores? Decorrente disso, por que houve a redação desta nova hagiografia, que tinha por objetivo "abreviar" os feitos de Francisco? Por fim, pode-se estabelecer vínculos entre o crescente aumento da prática de leitura introduzida na Ordem dos Frades Menores e a tentativa de apresentar a extrema pobreza de Francisco em vistas de legitimar os seguimentos do fundador da OFM?

Dos lugares-comuns à criatividade na literatura medieval: as esferas de poder na Disputatio inter clericum et militem e no Roman de Fauvel.

Jaqueline Silva de Macedo
macedo.js@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Roman de Fauvel., Disputatio inter clericum et militem, Literatura medieval, Esferas de poder

Durante a querela entre o rei da França Filipe o Belo (1285-1314) e o papas Bonifácio VIII (1294-1303) e Clemente V (1305-1314), foram produzidos dois textos que discutiam, de acordo com os limites do savoir-faire de cada literatura as questões do momento; em termos gerais, o direito e o dever de sobrepujar o seu adversário em poder como liderança espiritual e material. Trata-se da Disputatio inter clericum et militem (1296/7) no início do conflito e do Roman de Fauvel (1310-1314), já em sua fase final. Propomos, nesta comunicação, apresentar o

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

teor destes dois documentos considerando os lugares-comuns recorridos por eles, isto é, os argumentos consagrados como autoridades no decorrer da Idade Média no que concerne à discussão das esferas de poder espiritual e temporal sejam por meio de símbolos, alegorias ou dialética escolástica. Esta abordagem nos ajuda a analisar o gênero dos dois textos e o contexto que possibilitou a construção desse tipo de literatura na sociedade medieval, o primeiro no ambiente acadêmico e o outro nos círculos principescos, bem como a questão da criatividade na literatura medieval em relação à crítica das práticas político-sociais.

Os Continentes e os Conjugati na Querela Jovinianista no Alvorecer da Idade Média: O Posicionamento de Agostinho de Hipona

Wendell Dos Reis Veloso
wendellvelo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Querela Jovinianista, Agostinho de Hipona, Primeira Idade Média

O objetivo desta comunicação é empreender alguns apontamentos sobre o posicionamento de Aurélio Agostinho, bispo católico da cidade de Hipona, na África Romana, sobre aquilo que denominamos historiograficamente de Querela Jovinianista. Trata-se de expressão que faz referência ao debate teológico e normativo travado em fins do século IV entre Agostinho de Hipona, Jerônimo e Joviniano. Este último, durante a sua prática monástica, difundiu a doutrina de que não haveria diferença alguma entre os casados, os conjugati, e os castos e os virgens, os continentes, de modo que todos estes gozariam de uma vida cristã de mesmo valor. Em consonância a esta doutrina, mesmo as virgens consagradas e os monges eram incentivados por ele a constituir matrimônio, o que, por sua vez, levou o monge e sacerdote católico Jerônimo a escrever o *Adversus Iovinianum* entre 392 e 394, no qual afirma peremptoriamente a existência de uma classificação mesmo entre os cristãos batizados na fé católica, sendo o topo desta proposição hierárquica ocupado pelos cristãos continentes e castos. Tal tratado fora considerado deveras radical e por isso incapaz de surtir efeito contra a doutrina jovinianista que se popularizava entre os leigos, especialmente os da Península Itálica. Desta maneira, Agostinho fora convocado a entrar no debate, o que fez, em parte, com o *De Bono Coniugali* (Dos Bens do Matrimônio), complementando sua posição posteriormente com o *De Sancta Virginitate* (A Santa Virgindade). Para o aqui proposto, analisarei excertos das duas obras supracitadas erigidas em oposição às teorias de Joviniano e às de Jerônimo, sempre com a seguinte preocupação: as comparações empreendidas pelo bispo entre o matrimônio, a castidade

perpétua e a continência colocam as sexualidades em um espectro positividade ou de negatividade? Sem entrar no mérito das especificidades do que chamo de discurso agostiniano sobre as sexualidades, não posso deixar de lembrar que os escritos patrísticos do século IV retratariam a sexualidade quase que por um viés exclusivamente negativo. Contudo, a historiografia evidencia que os Pais teriam sido bastante cuidadosos em estabelecer uma ligação total e completa entre o sexo e o pecado, ao mesmo tempo que reforçavam a suposta mácula moral que o acompanharia. É esta incongruência (que não necessariamente é vista assim a partir de um ponto de vista teológico ou da História Eclesiástica) que é meu objetivo mapear na documentação.

ST 17 - Cultos, ritos, narrativas e práticas religiosas: religiões e religiosidades e suas possibilidades nas pesquisas históricas

Leonildo José Figueira
Mestre em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
leo.hist@gmail.com

Simone Aparecida Dupla
Doutoranda em História
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
cathain_celta@hotmail.com

Vanderley de Paula Rocha
Doutorando em História
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
vanderleypr05@yahoo.com.br

Rafaela Arienti Barbieri
Mestranda em História
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
rafaelaarientibarbieri@hotmail.com

Tiago Ferreira dos Santos
Mestre em História
Universidade Federal da Bahia - UFBA
thiagofersan23@hotmail.com

Bárbara Santana Nogueira
Mestranda em História
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
barbarasantana2007@hotmail.com

André Rocha Cordeiro
Mestrando
Universidade Estadual de Maringá - UEM
andrerochacordeiro@hotmail.com

Proposta do Simpósio

Diante da diversidade religiosa existente no Brasil e no mundo contemporâneo se faz necessário a discussão histórica acerca das trajetórias, vivências, experiências e práticas das religiões e suas especificidades. Expressando-se enquanto uma atividade humana, ferramenta de sociabilização e de relações sociais as religiões e religiosidades estão presentes em vários contextos culturais e históricos, de modo a se demonstrarem objetos históricos e de análises de historiadores, que buscam formas de compreender e interpretar a atuação dos sujeitos históricos em suas múltiplas vivências. Surgindo no século XIX enquanto disciplina a História das Religiões expandiu-se, posteriormente, enquanto campo de pesquisa, por meio de fundação de periódico e revistas científicas, publicação de livros, instituição de cátedras de estudos, congressos e eventos acadêmicos. Com a terceira geração da École des Annales, da década de 1960, a História das Religiões e Religiosidades ganhou novo fôlego tornando, desse modo, possível ao historiador resgatar práticas e estratégias, conflitos e acordos, que permeiam as formas de contato com o sagrado e marcam as experiências vividas em grupo ou individualmente, dado que as múltiplas culturas humanas possuem suas noções acerca do divino. Compreendendo a variedade de abordagens, fontes e objetos que perpassam a História das Religiões e Religiosidades, este simpósio tem como objetivo pensar o fenômeno religioso em seus múltiplos aspectos teórico, conceitual e metodológico, reunindo os diversos trabalhos e pesquisas sobre religiões, religiosidades e crenças que vem sendo desenvolvidas no campo da história e das ciências humanas, a fim de proporcionar, aos participantes, possibilidades de trocas epistemológicas e possíveis reflexões e diálogos trans/interdisciplinares.

Comunicações

A construção da religiosidade do Bom-pastor e as práticas curativas religiosas católicas em Mariana: um estudo de caso sobre Monsenhor Horta

Lucas Lolli Vieira
lucas.lolli@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Horta, Monsenhor

Este trabalho trata-se de uma parte do resultado final de minha dissertação. Pretendemos através desta apresentação estudar as práticas curativas exercidas por Monsenhor Horta, sacerdote marianense, que viveu em Minas Gerais entre os anos de 1859-1933. José Silvério

Horta tornou-se padre no final do século XIX, momento em que o clero brasileiro passava por um processo de reforma que o aproximava aos ideais tridentinos. Tal processo conhecido como reforma do clero ou ultramontanismo, foi iniciado em Mariana pelo governo de Dom Viçoso e levado adiante pelos demais bispos e arcebispos. A espiritualidade do bom pastor foi amplamente difundida na diocese e foi amparado a ela que Monsenhor Horta vivenciou ao lado de seu rebanho as enfermidades e dificuldades encontradas no cotidiano marianense pelos seus fiéis. Tornou-se, aos olhos de seus fiéis, um sacerdote virtuoso, um sacerdote modelo e visto como santo. Um sacerdote que desenvolveu prerrogativas miraculosas e curativas. Gozando de credibilidade e legitimidades suficientemente válidas - dadas tanto pelos fiéis quanto pela Igreja Católica -, constituiu assim uma crença de que Monsenhor Horta era santo. Monsenhor Horta operava, através de uma intermediação entre rebanho e Deus, o sobrenatural para proceder a curas e milagres. Desta forma, através de benção, orações, aspersão de água benta e exorcismo, Monsenhor Horta operava suas práticas curativas dentro do universo das práticas curativas católicas autorizadas pela Instituição.

Igreja e sociedade nas Minas Oitocentistas: breve análise do Bispado de Dom Frei José da Santíssima Trindade

Anna Karolina Vilela Siqueira
annakarolvs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Seminário de Mariana., Reforma Católica, Dom Frei José da Santíssima Trindade

O presente estudo tem por objetivo a discussão do papel e atuação da Igreja Católica no início do século XIX em Minas Gerais, buscaremos através através das reformas evangelizadoras de D. Frei José da Santíssima Trindade - Bispo de Mariana entre 1820 e 1835, desenvolver um estudo do Bispado, almejando a compreensão da ação da Igreja em terras mineiras antes mesmo da chamada Reforma Ultramontana de Dom Antonio Ferreira Viçoso, bem como fazer uma breve análise de D. Frei José enquanto Intelectual atuante e assim tentarmos compreender as dimensão das ideias e ações do Prelado no contexto da vida social, reconhecendo como suas visões e ações frente ao Seminário contribuíram para a formulação e circulações de ideias nas Minas Oitocentistas. Com base em análises preliminares, percebemos que já se desenrolavam discussões sobre Reforma. Porém, ainda nos perguntamos, reformas de que tipo? Para isso, utilizamos como fonte os relatos deixados por D. Frei José, como as visitas pastorais, que tinham

como objetivo uma ação doutrinária e a instrumentalização da política colonizadora, registradas meticulosamente por escrito. A partir das visitas que já analisamos, foi possível coletar informações acerca do andamento da ação religiosa nas freguesias por onde o clero projetava suas recomendações essas análises nos permitiu visualizar como o clero se relacionava e interagiu com a sociedade na época. A partir da análise das fontes, juntamente com a discussão teórica, buscaremos identificar, a atuação do Bispo frente ao Clero na Diocese de Mariana, analisando a tentativa de implementação dos preceitos tridentinos em terras mineiras.

Memória e Identidade: o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana

Riler Barbosa Scarpati
riler.scarpati@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, Memória

Este texto objetiva relacionar a institucionalização de certa memória social com a afirmação de uma identidade coletiva. O objeto desta discussão é o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana-MG, fundado, inicialmente, em 1926, teve sua trajetória interrompida em 1944. Porém, em 1961 teve nova fundação. A fim de entender essa trajetória peculiar, o artigo se desdobra em três eixos principais, a saber: inicia-se com breve discussão sobre o papel da memória social, entendendo-a como um campo de disputa social, passa pelas discussões entre setores da intelectualidade brasileira e mineira sobre o patrimônio móvel e suas possibilidades de institucionalização e, por fim, foca na constituição do referido museu buscando a compreensão dos seus pressupostos de criação e das disputas envolvendo seus objetos e construção da expografia. Neste último ponto, utilizaremos dois objetos para abordar o debate e as disputas e a maneira como esta institucionalização implica a afirmação de identidade religiosa e institucional por meio da memória. Ou seja, argumenta-se que o código utilizado pela Arquidiocese de Mariana para afirmar sua função social no espaço de atuação foi pela linguagem da memória, expressa na criação do museu.

A UFV como elemento central para a análise do campo religioso de Viçosa

Lucas Raimundo
lucasrdnf@gmail.com

Raquel dos Santos Sousa Lima

PALAVRAS-CHAVE: UFV, Viçosa, mapeamento

Esta comunicação apresenta resultados parciais de um projeto de Iniciação Científica Jr. (PIBIC-EM), intitulado Análise do Campo Religioso de Viçosa e desenvolvido no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp/COLUNI-UFV). O recorte apresentado aqui procura detalhar, especificamente, a importância da UFV enquanto espaço de disputa das diferentes religiões na cidade. Tanto Viçosa quanto a universidade estavam profundamente ligadas ao catolicismo no início de sua história, algo compreensível quando se observa a hegemonia da religião católica no Brasil do início do século XX. Dentre as evidências disso, está a existência da capela do Imaculado Coração de Maria dentro do campus universitário. Já de início, criou-se uma situação de disputa, uma vez que o modelo de ensino adotado foi comandado por professores presbiterianos vindos dos EUA. Assim, considerando as claras modificações no campo religioso nacional atualmente, onde se nota uma considerável queda da comunidade católica, procurou-se entender como se dão as relações entre religião e espaço acadêmico nos dias de hoje. Para tal, a metodologia utilizada consistiu em entrevistas com clérigos, docentes e membros da UFV, de exercícios de observação participante nas celebrações religiosas e da consulta em livros sobre a história da capela. Pretendeu-se explicitar dados da estrutura da comunidade católica universitária, descrição de seus cultos e eventos e as relações amistosas e/ou conflitos da capela com a UFV e com outras denominações religiosas. Além disso, observou-se também manifestações de outras religiões dentro do espaço da UFV. Nesse aspecto, registrou-se eventos e intervenções artísticas promovidos no campus por denominações protestantes e espíritas, bem como a existência de um terreiro de umbanda e de conflitos gerados por ele em uma vila de funcionários da UFV. Por fim, procurou-se observar, no discurso de diferentes membros da comunidade acadêmica, de que maneira eles veem a capela e qual impacto eles acreditam que a religião tem na universidade.

O uso da religiosidade como método de cura

Polliane Rocha da Cruz Moraes
pollianerochacruz@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: cura e saberes tradicionais, Religiosidade

Desde os tempos mais antigos o ser humano luta por encontrar tratamentos eficazes para prevenir e combater suas doenças e amenizar seus sofrimentos. Os meios utilizados para alcançar

uma boa saúde ou próxima ao ideal são os mais diversos e podem variar de cultura para cultura, de região para região. O Vale do Jequitinhonha mostra uma relevante riqueza cultural a respeito das práticas de cura ligadas ao tratamento de doenças consideradas espirituais, seja o quebranto, a inveja, o mal olhado etc. e às doenças físicas como: a espinhela caída, picada de animais venenosos, sol e sereno na cabeça, hemorragia, erisipela e outras. Neste sentido, o presente trabalho visa refletir a respeito das práticas de cura da medicina popular que são baseada em benzeções que tem como ferramentas os gestos, às ervas e às palavras usadas pelo intermediador (benzedor) do paciente com a entidade superior necessária para a cura. A pesquisa teve como metodologia a história oral e foi realizada em Senador Modestino Gonçalves - Minas Gerais. A mesma contou com a participação de 25 habitantes das comunidades rurais e urbanas da cidade que usam com frequência a medicina popular local. A técnica usada para coleta de dados foi a entrevista gravada com duração de aproximadamente 40 minutos. Os resultados da pesquisa é de extrema relevância para compreensão da busca pelos métodos populares de cura ligados a espiritualidade e também para entendermos a perpetuação dos saberes populares das comunidades tradicionais apesar do avanço da medicina formal.

Cuidados fúnebres e a memória dos mortos: permanências e discontinuidades na expressão religiosa dos testadores de Mariana oitocentista

Karina Ap. de Lourdes Ferreira
karina.ferreira@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE: Testamentos, Mariana, História da Morte, século XIX, Memória

A presente comunicação apresenta uma análise preliminar das estratégias de construção da memória pessoal – suas diversas funções e transformações – envolvidas na prática testamentária em Mariana, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira da centúria seguinte, levando-se em conta diferentes quadros sociais existentes para o período em tela. A hipótese central a nortear a investigação é a de que a ideia então vigente a respeito de uma morte culturalmente aceitável supunha o envolvimento do indivíduo em laços sociais de diferentes naturezas e mobilizava uma série de instrumentos de modo a garantir duração a um determinado conteúdo de memória. Para tanto, o estudo se apoiará, sobretudo, nos legados documentais do fenômeno fúnebre, principalmente inventários, testamentos e registros de óbitos, os quais serão

submetidos a tratamento qualitativo e serial-quantitativo a fim de promover, junto ao exame dos sentidos simbólicos, a análise dos significados e funções sociais do objeto em questão, bem como suas transformações.

A palavra falada e a música: os vilancicos portugueses do século XVII (1640-1656)

Laís Morgado Marcoje
laismarcoje@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: oralidade, D. João IV., Vilancico

É sabido que o mundo moderno europeu foi marcado pelo forte uso da palavra oral. Sermões, teatro, música eram formas de expressões comuns nesse período. É dentro dessa conjuntura que os vilancicos foram parte importante dos rituais religiosos ibéricos. Sendo um gênero poético musical (SANTOS, 2011), os vilancicos continham elementos considerados profanos, mas que no decorrer de sua existência foram incorporados no cotidiano religioso ibérico. Foram considerados música de Estado para o reino espanhol, segundo o musicólogo Pablo L. Rodríguez. Diversas questões permeiam o uso do vilancico pelo reino português pós-Restauração Portuguesa, em 1640, período que o vilancico começa a ser usado com mais força em Portugal. D. João IV era músico e escolhia ele próprio as músicas que fariam parte de seu repertório. Formou uma das maiores bibliotecas musicais de toda a Europa, contendo uma vasta coleção de vilancicos. Estes eram apresentados em sua Capela Real, em datas festivas específicas, como o Natal (25/12), a Epifania (06/01) e o dia da Nossa Senhora da Conceição (08/12). Sendo o rei responsável pela escolha das músicas que compunham sua biblioteca, haveria algum tipo de representação de sua imagem nesses vilancicos? Para esta apresentação, pretende-se desenvolver a ideia do uso da palavra oral e suas implicações no mundo moderno, relacionando-a com a ascensão do vilancico em Portugal como uma forma de comunicação direta entre o rei d. João IV e os espectadores da Capela Real, levando em consideração a conjuntura histórica da Restauração Portuguesa.

A trajetória do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR) Em Maringá - PR

André Rocha Cordeiro
andrerochacordeiro@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História das Religiões e Religiosidades, LERR, Universidade Estadual de Maringá

Buscamos, por meio desta comunicação, apresentar a trajetória do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR), da Universidade Estadual de Maringá –UEM. O referido espaço de discussões, pesquisas e trocas epistemológicas foi criado em 2003, sob a liderança da Professora Doutora Solange Ramos de Andrade, o qual procurava viabilizar o contato com outras áreas do conhecimento, pensar o fenômeno religioso, as relações do homem com o sagrado, bem como contribuir para a consolidação da disciplina de História das Religiões e Religiosidade enquanto um campo do saber. Tem-se em mente a criação do LERR no contexto de elaboração do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões (CNPq) e do Grupo de Trabalho História das Religiões e das Religiosidades. Dessa forma, serão elencados os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao LERR tanto na Graduação, como também no Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, destacando as temáticas desenvolvidas, fontes utilizadas e aportes teórico-metodológicos abordados.

Jovens negros e a inserção em coletivos evangélicos

Moisés Ferreira Geraldo
prof.moisesgeraldo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade, Coletivos Evangélicos, Juventude negra

A proposta tem como objetivo estudar as relações identitárias construídas por jovens negros participantes de um coletivo cultural evangélico do Conjunto Habitacional Palmital, localizado na periferia da cidade de Santa Luzia na região metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou a metodologia da história oral, na modalidade relatos orais de vida. São utilizadas narrativas de dois jovens negros cantores de rap pertencentes a um coletivo cultural evangélico. O coletivo cultural busca na cultura hip hop seu eixo de trabalho, ou seja, rimas que abordam temas evangélicos e ao mesmo tempo questões cotidianas do bairro, um canal de comunicação importante, que influencia suas ações,

agregando os jovens do bairro. Conforme os dados do IBGE-2010, no intervalo de dez anos (2000 a 2010), o número de evangélicos cresceu de 26,2 milhões para 42,3 milhões em 2010. Isso significa que 22,2% da população são evangélicas. Esse mesmo estudo do IBGE-2010 mostra que o crescimento dos evangélicos se dá com maior peso entre a população jovem. Dai a importância de compreendermos a partir dos jovens o significado atribuído de ser evangélico. As narrativas dos jovens do coletivo cultural trazem a marca de um novo perfil de jovens evangélicos, ressignificando o espaço através de elementos que não faziam parte do cotidiano dessas igrejas. Pertencer a uma igreja evangélica pentecostal e ser adepto da cultura hip hop gerava em determinados momentos um campo de tensão. Nos eventos religiosos, os jovens pesquisados utilizavam a estratégia de evitar um estilo típico da cultura hip hop, evitando gírias e termos específicos da cultura. Nos eventos de rua, o comportamento modificava-se, evitando pregar maciçamente a bíblia para não quebrar o clima do evento, buscando compreender qual o público presente e criar estratégias para que arte desenvolvida fosse a mais compatível com seus estilos e valores. A relação dos jovens entre a igreja e a cultura hip hop destacou-se pela dimensão da contradição e não da ambiguidade. O estudo guarda esse aspecto de contradição como eixo de análise, trazendo a categoria juventude negra e a interlocução entre religião evangélica e cultura de rua.

Entre chocalhos e rosários: sincretismo religioso na santidade de Jaguaripe

Letícia Maia Dias
leticiamaiadias@hotmail.com

Willian Dias da Silva
wlwl@ig.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Colonial, Sincretismo, Santidade de Jaguaripe

Este trabalho busca traçar uma reflexão acerca dos aspectos híbridos que passaram a integrar o universo do culto indígena, em detrimento do processo de catequização jesuítica. Desta forma, através da imposição, assimilação e incorporação das práticas católicas, a cultura indígena foi a primeira a compor o que se denomina como a “Matriz da Religiosidade Brasileira”, resultante de uma amalgama com a religião católica dos colonizadores europeus. A constituição desta matriz no Brasil, cuja gênese se encontra na dominação colonial empreendida por intermédio da Igreja Católica, tem como principal consequência o sincretismo religioso, que caracteriza fortemente a realidade identitária em nosso país. Este sincretismo ultrapassou o

caráter religioso, tornando-se um fenômeno social, antropológico e histórico, responsável por originar o movimento de resistência indígena denominado de “Santidade de Jaguaripe”, que emergiu por volta de 1580 na região ao sul do recôncavo baiano, sob a liderança do índio batizado pelos jesuítas de Antônio. Todavia, mesmo com o extermínio do movimento em 1595 e as posteriores sentenças atribuídas a alguns de seus integrantes pelo Tribunal do Santo Ofício, a “Santidade de Jaguaripe” evidencia-se enquanto uma forma expressiva de resistência ao qual os índios recorreram, no sentido de lidar com o domínio dos colonizadores portugueses, atribuindo novos significados aos costumes e práticas tanto do contexto religioso cristão quanto do indígena. Portanto, este “catolicismo a maneira indígena” expressado pelo movimento, traz a tona a possibilidade de trabalhar tal temática mediante uma abordagem histórica e também interdisciplinar, uma vez que a documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício e pelos jesuítas mostra a capacidade de mobilização indígena e a complexidade existente no âmbito da sociedade colonial, onde a convivência e assimilação cultural e religiosa faziam-se profundamente presente.

Entre as trevas e a luz: as crenças populares na modernidade

Mayara Aparecida De Moraes
marryawn@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: inquisição, práticas mágico-religiosas, Grão-Pará

A religião tem suas raízes desde os primórdios da humanidade servindo como vínculo com o sobre-humano, na medida em que ela torna-se um instrumento para explicações dos fenômenos naturais e até mesmo da origem do universo. Porém a relação com o desconhecido, muitas vezes, foi atrelado a uma ótica divina ou diabólica desencadeando perseguições às ditas bruxas (mulheres que faziam pactos com o Diabo e viviam de forma desregrada e pecaminosa), e criando um ideal de mulheres e homens castos, dedicados aos dogmas cristãos que deveriam viver de forma regrada. Aqueles que eram perseguidos por crime de bruxaria ou feitiçaria, geralmente, eram pessoas que viviam em meios rurais, tinham pouca instrução e possuíam conhecimentos de adivinhação, cura, desfazer quebrantes, dentre outras ações mágicas, das quais eram obtidas por conhecimento empírico e ensinadas por tradições orais. Essas características são elencadas pelos estudiosos como práticas-mágicas, que em sua maioria, é a população rural ou menos abastada que as realiza, ou seja, homens e mulheres humildes, escravos, índios e mestiços,

que formam a chamada religiosidade popular. Dessa forma, O objetivo deste trabalho é discutir sobre a religiosidade popular, na qual foi alvo de muitas denúncias sobre bruxaria e feitiçaria no Tribunal Inquisitorial, delimitando a Idade Moderna (XVI-XVIII) como período de análise. Assim, a modernidade trouxe contornos mais definidos sobre a relação do demoníaco e do sagrado, das crenças e práticas que não condiziam com os preceitos de religiões oficiais como o catolicismo e o protestantismo, o que a Inquisição considerou como crime de feitiçaria. Esses crimes eram registrados nos processos e denúncias do Tribunal do Santo Ofício, onde hoje se encontram em Arquivos Históricos. Isso foi possível, pois normalmente elas eram relatadas pelos denunciantes ou pelos réus e anotadas pelo notário das quais traz ingredientes, objetos e rezas que pertenciam ao cotidiano dessas pessoas, permitindo ao estudioso reconstruir um fragmento do passado da chamada cultura popular. Portanto, o estudo sobre questões religiosas, são muitas vezes resgatadas nesses processos, possibilitando ao historiador entender a mentalidade e a cultura das pessoas de determinadas épocas.

O Processo de individualização da religião na sociedade contemporânea: O Pentecostalismo e suas representações sociais

Thiago Lucas Rodrigues Martins
thiagolucasmartins@yahoo.com.br

Stella Sousa Moreira
ssmstella@oi.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Pentecostalism., Christianity, Individualism., Modernity

O objetivo deste artigo é abordar o processo de individualização presente nas religiões cristãs ocidentais a partir do catolicismo durante o advento da modernidade em paralelo com o fenômeno do Pentecostalismo contemporâneo. Para tratar do Pentecostalismo e suas vertentes sociais analisar-se-á a diferença entre individualismo religioso e individualismo moderno. O texto tem a intenção de compreender a importância das religiões e suas formas de mobilização que se situam no tempo e no espaço. Pretende-se buscar identificações entre a análise histórica do processo de individualização contido no cristianismo ocidental com o fenômeno contemporâneo: Pentecostalismo.

Concílio Vaticano II: atuação eclesial na política brasileira através das comunidades eclesiais de base

Ana Maria Coutinho
anacoutinhopuc@gmail.com

Artur Lemos Campos
arturlemoscamos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Libertação, Concílio Vaticano II

Buscamos compreender uma das formas de ação política da Igreja Católica através do estudo de caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 80 do século passado, de forma a apreender a influência do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação em toda a América Latina. Mas, para além de buscar suas consequências, pretende-se compreender o contexto do século XX da modernização promovida pelo capitalismo, uma vez que as realidades com as quais as CEBs irão se confrontar. O âmbito religioso e o político se confundem e a Igreja se aproxima dos oprimidos para buscar sua libertação, sendo este o papel da Igreja e dos eclesiásticos. Sendo essa a perspectiva do segmento da Igreja Católica que pretendemos estudar, estamos ciente de que está não era uma visão única, e muito menos que houve pouca resistência no seio da Igreja a todo esse movimento. Da mesma forma, compreender que este não se trata apenas de um debate teológico, mas de uma disputa no campo político de libertação de toda a América Latina, de grande inspiração na Revolução Cubana. Fizemos este estudo através da articulação entre perspectivas historiográficas, sociológicas e teológicas associadas à pesquisa da documentação que se encontra no Centro de Memória e Pesquisa História da PUC Minas. Pensamos em buscar os paradigmas e rupturas que constituem a década de 80, e o próprio século XX, como um momento da junção quase indissociável da prática religiosa e da ação política, seja de libertação do povo oprimido seja da resistência anticomunista.

Catolicismo e Educação Pós-Concílio Vaticano II (1965-1980)

Adriano Cecatto
adrianocecatto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Igreja, educação., católica., Concílio Vaticano II

O advento da modernidade provocou mudanças em relação à tradição e a fé, reforçando na sociedade a ideia de progresso. Diante desse cenário, a Igreja Católica necessitou de estratégias para se adaptar às necessidades da sociedade, atingindo a organização de suas instituições, entre elas, as educacionais. O objeto de estudo é a educação católica, tendo como objetivo compreender as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II e as conferências episcopais na América Latina e Caribe em torno da educação cristã como importante mecanismo de evangelização e de ocupação de espaços de formação da juventude. Os documentos caracterizam-se por serem eclesiais: *Divini Illius Magistri*, *Gravissimum Educationis* e a II e III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Pode-se verificar que a educação sempre se apresentou à Igreja como importante mecanismo de formação cristã e cidadã, contribuindo para fazer frente aos desafios impostos pela modernidade. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II apresenta-se como marco histórico inegável para a Igreja Católica, o que não quer dizer que suas orientações tenham ocorrido de forma homogênea e em sintonia com as mudanças sociais e das próprias instituições educacionais Católicas.

Nuno Álvares Pereira: a construção de uma santidade

Bruno Soares Miranda
soaresemiranda@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Dinastia de Avis, Canonização, Nuno Álvares Pereira, Hagiografia

Esta comunicação tem como objetivo analisar a construção da imagem de Nuno Álvares Pereira como santo, promovida pela Dinastia de Avis.

Para isto, utilizaremos como corpus documental a Crônica do Condestável e o Livro de Milagres atribuídos a Nuno Álvares Pereira. A primeira, uma biografia do Condestável de D. João I, possui como propósito apresentá-lo como chefe guerreiro e como senhor exemplar na virtude moral e na devoção. A segunda fonte narra 199 relatos de milagres e que foi escrito por algum carmelita do Convento do Carmo em Lisboa.

Estas narrativas revelam todo o esforço de uma Dinastia para promover a canonização do Condestável e ter, assim, “um santo para chamar de seu”.

O hinduísmo e suas práticas nas escritas jesuíticas (Século XVII)

Ana Paula Sena Gomide
ape.gomide@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus, Hinduísmo, Índia portuguesa

Enviados para o Oriente a partir de 1542 com o propósito de auxiliar os trabalhos de conversão religiosa, a Companhia de Jesus assumiu um importante papel no processo de evangelização dos territórios do além-mar português. Em Goa, principal possessão portuguesa no Oriente, os jesuítas se depararam com um universo religioso e cultural indiano rico e de estruturas complexas, na qual muitos se tornaram verdadeiros mediadores culturais, buscando se aproximar e conhecer o outro e suas práticas.

O objetivo da presente comunicação é analisar o modo como missionários jesuítas buscaram compreender o conjunto de costumes e práticas do hinduísmo que eram vivenciados pelos indianos com os quais entravam em contato. Para isso, tomaremos como base a leitura do Tratado sobre hinduísmo escrito pelo padre português Gonçalo Fernandes Trancoso, datado do ano de 1616, e do Relatório sobre os costumes da nação indiana do jesuíta italiano Roberto de Nobili de 1613. Trata-se de tratados jesuíticos que tiveram como objetivo relatar e descrever a sociedade indiana e o hinduísmo em suas práticas e costumes em composição as práticas e ritos católicos.

Buscarem dessa forma, a partir da leitura dos tratados jesuíticos de Gonçalo Fernandes Trancoso e Roberto de Nobili, jesuítas que atuaram no Oriente português nas primeiras décadas dos setecentos, analisar como estes religiosos, ao entrarem em contato com a sociedade indiana, fizeram um esforço analítico de colocar ao longo de suas escritas, aquilo que viam e compreendiam do universo religioso e cultural no qual estavam inseridos.

Jesus morreu no Japão: As narrativas sobre Jesus no cristianismo japonês

André Stahl de Góes
andrestahlgoes@gmail.com

Gabriel Cavallari Cortilho
velhoriobaldo@gmail.com

Leonardo Souza Alves
souza_leo@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Japão, Cristianismo, História Cultural

Inserido no eixo “Cultos, ritos, narrativas e práticas religiosas: religiões e religiosidades e suas possibilidades nas pesquisas históricas”, o presente trabalho analisa as reivindicações teológicas do vilarejo de Shingo, na província de Aomori no Japão, onde as histórias locais afirmam que Jesus não morreu crucificado, mas na verdade, seu irmão Isukiri morreu em seu lugar enquanto Jesus fugiu para o Japão, para viver na província de Mutsu, onde constituiu uma família e viveu como agricultor de arroz, onde hoje se localiza o vilarejo de Shingo.

A primeira parte deste artigo discute as interpretações cristãs acerca de Shingo e o túmulo de Jesus, localizado no mesmo vilarejo e o impacto local, assim como a análise do "Takenouchi Monjo", importante documento traduzido do japonês antigo, que, além de narrar a história do Japão, afirma que todos os grandes profetas e líderes religiosos da humanidade foram para o Japão para estudar e treinar. O desenvolvimento deste trabalho se dá por meio de levantamento bibliográfico acerca do tema proposto, observando não apenas os objetos já mencionados e obras mais expoentes sobre o cristianismo no Japão e a história japonesa, mas traçando paralelos com o fazer historiográfico de um modo geral, de forma que o paradigma indiciário, muito utilizado por pesquisas de micro-histórica, também possa contribuir para o trabalho. Passando para além das interpretações, a segunda parte deste artigo examina os discursos específicos acerca da natureza da relação do vilarejo e o monumento com o Cristianismo. O artigo por fim procura realizar uma análise sobre a narrativa e a capacidade de releituras e adaptações de dogmas impostos pela fé cristã.

Aspectos Históricos e Sociais do Budismo no Brasil

Pedro Hudson Cordeiro
pedrohudsoncordeiro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crenças, Religião, Budismo

O Budismo chegou no Brasil através dos imigrantes japoneses, tendo ficado restrito à Colônia por algumas décadas. Aqui, várias escolas e tradições fizeram-se presentes. Porém, longe de ter a força veiculada pela mídia, o Budismo enfrenta problemas para se consolidar, com a concentração de templos em alguns grandes núcleos urbanos, decréscimo do número de praticantes étnicos e dificuldades para concretizar novas conversões, num país de cultura cristã tão enraizada. A religião ainda tem um número ínfimo de praticantes, sendo a maioria dos

membros, brasileiros convertidos. Numa sociedade onde o sincretismo religioso é amplamente praticado, muitos são os que procuram práticas budistas como a meditação, misturando a filosofia budista com suas crenças tradicionais, mas poucos são os que de fato se convertem e ligam-se a uma comunidade budista.

Num país onde estima-se que 99% da população crê em um Deus, o Budismo mostra-se como um caso à parte. Enquanto algumas escolas continuam restritas aos “amarelos”, as tradições ligadas ao Budismo Nichiren (em especial a Soka Gakkai, que cresce rapidamente enquanto sofre pesadas críticas de escolas mais tradicionais) se tornaram muito populares. Não podemos deixar de mencionar o sucesso do Zen Budismo, famoso pela imagem da Monja Coen, brasileira nata, que se destaca como uma grande “professora” desta tradição e o Budismo Tibetano, popularizado pelas visitas do Dalai Lama ao Brasil, que tem tido sucesso ao organizar grandes retiros e palestras, que eu sua maioria são frequentados por brasileiros que não pretendem se converter, mas apenas buscar um enriquecimento espiritual.

E assim, multifacetada, a filosofia budista continua a exercer fascínio sobre um número de Ocidentais cada vez maior. Este trabalho se propõe a fazer uma breve análise da presença do Budismo no Brasil. Desde sua chegada até os dias atuais, como se consolidou, os perfis de quem procura cada tradição, como se organiza no espaço brasileiro e como se relaciona e influencia um universo amplamente cristão e sincretista, onde no pensamento popular, não importa a crença, o importante é ter uma.

“A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo”: Igreja Confessante e sua oposição ao Terceiro Reich alemão

Karina Fonseca Soares Rezende
kaa.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Igreja, teologia;, resistência;, Confessante;, protestantismo, Nazismo;

O berço do protestantismo viveu uma das experiências mais marcante do século XX: o totalitarismo. A ascensão de Adolf Hitler ao poder a partir de 1933 foi um momento crucial para a reestruturação das diversas igrejas protestantes da Alemanha. A divisão e regionalização das igrejas, que havia se intensificado durante a República de Weimar, era, para o Estado Nazista, um fator de desaglutinação do povo alemão, desfavorecendo o ultranacionalismo pretendido. A unificação das Igrejas ocorreu a partir do movimento de fé de conotação nazista conhecido como os “Cristãos Alemães” (Deutsche Christen) que, desde 1931, defendia as teses do cristianismo

positivo, a “arianização” da figura de Jesus Cristo e a eliminação de elementos judaicos das congregações protestantes, pregando a total submissão da igreja ao aparelho estatal para que, assim, se constituísse a Igreja do Reich (Reichskirche).

Em oposição aos preceitos defendidos pelos Deutsche Christen sob liderança de Ludwig Muller, indicação direta de Hitler para o cargo de Reich Bischof (“bispo do governo”), é formada no ano de 1934 a Igreja Confessante Alemã, composta por pastores opositores aos atos do regime como Karl Barth, Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer. A Declaração Teológica de Barmen, redigida pelo pastor luterano Karl Barth, é um dos principais documentos desse grupo no qual a oposição às interferências do regime nas organizações eclesiais é colocada em evidência.

A verdadeira igreja de Cristo na visão dos membros opositores dentro da Igreja Protestante, afirma Matthew D. Hockenos, possuía três alternativas segundo Dietrich Bonhoeffer, um dos membros mais ativos da Igreja Confessante contra o regime: alertar o Estado sobre seus atos e sobre quais responsabilidades lhe diziam respeito; auxiliar as vítimas que eram afetadas pelo regime; ou ter uma ação política efetiva contra o Estado. Vários nomes da Igreja Confessante, mas principalmente Bonhoeffer, optaram por ser “uma trava nos (entre) os raios da roda” do regime nazista. Na presente proposta, pretendo trabalhar os elementos da Declaração de Barmen que testificam a oposição teológica ao regime nazista no início da década de 1930. Para além, pretendo lidar com as influências, neste documento, do pensamento de Bonhoeffer, pastor, professor e espião participante do atentado de 1944 contra Hitler, que mais do que uma oposição teológica, se colocou politicamente o Terceiro Reich.

Ritos e cosmogonia: Um estudo sobre religiosidades em As Brumas de Avalon (1982)

Ana Carolina Lamosa Paes
anacapaes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: As brumas de Avalon, Ritos, Cosmogonia

O presente estudo tem por objetivo analisar a obra *As brumas de Avalon*, escrita por Marion Zimmer Bradley e publicada no ano de 1982. A trama da obra se passa na Idade Média, durante os conflitos da Bretanha com os saxões invasores. Trata-se de uma releitura da lenda arturiana, tendo como fonte de inspiração a obra de Sir Thomas Malory, “*La mort d’Artur*”

(1470), porém, adotando uma abordagem distinta, onde abre espaço para as mulheres da lenda, colocando-as em evidência. Com o intuito de maior compreensão dos elementos presentes, buscaremos analisar a obra por meio da História das Religiões. Em função da problematização da narrativa, a partir de Mircea Eliade (1992), utilizamos os conceitos de “hierofania” e “cosmogonia”. Partimos, também, dos estudos de Roy Willis (2007) e Joseph Campbell (1990) acerca da interpretação de elementos presentes nos ritos.

Da devoção ao rosário de Maria à patrimonialização do Congado em Minas Gerais: relações de poder, sociabilidades e fé

Ariel Lucas Silva
silva.ariellucas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Minas Gerais, congado, Patrimônio Cultural, Religiosidade

A devoção ao Santo Rosário é promovida pelos frades dominicanos desde o século XIII e constituiu importante elemento de conversão ao cristianismo católico, principalmente durante o processo de colonização na África e no Brasil. As reflexões sobre as heranças portuguesas e africanas tem sido desenvolvidas por diversas vertentes da academia. Em geral, ressaltam-se os conteúdos dos processos de colonização exploratória portuguesa e das matrizes religiosas africanas. A proposta desta comunicação parte da devoção ao rosário de Maria, entendida como universo comum de representações que possibilita sociabilidades e a compreensão dos comportamentos humanos (inteligibilidade). O Congado é uma das expressões da devoção a Maria, a São Benedito e a Santa Efigênia e uma importante referência cultural de Minas Gerais e de outros estados do Brasil. Trata-se de fenômeno urbano, com algumas exceções próprias da diversidade cultural e do contexto social onde está presente, e suas festas são uma oportunidade para tomar contato com a história das culturas e de refletir a formação de laços de identidade, ferramentas de sociabilização e de relações sociais. Assim como outras formas de religiosidades, está presente em vários contextos culturais e históricos, de modo a se demonstrarem objetos históricos e de análises de historiadores que buscam formas de compreender e interpretar a atuação dos sujeitos históricos em suas múltiplas vivências. Compreender a constituição do Congado em Minas Gerais por essa perspectiva desloca o olhar em direção à percepção das continuidades e discontinuidades que marcam o processo histórico, uma dinâmica que não pode ser apreendida através da linearidade dos acontecimentos e que escapa à causalidade das relações. Desde 2008, o Congado de Minas Gerais está em processo de registro como patrimônio cultural

do Brasil. Configurar-se, portanto, como uma oportunidade para se pensar a relação entre as vertentes da preservação do patrimônio cultural e a vertente da criação em uma relação próxima, pois as festas de congado se caracterizam como processos, constantemente atualizados e recriados, e não como produto que cabe guardar, proteger, conservar e, quando for o caso, restaurar. Por esse motivo, um dos critérios para a patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial é a comprovação da continuidade histórica desses processos, sua reiteração ao longo do tempo, e seu reconhecimento como referência identitária de uma coletividade.

Da interiorização das crenças à exteriorização dos ritos: a vivência da fé a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (Séculos XVIII-XIX)

Vanessa Cerqueira Teixeira
vanessa.teixeira@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE: Devoção Mercedária, Religiosidade, Associações Leigas

O presente trabalho propõe a análise da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana, na Capitania de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX. Em um primeiro momento, almejamos a compreensão do contexto social em que a irmandade se insere, com a discussão de questões mais amplas, como a construção de identidades, hierarquizações e sociabilidades no meio confrarial, onde diferentes grupos buscavam seu espaço e, para isso, desenvolviam múltiplas possibilidades de relações sociais. Além disso, a caridade e a preocupação com a libertação dos cativos também foram nossos focos de análise, visto que a associação tinha como seu grupo idealizador os chamados “pretos crioulos”. Em um segundo momento, promovemos uma discussão sobre a religiosidade vivenciada, tendo em vista que as irmandades também se consagravam pela função de assistência frente às doenças e à morte, ressaltando a “economia das almas”. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, tinham como grande obrigação socorrer os irmãos que precisassem de auxílio a qualquer instante. Como espaços de socialização, possibilitaram interações culturais e ressignificações a partir da prática dos ritos e da vivência religiosa. Nesse sentido, nos preocupamos com a interiorização das crenças, a exaltação da fé e a exteriorização dos ritos, buscando também a compreensão das percepções religiosas dos fiéis agremiados, e de como seus medos e crenças levavam a certas posturas em seu cotidiano. Para a realização da pesquisa, utilizamos principalmente as fontes

referentes às irmandades, como os Livros de Compromisso, Livros de Receitas e Despesas, Livros de Entrada e Termos de Reuniões, localizados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Entretanto, consideramos fundamental um maior diálogo com outras tipologias documentais, como testamentos dos membros, cartas e visitas pastorais, sermões, dicionários do período, relatos de viagens, além de requerimentos e consultas do Arquivo Histórico Ultramarino. De forma geral, as pesquisas acerca das irmandades têm crescido cada vez mais, mas ainda faltam estudos a respeito delas. Essas instituições ganharam amplo espaço na sociedade e possuíram grande importância ao longo dos períodos colonial e imperial, possibilitando inúmeras discussões nos âmbitos político, econômico, social, cultural, religioso e artístico.

Entre ritos e símbolos: festejos do Divino na cidade de Ponta Grossa/PR

Vanderley de Paula Rocha
vanderleypr05@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Símbolos, Divino Espírito Santo., Ritos

Esta comunicação problematiza as práticas religiosas, realizadas em Ponta Grossa/PR, para homenagear o Divino Espírito Santo. Focamos nas manifestações ocorridas na Casa do Divino, local que ganhou esse título após Maria Julio Cesarino Xavier ter abrigado em seu interior a imagem da representação do Divino Espírito Santo, uma pomba de asas abertas, gravada em um pedaço de madeira que encontrara em um rio. Assim, essas manifestações estão presentes nessa cidade desde 1882 prevalecendo até os dias de hoje. Objetivamos discutir as relações que homens e mulheres estabeleceram com o sagrado por meio de manifestações festivas em louvor ao Divino e identificar o posicionamento das autoridades eclesiais locais em relação a essas práticas desenvolvidas por esses féis. Para tanto, utilizamos como fontes periódicos locais, programas dos festejos, entrevistas e o processo de tombamento do imóvel (Casa do Divino). A pesquisa encontrou seus alicerces teóricos em Roger Chartier, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Michel Vovelle e Mircea Eliade.

O ritual das festas na Sagrada Escritura: A Festa da Colheita

Miriã Noeliza Vieira
mnoeliza@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Festa da Colheita, Títual, representação, Sagrada Escritura

Este artigo se propõe a analisar a representação da Festa da Colheita no Antigo Testamento. Parte-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar aspectos da Festa da Colheita como um ritual realizado em determinados períodos. A partir de reflexões de Petruski que coloca a linguagem religiosa como uma composição simbólica, no qual se mostra o modo de viver, pensar e agir das pessoas que viveram neste tempo. Já para Marize o rito é algo que renova uma crença, tem função de manter viva uma devoção e une seus adeptos, pois colabora na União dos fiéis. outro conceito que dá a base teórica para análise neste artigo é a da Representação Social de Serge Moscovici (2003), Celso Pereira de Sá (1995), segundo os quais, a representação social possibilita a compreensão das relações dos mundos sociais e individuais numa sociedade em constante transformação. Por fim traremos algumas considerações finais sobre a análise.

A festa de Santa Cruz: religiosidade popular, permanências e rupturas nas tradições culturais das comunidades rurais – um estudo de caso em Divinópolis MG

José Heleno Ferreira
zeheleno.ferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: rural, e, Santa, mundo, Cruz, o, popular, Festa, de, cultura, urbano, Religiosidade

A Festa de Santa Cruz – tradição religiosa trazida para o Brasil durante a colonização portuguesa – é realizada anualmente em várias regiões do país, principalmente em comunidades rurais que conservam, através de suas práticas e da oralidade, essa significativa manifestação da religiosidade popular. Em várias comunidades rurais existentes no município de Divinópolis/MG e na região Centro-Oeste do estado a Festa de Santa Cruz é realizada no início do mês de maio. A população rural se reúne dentro e fora do Cruzeiro localizado ao lado da Igreja, para rezar e cantar. Além de ser uma tradição centenária que mobiliza toda a comunidade, a festa envolve atividades artísticas que se manifestam no recorte das bandeirinhas com figuras variadas de animais, flores, ramos e outras figuras, na decoração do Cruzeiro com esses enfeites e no canto em latim do terço. A festa promove o encontro das pessoas de diversas comunidades rurais e possui uma dimensão educativa que se manifesta na transmissão de saberes por meio de processos informais de educação. A modernização urbana, o crescimento da população, o uso

racionalizado do espaço eliminou, em grande parte, esse símbolo religioso na vida urbana e com isso o desaparecimento das práticas religiosas em sua homenagem. Outras questões relativas à dinâmica do mundo do trabalho urbano e da confluência entre o mundo rural e o mundo urbano contribuem para o enfraquecimento da tradição. Esta pesquisa buscou registrar a Festa de Santa Cruz e analisar as permanências e mudanças nesta tradição. Percebe-se que o tecido social produzido pelas relações entre os indivíduos, marcadas por vivências típicas do meio rural ou urbano, não é idêntico e sua urdidura se sustenta, também, de formas distintas. Os depoimentos orais de organizadores e participantes dessa festa sobre sua estrutura, rituais, fases, significado, cantos, rezas, enfeites com bandeirinhas e flores de papel etc. foram registrados sob a forma de áudio e vídeo. O documentário produzido a partir deste trabalho foi exibido e discutido nas comunidades rurais envolvidas no processo de pesquisa, buscando, assim, contribuir para a valorização e preservação dessa tradição típica da religiosidade popular rural realizada desde o séc. XIX em comunidades rurais do Centro-Oeste mineiro.

Cultura, identidade e lugar: a devoção católica ao Desterro no contexto histórico brasileiro e sua relação com toponímias locais

Vagner Luciano de Andrade
trezeagosto@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia., Cultura; Identidade

O presente trabalho apresenta uma breve análise entre cultura, identidade e toponímia local expressa em diferentes lugares do Brasil através do caso de devoção católica ao “Desterro” com cidades ligadas a essa tradição no norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste do país. A denominação “desterro” etimologicamente tem significados que dimensionam fragmentos culturais do povo brasileiro, figurando desde concepções religiosas até fenômenos históricos e sociológicos. Na atualidade compara-se esta palavra aos fenômenos sociais da expulsão do homem do campo e conseqüente êxodo rural, quando milhares de pessoas, em todo o país são levadas obrigatoriamente, a deixarem suas terras de origem, para viver em terras estranhas, na maioria dos casos de incertezas, denotando uma idéia de expulsão e exílio. Há evidências na história de alguns municípios brasileiros que esta devoção esteve ligada a algumas frentes de expansão bandeirante no Brasil Colonial. Em alguns casos, o nome da padroeira local foi incorporado à toponímia da cidade e em outros casos, esta toponímia se perdeu no contexto

histórico. Destaca-se neste contexto, a toponímia da cidade de Desterro de Entre-rios, em Minas Gerais e a capital catarinense, Florianópolis, cujo nome antigo foi suprimido por Floriano peixoto, no início da República. O presente artigo sintetiza resultados preliminares da análise etimológica desta palavra, desenvolvido no âmbito do Projeto Toponímia, da Rede Ação Ambiental contruindo reflexões acerca do tema

Festa, culto e trezena a Santo Antonio: Mulheres que rezam em família, memória, tradição e identidade

Simone dos Santos Borges
simoneucsal@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Santo, e, Memória, Mulheres., Identidade., Tradição., Antonio., Reza

A pesquisa a ser apresentada nesta comunicação faz parte de uma série de estudos sobre as festas, cultos e trezenas a Santo Antonio que venho desenvolvendo desde a graduação em História pela UCSAL, em 2009. A partir do levantamento feito sobre o tema, através de depoimentos de devotos(as), livros de rezas, jornais e observação participante, na tentativa de (d)escrever etnograficamente a história dessa tradição, foi possível perceber que esta devoção, quando realizada em espaços domésticos, é presidida ou chefiadas por mulheres entre os 30 e 60 anos, as quais herdaram a tradição de suas mães ou avós, e, também, tentam transferir sua devoção e responsabilidade religiosa de rezar a trezena, e suas variações, a seus filhos(as) e netos(as). Neste trabalho buscamos compreender os processos e mecanismos de transmissão da memória religiosa através dessas mulheres, que rezam a Santo Antonio como herança familiar durante o mês de junho em Salvador – Ba. Pensamos um estudo dessa natureza por compreendermos a memória como um processo que nos permite perceber o perpetuamento das mais variadas tradições, bem como as diversas transformações pelas quais passam as relações sociais forjadas pela humanidade ao longo de sua história. Portanto, definimos nosso trabalho com um estudo histórico-antropológico, que compreende a memória como um conceito interdisciplinar de análise teórica, que nos permitirá entender como uma devoção desse tipo pode transpor séculos (desde 1772 de acordo com Mott (1996)), e permanecer sendo reinventada por quem a celebra, bem como os elementos que são usados para essa transmissão de memória histórica, cultural, identitária e religiosa, assim como, buscar continuidades e rupturas nas formas de fazer e celebrar esta tradição, na tentativa de compreendermos os contextos históricos e sociais onde uma expressão da cultura e religiosidade popular produz memória, história, cultura e

identidades. Para esta tarefa utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa, uma vez que entendemos ser este objeto de estudo dotado de uma subjetividade, que exige a participação dos próprios sujeitos investigados, e suas vivências, na tentativa de identificarmos quem são essas mulheres, quais papéis sociais desempenham nos grupos/categorias sociais que estão inseridas, e os elementos simbólicos presentes no ritual de devoção das festas, cultos e trezenas a Santo Antonio que permitem a transmissão deste culto a novas gerações.

Paisagens Religiosas: Um estudo sobre as manifestações do Congado em Estrela do Sul – MG

André Luiz Borges de Ávila
andre.luiz.avila@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: congado, Paisagem Religiosa, Estrela do Sul, Patrimônio Cultural

Na perspectiva apresentada pelo tema do trabalho, torna-se salutar que a associação e o diálogo sobre os termos memória e patrimônio, seja de fundamental importância para conseguirmos compreender o alcance do Patrimônio Cultural, tecendo relações entre a percepção e a memória com os lugares e os bens culturais inseridos na perspectiva da identidade e da paisagem religiosa. Dentro das definições já conhecidas sobre patrimônio cultural e seus arranjos de composição, utilizar-se-á de conceitos coerentes com a proposta do artigo, destacando principalmente os de “lugares de memória” e “paisagem e identidade religiosa”, que serão introduzidos ao longo do texto, possibilitando entender que as manifestações do Congado que se realizam na Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e na Igreja de Santa Rita de Cássia em Estrela do Sul – MG, e na conexão desses dois espaços através do caminho simbólico presente no rito da festa, sejam analisados sob o enfoque de materialização do patrimônio cultural, de conotação imaterial e identidade do lugar e ainda sob a cultura popular, sendo realizados para a extração desses conceitos, entrevistas com moradores locais, festeiros e acervos paroquiais, buscando perceber esse patrimônio como ação que valoriza a cultura local e as variações regionais.

Considera-se o estudo de importância ao caracterizar a memória tradicional da festa e sua importância para a comunidade e a cidade, ao incorporar os aspectos socioculturais dos grupos envolvidos e para compreender a construção dos significados atribuídos e a permanência de elementos sócio-físicos importantes do passado.

Como referência desse estudo, as heranças culturais do Congado e seus aspectos ritualísticos, com pouca intensidade de apoio das intervenções e/ou organizações institucionais, ou seja, sua representação e organização social efetivam-se pela comunidade e por ela manifesta-se a composição final do espaço nos adros dos espaços religiosos, sintetiza a simbologia da memória dos grupos e suas variações que, ao buscar evidências históricas e identitárias, sobrevive como reconstrução social e cultural das origens africanas e das tradições adquiridas e remodeladas.

A QUESTÃO RELIGIOSA NO PARÁ: UM ESBOÇO DO PERIÓDICO CATÓLICO A BOA NOVA

Raynara Cintia Coelho Ribeiro
nara_ribeiro@ymail.com

PALAVRAS-CHAVE: Igreja, Imprensa, Questão Religiosa, Maçonaria

Este artigo tem como objetivo empreender uma análise em torno da questão religiosa, abordando aspectos relevantes que envolvem desde o papel da imprensa até a proporção que esta crise atingiu no Pará, tendo como fonte o jornal católico A Boa Nova que circulou entre 1871 a 1883, na cidade de Belém. Dando ênfase aos debates a partir da imprensa pela qual ela circula e atingi contornos de pauta central do Império, assim pretendo estabelecer um diálogo entre autores que trabalham com periódicos como, Marialva Barbosa, Tânia Regina de Luca, Beatriz Kushnir, Meize Regina e entre outros, com os autores que se debruçaram sobre esta temática como: Holanda, Santos, Neves, Neto e Hoornaert. Uma vez que, neste período a Igreja Católica utilizava-se da imprensa como seu principal aliado na luta contra a Maçonaria, no qual está usava várias páginas de seu jornal para deferir duras críticas a presença dos maçons nas irmandades e confrarias religiosas, colocados sempre como inimigos da paz, além de serem representados em várias publicações como uma ameaça a ser contida.

As representações dos pecados na Summa Theologica

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira
gattpablo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Summa Theologica, Pecados., Tomás de Aquino

Anteriormente ao período denominado de Idade Média, as questões acerca do que venham a ser um ato pecaminoso já estavam em voga. Os ditames medievais estiveram repletos de discursos teológicos negativos a respeito de certas transgressões, como a condenação do sexo praticado por prazer ou fora da instituição matrimonial, única via em que se era permitido a prática do ato sexual, em que o mesmo deveria estar direcionado apenas para a reprodução. Fora contudo, no movimento chamado de Escolástica e com o seu principal expoente, Tomás de Aquino, que podemos ter a clareza do que classificaram-se como atos pecaminosos no período medieval, assim como a gravidade de cada pecado e a categoria em que o mesmo se encaixa.

Ela deseja a leito: símbolos e metáforas dos devotos de Inanna.

Leonildo José Figueira
leo.hist@gmail.com

Simone Aparecida Dupla
cathain_celta@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: sexo sagrado., Mesopotâmia, Inanna, práticas religiosas

Inanna, a deusa tutelar da cidade de Uruk, na Antiga Mesopotâmia foi uma divindade multifacetada que os autores clássicos gostavam de chamar de deusa da guerra e do amor, no entanto seus atributos e funções foram muito além do sexo conjugal ou dos campos de batalha. Como deusa das práticas sexuais, Inanna exigia tributo para uma de suas características sagradas: o ato sexual. Para os devotos de Inanna o sexo era uma forma de encontro com o divino, uma maneira de obter favores e proteção da divindade, ao mesmo tempo ele era condição indispensável para louvar e honrar a deusa, uma maneira de evocar a deidade. Entre os símbolos relacionados ao coito, o leito foi um dos mais antigos atribuídos a Inanna, ele demarcava um território, representava um limiar, pois era preciso ultrapassar as marcas que o cercavam para adentrar ao espaço sagrado, um espaço também criado para o deleite. A cama era símbolo de uma hierofania, pois nela o Abraço Sagrado de Inanna ocorria, nela a deusa se manifestava em todo o seu poder de estrela do Entardecer, a deusa das práticas noturnas, do coito mágico dos poderes femininos. O presente aborda o simbolismo do leito presente nos mitos, hinos e iconografia da deusa Inanna, sua influência na sociedade e conseqüentemente sua relação com os devotos. Para tanto se utilizou dos conceitos de representação de Roger Chartier, imaginário de Sandra Pesavento, além dos conceitos de sagrado, mito e hierofania de Mircea Eliade.

Feitiçaria nas minas setecentistas: a prática do calundu na Comarca do Rio das Velhas (1726-1800)

Kalinka Brant da Silva
kalinkabrant@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Feitiçaria, Calundu, Comarca do Rio das Velhas

Esta comunicação pretende apresentar o resultado da pesquisa realizada sobre os rituais de Calundu, considerados prática de feitiçaria, na região da Comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, no século XVIII (1726-1800). Utilizando como fonte primária para o desenvolvimento deste trabalho as Devassas Eclesiásticas do Arquivo da Arquidiocese de Mariana, especificamente, os livros de testemunha, procurou-se relacionar o já bastante estudado caso de calundu de Luzia Pinta aos de outros acusados de feitiçaria. Os casos foram agrupados, conforme classificação proposta por Laura de Mello e Souza no artigo Revisitando o Calundu, em calundus evidentes, calundus sugeridos e elementos dispersos do calundu. Além disso, foi possível identificar relações pessoais entre os acusados e seus delatores – embora as devassas tentassem evitar esse tipo de associação, um número inexpressivo de mulheres como testemunhas nas denúncias e, ainda, esboçar o perfil social dos denunciantes. Dessa forma essa pesquisa contribui para a compreensão de que as práticas-mágicas religiosas fizeram parte da vivência da população colonial e muitas vezes foram as formas que as pessoas encontraram para resolver os problemas da vida cotidiana e para se relacionar com o mundo sagrado.

Antijudaísmo na Primeira Cruzada: entre o Kidush haShem e os libelos de sangue

Karla Constancio de Souza
karla.constancio.s@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Kidush haShem, antijudaísmo, libelos de sangue, Cruzada

Em fins do século XI a Europa central foi palco para o surgimento dos primeiros movimentos cruzadistas. A ocasião revelou ânimos exaltados e discursos de ódio contra o outro, mas não apenas em relação aos mouros - chamados infieis - que dominavam a Terra Santa. O Sacro Império Romano-Germânico abrigava, a este tempo, uma numerosa comunidade judia, espalhada por diversas cidades - entre bispados e principados - do Vale do rio Reno. Desta maneira, a nação judaica comum da Europa do Norte autodenominava-se ashkenazi - palavra derivada do yiddish, que significa o judeu nascido em Ashkenaz, a grosso modo, atuais regiões da

Alemanha, França e Inglaterra. Nessas circunstâncias é instaurado o clima de conflito, e aliado a este, também os inflamados discursos antijudaicos de monges itinerantes e representantes do baixo clero da Igreja. A partir desta conjuntura observamos o desencadear das perseguições e massacres sobre as judiarias germânicas, eventos que se consolidaram no imaginário religioso judaico - e mesmo no cristão -, dando origem a uma reinterpretação por parte dos judeus ashkenazi, de preceitos fundamentais da lei judaica. Transformações culturais e religiosas começaram a ser gestadas neste ambiente judaico-cristão das cidades medievais renanas, bem como uma influência mútua entre os dois povos, que culminaram na fundação de uma nova prática religiosa exclusivamente ashkenazi, o Kidush haShem - ou suicídio ritual. Em nossa pesquisa de mestrado, tratamos do legado dessa convergência cultural entre as tradições judaica e cristã e suas implicações tanto para o judaísmo medieval, como para o próprio cristianismo que nesse momento ainda lutava por afirmação dentro da lógica de poder na sociedade medieval. Defendemos que a consequência principal dessa convergência cultural para o cristianismo foi um processo de inversão, ou seja, os setores mais populares desenvolveram a partir do martírio judaico, a noção do assassinato ritual - libelo de sangue - definido, propriamente, como as acusações voltadas contra os judeus, que apareceram de maneira sistemática ao longo do período da Baixa Idade Média, desde os eventos das Cruzadas. De modo a desenvolver nosso objetivo e comprovar nossas hipóteses utilizamos como documentação o conjunto de crônicas hebraicas, escritas aproximadamente entre o final do século XI e a metade do XII, por três diferentes autores, bem como quatro textos latinos de clérigos cristãos que comentaram os massacres na década final do século XI.

Cultura material e historiografia visual: magia e rito na arte contemporânea latino-americana

Henrique Grimaldi Figueredo
henriquegrimaldi@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: arte, Paganismo; América Latina, Rito, Contemporânea

Da plasticidade efêmera e oral do rito pagão aos sistemas religiosos estruturados, uma extensa matéria cultural esfacelou-se, assim, a vocação de alguns formatos religiosos pela tradição verbal culminou em uma dispersão involuntária de suas simbologias representativas,

reduzindo, e em casos mais dramáticos, pulverizando-os em total esquecimento. O debate sobre os paroxismos da identidade –perspectivada como categoria - inserido na realidade pós-moderna tem apontado para uma reestruturação das metafóricas coordenadas sociais que estabilizam o mundo cultural (HALL, 2011), logo, a maior transitividade dos sujeitos culturais e os processos metalinguísticos de tradução – e não mais tradição – da cultura material têm possibilitado o resgate e a releitura de modelos e pulsações culturais em desuso. Para Mauss (1980), toda expressão humana é ensaiada de modo a estabelecer uma interdependência entre os domínios físico, social e psicossocial do elemento humano, ao alinhavarmos tal leitura com os idílios de Blacking (1977) sobre uma primitivização da (atu)ação humana em seu pré- corpo, temos como saldo o conjunto de interações não-verbais como fundamentais à significação do homem a partir de narrativas figuradas e repetitivas, o rito. Doravante, será esta abertura conceitual da identidade e seu potencial de tradução de operações culturais – lê-se aqui religiosas – que possibilitará a incursão de ferramentas até então alheias – a arte - na indenização deste material postergado. O fato psicanalítico em Mieli (2002) assinala que a arte é responsável por reinaugurar a relação do sujeito com o espaço, tanto físico quanto cultural, em que se insere, sendo esta tradução visual da oralidade o elemento chave de reavivamento da prática religiosa pagã. O cipoal quimérico das religiões pagãs – de matrizes indígenas ou africanas – sobre o qual fundamenta-se a construção cultural latino-americana torna-se material base de investigação plástica para estes artistas. Este pequeno encerto pretende comprovar a importância da prática artística contemporânea na elaboração de uma historiografia visual do paganismo místico na América Latina, catalogando e analisando criticamente, portanto, trabalhos como as litografias da cubana Belkis Ayón sobre a cultura Iorubá e Abakuá, a iconoclastia de Luciano Scherer, as arqueologias mitológicas de María García Ibañez, entre outros, cuja produção torna-se significativa e operante na manutenção antropológica da ritualística proto-cristã.

A fé e as incertezas do ano mil: uma análise da cristandade medieval na obra de Georges Duby

Leonildo José Figueira
leo.hist@gmail.com

Simone Aparecida Dupla
cathain_celta@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Duby, Georges, Media;, Idade, Mil;, Ano

Os que viveram a dez ou mais séculos antes de nós, não eram menos inquietos frente aos acontecimentos do mundo e sobre as expectativas futuras. Nesse sentido verificaremos os medos, as incertezas, a fé e as inquietações que faziam parte do cotidiano medieval, especialmente suas impressões e sentimentos em relação à chegada do ano mil, na obra de Georges Duby. No medievo os homens temiam a miséria, o outro, as epidemias, a violência, o além, entre outros tantos medos que ainda não foram superados e podem ser observados na contemporaneidade. Evidentemente não seria possível esgotar todas as questões caras aos temores do homem medieval, pois trata-se de um campo de abordagem e análise bastante extenso, tal como afirmara Duby.

Impressões sobre o manuscrito “Verdadera Informaçam das Terras do Preste Joam”

Vitor Borges da Cunha
vitorbcunha94@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ocidente e Oriente, Preste João, cristianismo etíope

Neste trabalho, abordaremos as impressões obtidas após a leitura e análise do incunábulo intitulado Verdadera Informaçam das Terras do Preste João, escrito por Francisco Álvares, franciscano português, entre as décadas de 1520 e 1540, e publicado em 1540, em Portugal. O texto trata de uma missão portuguesa ao território da atual Etiópia e que, no período, tinha seu senhorio atribuído a Presbítero João, ou Preste João, rei de um reino cristão perdido no Oriente.

Apontaremos, nessa apresentação, três dos variados pontos que nossas leituras nos permitiram refletir. O primeiro ponto que trataremos versará sobre o incunábulo, propriamente: sua descrição física, número de capítulos, publicação e traduções para outros idiomas.

O segundo ponto abordará a noção da localização do território. O local exato desse reino cristão foi um problema na Idade Média: diferentes relatos de viajantes, dos séculos XII, XIII e XIV, divergem sobre sua localização. Porém, nos finais do século XV e início do XVI, os europeus já têm o conhecimento de ser no Chifre da África, devido aos contatos que tiveram com o Oriente no decorrer do tempo e, mais especificamente para a expedição de Francisco, o guia Matheus, que chega à corte portuguesa como um suposto enviado do Preste João que tinha a missão de estabelecer contatos com outros povos cristãos.

O último ponto tratará sobre as diferenças e semelhanças entre o cristianismo europeu e o etíope. Por ser de autoria de um franciscano, o relato está cheio de detalhes das práticas religiosas da população local. Com essas descrições, podemos pensar nas particularidades do cristianismo etíope, suas origens e, também, nas semelhanças que tem com os ritos europeus.

A trajetória das irmãs franciscanas do Coração de Maria em Irati-PR: 1952-1999

Samuel da Cruz Cardoso
samucardoso@live.com

PALAVRAS-CHAVE :Franciscanas em Irati; educação religiosa, escolas religiosas.

O presente artigo busca discorrer a presença do grupo das irmãs Franciscanas do Coração de Maria na cidade de Irati- Pr. Nas décadas de 1950, 60,70,80 e 90. Descrevendo desde a convivência com a comunidade Riozinho em que se instalaram e bem como a educação através da religiosidade, assim também discorrerei sobre a implantação adjunta a escola um seminário para moças. Em decorrência da expansão educacional houve uma carência da implantação ou mediação de grupos mais próximos da educação, caracterizando uma aproximação maior das instituições religiosas que já estavam estabelecidas no ensino da catequização cristã, por vez tomaram a iniciativa de alfabetizar no ensino escolar, assim o Brasil recebe uma leva de imigrantes religiosas que atuavam na educação das famílias abastadas ou não é neste contexto que o papel das religiosas na formação educacional se torna fundamental. Partindo deste viés que será desenvolvido este artigo, contemplando os temas religião, educação escolar, e a presença das irmãs Franciscanas na sociedade desde a formação do grupo em Piracicaba - SP. No qual me utilizarei dos teóricos Bourdieu para compreender a questão da religião, Scott e Perrot para compreender o papel das religiosas.

ST 18 - Desafios e perspectivas da História da Educação no Brasil atual

Fabício Vinhas Manini Angelo

Mestre em História - Doutorando em Educação
FAE/UFMG
fabriciovinhas@gmail.com

Leonardo Ribeiro Gomes

Doutorando em Educação
FAE/UFMG
leorigomes@hotmail.com

Luísa Marques de Paula

Mestranda em Educação
FAE/UFMG
luisadepaulam@gmail.com

Sidmar dos Santos Meurer

Doutorando em Educação
FAE/UFMG
sid_meurer@terra.com.br

Proposta do Simpósio

A História da Educação tem investido nos questionamentos sobre os rumos trilhados pela educação no Brasil, especialmente problematizando temas caros ao debate em torno desse universo, como o direito de acesso à educação e a qualidade da escola pública, as relações de poder (étnicas, de classe, de gênero) e suas implicações em práticas e processos formativos, entre outros. Nesse sentido, o crescimento de pesquisas que ajudam a consolidar e a (re)definir a área de História da Educação, vêm investindo no alargamento da concepção de educação, compreendida como um conjunto de práticas e processos sociais e culturais, provocando, assim, a ampliação das investigações que se voltam para objetos tão diversos como as diferentes práticas de ensino e aprendizagem, a História da constituição das disciplinas escolares e dos currículos escolares, a formação de professores e/ou outros agentes culturais, as práticas de leitura e escrita, as dinâmicas de circulação de impressos e artefatos culturais, além da ressignificação de temáticas tradicionais da história educacional como as políticas educacionais, o investimento público em educação, e a circulação de ideias pedagógicas. Além disso, crescem o número de investigações que se voltam às diferentes

formas de se educar para além da escola, como através da imprensa, da música, do teatro, cinema; e a construção de laços de sociabilidade e redes de sentimentos ligados a relações de identidade e pertencimento mediados por organizações de classe, costumes populares, manifestações religiosas, etc. Nesse sentido, o propósito desse Simpósio Temático é o de, pelo segundo ano seguido, estabelecer um diálogo sobre os sentidos destas diferentes formas de educar, pensadas na clivagem das permanências, rupturas e transições de representações e práticas. Para tanto, pretende congrega pesquisas em torno da temática educacional a partir de múltiplos agentes, recortes, conceitos e metodologias, estreitando os laços e as trocas nos estudos nas Ciências Humanas, em especial no diálogo entre a Educação e a História. Acreditamos, pois, que a articulação entre jovens pesquisadores que se dedicam aos diversos fenômenos indicados anteriormente, assim como aos modos como a educação e as práticas educativas foram apropriadas e representadas pelos agentes históricos e pela historiografia, pode sustentar um debate que nos permite compreender os significados históricos das diferentes formas de se educar no Brasil.

Comunicações

Antigos Problemas, novas questões: A Formação de professores e a Faculdade de Educação entre práticas e representações (1960-1970)

João Victor da Fonseca Oliveira
joaoprates2009@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Faculdade de Educação", "História da UFMG.", "História da formação de professores"

Esse trabalho ocupa-se em compreender as práticas e as representações na formação de professores nas décadas de 60 e 70, na Faculdade de Educação, recém-criada à época. Como possibilidade de pesquisa propomo-nos a pensar as práticas e as representações da formação de professores e as relações dos intelectuais envolvidos na criação da Faculdade de Educação da UFMG e seus respectivos envolvimento com a elaboração de modelos de formação de professores no âmbito da Universidade. Interessa-nos “pensar com o passado” a complexidade envolvida no debate de antigos problemas, que se apresentam em novas questões, interrogando-nos sobre a formação necessária para o exercício da docência. Entender como a Universidade e a Faculdade de Educação elaboraram e formalizaram um modelo de formação de professores na década de 60 e que foi consolidando-se durante a década de 70, corresponde ao objetivo de

investigação desse trabalho. Afinal, como se dava a formação inicial de professores nos primeiros anos de criação da Faculdade de Educação, na UFMG? Quais os sentidos atribuídos à formação de professores nesses primeiros anos de instalação da nova Faculdade? As décadas de 1960 e 1970 trazem consigo uma profusão de interferências que atravessam vários campos sociais, dentre os quais, a Educação. Uma época que respirava os idos da ditadura militar, reações nos mais diversos setores, movimentos sociais eclodindo em todo o território nacional, discussões regionais e nacionais entremeadas pelas Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional, etc. Sobre tal formação não havia consenso, e mesmo identificando pontos críticos, tensionais característicos da convivência e do cotidiano, das disputas, falamos, pois, de práticas e representações, de apropriações e recursos que concorriam e pleiteavam a plasticidade desse conceito, que podemos dizer ter carregado consigo um espaço de experiências e um horizonte de expectativas. Uma concepção que se entrecruzava à cadência em que se formalizavam os currículos, disciplinas, perspectivas metodológicas, instrumentos de ensino etc. Imerso ainda no mosaico de professores, alunos e saberes por meio dos quais se forjaram modelos de formação. Nessas ocorrências percorrem ainda as origens sociais, os destinos profissionais, a formação, a atuação e as formas de organização dos sujeitos envolvidos. Esse trabalho intenta alcançar, enfim, compreensões mais remotas sobre a História da Formação de Professores na Universidade Federal de Minas Gerais.

Percurso da História da Educação Superior Católica no Brasil: O caso da UCMG, PUC-São Paulo e PUC-Rio

Brunno Octávio de Oliveira Luz
brunnowcg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação Católica, Universidade Católica, UCMG

A comunicação que ora apresento resulta de um Projeto de Pesquisa, financiado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas, através do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizada entre agosto de 2014 a junho de 2015. Tal pesquisa já finalizada versa sobre a História da Universidade Católica de Minas Gerais. O referido projeto teve como objetivo pesquisar, elaborar, e fornecer subsídios sobre a história da Universidade Católica de Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, Brasil, tendo como limites cronológicos o ano de 1943, ano de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santa Maria". Tal Faculdade foi a primeira das Faculdades Católicas que se juntariam, sob a tutela da Sociedade Mineira de Cultura, em 1948, para formar as "Faculdades Católicas de Minas Gerais". Além

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

dessa, juntou-se ainda, a Faculdade Mineira de Direito, a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Enfermagem Hugo Werneck. O Conjunto de tais Faculdades foi reconhecida como Universidade Católica, por decreto federal assinado pelo então presidente do Brasil Juscelino Kubistchek de Oliveira, em 1958. De 1958 até 1983, permaneceu como Universidade Católica de Minas Gerais, quando neste ano, recebeu o título de Pontifícia, outorgado pela Sagrada Congregação Católica para a Educação, no Vaticano. A comunicação oferece também um estudo comparativo da idealização e fundação de três importantes Universidades Católicas do Brasil: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, buscando analisar o papel do alto clero brasileiro na fundação destas, assim como a identificação e ligação destas com os Arcebispos das respectivas cidades em que foram fundadas.

Assistência Estudantil na UMG: uma investigação sobre a trajetória dos estudantes pobres

João Marcos Preato Deolindo
jmpreato@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil, Estudantes pobres, Universidade de Minas Gerais

A análise dos relatos das trajetórias de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais, nos seus primeiros anos, contribui para a investigação de histórias de resistência, embora se possa dizer, com alguma certeza, que a instituição tenha desfrutado do título de pioneira no quesito assistência estudantil. Trata-se então de um recorte temporal de cerca de 20 anos (1912 – 1931). O ambiente intelectual, sensível às dificuldades enfrentadas pelos primeiros anos da República, ensejava a busca por alternativas à instabilidade econômica causada pelas políticas de manipulação do preço do café – principal produto de exportação da balança comercial. Era preciso livrar o país da situação de atraso e ignorância na qual se mantinha há séculos, sob a égide do capital mercantil português, como afirmava Florentino e Fragoso. Assim, se a experiência republicana exigia o referendo popular às decisões tomadas sobre os rumos do país, então era preciso combater os assombrosos índices de analfabetismo e pobreza que o assolavam. Não obstante, é sabido que em lugar de um regime democrático de direito, a República trouxe consigo o Coronelismo e o Federalismo, assegurando, por um lado, a permanência do povo na situação de completo alijamento político e social e, por outro, o recrudescimento das assimetrias regionais. Não apenas o acesso ao ensino superior se mantinha restrito às classes mais abastadas como a educação em si consistia um forte símbolo de distinção entre classes. O objeto dessa

comunicação é analisar essas trajetórias a partir de personagens e ações que contribuíram para a consolidação de práticas assistenciais aos estudantes pobres.

Mulher e Educação: A importância feminina na formação normalista em Viçosa-MG (1917-1967)

Monalisa Aparecida do Carmo
monalisacarmo3@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Estado, Mulher

O seguinte trabalho busca compreender a importância da “Escola Normal Nossa Senhora do Carmo” entre 1917-1967 para cidade de Viçosa-MG através da análise de jornais e documentos oficiais referentes ao período. A “Escola Norma Nossa Senhora do Carmo” exerceu papel fundamental para cidade e região, dirigida por Irmãs Carmelitas, manteve-se até 1967, uma escola feminina, o que gera o interesse em compreender a relação dessa instituição formada por mulheres religiosas e a cidade de Viçosa-MG. Cabe ressaltar que o grande recorte estabelecido está diretamente ligado ao período em que a instituição foi direcionada ao público feminino, com um currículo respaldado no Curso Normal, dedicado à elite regional e com o sistema de internato. Para além disso é possível estabelecer uma investigação das relações entre a Escola, a política e suas articulações com a cidade, permitindo ressaltar a importância pedagógica, religiosa, política e social que foram sentidas na Escola e na sociedade. A presença feminina no espaço escolar auxiliaria na formação da moral da pátria. Em um governo centralizado e voltado ao nacionalismo, estabeleceu-se uma maior valorização da figura feminina considerando-a responsável pelo lar. Logo, as mazelas sociais eram fruto de um lar sem a infraestrutura fornecida pela mulher-mãe. Dessa forma, percebemos que além de ocupar o espaço de formação no interior do lar, ela estava presente também enquanto professora, o que a tornaria ainda mais responsável pela moralização.

Desde suas bases a educação esteve relacionada aos interesses do Estado. Diante de um contexto em que a mulher deveria ocupar o espaço do lar ou a religião, as Irmãs Carmelitas procuraram propagar a moral cristã para formação das normalistas. Pensando em tais questões é preciso discutir a quem a História da Escola Normal interessa? Quais são os grupos sociais representados por essa instituição? Até que ponto a população viçosense fez parte da História da instituição?

A influência dos tutores na educação de órfãos em Mariana (1790-1822)

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Leandro Silva de Paula
leandroufop204@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Órfãos, Minas Gerais colonial, Tutores-Tutela

Na América Portuguesa, as Ordenações Filipinas, código de leis aplicado tanto em Portugal quanto em suas colônias, delegavam aos pais responsabilidades e poderes sobre os filhos até que eles completassem 25 anos, se casassem ou então se emancipassem por algum outro motivo. Somente na ausência da figura paterna, é que crianças e jovens eram considerados órfãos. Nesse caso, as Ordenações Filipinas indicavam a escolha de tutores, para serem responsáveis pelos cuidados e pela administração dos bens pertencentes ao órfão. Os tutores nomeados para cuidar desses órfãos tinham diversas obrigações e precisavam prestar contas à Justiça sobre os serviços realizados por eles. Era função dos tutores fazer o inventário de todos os bens do falecido, prestar cuidados relativos à alimentação, saúde e vestuário e oferecer algum tipo de educação a seus tutelados. Ao investigar a educação destinada aos órfãos durante o período de tutela, constatei que, apesar de haver, nas Ordenações Filipinas, a indicação de que os órfãos deveriam receber uma preparação compatível com seu nível social de origem e voltada para exercer um ofício semelhante ao de seus pais, na região das Minas, muitas vezes, havia uma série de fatores e interesses que levavam alguns tutores a escolherem uma educação que ia além daquilo que simplesmente era exigido na lei.

Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o papel e a importância que os tutores exerciam na educação e na inserção social de seus tutelados no termo de Mariana, região pertencente à comarca de Vila Rica (Capitania das Minas Gerais), no final do século XVIII e início do XIX. A proposta é analisar se a educação direcionada aos órfãos era uma estratégia educativa, uma vontade ou influência do tutor, ou estava apenas relacionada às condições socioeconômicas e de nascimento dos órfãos?

Estratégias educativas das gerações futuras entre as famílias das comarcas do Rio da Velhas e de Vila Rica no século XVIII

Fabrcio Vinhas Manini Angelo
fabrciovinhas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: práticas educativas, século XVIII, Bourdieu, estratégias

O presente trabalho busca apresentar uma tipologia das estratégias educativas das gerações futuras entre as famílias das comarcas do Rio das Velhas e de Vila Rica no século XVIII.

A partir de um referencial bourdieusiano, o objetivo do trabalho é compreender os sentidos destas estratégias, principalmente, em relação a busca e manutenção da distinção social. A partir dos testemunhos é possível mapear uma série de estratégias na busca ou manutenção da distinção social, mas o que se pretende aqui é mapear e categorizar as principais estratégias educativas das gerações futuras na busca pela distinção social. Para isto é necessário ir muito além da ideia que temos contemporaneamente de educação como sendo fundamentalmente realizada pela e na escola, pois esta e outras instituições de seus tipos (seminários, internatos, conventos) eram bem menos comuns e em geral restritas a grupos sociais muito específicos. Desta maneira o que se pretende aqui é compreender como a religião, os ofícios, bem como a escola, mestres e professores funcionavam para estas famílias na intenção de educarem seus descendentes.

Aspectos teóricos do estudo de trajetória do intelectual Aurélio Pires: o campo e a sociabilidade intelectuais

Luísa Marques de Paula
luisadepaulam@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Jean-François Sirinelli, Pierre Bourdieu, Intelectuais

A presente comunicação propõe debater as possibilidades de diálogo entre a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, em especial sua contribuição a respeito do campo intelectual, e os trabalhos do historiador francês Jean-François Sirinelli sobre a história dos intelectuais. Para tanto, teremos como eixos principais de debate a questão geracional, bem como as ideias de estratégia e de sociabilidade. Nossa sugestão é a de que, ao contrário do que vem sendo recorrente na produção historiográfica recente, os dois autores apresentam ampla capacidade de conjunção, em particular, se considerarmos a chave da teoria relacional proposta por Bourdieu em diálogo com Roger Chartier. Através do estudo da trajetória do intelectual mineiro Aurélio Pires (1862-1937), iremos contemplar tal discussão teórica, visando colaborar para a produção acadêmica sobre a história dos intelectuais na área da História da Educação. Aurélio Egídio dos Santos Pires foi jornalista, tendo contribuído para mais de trinta periódicos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, ao longo de mais de cinco décadas. Foi também professor e diretor da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, diretor do Ginásio Mineiro, fundador e docente da Faculdade Livre de Medicina de Minas Gerais e diretor do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Tendo em vista seus anos de atuação profissional, que também demarcam o recorte deste trabalho (1878-1937), e que se concentram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, nossa discussão teórica se

aprofunda na questão da constituição de um campo intelectual autônomo no Brasil, cujas características e representações abrem espaço para amplo debate, incluindo o que diz respeito ao ser intelectual (frente aos pares e à sociedade), especialmente se tratando de um intelectual amplamente ligado à docência como Aurélio Pires.

Manoel Bomfim: algumas considerações sobre educação e progresso

Bruna de Oliveira Fonseca

bna.oliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Manoel Bomfim, Educação, Modernidade, progresso

Nascido em Aracaju no ano de 1868, Manoel Bomfim viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Na capital, Manoel Bomfim atuou como jornalista, mas, sobretudo, se dedicou a educação. Atuando em diversos cargos e funções ligados a instrução pública e mesmo quando circulava em outros espaços, como as redações de periódicos e no congresso, a educação era a inspiração de Manoel Bomfim.

Contrariando a intelectualidade de seu tempo, Manoel Bomfim negava a veracidade das teorias racialistas levando diversos pesquisadores a considerá-lo um rebelde e esquecido visto que suas teses não tiveram grande repercussão. Atualmente, Bomfim tem sido amplamente estudado, todavia há um destaque para sua produção intelectual sobre a questão nacional em detrimento a sua faceta como educador. Deste modo, o presente artigo visa a ampliação do conhecimento sobre o Manoel Bomfim enquanto educador e militante da educação. Para tanto, será destacado o entendimento de Bomfim sobre a o papel da educação na formação da nação brasileira a partir do seu discurso O progresso pela instrução proferido na solenidade de formatura da Escola Normal no ano de 1903. Ao discursar para as recém-formadas, Manoel Bomfim além de entusiasmar as professoras pontuou suas expectativas para a educação no Brasil. O referido discurso apresenta o cerne do pensamento de Bomfim sobre o papel da educação, entendido pelo educador como a via possível para o progresso e a inserção do Brasil a modernidade.

A fim de alcançar o objetivo recorreu-se a História Intelectual como norteadora teórico-metodológica. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente aos espaços de poder. Com isso, ressalta-se a importância do estudo de sua trajetória, uma vez que entender a trajetória de vida de Manoel Bomfim pode esclarecer uma série de perguntas a

que sua produção intelectual em si não responde. No que tange a análise do conteúdo, preocupou-se em agregar a este estudo a ferramenta de análise do texto que mescla texto e contexto, a obra com a vida do de seu autor.

Datas Cívicas e Conhecimento Histórico na Belém Moderna (1890-1930)

Rafaela Paiva Costa

rafaelapaivacosta@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Histórico, Primeira República, Modernismo

Entre o fim do século XIX e o início do XX, a Amazônia experimentou um período de grande efervescência cultural, política e econômica. Foram os anos áureos da comercialização do látex e da reestruturação da paisagem urbana de suas principais capitais, Belém e Manaus, aos moldes da belle époque. Essas transformações impulsionaram uma rede de consumo, circulação e financiamento de uma nouvelle art local, atenta aos cânones europeus, mas interessada em expressar contornos próprios. Em busca da brasilidade arquitetada a partir de uma perspectiva regional, a produção cultural da época se voltou para o passado, realinhando sua memória a narrativas históricas mais adequadas às ambições dos novos tempos. Essa história esteve presente na imprensa, institutos científicos e literários e nos estabelecimentos da Instrução Pública, espaços aqui entendidos como partes de uma mesma dimensão política de constituição do imaginário social moderno e republicano na região. A revisão de questões ligadas à pátria, ao povo e à nação levou ao desenvolvimento de narrativas que fundamentaram esforços de pertencimento nacional e regional. Narrativas históricas veiculadas em jornais diários, revistas semanais/mensais, publicações pedagógicas destinadas ao professorado local e manuais escolares, dentre outros meios. Este trabalho busca comunicar uma pesquisa em andamento cujo objetivo principal é analisar o conhecimento histórico escolar e não escolar em circulação na capital paraense entre 1890 e 1930, e sua relação com os projetos modernizadores daquele contexto. O recorte proposto são as comemorações de algumas datas cívicas de expressão nacional e regional: 21 de abril, 13 de maio, 15 de agosto, 7 de setembro e 15/16 de novembro. A abordagem conceitual é a da História Política, principalmente a partir dos conceitos de imaginário social, representações políticas e cultura histórica.

"Ecos" das reformas educacionais: sistemas de avaliação nacional e a criação do Enem

Juliana Miranda da Silva
jumirandasilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, Enem, Reformas, educacionais, educacional

A proposta do presente trabalho consiste em analisar a conjuntura histórica de criação do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, tendo em vista os objetivos contidos em seu documento básico, a criação de um sistema de avaliação nacional e o cenário de reformas educacionais da década de 1990. Além da documentação oficial consoante ao Enem, também serão tomadas como fontes de análise os pronunciamentos realizados por líderes do governo, representantes de universidades e órgãos estudantis veiculados pela grande imprensa acerca da realização desta avaliação. Objetiva-se discutir ainda, as dimensões tomada pelo Enem como ferramenta de acesso à programas governamentais e alternativa aos tradicionais vestibulares.

Tempo escolar e tempo integral: tensões e perspectivas

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
celeste.br@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: TEMPO, cultura escolar, integral

Historicamente, o tempo escolar, assim como a ordenação espacial, faz parte da institucionalização de uma cultura escolar estabelecida com uma função reguladora. Podemos encontrar os indícios da instituição do tempo escolar, no Brasil Império, na transição do ensino individual para o ensino coletivo, que no bojo da expansão do ensino visava economia e racionalidade – ensinar a um maior número de crianças com menos recurso, e menos tempo.

É esse tempo que vai se tornar, no início da república, cada vez mais um tempo escolarizado, reproduzindo nas escolas a organização fabril do capitalismo emergente. Assim como nas fábricas, as atividades passam a ser cronometradas no interior da jornada escolar – tempo das aulas, das atividades físicas, dos recreios – cronômetro que ainda persiste no modo de organização do tempo escolar.

Por sua vez, tem se fortalecido no país, na última década, o debate sobre a ampliação da jornada escolar, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e temos presenciado uma literatura cada vez mais crescente no país que apresenta experiências e resultados de estudos sobre a ampliação do tempo diário – 06 horas ou mais de atividades escolares.

A proposta desta comunicação pretende explorar as tensões que emergem do confronto entre o tempo escolar, historicamente organizado, e outras lógicas temporais que permeiam o cotidiano da escola advindas da ampliação da jornada escolar. A análise é subsidiada por resultados de uma pesquisa que investigou as relações que os sujeitos estabelecem com o saber e o tempo na Escola em Tempo Integral. O campo de pesquisa são seis escolas da rede municipal (03 do campo e 03 da cidade) que funciona em tempo integral, e os sujeitos são estudantes do último ano do Ensino Fundamental.

Os resultados evidenciam uma conformação do tempo escolar, marcado pela universidade e racionalidade cartesiana, que tenciona outras lógicas de organização temporal apresentadas pelos estudantes e por docentes que buscam romper, no cotidiano escolar, com a lógica temporal dos módulos aula de 50 minutos, dos tempos curtos de recreio e de alimentação que acontece no espaço da escola. As conclusões do estudo apontam como perspectivas as “brechas” temporais, de docentes e discentes, que apresentam possibilidades para organização do tempo a mais na escola, e de rompimentos com a organização linear do tempo e com uma cultura escolar que o supervaloriza.

O currículo oculto na prática pedagógica do grupo escolar em Mariana nos anos de 1960

Marilene de Fatima Souza
marif7214@yahoo.com.br

Rosana Areal de Carvalho
rosanaarealdecarvalho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino tecnicista, regime militar, Currículo

A história do Brasil foi marcada por crises de natureza social, econômica e sobretudo, política. Em 1964 assistiu-se ao golpe civil- militar, que refletiu na educação, a qual passou a operar sobre a égide de uma nova organização educacional instituída pela lei de n. 5.692, de agosto 1971, que estabeleceu o sistema nacional de reformas para o ensino de 1º e 2º graus. Esta normatização teve como objetivo instituir uma relação entre a eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. A análise da legislação possibilitou identificar uma prática educacional voltada para a iniciação do trabalho, pois, além das disciplinas curriculares prescreveu a aplicação de uma formação especial direcionada ao ensino de ofícios, além de uma orientação pedagógica conhecida como tecnicista. Assim, busca-se compreender se de fato, a perspectiva de uma pedagogia tecnicista foi efetivada na prática do Grupo Escolar

Dom Benevides em Mariana-MG. Para isso, foi analisado um caderno de plano de leitura para orientação dos professores. Considerando que por meio dessa documentação é possível perceber indícios de uma prática pedagógica que, por sua vez, denunciava a existência de um currículo oculto. Utilizou-se como metodologia a análise da fonte em diálogo com a literatura específica da área, pois, para compreender o ensino tecnicista faz-se necessário refletir sobre o currículo na perspectiva de que diferentes fatores culturais, políticos e socioeconômico contribuem para a definição do mesmo. Nele concentra-se também as ações que não estão explícitas nos planos e propostas, muitas vezes não percebidos pela comunidade escolar, o qual envolve atitudes e valores que são transmitidos na relações sociais, na rotina, nas regras de convivência, no espaço e tempo escolar e na fala.

Práticas de leitura em bibliotecas escolares de Minas Gerais (1907-1940)

Marcus Vinicius Rodrigues Martins
marcusmartins2005@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Escolar, Escola Nova, Minas Gerais, Brasil-Republica

O presente trabalho analisa e identifica algumas praticas de leituras relacionadas à organização, políticas, disciplinamento e projetos nas bibliotecas dos grupos escolares de Belo Horizonte no período de 1907 a 1940. O decurso é marcado por uma profusão de discursos educacionais e políticos que na tentativa de construir um modelo escolar que conformava ideias modernas, republicanas e civilizatórias promoveram reformas escolares. As reestruturações perpassaram os tempos, espaços, práticas e métodos escolares sob as concepções das consideradas novas ciências como a psicologia, biologia e sociologia. Aliado a isso, a necessidade de criação de cidadãos republicanos e civilizados atribuía a leitura, papel especial na instituição escolar, desta maneira praticas e espaços que envolviam a leitura e os livros adquiriam reconfigurações no aparelho escolar, incluindo assim a biblioteca escolar, que a partir dos discursos de educadores e políticos teve um deslocamento do seu lugar no processo de escolarização da leitura. Isto posto, despontam-se práticas que envolviam a biblioteca como: necessidade de criação e frequência nas “aula de biblioteca”; confecção de fichas de leitura; organização do acervo; desenvolvimento de clubs de leitura, busca de fontes de informação como dicionários e enciclopédias; fichários de obras emprestadas, além de projetos que envolviam envio de cartas para autores, inspetores e secretários para aquisição de livros e

atividades que envolviam a leitura oral e silenciosa no espaço. Ademais, os modos e tempos escolares que conformavam ideias higienistas e racionalizadas, respectivamente, adentraram nas bibliotecas escolares estipulando novos usos ao ambiente. Metodologicamente utilizaram-se, dentre os métodos qualitativos, a análise histórica e as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Incluíram-se na documentação analisada leis, decretos, cartas, relatórios de diretoria e inspeção agrupados em livros e códices dentro do recorte cronológico acima citado. Também artigos da “Revista do Ensino”. Conclui-se que a necessidade de escolarização ampla para configuração de um novo cidadão civilizado e republicano perpassou todo o aparelho escolar, incluindo a biblioteca escolar. De modo que houve um reposicionamento do lugar do espaço escolar frente ao processo de escolarização da leitura e que se conformou em suas práticas, modos e tempos o imaginário republicano e modernista, a ascensão industrial, o higienismo e o ideal da “escola nova”.

O papel da iniciativa privada na educação especial no Brasil do século XX

Esther Augusta Nunes Barbosa
augustaesther@gmail.com

Adriana Araújo Pereira Borges
adriana.borges@terra.com.br

PALAVRAS-CHAVE: educação especial, políticas públicas, pioneirismo

Este artigo tem como objetivo principal analisar o papel ocupado pela iniciativa privada no desenvolvimento de ações e de políticas públicas nacionais para a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar ao longo do século XX. Objetivamos também discutir a forma como este processo influenciou a permanência de entidades privadas e filantrópicas centradas na assistência destes sujeitos. Nossa análise está centrada no trabalho desenvolvido por instituições Pestalozzianas e no pioneirismo de atores como Helena Antipoff. Identificamos inicialmente que este processo se iniciou em um contexto em que as políticas educacionais de âmbito nacional ignoravam a existência deste público e as possibilidades que a escolarização formal poderia lhes render.

ST 19 - Ensino de História Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas

Paulo Júnior Debom Garcia

Doutor em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
paulodebom@gmail.com

Larissa Freire Pereira

Mestre em História
Universidade Federal de São João del Rei
larissafreirepereira@hotmail.com

Proposta do Simpósio

O Ensino de História tem ocupado cada vez mais um lugar de destaque nos congressos científicos e na produção historiográfica. A discussão tem se mostrado extremamente enriquecedora por ser um objeto fértil de pesquisa no qual a multiplicidade temática e a interdisciplinaridade tornaram-se pontos de referência. As fronteiras entre os saberes acadêmicos e os saberes escolares são cada vez mais tênues, fato que tem gerado um crescimento do interesse pela área. Diante das discussões sobre a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e o projeto Escola sem Partido, vivenciamos um momento extraordinariamente delicado onde propostas de uma educação inclusiva e emancipadora estão ameaçadas. Faz-se urgente garantir um Ensino de História que prime pela defesa da diversidade, do multiculturalismo, da liberdade de opinião, da crítica às questões sociais e pelo respeito às diferenças. A partir das múltiplas experiências culturais é essencial refletir sobre as estratégias, fontes, linguagens e personagens ligados ao ensinar e ao aprender História, seja em sala de aula ou fora dela, demonstrando não apenas o que está visível, mas também o que foi silenciado. O que propomos debater neste ST tem como ponto de partida a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, entre a historiografia escolar e a historiografia acadêmica e entre a teoria e a prática da sala de aula. As linguagens das práticas pedagógicas, a didática, a formação de professores e sua autonomia intelectual, as políticas públicas, a composição do currículo escolar e a educação para a

diversidade também são focos deste simpósio. Partindo desta multiplicidade que compõe o cenário deste campo de pesquisa, receberemos comunicações que tenham por objetivo abordar as diferentes relações de poder que se encontram presentes nas arenas do Ensino de História.

Comunicações

A inseparabilidade dos saberes acadêmicos e escolares: estudantes da E.M. Anne Frank construindo seu próprio conhecimento.

Luíza Rabelo Parreira
luizarabeloparreira@hotmail.com

Moacir Fagundes de Freitas
freitasmocir13@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: história local., bairro Confisco, Educação básica, protagonismo estudantil, Ensino de História

A presente comunicação visa discutir o projeto “Entre o diário e a HQ: estudantes construindo a história de um bairro”, que viabilizou aos estudantes do 7º Ano da Escola Municipal Anne Frank e à sua comunidade condições de pesquisar, conhecer, criticar, construir e comunicar a história do bairro Confisco (Belo Horizonte/Contagem). Utilizando-se da metodologia da história oral, da análise de imagens, da pesquisa de campo, dentre outras, o projeto tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento do protagonismo juvenil, promovendo uma experiência pedagógica fundada no conceito do educando como sujeito da construção do próprio conhecimento. Assim sendo, como sujeitos que habitam o bairro Confisco e que dão vida à Escola Anne Frank esses jovens pesquisadores buscam conhecer sua história para transformar sua realidade.

Nesse sentido, refletir e agir para a construção de uma sociedade mais igualitária, requer o combate a todo tipo de desigualdade, de inferiorização, de exclusão, preconceito, sexismo, homofobia, racismo e pensamento totalitário. Essa reflexão, bem como sua decorrente ação contribuem para o conhecimento e difusão dos Direitos Humanos, através do estabelecimento de

uma relação entre a escola, a comunidade, a universidade e o Diário de Anne Frank, na promoção e afirmação da memória social e da identidade. Além da adolescência, Anne e os estudantes do Confisco têm em comum o desafio de escrever e contar a própria história.

Entretanto, outra linha nos liga a Anne e seu Diário. Claro que com matizes e gradações diferentes, a situação de exclusão, de opressão, segregação, repete-se de forma atualizada e, mais subliminar. Como se todos os moradores do bairro portassem também uma estrela de Davi. Como se a Belo Horizonte, fosse uma Holanda ocupada, e o Confisco um gueto, um campo... Habitar no Confisco é o suficiente para ser discriminado, é ser vítima de preconceito, ser alvo dos olhares dos seguranças nas lojas. É viver segregado do centro da cidade, é estar à margem. É ser impedido de se apropriar dos lugares e equipamentos públicos por coerção, por constrangimento, por desconhecimento de que é um direito. Vivem no Confisco, na cidade de Belo Horizonte, vários e várias Anne's, confinados, confiscados dos seus direitos. Morre no gueto do Confisco, uma juventude negra que é dizimada cotidianamente, sem tempo de escrever seu diário ou sua HQ.

II Guerra Mundial em perspectiva: temporalidade, consciência histórica e ensino de história

Hugo Garin do Nascimento Lima
hg.nl@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, PIBID, temporalidade, História

No Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – História (UFSJ), os bolsistas desenvolveram uma proposta de oficina sobre 2ª. Guerra Mundial que teve como tema central o holocausto nazista. Foi apresentada na Escola Estadual Dr. Garcia de Lima para os alunos das turmas do 3º ano e na Escola Estadual Gov. Milton Campos para os alunos das turmas de 3º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como metodologia, para a elaboração da oficina, foi utilizado o livro “Diário de Anne Frank” (trecho selecionados que remetem ao período de 1942-1944); o testemunho, do documentário “Human”, de uma vítima francesa do holocausto (Francine Christophe) que passou parte de sua infância no Campo de Concentração Bergen-Belsen; um recorte no filme “O resgate do soldado Ryan” para expor a ação militar no Dia D (6 de junho 1944); a cena final do filme “Ele está de volta”, cujo diretor é David Wnendt; e o poema de Bertold Brecht, “A Cruzada das Crianças”. O objetivo desta intervenção foi

aproximar os alunos de outras temporalidades, por meio dos relatos/fontes (em primeira pessoa), permitindo aos alunos entender que a partir das ações cotidianas os homens fazem a história. Ela possibilitou a observação, no cotidiano escolar, da heterogeneidade existente entre os alunos, de variedade de idades em ambas escolas, e aprender por meio da prática como se realiza a montagem de uma aula e como os alunos a recebem. Os alunos participaram efetivamente das aulas, colocaram-se no “lugar” dos personagens dentro dos seus respectivos tempos históricos e fizeram, os alunos da EJA, uma discussão sobre a possibilidade do retorno de ideias totalitárias ao cenário político atual. Além disso, estudando essa temática foi possibilitado aos alunos um conteúdo que permitiu a reflexão e a crítica, contribuindo para a formação cidadã.

História em Ação: o ensino de história em um jogo

Marina Rocha Guillarduci
marina2765@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: representação, Jogo, Ensino.

O presente trabalho tem como objetivo expor o jogo pedagógico criado pelos alunos do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). O projeto do jogo foi apresentado na Escola Estadual Doutor Garcia de Lima, para as turmas de ensino médio e teve como objetivo incentivar a imaginação dos alunos e entender as representações que os discentes possuem sobre o mundo, os acontecimentos históricos e os participantes dos mesmos. O jogo possui cartas divididas em três períodos históricos (antiga/medieval, moderna e contemporânea) que tem como temas: personagens, acontecimentos e conceitos históricos. Os alunos foram separados em quatro grupos, a cada rodada um discente tirava uma carta correspondente a cor que o grupo estava no tabuleiro, os outros membros ficavam por conta de adivinhar os desenhos e mímicas que o integrante representava. Ao mesmo tempo em que os alunos se interagiram eles aprendiam os conteúdos da disciplina, portanto, o jogo pedagógico conseguiu unir diretamente o entretenimento e o ensino.

Adaptação em HQs: uma análise sobre a condição feminina na sociedade brasileira oitocentista, a partir das personagens de D. Evarista e de Bertoleza

Lo-Ruama Lóring Bastos
loringbastos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História em quadrinhos, adaptação, ensino de História

Este trabalho é o resultado da pesquisa de Mestrado em Educação, que se propôs a investigar as possibilidades educativas do uso de clássicos da literatura brasileira adaptados para a linguagem dos quadrinhos, como metodologia para o ensino de História. A princípio, a ideia foi selecionar uma obra de cada edição do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), distribuída para o Ensino Médio, nos anos de 2009, 2011 e 2013, que abrangesse ao período histórico, do Brasil no século XIX. Porém, em função dos limites de tempo para a realização da pesquisa, da complexidade do tema e da diversidade de produções adaptadas para HQ, foi feito um recorte nas obras que dialogassem com os processos históricos e possibilitassem um trabalho didático junto aos conteúdos do ensino de História. Dos 17 clássicos adaptados, de 2009 a 2013, escolhidas pelo PNBE, selecionamos dois: *O Alienista* (2009) e *O Cortiço* (2011), de Machado de Assis e Aluísio Azevedo, respectivamente. A análise envolve o comportamento da sociedade do Brasil, no último quartel do século XIX, tendo nas personagens de Dona Evarista (*O Alienista*) e de Bertoleza (*O Cortiço*), os objetos de análise das obras. Propusemos refletir sobre a forma como a mulher é representada no contexto da época, as suas condições de vida e relações sociais construídas. Ao refletir sobre o papel social das personagens, ratificamos os possíveis usos das adaptações como elemento para a compreensão dos processos históricos, discutindo questões, como, o feminino, a submissão da mulher, o patriarcalismo, a pobreza, a escravidão, a exploração do outro, a desigualdade social, a injustiça, a ganância, o acúmulo de bens e o suicídio. A pesquisa se apoiou em trabalhos que debatem questões relevantes acerca do uso de HQs em sala de aula, dos quais serviram de base para direcionar e trabalhar os conceitos que nortearam a investigação: história em quadrinhos, adaptação, transcrição e ensino de História. A perspectiva de análise está focada nos códigos visuais e na estrutura narrativa, concomitante ao contexto histórico dos enredos.

Ensino de História no Arquivo Público Mineiro: relatos de experiências

Isabela Rodrigues Silva Ribeiro
isabela.riba@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: visita, cultura., Arquivo Público Mineiro

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar duas experiências de ensino de História no Arquivo Público Mineiro (APM), a instituição cultural mais antiga do estado de Minas Gerais.

Eu trabalho no APM desde 2013 e, ao longo desse tempo, também tive a oportunidade de ser monitora em um curso pré-vestibular e professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro Pedagógico da UFMG. Durante essa trajetória, eu levei os meus alunos para conhecerem o APM, pois a maioria deles não sabia da existência da Instituição.

A primeira experiência foi a visita realizada com os alunos do pré-vestibular (2015), que foi formulada pensando nos “temas relevantes” para as principais provas de vestibular, principalmente o Enem. Os alunos tiveram a oportunidade de ter contato com documentos de diversos assuntos estudados: escravidão, revoltas de escravos, formação de quilombos, organização da administração colonial, Inconfidência Mineira, imigração, Construção da cidade de Belo Horizonte, Revolução de 30, Ditadura Militar, entre outros. Além da visita à Diretoria de Arquivos Permanentes, onde os alunos viram a documentação, ministrei uma aula de história sobre a ditadura militar brasileira.

A visita realizada com os alunos da EJA (2016) também teve como um dos objetivos apresentar aos alunos documentos relacionados aos temas estudados em sala de aula.

O objetivo principal, comum aos dois momentos, foi o de unir a prática docente em História às múltiplas experiências culturais que o ensino dessa disciplina pode proporcionar aos discentes. Além disso, ao pensar o ensino fora das quatro paredes da sala de aula, tive a oportunidade de franquear a esses cidadãos o acesso a essa Instituição centenária.

Ensino de história em museus: a experiência da mediação na formação de professores

Priscila Lopes D Avila Borges
priscila.ld.borges@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores, Mediação, Ensino de História

Este artigo se propõe a examinar o Ensino de História em espaços educativos não formais, especificamente museus, privilegiando a atuação dos mediadores que trabalham como

facilitadores do acesso democrático as exposições, aqui entendidas como construções discursivas deliberadas por um conjunto de forças com intencionalidades capazes de definirem a presença e a ausência de signos a serem captados pelo olhar do visitante.

Nas últimas décadas o número de pesquisas que analisam a educação em espaços não formais teve um significativo crescimento, e o surgimento de projetos pedagógicos museais voltados para o público escolar também ganhou um novo fôlego. Para compreendermos a relação entre as ações educativas em museus e o ensino de história, estudaremos a dimensão educativa da exposição permanente do Palácio Tiradentes, intitulada: “Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro”, com o objetivo de analisar a exposição como estudo de caso para averiguação do impacto do ensino de história em museus, tanto sobre o público escolar quanto sobre os mediadores, neste caso oriundos do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho contempla a apresentação da exposição, sobretudo dos discursos que são construídos pelos mediadores, e os deslocamentos sofridos ao longo de suas jornadas formativas. Para os estagiários, que atuam como educadores, a experiência é uma chance de exercício da docência e do contato com públicos diversificados, que ampliam a formação destes estudantes permitindo que os mesmos desenvolvam práticas no futuro capazes de articular saberes entre o espaço escolar e os espaços não formais de educação na atuação docente. O estágio em museus é aqui entendido, portanto, como uma oportunidade de potencializar a atuação docente, contribuindo para formação de profissionais atentos a polifonia presente no Ensino de História.

Jogo e teias de construção imaginativa no museu

Isabella Carvalho de Menezes
memorebh@gmail.com

Frederico Luiz Moreira
fredmoreir@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: museu, Jogo, imaginação histórica

O estudo apresentado partiu do pressuposto de que o uso de jogos relacionados a acervos de museus, cujas tramas sejam escritas por estudantes, apresenta o potencial de neles instaurar predisposições favoráveis para o desenvolvimento da imaginação histórica. E apresenta, ainda, o potencial de instaurar, na visita ao museu, a dimensão fortuita dos processos de conexão,

significação e prazer. Colocamos em prática uma estratégia que alterou as condições usuais da relação entre os estudantes e o Museu do Ouro (Sabará, MG), diferente da habitual visita guiada. A metodologia empregada constituiu na realização de um Painel de Discussão, com especialistas, a fim de obter sugestões de temas silenciados na narrativa do museu, para a posterior construção de cartas indutoras da imaginação histórica, pela pesquisadora. Por último, foi feito convite a um pequeno grupo de alunos para criar, a partir do emprego das cartas, a trama de um jogo transcorrido nas minas setecentistas. A análise da implicação dos alunos na proposta permitiu-nos identificar a ampliação da empatia em relação ao museu e a aproximação do modo de construção do conhecimento histórico, fundamentalmente narrativo.

Entre recortes, pontos e costuras: História, ensino e indumentária

Paulo Júnior Debom Garcia
paulodebom@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: ensino de História., Vestuário, moda

O vestuário é um tema pouco valorizado pelos historiadores. A concepção de que se trata de um assunto pouco relevante está ligada ao que Roland Barthes chamou de o mito comercial da moda, ou seja, a construção das aparências por meio dos trajes é considerada pela maior parte dos professores como algo fútil. Decerto, seria leviano negar que a indumentária está atrelada à cultura de consumo. Porém, ficar preso a este ponto é ingênuo. As vestes abrem trilhas para leituras que circulam pelas mais diversas esferas da História. Como trazer para a sala de aula o seu estudo? Um dos caminhos é a interface entre diversas fontes: pinturas, caricaturas, textos de jornais, poesias, etc. Esta comunicação visa investigar as possibilidades de se trabalhar a história das vestimentas em sala de aula por intermédio do entrecruzamento entre diferentes tipos de documentos.

Memória do ano, memória do futuro: um relato sobre um curso de literatura

Paulo Roberto Barreto Caetano
paulorcaetano@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Literatura contemporânea, Literatura marginal, Memória

A comunicação será um relato de como foram determinadas aulas de literatura na terceira série, numa escola pública de Belo Horizonte, em 2016. Tendo como conteúdo programático no segundo semestre a literatura marginal e a (que foi chamada de) literatura contemporânea, as aulas procuraram relacionar o contexto histórico com textos literários, bem como com manifestações artísticas de outras naturezas (como a música, as artes plásticas), ensejando assim um aprendizado que não hierarquiza o texto literário em detrimento de outras linguagens (cf. Eneida em “Crítica Cult”). A literatura (tida como) marginal procurou lidar com a repressão do momento, o que levou parte “lado progressista”, por assim dizer, a usar de estratégias distintas – o que abre espaço para discutir a atuação de grupos de resistência (nos diferentes espectros que ela pode ter). No que tange à literatura contemporânea, a comunicação pretende expor como foi o trabalho com o livro “Relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski (cujo enredo trata basicamente do pai em busca da filha, Ana Rosa Kucinski, na década de 1970), à luz de Adorno, Benjamin e Gagnebin, autores que permitem pensar a memória como algo ativo, a ser constantemente trabalhado, a fim de que se estabeleça um futuro mais incluyente. Por fim, a comunicação irá expor como a ocupação (contra a PEC), na referida escola, foi trabalhada na disciplina, e que diálogo esse movimento permitiu com a resistência da segunda metade do século passado.

Teatro do oprimido: poéticas políticas e prática docente

Rodrigo Brito Santos

rodrigo_britopl2@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: pedagógica, Teatro, Ferramenta, Oprimido; Opressão

Esse texto tem como objetivo relatar as atividades e as reflexões feitas na oficina de Teatro do Oprimido que aconteceram durante a VII Semana de História – UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) em setembro de 2016, mostrando um paralelo entre reflexões artísticas e sociais, onde a arte deixa de ser vista como uma imitação da vida e começa a ser um agente transformador da mesma, assim o teatro não é tomado apenas como um meio de entretenimento e se transforma em ferramenta de participação política e também uma importante ferramenta pedagógica. Através de jogos, oficinas, improvisos e conversas, em três dias foi

observado pontos do nosso convívio social em que reproduzimos opressões, mas a normalização das atitudes repressoras caminha de maneira tão ordenada que não refletirmos como nós mesmos em meio as nossas pequenas instancias de poder vez ou outra também somos opressores e vitimas. O Teatro do Oprimido (T.O) parte do pressuposto que todos têm a capacidade de serem agentes transformadores, mas isso requer menos fala e mais ação, ou seja, menos ideias de como deveria ser, e mais práticas, testando os caminhos possíveis. Isso implica diretamente em nossas reflexões acerca do papel do professor, e também em nossas práticas docentes, tendo em vista que o domínio das técnicas provenientes do teatro podem ser levadas para diversos locais, inclusive a sala de aula, ajudando os graduandos e jovens professores a terem um maior repertório corporal e metodológico para lidar com as diversas situações que aparecem em sala de aula, pois o trabalho com o teatro mexe não só com as técnicas de fala e interpretação, mas com autoconfiança e desprendimento, algo muito necessário para recém graduados. Outra grande colaboração do T.O é que ao mostrar caminhos de diálogo que possam ser trilhados prezando por igualdade, horizontalidade e não hierarquização em nenhuma instancia e levando isso para o cotidiano da sala de aula será possível formar uma aprendizagem de cunho mais significativo e crítico. Através de um pequeno questionário de sondagem aplicado após a realização das oficinas aos participantes entendemos melhor os ganhos que trabalhos com Arte e o Teatro especificamente pode trazer para a prática desses graduandos, futuros jovens docentes.

Revista Nossa Escola: o uso dos meios midiáticos para o ensino de História

Marlon De Oliveira Gouvêa
longouvea@gmail.com

Marina Rocha Guilarduci
marina2765@yahoo.com.br

Ana Luisa Lima Grein
analuisagrein@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Revista, educomunicação

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto denominado “Revista Nossa Escola” iniciado em 2015, realizado pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em duas

escolas: Escola Estadual Doutor Garcia de Lima e Escola Estadual Governador Milton Campos. A revista tem como alicerce enaltecer a representação dos alunos por meio da produção de textos escolares orientados por oficinas, trabalhos e projetos correlacionados com o PIBID e toda comunidade escolar. O processo de edição e confecção da revista tem apoio de professores e pibidianos de outras áreas, bem como voluntários especializados em diagramação. O projeto, que está em sua 3ª edição, foi moldado para a plataforma online respaldado dentro da discussão acerca da modernização dos meios de comunicação. Dispõe em seu conteúdo textos opinativos, históricos, entrevistas (história oral); fotografias e oficinas (história em quadrinho, jogo feito pelos pibidianos, ilustrações) e também engloba o trabalho com sugestões fílmicas e musicais. O trabalho de divulgação e discussão abarca os ambientes escolares por meio de apresentação a seu corpo institucional e alunos, espaços acadêmicos como congressos, grupos de estudo, seminários e eventos em gerais e também com uma parceria com o projeto de Educomunicação do jornalismo. Finalmente, nossa pretensão frente ao trabalho é fazer com que os alunos produzam o conhecimento dos seus mais diversos gêneros e se apropriem tecnicamente da forma de produção e de publicação, integrando também ao corpo de confecção da revista a fim de aprenderem também todo seu processo.

Música, redes e movimentos sociais: uma abordagem para a educação escolar

Rúbia Carla dos Santos Dias
rubia.carlasd@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: música, escola, Fontes, Movimentos sociais, Fundamental, Ensino de História

O seguinte trabalho apresentará uma experiência didática e abordagens sobre o ensino de história e as diversas fontes que o professor pode usar dentro de sala. O trabalho foi realizado numa escola da rede pública de Belo Horizonte para alunos do ensino fundamental. Os principais problemas se dizem respeito à relação da música com movimentos sociais e como os novos meios de comunicação podem ajudar na propagação de ideias entre o público jovem.

Curso GeoHistória e Cinema: Relato de experiência na EJA do Complexo Penitenciário da Escola GPA.

Lenon Augusto Luz de Moraes
lenonalm@yahoo.com.br

Priscilla Hermisdorf De Souza
geocillahs@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: cinema, interdisciplinaridade, EJA, ressocialização

Esta comunicação livre tem por objetivo relatar as experiências didáticas e pedagógicas vivenciadas no curso de cinema, ministrado de forma interdisciplinar, entre a Geografia e a História. O curso "GeoHistória e cinema" possui a finalidade de auxiliar na ressocialização do aluno privado de liberdade, observando a pluralidade cultural presente no sistema prisional e debater temas como: Racismo, tolerância, segregação racial e a valorização do trabalho doméstico através do filme Histórias Cruzadas. Existe também o compromisso de observar as permanências presentes no processo histórico, trazendo, juntamente com a geografia, os desdobramentos das lutas pelos direitos civis dos negros nos anos da década de 1960 nos Estados Unidos. Assim busca-se assimilar essas lutas e as condições de trabalho das empregadas domésticas, presente no filme, a realidade do trabalho doméstico no Brasil do século XXI.

Entre o escrito e o ensinado: rede municipal, nível fundamental e ensino de história local na cidade de Sabará/MG

Sérgio Augusto de Lima Júnior
junior.historia@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: história local, prática pedagógica organização curricular., Ensino de História

O presente trabalho realizou um estudo de forma introdutória sobre o ensino de história local na cidade de Sabará/MG, tendo como objeto de estudo as escolas públicas municipais da cidade que oferecem o ensino de história de nível fundamental, em seus últimos anos (6º ao 9º ano). Seu objetivo foi analisar as relações existentes entre o “escrito” e o que de fato é “ensinado” aos alunos. E também se de fato há uma valorização deste tipo de prática pedagógica (história local), no currículo oficial da disciplina de história fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), bem como, no exercício deste tipo de prática pedagógica por parte dos professores de história que atuam no município. Além de considerar a prática pedagógica dos professores de história que lecionam a disciplina, utilizamos como fonte de pesquisa o documento oficial do município, o Plano Curricular de Ensino de História, cedido pela SEMED

(Secretaria Municipal de Educação). Outros documentos elaborados pelo poder público também direcionaram os passos dessa monografia, dentre eles podemos citar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN- 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's - 1998). Procuramos também coletar informações junto aos professores integrantes às escolas selecionadas, através da aplicação de um questionário estruturado em vinte perguntas abertas. Tal propósito justifica-se no objetivo de mapear e cruzar informações entre o currículo oficial e a prática pedagógica de história local referente ao ensino de nível fundamental das escolas municipais escolhidas, no sentido de nos oportunizar perceber traços de aproximação e de distanciamento entre o escrito (currículo oficial) e o ensinado na sala de aula. A partir da interpretação destes dados, promovemos um diálogo entre ensino de história e história local no sentido de introduzir importante temática a ser desenvolvida em sala de aula por permitir novas possibilidades na construção do saber e da formação cidadã e crítica do aluno. A escolha da cidade de Sabará/MG recaiu pelo potencial do município em ser um espaço privilegiado para a prática pedagógica da história local tendo em vista se configurar como emblemática “cidade histórica mineira”. A importância deste estudo nos permitiu observar que o ensino de história local permite a aproximação dos conteúdos didáticos à realidade social do aluno, integrando-se às suas experiências e vivências cotidianas.

Ecologia, Geografia e História nas paisagens da Apa Carster de Lagoa Santa - MG: o potencial pedagógico interdisciplinar das abordagens em turismo escolar no Parque Estadual Vale do Sumidouro e adjacências.

Vagner Luciano De Andrade
trezeagosto@yahoo.com.br

Sergio Augusto De Lima Junior
junior.historia@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: pedagógicas;, Relações, Viagens, escolares;, Ensino, História;

A região do Sumidouro é uma paisagem de calcário ancestralmente ocupada pelo Homem de Lagoa Santa, no entorno dos povoados de Fidalgo, Lapinha e Quinta, entre os municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo. Protegida em grande parte pela APA Carster de Lagoa Santa é uma área extremamente importante para o povo brasileiro, se considerada a importância dos achados arqueológicos, para a reconstrução do cenário pré-histórico nacional. A localidade

abrange terrenos cársticos do Grupo Bambuí, com ocorrência de várias grutas calcárias, sendo que algumas delas apresentam pinturas rupestres. A região de Lagoa Santa possui renome científico pelos inúmeros estudos empreendidos por Burmeister, Burton, Lund, Reinhardt e Warming. Foi nesta região que o Doutor Peter Lund descobriu o maior número de ossadas humanas, lhe permitindo inaugurar a discussão sobre a origem do homem pré-histórico. Fernão Dias Leme se estabeleceu na região da Quinta do Sumidouro, a procura de ouro e pedras preciosas, trazendo uma bandeira com aproximadamente cinco mil pessoas. O Sumidouro é, portanto, um dos quatro primeiros povoados fundados no estado. A Capela do Rosário, de 1676 e tombada em 1976 é um típico exemplar da arte barroca mineira do século XVII com altar esculpido em madeira e atribuído ao arquiteto e escultor Aleijadinho. A Casa de Fernão Dias Paes é um prédio com arquitetura típica da segunda metade do século XVII, que serviu de apoio à mineração no Rio das Velhas, por volta de 1701. A edificação tem paredes laterais em pau-a-pique, a frontal em adobe e as janelas em canga, demonstrando reformas na casa em diferentes épocas. Um dos antigos proprietários solicitou na época o tombamento e recuperação para posterior implantação do Museu do Bandeirante, onde seriam expostas documentos, ferramentas, móveis, réplicas em cera e objetos do período. O espaço ocupou a sede do Centro de Referência Patrimonial do COPAM. Lagoa Santa é uma região de tamanha relevância, que na década de 1950, foi indicada como área potencial para se tornar um parque nacional. O presente trabalho aborda no contexto das viagens escolares, as relações históricas construídas no vale do Sumidouro e sua importância pedagógica para o ensino de Brasil Colônia, e da Pré-história de Minas Gerais. Aborda brevemente a ecologia, a geografia e a história das paisagens do Parque Estadual Vale do Sumidouro, na APA Carster de Lagoa Santa – MG, enquanto potencial pedagógico interdisciplinar para o turismo escolar.

Da cidade descrita e representada à história da cidade: utilização da História Temática como metodologia para o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos.

Meiriele Cruz
cruzmeiriele@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Representação da cidade, Educação de Jovens e Adultos, História Temática

Este trabalho consiste no relato de uma sequência pedagógica desenvolvida nas aulas da disciplina de História, a partir da metodologia da História Temática, com os educandos das turmas concluintes (referentes a 8º e 9º ano do ensino fundamental) do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos do Centro Pedagógico da UFMG. O tema escolhido foi a história da cidade de Belo Horizonte. Os educandos ao longo das atividades propostas foram motivados a representar, relatar memórias e identificar espaços da cidade que frequentam e/ou gostariam de frequentar e que são marcantes em suas vidas. Objetivou-se com as atividades que os educandos compreendessem que as cidades são construídas por meio das interações entre pessoas e espaço. Para tanto, foram desenvolvidos trabalhos de campo, rodas de conversa, produção de textos e aulas dialógicas nas quais os educandos expressaram e produziram memórias sobre a cidade de Belo Horizonte. A expectativa foi que os educandos ao descreverem e representarem a cidade de Belo Horizonte em paralelo ao estudo da construção e desenvolvimento da capital, questionassem os significados da cidade em suas vidas fomentando tanto a (re) criação de laços entre os sujeitos e a cidade, quanto, e por isso, o sentimento de responsabilidade pela organização/administração do espaço urbano.

Formado em História. E agora? Desafios e perspectivas do mercado de trabalho no Brasil

André Ricardo Barbosa Duarte
historiadoresprofissionais@gmail.com

Paula Ricelle de Oliveira
historiadoresprofissionais@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: historiador, mercado., regulamentação da profissão

Atualmente, grande parte das pesquisas no Brasil que abordam o ensino superior em História se faz pelo viés da formação de professores, sendo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em História (Parecer nº 492/2001 – CNE/CES) a licenciatura é uma das especificidades do exercício do trabalho do graduado (a) em História, porém não a única. Quando se pensa na questão do mercado de trabalho para o bacharel em história, a proporção de pesquisas que abordam esse tema é ainda menor. Não é para menos que a demanda de egresso nesse curso vem diminuindo gradativamente no Brasil . O curso de História vem se tornando pouco atrativo para os jovens, não só pela precarização da condição de

trabalho dos docentes , sobretudo nas redes públicas de educação básica, mas também pela restrita demanda do mercado para os portadores do diploma de bacharel. Assim, esta comunicação tem por objetivo discutir o ofício do historiador (a), tendo em vista as demandas e atuação desse profissional no mercado de trabalho. Também será abordada e discutida a trajetória e memória do Projeto de Lei nº 4.699/2012, tramitado nas instâncias legislativas, que tem o objetivo de reconhecer e regulamentar o trabalho do historiador (a), logo os espaços de atuações. À vista disso, será apontado que o ofício do historiador (a) vai além da carreira docente, e que há espaços no mercado que permitem a esses profissionais exercerem suas funções e ampliar o leque de atuação.

Qual o lugar do Gênero, da Sexualidade e das Relações Raciais no Ensino de História?

Kelly Morato de Oliveira
kellymorat@gmail.com

Camila Neves Figueiredo
camilanfigueiredo@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, raça, História, Ensino, sexualidade

Em tempos que livros que abordam a sexualidade são rasgados e descartados e que a lei que tornava obrigatória o ensino de história e cultura afro-brasileira é revogada, qual o lugar do Gênero, da Sexualidade e das Relações Raciais no Ensino de História? A percepção que se tem é de que o Ensino de História na educação pública brasileira é um campo que ainda silencia muitos personagens e temas importantes para a construção do conhecimento crítico do aluno.

O Ensino de História praticado nas escolas do país nos oferece uma versão hegemônica e dos vencedores, que é em sua grande maioria branca, masculina, heterossexual, rica e privilegiada. Os esforços, que têm sido mobilizados durante décadas, para a construção de um ensino emancipador e que tenha em pauta a diversidade de culturas, o respeito às diferenças e que seja indissociável das questões políticas, vêm sendo colocados em risco nos últimos tempos. Propostas como da “Escola Sem Partido” e a Reforma do Ensino Médio limitam o papel do professor na construção do conhecimento e excluem temas importantes e imprescindíveis de serem trabalhados não somente na disciplina de História, como em outros campos de conhecimento e no espaço escolar como um todo. As ameaças que essas propostas trazem nos

alertam para a necessidade de repensar o Ensino de História, fazendo dele uma prática que não tenha uma preocupação somente com o conteúdo, mas também com a formação política e social dos alunos.

Nesse sentido, é importante pensar em práticas que podem ser adotadas para que o Ensino de História aborde questões raciais, de gênero e sexualidade, fazendo com que o conteúdo histórico ensinado estabeleça relações entre diferentes períodos e que dialoguem com a realidade dos estudantes. É necessário romper com o Ensino de História positivista, excludente e que pouco valoriza os alunos como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Sob as perspectivas de autores como Pierre Levy, Henry Wallon e Michel Foucault, nossa Comunicação busca apresentar a importância do ensino e da aprendizagem desses temas; a reflexão das relações de poder contidas na sociedade e que promovem o silenciamento dos temas que delimitamos aqui; as alternativas que podem nortear os trabalhos do professor de História, nesse sentido, e os desdobramentos possíveis que o trabalho dos temas propostos podem promover a partir do Ensino de História.

O ensino de história da África no Brasil como história pública e oral

Márcio Eurélio Rios De Carvalho
EURELIO2@BOL.COM.BR

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia social da memória, História Oral, História da África

Nossa exposição será no sentido de demonstrar que a história das comunidades negras ou terras de preto, remanescentes de quilombos pode se tornar um locus privilegiado para se recuperar narrativas de vida – histórias pessoais (privadas) e coletivas (públicas), capazes de dar visibilidade e autonomia aos sujeitos históricos delas pertencentes, sobretudo através de sua própria produção e divulgação, por meio do que se convencionou chamar história oral pública. Ouvir as histórias de vida dessas comunidades pode fazer com que se rompa de vez com o olhar etnocêntrico e eurocêntrico que permeia o currículo escolar e ajude a dar-lhes visibilidade. É inegável o potencial das “aplicações da tecnologia digital e da internet para ampliar a participação de indivíduos e comunidades (provenientes de tradições orais e/ou excluídas socialmente) na produção de conteúdos que venham a fazer parte da memória social” (WORCMAN, 2013, p. 151). Embora sejam importantes o registro e preservação (digital) da memória desses grupos para fortalecer suas identidades e diversificar as memórias em nossa sociedade, é preciso criar

mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento. A “Tecnologia Social da Memória”, como “um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 11), pode ser a melhor e mais adequada estratégia para registro e preservação (digital) da memória desses grupos, de modo a fortalecer suas identidades. Essa “tecnologia prioriza as histórias de vida como forma de construção da história de um grupo” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 41) e pode servir como baliza principal do resgate das histórias de vida das comunidades negras rurais ou terras de preto em Minas Gerais no século XXI.

O letramento a partir do ensino da cultura afro-brasileira

José Leandro Peters

joseleandropeters@yahoo.com.br

Pauline Mara e Silva

pauline_mara@yahoo.com.br

Rafaela Andrade Savino de Oliveira

rafasavino74@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: afrobrasileira., Ensino, Cultura, de, História;, letramento;

Nesse trabalho pretendemos apresentar à comunidade acadêmica e colocar em debate uma proposta pedagógica diferenciada que vem sendo colocada em prática em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Juiz de Fora. O projeto intitulado Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (CEABI - Álvaro Lins), iniciado em abril de 2016, tem promovido um auxílio no letramento de alguns alunos entre 11 e 14 anos da periferia de Juiz de Fora, tendo como eixo temático a cultura afro-brasileira e indígena. O projeto surgiu da constatação de que alguns alunos poderiam atingir um desenvolvimento cognitivo para além do que vinham apresentando desde que fossem estimulados para tanto. Pensou-se então em proporcionar a eles o contato com textos literários sobre um assunto que obrigatoriamente deve atravessar a sala de aula e pouco tem sido valorizado no cotidiano dessa escola. O projeto consiste na reunião semanal entre um número limitado de professores e alunos para discutirem textos previamente selecionados e lidos. Esses encontros têm se mostrado extremamente frutíferos, na medida em que os alunos têm contato com gêneros textuais variados e, para além da compreensão dos temas trabalhados, eles adquirem e aprimoram habilidades de leituras variadas (filmes, imagens, músicas,

histórias em quadrinho, textos acadêmicos, textos literários, poemas, oralidade) e têm se mostrado interessados nos debates. Pretendemos que esses alunos tornem-se leitores atuantes e difusores dos temas discutidos nesses encontros, podendo interferir diretamente no cotidiano escolar, não só em sala de aula, durante as variadas aulas que direta ou indiretamente perpassam pelos temas trabalhados, mas também por meio de uma ação direta, promovendo eventos que mobilizem toda a comunidade escolar. As atividades práticas em que os alunos são incentivados a produzir algum material sobre os temas debatidos têm nos mostrado as potencialidades variadas desse projeto: ensino de história, de geografia, de sociologia, de língua portuguesa e até mesmo de raciocínio lógico, enfim, uma educação, de fato, humanística. O projeto tem contribuído para que esses alunos atinjam uma educação significativa, desenvolvendo a capacidade de ler e interferir no mundo em que vivem.

Diversidade cultural e pluralidade racial

Rosemary De Jesus Santos
rosedeala@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: diversidade, Lei 10.639/2003, Ensino de História

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, por meio da Lei 10.639/2003, destaca a importância da construção de um novo olhar, no que diz respeito ao ensino de história(s) e culturas africanas e afro-brasileiras. Neste Estado da Arte sobre a Diversidade Cultural e a Pluralidade Racial, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção do material, orientando o trabalho para a temática: Educação étnico-racial no ensino de História.

Os itinerários de pesquisa foram realizados através do Simpósio Nacional de História ANPUH, os eventos ocorridos em 2011 (www.shn2011.anpuh.org), em 2013 (www.snh2013.anpuh.org) e em 2015 (www.shn2015.anpuh.org) dos anais do ENPEH, Encontro Nacional dos Pesquisadores em Ensino de História nos eventos de 2012 (www.fe.unicamp.br) e 2015 (www.fae.ufmg.br/perspectiva2015) e das revistas eletrônicas “História e Ensino” e “História Hoje” e pesquisas nos sites da CAPES e CNPQ.

Resistências fabuladas: de que modos as estratégias de resistência de artistas mulheres podem afetar o ensino de artes?

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Ensino de artes, estratégias de resistência, arte

Tendo como escopo a intersecção arte, estudos de gênero e ensino de artes, o presente estudo propõe-se a problematizar algumas estratégias de resistência ativadas pelos trabalhos de artistas mulheres, entendendo que estas estratégias podem constituir-se em um possível modo de produção de subjetividades de gênero no ensino de artes visuais escolar. A partir de um horizonte teórico-metodológico composto pelas investigações de Michel Foucault e por autoras feministas pós-estruturalistas (Judith Butler, Joan Scott, Beatriz Preciado, entre outras), este artigo enseja pensar alguns aspectos da produção das artistas brasileiras Berna Reale, Beth Moysés, Rosana Palazyan e do coletivo argentino Mujeres Públicas. À luz das táticas criativas presente nos trabalhos dessas artistas, objetiva-se fabular estratégias de resistência como uma possível abordagem da problemática gênero no ensino de artes visuais. Para tanto, têm-se a constituição de um breve panorama de como as questões de gênero têm sido articuladas ao campo artístico, em referência às pesquisas desenvolvidas por Patricia Mayayo, Griselda Pollock, Linda Nochlin, entre outras. De modo semelhante, o artigo argumenta ligeiramente sobre alguns atravessamentos de gênero na educação escolar, considerando, especialmente, as relações de força que têm se estabelecido num cenário recente, em diálogo com as produções de Fernando Seffner, Guacira Louro, Dagmar Meyer, Jimena Furlani. E, ainda nesse sentido, com foco direcionado ao ensino de artes visuais, trata-se de justificar a urgência dessa discussão nesse âmbito, de modo solidário a alguns pesquisadores que têm se empenhado a ela (Luciana Loponte, Andrea Coutinho, Belidson Dias, Marian Cao), os quais apontam alguns desafios, impasses e potências que emergem desse debate.

Um passado longo: algumas considerações sobre ensino de história Antiga e Medieval

Petrus Lucchesi Moreira
petrus_1996@hotmail.com

Ricardo Vicente da Cunha Junior
junior.ricardojf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Medieval, Antiga, Ensino de História

"Para que estudar isso?" É a partir desse questionamento que esse trabalho surge para trazer reflexões sobre o ensino de história, de forma mais específica neste trabalho, o ensino de história antiga e medieval. Partimos do pressuposto de que esses dois recortes historiográficos são as maiores "vítimas" da pergunta acima. O olhar do educando e de pessoas no geral sobre esses dois períodos históricos é um olhar pautado na curiosidade, sobretudo quando tratamos da mitologia grega e romana, e um olhar simplista e reducionista, considere a famosa ideia da "Idade das Trevas", quando aprendemos sobre história Medieval.

Nesse sentido nos propomos a refletir qual a necessidade de se estudar esses dois períodos históricos, tendo em vista que a História se constituiu enquanto um movimento de rupturas e permanências, sendo assim fundamental compreender os processos históricos. Para essa compreensão é necessário a formação de uma consciência histórica formulada a partir do que Marc Bloch elucidou como "sensibilidade histórica".

Aquilo que Bloch vai chamar de "exercício de erudição" (o acúmulo de fatos isolados e desconexos) não pode ser o foco da disciplina histórica na educação. A educação deve servir, em primeiro lugar, para uma formação integral do indivíduo que compõe uma sociedade. Sendo assim, como podemos utilizar a história para preparar o indivíduo para a vida em sociedade? A ideia do sujeito enquanto agente social, inserido em um contexto espacial e temporal e a compreensão dos aspectos socioculturais deve ser trabalhada no campo da história com essa finalidade.

A história deve ser usada para estimular a compreensão do aluno acerca das construções sociais que existem ao seu redor, construções essas, que muitas vezes podem ser prejudiciais para o bem estar da comunidade, como aquelas pautadas em preconceitos. Estas temporalidades que tratamos como se fossem um passado "mais passado", as quais exploramos no presente trabalho, podem ser facilmente usadas nesse sentido. Por exemplo, o conteúdo que abarca o Império Árabe, no que compreende a Idade Média: é um fato comum e conhecido os homens árabes se casarem e manterem relacionamentos com mais de uma mulher. Para um aluno brasileiro, acostumado com sua própria cultura, pode ser difícil compreender as relações matrimoniais do mundo islâmico, e é nesse momento que a disciplina histórica deve agir na formulação de uma consciência histórica e desenvolver no educando a ideia da sensibilidade histórica.

Os obstáculos epistemológicos no ensino de história: a aprendizagem dos conceitos históricos

Carlos Eduardo Feijó De lima
feijocadu@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: obstáculo epistemológico, conceitos históricos, ensino aprendizagem

O presente artigo tem objetivo apresentar o processo de aprendizagem dos conceitos históricos. Desta forma, a partir do conceito de obstáculo epistemológico de Bachelard (1996) espera-se demonstrar um das causas para a dificuldade de alunos de educação básica, na aprendizagem de conceitos históricos ou como "pensar" historicamente. Assim, compreender o conceito, para Schmidt (1999), não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o aluno na sua interpretação e explicação da realidade social.

Debates em torno da construção do currículo de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Belo Horizonte

Luísa Parreira Kattaoui
luisakattaoui@pbh.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, ;, Ensino Fundamental, Ensino de História

A proposta desta comunicação é analisar o processo de construção do currículo da disciplina de História para anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) desenvolvido durante o ano de 2016 com professoras de uma escola municipal de Belo Horizonte. Foram promovidos dois encontros de professoras de História do primeiro e segundo ciclos com presença de profissionais de quatro escolas. Foram promovidos pela equipe de Acompanhamento Pedagógico da qual eu participava e em parceria da UFMG. Nestas oportunidades, foram discutidas as referências das Proposições Curriculares da Rede Municipal, os Direitos de Aprendizagem do PNAIC e os livros didáticos utilizados na Rede. O produto maior desses encontros foi a construção coletiva dos conteúdos que seriam trabalhados em cada ano, a partir de títulos de capítulos de livros didáticos variados. A partir desta experiência e utilizando como fontes as coleções de livros didáticos escolhidos pela escola, o PPP da mesma, o currículo construído coletivamente e entrevistas com as professoras participantes, proponho a analisar esse processo de debate em torno da construção de um novo currículo de história. Para

isso, partirei das seguintes questões: quais as principais referências utilizadas pelas professoras para construir o currículo de História na prática da sala de aula e quais os conteúdos que são mais valorizados por essas profissionais? Qual o espaço dado para o trabalho com a história local e o uso de fontes históricas em sala de aula? Como é pensada a interdisciplinaridade a partir da coleção do livro didático escolhida pela escola? De que forma os conceitos de Alfabetização, Letramento e Infância são utilizados na disciplina de História quando se trata do trabalho com o 1º Ciclo (1º ao 3º ano)?

Como o ensino de História e suas referências influenciam nas escolhas dos estudantes

Amabilis Cristina Alves Pereira
amabilisalves@gmail.com

Talita Samara Mesquita
talita.samara@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Escolha, Pensamento, atualidade

O trabalho foi realizado na Escola Estadual Flávio dos Santos, localizada na Rua Jacuí, bairro Floresta em Belo Horizonte/Minas Gerais, com estudantes do ensino médio.

O objetivo do projeto foi estimular o pensamento crítico, analítico, dos estudantes, levando-os à reflexão. Partindo da premissa que sofremos influências diariamente na nossa forma de pensar, agir e falar, seja através de pessoas do nosso convívio, livros, ou outros meios, propõe-se verificar como o ensino de História e suas referências influenciam nas escolhas do sujeito.

Ao analisar o contexto escolar atual, percebemos a necessidade de fazer com que o estudante associe o aprendizado adquirido em sala com a sua realidade, tornando então, este conhecimento algo relevante a entendido.

Após, promover o trabalho em grupo, debate, a troca de experiências, o questionamento, e instigar esse aluno a assumir a autonomia de suas opiniões.

Estudantes e educadores foram entrevistados para sabermos suas opiniões sobre o nosso projeto e seus resultados. E nos surpreendemos com os relatos que mostraram que nosso

projeto não somente alcançou o objetivo, mas também foi além. Fazendo com que os estudantes refletissem até mesmo sobre suas escolhas de âmbito pessoal.

Foi possível perceber o papel transformador que o professor de história Bruno representa para o a escola Flavio dos Santos. Ele é tido como referência por grande parte dos estudantes, que expuseram esse sentimento durante todo o projeto. Ele nos mostrou na prática um dos principais objetivos do projeto. Pois em meio as dificuldades, como a indisciplina e desinteresse dos alunos ele estabelece uma relação de respeito mútuo. Bruno promove a reflexão e nos mostra que nos dias atuais, além de educadores para conseguirmos alcançar os jovens temos que ser agentes transformadores.

A escola nos permitiu desenvolver o tema de acordo com o que foi proposto, disponibilizando o espaço adequado bem como o suporte para a execução do projeto.

Ao apresentarmos o projeto aos estudantes, evidenciamos a importância de suas escolhas e como tais escolhas afetam não só a si mesmos, mas também os outros. Pois, na medida em que escolhem, diante dos seus projetos, o sujeito não escolhe apenas para si, uma vez que ao se realizar, sendo o homem que queria ser, este sujeito possibilita que qualquer outro também o possa ser.

Interessante frisar que ao trabalharmos o senso crítico destes jovens, reforçamos a ideia de que eles devem ter autonomia em suas decisões.

ST 20 - (Re) Ver a arte: novas leituras e perspectivas

Valéria Mendes Fasolato

Doutoranda em História
Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Juiz de Fora -
PPGHIS/ICH/UFJF
mendesfazolato.valeria@gmail.com

Andreia de Freitas Rodrigues

Doutoranda em Artes
Programa de Pós-Graduação em Artes / Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGArtes /
UERJ
cfrod2016@gmail.com

Samuel Mendes Vieira

Doutorando
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas -
PPGHistoria/IFCH-UNICAMP
smdo2277@hotmail.com

Bruna Oliveira Santiago

Mestranda em História
Universidade de São Paulo
brunasantiago@usp.br

Fernanda Soares da Rosa

Mestranda em Artes Visuais, com linha de pesquisa em História, Teoria e Crítica de Arte
UFRGS
fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br

Thaís Franco

Mestranda em Artes Visuais, com linha de pesquisa em História, Teoria e Crítica de Arte
UFRGS
thais.franco@outlook.com

Anderson dos Santos Batista

Mestrando em Artes Visuais, com linha de pesquisa em Poéticas Visuais
UFRGS
feruchomaruquesu@gmail.com

Proposta do Simpósio

Este simpósio tem como tema e proposta a identificação, compreensão e ampliação das relações entre Arte, História e Cultura, a partir da perspectiva de análise sobre os diversos usos da

arte. A historiografia da arte do século XX, em parte, foi caracterizada pelo triunfo da modernidade e, marcadamente, por seu discurso teleológico e muitas vezes autoritário. A crítica e pesquisas em artes vêm relativizando, a partir dos anos 1980, a construção de seu lugar de paradigma. Partindo desta perspectiva, nossa motivação é reunir pesquisas em torno da compreensão desta lacuna, buscando desconstruir lugares comuns na História da Arte.

Propomos discussões e reflexões alicerçadas no universo artístico ao longo dos séculos até a contemporaneidade e toda interdisciplinaridade e especificidades do seu fazer: experiências, abordagens, técnicas, concernentes ao uso da imagem como fonte de pesquisa pelo historiador e relações entre os centros artísticos mundiais buscando assim, o entendimento entre arte, artistas e o meio social. A intenção é trazer para o debate pesquisas que apresentem novas perspectivas para o estudo da História da Arte destacando temas que abarquem as redefinições e limites dos gêneros artísticos, as instituições de formação artística, os espaços das exposições, o mecenato e o mercado de arte, as trocas, os objetos artísticos e suas funções, a crítica e a recepção, entre tradição e modernidade.

Dessa forma, o presente Simpósio pretende reunir, apresentar e debater os estudos que vem sendo desenvolvidos entre pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior, à nível de graduação e pós-graduação, em seus mais distintos contextos de pesquisa, para discutir as diferentes possibilidades de investigações acerca das Imagens, História da Arte e Cultural Visual, assim como aproximar pesquisadores e grupos de pesquisa de Instituições de Ensino Superior de vários estados do Brasil.

Portanto, como maneira de nortear nossas reflexões, listamos alguns eixos para discussões, a saber:

- 1) Modernidade e Autoritarismo;
- 2) Relações entre os Centros Artísticos Mundiais e a Arte no Brasil;
- 3) O Ensino das Artes e as Academias;
- 4) A História como gosto: o Coleccionismo e as Coleções de Arte
- 5) Arte e Gênero: Mulheres e o fazer artístico;
- 6) A Hierarquia dos Gêneros da arte na modernidade e na contemporaneidade;
- 7) Cultura Visual e Imagens;
- 8) Arte Política;
- 9) Meios e modos de produção artística.

Oswaldo Goeldi na Coleção de Arte de Murilo Mendes

Tammy Senra Fernandes Genú
senra.tammy@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: moderna., arte, Murilo, Mendes, de, Oswaldo, Coleção, Brasileira, Goeldi, arte;

Nascido em Juiz de Fora, o ato de ver para o poeta Murilo Mendes foi de suma importância para sua atividade como poeta. Este ato tem caráter muito peculiar do que apenas seu significado verbal, pois se aplica ao modo de observação do mundo por parte do poeta. Este ato é o que ele chama de “olho armado”, a capacidade de perceber o mundo poeticamente através da visão. É através desta maneira de observar o que ocorre a seu redor que o poeta fará as escolhas temáticas para sua poesia e prosa.

Durante sua vida, através de contatos com “amigos-artistas”, o poeta se descobre colecionador de arte e compõe sua coleção. Diferentemente do que ocorria com colecionadores que não pertenciam ao métier, a coleção muriliana dá-se como forma de apreço entre amigos, ou seja, ao invés de compras de obras, estas geralmente eram presentes, recebidos em ocasiões especiais ou até mesmo em agradecimento a uma crítica positiva feita pelo poeta.

É por esse motivo que podemos encontrar em tal coleção quatro xilogravuras de Oswaldo Goeldi, gravador brasileiro do século XX, considerado um dos grandes artistas do período e aclamado pela crítica como “artista de classe internacional”, mesmo que, Murilo Mendes não possuísse afinidade com o viés expressionista utilizado pelo xilogravador em sua obra. As obras, que datam de 1925 a 1951 possuem forte caráter e que apresentam diversas fases do trabalho do xilogravador e não foram impedimento para que Mendes as mantivessem em sua coleção, mesmo este tendo maior afinidade, à primeira vista, com as artes plásticas e poesia surrealistas.

O fato de uma das xilogravuras não ter sido, até o momento, encontrada em nenhuma outra coleção e se aproximar a um cartão de felicitação de ano novo, comprova a teoria de que grande parte da coleção foi concebida por presentes de amigos-artistas. Desta maneira, o presente trabalho busca analisar tais xilogravuras, buscando incluí-las na linha do tempo de criação de

Oswaldo Goeldi, ao mesmo tempo que buscar analisar a relação entre estes dois personagens da Arte Brasileira.

Rei Peste e Os insetos singulares de James Ensor

Luisa Pereira Vianna
luisa_vianna@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: museu, gravura;, arte, simbolismo;, James, Ensor, 1949);, (1860, Mendes, Murilo

Esta comunicação pretende por em discussão as duas gravuras “Os insetos singulares” e “Rei Peste” de James Ensor pertencentes ao Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), de Juiz Fora. A coleção desta instituição se compõe quase integralmente com obras que pertenceram ao poeta que dá nome ao museu. Tais gravuras não fogem a esta premissa, são obras compradas por Murilo Mendes, que inclusive escreve sobre elas. Ensor possui um papel preponderante nas artes do final do século XIX e, em especial, daquilo hoje abarcado como Simbolismo. Suas máscaras, seu desejo e atração pelo mórbido e pelo grotesco são marcas incontestas de sua obra e do período do qual faz parte – especialmente da Bélgica.

Uma de suas gravuras, “Rei Peste” é inspirada no conto de Edgar Allan Poe que leva o mesmo nome. A obra supracitada faz um retrato da cena em que se apresentam os dois marinheiros bêbados – Legs e Hugh Tarpaulin. Os mesmos fazem uma invasão à “extraordinária assembléia”, e deparam-se com a figura monstruosa do “Rei Peste” e toda a sua corte real. Os dois marinheiros, sem nenhum decoro, descompuseram “Rei Peste”, que acaba por condená-los ao afogamento em tonéis de cerveja. Neste sentido encontramos similaridade entre a obra “Rei Peste” produzida por Ensor e pela ilustração do conto feita pelo artista irlandês Harry Clarke. Nas narrativas pertencentes em seus contos o terror e o fantástico caminham sobre detalhes descritivos para assim culminar no mistério literário da obra. A simbologia presente na obra mostra o quanto o macabro e obscuro tanto na gravura de Ensor e quanto no texto de Poe são presentes traços que determinam essa convergência.

Em “Os insetos singulares”, por sua vez, a presença marcante da morte está no escaravelho. Não na morte física, mas na morte do amor não correspondido. Esta gravura teve inspiração no poema de Heine, Die Lounen der Verliebten (Caprichos dos enamorados, 1835).

Este trabalho, em estágio inicial, faz uma leitura dessas gravuras situando-as em relação às coleções do MAMM.

“O diabo disfarçado de frade”: entre narrativas, símbolos e mistérios

Thomaz Santos Leite
thomazsantos2@gmail.com

Paulo Henrique Silveira Damião
paulohenriquesd@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Diabo disfarçado de frade, Narrativas, Símbolos, Arte decorativa., G-V. Yeldo

A escultura "O diabo disfarçado de frade" de G.V Yeldo , bronze do acervo do Museu Mariano Procópio, representa um frade ao lado de um jovem que está segurando algumas cartas. O frade pode ser identificado pelo seu traje e pela presença de um crucifixo junto à sua veste. Numa primeira análise, conseguimos identificar pelo movimento das mãos de ambos, pelas cartas e pelas bolsas de moedas em cima da mesa que o frade está ensinando o jovem a jogar cartas. A postura do frade junto ao jovem, como veremos adiante, faz associá-lo ao diabo, fazendo-o ser tachado por um falso frade.

São encontradas na “Legenda Aurea”, obra de Jacopo de Varazze, frade dominicano que viveu entre 1228 e 1298, narrativas que contam as experiências de frades, religiosos e santos na Idade Média. Algumas delas dizem respeito à relação entre diabo e frades. Nesses casos, as narrativas específicas de tentação e transfiguração do demônio em vista do frade correlacionam com a obra de arte em questão.

Os símbolos percebidos na obra, tais como o dinheiro, as cartas, o crucifixo e a veste do frade, são elementos que podem ser associados à moral da Igreja e que dizem respeito a um modo de viver específico pregado pela Igreja, do qual seus membros e demais adeptos devem seguir, adotando em suas práticas os ensinamentos contidos nos Evangelhos. A forma como esses símbolos foram dispostos e enredados na obra de arte remete à moral do frade representado, completamente antagônica à moral pregada pela Igreja.

A família Ferreira Lage foi muito influenciada pela tradição europeia oitocentista, adepta da arte decorativa e do colecionismo particular. Os objetos que compunham a decoração dos cômodos da residência dos Ferreira Lage formam hoje no Museu Mariano Procópio um acervo

de exemplo ímpar de peças paradigmáticas consumidas e admiradas no século XIX. Criam-se assim indícios de que a obra de G-V. Yeldo possa ter feito parte dos objetos particulares que decoraram a casa da família Ferreira Lage.

A partir da análise da escultura, o presente artigo busca, num primeiro momento, localizar sua autoria, visto que é tida como uma figura desconhecida no mundo da arte. Posteriormente, o artigo buscará demonstrar possíveis visões sobre a representação iconográfica da obra, tendo em vista o seu cunho moral-religioso. As narrativas, os símbolos e o uso de pequenas obras com cunho moralizante como arte decorativa dentro das residências no século XIX serão eixos fundamentais para o desenvolvimento do artigo.

Artificação da cultura africana(s) na rota do atlântico negro: notas sobre a coleção Gasparino Damata

Gabrielle Nascimento Batista
gabriellenas@hotmail.com

Carla da Costa Dias
carlacostadias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Africana, Artificação, Coleção Gasparino Damata, Museu Nacional de Belas Artes.

O deslocamento de objetos do continente africano para o Brasil, em 1963, serve como início de uma reflexão sobre artificação da cultura africana nos discursos institucionais brasileiros. Este trabalho busca compreender os significados do empreendimento da montagem da coleção africana, do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), adquirida por Gasparino Damata em países africanos, no início da década de 60, no contexto político dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Dentre algumas das políticas adotadas neste período está a nomeação de José Roberto Teixeira Leite à diretor do MNBA, no Rio de Janeiro, o personagem que regeu a compra da coleção analisada, em 1964. Os questionamentos aqui levantados são: pode-se falar em arte africana? Que África é essa? Em um país cujo imaginário foi o do embranquecimento, o do apagamento da escravização, o que estimulou a compra dessa coleção? Quais os autores e interesses envolvidos? Como se deu o agenciamento dos objetos? Quais foram as negociações, a dimensão “teatral”, e os conflitos enfrentados na coleta e na compra da coleção? Será utilizado

como suporte metodológico as narrativas do colecionador Gasparino Damata e do diretor José Roberto Teixeira Leite, a partir de artigos de jornais, do período de 1961 a 1964.

Ao gosto dos grandes museus: a egiptomania e a formação das coleções egípcias brasileiras no século XIX

André Onofre Limírio Chaves
andreonofrelimirio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:Egiptomania, História do Brasil Imperial, Egiptologia, História da Arte, História das Coleções

No início do século XIX, um novo gosto colecionista surgiu em diversas partes do mundo: a egiptomania. Com a conquista do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1798, o mundo ocidental pode ver os encantos daquela terra, que há muito tempo atraía os olhares de viajantes e curiosos. Afetado por este gosto, acentuado pelo nacionalismo francês, Bonaparte ordenou que sua equipe de cientistas e artistas registrasse as informações relevantes sobre a cultura egípcia. Por sua vez, Vivant Denon, diretor do Museu do Louvre, selecionou numerosos artefatos da antiguidade egípcia para enriquecer o acervo da instituição. O espólio obtido por Napoleão o consagrou à imagem de um imperador romano, que após cada vitória mostrava ao povo as riquezas conquistadas.

Guiados pelo impulso enciclopedista de possuir itens dos grandes impérios da antiguidade, os museus oitocentistas adquiriram artefatos egípcios por meio de compras ou escavações, legais e ilegais. Milhares de peças saíram da Terra dos Faraós e encheram salas de exposição por todo mundo. Algo não diferente ocorreu no Império do Brasil, que após a independência teve a oportunidade de seguir a moda e adquirir sua primeira coleção egípcia.

Em 1826, um comerciante de antiguidades viajava para a Argentina e sofreu imprevistos que o fizeram ficar no Rio de Janeiro. Em sua bagagem, Nicolau Fiengo levava múmias, sarcófagos, esculturas, objetos funerários e outros itens que compunham um lote de “curiosidades” do Oriente. A rica composição do lote atraiu a atenção de diversas pessoas, inclusive do próprio imperador D. Pedro I e de sua esposa, D. Leopoldina, que compraram as peças. A aquisição do acervo produziu um debate público em torno da sua importância para o país, da autenticidade dos objetos e de sua conexão com a coleção do Museu Imperial.

Anos mais tarde, o segundo imperador brasileiro também se deixou seduzir pela egitomania. Ele realizou viagens ao Egito e se mostrava como um monarca culto, que pretendia dominar a linguagem dos hieróglifos. O gosto pelas antiguidades egípcias não ficou restrito aos monarcas e se espalhou pela aristocracia brasileira. Atenta aos gostos da época, a Baronesa de Cavalcanti as incluiu em sua importante coleção de arte, testemunhando o impacto da egitomania na corte.

Esta comunicação pretende analisar a formação das primeiras coleções egípcias do Brasil, explorando suas conexões com a internacionalização do gosto pelas coleções de antiguidades egípcias, criado com o fenômeno da egitomania.

Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de ‘gabinetes de curiosidade’ e o colecionismo na primeira era moderna

Carolina Vaz de Carvalho
carolavaz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museologia, Gabinetes de Curiosidade, História Moderna, História da Arte, História das Coleções

O período moderno é tido como momento de gênese e desenvolvimento de muitas práticas e ideias científicas e culturais ainda em vigor. Dentro dos campos da Museologia, História Cultural e História da Arte, as coleções da era moderna são frequentemente tomadas como origem dos museus e das práticas colecionistas contemporâneas. Essas coleções costumam ser sintetizadas na imagem estereotipada dos “gabinetes de curiosidade” - um espaço fechado que contém uma profusão desordenada de objetos de natureza heterogênea.

Como apresentam os estudiosos, o interesse acadêmico recente nas coleções dos séculos XVI e XVII, com especial atenção aos gabinetes de curiosidade, se tornou mais intenso desde a década de 1980. A noção sintética atual de gabinetes de curiosidades ecoa, contudo, a forma como essas coleções e práticas foram descritas e categorizadas a partir do século XVIII, com a repetição de interpretações, expressões e exemplos cunhados com a emergência do colecionismo ilustrado. Essa imagem, construída e cristalizada ao longo do tempo, esconde a variedade de manifestações do fenômeno do colecionismo moderno e dificulta, ou mesmo impede, a compreensão dos valores, usos e significados que esses objetos, seu colecionamento e sua exibição tomavam à época

O colecionismo como prática cultural difundida no contexto europeu moderno envolvia questões relativas à expansão geopolítica, emergência de novos paradigmas para produção e validação de conhecimento, construção de discursos de identidade e alteridade, diplomacia internacional, e muitas outras. A ideia generalizante de gabinete de curiosidades não enseja a reflexão sobre a pluralidade de intencionalidades dos sujeitos e de significados atribuídos aos objetos, desconsiderando objetos de coleção que permaneceram em circulação ou que estiveram expostos em outros espaços arquitetônicos, e as múltiplas articulações existentes entre o colecionamento e outras práticas socioculturais

O presente trabalho, uma pesquisa em andamento, pretende debater os limites que a noção de gabinete de curiosidades impõe ao entendimento do colecionismo moderno. Busca-se compreender, através do estudo de fontes de época cotejadas com a produção bibliográfica contemporânea, como essa noção corrente foi conformada a partir das ideias e interpretações dos séculos XVIII e posteriores, estando em descompasso tanto com as concepções e práticas da primeira era moderna, como com os estudos mais recentes dedicados a colecionadores e coleções da época.

Etnodesign afro-brasileiro: história, arte e memória na coleção perseverança

Anderson Diego da Silva Almeida
andersondiego.almeida@gmail.com

Francisco Marshall
marshall@ufrgs.br

PALAVRAS-CHAVE: Coleção Perseverança, Afro-brasileiro, Warburg, Etnodesign, Memória.

O estudo do etnodesign afro-brasileiro examina as formas de representações culturais desenvolvidas por etnias brasileiras de matriz africana. Neste artigo, exploramos este conceito através do estudo da Coleção Perseverança, resultante do ‘Quebra de Xangô’, ato que culminou com a invasão e destruição iconoclastica de terreiros do candomblé, em 1912, no Estado de Alagoas. Baseamos nosso estudo em perspectivas da história cultural, da arte e da memória dos artefatos que compõem esta Coleção, com especial uso dos conceitos de ‘remontagem’ e de

‘imagens fantasmas’, de Aby Warburg e de ‘tempos anacrônicos’, de Didi-Huberman, que nos permitem relatar o etnodesign como conceito híbrido.

Eliseu Visconti: um ponto de chegada e de partida para o Design no Brasil

Vania Myrrha de Paula e Silva
vaniamyrha@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História do Design, Art Nouveau, Eliseu Visconti

O trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado que tem como propósito identificar e registrar os primórdios do design no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, no período histórico que corresponde à Primeira República (1889-1930), e, no qual o termo design ou desenho industrial não se aplicava comumente aos planejadores de produtos e de peças gráficas, ficando sempre sobreposta a ideia de artes decorativas e artes aplicadas. A pesquisa envolve o estudo das obras do artista Eliseu Visconti (1866-1944), nascido na Itália e naturalizado brasileiro, mais conhecido por suas pinturas mas, que apresenta uma obra significativa nas artes decorativas e aplicadas devido a seu envolvimento com o trabalho de Eugène Grasset, o mestre francês do Art Nouveau, na École Guérin, em Paris, como bolsista do governo brasileiro, de 1893 a 1901. Pretende-se analisar as características inerentes ao design presentes em suas obras e reconhecer suas contribuições para o design brasileiro, a partir de suas experiências na França e de seu retorno ao Brasil. Em 1901, o artista apresentou na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, no Rio de Janeiro, sua primeira exposição individual, onde figuravam sessenta quadros e vinte e oito trabalhos de arte decorativa aplicada à indústria. Visconti trouxe para o Brasil uma produção de inspiração Art Nouveau realizada ao mesmo tempo em que o estilo atingia o auge na Europa. Seu interesse para com a arte decorativa se estendeu do período parisiense até o ano de 1936, quando finalizou suas atividades na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, onde criou uma cadeira de arte decorativa nos cursos de extensão universitária. As investigações visam à identificação e registro dos primórdios do design no Brasil, ao entendimento de suas origens e do longo processo histórico de sua formação e baseia-se na hipótese de que existem contribuições significativas para a história do design brasileiro em um período anterior a 1960, ano considerado por diversos autores como marco inicial para essa história, devido à instituição oficial do ensino de design no país. A pesquisa aborda o assunto a partir de vários ângulos em vez de se limitar a uma perspectiva única que privilegiasse apenas os estilos ou os protagonistas ou a cultura de um povo

e amplia o debate sobre a pesquisa em história do design, campo do conhecimento ainda em construção, dando ênfase à interdisciplinaridade do saber e do relacionamento entre as ciências.

O olhar estrangeiro da paisagem carioca na obra de Gustavo Giovanni Dall'Ara (1865-1923)

Aline Viana Tomé
alinhis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte brasileira, Pintura de paisagem, Rio de Janeiro, Brasil República, Oitocentos

Desde sua fundação, o Rio de Janeiro tem sido alvo de inúmeras representações paisagísticas, dentre essa profícua produção encontra-se a obra de Gustavo Giovanni Dall'Ara (1865-1923). Reconhecemos nas paisagens realizadas pelo artista italiano, que aportou em terras brasileiras aos 25 anos de idade, um importante registro da sociedade oito-novecentista. Suas representações urbanas são reveladoras, uma vez que evidenciam o olhar de um estrangeiro para a metamorfose pela qual passava a sociedade carioca, no entre séculos XIX/XX. No presente trabalho procuraremos entender as múltiplas temáticas enfocadas pelo artista, bem como a produção paisagística relativa à capital republicana no período em questão. Busca-se evidenciar parte da obra do pintor, por longo tempo relegada ao silêncio, contribuindo para o entendimento mais amplo do gênero da pintura de paisagem em âmbito nacional.

Imagens da escravidão na pintura histórica brasileira e na crítica dos Oitocentos: estudos de caso

Paula Ferreira Vermeersch
paulaha@fct.unesp.br

PALAVRAS-CHAVE: Brasileira-, Pintura-, Escravidão, História da arte

No Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, uma tela oitocentista conta uma narrativa relativa à História do município- o pintor francês Clovis Arnault (?-1885), em 1869, elaborou uma Partida dos Voluntários da Pátria para marcar os embarques de soldados voluntários da cidade para a Guerra do Paraguai. Arnault, no quadro, a partir dos princípios compositivos da Arte acadêmica francesa de então, elaborou um discurso histórico para a celebração do heroísmo dos cidadãos campistas em tão delicado momento da Pátria

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

brasileira- e é digno de nota que apareçam voluntários negros- escravos que também foram enviados para engrossar as fileiras no Sul. Ao lado da fileira de retratos de personagens de Campos- os brancos em destaque- os escravos e forros surgem nas "bordas" da tela, revelando a intrincada relação existente entre os homens livres e os "outros" no Brasil do Império.

A presente comunicação busca- através da análise do quadro de Arnault- apresentar paralelos entre a realização do pintor acadêmico francês em Campos e outros quadros de pintura histórica- como os soldados negros (livres e escravos) na monumental "Batalha do Avaí", de Pedro Américo (1843-1905), de 1877, para elaborar hipóteses sobre a representação pictórica- e social- da escravidão nas Artes Plásticas brasileiras. É imprescindível, nesse sentido, referenciar os escritos do crítico Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863-1911), que em 1888 publicou A Arte Brasileira, livro fundador de nossa História da Crítica. Gonzaga Duque iniciou sua carreira de crítico no periódico A Semana, dirigido por José do Patrocínio (1853-1905), eminente líder abolicionista. Foi no interior deste movimento- e nas vertentes mais radicais deste- que Gonzaga Duque estabeleceu seu discurso sobre a escravidão em A Arte Brasileira- e a presença da "nefanda instituição" (nos dizeres da época) em obras de nossas Artes Plásticas. Busca-se ligar o pensamento crítico de Gonzaga Duque e o que os pintores históricos brasileiros e estrangeiros propuseram plasticamente.

Um tango com a história: o caso de León Ferrari

Patricia Branco Cornish
patriciabrancobr@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea, Modernidade, Leon Ferrari, catolicismo, Ditadura

O trabalho propõe discutir a pós modernidade através do texto Geografias do Modernismo em um Mundo Globalizado (2007) de Andreas Huyssen. A escolha de Huyssen para ilustrar a discussão sobre o pós modernismo ocorreu porque o autor abandona do debate binário entre modernismo vs. pós-modernismo e propõem pensarmos em “modernidades alternativas”. Uma visão positiva se comparada a de Frederic Jameson (1991) que afirma que na nova fase de pós modernismo a produção cultural (após 1960) morreu e tudo o que se criou foram modelos reciclados do passado que ele chama de pastiche.

Huysen acredita que lugares como América Latina e Ásia tiveram suas próprias modernidades, mas que estas versões de modernidade ficaram à margem da história canônica contada pelo Hemisfério Norte. Huysen propõem investigarmos novas narrativas geradas fora dos eixos hegemônicos da história com o intuito de evitarmos reciclagem de teorias sobre modernização geradas nos Estados Unidos no pós Guerra Fria. Huysen cita Clark que afirma que “o passado modernista já é uma ruína”, no entanto Huysen permanece positivo e conclui que “deve ser possível continuar a trabalhar a partir das ruínas desse edifício” (HUYSEN, 2014, p. 55).

Para ilustrar as “modernidades alternativas” proponho um estudo de caso com os trabalhos do artista plástico argentino León Ferrari (1920-2013). Este artista é intrigante porque teceu críticas contundentes ao regime militar na Argentina e aos dogmas pregados pela Igreja Católica, tendo como crítica o abuso de poder por estas instituições. Os trabalhos de Ferrari foram condenados pelo clero durante exposições na Argentina e ele manteve alguns debates em jornais argentinos com certos Arcebispos.

No estudo de caso irei analisar as séries Paraherages (1986), Releitura da Bíblia (1987) e Nunca Más (1995-6). Nestes trabalhos Ferrari faz a apropriação de imagens clássicas, por Dürer e Michelangelo, em sua maioria de cunho religioso e faz uma justaposição com colagens de imagens casais em cenas sexo explícito, ditadores argentinos e até a porn star Cicciolina. Ao utilizar os clássicos Ferrari mostra a possibilidade de criação do artista a partir de modelos antigos mas colocados em um contexto contemporâneo, desta forma o diferenciando do pastiche.

A disputa classificatória da periferia ao centro: Lygia Clark e Jesús Rafael Soto na passagem da arte moderna para a arte contemporânea

Amanda Bueno Villar Inocencio Costa
amanda5inocencio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea, Arte e Sociedade, Forma Artística, Arte Moderna, Pensamento Social

Este trabalho tem como proposta analisar as trajetórias e as produções artísticas de Lygia Clark (1920 – 1988) e Jesús Rafael Soto (1923 – 2005), buscando investigar especialmente as trajetórias que trilharam no campo artístico das artes plásticas, mapeando suas origens, influências e o contexto social e artístico no qual produziram suas obras. A investigação das trajetórias de ambos artistas é proposta metodológica e teoricamente pelo conflito entre periferia e centro,

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

elaborando, de maneira preliminar, a conformação de um “circuito periférico”, caracterizado pelo estudo dedicado às formas desenvolvidas pelas vanguardas europeias e a experimentação, desconstrução e reconstrução da forma artística. Procuramos compreender, assim, suas proposições de transformação na forma artística, indagando se tais transformações formais estariam implicadas e seriam constituídas pelo trânsito e pela circulação de tais artistas por tempos e espaços diferentes. Trata-se, então, de investigar as transformações formais realizadas por Clark e Soto à luz de seus condicionamentos sociais e artísticos, relacionando-os com seus respectivos questionamentos e exploração da forma artística. Deste modo, a circulação de obras e seus espaços expositivos, personagens do mundo artístico e seus ideais, aprofundam o tensionamento nas relações de tempo e espaço, de acordo com o desenvolvimento da forma artística, privilegiando a interação com o público. Buscamos, ainda, investigar se tais transformações na forma artística constituiriam, em seus detalhes, uma disputa classificatória no contexto de suas formulações e, simultaneamente, na conformação de um circuito artístico alternativo ao moderno. Para tanto, procuramos reconstruir o contexto artístico do qual tais artistas fizeram parte, concomitantemente, em Paris e Londres entre as décadas de 1960 e 1980 mais especificamente, e as instituições nas quais circulavam, como a Signals Gallery em Londres e Denise René em Paris, e a produção crítica referente à suas obras, voltando-se para a revista Robho, coordenada pelo crítico francês Jean Clay, além da atuação direta dos críticos Yve-Alain Bois, também francês, e do britânico Guy Brett, reconstruindo assim o grupo social e cultural do qual faziam parte.

Obra de arte e a subjetividade da narrativa: Patricio Farías e o Escatol-Trancendere

Thaís Franco
thais.franco@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista; Patricio Farías, Leitura, imagem; Obra de arte

O presente trabalho visa investigar a contribuição da entrevista nos estudos de leitura e interpretação de imagens. Sobretudo, estimulado pela ideia de Ilusão Biográfica, de Pierre Bourdieu, a pesquisa busca examinar a obra Escatol Trancendere, a partir de uma entrevista com o seu respectivo autor, o artista Patricio Farías, considerando suas reflexões individuais e a subjetividade da narrativa.

O desenvolvimento da videoarte através das edições do Festival Videobrasil

Thamara Venâncio de Almeida
thamaravenancio@live.com

PALAVRAS-CHAVE: arte, Videobrasil; Videoarte, Contemporânea, Festival; Eletrônicas; Artes

No contexto de abertura democrática, na primeira metade da década de 1980, seja no acesso, na produção ou na veiculação da informação, surgem uma dezena de festivais e mostras de vídeo no país. O Videobrasil, um dos primeiros festivais brasileiros de vídeo, foi criado em 1983 para organizar, expor e legitimar a produção em vídeo do Brasil. Concebido por Thomaz Farkas, e organizado por Solange Farkas, por quem é dirigido e curado até a atualidade, tem desde os primórdios a capacidade de exhibir, premiar, debater e intercambiar trabalhos de arte eletrônica nacional e internacional, tendo aparecido em um momento em que o vídeo ainda procurava um lugar de exibição para sua linguagem. O Festival se transformou muito ao longo de suas edições, sofrendo grandes modificações no decorrer delas. O Festival em seus primórdios, foi pensado para exhibir e dar espaço a exibição de obras em vídeo no geral, tendo como predominante na sua primeira edição, experiências de uma geração de produtores independentes – que cresceram assistindo TV –, em um embate com a televisão brasileira, com um projeto de renovação da sua linguagem. O projeto dos produtores nessa edição, explora várias possibilidades expressivas do vídeo, em performances e instalações, para além do uso televisivo, o que insinua a ligação do Festival com o campo das artes. Ivan Negro Isola (1983), diretor do Museu da Imagem e do Som, local em que aconteceu as oito primeiras edições do festival, já anunciava em texto inaugural no catálogo da primeira edição: “Evento é vento. Vídeo Brasil foi pensado para ser muito mais do que um festival efêmero” (1º FESTIVAL DE VÍDEO BRASIL, 1983: p.1). O Videobrasil, é hoje, referência para todos que trabalham com vídeo no país, mas não começou como um espaço de videoarte. Como relata o videoartista Eder Santos, que ganhou notoriedade no campo das artes através do festival, “no começo, era um festival de produção independente, de documentários, de programas antitelevisão” (SANTOS, 2008), mas que ao passar de sua edições, se consolidou como um festival de arte. O intuito aqui é apresentar um panorama de como o festival era antes e em como ele se metamorfosearia depois, em um festival de artes eletrônicas, sendo considerado hoje um importante espaço que exhibe, fomenta e debate as produções de arte contemporânea do Sul Global. Os debates ocorridos no festival, desde sua criação, muito enriquecem para a construção e aprimoramento da videoarte nacional.

Diálogos entre fotografia, vídeo e performance em *Lovers*, de Claudio Goulart

Fernanda Soares da Rosa
fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea, Fotografia, Performance, Claudio Goulart, Videoarte.

Neste artigo se propõe analisar as relações existentes entre fotografia, vídeo e performance presentes na obra *Lovers*, de Claudio Goulart. O artista brasileiro, que desenvolveu sua carreira em Amsterdam, onde viveu desde a segunda metade da década de 1970, fez parte de diversos projetos internacionais, expondo em países como Holanda, Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Cuba, México, Japão, Brasil, entre outros. Na Coleção Claudio Goulart, que integra o Acervo Artístico da Fundação Vera Chaves Barcellos, suas obras de arte, entre arte postal, livros de artista, fotografias, videoarte, instalações e registros de performances, apresentam-se imersas em diversas camadas de conceitos e formas. Perceber sua produção através de um olhar acerca dos desdobramentos e reverberações das técnicas e suportes escolhidos para seus trabalhos é proposta deste estudo.

Do retratar feminino na história da arte antes da história da arte

Antonio Leandro Gomes de Souza Barros
tonileo.artista@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: feminino., Plínio Velho, retrato

A história da arte que se encontra nos últimos livros da História Natural, a enciclopédia do mundo antigo escrita por Plínio, o Velho, situa-se em um campo paradoxal quando entendida no contexto da moderna disciplina acadêmica de história da arte. Considerando a sua extensão e organização (mais ou menos metódica), o trabalho de Plínio publicado em 77a.C. é o remanescente antigo mais bem acabado que conhecemos sobre história da arte. No entanto, é igualmente conhecido o descarte desse trabalho de Plínio como ponto de partida de uma disciplina acadêmica. A tal ponto que Hans Belting, em *O Fim da História da Arte*, considera que a narrativa historiográfica já esgotada da disciplina começou somente no século XVI. O que nos permite configurar o paradoxo de Plínio como uma história da arte antes da história da arte.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Paralelamente, outras situações contraditórias se manifestam sob a poeira instalada nessa proto história da arte. Em particular, as figurações e as posições femininas enquanto produtoras de arte nessa narrativa enciclopédica, isto é, enquanto pintoras. Nesse contexto, há ao menos dois trechos decisivos a serem revisados, a saber: a) as referências nominais às grandes artistas da antiguidade, encontradas já bem próximas ao fim do cânone pictórico antigo, quase como um gênero menor ainda que de excelência; b) a decisiva e fundamental encarnação da origem mítica da pintura em uma figura feminina, a filha apaixonada de um oleiro. Interessa, sobretudo, assinalar nesses dois trechos indicados as contradições consideráveis que os permeiam a fim de três questionamentos. Em primeiro lugar, as contradições internas ao próprio texto pliniano quanto ao registro da produção artística feita por mulheres, isto é, registrando-as ao mesmo tempo em que as restringe. Em seguida, qual o papel que o gênero do retrato – fundamental ao pensamento artístico pliniano – joga nessas representações contraditórias, de “inventora” do retrato ao constrangimento de só poder retratar a si mesma. Por fim, quais os limites e possibilidades que a filosofia estoíca (a qual Plínio se vinculava) configura em favor de uma representatividade feminina. Assim, acreditamos que com esse conjunto de questionamentos associado à revisão dos trechos plinianos poderemos contribuir para uma reelaboração crítica não só da história da arte antiga, mas principalmente de um pensamento de arte na antiguidade.

Mulheres e formação em artes no Brasil: um início tardio

Rosane Teixeira de Vargas
rovargas3@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação em artes, artistas mulheres, Exclusão, Educação no Brasil, Arte no Rio Grande do Sul.

O texto trata da formação em artes das mulheres no Brasil, de maneira geral, e no Rio Grande do Sul, mais especificamente, do final do século XIX até o início do século XX. Mostra que, no século XIX, as poucas opções existentes excluíram as mulheres ou, quando permitiram seu acesso, dificultaram que desenvolvessem sua capacidade artística e intelectual. Para melhor situar a situação de exclusão, é feito um rápido histórico da educação formal no país, evidenciando que a falta de oportunidades na formação em artes faz parte de um quadro mais amplo de exclusão no que tange à educação feminina no período.

"Fertilidade": Grande medalha de Prata no "Salon" de 1918

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
 08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Paulo Roberto Ferreira Franco
aulo.r.18@hotmail.com

Valéria Mendes Fasolato
endesfazolato.valeria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: fertilidade

"Fertilidade" é obra de Regina Veiga, datada de 1918, pertencente ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. De origem brasileira, a artista compôs o grupo de mulheres participantes das Exposições Gerais de Belas Artes (EGBA) no início do século XX, a fim de serem reconhecidas na profissão. Desse modo, destacou-se como discípula de Rodolpho Amoedo, ao lado de Maria Pardos. Dedicou-se à pintura de nus, retratos e paisagens. Começou sua prática no Brasil, em 1906. Em 1911, aprofundou seus estudos na Europa com Heimanhn, de Munich, e Gutin, de Paris, retornando ao Brasil em 1914. Carlos Rubens fala sobre a admiração causada pelos suas pinturas de "nus de impressionante beleza plástica." Regina Veiga participou das EGBA e conquistou vários prêmios, a saber: em 1906 (menção honrosa de 2º grau); em 1907 (menção honrosa de 1º grau); em 1908; em 1914 (medalha de bronze); em 1915; em 1916; em 1917 (pequena medalha de prata); em 1918 (grande medalha de prata) e finalmente em 1920. A artista também expôs coletiva e individualmente em outros espaços. Na Galeria Jorge apresentou-se algumas vezes: em 1916, ao lado de Maria Pardos; em 1918, com vários pintores nacionais ; em 1925, uma individual. Em 1934, expôs no Hotel Palace e, em 1943, organizou a Exposição Regina Veiga. A pintura "Fertilidade" expõe aspectos interessantes como a representação de um nu voltado para a mitologia, talvez Danae, tema tradicionalmente explorado em telas de artistas como: Artemisia Gentileschi, Leon Comerres, Ticiano Vecellio, Antônio Belucci, Gaspar Becerra, François Boucher, Gustavo Klint e Rembrandt. Assim, a comunicação visa apresentar a pesquisa em torno de "Fertilidade", comparando com representações de "Danae" observando as escolhas da artista e a crítica do período por meio dos periódicos.

Retratos femininos e autorretratos de mulheres artistas: gênero e representação.

Caroline Farias Alves
caroline.zani@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: modernidade., gênero;, Retrato;

A cada ano surgem novos trabalhos envolvendo as questões de gênero que alargam o horizonte dos mais variados temas. Mesmo com os avanços e o crescente interesse na história das mulheres, no cenário cultural, um número significativo de artistas premiadas e relevantes em seu tempo, são comumente esquecidas pela historiografia atual. Produtoras de obras que geralmente se perdem no mercado e nas coleções privadas de arte, as artistas conseguiram se firmar participando de movimentos, vanguardas e agrupamentos artísticos que, por consequência, difundiram seus trabalhos e impulsionaram suas carreiras. No Brasil, vale lembrar a formação do Grupo dos Cinco, que atrelava Tarsila do Amaral e Anita Malfatti aos grandes nomes da literatura nacional e, mesmo num período anterior, a frequente formação de matrimônios entre artistas, como no caso de Abigail e Angelo Agostini ou mesmo Georgina e Lucílio de Albuquerque. Ainda na Europa, era notável a importância de Berthe Morisot na Sociedade Anônima de Pintores, Escultores e Gravadores ou mesmo, a presença de Marie Laurencin na Sala 41 do Salão dos Independentes.

A produção dessas artistas é marcada por uma troca simbólica que transforma o que era antes, apresentado como o ideal abstrato da figura feminina, em algo real. Isso foi expresso de forma paradoxal em algumas representações, como a do pintor alemão Johann Zoffany ao retratar em 1772 o grupo de artistas estudantes da tradicional Royal Academy of Arts. Angélica Kauffmann e Mary Moser, as únicas artistas mulheres desse período na Real Academia, diferente dos outros estudantes, são representadas como “pinturas” na tela de Zoffany.

Esse trabalho busca dialogar com a imagem da mulher artista, ora obscurecida por sua própria representação, como no caso da afamada modelo Victorine Meurent que teve sua carreira artística desprezada enquanto sua presença era frequente nas telas de Manet, ora na representação como artista profissional, também recorrente nos autorretratos femininos e retratos produzidos por seus pares.

Georgina de Albuquerque: gênero e representação

Thais Canfild da Silva
thais.canfild@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pintura, Georgina de Albuquerque, Arte brasileira, estudos feministas, mulheres artistas

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Georgina de Albuquerque (Taubaté, 1885 - Rio de Janeiro, 1962) foi uma das artistas brasileiras que precisou vencer as barreiras de gênero para conseguir afirmar-se enquanto artista no final do século XIX e início do século XX, período em que as mulheres enfrentavam adversas condições para profissionalizarem-se como pintoras e escultoras.

Georgina foi precursora em muitos sentidos. Foi através de seus estudos em Paris nos anos de 1906 a 1911, período vivido na Europa graças ao prêmio de viagem oferecido pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e conquistado por seu marido e também pintor Lucílio de Albuquerque, que a artista teve seu primeiro contato com o Impressionismo, estilo que assimilou em suas telas. A artista também foi pioneira ao ser a primeira mulher a realizar um quadro de pintura história, considerado o gênero mais elevado da pintura, com a tela Sessão do Conselho de Estado em 1922. Também foi a primeira mulher a ser diretora da Escola Nacional de Belas Artes no ano de 1952. Realizou diversas exposições individuais e coletivas em nível nacional e internacional, conquistando também diversos prêmios em salões de arte e o prestígio da crítica especializada. Mas, ao estudarmos a história da arte brasileira, seu nome aparece com menor destaque assim como o nome de outras artistas que foram suas contemporâneas, antecessoras ao período modernista. Esta comunicação pretende, assim, tratar da pintora Georgina de Albuquerque e de sua carreira como artista com o aporte da historiografia da arte feminista para fazer uma reflexão acerca de sua importância para a história da arte brasileira, além de apontar os possíveis fatores que podem ter contribuído para o "apagamento" desta e de outras mulheres artistas na história da arte do Brasil.

ATLÂNTICO VERMELHO: vestígios do passado

Keller Regina Viotto Duarte
kd_arte@yahoo.com.br

Denise Wanderley Paes de Barros
denisepaes@mackenzie.com.br
Rosana Maria Pires Barbato Schwartz
rmpbs@mackenzie.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Rosana, Vermelho;, Paulino;, Atlântico, documento., História;, imagem;

Esta investigação problematiza a série ATLÂNTICO VERMELHO, desenvolvida pela artista visual Rosana Paulino e apresentada em junho de 2016, na Galeria Superfície, em São Paulo – SP. Propõe-se observações e questionamentos em relação à obra. A partir dos

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

conceitos da Nova História o desvendamento das especificidades da história em suas diferentes épocas deixa de ser um relato das singularidades individuais, numa narrativa que se prende apenas aos protagonistas dos grandes fatos, para dar relevância a todo e qualquer vestígio do passado, entre eles, o objeto artístico. Discutir o uso da imagem na composição do conhecimento histórico e apresentar as principais questões teóricas que envolvem a compreensão histórica da imagem, sua relação com a experiência vivida e com o conhecimento constituído pelas diferentes áreas das ciências humanas é o eixo desta pesquisa. Enquanto documento histórico, as imagens são estudadas para compreender os processos de construção e desconstrução de identidades, culturas e mentalidades, a partir da vida e experiências cotidianas. Emergindo como mais um recurso na busca das sensibilidades, muitas vezes camufladas pela via da palavra escrita, imagens apresentam elementos capazes tanto de informar aspectos materiais concretos, linhas, cores, formas e conteúdo, quanto de revelar um monumento, ou seja, uma memória de um passado. São capazes de mostrar fatos que a própria sociedade queira perenizar. O próprio suporte do trabalho da artista, realizado em material têxtil e composto de alinHAVOS, dialoga de maneira representativa, com esse novo viés de compreensão histórica. A obra de Rosana Paulino, em si, é apresentada na cena artística contemporânea, unindo passado/presente e é acolhida pelo mercado de arte e tem também lastro de pesquisa científica realizada pela artista, tanto nos processos do fazer artístico como na profundidade da pesquisa conceitual, temática, e na busca ou encontro da artista com sua própria história de vida e da cultura. Rosana Paulino, reúne fragmentos de imagens da memória de povos negros africanos, livres e escravos, cofundadores da identidade nacional, com marcas da travessia do Atlântico enquanto oceano de sangue, marcas dos corpos, da dor que passa de geração para geração e não pode ser esquecida num canto qualquer da História. Sua obra nos convida a uma reflexão e problematização sobre a sociedade brasileira nos dias atuais, fruto de tais permanências e rupturas.

George Bellows: a expressão do corpo feminino e o hiato da arte estadunidense

Eponina Castor de Mello Monteiro
nina.cmmonteiro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: George Bellows, nu, retrato, História da Arte, realismo

A obra “Nu com xale branco” (1919), de George Bellows, nosso foco aqui, apresenta uma mulher com o colo desnudo, em uma pose de retrato, que não encara o espectador: algo

irreverente, convidativo e introspectivo. A luz roxa que recobre a figura feminina, o busto farto em evidência pela luz projetada desperta a curiosidade do espectador, com essa áurea quase angelical, não é um corpo que se revela para prazeres sexuais, mas que certamente levanta esse desejo. O modernismo tradicional não se perde em Bellows: ele traz cidades, pequenos momentos corriqueiros, um anonimato perceptível em “Do lado de fora da grande tenda” de 1912, ou ainda “The Boardwalk” de 1915, que nos lembra do famoso “Nighthawks” de Edward Hopper (1942). Bellows, pintor estadunidense, passa quase despercebido – com a exceção de sua série sobre lutas de boxe – dentro da historiografia da arte mundial e estadunidense – um hiato. E a tão proclamada modernidade se revela nas pinceladas de Bellows de uma nova forma.

Ao repararmos nas pinceladas também modernas de Amedeo Modigliani, um grande apreciador das formas femininas, retratou mulheres em diversas poses, percebemos diferentes aspectos. Muitos de seus retratos femininos podem nos lembrar do “Nu com xale branco”. A forma clássica do retrato: mulher sentada, com enquadramento do torso, foi muito explorada pelos traços alongados de Modigliani. Porém, “Nu deitado” (1917), por exemplo, traz a pose de nu, uma mulher recostada, braços elevados à altura da cabeça, o rosto da modelo encarando o espectador, e um torpor alheio aos desejos que seu corpo desperta, ainda que intencional pela ótica do pintor. Já a obra “Nu com Chapéu” (1907), com uma áurea lavanda, e recorte bem típico de retratos, com destaque para os seios, é bem mais similar à obra de Bellows, mas ainda sim, traz um olhar mais luxurioso do corpo feminino, com um rosto maquiado, uma boca rubra, e um olhar dissimulado. Ao analisarmos e compararmos essas formas femininas, pretendemos contribuir um pouco para a compreensão de uma corrente estadunidense tão rica.

O conceito de modernidade tão estreito e difundido algumas vezes perde certas preciosidades. Rever tal conceito, estar aberto a novas possibilidades, como a modernidade nada lânguida que Bellows nos apresenta, é possível e necessário.

No puedo respirar! Imagem das mulheres e da cidade na video arte latino-americana: Anna Bella Geiger e Pola Weiss

Vivian Berto de Castro
vivian_berto@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: vídeo arte, mulheres artistas, vídeo

A video arte produzida por mulheres, muitas vezes, desafia os padrões de representação e a relação sujeito espectador/objeto observado, que podem ser tratados, segundo a perspectiva de Laura Mulvey, teórica feminista do cinema, como respectivamente o homem voyeur e a mulher,

seu objeto de contemplação. Em “Passagens I” (1974), Anna Bella Geiger leva o corpo feminino para andar pela cidade por meio de escadas, indo do ambiente privado para o ambiente público de forma vagarosa em takes longos, sempre de costas para o espectador. Já a artista mexicana Pola Weiss, na obra “Ciudad-Mujer-Ciudad” (1978), coloca por meio de técnicas de sobreimpressão e incrustação o corpo da mulher nua que dança na vida agitada da Cidade do México, da qual ela não consegue se reconhecer nem encontrar seu lugar. Ironicamente, a nudez da dançarina nunca é completamente revelada, uma vez que os mecanismos de sobreimpressão e solarização (saturação da cor) dificilmente nos deixam ver completamente o corpo que dança. Tanto Geiger quanto Weiss nos fazem olhar, por meio do tempo e do espaço do vídeo, para o corpo das mulheres na cidade – duas grandes cidades na América Latina, Rio de Janeiro e Cidade do México –, qual é o lugar que estes corpos ocupam e seus conflitos. Além disso, subvertem a relação espectador-observada no vídeo, oferecendo a quem assiste sua própria visão e controlando a experiência audiovisual.

Arte religiosa em Minas Gerais no final do século XIX: As Igrejas de São Francisco de Assis em Sabará e São Francisco de Paula em Ouro Preto

Gustavo Oliveira Fonseca
gofhistoria@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Sabará, Ouro Preto, arte religiosa, século XIX

A arte religiosa produzida em Minas Gerais, é reconhecida por ser alvo constante de pesquisas acadêmicas no âmbito da História da Arte. Entretanto, observa-se que a grande maioria dos estudos concentram seus esforços de análise no século XVIII e primeiras décadas do XIX, criando um senso de obscuridade sobre a produção artística religiosa realizada durante o 1800 mineiro. Deve-se levar em conta, que não apenas inúmeros templos do chamado "barroco mineiro" foram concluídos ou modificados ao longo do período imperial, como também novos templos foram edificados. Desta forma, a proposta de apresentação neste simpósio temático pretende discutir estas questões através do estudo centrado em dois templos religiosos construídos ao longo do século XIX e que tiveram suas ornamentações artísticas finalizadas nas últimas décadas deste mesmo século: As Igrejas de São Francisco de Assis em Sabará, e de São Francisco de Paula em Ouro Preto.

A Igreja de São Francisco de Assis em Sabará, cuja construção iniciou-se aproximadamente em 1781, passou por vários momentos de paralisia nas obras, tendo as torres

sido construídas em 1849. No entanto o processo decorativo interno, incluindo as pinturas em perspectiva da capela-mor, prologou-se ainda por mais tempo.

Já a Igreja de São Francisco de Paula de Ouro Preto teve suas obras iniciadas por volta de 1804, porém, foram interrompidas durante intervalos de longos anos, sendo a parte de alvenaria concluída somente após 1878. Já a decoração interna, teve seu conjunto de retábulos executados por volta de 1890, tendo a pintura e douramento atingido as primeiras décadas do século XX.

Apresentando as vicissitudes do longo processo construtivo destes templos, é possível observarmos a influência de variadas linguagens estéticas, analisando como se operavam as escolhas artísticas em Minas Gerais no período em questão. Através das escolhas artísticas efetuadas pelos comitentes, artistas e artífices, é possível lançar luz sobre o fazer artístico mineiro durante o final do Império e princípios da República. Assim, espera-se contribuir para este simpósio temático tanto no aspecto teórico quanto metodológico, trazendo para discussão obras ainda pouco estudadas e que podem contribuir sobremaneira para as atuais questões da historiografia de Arte.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - imagens de Antonio Nardi na Matriz do Grajaú (RJ)

Dirceu Ferreira Barbuto
dirceubarbuto@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo, História Cultural, Pintura Mural, Arte Sacra

O pintor e ilustrador italiano Antonio Maria Nardi (1897-1973), com sólida formação acadêmica e profissional, chega ao Brasil em 1949 acompanhado de sua família e aqui permanece durante quinze anos, realizando trabalhos artísticos em templos católicos, destacando pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais. Muralista com traços neoclássicos e com a adoção das formas geométricas essenciais do modernismo brasileiro, seus desenhos valorizam volumes e destacam o colorido. A devoção a N. Sra. do Perpétuo Socorro está vinculada ao Ícone milagroso que traz a representação de Maria na Paixão. Pintado no estilo bizantino da Igreja Oriental, nele se enlaçam a arte e a piedade, a elegância e a simplicidade. O referido Ícone é venerado hoje na igreja do Santíssimo Redentor e Santo Afonso, dos Missionários Redentoristas, em Roma. No entanto, poucos, talvez conheçam a prodigiosa história que este quadro de pequenas dimensões passou durante um longo período. Na igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ), Brasil, o pintor Antonio Nardi baseia-se na tradição oral e na história escrita e em sua arte representa a

origem histórica do referido quadro por meio de 08 murais de grandes dimensões, situados nas paredes da nave central da igreja. Abordaremos em nossa Comunicação, alguns aspectos da pintura mural de Antonio Nardi, notadamente os 08 murais que retratam a origem histórica da milagrosa imagem de N. Sra. do Perpétuo Socorro, padroeira da Matriz do Grajaú (RJ). O nosso objetivo é apresentar e contextualizá-las, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil. Para atingir nossos objetivos trabalharemos com o cruzamento de fontes visuais com fontes escritas. Dessa forma, será possível estabelecer o diálogo entre as imagens e seu contexto de produção. Utilizaremos também a abordagem culturalista proposta por Roger Chartier, que entende a cultura como sendo socialmente construída através da escolha de determinados símbolos e representações para explicar a visão de mundo, os valores, a realidade de um determinado povo situado no espaço e tempo. Teremos como fontes o recorte dos 08 murais da igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro, recortes de jornais da época, principalmente O Globo; o relatório de Andrea Fausto Nardi, sobre a decoração total da igreja do Grajaú (RJ) e textos acadêmicos que abordam o muralismo sacro no Brasil. Apesar de extensa, a obra de Nardi continua desconhecida em grande parte do nosso país.

Um mundo maravilhoso de criaturas possíveis sustentadas por tantas outras coisas impossíveis de um imaginário fantástico

Francislei Lima da Silva
francislei.lima@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte colonial luso-brasileira, imaginário colonial, grotteschi, chinoiseires

Nossa comunicação pretende sugerir novos olhares sobre os lugares que habitam as criaturas fantásticas provenientes de motivos ornamentais trazidos do oriente, combinados àqueles de fundo clássico. Elefantes e pássaros flutuam entre flores e frutos gigantes onde as proporções não são respeitadas. Homens tocam trombetas entre pastores, homens que caçam, dançam e passeiam por um lugar que recorda um jardim, que possui ao centro uma fonte. Nessa geografia dos sonhos multiplicam-se os animais e plantas que eu não conheço e não sei nomear. Outros seres, em constante metamorfose, vomitam outros tantos elementos necessários para construir essas estruturas improváveis sustentadas por coisas de um mundo maravilhoso. Espaços outros, ditos por Foucault, possíveis e imaginários como os lugares dos sonhos de Gaston Bachelard, que permitem uma experiência singular do tempo. É justamente nesses lugares

singulares que as criaturas fantásticas surgem não como meros ornamentos, mas como estruturantes de um sistema significante entre os sistemas da arquitetura no mundo colonial luso-brasileiro. Buscamos, assim, lançar olhares sobre as coisas e seres que passam a habitar os templos edificados nas minas durante o século XVIII, numa perspectiva transculturalista, que procura compreender a circulação e as relações estabelecidas entre ornamentos provenientes de diferentes culturas e cosmologias. Ornamentos que não sugerem um programa definido, estando sua vitalidade no imprevisto dos arranjos que combinam grotteschi e chinoiseires. Além disso, criam verdadeiras aberturas, isolados em pilastras, contrapilastras, panos de abóbadas, almofadas de portas, caixotões em forros, e todos os espaços que permitam seus componentes não serem reduzidos a meros símbolos ou congelados no tempo.

Um mundo imerso em sombras: a apropriação estética de Caravaggio em uma exacerbação do hiper-realismo e do simbolismo

Matheus de Almeida Paiva
matheus.a.paiva@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE: hiper-realismo, Caravaggio, Simbolismo, Barroco, Neobarroco

Nosso tema se restringe basicamente aos estudos sobre a História da Arte recortados a partir da apropriação estética das obras, técnicas e dos conceitos ligados a Caravaggio, principalmente no que se refere a exacerbação do hiper-realismo e do simbolismo em outros pintores contemporâneos. O escopo é analisar os quadros de Caravaggio e como seus conceitos e características influenciou quadros de pintores como Roberto Ferri, Odd Nerdrum, Paul Reid e Tibor Csernus. Esse trabalho buscou e pretende analisar, os principais elementos que compõe e influenciam a partir da obra de Caravaggio outros pintores, em um Neobarroquismo, que formam uma corrente de outros pintores a partir de meados do século XX. Partimos do pensamento de um barroco em novas práticas estéticas e sua relação com os novos ou atualizados conceitos artísticos, na qual técnicas hiper-realistas, simbolistas e o uso da figura humana como parte central da obra são ressaltados nas representações dos pintores, assim como a dualidades contrastantes entre claro e escuro, sagrado e profano, vida e morte, entre outros, o objetivo é criar uma nova perspectiva sobre uma arte mais atual, estudar as referências que cercaram pintores que a partir do século XX buscaram atualizar um passado técnico artístico, que se discute com a arte contemporânea que se caracteriza por um vazio do figurativo humano, a inexistência do corpo, mas ao mesmo tempo tem características que ele carrega como algo central

nas obras, os já citados autores resgatam a teatralidade, o profano, o simbolismo novo e o hedonismo que fazem relação com as referências religiosas, surrealistas e simbolistas, e que deságua em algo que talvez possa ser chamado por nós de neobarroco.

Luz sob o palco - Uma análise do Balé romântico

Franciara Sharon Silva do Carmo
franciarasharon@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, História, Dança., arte

Dentre as artes de palco em sua diversidade, este trabalho tem por objetivo colocar em discussão o Ballet Clássico, o qual teve seu ápice durante sua época romântica iniciada em 1832. Foi uma das últimas artes a adentrar no movimento, porém teve certa influência na sociedade burguesa deste período. Na França o ballet clássico adquire um status, o incentivo a essa arte é grande, o bailarino precisa de anos de técnica para executá-la nos palcos. A dança segue enredos que contam histórias sobre o amor verdadeiro, elementos do mundo espiritual se entrelaçam com o mundo terreno, que podem ser por meio de comédias ou no seu extremo as tragédias.

Veza que cada vez mais é cobrado dos profissionais da dança um arcabouço teórico e metodológico, o qual a história pode contribuir. Serão trabalhados libretos de ballet clássico, pois a história contada emocionava o público ao mesmo tempo em que incentivava determinados hábitos. Para realização do trabalho faz-se necessário um levantamento bibliográfico para desenvolvimento e enriquecimento do tema, sendo assim alguns autores são de vital importância na bibliografia, dentre eles temos Paul Bourcier que trabalha em seu livro “A História da Dança no Ocidente”, a evolução desde as danças primordiais até a dança moderna. Obra que desde sua publicação fora de grande valia para historiadores das artes e da dança.

Desta perspectiva o trabalho levantará três obras românticas as quais obtiveram uma grande relevância neste período: “O Balé das Freiras”, “A Sífide” e “Gisele”. Além da influência no período de seu ápice, o Ballet romântico construiu uma base tão sólida e conseguiu ser tão influente que todos os balés posteriores a ele, o usaram de referência, mesmo quando fora contestado. Seus elementos como figurinos, cenários e sapatinhas são até hoje usados e seus repertórios são remontados e fazem sucesso aonde vão, em histórias cuja emoção é uma das principais características.

A História da *rte - Mapa (de homens) da História (branca) da Arte (eurocêntrica)

Bruno Seravali Moreschi
brunomoreschi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de artes, Arte e Gênero, Contra-história, História da Arte, Enciclopédia de artes

Apresentação do projeto HISTÓRIA DA *RTE - Mapa (de homens) da História (branca) da Arte (eurocêntrica), que nasceu da constatação de que a História da Arte estudada nos cursos de graduação é constituída majoritariamente por artistas homens, brancos, europeus e norte-americanos. A equipe multidisciplinar, formado por historiadores, cartógrafos, designers, hackers, curadores e coordenada pelo pesquisador e artista visual Bruno Moreschi, realizou uma pesquisa premiada e financiada pelo Rumos Itaú Cultural 2016 que parte do trabalho feito em 11 livros de História da Arte utilizados em universidades. A pesquisa iniciou-se com um levantamento/tabela com os artistas citados nesses livros e as seguintes informações: anos de nascimento e morte; onde nasceu, trabalhou e morreu; gênero; raça; técnica principal utilizada; e principais adjetivos utilizados para descreve-los. O resultado da primeira etapa será disponibilizado gratuitamente em forma de tabelas e gráficos em um site em construção. Dentre vários resultados, os dados mostram a ínfima citação de artistas negros e artistas mulheres nos livros – e, quando citados, sempre relacionadas a adjetivos que remetem a ideia de fragilidade. O site também é um espaço para a utilização dessas informações coletadas nos livros de uma maneira horizontal, a partir de eventos abertos chamados hackathons em museus, onde hackers propõem novas formas de visualizações desse material em performances abertas aos visitantes. A segunda etapa do trabalho foi a criação de um mapa/panfleto dobrável que revela como se organiza e se constitui essa História da Artes restrita. Com tiragem de 100 mil exemplares em português e inglês, o material será distribuído gratuitamente no primeiro semestre de 2017 na entrada dos principais museus do Brasil e do exterior, constringendo justamente as instituições culturais que, assim como os livros de História da Arte, perpetuam essa maneira normativa e misógina de se mostrar a arte. Pretende-se distribuir esse material em primeira mão durante o Simpósio. O projeto recebe apoio do Goethe São Paulo para distribuição no exterior e é acompanhado por um conselho editorial formado por três especialistas mulheres de notável saber: Claudia Mattos Avolesse (diretora do projeto Getty Foundation Expanding Art History: teaching non-European art e professora da Unicamp); Vera Lúcia Benedito (doutora em Sociologia pela Michigan State University) e Caroline Cotta Freitas (doutora em Antropologia Social pela USP).

A “Kunstwissenschaft” emigrada: O caso de Edgar Wind (1900-1971)

Ianick Takaes de Oliveira

ian.takaes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: nazismo, Instituto Warburg, iconologia, Diáspora Intelectual, Edgar Wind

Esta proposta de comunicação visa abordar questões relativas às expatriações do historiador da arte Edgar Wind (1900-1971), cuja obra tardia, “Art and Anarchy” (1963), é objeto de pesquisa de mestrado do proponente sob a orientação do Prof. Luiz Marques (IFCH-Unicamp). Edgar Wind, filósofo e historiador da arte de origem alemã e ascendência judaica, foi um aluno dileto da “Escola de Hamburgo” – ambiente de efervescência intelectual hamburguês ocorrido durante a república de Weimar – e um dos principais membros da “Kulturwissenschaft Bibliothek Warburg” – hoje “Warburg Institute”. Durante a ascensão nazista, Wind exerceu um papel fundamental nas negociações inglesas que resultaram no traslado da biblioteca a Londres em 1933. Com as hostilidades crescentes entre Alemanha e Inglaterra, Wind parte para os Estados Unidos em 1939 a fim de garantir uma guarida norte-americana caso os nazistas tomassem a Grã-Bretanha. Se o sucesso aliado por fim salvaguardou a instituição em território inglês, a promoção de Wind das abordagens e pesquisas dos warbuguianos junto às instituições norte-americanas contribuiu em larga medida para a sua incorporação pela University of London em 1944. Edgar Wind, contudo, rompe inesperadamente os laços formais com o “Warburg Institute” em 1945, afirmando divergências irreconciliáveis, e retorna à Inglaterra somente dez anos depois, em 1955, quando de sua nomeação como primeiro professor de história da arte em Oxford. Tomando as translações de Wind como eixo de discussão, a comunicação visa, portanto, (1) discorrer sobre a atuação diplomática e política de Edgar Wind nas conturbadas décadas de 1930 e 1940 entre Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos; (2) comentar os efeitos da diáspora dos historiadores da arte alemães no universo anglo-saxão e (3) conjecturar em que medida os eventos políticos nazi-fascistas afetaram a produção teórica e heurística desses estudiosos (e de Wind em especial).

Sou artista e fui representado como tal: Considerações sobre a produção de retratos de artistas no ateliê feito por seus contemporâneos no Brasil

Natália Cristina de Aquino Gomes

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Início do século XX., Ateliê, Arte brasileira, retrato, século XIX

O gênero do retrato foi um dos mais difundidos e trabalhados pelos pintores ao longo dos séculos, e mesmo sem ocupar o topo na hierarquia dos gêneros, popularizou-se e tornou-se objeto de desejo em diferentes épocas. Artistas realizaram retratos de doadores, civis, individuais, de corte, de Estado, coletivos ou de grupos, autorretratos, dentre outros, de acordo com encomendas, como homenagens ou para sua própria afirmação social e cultural. Neste conjunto, interessa-nos um tipo específico de retrato: a representação de pintores e escultores no ateliê feito por outro artista, eles foram retratados nestas obras em ateliês, elegantemente posando ou individualmente em meio ao ofício e também coletivamente, ao lado de outros artistas ou amigos. A pesquisa de mestrado, iniciada neste ano, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Arte da UNIFESP, sob orientação da Profa. Dra. Elaine Dias possui como objetivo o estudo de retratos de artistas no ateliê, de pintores e escultores atuantes ao longo do século XIX e início do século XX no Brasil, realizados por seus contemporâneos. Nesta ocasião, e de acordo com o eixo “Cultura visual e Imagens”, discutiremos alguns aspectos sobre essa produção, a fim de apontarmos os indícios já encontrados que demonstram como o estudo dos retratos de artistas brasileiros no ateliê mostra-se importante, uma vez que denotam a importância do artista, sua afirmação como pintor ou escultor, além da legitimação de sua posição social, enquanto artista, por meio do reconhecimento de seu ofício.

Pintura mimética: diálogos para uma compreensão histórica de construção

Marcillene Ladeira

marcillene.ladeira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pintura, leis matemáticas, leis físicas, mímesis

A partir do eixo “meios e modos de produção artística”, o artigo objetiva refletir sobre os recursos utilizados pelos artistas do passado – os grandes mestres da pintura – que lhes permitiam representar o mundo à sua volta de maneira vívida e precisa. Para tanto, propõem-se uma investigação pautada em leituras e perspectivas mais recentes, as quais nos possibilitam compreender certas teorias e técnicas empregadas nessa construção mimética da realidade, que

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

vão para além da “genialidade” do artista. Veremos, em estudos como os de David Hockney, contido no livro “O Conhecimento Secreto: Redescobrimo as técnicas perdidas dos grandes mestres” (2001) e do jovem físico brasileiro Marlon César de Alcântara, que partiu para a Holanda à procura de melhores esclarecimentos sobre as renomadas pinturas holandesas do século XVII (2011), que pouco se sabe sobre a ciência óptica e como os pintores se beneficiaram de seu uso, influenciando não apenas os traços, mas também as cores, tonalidades e sombreamentos. A partir do primeiro, entenderemos a historicidade desse meio científico aplicado à produção artística, aliando-se também a propriedades matemáticas como leis da geometria e da perspectiva. Do segundo, passaremos a uma compreensão das relações estabelecidas na Holanda - província recém liberta da Espanha e que teve sua independência em 1579, com reconhecimento em 1648 - local que acabou por se tornar refúgio do pensamento intelectual da época e lugar dos grandes avanços técnicos e científicos, chegando-se, a então, designação de “Idade de Ouro”. Aprenderemos que com as novas facilitações, as imagens se proliferavam nos livros, mapas, quadros, porcelanas... Tudo era motivo de representação. “Estima-se que entre uma população de cinco milhões de pessoas, dois milhões eram pintores ou sabiam alguma técnica de pintura” – é o que assim afirma Alcântara (2011, p.18).

Fazer arte, fazer escola: processos artísticos contemporâneos para pensar educação

Alessandra Baldissarelli Bremm
alebaldissarelli@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: escola, Educação, residência artística., pesquisa artística, arte
Ao articular questões emergentes do cotidiano como professora de Arte do ensino público, com a realização de uma residência artística em uma escola pública de Porto Alegre/RS (como parte da pesquisa do Mestrado em Educação/UFRGS), produzi trabalhos artísticos que traduzem a vontade de pensar a arte como forma de problematizar inquietações que emergem do cotidiano escolar, buscando desvanecer as fronteiras entre a arte, a educação e a vida. A partir de registros escritos e fotográficos de situações vivenciadas durante a residência, esses trabalhos que me fizeram pensar melhor as relações entre verdade e criação em arte e educação na escola. Com referenciais como Foucault e Nietzsche, são propostas algumas questões que emergem desse exercício de pensar com arte esse universo de possibilidades que é a escola, ajudando a analisar de maneira mais densa essa necessidade de, tendo a arte como plataforma (“Arte como plataforma

para pensar”. LOPONTE, 2012), pensar a educação como produção de pensamento, como criação de uma nova estética da existência (FOUCAULT, 2004). Através de processos artísticos realizados sobre/na escola, alguns aspectos são problematizados de forma a tornar visíveis situações que denotam a necessidade de pensar a escola e a arte de outras formas no mundo contemporâneo. A arte, em uma postura investigativa e analítica, é percebida aqui não como uma disciplina no currículo escolar, mas como um terreno fértil para novas possibilidades de pensar, “no encontro fortuito, na relação dinâmica de uma proposição artística com outras formações, artísticas ou não (BOURRIAUD, 2009 p.29-30). Nesse contexto, investigo possibilidades de se produzir outras verdades, produzir outras estéticas cotidianas sobre/com a escola, “que insiste em permanecer a mesma” (LOPONTE, 2005, p.15). Nessa subversão de barreiras da atuação como professora&artista&pesquisadora, continuo a buscar novas articulações na relação entre arte e educação, acreditando e defendendo a escola para além dos discursos que a negativizam, em uma postura que valoriza outros olhares sobre o cotidiano escolar. Essa abertura do retrato do pesquisador é importante quando se trata de possibilitar a atuação e presença do professor como pesquisador e como artista, ajudando a problematizar e a articular esses “diferentes papéis” em uma postura de invenção de si e da escola.

ST 21 - Teoria da História e História da Historiografia: Filosofia, Ciência e Religião

Simpósio Temático

Breno Mendes

Doutorando
Universidade Federal de Minas Gerais
mendes.breno@gmail.com

Danilo Souza Ferreira

Mestrando
Universidade Federal de Ouro Preto
danilosf1901@hotmail.com

Marco Guisoli Girardi

Mestrando
Universidade Federal de Minas Gerais
marcogirardi@gmail.com

Walderez Simões Costa Ramalho

Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
walderezramalho@gmail.com

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

Doutorando
UFMG
augustobrunoc@yahoo.com.br

Tomaz Pedrosa de Tassis

Mestrando
UFMG
tomaztassis@gmail.com

Henrique Rodrigues Caldeira

Mestrando
UFMG
henriquercaldeira@gmail.com

Proposta do Simpósio

Com o objetivo de continuar as atividades de um fórum voltado para discussões acerca da Teoria da História e da História da Historiografia no interior do EPHIS, prosseguimos a tradição de propor um Simpósio Temático dedicado ao estímulo de tais debates. Os terrenos, intersecções

e fronteiras dos campos da Teoria da História e da História da Historiografia são suficientemente amplos para suscitar temas e abordagens das mais variadas. Certos disso, visamos propiciar um espaço suficientemente amplo para o acolhimento de todas elas, sobretudo daquelas que contemplam temas relacionados à filosofia, à ciência e à religião. Todavia, mesmo que não seja evidente a princípio, as propostas devem versar, em comum, a respeito de questões essenciais que confirmam certa especificidade teórica às reflexões, tais como: O que é a História? É possível formular um conhecimento racional e metódico sobre o passado? Que necessidades são atendidas por esta forma de conhecimento? Em que medida essas questões foram postas, destacadas, obliteradas ou rejeitadas na própria história da disciplina histórica? Quais os limites e/ou possibilidades de uma História da Ciência realizada por historiadores? O que a História, enquanto forma de conhecimento do passado, tem a dizer a respeito da produção científica? De que modo a Religião e a História, como maneiras de elaborar ou configurar a experiência humana dotando-a de sentido e inteligibilidade, podem aproximar-se ou distanciar-se? Enfim, as propostas devem girar em torno da extensa variedade de questões ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas, sociais e políticas provocadas pelo saber histórico – quaisquer que sejam os seus objetos. Assim, uma vasta gama de propostas são bem-vindas, cobrindo desde temáticas mais amplas e tradicionais a problemas considerados cada vez mais específicos e atuais; as relações da escrita da História, seus desafios e demandas contemporâneos; e as novas perspectivas sobre a História em conexão com a Religião, a Ciência e a Filosofia. Com este Simpósio pretendemos debater a respeito daquilo que há de mais caro há na reflexão sobre a disciplina histórica: o potencial que o(a) historiador(a) tem de dar (ou acessar) sentido ao passado, transformá-lo (ou conquistá-lo) e permitir que com ele se conviva (ou se negue). E, para fazê-lo, almeja-se trabalhos capazes de, em diálogo com a própria tradição, revirá-la, ressignificá-la e continuá-la criticamente, renovando os sentidos do fazer História.

Comunicações

Balço Historiográfico sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Ana Luiza Dias de Faria
 analuizaf555@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: teoria da história, Balço historiográfico., Historiografia, Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária Brasileira

A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1944-1945) é retratada pela historiografia sob diferentes prismas. Há, por exemplo, uma historiografia militar que, de forma romanceada, exalta a memória dos ex-combatentes ressaltando suas conquistas do combate na Itália. A partir de 1980 o tema passa a interessar alguns historiadores profissionais que analisam o tema como o uso de vastas fontes. Essas novas produções científicas buscam ressignificar o momento histórico de diversos ângulos. O projeto proposto visa realizar um balanço historiográfico dessas novas obras para ampliar os olhares sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial onde serão apresentadas novas formas de perceber o fato histórico, tendo como referência conceitos como memória, representação e releitura do passado.

A(s) Identidade(s) entre os usos e disputas pelo passado: um estudo de caso na cidade de Itaguara/MG

Rafael Penido Vilela Rodrigues
rafaelpenidodh@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade, Discurso Historiográfico, História, Itaguara/MG

Os usos do passado e as disputas pelo monopólio do discurso historiográfico são práticas recorrentes quando se trata das identidades de uma comunidade. Quase sempre as datas e fatos históricos, as catástrofes e conquistas, os personagens marcantes, etc., são revisitados por homens e mulheres que se propõem a acessar o passado na tentativa de redesenhá-lo sob a forma das narrativas identitárias. Cada povo, em cada época, em cada lugar, em cada vivência, é capaz de formular uma interpretação singular sobre sua História, uma vez que essa é a possibilidade de criar um caráter simbólico em suas vidas, unindo o passado ao presente em um movimento intermitente que modela suas próprias identidades e os impulsiona para o futuro.

Visando tais análises, essa comunicação foi elaborada através de um estudo de caso que versa sobre o próprio saber histórico, seus significados e representatividades no seio de uma comunidade no interior do Estado de Minas Gerais. Trata-se do município de Itaguara: cidade localizada ao sul da região metropolitana de Belo Horizonte, com seus pouco mais de treze mil habitantes. A proposta aqui, mais especificadamente, é apresentar as análises dos discursos historiográficos encontrados em alguns jornais locais (Jornal Ita-Panorama 1968/1973; Conquista: Jornal de Itaguara 1982/1983; e Jornal Ita-Comunicação 1989/1992), evidenciando as supostas particularidades e delimitações enredadas pelos articulistas, tendo em vista as propostas de enquadramento das identidades e a forma como esses sujeitos representam sua História nos jornais. Nessa esteira, além disso, esse estudo de caso nos leva também às diferentes noções

engendradas a respeito do futuro da comunidade, uma vez que as controversas noções de modernidade, progresso e desenvolvimento volta e meia aparecem no horizonte de expectativas evidenciado nesses discursos jornalísticos. É então, a partir destes princípios, por meio de uma abordagem teórico-conceitual, que se pretende aprofundar no torvelinho das apropriações historiográficas evidenciadas nos jornais locais, em razão de investigar os diferentes discursos a respeito do passado da comunidade itaguarense, assim como as expectativas que emergem de suas entrelinhas, observando, pois, as disputadas pela “verdade histórica”.

Primeira visitação inquisitorial a Bahia pelo licenciado Heitor Furtado De Mendonça (1591-1595) e a escrita da história de Capistrano de Abreu

Alex Rogério Silva
alex465@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Capistrano de Abreu, Inquisição na Bahia, Escrita da História

Heitor Furtado de Mendonça, visitador do Santo Ofício, chega ao Brasil no ano de 1591, permanecendo até 1595, onde desenvolveu trabalhos na Bahia (entre os anos de 1591 e 1593) e, posteriormente, em Pernambuco. A visita tinha por objetivo realizar investigações de fé, mas, também, perseguir os judeus convertidos, ou seja, os cristãos-novos, que eram acusados de darem continuidade às práticas da antiga fé, embora de maneira oculta e adaptada ao limite do possível, o chamado cripto-judaísmo. As confissões feitas à mesa do Visitador foram registradas pelo notário Manoel Francisco, em um livro denominado, o Livro das Confissões. Este é formado por 120 relatos de pessoas que procuraram o visitador para confessarem suas culpas, tornando assim uma fonte importante para entender a sociedade colonial do final do século XVI, sua mentalidade, medos, anseios. No século XIX, Capistrano de Abreu, prefaciou o livro da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1595, que fez parte de um projeto empreendido por Paulo Prado, que tinha por objetivo publicar “obras raras e preciosas” que versassem a respeito à “História da Pátria”. Este prefácio fornece ao leitor indicações para várias áreas de estudo. Esta comunicação visa elencar as reflexões de Capistrano de Abreu, dispostas no prefácio da obra “Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1595”, tendo como pano de fundo o processo de escrita da história realizado no Brasil nos séculos XIX e XX.

José Murilo de Carvalho intérprete do Brasil

Pedro Henrique Resende
pedrohenriquer_1@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tempo histórico, Historiografia contemporânea, historiografia brasileira

Acreditamos que ao estudar a obra do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho seja possível identificar elementos constituidores do campo historiográfico brasileiro nas décadas finais do século XX, o ser historiador nesse período tão movimentado da história do nosso país. Para a presente reflexão focaremos em três livros do autor: Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi (1987), A formação das almas – O imaginário da República no Brasil (1990) e Cidadania no Brasil – O longo caminho (2001). Nosso interesse vai além dos livros selecionados em si, o que desejamos ao analisá-los é elaborar um registro sobre o fazer historiográfico nacional nos anos 1980 e 1990. Os três livros selecionados serão mobilizados para uma reflexão teórico-metodológica. A intenção é investigar as escolhas do autor, os temas que o mobilizaram, sua escrita, seus levantamentos, suas referências e sua relação com o passado e a temporalidade.

Pedro Calmon: um autor esquecido ou que não vale a pena ser lembrado?

Alesson Ramon Rota
alessonramon@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pedro Calmon, teoria da história, historiografia brasileira, História Social do Brasil

Pedro Calmon foi um historiador brasileiro com intensa produção bibliográfica na primeira metade do século XX. Esteve ligado ao IHGB (1931), à Academia Brasileira de Letras (1936) e à Academia Portuguesa da História (1938), instituições que proporcionaram visibilidade para Calmon publicar suas obras. Foi também diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (UFRJ), entre os anos de 1938 até 1948, e reitor da mesma Universidade entre 1948-1951 e 1951-1966. Apesar desse protagonismo institucional, Calmon foi praticamente esquecido pela historiografia que analisa os intérpretes da década de 1930, salvo um capítulo de José Carlos Reis no livro Identidades do Brasil, Vol. 2, e alguns artigos publicados pelo próprio IHGB. No livro História da Civilização Brasileira, lançado em 1932, pode-se encontrar discussões em torno da miscigenação racial, entre o português, o negro e o índio, ao modo da conhecida teoria da democracia racial, assim como a mesologia como fator de determinação cultural. Esta abordagem

lembra de perto Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), mas é necessário demonstrar algumas diferenciações. Com o intuito de evidenciar alguns dos principais conceitos e abordagens de Pedro Calmon, escolhi o livro *História Social do Brasil* (1939) para começar a estudar a singularidade do autor. Destaca-se nesse livro a proposta de possuir um enredo fluído, que não ficasse preso às cronologias, tampouco às genealogias. A História ideal para Calmon era feita por meio de síntese de bibliografias e fontes, com narrativa criativa, a fim de possibilitar o leitor imaginar o passado como uma pintura. A abordagem de Calmon mostrou que era possível conciliar a proposta rigorosa de métodos científicos para escrever a história com o cunho romântico. Ao mesmo tempo que Calmon fazia referência a Immanuel Kant, Leopold von Ranke e Heri Berr, também citava Jules Michelet e Alexandre Herculano, talvez por isso levasse tão a sério a noção de síntese.

Orientação e estabilidade a partir da tematização do passado brasileiro nos ensaios de Paulo Prado e Eduardo Frieiro

Clayton José Ferreira
claytonjf15@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Prado, Eduardo Frieiro, Escrita da História

A partir da análise dos ensaios *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) de Paulo Prado e *O brasileiro não é triste* (1931) de Eduardo Frieiro pretendo abordar a tematização da história e a da historiografia como um esforço de adequação das relações afetivas e ético-políticas no final da Primeira República a partir das relações com determinados passados. Enquanto tematizam constantemente a meta-narrativa civilizacional e progressista, nossos autores parecem apontar que, para a historicidade das primeiras décadas do século XX, parte da história não pode passar, ela constantemente invade o presente como uma herança radical do passado. Entre outras transformações, a abolição da escravidão, em 1888, e a mudança de regime monárquico para republicano, em 1889, geraram grandes expectativas de mudança política e social entre os letrados do período, o que parece ter sido outro legado daquele passado recente para parte da comunidade de intelectuais. Estes novos acontecimentos históricos, associados a tantos outros nas primeiras décadas do século XX são muitas vezes apresentados como novas possibilidades de futuro caso houvesse uma tematização adequada da história que rompesse certas heranças do passado enquanto que se aproximasse de outras. Há nos ensaios aos quais nos referimos um empenho em encontrar certa estabilidade através (entre outras escolhas) do passado. Sendo assim, a busca pelo desenvolvimento não parece se revelar aqui pela

intensificação da aceleração temporal para compensar o atraso, mas sim lidar com o progresso de forma específica, compreendendo o próprio ritmo histórico para então buscar norteamento. Desse modo, o progresso se daria de forma adequada ao cuidar da realidade social e política da atualidade, ações orientadas também por representações do passado. A ideia de progresso aparece com grande insistência em grande parte dos ensaios da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX brasileiro. Trata-se de um conceito chave que condensava a experiência moderna destes dois séculos. Vislumbrando o progresso, estes autores tentavam direcionar seus esforços ao buscar certa reestruturação da experiência de tempo radicalmente acelerada, instável, que acabava por desorientar e, como apontavam, dificultava a realização de projetos.

Historicidade e ipseidade: as identidades na história

Breno Mendes
mendes.breno@gmail.com

Walderez Simões Costa Ramalho
walderezramalho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: ipseidade, Historiografia, Ricoeur, Historicidade, Heidegger

Nossa proposta consiste em aproximar dois conceitos: historicidade (*Geschichtlichkeit*) e ipseidade (*ipseité*). São conceitos extraídos de dois grandes nomes da tradição fenomenológica-hermenêutica do século XX, respectivamente Martin Heidegger e Paul Ricoeur. A intenção é mostrar que essa aproximação pode abrir novas formas de se considerar a questão das identidades históricas, que se afasta ao mesmo tempo das abordagens essencialistas e construtivistas. Ao mesmo tempo, defendemos que essa mesma aproximação conceitual permite construir uma compreensão sobre o fenômeno (as identidades históricas) que seja também operacional para uma investigação histórica. Assim, procuramos delinear suas possíveis consequências para uma renovação na Teoria e História da Historiografia.

Historicidade e filosofia da existência: Ricoeur entre Jaspers e Heidegger

Breno Mendes
mendes.breno@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Paul Ricoeur, Filosofia da existência, Filosofia da história, Historicidade
Nesse trabalho pretendo abordar, principalmente, o primeiro livro escrito pelo filósofo francês Paul Ricoeur: *Karl Jaspers e a filosofia da existência* (em parceria com Mikel Dufrenne),

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

publicado originalmente em 1947. O objetivo principal é analisar como a Filosofia da existência jasperiana compreende a noção de historicidade e de que modo essa interpretação ressoou na filosofia de Paul Ricoeur. Para tanto, nosso pano de fundo será a relação entre a filosofia e a ciência, mais especificamente, a ciência da história. Além disso, procuraremos entender também por que, ao longo de sua trajetória, Ricoeur deixou de se referir a Jaspers e passou a uma leitura crítica de Heidegger no que diz respeito ao problema da historicidade.

A resposta de Heidegger ao "problema do historicismo"

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite
augustobrunoc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: historicismo, historicidade., Heidegger

Ernst Troeltsch estabelece o "problema do historicismo" em sua obra *O Historicismo e Seu Problema*, de 1922. Martin Heidegger, em seu tratado sobre a existência cotidiana do *Dasein* de 1927, *Ser e Tempo*, não apenas evidencia a relação fundamental que existe entre o ser e o tempo por meio da análise existencial da presença produzida pelo ser, mas também expõe sua resposta ao problema posto por Troelstch. Particularmente no § 76 do tratado *Ser e Tempo*, Heidegger sugere que o problema do historicismo pode ser resolvido por meio do estudo da "historicidade" ao conectar a analítica do *Dasein* à teoria da história coeva. Pretende-se, portanto, apresentar de forma sumária a resposta de Heidegger ao "problema do historicismo".

As Memórias de Pedro Nava: apontamentos para uma analítica da historicidade

Walderez Simões Costa Ramalho
walderezramalho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historicidade, Pedro Nava, História, Memória

Esta proposta consiste em refletir sobre a obra memorialística de Pedro Nava (1903-1984) buscando reflexões que importam para a Teoria e História da Historiografia. Trata-se de pensar a pluralidade das formas de representação do passado, a partir da tensão entre memória e história, bem como seus respectivos regimes de escrita. De que maneira a narrativa de memórias pode-se abrir à historicidade do humano? Quais são as suas possibilidades e limites para articular o tempo em experiência, frente ao discurso da história? Para responder a essas questões

principais, procede-se uma interpretação da obra naviana que se ancora em perspectivas teóricas filiadas à tradição fenomenológica-hermenêutica, notadamente Heidegger, Gadamer, Ricoeur e Ruin.

História, passado e tragédia: Os deuses do humano

Edmo Videira Neto
edmo.videira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Compreensão Histórica, Estatuto Científico, Ciência e Arte, Representação Histórica, Tragédia

É possível representar um passado, tal como ele realmente foi? Esta questão está no centro do debate estabelecido por Georg Simmel em torno da maneira como o historiador compreende e representa as atividades humanas pretéritas. O trabalho de reconstruir mentalmente pessoas mortas a muito tempo, talvez seja o maior telos do historiador, e a maneira com que este procedimento deve, ou deveria ser realizado é a principal questão abordada por Simmel. Partiremos para a elaboração deste trabalho, portanto, sob a orientação de dois fios condutores: A ideia de tragédia postulada por Nietzsche e a noção de compreensão histórica trazida por Simmel.

A despeito do primeiro fio condutor, em a origem da tragédia, Friedrich Nietzsche postula que, do que encontro entre as duas forças helenísticas representadas pelos deuses Apolo e Dionísio, surge a tragédia ática; tragédia esta, que se situa no campo estético. A partir desta metáfora da origem da tragédia, partiremos para o segundo ponto de análise do trabalho, que é entender as ideias de compreensão histórica de Georg Simmel (e uma possível “origem da história” ou “origens de representações do passado”), cujas quais, consideramos que estejam em um contato metafórico direto com as ideias que Nietzsche elucida em seu livro. Apresentaremos, portanto, as formas de se entender, representar e compreender o passado, todas elas baseadas nos escritos de Simmel. Além disso, consideramos que seja importante traçarmos um debate final sobre a localização da História dentro de um possível estatuto científico: seria Clio arte estética ou ciência positivista? Possuímos métodos para chegarmos a tal conclusão? Como o historiador se situa diante de tais debates? Estas e outras questões se apresentam, pois, como o fechamento de nosso trabalho, que visa justamente conceber as ideias de História de Georg Simmel e transportá-las para os debates a despeito da epistemologia histórica e seu estatuto científico, baseadas sempre, na metáfora estética de Nietzsche e em sua origem da tragédia.

A despeito das fontes, utilizaremos dois livros principais de Simmel sobre Teoria da História: o livro escrito entre 1916 e 1918 denominado pelo autor de "Ensaio sobre teoria da história" e o livro "Problemas de Filosofia de la Historia", em sua segunda edição, publicada em 1905. Além disso, também utilizaremos o já citado "A origem da tragédia" de Nietzsche, e uma vasta bibliografia e referencial de apoio.

Em busca do(s) futuro(s) perdido(s): ou como a utopia ainda pode servir aos historiadores no século XXI

Danilo Araujo Marques
danilomarques.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: utopia, Ernst Bloch, História, TEMPO, política

Em consonância com o tema geral do VI EPHIS “Tempo: permanências, rupturas e transições na História”, o objetivo desta comunicação será refletir sobre como o conceito de “utopia” ainda pode servir como categoria de análise fundamental na formulação de uma teoria da história neste início de século XXI. Tendo em vista o estudo do historiador Russell Jacoby, partiremos de uma distinção básica que parece haver no seio da tradição do pensamento utópico, entre os chamados “utopistas projetistas” e os “utopistas iconoclastas”. Sem deixar de considerar a clássica formulação de Thomas Morus em 1516 e suas implicações para a formação de matrizes do pensamento político nos séculos XVIII e XIX, nos interessa mais de perto o giro teórico-político ocorrido nas primeiras décadas do século XX, ao qual o filósofo Miguel Abensour deu o nome de “novo espírito utópico”. Do centro deste fenômeno de guinada na tradição do pensamento utópico – que, em linhas gerais, caracteriza-se pelo maior envolvimento com as oportunidades oferecidas pelo tempo presente da ação, muito mais do que com a mera idealização de um futuro projetado em seus mínimos detalhes – observaremos aquela que provavelmente seja uma de suas primeiras expressões: a publicação da obra *O espírito da Utopia*, de Ernst Bloch. Neste livro – redigido há exatos 100 anos, em 1917 –, Bloch propõe uma re-significação do conceito de utopia, lançando as bases para aquela noção que, ao longo de sua obra, toma forma na categoria denominada “ainda-não” (*noch nicht*) e acaba por se identificar com a ideia do “Princípio-Esperança” (*Prinzip Hoffnung*). Com esta breve apresentação, pretendemos rastrear as possíveis implicações das concepções blochianas para o estudo da história hoje, bem como de suas “permanências, rupturas e transições” – indicados no tema geral deste encontro. O historiador que se compromete com a exigência de escrever a história a contrapelo – alerta feito por outro grande representante do “novo espírito utópico” –, tem diante

de si algumas possibilidades metodológicas. Voltar-se para o passado com os olhos de quem perscruta a subterrânea “tradição da esperança” – futuros possíveis que se tornaram esquecidos na poeira do tempo –, como nos sugere Bloch, talvez seja uma boa alternativa, tanto para a prática historiográfica quanto para a prática política, em um século que, há pouco nasceu sob o emblema do fim da utopia, parece caminhar vacilante na direção de novos tempos sombrios.

Edith Stein e Richard Honigswald - da fenomenologia ao neokantismo possibilidades de teleologias da história

Danilo Souza Ferreira
danilosf1901@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: teleologia, Edith Stein, Richard Honigswald

A comunicação analisará aspectos da modernidade a partir do livro *Estrellas Amarillas e Vida de uma Família Judaica* ambas as obras escritas por Edith Stein, procurando refletir como através da escrita de si e da biografia como resposta da crise da modernidade, Edith Stein se identificou com o seu tempo e se percebeu como observadora de seu tempo através de sua biografia *História de uma família judaica*, ao escrever uma autobiografia esta ligada um duplo movimento, o primeiro de um reforço à concepção clássica do povo judaico como o povo da memória e o segundo um fenômeno eminentemente moderno, a concepção de observação de si.

A biografia de Edith Stein nos permite múltiplas abordagens, entre as quais poderíamos destacar o papel da mulher, filósofa, teóloga, carmelita, intelectual, judia e alemã. Acreditamos que a forma de análise de François Dosse, nos permite a perceber a análise da obra de Edith Stein através da percepção da vida pessoal em relação íntima da vivência pessoal escrita pela autora e dimensão global: Oferece um acesso privilegiado para nos aproximarmos ao máximo da interioridade/exterioridade, do singular/geral, sendo portanto o que mais lembra o ideal impossível de globalidade.

Portanto podemos perceber que o projeto intelectual Steiniano é marcado por um forte componente ético, no qual a própria vida é a concepção individual de intelectual e vida e marcada por um compromisso com a realidade com a comunidade humana, sendo que este apenas pode ser compreendido em sua totalidade, sendo descrito por Edith Stein como método para descrever esta realidade a história, como revela a autora em sua autobiografia ao mesmo tempo buscaremos analisar a influência do professor Richard Honigswald, de origem judaica, lecionou em Breslau no período a partir de 1906, através do trabalho *Beiträge zur Erkenntnistheorie und Methodenlehre* (Contribuições para a teoria do conhecimento e da ciência do método) onde até

1915 desenvolveu trabalhos sobre Teoria da matemática é as teorias da cognição, em especial apresentava como linha de investigação, a história da filosofia através da inspiração do neokantismo, assim como Alois Riehl com quem exercia forte diálogo descreve o professor dos cursos de filosofia e História Richard Honigswald como alguém que ela admirava por sua agudeza e seu forte senso “crítico” e a maneira sedutora que apresentava os alunos questões da dialética, e que possuía uma forte influência do neokantismo de sua formação.

Sobre o conceito de eternidade: A história como mística do instante eterno

Tomaz Pedrosa de Tassis
tomaztassis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: “História”, “Eternidade”, “Tempo”

Um dos eixos centrais da relação do homem com o tempo, a eternidade foi contemplada de diversas maneiras: espanto, indulgência, silêncio e fascinação. Seja um momento eterno ou duração infindável, intrigou as mentes dos seres humanos desde a aurora dos tempos, dos hinos do Rg-Veda Samhita, passando por Platão, Aristóteles e o surgimento da historiografia grega, até herméticos, gnósticos, yoguis, cabalistas, alquimistas e contemplativos de inúmeras tradições. A ideia de eternidade é comumente entendida como se opondo à ideia de tempo, faces opostas da mesma moeda, a dupla face de Jano, o momento no qual toda temporalidade se extingue e o homem se encontra face a face com o absoluto. No presente trabalho, pretendemos demonstrar uma outra maneira de conceber a eternidade: não como oposta ao tempo, principalmente o tempo histórico, mas como uma reverberação do instante pulsional do tempo como elemento configurador da experiência humana. A história, em suas múltiplas interpretações e configurações desde a antiguidade grega, pode ser entendida não como oposição ao tempo eterno, como geralmente se coloca, mas como uma vertente mística capaz de englobar o elemento contingente presente nas tessituras da eternidade. Para realizar tal empreitada, nos apoiaremos nas reflexões de autores como Adi Shankaracharya, Shantideva, Nagarjuna, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Walter Benjamin, Martin Heidegger e Jean Gebser.

A narrativa, o tempo pretérito e a ação: possíveis proximidades entre história e psicanálise

Marco Guisoli Girardi
marcogirardi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa, História, psicanálise

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

O presente trabalho pretende realizar uma reflexão teórica acerca da história e da psicanálise com o intuito de rastrear possíveis proximidades compartilhadas por ambas as disciplinas. Nesse sentido, pode-se levantar a hipótese de que são três os aspectos que parecem perpassar comumente história e psicanálise: a centralidade da narrativa como estrutura articuladora de sentido, o esforço para tornar o tempo pretérito inteligível e a capacidade que elas têm de ressignificar o agir enquanto formas de mediação reflexiva.

Apresentadas essas três instâncias de proximidade, é necessário proceder a uma nova etapa de reflexão. Trata-se de verificar a hipótese de uma função supostamente terapêutica da narrativa histórica. Neste estágio, são as ideias de Paul Ricoeur presentes em *A memória, a história, o esquecimento* e *O perdão pode curar?* as principais referências a serem ratificadas ou replicadas.

Sentidos para a ficção: Michel de Certeau e as fronteiras da história com a literatura

Robson Freitas de Miranda Junior
rfm.juninho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ficção- histórica, Michel de Certeau, literatura, psicanálise

O objetivo desse trabalho é discutir a forma pela qual o historiador francês Michel de Certeau concebe as relações do discurso historiográfico com a literatura. Por meio de uma leitura bem peculiar de Sigmund Freud, Certeau problematiza as relações do campo historiográfico com o discurso dito literário. Certeau entendia que a teoria freudiana, teria abalado as identidades do tempo, do lugar, do sujeito e objeto (supostas muitas vezes pela historiografia), e, portanto, resgatado, ou feito retornar, a ficção para o espaço do discurso científico, reintroduzindo nele a economia dos afetos e pulsões, postulando a noção de inconsciente e adotando uma determinada prática de escrita que não só os incluía, mas se estruturava a partir deles. Nesse sentido, Certeau teria concebido, a partir de Freud, o conceito de "ficção histórica" para pensar o próprio discurso dos historiadores. Dessa forma, esse autor se apresentaria como uma outra possibilidade de pensar a natureza do discurso historiográfico abrindo suas fronteiras para a dimensão literária, pois o faz por meio de Freud. Pretendemos delinear os principais contornos dessa proposta certauniana, estabelecendo, também um debate (necessário) com algumas das propostas de Hayden White.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

Históriografia como Hermenêutica

Fernando Gomes Garcia
eroestrato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: temporalidade, historicismo, hermenêutica

Hermenêutica e historicismo, ainda que se entrecruzem e possam ser indissociáveis em vários aspectos, têm, ambas, origem e história distintas e independentes. Uma das várias conceituações válidas de historicismo, talvez a mais importante e global, identifica-o como uma revolução cultural em que a estabilidade do mundo é substituída pelo entendimento de que a qualidade temporal, dando a cada tempo e a cada lugar um caráter específico, deslocando a universalidade dos valores para variações em diferentes épocas – o tempo é entendido não como uma mera medida, mas sim como um agente capaz de criar identidades e diferenças. A hermenêutica, por sua vez, tem como origem a interpretação de textos clássicos e sagrados, para que se tivesse uma própria compreensão do legado cultural que a tradição nos deixa, mas que, ao mesmo tempo, retém uma estranheza, própria da diferença que separa o Homem que interpreta daquele que é alvo da interpretação. Porém, com Dilthey, há uma mudança decisiva do que é compreendido como objeto da interpretação e compreensão – deslocado do texto, enquanto artefato, para a vida. Viver e compreender passam a ser sinônimos. Com Heidegger, desenvolvendo as consequências dos trabalhos anteriores de Dilthey, a hermenêutica deixa de ser regional e passa a ser ontológica. É a partir dessa situação que surge a questão que esta comunicação pretende se debruçar. Tomando Ser e Tempo como a obra fundamental a ser julgada, apesar do desprezo de Heidegger pela História, enquanto disciplina, pretendo demonstrar como suas elaborações sobre a temporalidade do Dasein serve ao método histórico, tangenciando, aqui, definitivamente, o historicismo. A partir da obra de Heidegger e do desenvolvimento posterior da hermenêutica – por Gadamer e Paul Ricoeur, especialmente – e de seus críticos, pretendo situar como a tarefa da historiografia de compreender o passado e o método da hermenêutica podem se beneficiar um do outro, para além da leitura que os filósofos tem apresentado dela.

Tempo e identidade: uma leitura do prefácio de Essais sur L'Allemagne Impériale, de Ernest Lavisse

Rilton Ferreira Borges
riltonferreira.rf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade, Lavissee, Alemanha, França, Tempo

Esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas possibilidades de análise da obra *Essais sur L'Allemagne Impériale*, escrita pelo historiador francês Ernest Lavissee (1842-1922). Segundo o próprio autor, o livro é uma coletânea de artigos publicados na *Revue des Deux Mondes*, revista francesa com certo caráter antropológico, preocupada em descrever povos e culturas fora da França, com atenção especial à América. Todos os artigos foram publicados entre 1871, quando se deu o final da guerra Franco-Prussiana, até 1888, após a dissolução do parlamento alemão e vitória eleitoral de Bismarck. A partir da leitura do prefácio, objeto desta comunicação, percebemos que Lavissee busca não apenas descrever a identidade, cultura e política alemã, mas por oposição, também se preocupa em analisar e descrever a identidade francesa. A partir dessa observação, propomos a análise do papel que as noções de tempo e temporalidade desempenham na escrita de Lavissee. Por exemplo, ao comparar a situação política dos dois países, o autor o autor descreve a França democrática como mais “avançada” do que a Alemanha “autoritária”. Conceitos como mudança, conformismo, revolução, entre outros, também são empregados e partir deles, propomos algumas hipóteses para se constituir a noção de tempo de Lavissee.

Michel Leiris e Lucien Febvre na UNESCO (1951): “Colaboração entre culturas” como princípio moral e epistemológico da construção do saber

Gabriela Alexandra Mitidieri Malta Cals Theophilo
gabitheophilo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: anti-racismo, História;, antropologia;, humanismo

Em 1949 a Unesco iniciou um projeto que tinha por objetivo empreender um combate às concepções e práticas racistas ainda vigentes no mundo. Este projeto foi dirigido por Alfréd Métraux e intitulou-se *La question raciale devant la Science moderne*. Dentre os estudos escritos para o projeto havia o de Michel Leiris, *Race et civilisation* (1951) e o de Claude Lévi-Strauss, *Race et histoire* (1952). O historiador Lucien Febvre, por sua vez, escreveu, em parceria com François Crouzet, e também a pedido da Unesco, um manual de história, intitulado *Origines internationales d'une civilisation: éléments d'une histoire de France*, datado de 1951. Este manual - editado recentemente com o título *Nous sommes des sang-mêlés* -, não chegou a ser publicado à época. Tanto Leiris quanto Febvre dedicaram suas vidas ao trabalho intelectual e à militância

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

pela via da escrita. A partir da trajetória e dos debates travados pelo escritor-etnólogo e pelo historiador, pode-se afirmar que ambos perseguiram não apenas projetos intelectuais – certamente diferentes, mas com pontos em comum –, mas projetos de caráter moral e epistemológico fundamentados em determinadas noções de humanismo e de universalismo. O objetivo desta comunicação é realizar uma análise comparativa dos escritos de Leiris e de Febvre no âmbito da Unesco, buscando compreender em que medida a defesa da colaboração entre culturas representava, nestes textos, não apenas uma saída política visando à paz, mas expunha, sobretudo, o modo como estes autores pensavam as formas possíveis de construção do conhecimento e o caráter moral da ação intelectual.

Sobre a verdade e os fatos em história

Eduardo Melin

eduardo.melin@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Verdades, Historiografia, Fatos

No presente trabalho se pretende discutir algumas observações de como diversas corrente historiográficas lidaram com a concepção de verdade na história. A construção dos fatos faz parte de um dos objetivos do historiador, sua matéria prima são as fontes, contudo um incômodo persistente prevalece sobre as formas de como se escrever a história, as verdades e os fatos, como se pode validar algo que não se presenciou? Em que grau de veracidade se encontram os fatos construídos? Durante séculos no cenário historiográfico se preocupou com métodos que auxiliassem a escrita da história a fim de evitar afirmações errôneas ou influências do observador sobre o objeto, mas por mais que procurasse o método mais correto ou menos equivocado, a neutralidade se tornara impossível e a verdade acerca de um acontecimento veio a ser um problema de diversas interpretações, pois a verdade de um momento histórico não passa de uma fração de um pensamento ou mentalidade apropriada por um indivíduo, instituição ou grupo de determinada época, que sujeito a transformações cotidianas, ideologias e posições sociais, formula o documento histórico voluntário ou involuntário a partir de sua realidade. Assim para historiadores a verdade se apresenta como um problema de difícil resolução.

A Genealogia do Antropocentrismo: perspectivas acerca das relações entre Homens, Natureza e Animais

Geraldo Homero do Couto Neto
geraldohomero6@hotmail.com

Janaína Di Lourenço Esteves
janalourenci@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: cultura ocidental, História Cultural, História das Ideias, antropocentrismo, história das mentalidades

Este trabalho é uma investigação histórica acerca da ideologia antropocêntrica na cultura ocidental e das suas consequências sobre a presunção humana de superioridade no que concerne à natureza e aos animais não-humanos. O antropocentrismo invade todas as mentalidades, das classes dominantes a subalternas, constituindo-se como um hábito que perpassa as classes sociais e as culturas sem muitas indagações. Nossa pesquisa terá três momentos. No primeiro, faremos uma análise diacrônica e genealógica do antropocentrismo, partindo da gênese do pensamento ocidental: as tradições judaico-cristãs e a antiguidade clássica. Trataremos de vertentes que permaneceram com teses antropocêntricas ao longo da história e que tiveram papel primordial na constituição da cultura ocidental, encontradas em escritos como de São Tomás de Aquino, René Descartes e Immanuel Kant. No segundo, trataremos das rupturas com a ética antropocêntrica, localizada em muitos autores do Iluminismo, como Voltaire e J. J. Rousseau. Todavia, a grande ruptura advém com o biólogo Charles Darwin, que afirmava que não havia grandes diferenças entre animais humanos e não-humanos nas suas faculdades mentais. No terceiro e último momento, trataremos acerca da transição para o capitalismo e como o mesmo sistematizou o antropocentrismo, utilizando-se de uma ideologia enraizada para a acumulação de capital. Devido à falta de estudos dessa questão no campo da História, sendo muitas vezes tratado no campo do Direito ou da Filosofia, nosso objetivo é trazer a reflexão das relações entre homens, natureza e animais para o debate histórico.

"Science Will Be Free": a historiografia como linguagem política na popularização da ciência (EUA, 1927-1938)

Henrique Rodrigues Caldeira
henriquercaldeira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: fundamentalismo, comunicação científica, História da Ciência, whig, evolução

Neste trabalho pretendo examinar os usos políticos da história da ciência, conforme esta se apresenta na revista de popularização científica *Evolution: A Journal of Nature*, publicada nacionalmente nos Estados Unidos entre 1927 e 1938. Para isso, investigarei qual é essa história da ciência, isto é, quais seu principais feitos, personagens e sentido. Em seguida, observarei a tradição historiográfica na qual ela se insere. Depois, ponderarei sobre o uso político dessa história no contexto do qual a revista participa, a saber, a controvérsia sobre o ensino de evolução das escolas públicas norte-americanas. Por último, sondarei eventuais objeções a essa história por parte dos adversários políticos dos responsáveis pela revista.

O "tempo absoluto" e a (re)significação de Isaac Newton e da historiografia das ciências pela História do Pensamento Científico

Lívia de Souza Lima
prof.liviaslima@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tempo absoluto, História das Ciências, Física Newtoniana, Isaac Newton

A História da Ciência possui “lugares de destaque” para aqueles que a partir de suas pesquisas e descobertas influenciaram o pensamento científico. Isaac Newton é um dos mais marcantes desses personagens, pois suas descobertas modificaram o pensamento científico e também o pensamento humano como um todo. Historiadores e filósofos da ciência como Alexandre Koyré, Thomas Khun e outros reconhecem que a universalidade das conclusões científicas e filosóficas newtonianas representaram durante aproximadamente dois séculos o que era a natureza e também modificaram a forma de pensar o mundo, vive-lo e altera-lo.

As contribuições da física newtoniana possibilitaram que ele fosse visto como o primeiro físico e produtor daquilo que concebemos hoje como ciência e que a maioria das produções historiográficas acerca desse personagem tivesse foco no matemático. Contudo, o texto irá apresentá-lo menos como físico-matemático e mais como filósofo da natureza que relacionava métodos matemáticos com metafísica, indo de encontro àquilo que afirmavam os historiadores positivistas acerca da produção científica e “puramente racional” de Newton.

Desta maneira, farei isso apresentando as concepções newtonianas acerca do tempo a partir de sua perspectiva filosófica mais do que sob a perspectiva da física e da matemática, proporcionando um debate entre a dita historiografia positivista e a historiografia posterior que, de alguma forma, já apresentava esse físico-matemático como filósofo metafísico.

Partindo desse pressuposto, o texto tem o desejo de analisar o que é o "tempo absoluto" no pensamento filosófico newtoniano, como esse filósofo da natureza interferiu na concepção ontológica de tempo do seu período histórico e como ele é visto e analisado pelo debate historiográfico positivista em contrapartida com a (re)construção posterior desse personagem. Apresentar como o uso de um personagem histórico, seu pensamento científico e filosófico permite a produção de um modelo historiográfico a partir da (re)significação do mesmo. Sem ignorar que a Física Newtoniana foi pioneira na alocação da matemática como parte inseparável da Física e de sua transformação do tempo em "tempo absoluto", o debate historiográfico posterior (encabeçado pelos autores já citados) e contrário ao debate positivista representa um novo modelo para a história das ciências, e, no que diz respeito a Alexandre Koyré, um novo modelo não de História das Ciências mas de História do Pensamento Científico.

O lugar da História das ciências no Ensino

Francismary Alves da Silva
francismarys@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Ciências, História das Ciências, Ensino de História

Nas últimas décadas, a inserção de temas de História das ciências em cursos de nível superior de Biologia, Química, Física, Matemática, ou mesmo em cursos interdisciplinares, entre outros, se intensificou e terminou por se tornar um padrão nos currículos das ditas *hard sciences*. Os defensores da temática História das ciências no ensino de ciências, tanto no ensino básico como no ensino superior, entendem a importância da História das ciências como poderosa ferramenta de contextualização das ciências frente questões éticas, sociais, históricas, filosóficas, enfim, como ferramenta de promoção de uma educação científica mais "humanista", "interdisciplinar". Contudo, muitas vezes percebe-se uma distorção de conteúdos em prol de algo que talvez seja um didatismo político e epistemologicamente ordenado. Entender as ciências ao longo do tempo não seria toda a tarefa a ser cumprida por uma História das ciências efetivamente histórica, mas apenas seu ponto de partida. O abismo que separa a História das ciências do componente História, por exemplo, configura-se como um problema crucial para analisar o destaque que a História das ciências tem ganhado junto às ciências em contextos educacionais. A História das ciências é História ou é um conhecimento margeado, temático das ciências? Consequência dessa indefinição, é bastante comum encontrarmos historiadores e Histórias das ciências que pouco dialoga(ra)m com a tradição dos estudos históricos. Na mesma medida, é

possível observar reiteradas recusas e ausências por parte de historiadores de formação frente ao objeto ciência. Na prática, não é de se estranhar que as principais reformas dos currículos de ciências da década de 1960 tenham ocorrido sem participação de historiadores e filósofos. Também não é de se estranhar que na proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) brasileira o conteúdo “História das ciências” apareça vinculado apenas à área de “Ciências da Natureza”, sem nenhuma menção na área de “Ciências Humanas”. O presente trabalho busca discutir, a partir de uma leitura historiográfica que permita pensar tanto a constituição da área de conhecimento denominada “História das ciências” quanto à cisão entre a História e a História das ciências, o lugar desta última em contextos educacionais.

Resistência popular na Palestina Romana: o símbolo Reino de Deus, as narrativas e a construção de sentido de história dos primeiros cristãos

Guilherme Henrique Silva Pinto
guilhermehspinto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Palestina Romana, Império Romano, história do cristianismo, reino de Deus, Sentido de história

O historiador John Dominic Crossan diz que o estudo da religião, em especial a cristã, se parece com um campo minado. Arriscamos dizer aqui que, dado o contexto em que vivemos, aparece-nos apenas as minas. A figura histórica de Jesus deve estar entre as mais batalhadas na história. Talvez a mais controversa e ambígua luta pela memória do ocidente.

Este trabalho tem por objetivo investigar e tentar compreender as narrativas apocalípticas que surgiram entre as primeiras comunidades de cristãos. Estas, surgidas na palestina romana, não apenas deixaram escritos, mas - é o que pretendemos analisar - construíram sentido, orientação histórica a partir de seus textos. Apesar de lidarmos com explicações teológicas, o campo que nos interessa é o da História.

Tentaremos entender como os cristãos herdaram símbolos do profetismo hebraico na construção de suas narrativas e em seus apontamentos de horizontes históricos. Tentaremos compreender como a mensagem do Reino de Deus trazida por Jesus de Nazaré contribuiu na interpretação das ambiguidades da vida daquela sociedade subjugada a um império estrangeiro. Veremos como que, em Jesus, encontrou-se uma nova noção de “apocalipse”, o que pode ter possibilitado transformações sociais profundas. Richard Horsley diz ter havido uma revolução social não violenta na região, sob Roma.

Entre as fontes que analisaremos temos a bíblia, o grupo de textos sagrados dos cristãos, trechos do historiador do primeiro século Flávio Josefo e fragmentos dos manuscritos da comunidade de Qumran.

A nossa intenção é verificar como as primeiras comunidades de cristãos se identificavam, como se viam perante as ambiguidades da vida, como superaram a dominação romana e como experimentaram a vida terrena tendo como orientação uma promessa apocalíptica de conclusão da vida, o que portanto não significa o "fim da história".

Catolicismo, Identidade e Política em Jonathas Serrano. Uma análise a partir de “Farias Brito: o homem e a obra”

João Victor Jesus Nogueira
jvnog@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Política, Filosofia, Reação Católica, Apropriação, identidade

Jonathas Serrano (1885-1944) foi um intelectual católico engajado na produção de conhecimento histórico, em especial para o ensino desta disciplina. Este historiador esteve envolvido no que chamamos de “Reação Católica”, movimento político intelectual que buscava recobrar à Igreja seu prestígio e influência política. O objetivo deste trabalho é investigar a articulação entre a atividade intelectual de Jonathas Serrano e seu projeto político-religioso de recatolização do Brasil. Segundo aqui desenvolvido, tal articulação pode ser enxergada na apropriação que o historiador carioca efetuou a partir da obra do filósofo cearense Farias Brito. Entendemos ser esta apropriação o meio pelo qual Serrano buscou arregimentar a intelectualidade brasileira para seu projeto de país, sendo a atividade conciliatória entre ciência e fé a marca da operação historiográfica serraniana. Tal operação seria responsável pela construção, em Serrano, de uma síntese histórica identitária que atrelaria republicanismo e catolicismo, relação que investigamos no texto *Farias Brito: o homem e a obra* (1939), através do vocabulário político ali constituído. Para tal, investigamos também o lugar da filosofia de uma maneira geral e a de Farias Brito em específico na constituição da concepção de História de Jonathas Serrano, bem como a relação de tais saberes com suas ideias sobre a ciência e o impacto de tais relações em sua produção intelectual e política.

Historiografia Cognitiva e a História das Religiões

Thales Moreira Maia Silva
thalesmms@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia Cognitiva, História da Historiografia, Psicologia Evolutiva, Historiografia Cognitiva, História das Religiões

Durante o Século XIX, os fundadores do estudo acadêmico das religiões visualizaram-no como um campo científico. Uma das primeiras tentativas desse tipo de formulação foi realizada pela classicista de Cambridge J.E. Harrison, que concluiu que um estudo científico do fenômeno religioso poderia ser baseado na “história da evolução mental do homem”, ou seja, “na indispensável aquisição, por meio da evolução, de cada capacidade mental”. Um reflexo dessa proposta pode ser observado, atualmente, nas pesquisas neodarwinianas de cientistas cognitivos da religião, cujos estudos procuram oferecer aos historiadores um método cientificamente estabelecido, não apenas para se explicar registros religiosos, mas, também, para preencher as inevitáveis lacunas do registro histórico.

Ciência Cognitiva é o estudo interdisciplinar da mente e de suas ferramentas, em oposição à Neurociência, que lida com a própria biologia do cérebro e o sistema nervoso. A Ciência Cognitiva da Religião (CCR) analisa as religiões como um conjunto de crenças e comportamentos enraizados no desenvolvimento evolutivo da mente. Suas abordagens defendem a existência de ferramentas mentais que, evoluindo para cumprir com outros propósitos, produziram uma tendência em favorecer e transmitir as crenças e comportamentos que, comumente, designamos como “religiosos”. Seu principal objetivo é explicar como características panculturais da mente humana, interagindo com seu meio natural e social, podem formular e delimitar comportamentos e ações religiosas. Da mesma forma, a CCR também considera como específicos fatores religiosos, culturais e ambientais estendem ou modificam tendências cognitivas.

Esse breve estudo pretende indicar como a CCR vem sendo aplicada em análises do campo da História das Religiões. Objetiva-se uma descrição sucinta de seu uso e desenvolvimento dentro dos estudos das religiões clássicas, sua interação com o discurso histórico e o que sua crescente (e recente) aplicação pode representar para o atual estado da pesquisa histórica – em especial a do fenômeno religioso. De fato, mais do que, apenas prover novas ferramentas e fontes para o estudo da história, esse tipo de movimentação acadêmica ilustra um possível retorno à historiografia científica almejada pelos estudiosos das religiões da segunda metade do Século XIX – e é fruto de uma profunda desilusão intelectual com o processo



de “relativização” sofrido pela História das Religiões, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

ST 22 - Golpes de Estado no Brasil República: rupturas e continuidades

Vivian Montezano Cruz

Mestra em História
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
vivianmontezanocruz@hotmail.com

Fabricio Trevisan

Doutorando em História - Mestre em História
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
fabriciotrvsn@gmail.com

Felipe de Faria Quadrado

Mestre em História
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
ffquadrado@gmail.com

Proposta do Simpósio

O período republicano do Brasil, inaugurado em 1889, modificou a perspectiva de que o poder político deveria manter-se nas mãos de uma determinada família, perpassando de geração em geração de forma autoritária, e passou a estabelecer a administração do Estado como coisa pública, que, como tal, caberia à população - ou parte dela - gerenciar. Entretanto, embora tenha rompido com o regime imperial, o período republicano não pode ser associado automaticamente à democracia ou a uma “forma democrática” de governo, pois a tradição brasileira, nesses 127 anos de República, está repleta de arbitrariedades e autoritarismos.

Pode-se identificar, inclusive, o próprio início da República no Brasil como resultado de um golpe de Estado encabeçado pelo Exército - com apoio heterogêneo e expressivo de setores civis - sobre o Império do Brasil. Como exemplo, temos em Getúlio Vargas uma figura central em três golpes de Estado em um período de somente 15 anos. No movimento de 1930, Getúlio estava no front contra a “ditadura paulista” no comando do país há décadas; em 1937, Vargas consolidou sua hegemonia ao selar com o Estado Novo e em 1945, agora do outro lado, o político gaúcho foi derrubado por grupos que contribuíram para os golpes de 1930 e especialmente o de 1937. É importante assinalar a consolidação do protagonismo

político do Exército nas decisões fulcrais do Brasil. Protagonismo político este que assumirá seu ápice em 1964.

Ao longo deste período político, golpes de Estado e regimes autoritários disputaram espaço com a democracia, deixando a res publica à mercê das ações políticas, ideias e interesses que favoreciam um determinado grupo ou setor social; que colocavam no comando político uma seleta esfera da população brasileira. Neste ínterim, pode-se citar, a influência de culturas políticas autoritárias, que repercutiam nas tomadas de decisões políticas.

Os golpes de Estado e suas distensões tornaram-se marcas da história recente brasileira, tanto que as divisões estabelecidas pela história política tradicional ao período republicano estão vinculadas justamente a tais práticas políticas. Portanto, este simpósio temático objetiva debater as motivações que levaram diferentes grupos a utilizarem-se de golpes de Estado e regimes autoritários e dominar o poder político-estatal ao longo do período republicano; busca-se ainda compreender as consequências desses governos na posteridade, bem como seus projetos políticos, disputas internas e relações com a sociedade.

Comunicações

Perseguições a estrangeiros durante a II Guerra Mundial: O assalto ao Banco Hipotecário de Juiz de Fora, MG

Luiz Antonio Belletti Rodrigues
luizbelletti@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, Segunda Guerra, Estrangeiros, Estado Novo

Durante a Segunda Guerra Mundial e sob o regime do Estado Novo, o Brasil passou a perseguir os estrangeiros dos países com o qual estava em guerra. Pretende-se mostrar como os mecanismos de repressão e perseguição aconteciam. O estudo é feito através de análise de processos no arquivo do crime do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, jornais, documentos da Polícia Política existentes no Arquivo Público Mineiro e através de entrevistas com estrangeiros e/ou descendentes destes. Este artigo apresenta parte deste estudo, o processo contra os autores do assalto ao Banco Hipotecário de Juiz de Fora, realizado por um descendente de italianos e um alemão, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. As diversas fontes documentais sobre o crime foram cruzadas, permitindo elaborar um quadro do processo de repressão existente no Estado Novo.

O papel do Conselho Consultivo de Divinópolis - MG na intervenção de Pedro X. Gontijo (1930-1936)

Cochise Cesar de Monte Carmo
cochisecesar@zoho.com

Débora Conrado Reis
deboracreis27@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Divinópolis, interventor municipal, Conselho Consultivo, política

Ao tomar o poder em 1930, Getúlio Vargas realizou mudanças significativas na política nacional, até então dominada pelas oligarquias locais. Durante o Governo Provisório, Vargas retira grande parte da autonomia que estados e municípios tinham através de medidas centralizadoras, como o decreto lei 19.398/1930, que dissolvia, também, as Câmaras Municipais, que até então acumulavam o papel de executivo. Estas foram substituídas por prefeituras, ocupadas inicialmente por interventores, que deveriam obrigatoriamente nomear um Conselho Consultivo. A nomeação dos interventores municipais cabia aos interventores estaduais, nomeados por Vargas em substituição aos presidentes de Estado eleitos. Em Minas Gerais, única exceção, permaneceu no poder o presidente eleito: Olegário Maciel. Este nomeou como interventor de Divinópolis o farmacêutico Pedro X. Gontijo, que teve atuação destacada no processo de emancipação político-administrativa da cidade e participava ativamente da vida política municipal que, em grande parte, ocorria através da imprensa, constituindo uma esfera pública na definição de Habermas. O interventor devia, como primeira medida, nomear o Conselho Consultivo Municipal, cujos membros eram de livre escolha, mas tinham que atender a determinados critérios, como, por exemplo, estar entre os maiores contribuintes. Isto, pela estrutura tributária determinava que este conselho era formado pela elite econômica local. Apesar da narrativa comum de que conselho não tinha poder, já que o decreto estadual Nº 9.768/30 concede aos os interventores o poder de expedir decretos, estes deviam ser apresentados mensalmente ao conselho, que poderia reprová-los ou pedir alterações, criando um processo legislativo similar ao das medidas provisórios e leis delegadas de hoje. A cada semestre o interventor era obrigado a apresentar um relatório que devia ser aprovado pelo conselho municipal e encaminhado à Secretaria de Interior estadual, garantindo o controle externo sobre os interventores e resultando em grande centralização política e no fortalecimento do conselho, que mediava a avaliação do interventor pela Secretaria de Interior. Em Divinópolis, houve alteração de decretos expedidos por X. Gontijo em relação à proibição da circulação de carros de bois na cidade, em que o conselho adiou a entrada em vigor da proibição e exigiu que sua

fiscalização não onerasse os cofres públicos, mostrando que havia espaço de divergência e suas acomodações no Conselho Consultivo.

Futebol operário e Estado Novo: uma história a respeito dos clubes operários de Minas Gerais (1937 a 1945)

Roberto Camargos Malcher Kanitz
roberto.kanitz@uemg.br

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Clubes operários, Estado Novo

Este trabalho trata do fenômeno de criação dos clubes operários de futebol em Minas Gerais e opera com a hipótese de uma intencionalidade da educação dos corpos desses trabalhadores, no contexto das relações de controle do tempo livre e na indicação dos modelos esportivos como referência de comportamento e relacionamento com a empresa, no ambiente político do Estado Novo de Getúlio Vargas. O recorte temporal, na coleta de dados, foi ampliado para observarmos a contextualização histórica do recorte temporal, iniciando-se na revolução de 1930 e finalizando no início da década de 1950. Foram mobilizados periódicos encontradas na hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, especialmente os jornais: “Estado de Minas” e “Diário da Tarde”. Para aprofundar o estudo, consultamos também os periódicos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, além da bibliografia referente ao período e os discursos pronunciados por Vargas e disponíveis na página eletrônica da Presidência da República. Problematizamos questões a respeito do futebol operário, e de como as grandes empresas mineradoras ou siderúrgicas usavam este esporte como controle dos corpos operários. Dentre as agremiações que já foram mapeados pelo estudo em tela estão: O Villa Nova Atlético Clube, criado na Cidade de Nova Lima e composto principalmente pelos operários da Mina de Morro Velho e por alguns comerciantes da região. Podemos citar, ao lado do Villa Nova, o Esporte Clube Siderúrgica – Sabará, O Metaluzina Esporte Clube – Barão de Cocais, ValérioDoce Esporte Clube – Itabira, União Recreativa dos Trabalhadores (URT) – Patos de Minas, O Social Olímpico Ferroviário – Belo Horizonte, Operário Futebol Clube – Cataguases, e o Club Ferro Brasileiro – Santa Bárbara. Destarte, em uma pesquisa não podemos deixar de trabalhar com os indícios que as fontes nos apresentam. De acordo com Carlo Ginzburg (2007), os detalhes fazem toda diferença na construção de narrativas.

A "mineiridade" como regionalismo político: uma leitura à luz da interpretação da "modernização conservadora" do Brasil

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Bernardo Rocha Carvalho
bernardorcarvalho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mineiridade, Assembleia de Minas, modernização conservadora, golpe de 1964

Pesquisa que objetiva abordar o imaginário da mineiridade a partir de sua dimensão política, tal como proposto sobretudo por Otávio Dulci (1999, 2000), porém, em articulação com a ideia da "modernização conservadora" do Brasil, que em linhas gerais propõe como padrão evolutivo da história do país a coexistência harmoniosa de projetos tradicionais, conservadores, com projetos modernizantes, liberais, constituindo-se em interpretação significativamente difundida e influente entre as ciências sociais brasileiras. Para tanto, lançou-se mão de aporte teórico fornecido por Bourdieu (2014) e por Hobsbawm (1997) na interpretação da mineiridade tanto como fenômeno constitutivo de uma ordem simbólica, como tradição inventada. As apropriações políticas do regionalismo mineiro são analisadas sobretudo no momento do golpe de Estado de 1964, a partir de fontes primárias coletadas no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sobretudo os Diários da Assembleia - publicação oficial do legislativo estadual contendo a íntegra da maioria dos pronunciamentos dos parlamentares. O estudo é parte constitutiva de pesquisa de mestrado em andamento, que investiga as reações dos deputados mineiros, sobretudo do ponto de vista estratégico, ao golpe de 1964, e procura enfatizar a atuação de políticos conservadores do período - principalmente da UDN - e seus discursos diante dos desdobramentos nacionais daquela crise política.

Instabilidade de governos progressistas como resultado de seu apoio pelo poder local conservador na república brasileira

Cochise César de Monte Carmo
cochisecesar@zoho.com

PALAVRAS-CHAVE: pacto federativo, maiorias heterogêneas, História Política, oligarquias

O Brasil sempre teve preponderância do poder local em sua composição política. O Império, para consolidar e interiorizar seu poder precisou dialogar com lideranças locais e lhes garantir poderes através da implementação da Guarda Nacional, a Primeira República só se estabilizou ao firmar um pacto social com o poder local através da Política dos Governadores. O poder local é caracterizado pelo aspecto familiar, ligação ao agronegócio exportador e conservadorismo político e econômico, mas também social e cultural, como já amplamente

discutido na literatura, a partir de obras seminais como *Coronelismo, Enxada e Voto*. As oligarquias que compõem o poder local tem uma adaptabilidade ímpar e vêm se metamorfoseando de modo a preservar suas posições de poder, inclusive em governos progressistas apesar de serem forças conservadoras. Definindo um "campo progressista" fora das divisões tradicionais do político em direita e esquerda, mas como atores que tem um projeto de nação que prescinde de uma grande mudança do status quo, somos capazes de reunir nesta categoria atores díspares como Getúlio Vargas, os ditadores pós 64 e seus opositores que governaram a nação de 1994 até o recente golpe parlamentar.

Estes atores alcançaram o poder central do Brasil por diferentes meios e governaram com maior ou menor oposição do poder local, mas exceto por ocasião do Governo Provisório de Vargas, sempre houve composição política entre o novo governo central e os tradicionais poderes locais, em que o primeiro determina políticas nacionais e os segundos colaboram com estas a fim de garantir sua permanência no poder. Assim, o poder local, embora força conservadora tem sido base de apoio político governos progressistas ao longo da história do Brasil. Suas reservas quanto a novas políticas no entanto mantém o acordo frágil, impõe limites às mudanças que podem ser implementadas, já que o poder central precisa administrar uma maioria heterogênea e pouco fiel em casos de crises políticas, resultando em terreno fértil para golpes.

O campo progressista porém tem aceitado esta situação e se concentrado em atuar nos níveis federais, desconfiando da delegação de poderes no sistema federativo, como podemos ver pela criação de "sistemas", SUS, SUAS, SNC... pelo foco de movimentos sociais em leis federais ou mesmo na defesa da federalização de serviços, como a educação. Assim, o campo progressista avança lentamente e convive com constantes traições de sua "base" e rupturas institucionais.

Dinâmica da Esfera Pública e Democracia no Brasil

Rodrigo Badaró de Carvalho
rodrigobadaro@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Esfera Pública, Autoritarismo, História, Democracia

Uma grande quantidade de obras foi produzida com o intuito de buscar compreender o lugar do Brasil na história. Essas tradições, entendidas no plural, posto que envolvem pensadores das mais diversas áreas, com as mais diversas perspectivas de análises, construíram o que se entende como sendo "o Brasil". Grande parte da constituição desse pensamento se formou na tentativa de realizar uma leitura em contraposição à experiência dos países centrais, entendidos como modelo a ser seguido. Não por acaso, boa parte dessas obras se fez a partir de dualidades

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

capazes de mostrar por um lado uma singularidade, mas, por outro, defender a existência de um “atraso” brasileiro. Tal tradição apresenta diversos traços distintos em suas análises do Estado, do Mercado e da Sociedade, sendo responsável pela construção de uma narrativa que denuncia a inexistência, a passividade ou a “debilidade” do povo brasileiro. Para essa tradição, os processos políticos brasileiros seriam todos obra de uma elite dirigente, desde a sua idealização até a sua implementação. Uma crítica a essa tradição tem sido feita por diversos autores, dentre eles Jessé Souza, que busca desconstruir as narrativas duais acerca do funcionamento do Estado e do Mercado, produzindo uma leitura capaz de compreender o Brasil como estando inserido na modernidade. No que diz respeito à dinâmica da esfera pública no Brasil, no entanto, Jessé pouco avançou. A narrativa que oculta a sociedade brasileira, sendo incapaz de ver suas participações nos processos político-sociais, não é enfrentada devidamente por ele. Esse ocultamento da sociedade brasileira não consiste em fato pouco relevante. Ao contrário, é necessário discutir os efeitos dessa narrativa da “falta” de povo, tão denunciada em nossa literatura. A debilidade “desse” povo é a base para que se questione as nossas experiências democráticas, em especial aquela do período 1946-64. A criação, no próprio regime militar, do discurso da “democracia possível”, está em plena sintonia com essa construção. Afinal, se o povo não é capaz, logo surge a proposta de um governo que aja em seu nome. Assim como essas leituras históricas existiam antes do regime civil-militar, elas também não se encerraram com ele. Assim, acredita-se ainda que um dos problemas fundamentais da nossa democracia é que ela caminha desconfiando da capacidade popular, o que produz efeitos diversos, inclusive no próprio Estado, em práticas autoritárias envolvendo seus mais diversos setores e poderes.

O papel do Poder Judiciário nos regimes autoritários brasileiros

Daniel Ximenes Lopes
daniellopes88@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, ditaduras, Judiciário, poder

O Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil Militar (1964-1985) foram os principais períodos em que o Brasil esteve sob regimes autoritários. Em ambos, o uso de prisões, cassações e suspensão de direitos civis, torturas e assassinatos foram recursos recorrentes na perseguição aos que eram considerados subversivos. Ainda assim, defensores desses regimes e seus métodos violentos ainda estão presentes na vida política brasileira.

Nos dois períodos, os regimes autoritários puderam se legitimar através de uma legalidade concedida por juristas e membros importantes do Poder Judiciário, dispostos a distorcer ou criar dispositivos que legalizassem suspensão de direitos civis. Tal apoio era fundamental na criação de uma aparência de normalidade institucional, ainda hoje reivindicada pelos defensores daqueles regimes.

Muito mais do que resultado de coações, o apoio de juristas e de amplos setores do Poder Judiciário estava ligado a uma afinidade ideológica destes com os regimes então em vigor. Desta forma, por exemplo, prisões que seriam consideradas arbitrárias em um regime democrático, acabavam “legalizadas” por um processo legal ou então torturadores podiam contar com a simpatia de juízes para não serem condenados pelos seus crimes. Além da impunidade aos seus agentes, o apoio do Judiciário também evitava a necessidade de recorrer com muita frequência a prisões ilegais e desaparecimentos, quando comparados com outros regimes ditatoriais da América do Sul.

O golpe de Estado no Brasil contemporâneo: uma análise crítica da atualidade

Silas Lauriano Neto
silaslaurianoneto@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de Estado, Michel Temer

Este trabalho se propõe a analisar o golpe jurídico-institucional dado por Michel Temer e seus aliados políticos, com apoio de grande parte da mídia nativa e com leniência do Judiciário brasileiro, ao longo do ano de 2016. Visa-se também analisar as atitudes e mudanças que caracterizam por seu cunho autoritário - sem diálogo com os setores sociais - e que refletiram - e refletem - no dia-a-dia dos trabalhadores, em especial a CLT. Dessa forma, entende-se que o movimento político que culminou com a saída da presidenta eleita Dilma Rousseff do poder está ligado ao contexto internacional neoliberal, isto é, a um conjunto de políticas de austeridade que tomaram corpo em diferentes países, cujo objetivo consistia na diminuição do Estado Brasileiro e a consequente ruptura com as políticas sociais-democráticas dos governos do Partido dos Trabalhadores, como se pôde observar na aprovação da chamada PEC 55, que reduz os investimentos públicos em áreas essenciais como saúde e educação, e também as reformas nas Leis Trabalhistas e na Previdência.

Conspiradores surpreendidos: os udenistas e o “contragolpe preventivo” de Lott (1955)

Ramonn Rodrigues Magri
ramonnrm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: udenismo, bacharelismo, UDN, golpismo, Afonso Arinos

Analizamos o comportamento político do líder udenista na Câmara dos Deputados imediatamente após o suicídio de Getúlio Vargas. Trata-se de uma conjuntura em que a UDN se aproximou do poder, mas não o exerceu como desejava. Mais próximo de Carlos Lacerda, Afonso Arinos conquistou mais um mandato parlamentar e, assim, tentou ajudar na articulação para que o candidato presidencial udenista chegasse ao poder. Primeiro, com manobras legais a fim de evitar mais uma derrota nas urnas; na sequência, entretanto, com outro apelo ao golpismo, como seu partido fizera meses antes. Porém, os udenistas mais uma vez não foram bem sucedidos. Frustrado, Arinos assistiu ao “contragolpe de Lott” e à conseqüente chegada de JK ao poder.

O Golpe de 1964 e os IPM's: o caso de Jacobina-Bahia

Hebert Santos Oliveira
oliveirahebert1@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: IPM's, Golpe civil-militar, Jacobina-BA

O golpe de 1964 foi orquestrado por setores da classe média, pela elite empresarial, por políticos conservadores e, sobretudo, pelos militares. Estes últimos foram indispensáveis no processo que culminou na deposição do presidente João Goulart e nos meses seguintes ao golpe, iniciando um governo de generais ao se apossarem do executivo federal por longo 21 anos. Como sabemos, setores civis e militares estavam descontentes com a política reformista do governo Jango, por estarem alinhados a uma ideologia à esquerda, de perfil "comunista". As Reformas de Base era um programa que visava beneficiar, em especial, a classe trabalhadora e superar as dificuldades sócio-econômicas do país. Desse modo, nos meses que se seguiram após o golpe, militares das Forças Armadas, sob o comando do presidente Castelo Branco, iniciaram uma "caça às bruxas" com instaurações de inquéritos, perseguições e prisões em todo território brasileiro. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a onda persecutória instalada no Brasil com o estabelecimento do Ato Institucional nº 1, através do IPM's instituídos pela cúpula militar. Discutiremos o mais famoso desses inquéritos, o IPM 709, chefiado pelo coronel

anticomunista Ferdinando de Carvalho e suas principais características. Também, como foco desse trabalho, analisar detalhadamente o IPM nº 22/66, da auditoria da 6ª Região Militar (BA), instaurado no município do interior, Jacobina-Bahia.

“Militar” ou “Civil-militar”?: as discussões historiográficas acerca do golpe de Estado de 1964

Fabrizio Trevisan
fabriciotrvsn@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Civil-Militar, Golpe de Estado de 1964, Conceito, militar

O famigerado “Golpe de 64” que colocou os militares no comando do Estado brasileiro, bem como a ditadura que se estabeleceu após esse golpe são alvos de múltiplas pesquisas no âmbito das ciências humanas e sociais. Há uma questão em torno dessa temática que discute a seguinte premissa: o golpe de 64 (e a ditadura) é de caráter preponderantemente militar, apesar do apoio de setores da sociedade civil ou este suporte não militar e não eclesástico foi tão determinante que proporcionou um compartilhamento no protagonismo político do golpe? Na batalha pelos adjetivos, nos parece que o “civil-militar” tem uma ligeira vantagem sob o “militar”. No senso comum, o primeiro está consolidado. Neste sentido, esta proposta de trabalho tem o objetivo de discutir, do ponto de vista historiográfico, a contenda entre estes dois conceitos acerca do golpe de Estado de 1964.

As diretas e a democracia: entre conflitos e disputas

Rochelle Gutierrez Bazaga
rochelle_gutierrez@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: diretas, democracia, transição

O movimento pelas “Diretas Já” foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular, que girava em torno das eleições diretas, da votação da Emenda Dante de Oliveira e do processo de transição política brasileira. Constitui-se como objeto desta pesquisa: as Diretas Já em Minas Gerais, tendo como fonte os jornais o Estado de Minas no período de 1983 e 1984 e os discursos parlamentares dos deputados estaduais mineiros no período de janeiro a junho de 1984, estes contidos na Imprensa oficial de Minas Gerais. Nesse sentido, a presente comunicação tem o objetivo de discutir como foi construída a noção de democracia discutida neste momento nas “Diretas Já”, e ainda refletir sobre quais eram os conflitos ideológicos que estavam em disputa,

principalmente em torno dos conceitos de consenso e da conciliação, comumente utilizados na imprensa, nos discursos políticos, nos comícios e pelos intelectuais, apontando qual foi o legado das diretas. E ainda como a imprensa, fonte dessa pesquisa, utiliza da memória do movimento até os dias atuais.

O Relatório Figueiredo: A evolução da questão indígena num contexto de ruptura política e institucional

Leonardo Stockler de Medeiros Monney
lanzzi@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: FUNAI, Relatório Figueiredo, ditadura militar, SPI, questão indígena

O já conhecido Relatório Figueiredo foi redigido pelo procurador Jader Figueiredo no final da década de 1960. Seu intuito era investigar as numerosas denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios, que apontam para gravíssimos crimes de corrupção e violência contra os povos indígenas. A comissão redatora produziu um documento extenso, resultado de uma investigação que teria percorrido grande quantidade dos postos indígenas no Brasil. Ali constavam todo tipo de denúncias: corrupção; trabalho escravo; violência sexual; roubo; tortura etc.

Esse conteúdo todo serviu para que o governo militar "modernizasse" os órgãos de proteção aos índios. O SPI foi substituído pela FUNAI, a qual por sua vez trazia propostas mais atualizadas aos problemas inerentes à questão indígena. Essa nova forma de administrar os povos nativos brasileiros respondia também a uma série de equívocos institucionais marcados pela época: uma vez que o SPI havia surgido como consequência da necessidade de alocação de trabalhadores no território nacional, estava submetido ao Ministério da Agricultura, conquanto a nova administração da FUNAI deveria responder ao Ministério do Interior, na época comandado por Albuquerque Lima, reconhecidamente um "linha-dura" do regime militar.

O documento, por sua vez, entrou definitivamente para a história quando foi dado por perdido em um incêndio suspeito. Foi reencontrado em 2011 pela Comissão da Verdade, e desde então tem sido interpretado como uma peça central na história da questão indígena do Brasil, várias vezes oferecendo-se como um verdadeiro exame de consciência.

Isso deve-se ao fato de que no próprio documento há essa encruzilhada de movimentos, conjugados em um eixo de denúncia e de violação aos direitos humanos: a disputa pela terra e os jogos de poder comuns às instituições administradas pelos militares; o imperativo de

modernização comungado pelas lideranças do regime que utilizaram das investigações para mapear a questão indígena e avançar na construção da rodovia trans-amazônica e na industrialização da região Norte do país; a gravidade da violência contra os indígenas, desde então abraçada pela opinião pública e responsável pelo surgimento do pan-indigenismo na década subsequente; entre outras.

O documento, conhecido como Relatório Figueiredo, então, sugere uma importante esfera de análise sobre as rupturas e continuidades, em termos institucionais e imaginários, num contexto de releitura do passado.

Os esquecidos da resistência (trabalhadores rurais e indígenas)

Pedro Fernandes Russo
pedrornv19@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: perseguição política, trabalhadores rurais, mortos e desaparecidos, Ditadura, Indígenas

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), iniciada com o golpe de 1º de abril de 1964, teve como característica a perseguição sistemática aos seus opositores políticos, mesmo assim, é preciso lembrarmos que a perseguição política e violação aos direitos humanos ocorreu também no período anterior à ditadura, entre 1946 e 1964. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 pela Lei Federal nº 12.528, entregou seu relatório final em dezembro de 2014, o documento contabilizava oficialmente que, entre 1946 e 1988, a repressão política deixou um total de 434 mortos e desaparecidos e milhares de pessoas torturadas.

Todavia, apesar de constar como anexo do relatório final da CNV, o número de mortos e desaparecidos políticos apresentados pelo relatório da Comissão Camponesa da Verdade (aproximadamente 1.200) não foi levado em conta na contabilização final oficial de mortos e desaparecidos.

Outro documento que consta como anexo do relatório final da CNV é o Relatório Figueiredo. Este Relatório, feito entre os anos de 1967 e 1968 fez uma profunda pesquisa sobre violação aos direitos dos povos indígenas. Com o procurador Jader Figueiredo Corrêa como principal membro, o Relatório, de 7.000 páginas, pesquisou a fundo as violações aos direitos humanos contra milhares de indígenas, perpetradas por latifundiários e agentes do Estado que trabalhavam no extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

Este trabalho, que está em fase inicial, pretende compreender e questionar quais os critérios utilizados pela CNV para fazer a contabilização oficial dos mortos e desaparecidos pelas

mãos da repressão estatal. Para isso tem como intuito levantar questionamentos tais como, "qual a participação dos grandes latifundiários brasileiros nessas graves violações aos direitos humanos?", "Havia apoio, ou anuência do Estado, nessas supostas ações dos latifundiários?", "Há provas de que agentes do Estado participavam com agentes privados, funcionários dos latifundiários, nessa perseguição?", "A qual classe social pertenciam os 343 mortos e desaparecidos políticos contabilizados pela CNV?", dentre outros questionamentos que podem ser levantados.

Por estar dando seus primeiros passos, nesse momento, essa apresentação de trabalho pretende mais levantar questionamentos acerca dos critérios para se configurar violação aos direitos humanos e perseguição política utilizados na CNV, para, num segundo momento, aprofundar a pesquisa.

Abordagem policial e entulho autoritário: o Estado de exceção na rotina da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Flávio Henrique de Souza Nascimento
flavio.historia44@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: favela, golpe de estado, polícia militar, autoritarismo, periferia

O trabalho busca relatar, através da observação de campo e de material "jornalístico" colhido nas mídias impressa e eletrônica, os abusos cometidos pela PM/SP nas abordagens de rotina e em seus procedimentos de policiamento ostensivo, em particular e acentuadamente nas áreas periféricas. Procura-se demonstrar que práticas intimidatórias e discricionárias características de Estados autoritários ou de exceção foram naturalizados nos procedimentos operacionais das polícias militares.

ST 23 - Cultura Intelectual Brasileira

Cléber Araújo Cabral

Doutor em Estudos Literários (Pós-Lit/UFMG)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
clabrac1980@gmail.com

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Mestrando
UFMG
hugogrocha@hotmail.com

Mariana de Moraes Silveira

Doutoranda
Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade de São Paulo
marianamsilveira@gmail.com

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutor em História
UFMG
thiago_lenine@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio

Presente desde a primeira edição do EPHIS, o Simpósio Cultura Intelectual Brasileira vem, através dos anos, ampliando seu leque de pesquisas, reflexões e projetos historiográficos. Propomo-nos a acolher trabalhos que, a partir de pontos de vista variados, tracem análises sobre a história intelectual do país. Interessamo-nos, em especial, pelas abordagens que permitam colocar em diálogo a história cultural e a história política, trazendo à tona as implicações políticas de projetos culturais, bem como os múltiplos usos da cultura em favor de projetos políticos. Sempre com uma perspectiva aberta e heterogênea, apenas ocultada pela generalidade da noção, o conceito de cultura intelectual opera na abordagem transversal de diversas temáticas que compõem o mundo da produção, recepção e apropriação dos mais diversos bens simbólicos, assim como da análise de trajetórias, redes de sociabilidade, arranjos institucionais, conformação de sensibilidades coletivas e afirmação de campos, climas e cenários culturais. Consideramos ser possível construir uma espécie de espectro em que essas manifestações intelectuais da elaboração da vivência coletiva, tanto no registro cotidiano (crônicas, charges, canções, história em

quadrinhos, cinema etc.), quanto na abordagem de produções integradas às tradições (como literatura, filosofia, sociologia, política, direito, partidos políticos etc.), apresentem-se em constante dinâmica de trocas, conflitos e distinções. Dessa forma, o quadro temático que compõe a cultura intelectual brasileira é bastante vasto e complexo. Também suas fronteiras poderão assumir uma característica fluida, uma vez que aspectos importantes de tal noção residem em suas relações com produções, personagens, instituições e trânsitos internacionais. Representações sobre as Américas, a África e a Europa, assim como trabalhos e projetos de intercâmbio intelectual, artístico e político, formam importantes eixos da cultura intelectual brasileira. Dessa forma, é com felicidade que este ST chega ao 6º ano consecutivo, reafirmando seu compromisso com a formação de uma perspectiva eminentemente historiográfica no tratamento da dinâmica das vivências passadas a partir das reflexões acerca da cultura intelectual.

Comunicações

O passado latino-americano como redenção: tempo e dialética em Antonio Candido

Cairo de Souza Barbosa
cairosbarbosa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Candido, América Latina, Cultura Intelectual, dialética

O processo de construção e sedimentação da cultura intelectual brasileira passa invariavelmente pela figura de Antonio Candido de Mello e Souza (1918 -). Seus estudos ampliaram discussões conceituais e teóricas no campo da literatura, fazendo confluírem tanto a crítica sociológica quanto o exercício historiográfico, consolidando leituras fundamentais à compreensão da realidade nacional. Esta comunicação, ademais, pretende ampliar o horizonte de análise de sua obra, colocando-o como figura central também no âmbito da crítica latino-americana. Para tanto, analisaremos três de seus textos menos conhecidos: “Literatura de dois gumes” (1987), “Literatura e subdesenvolvimento” (1970) e “Literatura, espelho da América?” (1995). A hipótese central, à luz de algumas teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história (1940), indica que Candido entende o passado latino-americano como força motriz na articulação temporal com o presente político no qual estão inseridos os atores sociais, servindo de substrato às construções utópicas sobre futuros possíveis. Com isto, desenvolve-se outra questão: essa crítica candidiana poder funcionar como um caminho alternativo a parte das chamadas "teorias

pós-coloniais"? Nossa segunda indicação é de que Candido, já nos anos 1970, a partir da ideia de uma dialética da formação latino-americana, antecipa respostas presentes em parte do "pensamento decolonial terceiro-mundista" da segunda metade do século XX, deslocando o binarismo local-universal para uma discussão pautada na ideia de síntese da cultura.

Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
hugogrocha@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: história intelectual, Antonio Cândido, Os Parceiros do Rio Bonito, pensamento social brasileiro, história da historiografia brasileira

Na obra “Os Parceiros do Rio Bonito”, o sociólogo e crítico literário Antonio Cândido tem como objetivo analisar o processo de transformação social, cultural e econômico das sociedades rurais que habitam partes dos interiores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás, por ele denominado como “região da Paulistânia”. Para isso, o autor lança mão de um amplo referencial teórico e metodológico identificado com os campos da sociologia e da antropologia, além de se apropriar de referências documentais, historiográficas e literárias que tratam sobre as sociedades rurais paulistas tradicionais entre os séculos XVI E XX. Ao cruzar este amplo e distinto material de pesquisa, Cândido objetiva acessar aspectos não contemplados pela metodologia e pela teoria científica socioantropológica. Deste modo, a considerar que a obra é comumente identificada como uma pesquisa ligada aos campos da sociologia e da antropologia, é nosso objetivo na presente comunicação refletir sobre como o autor estabelece diálogo entre o seu distinto referencial. Assim, lançamos a seguinte pergunta: de que maneira Antonio Cândido consegue articular, na economia do texto, estas diferentes formas de interpretação e representação da sociedade e da cultura caipira paulista em processo de transformação? A partir desta e de outras questões, pretendemos refletir sobre a relação entre os textos que compõem “Os Parceiros do Rio Bonito” e a tradição dos ensaios sociohistóricos que caracterizam parte do pensamento social brasileiro produzido no século XX. Assim, temos a intenção de analisar criticamente algumas concepções caras ao campo dos estudos em história da sociologia e da historiografia brasileiras, que apontam para a existência de limites entre a produção historiográfica e sociológica no país, sobretudo a partir do processo de fundação dos cursos superiores de Sociologia e História no Brasil em meados das décadas de 1930 e 1940.

Moda, publicidade e gênero na cultura intelectual brasileira da década de 1920

Thiago Lenine Tito Tolentino
thiago_lenine@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: cultura intelectual brasileira, publicidade, moda

Esta apresentação irá abordar algumas produções que compõem o conjunto da cultura intelectual brasileira e que especialmente se desdobraram no tratamento da formação indentitária dos gêneros feminino e masculino através da construção de imagens, símbolos, referências e interpretações acerca da mulher.

O Estado Novo e a afirmação de uma "cultura do território": Teixeira de Freitas, Cassiano Ricardo e Nelson Werneck Sodré

Raul Amaro de Oliveira Lanari
ralanari@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: território, Brasil, Estado Novo, Intelectuais

Durante a década de 1930, com a ascensão do projeto nacionalista dos governos de Getúlio Vargas, ganharam força propostas que vinculavam a realização dos destinos nacionais à reestruturação do "quadro territorial" do país. Diversos foram os projetos que viam na ocupação e divisão do território o principal meio de promover o progresso da nação, aproveitando de forma inteligente os recursos naturais brasileiros, tidos como inesgotáveis. Com o fortalecimento da perspectiva autoritária e sua institucionalização através da criação do Estado Novo, tais projetos foram investidos de um senso de urgência ainda maior, dentro daquilo que consideravam a grande oportunidade de regeneração brasileira frente ao panorama de crise da "velha civilização". Esta comunicação tem o objetivo de discutir três dessas leituras da nação através de seus aspectos territoriais: os de Mário Augusto Teixeira de Freitas, Cassiano Ricardo e Nelson Werneck Sodré. O primeiro, estatístico baiano especializado na área educacional, mas também "statemaker" dedicado à institucionalização das estatísticas públicas federais via criação do IBGE, foi autor de complexo plano de redivisão territorial do Brasil, divulgado e defendido durante mais de duas décadas. O segundo, intelectual paulista ligado ao grupo modernista que emergiu no debate público sobre a nacionalidade após a Semana de Arte Moderna de 1922, esteve ligado às políticas de colonização do interior realizadas através da Fundação Brasil Central e da criação de novos territórios. O terceiro, militar e, posteriormente, historiador de destaque na

difusão do marxismo no Brasil, foi responsável por uma ainda pouco analisada reflexão sobre a fronteira. A partir do diálogo promovido entre os três homens públicos em ação nos anos 1930, procuraremos identificar temas recorrentes naquilo que pode ser chamado de uma "cultura do território" difundida entre intelectuais e outros grupos sociais e presente em diferentes veículos de mídia existentes no período.

As crônicas verdeamarelas do modernismo brasileiro

Helaine Nolasco Queiroz
helaineq@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo, Brasil, Intelectuais

O Verdeamarelo é um grupo modernista atuante em São Paulo articulado pelos escritores Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Seus participantes publicam, aproximadamente, 130 artigos no jornal Correio Paulistano, entre 1926 e 1927, que versam sobre diversos assuntos. Dão conta do governo da cidade de São Paulo de Pires do Rio e do estado de São Paulo de Jorge Tibiriça, Carlos de Campos e Júlio Prestes. Tratam de sucessões ao governo federal, além da atuação, neste, de Washington Luis e de Arthur Bernardes. Veiculam uma ardorosa campanha contrária à adoção do voto secreto no Brasil, difundida pelo então recém-criado Partido Democrático (PD), opositor ao Partido Republicano Paulista (PRP), do qual o Correio Paulistano é o órgão oficial. Tratam de artes plásticas, música, teatro e literatura, criticando a Academia Brasileira de Letras e autores e grupos modernistas. Especialmente, procuram nacionalizar a cultura do Brasil, de modo reformista e conciliador, ignorando inúmeras contradições do passado e do presente do país e, muitas vezes, com um alto grau de xenofobismo.

Em virtude do seu caráter conservador, há poucos estudos aprofundados sobre o Verdeamarelo, sendo mais comum a interpretação que considera sua atuação como uma ante-sala do Integralismo e mesmo a “vergonha” do modernismo. No entanto, a vanguarda, ou o modernismo, seja na Europa ou no Brasil, em termos políticos, se alistou aos mais diversos tipos de orientação política, passando desde o anarquismo e o socialismo até o fascismo, sendo, portanto, impossível desqualificar obras ou autores com base em suas orientações políticas. O que se torna necessário é desconstruir o hegemonismo do discurso que, numa linha progressiva de tempo, exclui o que não é heróico, revolucionário ou “de esquerda” na construção da sua memória. Há que se ligar o Verdeamarelo não ao Estado Novo e ao Integralismo, mas à disputa discursiva sobre o caráter da cultura brasileira e aos embates da chamada Política do Café com

Leite, revisando as dicotomias “esquerda/direita” e “verdadeiro/falso” e problematizando a construção da memória mítica do modernismo. É preciso conhecer as faces “menos desejáveis” do modernismo para afastar determinadas interpretações ingênuas sobre ele. Como assevera Daniel Faria em *O mito modernista*, “precisamos desconfiar da tese tranquilizadora acerca da existência de única opção autoritária entre os ‘modernistas’, identificada com os verde-amarelos”.

O projeto de identidade nacional nos contos lobatianos

Rhaiane das Graças Mendonça Leal
rhaiane-mleal@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Monteiro Lobato, identidade, Nação

Este trabalho pretende analisar os contos de Monteiro Lobato a "Caricatura do Brasil", a "Questão do estilo", a "Paisagem Brasileira" e "Paranoia ou Mistificação", com o objetivo de destacar o projeto político de Nação formulado pelo intelectual em questão, oriundo da elite rural e bastante reconhecido no país pela sua carreira como escritor. Em a "Caricatura no Brasil", Lobato descreve com sarcasmo a história do Brasil, cita os principais periódicos republicanos que produziam charges sobre a situação política e social no final do século XIX, e, por fim, o autor propõe algumas mudanças nas caricaturas nacionais. Os contos a Questão do estilo, a "Paisagem Brasileira" e "Paranoia ou Mistificação" podem ser entendidos como a extensão do conto a "Caricatura no Brasil". O autor valoriza os aspectos da cultura popular, assim também como a desvaloriza e a ironiza. Em alguns pontos, Lobato apresenta um paradoxo, como o fato dele defender que o motivo da não existência de uma arte nacional era a incultura do povo brasileiro. E assim, Lobato propõe aos artistas brasileiros a necessidade de compreender o país para bem interpretá-lo. Em "Paranoia ou Mistificação", o autor realiza severas críticas ao trabalho da artista Anita Malfatti, devido ao uso das técnicas do cubismo, futurismo e impressionismo. Sua crítica residia no argumento da falta de uma ideia concreta, o que provocaria desorientação. Nesse sentido, os contos deste trabalho possuem uma função histórica e social, conforme a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita. Lobato foi considerado um dos defensores do movimento eugênico, apoiando as ideias de modernidade propagadas pelas políticas higienistas da época, ideias estas de teor racista. A partir da escrita de Lobato, verificamos que o papel do intelectual pode ser atribuído nos assuntos da cidade, pois o fato de o pertencer, escrever e atuar em conjunturas históricas diferentes faz com que suas contribuições sejam preciosas tanto na perspectiva histórica quanto na sociológica, o que nos faz questionar as posições e defesas do escritor. Sendo assim, os contos

lobatianos possuem um caráter pedagógico a fim de instruir o povo do campo e expor o pensamento científico a modo popular. Este trabalho contribui para o exame da literatura de Monteiro Lobato com a ênfase no seu projeto de nação conjuntamente às pautas do período, a saúde e educação no início do século XX.

Do Rio de Janeiro a Buenos Aires, via Washington: percursos dos intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos (1917-1943)

Mariana de Moraes Silveira
marianamsilveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: história transnacional, Intelectuais, Direito

Ao longo das primeiras décadas do século XX, inúmeras iniciativas de aproximação entre juristas das Américas se desenvolveram. Seus resultados puderam ser percebidos tanto em projetos coletivos no âmbito internacional, quanto nos debates específicos de cada país, em que o recurso a publicações e autores estrangeiros foi frequente. A Argentina e o Brasil estiveram particularmente envolvidos nesses esforços, tendo como pano de fundo o desencanto com os referenciais europeus impulsionado pela guerra iniciada em 1914 e as reflexões sobre a nação que se tornam cada vez mais prementes a partir dos anos 1920. Nessa conjuntura, bacharéis em direito brasileiros e argentinos buscaram estreitar seus laços, a partir da crença de que esses dois países poderiam servir de pontos de referência privilegiados um para o outro, na medida em que compartilhariam uma experiência histórica próxima. Esse movimento foi, entretanto, marcado por uma forte ambiguidade: ao mesmo tempo em que apregoavam a necessidade de aproximação com os vizinhos, juristas argentinos e brasileiros seguiam tomando o contato com e o reconhecimento em meio aos países centrais como o maior signo de distinção. Esta comunicação tem como objetivo analisar alguns percursos dos intercâmbios entre intelectuais ligados ao direito ao longo da primeira metade do século XX, tendo como foco a compreensão do papel que os Estados Unidos desempenharam ao longo desse processo. A desconfiança em relação à Europa e a ascensão norte-americana como potência hegemônica fazem desse país um observatório privilegiado para o estudo da já mencionada ambiguidade que marcou os diálogos entre juristas argentinos e brasileiros. Para tanto, analisaremos correspondências, artigos de periódicos jurídicos e documentos relacionados à atuação de órgãos representativos das profissões jurídicas, como o Instituto dos Advogados Brasileiros, o Colegio de Abogados de Buenos Aires, o American Law Institute e a Federação Inter-Americana de Advogados. Esta última instituição é particularmente

representativa das tensões envolvidas nos trânsitos intelectuais aqui analisados: há muito cogitada por bacharéis em direito de diversos países, essa congregação dos advogados do continente só se concretizou em 1940, sob os auspícios da União Pan-Americana e sob estrito controle estadunidense.

Niemeyer em Nova York, 1938: circulação e transformação na cultura visual moderna

Luiz Mauro Do Carmo Passos
lmpassos@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: circulação cultural, identidade nacional, americanismo, formação discursiva, Arquitetura moderna brasileira

A comunicação insere-se no tema das relações interculturais na arquitetura e na arte entre 1935-45, entre Brasil e Estados Unidos. Enfoca a participação do Brasil na Feira Mundial de Nova York (1939-40) e o Pavilhão projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (1937-38), fundamental na carreira deste último e origem dos temas formais desenvolvidos a seguir na Pampulha e ao longo da carreira do arquiteto. Logo após o projeto do edifício do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro (1936), os dois arquitetos foram para Nova York desenvolver o projeto para o Pavilhão, ficando Niemeyer na cidade durante nove meses de 1938. Enquanto no Brasil se impunha o Estado Novo, nos Estados Unidos, o New Deal e, vinculando os dois países, a Política da Boa Vizinhança, que tinha como foco as relações diplomáticas, no momento da eclosão da 2ª Guerra Mundial, mas abrangia a cooperação econômica e as relações culturais. Nesse último campo, ocorre uma intensa e conhecida circulação de diversas figuras da cultura erudita e popular e da indústria cultural entre os dois países. Naquele momento, desenvolvia-se na arquitetura e no design norte-americanos o chamado estilo “Streamlined”, marcado por linhas curvas e dinâmicas, no desenho de locomotivas, automóveis e eletrodomésticos, e também de edifícios. Por outro lado, nas artes plásticas, a repercussão do surrealismo biomórfico de origem europeia nos Estados Unidos trouxe uma verdadeira moda das formas ameboides, nas artes gráficas publicitárias e em diversos produtos. Toda essa produção teve grande presença na Feira Mundial de Nova York, como nos seus maiores pavilhões, da GM e da Ford, e na linguagem visual geral. Essa linha dinâmica e comunicativa se opunha ao chamado “estilo internacional”, derivado das propostas da Bauhaus e de Le Corbusier – que acabaram por se tornarem hegemônicas no pós-guerra. Nas declarações e escritos de Niemeyer e na interpretação dominante da arquitetura moderna brasileira, as curvas de sua

arquitetura são tratadas como uma superação deste racionalismo funcionalista e como singularidade da cultura nacional. Pretendemos discutir essa interpretação, mostrando que a obra do arquiteto brasileiro participa de uma cultura visual do final dos anos 30 que, interrompida pela 2ª Guerra Mundial e sucedida pela hegemonia da vertente do racionalismo, liderada por Mies van der Rohe, acabou sendo ignorada pela historiografia brasileira canônica e mesmo pelas pesquisas recentes sobre o Pavilhão Brasileiro.

Sobre interpretações do Brasil: forma, conteúdo, dualidades

Maro Lara Martins
marolara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo, Interpretações do Brasil, Teoria social

Nas florações das interpretações do Brasil dos anos 20 e 30, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica. Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

Mais ou menos explícita nas interpretações propostas por cada um daqueles autores encontra-se a ideia de que no Brasil contemporâneo a eles, Estado, economia e sociedade civil jamais teriam sido capazes de se diferenciar plenamente e, dessa forma, de se dinamizar a partir de lógicas e códigos próprios. O domínio público teria sido raptado e subjugado à lógica e aos propósitos das esferas de convívio familiar, códigos pessoais e privados, sociabilidade restritiva, razão pela qual as regras impessoais e racionalizadas seriam frequentemente relegadas a segundo plano. Nessa sociedade jamais se atingiu o grau e a extensão da diferenciação social, da secularização e da separação entre o público e o privado observados nas sociedades modernas centrais. Vale lembrar que no discurso sociológico da modernidade ocidental europeia, as chamadas sociedades modernas centrais são tidas como aquelas em que o Estado, o mercado e a sociedade civil ocuparam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas. Essa subjetividade

temporal comum aos ensaístas dos anos 30 advém especialmente da experiência intelectual, do processo de modernização brasileiro, do modernismo e da relação entre cultura e política.

A República letrada á brasileira

Beatriz Marinho de Melo
beatriz.m.melo93@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: identidade brasileira, debates, República, pensamento político, Intelectuais

Este trabalho se propõe a pensar sobre a história da cultura intelectual brasileira, ao ressaltar o pensamento político durante a primeira República (1889- 1930). O período é marcado pela efervescência de estudos acerca da identidade nacional e o surgimento de possíveis soluções aos problemas sociais e políticos, descritos por diversos intelectuais. As ideias utilizadas pela maioria dos intelectuais faziam surgir como um caldo de cultura que combinava pensamentos como o do positivismo, o evolucionismo, higienismo e o cientificismo. E assim ao descreverem sobre a formação nacional e as soluções políticas e sociais - diante dos dilemas da oligárquica que dominava a política com seus interesses econômicos e uma população marcada pela falta solidariedade social e miséria - os conceitos de raça e clima predominavam entre o pensamento dos intelectuais. Essa tentativa de se explicar sobre o atraso do país acabava por diminuir o povo brasileiro através do racismo científico, apoiados na ideia de raças inferiores. Mesmo que majoritário, haviam críticas quanto a esses pensamentos em torno do racismo científico e um Estado centralizado e autoritário. Um dos críticos foi Manoel Bomfim, sua importância se estende em resgatar o pensamento republicano, o autor pensava sobre as diversidades e justiça social, o papel das escolas, assim como a urgência de incluir o povo brasileiro no ensino e na participação política. Nesse sentido, ao escrever *America Latina: Males de Origem* (1905), em que ele trata de explicar o atraso por consequência da história de colonização e exploração no Brasil, se tornando um dos primeiros críticos do racismo científico, se diferencia dos outros estudos, que buscavam a causa do atraso brasileiro, e sofre ainda fortes críticas, como por parte de Sílvio Romero. É notório perceber que durante a proclamação republicana e os primeiros anos que se seguiram, ocorreram movimentos em torno de uma cultura intelectual, se manifestavam em diferentes vertentes e até se opunham. Entretanto é possível considerar ao mesmo tempo, que era restrito o exercício da atividade intelectual, já que a maioria da população permanecia analfabeta e um Estado que não garantia o ensino em sua Constituição. Diante do contexto e o quadro social e político é possível observar os debates e divergências, as manifestações

intelectuais e culturais e a tentativa de definir certo grau de interferência dos pensamentos na estrutura social e política da recente nação brasileira.

Transitando entre-lugares: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, suas sociabilidades e a historiografia catarinense (1963-2010)

Karla Simone Willemann Schütz
karlawschutz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: trajetória, Rede de sociabilidades., Carlos Humberto Corrêa, Historiografia catarinense

O presente trabalho, recorte de pesquisa de doutorado em andamento, busca a partir da análise e interpretação das diferentes produções historiográficas e relações - inclusive políticas - estabelecidas pelo historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa compreender o lugar de sua trajetória na historiografia do estado e, de certa forma, também no cenário nacional. Corrêa vivenciou e participou de momentos chave da produção historiográfica em Santa Catarina, tanto no campo universitário, quanto no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, o que o coloca numa espécie de “entre-lugar” no panorama historiográfico catarinense. Noção que, por sua vez, perpassa o entendimento de que a trajetória de Corrêa demonstra momentos em que ele se coloca como um pesquisador à frente de movimentos “inovadores” como o desenvolvimento da história oral em Santa Catarina e Brasil, mas também de situações e trabalhos que poderiam categorizá-lo como um historiador mais “tradicional/conservador”, pois era, sobretudo, no fim de sua vida, presidente atuante do IHGSC. Sendo assim, ao seguir os rastros deixados por este “homem de letras”, pretende-se problematizar os percursos trilhados por este historiador e os rumos tomados pelos estudos históricos em Santa Catarina fugindo de dicotomias, entendendo desta forma, que a junção de elementos - por vezes, contraditórios - podem se articular na construção de uma representação de intelectual, professor e historiador. Para tanto, o trabalho de pesquisa se fundamentou teoricamente nas discussões propostas pela História do Tempo Presente, História Política e História Intelectual, especialmente nos estudos que procuram pensar os percursos de determinados sujeitos da história recente, não com o objetivo de fazer o relato cronológico de uma vida, mas tendo em vista apreender como se caracterizam num dado momento histórico os procedimentos e entendimentos acerca de sua produção científica, e o estabelecimento de sua rede de sociabilidades, aqui em especial, remetendo ao campo da historiografia catarinense.

Um soldado do ofício: considerações iniciais em torno da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula entre os anos 1940 e 1960

Patrícia Helena Gomes da Silva
patriciahgsilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: historiadores brasileiros, trajetória intelectual, Eurípedes Simões de Paula, 1910-1977

Esta pesquisa - em fase inicial de desenvolvimento - pretende analisar a trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), mais especificamente, o projeto de História e de Universidade elaborado pelo historiador no decorrer de sua atuação nos quadros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP, atual FFLCH-USP). Busca-se compreender como este projeto foi configurado, quais suas bases e desdobramentos vislumbrados ao longo das décadas de 1940 e 1960, período marcado por importantes mudanças no interior da FFCL e da USP e também assinala a consolidação de seu nome em cargos relevantes na estrutura universitária e a implantação de iniciativas e esforços, no movimento de afirmação dos estudos históricos produzidos no âmbito da universidade. A principal justificativa do trabalho fundamenta-se em investigar um historiador de certo modo negligenciado na história da historiografia brasileira nos últimos anos. Tomando Eurípedes Simões de Paula como figura importante tanto por seu percurso nos quadros universitários paulistas (na USP e em outras instituições), bem como pelos muitos esforços empreendidos para a constituição do campo historiográfico ao longo de sua trajetória em mais de 40 anos dedicados ao ensino e à pesquisa, o trabalho visa a perceber esse conjunto de forma sistêmica, integrada, como expressão de um projeto intelectual, ao mesmo tempo, procurará enquadrá-lo no contexto próprio à afirmação da historiografia acadêmico-universitária brasileira, momento que não foi destituído de tensões, disputas e conflitos. Por meio da análise das fontes selecionadas para o estudo (primordialmente, a documentação presente no arquivo pessoal do historiador, custodiado pelo Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda”, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – CAPH – FFLCH – USP), da bibliografia existente sobre o tema e o objeto delineado e do aporte teórico-metodológico escolhido (as aproximações com as considerações traçadas sobre biografia intelectual, de François Dosse e as reflexões acerca dos intelectuais, da noção de geração e de redes de sociabilidades, de Jean-François Sirinelli), o estudo visa a ampliar o olhar sobre Eurípedes Simões de Paula, averiguar de forma mais pormenorizada as concepções e tensões envolvidas em seu projeto intelectual e oferecer uma nova compreensão do historiador em questão.

Os intelectuais isebianos em busca da superação do subdesenvolvimento no Brasil (1955-1964)

Gabriel Felipe Oliveira de Mello
gabriel ditrevi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: ISEB, intelectuais, nacional-desenvolvimentismo, nacionalismo

As décadas de 1950 e 1960 representaram um período de grande crescimento e efervescência cultural na sociedade brasileira com participação ativa de intelectuais na vida política e social do país. Nesse sentido, procuramos analisar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB (1955-1964), que representou e congregou uma série de intelectuais brasileiros – não acadêmicos- sediados no Rio de Janeiro e que possuíam em comum a influência do pensamento nacional-desenvolvimentistas em seus estudos, que propunham estudar a realidade e os problemas brasileiros, buscando a superação dos mesmos. Sendo assim, nos valendo dos conceitos de “intelectuais mediadores” (GOMES, 2016) e de “Consciência do Subdesenvolvimento (CÂNDIDO, 1989), o presente trabalho visa demonstrar como alguns isebianos, tais como os professores Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, procuraram construir uma perspectiva intelectual ativa em vista da superação dos problemas políticos-sociais do Brasil do período, bem como na construção de um saber que superasse o eurocentrismo e garantisse o desenvolvimento nacional.

A influência do antiliberalismo schmittiano na construção de Raízes do Brasil

Douglas Carvalho Ribeiro
douglascarvalhoribeiro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasileiro, cordialidade, Pensamento, social, antiliberalismo

Sérgio Buarque de Holanda é, indubitavelmente, um dos nomes grandes nomes das ciências sociais no Brasil. Não somente porque deixou como legado uma leitura original sobre o processo de modernização do país em Raízes do Brasil, cuja primeira edição remonta ao ano de 1936, mas também por inaugurar uma matriz explicativa de acordo com a qual as características marcantes do personalismo brasileiro tanto na esfera doméstica quanto no âmbito institucional resultariam da transposição da cultura portuguesa para o território ultramarino, que, em última instância, seria marcada por uma valorização exacerbada do personalismo . O “homem cordial”,

remetendo à expressão cunhada pelo escritor Ribeiro Couto, pode ser considerado a espinha-dorsal da análise empreendida por Sérgio Buarque de Holanda e remeteria, sobretudo, à aversão às formas de sociabilidade racionalizadas por parte do brasileiro.

Apesar da importância de *Raízes do Brasil* para o pensamento social brasileiro, pouco destaque é conferido ao fato de que a principal obra de Sérgio Buarque de Holanda não foi prontamente recebida no meio intelectual brasileiro, mas sim, nas palavras de Luiz Feldman, pode ser considerada “um clássico por amadurecimento”, isto é, se tornou clássico ao longo das diversas e profundas alterações, que vão do ano de sua primeira edição, passando pelas edições de 1948 e 1956, até chegar à edição 1969, quando se consolidou enquanto texto definitivo.

Tem-se, portanto, uma obra inicialmente concebida por um jovem intelectual, bacharel em Direito, crítico literário e ex-correspondente jornalístico à época da República de Weimar, extremamente influenciado pelos grandes teóricos da Alemanha do início do século XX. É de se esperar que, com as consequentes transformações que a obra sofre ao longo das duas décadas subsequentes à primeira edição, não somente o conjunto de problemas referente ao texto se altere, mas também a forma como o próprio autor se relaciona com aqueles autores que o influenciaram em um primeiro momento. O presente trabalho possui como foco investigativo a influência de Carl Schmitt, publicista alemão extremamente influente durante os anos da República de Weimar e do Nacional-Socialismo, na construção da obra prima de Sérgio Buarque de Holanda.

Povo mestiço: pensando a conformação do léxico

Stéfany Sidô Ventura
stefanysido@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: raça, mestiçagem, povo

A construção da República Brasileira, baseada nos ideais de progresso, civilidade e modernidade, sofreu entraves políticos, sociais e estruturais. O projeto republicano brasileiro tinha de lidar com ambiguidades entre o moderno e tradicional; agrário e urbano; região e nação que aconteciam de forma simultânea. Estes elementos, apesar de opostos, não funcionavam como chaves binárias, pois eram ambivalentes e sincrônicos. A nação, bem como, seu povo eram híbridos.

A questão racial, neste contexto, ganha destaque nos meios intelectual e acadêmico com o sentido de diagnosticar e compreender o modelo heterogêneo de povo no qual se conformava o país.

A proposição de um panorama para se localizar as tônicas do pensamento intelectual/científico se dará através da apresentação de quatro autores que perpassam o recorte temporal proposto (final do sec. XIX às décadas iniciais do século XX) a fim de captar as continuidades e nuances nos pensamentos e discursos produzidos à respeito do mestiço e da mestiçagem. Sendo assim, algumas obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Manoel Bomfim e Silvio Romero, serão tomadas como fonte, a fim de compreender em que medida o discurso e o vocabulário técnico, destes pensadores, possibilitou a formação do léxico e a conformação dos conceitos mestiço/mestiçagem vista as pretensões de “tipo nacional” e “síntese” da nação brasileira.

O conceito de tradição na história nacional de Manoel Bomfim

Carolina de Oliveira Silva Othero
carol_othero@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Conceito de tradição, Manoel Bomfim, Historiografia brasileira

Esta apresentação busca analisar o conceito de tradição na obra de Manoel Bomfim, especialmente em sua trilogia dedicada à formação nacional e composta pelos livros *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931). A hipótese a ser defendida é a de que esse conceito foi um importante instrumento teórico para a estruturação da narrativa histórica do autor e para sua delimitação do passado nacional. Para o intelectual, o principal papel da instrução pública e, principalmente, da escrita e do ensino da história deveria ser tornar cada vez mais viva e explícita na consciência de todos os brasileiros a tradição nacional. Na história escrita por Bomfim, as tradições são agentes centrais, sendo que, na trilogia, o autor buscou compreender a formação, desenvolvimento, consolidação ou degeneração das tradições nacionais, entre elas as tradição republicana, a antiportuguesa e a cabocla. Além de caracterizar e narrar a história das tradições, o autor buscou definir e sistematizar o que ele entendia por esse conceito. Nesse esforço de definição, Bomfim revela as bases teóricas e metodológicas do seu trabalho, permitindo ao historiador vislumbrar os diálogos que a história, disciplina em formação, estabelecia com outros saberes naquele momento. No caso do autor aqui analisado, a psicologia social e uma sociologia evolutiva ocuparam um lugar central em suas obras. Investigando esses diálogos a partir dos sentidos e usos do conceito de tradição, buscou-se compreender como o autor pensou o papel do indivíduo na história, as relações entre os indivíduos e as coletividades, a importância do passado no presente e, por fim, as funções que a história poderia e deveria ocupar

na sociedade. Desse modo, acreditamos que pensar o conceito de tradição nas obras de Manoel Bomfim é uma forma de abordar e refletir sobre a historicidade da linguagem do historiador, bem como de afirmar o valor epistemológico da história da historiografia.

Travessias intelectuais. Nina Rodrigues e as ideias racialistas em movimento

Renan Siqueira Moraes
moraes.renan.s@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Nina Rodrigues, história intelectual, racialismo

A apresentação vai tratar de dois momentos da carreira intelectual de Nina Rodrigues: de quando ele passa a aplicar uma leitura racialista do mundo e de quando suas ideias atravessam o Atlântico, levando-o à Europa. No primeiro, em 1890, o recém formado médico é provocado a utilizar recortes raciais nos estudos sobre as doenças que pesquisava, período em que escreve o artigo "Os mestiços brasileiros". O segundo momento, dezesseis anos depois, o autor está na Europa, onde participaria do IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada na Itália, estava a publicar o livro "Os Africanos no Brasil". Suas ideias já eram conhecidas na Europa e sua pesquisa em antropologia possuía já alguns leitores. Esta apresentação será, antes, apontamentos para uma pesquisa vindoura.

A recepção dos filmes e das ideias de Jean-Luc Godard na cultura brasileira (década de 1960)

Luiz Octavio Gracini Ancona
luizancona@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Jean-Luc Godard, recepção, Ditadura militar brasileira, cinema, censura

Esta comunicação apresentará alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado em História Social que vem sendo desenvolvida na Universidade de São Paulo com o apoio da FAPESP. Nosso objeto de investigação é a recepção dos filmes e das ideias de Jean-Luc Godard no Brasil de 1961 a 1970. A recepção é uma dimensão fundamental da história da arte e da cultura. Por meio da análise de leituras realizadas sobre uma obra ou artista, pode-se identificar características do contexto sociocultural no qual tais leituras foram produzidas. Dessa forma, nossa pesquisa tem como objetivo geral a compreensão de aspectos da cultura brasileira durante o período circunscrito a partir da recepção de um artista estrangeiro.

Tal pesquisa tem sua relevância justificada tendo em vista o lugar de destaque concedido a Godard pela historiografia que abordou o cinema brasileiro da década de 1960. O cineasta franco-suíço aparece como referência fundamental em análises de filmes de grandes cineastas brasileiros do período (Glauber Rocha, Rogério Sganzerla, Júlio Bressane, entre outros), assim como suas ideias são tidas como decisivas para a história da crítica de cinema no país, uma vez que nortearam os debates travados naquele momento. Godard também foi identificado pela bibliografia da censura cinematográfica no Brasil como um dos cineastas que receberam atenção especial por parte dos burocratas encarregados de ações censórias na ditadura militar.

Nesse sentido, a pesquisa estrutura-se em três partes, nas quais analisa-se a recepção dos filmes e das ideias de Godard em críticas de cinema veiculadas em jornais à época, em textos que compõem os projetos estético-ideológicos de cineastas e em documentos emitidos pela censura estatal. Tal abordagem da cultura brasileira se dá a partir da conjugação de aspectos artísticos e intelectuais, – os debates críticos e os projetos dos cineastas – e de aspectos políticos – as motivações ideológicas próprias à ditadura militar e seu aparato de controle e repressão social.

A comunicação se dividirá também em três partes, visando abarcar panoramicamente a totalidade da pesquisa: 1) uma introdução à repercussão dos filmes de Godard em notícias e críticas de jornais; 2) uma caracterização do projeto do cineasta brasileiro Glauber Rocha a partir de seus escritos sobre Godard; 3) uma apresentação do processo censório do filme *A chinesa*, cuja interdição em 1968 suscitou uma vasta polêmica e manifestações de indignação na imprensa.

Reverberações Lusotropicais - A viagem de Gilberto Freyre Entre o Salazarismo Português e a intelectualidade Caboverdiana (1951-1952)

Julia Neves Toledo
julianevestoledo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: lusotropicalismo, Gilberto Freyre, Pensamento social brasileiro

Em 1951, Gilberto Freyre (1900-1987) foi convidado pelo Ministério do Ultramar Português, gerenciado por Sarmiento Rodrigues, para realizar uma viagem por Portugal continental e suas colônias ultramarinas localizadas na costa africana. Freyre, naquela altura, já havia adquirido prestígio nacional e internacional por aquela que se tornou sua mais famosa obra, *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933. Encontrava-se em uma fase de ampliação do seu pensamento, visando compreender também as relações entre Portugal e suas colônias, construindo o que se tornaria a teoria do lusotropicalismo. A viagem durou cerca de um ano e permitiu que Freyre visitasse Portugal e praticamente todas suas colônias ultramarinas. Esta

experiência foi fundamental para que Gilberto Freyre desse uma forma acabada à teoria lusotropical, possibilitando inclusive sua difusão pelo mundo lusófono. Analisaremos a viagem realizada por Gilberto Freyre bem como suas contribuições para a concretização da teoria do lusotropicalismo, visando compreender a viagem enquanto um espaço de comprovação e consequentemente divulgação do pensamento freyreano. O governo de Salazar pretendia, naquele momento, disseminar o ideal de uma grande nação portuguesa que possuía territórios no além-mar, porém estes faziam parte igualmente de um mesmo Império, negando, portanto, as relações de dependência e subordinação das chamadas “províncias ultramarinas” com Portugal. A tese do lusotropicalismo de Gilberto Freyre será apropriada pelo Estado Novo de Salazar, contribuindo para a legitimação do discurso de manutenção da colonização, devido à pretensão, defendida pelo escritor, de se criar uma comunidade lusotropical, com uma identidade nacional unificada entre os povos lusófonos. Porém, a viagem de Freyre para as colônias portuguesas não foi isenta de críticas. O caso do arquipélago de Cabo-Verde desperta maior interesse devido à particularidade da influência das obras de Freyre no conjunto de ilhas africanas em torno da revista literária *Clareza* (1936-1960). A partir de uma realidade muito similar entre o nordeste brasileiro e o arquipélago de Cabo-Verde, “as transferências culturais” ocorrem com o intuito de auxiliarem na construção de uma literatura autônoma em relação à colônia e à identidade do cabo-verdiano afastada da África negra. O lusotropicalismo freyreano, porém, entra em choque com as demandas deste elite letrada cabo-verdiana, gerando um momento de tensão que também será analisado neste trabalho.

Ideologia do Teatro Brasileiro: percursos de uma história

Pedro Henrique Trindade Kalil Auad
pedroauad@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teatro Brasileiro, História, Ideologia

A construção da ideia de Teatro Brasileiro foi, desde o início, uma construção ideológica. Assim, podemos dizer que ao invés de uma certa história do teatro brasileiro temos, na verdade, uma ideologia do teatro brasileiro. Essa ideologia pode ser pensada em dois níveis ao menos: no sentido de construção da ideia de nação brasileira e no sentido de qual interpretação fazemos da história do teatro brasileiro. As ideologias da nação, portanto, se confundem com as ideologias do teatro e é esse ponto que gostaria de abordar neste trabalho. Abordarei a ideia de uma certa consciência do atraso brasileiro que sobrevoa o final do século XIX e início do XX; a ideia de um “novo país” da “democracia racial” de Gilberto Freyre; o país em “vias de desenvolvimento” de

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

Paulo Emílio Salles Gomes; as críticas à modernização de Florestan Fernandes; as aproximações entre a cultura popular e a política, que, entre outros, advoga Luiz Izrael Febrot; e a ideia de Carnavalização de Roberto DaMatta. Nesse sentido, entrecruzaremos os discursos desse ideólogo com pensadores do teatro brasileiro, como Domingos José Gonçalves de Magalhães, Machado de Assis, Sábato Magaldi, Nelson Rodrigues, Augusto Boal, João das Neves, José Celso Martinez Correa, e Antunes Filho.

Jorge de Lima e Henri Michaux: um diálogo entre fotomontagem e poesia

Priscila Sacchettin
prisacchettin@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: fotomontagem, Jorge de Lima, Henri Michaux, Arte Moderna, poesia moderna

Em 1943, no Rio de Janeiro, o poeta Jorge de Lima (1893 - 1953) publica *A Pintura em Pânico*, volume que trazia o resultado de sua incursão pela técnica da fotomontagem, à qual Lima se dedicava desde meados dos anos 1930. A primeira imagem do livro é acompanhada por uma citação, extraída de um poema em prosa de Henri Michaux (1899 - 1984), poeta belga radicado em Paris, um dos principais nomes da literatura moderna de língua francesa.

As afinidades intelectuais e poéticas entre Henri Michaux e Jorge de Lima mostram que a presença do escritor belga em *A Pintura em Pânico* não é casual. Unem-se não apenas pelo tom absurdo, mas também por similaridades temáticas (os temas da gênese e do nascimento) e de linguagem (o fragmentário, a apropriação, a montagem). A relação entre estes dois autores se dá no contexto dos diálogos possíveis entre poesia e artes visuais, e entre os cenários da arte moderna na Europa e no Brasil. A proposta desta comunicação é, portanto, expor e explorar os pontos de contato entre Lima e Michaux, com o intuito de revelar a interpenetração dos universos imagéticos de ambos.

Michaux esteve no Brasil por duas vezes: na primeira, passou por Manaus e Pará, em fins de 1928. Mais tarde, no contexto da Segunda Guerra Mundial, ele retorna ao Brasil para uma estadia de seis meses, entre 1939 e 1940; visita Minas Gerais e então instala-se no Rio de Janeiro. A correspondência pessoal do poeta belga revela que ele entra em contato com a poesia de Lima. Em Paris, Michaux frequentava pintores ligados ao surrealismo, como Max Ernst, André Masson e Salvador Dalí. É possível que Michaux tenha sido, para Lima, uma das fontes de acesso à arte e à literatura das vanguardas europeias, o surrealismo inclusive.

A obra literária de Michaux poderia ser caracterizada como uma torre de Babel das letras, tal a sua variedade de gêneros e temas: ensaios, diários de viagem, aforismos, poemas em prosa, em verso livre, transcrições de sonhos, peças de teatro. Michaux é um escritor do fragmento, sempre sensível à captura do instante. Disso decorre a expressão de um todo que é descontínuo, que recusa uma ordenação sintática capaz de se impor de maneira vigorosa, submetendo o fragmento; é um discurso lírico perpassado pela incompletude. A elaboração da escrita a partir do fragmentário que identificamos no poeta belga encontra ecos tanto na poesia de Lima quanto em suas fotonagens, onde o fragmento e o insólito são trabalhados plasticamente.

Romantismo Brasileiro (1852-1865): o conceito de natureza na construção da Identidade Nacional

Kaian Luca Perce Eugênio
kaian_k2k@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo, romantismo, Natureza, Estado Nacional

Este projeto, à luz das narrativas dos românticos Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias e José de Alencar, entre 1840 e 1883, têm como objetivo: 1- analisar os empregos da natureza que serviram à construção da nação brasileira e ao sentido de unidade nacional e centralização do poder almejados pelo Estado imperial em construção; 2- evidenciar a crítica possível que o Romantismo desferiu a partir da tematização da natureza ao Império brasileiro, a qual viabilizou uma preocupação mais institucionalizada com o ambiente natural. É importante ressaltar que esta crítica Romântica ao Estado Imperial se funda na compreensão de que este se comportaria de forma tão negativa em relação à natureza quanto o colonizador português.

Este projeto de pesquisa se funda na hipótese de compreensão e descrição do tempo moderno, assim como entender os limites e possibilidades de sua recepção nas terras “brasileiras”. O historiador alemão Reinhart Koselleck caracteriza a Modernidade como um afastamento significativo entre “espaço de experiência e horizonte de expectativa”, ou seja, as experiências passadas perderam parte considerável de sua capacidade orientadora frente às novas conjunturas emergidas no tempo presente. Logo, a entrada e intensificação da Modernidade nas denominações do “Brasil” entre os séculos XVIII e XIX se daria em um afastamento do espaço do experiência ligado ao Antigo Regime composto principalmente pela tradição do despotismo esclarecido português, ao passo que, o horizonte aberto pelos futuros projetados pela ciência e pela razão iluminista abriam um campo de disputa nas linguagens que compunham as relações políticas, econômicas e sociais entre o Império luso e, posteriormente, o Império do Brasil, como

também, nas demais regiões do planeta. O campo de disputa conceitual aberto na Modernidade movimentou a relação existente entre signo e significado semântico dos conceitos no que se refere a remodelagem da linguagem entre âmbitos públicos e privados. Desta perspectiva, há uma fluutuabilidade no caráter polissêmico, onomasiológico e semiológico dos conceitos que operam o tempo moderno. As transformações conceituais iriam movimentar linguagens entre à Europa e as contiguidades do que seria o “Brasil”, este alargamento da capacidade de operação de um conceito assim como a ampliação do seu significado no horizonte da Modernidade.

A imagem da mulher e a construção da nação através das páginas d'O Ano Biográfico Brasileiro

Stefania Macena Wolff
ste.mwolff@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: biografia, história das mulheres, nação, historiografia brasileira

O presente trabalho tem como objetivo investigar o papel reservado às narrativas discursivas sobre o gênero feminino no interior do projeto de formação da nação brasileira engendrado por homens de letras ao longo da segunda metade do século XIX, a partir de um gênero em destaque na produção escrita deste contexto: a biografia. Com este fim, elegemos como objeto a obra O Ano Biográfico Brasileiro – compilado de biografias escritas por Joaquim Manuel de Macedo.

Quando da publicação da obra, em 1876, os intelectuais reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinham assumido para si a missão de definir os contornos da recente nação brasileira, empreendendo uma série de estratégias discursivas para convencer a todos os nascidos no território delimitado como Brasil de que compartilhavam de uma mesma história e uma mesma identidade. É nesse contexto que a narrativa biográfica, que ganha destaque na produção do IHGB, passa a figurar como um discurso legitimador e ao mesmo tempo uma projeção. Assim os indivíduos retratados pelos biógrafos do instituto eram marcas simbólicas dos valores, virtudes e feitos que constituíam motivo de glórias no passado e simultaneamente serviam de molde a ser replicado pelas gerações subsequentes de brasileiros ou, mais especificamente no nosso caso, de brasileiras.

Das 365 biografias que formam nosso objeto, apenas 19 são de mulheres. É a partir delas que buscamos analisar que tipo de discurso se produzia sobre mulheres enquanto indivíduos, percebendo tais discursos como uma representação do que se pensava e esperava sobre o gênero feminino como um todo. Nos interessa investigar o que há de específico na forma como, no

século XIX, foram contadas as histórias de mulheres no contexto de consolidação da nação, bem como quais características foram selecionadas para figurar como exemplares para o sexo feminino pelos homens que dominavam a produção historiográfica nacional.

Minerva Brasiliense: limites conceituais de história e literatura nas páginas do periódico

Bruna Schulte Moura
schulte.bruna@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, formação nacional, Conceito, literatura

A pretensa comunicação tem por objeto de análise o periódico fluminense *Minerva Brasiliense*, que inicialmente pode-se destacar que esta foi a primeira publicação científico-literária a surgir após o Golpe da Maioridade que coroou Dom Pedro II Imperador do Brasil. Teve início em 1843, durando pouco mais de um ano, encerrando em 1845. Contou com duas fases: o primeiro ano, em que foi dirigida por Francisco Salles Torres Homem e os últimos meses, nos quais esteve à frente Santiago Nunes Ribeiro. O periódico se constituiu em um importante espaço para publicações ensaístas tanto de cunho científicos quanto literários, e contou com uma equipe de publicistas muito rico. De acordo com Hélio Lopes, o êxito da revista se deu a partir de seu conjunto de colaboradores, todos referências em suas cadeiras de conhecimento.

A revista, por representar uma reunião consistente de literatos brasileiros e situar-se num período de mudanças políticas e sociais no país, oferece um aparato conceitual que nos permite observar limites conceituais entre história e literatura, uma vez que que tanto neste período como neste periódico os limites entre ambos ainda são fluidos, não havendo de fato uma questão fechada em relação aos conceitos. Neste sentido, as análises ora servem para se tratar do conceito de história, ora servem para tratar da literatura, uma vez que ambas desempenham papéis parecidos dentro do projeto do periódico. Desta forma, a partir da análise da seção literária da revista e debruçada sobre teóricos das duas áreas em questão, o que se pretende é apresentar como história e literatura demarcam seus limites e se relacionam.

A partir de Valdeci Lopes de Araújo, Hans Robert Jauss e Reinhart Koselleck a análise é conduzida de forma a se compreender como história e literatura se confundem, somam e sobrecarregam a fim de produzir um projeto nacional, presente na publicação em questão. Desta forma, compreende-se que conceito de literatura se expande e se sobrecarrega, uma vez que sua história deixa de ser um conjunto de obras organizadas numa grade de gêneros e datas para se tornar a representação de um campo de experiência. Neste sentido, a história literária ganha uma

dimensão para além da sucessão de fatos e se torna o desenvolvimento progressivo da identidade nacional. A nação passa a ser entendida como um personagem histórico anterior à institucionalização do Estado – ou seja, anterior a independência – e a história da literatura torna-se a expressão da sua identidade.

Caso Olga Benário: Idealismo, Amor e Tragédia

Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira
joo_alcantara@hotmail.com

Júlia Canella da Silva
juliacanella97@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Luís Carlos Prestes, Memória, Olga Benário, Nazismo

O presente artigo tem como objetivo falar sobre a vida de Olga Benário, estruturado em cinco partes, a primeira tem a função de apresentar sua infância e adolescência e as seguintes apresentam sua participação política, seu casamento com Luís Carlos Prestes, sua filha Anita Leocádia Benário fruto dessa união, o seu envolvimento em polêmicas e por último sua morte e o legado da mesma. Partindo da pesquisa documental em fontes primárias, como legislações históricas e documentos, bem como da utilização de fontes secundárias como vídeos, filmes e bibliografias, com uma atenção para as cartas escritas por ela, publicadas no livro Olga, de Fernando Morais e sua censura sofrida no Nazismo da Alemanha. Como resultado dessa pesquisa pode-se perceber que sua vida foi um grande conflito interno, sobre a luta entre a ‘mulher’ e ‘militante’, devido ao preconceito sofrido na época. Concluimos o quanto é de suma importância restaurar a memória de Olga e sua contribuição na luta da mulher, visando os acontecimentos atuais no nosso país, Olga seria um grande exemplo de luta por democracia, e uma importante figura representativa sobre as mulheres em conquistar seu espaço na política e principalmente na sociedade em tempos de grande discussão sobre o feminismo e a violência contra a mulher.

Configurações da intelectualidade brasileira: autoritarismo e modernismo na década de 1930-1940

George Leonardo Seabra Coelho
<http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

PALAVRAS-CHAVE: nação, literatura, Intelectuais

Esta pesquisa está imersa na corrente de estudos dedicada à História da intelectualidade brasileira do primeiro quartel do século XX. Tal proposta insere-se nas discussões que abordam como os debates referentes à nacionalidade, à organização política nacional e às cisões políticas ocorridas entre as décadas de 1920 e 1940 foram incorporados por essa intelectualidade. Sendo assim, a apropriação desses temas no pensamento político será tratada à luz das interfaces entre o Modernismo literário e o Pensamento Autoritário brasileiro. Ciente do grande número de escritores que representam esses dois campos intelectuais e dos diversos estudos que abordam as obras produzidas por esses homens de letras, estamos propondo, nessa comunicação, uma análise histórica referente aos distanciamentos e aproximações entre o Pensamento Autoritário representado por Oliveira Vianna e o Modernismo representado por Cassiano Ricardo. Consideramos, de antemão, que as produções intelectuais não estão isoladas dos acontecimentos e das ações desenvolvidas pelos grupos sociais e que, por essa razão, se torna importante recorrer às análises do campo simbólico e trocas linguísticas entre os grupos e os intelectuais. Trataremos das formas como esses intelectuais discutiram o papel do Estado na organização da sociedade, a composição da identidade nacional, os regionalismos, a organização política, as razões do atraso econômico e a ocupação do território nacional. Juntamente com as aproximações e distanciamentos entre as configurações do Estado, as visões de mundo sobre o espaço brasileiro e os tipos sociais responsáveis pela expansão da fronteira, abordaremos como esses dois intelectuais apropriaram-se do passado histórico como matéria-prima para a elaboração de projetos futuros de Nação. Em outros termos, destacaremos a forma como Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo pensaram a ação social do Estado brasileiro e como essa ação teria incidido sobre a construção da nacionalidade. Frente a essa problemática, o intuito é realizar uma leitura crítica das obras desses dois intelectuais e, ao mesmo tempo, refletir sobre suas trajetórias políticas entre as décadas de 1920 e 1940.

A Associação dos Artistas Brasileiros (AAB): ações e utopias no cenário cultural carioca da década de 1930

Henrique Brener Vertchenko
henriquevertchenko@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Os Comediantes, Associação dos Artistas Brasileiros (AAB), Celso Kelly

A Associação dos Artistas Brasileiros (AAB), uma “brilhante associação de arte, literatura e mundanismo” fundada pelo artista plástico Mário Navarro da Costa, surgiu a partir do convívio de artistas dos mais variados ramos em 1929 no 1º Salão dos Artistas Brasileiros, sediado no salão nobre da Biblioteca Nacional do RJ. Com princípios de maior liberdade e com uma agenda

preenchida por solenidades sobre artes plásticas, literatura e música, fazia-se frente ao formalismo clássico do Salão Nacional de Belas Artes. Este trabalho tem como objetivo analisar algumas das principais ações e projetos da AAB, apresentando como se deu o delineamento do seu projeto artístico e intelectual ao longo da década de 1930. Nos seus primeiros seis anos de existência foram realizados sete salões coletivos, mais de 120 exposições individuais, concertos anuais, conferências literárias, cursos especializados em arte, teatro, concursos de cartazes e figurinos. Entre seus sócios constavam nomes como Portinari, Oswaldo Goeldi, Raul Pederneiras, Tarsila do Amaral, A. Guignard, Anísio Teixeira, Austregesilo Athayde, Gilberto Trompowsky e T. Santa Rosa, sujeitos relacionados ao mundo artístico e intelectual do Rio de Janeiro do período, que, mesmo detentores de heterogeneidade estilística, eram reunidos a partir da pretenciosa missão de “coordenar as atividades artísticas dos diferentes setores da arte brasileira” fundindo-as em uma ação cultural orgânica que se empenhasse na renovação cultural e artística da cidade. Pensar as conformações teóricas, sociais, políticas e espaciais em torno das quais se articulava a AAB permite caracterizá-la como recorte exemplar de um campo cultural. A demarcação de uma posição pela AAB frente ao academicismo da Escola Nacional de Belas Artes esteve envolvida em disputas por hegemonia no campo artístico que se relacionavam a conflitos geracionais e a novos estatutos da arte na construção de uma cultura nacional, marcadamente a crescente influência do modernismo. A atuação de sujeitos como Celso Kelly e Jarbas de Carvalho, além da “gestação” do grupo teatral Os Comediantes, conhecido como fundador do teatro moderno no Brasil, construíram para a AAB a imagem de uma “vitrine” por onde perfilava uma hegemonia modernista (ainda que diversa) em diversas áreas, além de indicar a existência de um dinâmico espaço de circulação de ideias, práticas, consagrações e sociabilidades, onde se articulavam artistas e intelectuais em torno de projetos e debates.

ST 24 - História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades

André Mascarenhas Pereira

Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
andremasper@gmail.com

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc

Mestre em História
Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne
ph.urvoy@gmail.com

Valdeci da Silva Cunha

Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
valdeci.cunha@gmail.com

Proposta do Simpósio

Propomos neste simpósio temático uma reflexão sobre a história urbana em uma perspectiva cultural e social. Ao considerarmos a cidade e as narrativas que dela emergem como espaços em disputa, nosso foco concentrar-se-á na pluralidade de discursos e práticas que as culturas urbanas oferecem ao trabalho do historiador. A estrutura urbana, dentro da cidade moderna, mostra-se, em si mesma, um espaço repleto de signos, uma narrativa concebida de antemão por um discurso técnico, que se impõe tanto ao transeunte como ao morador. No entanto, como nos é ensinado por Michel De Certeau, a cidade também é o local onde uma infinidade de outras narrativas e práticas emergem para distorcer as linhas do desenho planejado. Na linha de Walter Benjamin, ao identificar a importância dos arquétipos do flâneur e do "trapeiro", caberia ao historiador dialogar com os diferentes tipos de sujeitos/agentes produtores de narrativas sobre o espaço urbano que se expressam ou falam pelas/nas cidades e que, em nosso entendimento, formam, informam e enformam as várias relações e tensões estabelecidas na teia social urbana. Pretendemos, assim, dialogar com propostas de trabalho e pesquisas que, de alguma forma, tenham as cidades como lugares, fontes e/ou objetos de investigação em suas múltiplas e polifórmicas formas de expressão.

Comunicações

O deboche da modernidade na imprensa campanhanhense nas primeiras décadas do século XX

Rômulo Nascimento Marcolino
romulonm@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Imprensa, Cidade

O começo do século XX é marcado por um culto ao progresso e concepções de higiene e urbanismo que incidiram sobre a cidade, seu habitante e costumes. Essa busca por adequar-se a uma "nova ordem", também pode se apercebida em algumas cidades do interior do Brasil, como constatamos em Campanha, cidade localizada na região Sul do estado de Minas Gerais. Mas, sendo a cidade um espaço de tensionamentos constantes, é comum que haja uma multiplicidade de representações e idealizações em disputa entre os seus diversos atores, inclusive na imprensa.

Ao observarmos os periódicos em circulação no município, nos deparamos com textos e imagens que revelam críticas ácidas e bem humoradas sobre as obras de melhoramentos urbanos, hábitos de consumo e instituições, coexistindo com as massivas aclamações referentes aquilo que se entendia como moderno. Nesse sentido, o jovem articulista Adolpho Silva é quem melhor representou essa capacidade de dissecar as contradições do processo de modernização levado a cabo pelas elites campanhense. Para Adolpho Silva, a sociedade era capaz de colocar em risco a própria integridade física ao adotar de forma compulsiva aos que chama de "modismo".

Memória e Esquecimento: a tradição e a cultura piresina nas décadas de 1920 a 1960

Wesley Lima de Andrade
wesley.andrade@ifgoiano.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Saúde, representação e memória

Esta pesquisa procura analisar as mudanças ocorridas na cultura local na região de Pires do Rio, Estado de Goiás, Brasil, no período compreendido entre 1920 e 1960, levando em consideração a chegada da estrada de ferro e sua influência nos hábitos, costumes, práticas culturais, levando em consideração as relações entre a elite local e a implementação das

instituições de saúde na região. Para tanto, o trabalho parte do pressuposto teórico de memória e esquecimento, trazendo a relação entre a memória e a história, perfazendo uma abordagem sobre as práticas, representações e apropriações ocorridas na cultura do sertanejo goiano e na forma dele pensar a saúde, sobretudo a presença do médico e da instituição de saúde, levando a compreensão da cidade como espaço dinâmico, constituído de práticas sociais diversas, vivenciadas neste cotidiano, levando à discussão a modernização regional e desenvolvimento econômico, com a chegada da ferrovia, perpassando sua repercussão nas mudanças da forma que o sertanejo lida com as questões de saúde e como ele vê a figura do médico e as instituições de saúde. Hipoteticamente, esta pesquisa apresenta que a figura do “Homem da Saúde” é fator preponderante para a construção do imaginário de modernização da região, formando a figura do “construtor” e do “visionário”. Metodologicamente, este trabalho consiste em coletar informações documentais, além de entrevistas, fotografias e registros que reportem ao tema proposto. A história de vidas narradas torna-se importante, uma vez que, a partir da experiência particular de cada um se constrói a coletividade.

Divertimentos e nova ambiência urbana na cidade de Divinópolis-MG na virada do século XX

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral
dvoamaral@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Divinópolis - MG, divertimentos, urbanização

No final do século XIX, Divinópolis não passava de um pequeno arraial denominado Espírito Santo do Itapecerica. Com uma forte ligação com o mundo rural, o arraial era pouco mais que um inexpressivo entreposto comercial cujas atividades econômicas giravam em torno da atividade agropecuária. O cenário urbano era constituído de algumas poucas casas ao redor da Igreja da Matriz, com seu traçado urbano apresentando ruas estreitas e irregulares. Sendo uma população predominantemente católica, as atividades religiosas, tais como as missas aos domingos e demais festas vinculadas ao catolicismo, eram os principais meios de sociabilidade e integração entre os moradores, sendo o padre uma figura de grande respeitabilidade.

O quadro descrito acima se transformou radicalmente a partir de 30 de Abril de 1890, momento que era inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Oeste de Minas. fato que provocou um desenvolvimento econômico e sociocultural bem mais intenso do que havia ocorrido até aquele momento. Tal processo se intensificou, quando, no ano de 1910, foi

inaugurado um importante ramal ferroviário, fazendo do arraial sede de um entroncamento de linhas férreas que seguiam em direção à importantes centros do país, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Nesse mesmo ano, devido à intensificação do fluxo de trens de cargas e de passageiros, tornou-se necessário a construção de uma grande oficina para dar manutenção às locomotivas em tráfego e para a fabricação de peças e equipamentos de reposição.

Diante desse quadro, os grupos abastados locais, impulsionados pelas demandas e facilidades proporcionadas pela nova ferrovia, tomaram a iniciativa de transformar o antigo arraial em uma “nova cidade” por meio de transformações na estrutura urbana e na introdução de práticas lúdicas diversas, reiteradamente tidas por “mais modernas”, em conformidade com o padrão irradiado de outros centros elegidos como “mais avançados”. O teatro, o cinema, o telégrafo, o campo de futebol, a arborização de ruas, são apenas algumas das novidades que despontaram nesse período. Nessa direção, o presente artigo, tomando como fonte de pesquisa, periódicos e documentos produzidos pelo legislativo, tem como objetivo descrever e analisar a nova ambiência urbana vivenciada por Divinópolis e algumas das práticas de divertimento que foram introduzidas ou adquiriram um novo status na transição do século XIX para o século XX, após a inauguração da nova ferrovia.

Saindo das sombras: negros e pobres em São Paulo (1890-1940)

Fábio Dantas Rocha
fabiodanrocha@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: urbanização, Brasil República, Relações raciais, Pós-Abolição, cidade de São Paulo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar aspectos da vida cotidiana da população negra e pobre em São Paulo entre os anos de 1890 e 1940. Busca-se o entendimento do imediato pós-Abolição e das primeiras décadas do regime republicano como uma forma de compreender o processo de socialização de negros e pobres na cidade. Pretendo construir uma cartografia dos espaços que essa população ocupou, para compreender suas experiências e seus modos de vida diante de uma cidade que, em meio ao grande crescimento populacional e econômico, modernizou-se de forma contraditória aos costumes e expectativas dos ex-escravos.

A modernidade trazida pelos vagões do trem: como a Paraíba recebe os símbolos do moderno durante o século XX

PALAVRAS-CHAVE: Moderno, Experiência, cidade

Uma das construções humanas mais fascinantes do século XIX são as chamadas cidades modernas, e com elas, surgem às multidões, a escassez do tempo, a pressa das relações interpessoais e o encantamento pelo novo trago no brilho das luzes que clareiam as cidades. Historiadores, como walter benjamin, Antônio Paulo Resende, Sandra Jatahy Pesavento, se aventuraram nos caminhos de tentar compreender como o moderno e o tradicional se tocam, quais mudanças geram nos comportamentos dos grupos humanos, nas suas sociabilidades e como os símbolos do moderno são experimentados. Nessa perspectiva, Gervácio Batista Aranha é um dos percussores em analisar a experiência moderna no Nordeste do Brasil, suas pesquisas abriram caminhos para outros autores pensarem a modernidade em diversas cidades paraibanas. Assim, temos o intuito de mapearmos os diversos trabalhos que abordam a modernidade em diferentes regiões para pensarmos de que forma a Paraíba adentra no processo de modernização entre o século XIX e XX seus impactos e confrontos. Portanto, pensar a cidade, o moderno e suas diversas formas de experiência é extremamente importante para compreendermos, a construção da cidade moderna e de que forma esse fenômeno afetou as tradicionais formas de existir, nos mais diversos espaços. Este artigo é fruto de pesquisas iniciais que apontam caminhos para o desenvolvimento do TCC, para desenvolver esse trabalho, foi necessário o aprofundamento de conhecimentos através de fontes bibliográficas: revistas, artigos e livros de onde foram extraídas informações, citações e conceitos, por meio de uma leitura minuciosamente trabalhada.

As representações da República nas charges relacionadas a reforma da capital federal no governo Rodrigues Alves

Thais dos Santos Portella
thata.portella@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revistas Ilustradas, Reforma do Rio de Janeiro, Charges, República

A figura feminina da república é representada diversas vezes em caricaturas durante os primeiros anos do novo regime político no Brasil. Em específico, esta comunicação, visa analisar representações da República em charges que debatam as obras de reestruturação urbana na capital federal que ficaram a cargo da União, durante o governo de Rodrigues Alves. Ao

satirizarem as questões políticas e sociais, as charges mostram-se poderosas narrativas político-culturais, uma vez que são um gênero tradicionalmente associado à denúncia, à crítica e ao comentário social. Por meio desta vertente, talvez seja possível analisar as diferentes formas com que a figura feminina da república é representada nos traçados dos chargistas. O foco das imagens selecionadas para discutir o assunto será de caricaturas com os assuntos temáticos ligados as obras da cidade do Rio de Janeiro que ficaram a cargo da União, em especial as obras do Porto e das Avenidas de conexão do centro da cidade com a região portuária. No período aqui discutido as charges constituíram uma forma importante de comunicação e de comentário aos acontecimentos sociais, dando visibilidade e legibilidade ao que era “informado” e permitindo circular uma percepção mais crítica ao grande projeto implementado pelo governo.

O Porto Maravilha e um Projeto de Cidade do Rio de Janeiro: uma perspectiva histórica

Daniel de Souza Carvalho
danieel.carvalho@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Porto Maravilha, Projeto de Cidade, Megaeventos

Desde 2010 esteve em curso na cidade do Rio de Janeiro um dos maiores programas de reurbanização de área degradada ao longo do processo histórico, denominado: Porto Maravilha. Ele abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados, compondo um quadrilátero que envolve as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro e de elevada importância histórica. Este projeto prevê a realização de empreendimentos imobiliários, comerciais e residenciais (túneis, VLT, ciclovias, passeios públicos e museus). Processos semelhantes ocorreram em zonas portuárias de cidades como Baltimore, Roterdã, Barcelona, Buenos Aires, Londres, com profundos impactos na vida dos habitantes e na revitalização dos investimentos que são importantes para compreensão deste modelo na dinâmica do capital internacional.

Discutir as dinâmicas sociais de questões do território e espaço, levando em consideração o processo de remoções e a participação ou não das associações de moradores e outros grupos sociais organizados nas decisões sobre os investimentos a serem feitos nas obras do Porto Maravilha. Analisar o projeto de cidade que está em andamento no Rio de Janeiro desde a presença dos megaeventos esportivos, relacionando este processo com outros já em curso, como

as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e as PPPs (Parcerias Público Privada), colocando em destaque o financiamento das empresas envolvidas neste processo.

O Departamento de Abastecimento na Prefeitura de Belo Horizonte: políticas públicas para acesso aos gêneros alimentícios (1948-1992)

Lays Silva de Souza
lassouza3@gmail.com

Este trabalho tem como objeto o processo de atuação do serviço de abastecimento alimentar em Belo Horizonte abordando tanto o ponto de vista da administração pública municipal, quanto das medidas voltadas para a democratização do acesso aos produtos de primeira necessidade. A partir da trajetória do Departamento de Abastecimento, órgão responsável pela fiscalização e acesso aos gêneros alimentícios de Belo Horizonte, presente na estrutura organizacional da prefeitura entre os anos 1948 e 1992, é possível analisar o processo de planejamento e a execução das políticas públicas de abastecimento na capital mineira buscando apreendê-las em suas múltiplas relações com a sociedade e a cultura daquele período. Por meio da regulamentação do serviço de abastecimento alimentar em Belo Horizonte, percebe-se que essa demanda surge em um contexto que a cidade precisava de uma organização para distribuir os produtos de primeira necessidade e que ao longo dos anos o poder público reorganiza sua estrutura, por diversas vezes, sempre com o objetivo de atender as novas necessidades da sociedade. Por meio de um estudo que se encontra em andamento e que utiliza como principais fontes a Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005) e a legislação municipal que regulamenta a temática, nosso objetivo é analisar a relação, através da qual o Departamento de Abastecimento teve por finalidade administrar, enfatizando as interações existentes entre o poder público municipal, a economia e a sociedade desse período. Pretendemos estudar os programas e projetos de abastecimento alimentar e sua relação com os produtores e comerciantes locais da época, a fim de apreender as relações entre o acesso aos produtos alimentícios e a sociedade consumidora no seu contexto histórico. A Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005) encontra-se disponível para acesso, sem restrições, no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A legislação municipal que regulamenta a temática, encontra-se disponível para acesso virtual no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

"A Tabuleta do Custódio": uma reflexão sobre a prática de nomeação e renomeação de lugares a partir da construção de narrativas sobre a memória nacional

Jessica Mazzini Mendes
jessica.mazzini@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Motivação Toponímica, Esaú e Jacó, Ruas, Memória Social

O presente trabalho procura analisar o processo das alterações toponímicas ensejadas pelo advento da República nas ruas do Imperador e da Imperatriz, localizadas em Juiz de Fora, Minas Gerais. Com base nos referenciais teóricos de José Murilo de Carvalho (1990), Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1998, 2007) e Maurice Halbwachs (1990), buscaremos compreender as consequentes ressonâncias das alterações conforme se entrecruzaram os valores e ideais políticos de orientações contraditórias presentes nas antigas e posteriores denominações das referidas ruas. Destarte, utilizaremos como recorte temático as renomeações das ruas do Imperador e da Imperatriz, ocorridas em razão da Proclamação da República processada no final do século XIX, que em decorrência da mudança de regimes sofreram alterações para, respectivamente, rua Quinze de Novembro e rua Marechal Deodoro. Ensejando analisar a relação entre alterações toponímicas, política, construção da memória nacional e a ressignificação simbólica do espaço da cidade buscaremos compreender o embate de simbologias que o regime que nascia trouxe consigo à luz do episódio literário da “Tabuleta do Custódio” descrito no penúltimo romance de Machado de Assis, a obra Esaú e Jacó publicada em 1904 que retrata a questão política e social pela qual passou o país entre o período final do Império e o início da República e revela a dinâmica toponímica através da intrusão simbólica do passado no presente materializado na antiga tabuleta, a ser reformada, da Confeitaria do Império.

A construção da memória através dos impressos da comissão construtora: as expectativas do futuro em meio a edificação da nova capital (1894 – 1895)

Guilherme Augusto Guglielmelli Silveira
guilhermegusilveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Progresso, Cidade, Fotografia, Memória

Nossa pesquisa tem como objetivo revelar as possíveis intenções para a publicação da “Revista Geral dos Trabalhos da Comissão” e do “Álbum de Vistas Locais e das Obras Projetadas para a Nossa Capital de Minas”. Nosso estudo avalia que tais publicações poderiam ter

tido inúmeras funções sociais e políticas, as mais explícitas seriam: divulgar a nova capital de Minas Gerais para um público de fora do território mineiro e registrar o processo de construção da cidade. Porém, a produção destes dois impressos também poderia ter tido a pretensão de assegurar uma determinada memória para os fatos, a fim de reafirmar uma narrativa notável e honrosa para o movimento de mudança da capital. Outra possível missão destes impressos seria promover o progresso e inaugurar a modernidade em Minas Gerais.

Em um panorama maior, nossa pesquisa tenta traçar uma ponte entre os projetos editoriais da Comissão Construtora da Nova Capital e o sistema de valores sociais difundidos pela elite política durante a última década do século XIX. A defesa do ideal de progresso, no Brasil, poderia ter impulsionado a criação de inúmeros impressos, dentre eles o álbum e a revista da CCNC, com a função de desenvolver um determinado “hábitus” e comportamento na população local. A partir da divulgação de representações produzidas pela cultura material da época, ter-se-ia também acreditado na possibilidade de adiantar ou catalisar o processo civilizador pelo qual todas as sociedades históricas estariam sujeitas e submetidas.

Lançadas entre os meses de abril e agosto de 1895, as publicações de autoria da Comissão Construtora da Nova Capital abordaram o processo de demolição do antigo arraial e a criação das principais obras arquitetônicas e urbanísticas da nova cidade. É possível notar, inclusive, uma articulação entre as fotografias e os textos, a fim de contrapor, os símbolos do passado com as novas representações que deveriam anunciar o futuro. Analisando as obras impressas da Comissão Construtora é possível perceber uma ideia de missão civilizadora trazida por Aarão Reis. Possivelmente, na tentativa de anunciar a nova capital, tanto a revista quanto o álbum poderiam guardar o desejo de salvar a memória da construção da cidade para as futuras gerações, bem como garantir a entrada da cidade no processo civilizador que deveria, por sua vez, garantir a inserção da nova urbe no espírito da modernidade oitocentista.

Habitar: patrimônio cultural, identidade urbana e a morada do homem comum

Claudia dos Reis Paiva
claudiareis_paiva@hotmail.com

Daniel de Almeida Moratori
danielmoratori@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Memória Coletiva, Identidade Urbana, Habitação

A presença de símbolos relevantes, uma caracterização ambiental rara ou uma rua com visadas memoráveis, perfumes característicos, e assim por diante, são pontos de uma linguagem marcante, que tornam únicos os locais. A identidade urbana é o conjunto de características de cada cidade que chama atenção daqueles que a presenciam, para aspectos que outras não dispõem, é uma diferença construtora de identidade.

Este artigo propõe compreender a identidade das cidades sobre o ponto de vista da relação entre as habitações e os seus moradores, buscando através das teorias do patrimônio, o significado das construções menores e a proximidade que esses ambientes permitem com a identificação de indivíduo e grupo com suas cidades; observando também as transformações nessa tipologia e percepções de apropriação que as mudanças de ordem estética, funcional e arquitetônica denotam ao campo da memória coletiva.

A abordagem da importância dos monumentos cotidianos, que estão presentes e integrados às características culturais tanto tangíveis quanto intangíveis, alia o reconhecimento, como defende a carta de Venezia (1964), também das obras modestas.

Assim vemos que a todos nós interessa a questão da habitação: setores da sociedade como os legisladores, o poder público, pesquisadores, acadêmicos, proprietários, mercado imobiliário e diversos agentes sociais fazem parte do conjunto necessário para validar o esforço do debate sobre o tema, pois apenas coletivamente é possível compreender a situação do patrimônio cultural que nossas habitações representam. Nesse conflito de interesses, podemos localizar a exposição colocada por POLLACK (1992), que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”, ainda Benjamin ao se debruçar sobre as questões de passado, presente e futuro, revalida a necessidade de diálogo, dizendo que o passado não está definitivamente acabado, possui pontos de abertura para outros possíveis futuros, o que fica a cargo do historiador, “atualizar o passado do presente para que esses futuros deixem de ser possibilidades”.

Concluimos que, como defende CHOAY (2006), a arquitetura é uma das muitas maneiras de se contar a história de uma cidade; e o suporte mínimo para a formação de lugar e memória, se dá na habitação, na casa, que segundo BACHELARD (1978), é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem.

O "projeto lagoinha" na cidade de Belo Horizonte : Memória e esquecimento nas comemorações do centenário (década de 1990)

Renata Lopes
renatalopespinto01@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos, Centenário de Belo Horizonte, Projeto Lagoinha, Memória

Esse artigo procura analisar a construção da memória e o esquecimento do bairro Lagoinha no contexto das comemorações do centenário de Belo Horizonte. Para realizar essa proposta tomamos como objeto o Projeto Lagoinha, idealizado em 1994 pelo prefeito da cidade, Patrus Ananias. O projeto tinha como objetivo realizar a requalificação do bairro tanto em seus aspectos físicos e econômicos como também ressignificar os aspectos culturais e a própria memória do lugar. Como fontes utilizamos, as matérias dos jornais Estado de Minas e Hoje em Dia, que repercutiram a proposta, a implementação e o fechamento do projeto. Pôde-se verificar que o Projeto Lagoinha não foi executado da forma proposta, sendo finalizado sem que suas ações fossem completamente concluídas.

Narrativas dos comerciantes: o Mercado de Campinas

Adriana Mara Vaz de Oliveira
daniele.arquiteta@gmail.com

Daniele Severino de Souza Godinho
daniele.arquiteta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Urbano, Paisagem Urbana, Comércio, Setor Campinas

Campinas era um povoado antes de Goiânia, escolhido para suportar a construção da nova cidade. A paisagem transformada, devido à dinâmica gerada pela construção da nova capital nos anos de 1930, tornou-se convidativa ao aumento de estabelecimentos comerciais. Ao longo dos anos, as residências foram cedendo lugar ao comércio. A incorporação à nova cidade, Goiânia, tornando-se bairro, trouxe ainda mais modificações na paisagem urbana campineira, tornando-a complexa e diversa. Na década de cinquenta, como já vinha acontecendo no bairro, mais residências foram demolidas para dar lugar a um mercado que abasteceria em maior escala os campineiros.

O objetivo desse artigo é apresentar através da história oral e também de registros fotográficos a dinâmica do Mercado de Campinas, bem como entender as modificações que ele trouxe ao espaço urbano. Ao vivenciar e experimentar o Mercado de Campinas observa-se o

mesmo como comércio potencial do bairro, reconhecendo as transformações impressas que ele traz para a paisagem urbana.

O vampiro vai ao cinema: a representação da modernidade urbana por meio do cinematógrafo em “Drácula de Bram Stoker” (Francis Ford Coppola, 1992)

Carlos Eduardo Pinto de Pinto
dudachacon@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, cinema, vampiro, Belle Époque

“Drácula de Bram Stoker” (Bram Stoker’s Dracula, Francis Ford Coppola, 1992), adaptação do clássico da literatura de horror de 1897, é também uma representação da Belle Époque e suas transformações no modo de conceber e vivenciar as cidades. Conforme defende Franco Moretti (2007), o romance Drácula pode ser lido como metáfora para os conflitos gerados pela modernidade, ao contrapor a prosperidade sustentada pelo neocolonialismo (daí o epíteto de “bela época”) e a sombra ameaçadora de um mito – o vampiro –, associado à tradição que a modernidade vinha destruir. Por outro lado, em sua longa trajetória de adaptações cinematográficas, o personagem Drácula, com seu misto de sedução e ameaça, viria a se confundir com a modernidade (POMMER, 2008), apresentando-se como um entusiasta – por vezes, um arauto – das novidades técnicas oferecidas pelas urbes da Belle Époque. Entre elas, a energia elétrica, os automóveis e o aqui destacado cinematógrafo, não apenas parte da urbe moderna, mas também um registro (mediado) da mesma.

Coppola dialoga com ambas as possibilidades, ao criar imagens distintas para “seu” Drácula (Gary Oldman). Afinal, o velho decrépito isolado num castelo medieval do início do filme ressurgiu como um jovem dândi (moderno, portanto), ansioso por assistir a uma exibição do cinematógrafo em Londres – sequência cuja análise dá base para as reflexões apresentadas aqui. Importante salientar que tal sequência não se encontra no romance, tendo sido criada por Coppola como forma de homenagem ao recém-nascido cinema. Nela, se explicitam as tensões entre ciência, cultura e diversão, basais para a compreensão do primeiro cinema e da vivência urbana da Belle Époque (CHARNEY e SCHARTZ, 2001).

O filme é, portanto, compreendido não apenas como uma adaptação literária de um clássico de horror ou uma homenagem ao primeiro cinema, mas também como um produtor de conhecimentos sobre a história da cidade moderna do fim do século XIX.

CHARNEY, Leo; SCHARTZ, Vanessa R. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

MORETTI, Franco. A dialética do medo. In: _____. Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POMMER, Mauro. O cinema e as mutações de Drácula. In: HAMBURGUER, Esther et al (Orgs.). Estudos de cinema. São Paulo: Annablume, Fapesp, Socine, 2008.

As poses da cidade: espaço urbano e fotografia

Arrovani Luiz Fonseca
arrovani@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: almanaque, Fotografia, cidade

A cafeeicultura no interior paulista, destacadamente na região de São Carlos, trouxe transformações no espaço urbano principalmente depois da chegada da Estrada de Ferro Paulista em 1884. A pesquisa que apresentamos aqui procura compreender de que forma os signos de progresso e civilização são registrados pelos editores e fotógrafos nos almanaques de 1915, 1916-17, 1927 e 1928. Através do uso de metodologias que nos possibilitasse o conjunto dessas fotografias serem lidas e interpretadas buscou-se construir uma narrativa fruto da análise em torno dessas imagens nas dimensões do espaço urbano da cidade de São Carlos. Neste percurso, foi feito o mapeamento das temáticas selecionadas e registradas nos almanaques.

“É Caminhando que se faz o Caminho”: as (multipli)cidades nas obras Lilian M e Filme Demência de Carlos Reichenbach

Leonardo Souza de Araújo Miranda
miranda.raposo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cinema, Cidade, Carlos Reichenbach

Carlos Oscar Reichenbach (1945-2012) foi um cineasta gaúcho, radicado em São Paulo. Aproximou-se já no fim dos anos sessenta ao núcleo de produção cinematográfica e estético da Boca do Lixo que deu vazão a um cinema feito de produções rápidas, com recursos técnicos e financeiros escassos com apelo sexual e cenas de nudez. Dialogando com esse contexto, Reichenbach protagonizou o período mais profícuo da sua carreira, produzindo entre 1977 e 1985, seis longas metragens autorais e experimentais com forte tendência libertária. São dessa fase os dois filmes que serão objetos de análise: Lilian M, Relatório Confidencial (1975) e Filme Demência (1984). Em Lilian M, Relatório Confidencial (1975), a narrativa cinematográfica segue

as (des)venturas da (anti?)heroína Lilian M em suas andanças pela cidade grande. Em Filme Demência (1984), temos a versão Reichenbachiana para o mito de Fausto que no filme veste a máscara de um pequeno industrial de cigarros, falido economicamente e em crise doméstica.

O objetivo pretendido é analisar como a cidade aparece nas supracitadas obras de Carlos Reichenbach, seguindo benjaminianamente os rastros dos seus (anti)heróis, personagens centrais, em suas deambulações pelas (multipli)cidades, dado que ambos personagens transitam pelo espaço urbano passando por experiências de (trans)formação. Pensar a cidade como lugar de pensamento (debates) e memória. As “flanâncias” dos personagens pela asti e pela polis constituem veredas de acesso ao ethos da cidade brasileira em plena modernização conservadora, permitindo explorar algumas ideias micro políticas, utópicas, e a debater as memórias em dois contextos distintos da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Interessa o deslocar e as relações dos personagens pela e com cidade em uma espécie de viagem, movendo-se no espaço e deslocando-se temporalmente. A aventura da viagem implica o acaso, o desconhecido e o contato como outro, a relação com o “signo plural das coisas”. O “flanar” enquanto experiência de estranhamento que funciona como modo de (re)descobrir o eu. Transitar redundante em ultrapassar, dissolver e recriar fronteiras. Acompanhar os deslocamentos dos personagens centrais e entender como suas “identidades se tornam múltiplas”. Dispersões que colocam os personagens em uma verdadeira fusão de diferentes elementos culturais. As dispersões e conexões que vem acompanhadas de “hibridização de ideias e normas comportamentais.”

A cidade e o viajante: Paul Groussac em Santiago

Daiana Pereira Neto
daianapneto@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cidade de Santiago, Chile, Paul Groussac, literatura de viagem

Neste trabalho me dedicarei a analisar um relato de viagem do autor franco-argentino Paul Groussac (1848-1929) acerca da cidade de Santiago, no Chile. Groussac viajou para a cidade em 1893, período de transformações culturais e econômicas, seu trabalho sobre a cidade de Santiago foi publicado inicialmente em *Del Plata al Niágara* (1897), livro que narra seu trajeto até os Estados Unidos, onde representou a Argentina na Exposição Universal de Chicago. O autor nos oferece um texto rico sobre suas experiências na Santiago de fins do século XIX, de sua

paisagem, cultura, arquitetura, e dos hábitos de seus cidadãos, brinda-nos ainda com comparações com a capital Argentina, Buenos Aires, a qual em nossa opinião funciona como parâmetro de comparação. Este trabalho é, portanto, uma forma de se compreender a história de uma cidade a partir principalmente de um relato de viagem, das percepções de um único sujeito, partindo também da prerrogativa de que ao falar e analisar o outro, o autor nos permite observar muito mais de si próprio e de seu próprio país.

Leituras do tempo, leituras da cidade: as crônicas de Lima Barreto sobre as comemorações do centenário da Independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro

Carlos Alberto Machado Noronha
calhis2@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: comemoração, Lima Barreto, Memória

O objetivo desse trabalho é discutir os cruzamentos entre o histórico e o literário em textos do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) acerca das comemorações do centenário da Independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, publicados na imprensa nos anos finais da década de 1910 e iniciais dos anos 1920. Com isso, busca-se compreender as representações do passado que se realizavam naquele momento de comemoração e as estratégias narrativas de Lima Barreto a fim trazer para seus leitores questionamentos sobre usos e construções de memória histórica a partir de mudanças em certos espaços da então capital federal. Essa discussão será adensada com o diálogo com outras fontes como crônicas de outros periódicos e posicionamentos de membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) frente ao centenário.

Havana na literatura: a cidade e a história nas páginas de "A Sagração da Primavera" (1978), de Alejo Carpentier

Pedro Henrique Leite
pedrohenriqueleite@mail.com

PALAVRAS-CHAVE: Alejo Carpentier, A Sagração da Primavera, Cidade, História

Este trabalho apresenta-se como parte de uma pesquisa mais ampla, que tem por objetivo analisar as múltiplas representações sobre Havana na literatura cubana, no período subsequente à Revolução de 1959. Aqui, proponho apresentar como a capital cubana é retratada no romance "A

Sagração da Primavera" (1978), do escritor e ensaísta cubano Alejo Carpentier, levando em consideração os múltiplos contextos que envolvem a publicação da obra. Parto de uma perspectiva similar à de Roland Barthes - que compreende a cidade como um discurso e como uma linguagem dinâmica, onde ela se comunica com seus habitantes e estes, por sua vez, leem-na, observam-na, vivenciam-na e, por fim, expõem suas interpretações sobre a mesma -, para compreender como Carpentier constrói sua representação sobre a cidade, conciliando as descrições de Havana com sua concepção de história, e quais seriam seus possíveis objetivos ao fazê-lo.

Tempo e temporalidades nas experiências revisteiras em Belo Horizonte

Valdeci da Silva Cunha
valdeci.cunha@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Cadernos de Cultura, Tempo e temporalidades

A proposta desta comunicação centra-se na abordagem de algumas experiências revisteiras que tiveram lugar na cidade de Belo Horizonte, desde o desenrolar de suas primeiras aparições, no alvorecer dos anos de 1920, até meados dos anos 1960. Percorremos quatro produções revisteiras contextualizadas em períodos diferentes da história da cidade de Belo Horizonte. São elas: A Revista (1925); Edifício (1946); Tendência (1957) e o Suplemento Literário do jornal Minas Gerais (1966). Ao centrarmos nosso interesse nas noções de tempo e temporalidade, partimos da hipótese que esse eixo teórico-metodológico pode nos dar acesso às formas e sentidos constituintes, entre outras questões, do trabalho feito com esses veículos no que diz respeito aos universos culturais de suas formações intelectuais, em consonância com uma perspectiva as reconheça como parte das culturas urbanas. Nesse sentido, entendemos essas experiências da escrita e publicação desses cadernos de cultura como parte da configuração da cidade, que tanto a informam como são por ela informadas.

Cidade de Deus: trajetória habitacional de mulheres e agenciamentos do espaço

Dafne Jazmin de Azevedo Velazco
dafnejav@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: política habitacional, Cidade, trajetórias, casa

A proposta deste trabalho é analisar a produção do espaço a partir da trajetória habitacional de uma família de mulheres na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Cidade de Deus. Se a cidade "faz convergirem os fragmentos de espaços e hábitos vindos de diversos momentos do passado", como diz LePetit (2001, p.141), as trajetórias habitacionais destas mulheres são o fio condutor que nos permite observar o entrecruzamento de distintas políticas habitacionais com as práticas cotidianas de "fazer casa" na cidade.

Originada no contexto das remoções encampadas pelo governo Lacerda nos anos 1960, a Cidade de Deus é originalmente um conjunto habitacional elaborado para receber os moradores das favelas extintas na Zona Sul do Rio de Janeiro, além de outras pessoas que poderiam se inscrever voluntariamente no programa habitacional da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB). Porém, diferentemente de outros conjuntos finalizados no período mencionado, a Cidade de Deus continuou sendo construída – tanto pelo poder público, quanto por meio de autoconstrução - ao longo de décadas, aspecto visível na arquitetura do bairro atualmente.

A recente inauguração, em 2014, do condomínio popular Itamar Franco, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na Cidade de Deus, possibilitou aprofundar uma análise das práticas pelas quais os sujeitos locais agenciam o espaço e administram seus desejos e possibilidades de obter uma casa. Ao mesmo tempo, a existência do PMCMV no bairro produziu a ressignificação de antigas moradias tidas como "provisórias".

Partindo de uma pesquisa etnográfica e documental, o texto a ser apresentado narra a trajetória habitacional da família de forma a explicitar os imbricamentos desses acúmulos de políticas habitacionais com a vida cotidiana de mulheres.

As mulheres também habitam a cidade: a condição feminina na Primeira República e seus desafios

Beatriz do Nascimento Prechet
biaprechet@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Primeira República, Prostitutas, Rio de Janeiro

O presente trabalho tem por objetivo empreender uma breve análise sobre a condição feminina, no momento em que o Rio de Janeiro, mais precisamente na Primeira República, passa por seu processo de modernização. Para além de uma discussão sobre o processo urbanístico das mudanças físicas e técnicas da cidade, ajustarei o foco e iluminarei a figura da mulher prostituta e

sua relação com as mulheres denominadas “ honestas”. As prostitutas foram alvo de estudos e constatações somente por irem contra o manual da "boa" mulher. Revestidas de sexualidade e desejo, as prostitutas representavam o mal das ruas e o fim da moralidade. No entanto, para que o matrimônio continuasse a ser protegido e servindo para a procriação, a prostituição era totalmente aceitável, pois preservava a mulher " honesta" do prazer sexual e garantia ao homem a libertação dos seus mais variados desejos carnis. Nesse sentido, debruçarei sobre o discurso médico e moral da Primeira República, bem como seguirei em direção a análise do lugar social dessas mulheres, sobretudo no que concerne a hierarquização das prostitutas. Além disso, pretendo discutir os caminhos que levam as mulheres "honestas" a se aproximarem do ambiente das meretrizes e os efeitos desta aproximação em suas vidas. As mulheres também habitam a cidade e fazem dela seu laboratório de experiências.

A bicicleta como um veículo Feminista: A relação entre o Cicloativismo e o feminismo nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro

Vivian Garelli
viviangarelli@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: feminismo, antropologia, Urbana, Mobilidade, Cicloativismo

A relação da mulher com o meio urbano permeia debates clássicos sobre industrialização, trabalho, emancipação, violência, liberdade e sufrágio. Uma das grandes marcas do período industrial é a participação das mulheres nas fábricas, aos poucos saindo do espaço restrito da casa para ganhar espaço visível na cidade, no deslocamento até o trabalho, ocupando espaços públicos e colocando em evidência a sua mobilidade. É a partir da Revolução Industrial, com a reorganização dos centros urbanos, que a mulher passa a interagir com a cidade, e inicia a luta por uma emancipação cada vez maior. Mover-se na cidade, algo antes muito restrito e regrado, o que passa a integrar as reivindicações de grupos formados por mulheres, pela defesa de direitos trabalhistas, o sufrágio e a sua mobilidade. A relação entre a mulher e a bicicleta sofrem mudanças e afastamentos que tornam a correlacionar-se através da visibilidade de pautas de sustentabilidade que travam, atualmente, novas interseções pertinentes a uma investigação social. O presente trabalho busca apresentar a mulher e o meio urbano através da ótica dos movimentos sociais hoje intitulados movimentos pela mobilidade urbana ativa, uma relação antiga entre feminismo e a bicicleta com as pautas que, hoje, são defendidas pelos cicloativistas, ativistas da mobilidade urbana pela bicicleta, movimentos que ganham o mundo contemporâneo atual. Busco

apresentar a construção histórica da relação entre as lutas feministas e as lutas pela mobilidade urbana e pelo uso da bicicleta como ferramenta de emancipação, além de tratar do meu trabalho de campo, fruto de interações e integrações com grupos de cicloativistas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro nos anos de 2015 e 2016, no qual integro também como militante da agenda de mobilidade urbana e sobre os debates de feminismo e empoderamento feminino pela bicicleta, que resultaram na participação de fóruns nacionais e internacionais, assim como na criação de coletivos locais formados por mulheres ciclistas, evidenciando os atores e conflitos que permeiam os diversos movimentos sociais apresentados.

Associativismo negro no sul de Minas Gerais: o caso da Associação José do Patrocínio

Paola Nery de Carli
paolaccarli@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval, Associativismo negro

A presente pesquisa propõe investigar a trajetória do associativismo negro na cidade de Santa Rita do Sapucaí. Em meados da década de 30, foi formada a agremiação carnavalesca “Mimosas Cravinas”, cujos foliões eram exclusivamente os negros da cidade e que congregou dentro outras práticas, desfiles e batuques pela cidade em meio ao carnaval dos blocos elitistas e dos corsos. Posteriormente, no ano de 1944, foi formada a Associação José do Patrocínio, que oferecia aos seus associados, festas, bailes de carnaval, dentre outras reuniões, sendo portanto espaço de congregação da comunidade negra local. As barreiras sociais e raciais enfrentadas por esses sujeitos foi um dos motivos que culminaram na criação do espaço, portanto, pretende-se compreender as formas de organização e participação desses sujeitos sociais, refletindo principalmente sobre a segunda metade do século XX. Para isso, partiremos do uso de fontes como jornais, obras memorialísticas, fotografias, atas/ estatutos e depoimentos de sujeitos que participaram ativamente da construção e história da Associação José do Patrocínio e da agremiação Mimosas Cravinas, a fim de apreender sua importância e papel para a comunidade negra local.

A festa na Getúlio Vargas: a micareta inventa a cidade

Miranice Moreira da Silva
miranicem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: micareta, Cidade, Imprensa

Esse texto tem por objetivo entender o lugar da Micareta no processo de territorialidades e sociabilidades de Feira de Santana. Recortou-se para esse momento a análise da narrativa construída pelo Jornal Feira Hoje sobre a mudança do cortejo ocorrida em 1982. Na ocasião a festa passou da Avenida Senhor dos Passos para a Avenida Getúlio Vargas por um decreto municipal através da Secretaria de Turismo (Setur). Esse fato isolado pode parecer simplório, mas aliado a informação de que nesse período ocorria na cidade o projeto de reurbanização local ganha uma nova dimensão. A cidade estava sendo repensada com alargamento de passeios, abertura de fluxos de ruas e avenidas. A festa é produto desse contexto, ela também constrói e legitima a cidade. A mudança para a Avenida Getúlio Vargas foi justificada por proporcionar o que os jornais chamaram de “festa fresca”, pois como a avenida era mais larga haveria menor aglomeração. Entretanto, busca-se uma interpretação que vá além dessa justificativas; perceber os interesses dos sujeitos envolvidos. Essa leitura será feita à luz das interpretações de cidade apresentadas por Sandra Pesavento (2002) e Stella Bresciani (1992). Quanto ao trato com as fontes produzidas pela imprensa, o trabalho de Marco Morel (2016). Bem como a discussões sobre o cotidiano e representações de Certeau (1998) e do Chartier (1990; 1999; 2010; 2014) em sua análise sobre prática, representações e apropriações.

Referências

- BRESCIANI, Maria Stella. Permanências e rupturas no estudo das cidades. Cidades & História: Fau- UFBA, 1992.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Portugal. Difel.
- _____. A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.
- _____. Leitura e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- _____. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atotes políticos e sociabilidade na cidade imperial. Jundiá. Paco Editorial: 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano v.2. Porto Alegre - RS. UFRGS: 2002.

Lenda urbana no sertão norte-mineiro sob os arquétipos do circo e da igreja do século XIX

Taffarel Ramires Fernandes
taffarelrf@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Lenda Urbana, Cidade, Cultura, Memória

Fundamentado em três fontes históricas, o presente trabalho analisa a produção discursiva desenvolvida entre os arquétipos do Circo e da Igreja, no Sertão Norte-mineiro, do século XIX. Nesse espaço-tempo, o Jornal, os memorialistas e a história oral, foram instrumentos fundamentais na articulação de símbolos e fatos, que, por sua vez, construíram a lenda urbana de que uma mãe prometeu construir uma capela, no local mais alto da cidade, caso sua filha, que havia fugido com o circo, voltasse para casa. Esta narrativa exerceu função de controle social, através do medo, sobre as crianças, pois eram informadas que o Circo as raptariam caso ficassem brincando na rua por muito tempo, exerceu também função de modelo de comportamento feminino, idealizando a figura da mãe religiosa e mantenedora da tradição e reprimindo qualquer ideário transgressor, semelhante ao da filha. Esta narrativa reúne arquétipos absolutamente contrastantes como a Igreja, sólida e tradicional; e o Circo, itinerante e controverso; o que ultrapassou as delimitações das instituições sociais da época e ganhou status de memória continuamente (re)visitada e (re)apropriada pelos sujeitos do cotidiano da cidade. A análise dos fragmentos historiográficos se apoiou no recorte teórico de Walter Benjamin, ao sustentar que, em cada uma das três fontes, ressoam vozes de diversos sujeitos que se interseccionaram na trama do espaço urbano e, no fluxo de narrativas e símbolos, encontraram um ordenamento social ao produzir uma narrativa comum, onde todos podem se ver expressos. Os resultados obtidos dizem respeito à identificação dos principais produtores de narrativas/sentidos que perpassam o imaginário coletivo da cidade por mais de 130 anos.

Favelados, vadios e prostitutas no epicentro do Golpe: as ruas da capital mineira no alvorecer da Ditadura

Philippe Urvoy
ph.urvoy@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Polícia, História urbana, Ditadura, Golpe Militar, Favelas

Na década de 1960, em um período de forte e contínua expansão urbana - que caracteriza as décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial - a grande cidade brasileira se revela um espaço eminentemente político e estratégico. Se os movimentos sociais camponeses e a questão da Reforma Agrária ocupam um papel importante na história política dos anos que antecedem ao Golpe, o espaço urbano será, durante o Regime Militar, o local privilegiado da repressão assim como das diversas formas de “resistências”, e acabará simbolicamente sendo escolhido pela esquerda guerrilheira como ponto de partida da luta revolucionária.

No entanto, os trabalhos historiográficos dedicados a estudar a relação entre o espaço urbano e o Regime Militar ainda são escassos. Entre reação conservadora e desejo de subversão de uma ordem considerada injusta, os debates e conflitos políticos que permeavam a sociedade brasileira ao longo dos anos 1960 se traduziam em diversas questões eminentemente urbanas: políticas sociais e habitacionais, controle e organização do espaço público, gestão das populações pobres, etc.

Às vésperas do Golpe de 1964 e depois deste as ruas de uma grande cidade como Belo Horizonte presenciavam conflitos sociais emanando das mudanças em curso na sociedade: repressão aos movimentos de favelados mobilizados contra o latifúndio urbano, perseguição aos vadios, aos vendedores ambulantes e à prostituição, tentativa de higienização social e moralização do centro da cidade etc.

A partir do estudo de artigos de jornais e relatos policiais da época, o presente trabalho pretende questionar como a cidade que foi um dos epicentro do Golpe – por ser a capital do Estado que foi o ponto de partida da ação militar – integrou e vivenciou, em alguns aspectos de seu cotidiano, a reviravolta política que inaugurou a Ditadura.

Os Mendigos e a Nova Capital: a questão da mendicância em Belo Horizonte, 1900-1938

Fernando Rosa do Amaral
fernandohistor@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mendigos, Belo Horizonte, Imprensa Católica, República

A construção da Nova Capital de Minas Gerais teve como eixo central a busca por concretizar os anseios de Modernidade e por ser um símbolo para a República nascente, aspirados por seus construtores e ideólogos. Nesse bojo, a nova cidade também foi perpassada

por uma política higienista que pretendeu modular o seu planejamento urbano e sua vida social, afim de assegurar uma disciplina vista como necessária à consolidação da república em Minas.

Nesse ponto, a presença de mendigos dentro dos limites da área urbana levantou fortes preocupações das autoridades políticas, de alguns jornais, bem como de religiosos, sobretudo aqueles ligados à Igreja católica. A erradicação da mendicância da cena urbana passou então a ser uma preocupação constante por esses atores sociais, que foram estabelecendo várias estratégias para tratar dessa “questão” ao longo das primeiras décadas da Nova Capital, enquanto o número de mendigos ia paulatinamente se tornando cada vez maior.

Este trabalho pretende construir uma análise sobre os documentos oficiais e maneira com o poder público, pela voz dos seus agentes, tratou a mendicância e logrou eliminá-la da área urbana. Objetiva também analisar o papel dos jornais sobre a visão de “ameaça” construída em torno dos mendigos e as fórmulas moralizantes propostas pela imprensa e pelos movimentos leigos católicos com o fim de erradicar e dar outro destino à mendicidade em Belo Horizonte.

Modernização, Higiene e Classes Pobres: Ordenamento e gestão do espaço urbano na cidade de Juiz de Fora (1890-1920)

Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira
iochavesferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Poder público, Classes pobres, modernização

A história do município de Juiz de Fora tem início no final do século XVIII quando é aberto o “Caminho Novo” com a intenção de facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e a região das minas. A partir desse período a Zona da Mata se torna um centro importante de atividades mercantis relacionadas à mineração. A vila (Santo Antônio do Paraibuna) é elevada à categoria de cidade no ano de 1856, e não congregava dos valores coloniais que são atribuídos a cultura mineira como o forte barroquismo e a tendência religiosa, não participando assim da “mineiridade” como ocorria com as cidades do circuito aurífero.

A partir de meados do século XIX, principalmente da década de 1870, é possível verificar, de acordo com Mônica Oliveira, um processo endógeno de investimentos de capitais de famílias tradicionais da região que impulsionou e expandiu as lavouras cafeeiras locais, assistindo assim a um grande crescimento econômico permitindo conseqüentemente a dinamização da produção, simultaneamente ao processo de construção da Rodovia União e Indústria e da Estrada de Ferro

Central do Brasil (1861), intensificando o fluxo de pessoas e acentuando o convívio com a cidade do Rio de Janeiro.

A partir dessa dinâmica constitui-se na cidade uma vida cultural efervescente, que nasce de um projeto modernizador idealizado e financiado pelos cafeicultores e industriais locais, que correspondiam também às elites políticas, com o intuito de exercer um maior controle sobre o espaço urbano e a população. Sendo assim, foi pensado um projeto de modernização que viabilizava uma infraestrutura capaz de suportar a demanda do crescimento industrial, bem como através de jornais, educação, instituições culturais em geral, a formação de trabalhadores, gerando assim uma opinião pública em torno do desejo de um “vir a ser civilizado”.

Dessa forma, foram várias ações elaboradas pelo poder público, para que a cidade fosse racionalmente ordenada dentro dos padrões higiênicos e estéticos, como novas propostas para a instrução pública, inspeção de casas coletivas e cortiços e multas para os habitantes dessas moradias que apresentassem perigo por se apresentarem em condições insalubres.

Para entender como se deu o controle do espaço público, nesse caso, serão usadas as resoluções municipais entre os anos 1892-1920. A pesquisa pretende observar em quais espaços, e sobre quem essas medidas iriam agir, ou seja, de que maneira as autoridades pretendiam um modelo ideal de cidade e da sua população.

Trabalho e vida cotidiana: trajetória e vivência dos trabalhadores carroceiros em Montes Claros/MG 1970 – 2016

Pedro Jardel Fonseca Pereira
fpedrojardel@yahoo.com.br

Renato da Silva Dias
dias.reno@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: carroceiros, trabalho, Cidade, Montes Claros, Memória

O presente trabalho tem como objetivo abordar a trajetória e o cotidiano de trabalho dos carroceiros na cidade de Montes Claros. A presença dos carroceiros nas ruas da cidade não tem sido marcada apenas pela rotina de transportar diariamente os mais diversos tipos de matérias e resíduos. Os trabalhadores também têm suas histórias de vida marcada pelas tensões e resistências cotidianas que se estabelecem na luta pelo direito de realizar suas atividades laborais. Estas tensões podem ser percebidas, tanto com as normas estabelecidas pela prefeitura municipal,

como por exemplo, a restrição da circulação em determinados locais da cidade, lugares de descartes dos resíduos transportados, criação dos animais, como também os atritos e disputas com motoristas no trânsito. Os carroceiros tem realizados nos últimos anos, reivindicações, passeatas e manifestações em protestos contra a medidas adotadas pela prefeitura, como o emplacamento dos veículos de tração animal e ameaças de extinção da atividade na cidade. Entende-se que esta abordagem se justifica perante a possibilidade de tratar da história de um grupo de trabalhadores que tem uma trajetória que acompanhou o crescimento da cidade colaborando na prestação de serviços de transportes e que hoje reivindicam espaço e o direito de trabalhar na cidade. E ainda se apresenta como uma pesquisa pioneira ao discutir essa temática na cidade. O aporte teórico será com base nos autores da perspectiva da história vista de baixo, trabalho, cidade, oralidade e memória. O marco cronológico da pesquisa foi estabelecido a partir de 1970 a 2016, considerando que neste período a cidade passava por transformações devido ao incentivo de programas econômicos do governo federal, atraindo para o meio urbano um grande número de migrantes em busca de trabalho. Outro fator foi que em 1970 foi o ano do primeiro Plano Direto, com medidas que atingiu os trabalhadores, e também foi neste ano que os carroceiros foram reconhecidos como categoria profissional. Neste sentido pretende-se analisar os conflitos e tensões enfrentados pelos trabalhadores, a partir das falas dos mesmos, buscamos entender como os carroceiros tem criado estratégias de organização e manutenção do trabalho na cidade. A memória que estes trabalhadores tem do viver e trabalhar na cidade é outro importante aspecto a ser considerado nesta pesquisa.

Os processos de consolidação da arte de rua brasileira no século XX : Na cidade contemporânea o que há entre o sujeito e a tinta no muro ?

Maria Fernanda Bertholdo Brito Vieira
mariafernanda_tp@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: marginalidade, visualidade, Cidade, arte urbana, simbólico

Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea há traços, ora feitos por urbanistas, ou traços feitos pela própria população, marcando um elemento artístico popular, denominado pelo culturalistas John Ruskin, como Arte Urbana que se mostra presente nas metrópoles mundiais.

O trabalho intitulado "O processo de consolidação da arte de rua brasileira no século XX: O que ainda há entre o sujeito e a tinta no muro ?" tem como intuito a compreensão das relações

que ocorrem através do domínio simbólico entre os sujeitos, o cotidiano e a cidade por meio da análise da arte urbana, buscando seus reflexos na história da cultura brasileira. Refletindo sobre as possíveis maneiras para instrumentalizar a arte urbana na escola e sobre tudo no ensino de História como objetivo, encontrar um ponto de reflexão e integração. A marginalidade e a transgressão são conceitos chaves para discutir o espaço urbano e sua construção. Para isso a fronteira e a disputa simbólica tornam-se visíveis no nas cidades, inserindo uma nova perspectiva da relação do sujeito e o espaço, que agora transita em uma recente codificação simbólica. A partir disso, a arte de grafitar e pixar são veículos de comunicação urbana, o que concretiza a análise de um novo espaço criado para de manifestações de vozes antes caladas, discursos e como é significativa a participação nas cidades de agentes históricos que participam da cidade mas que por vezes foram silenciados ao longo da história.

ST 25 - Patrimônios Culturais em Perspectiva: História, Antropologia, Arqueologia e Memória Social

Augusto Moutinho Miranda

Bacharel e Licenciado Pleno em História. Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial
Mestrando em Arqueologia
Universidade Federal de Sergipe-UFS
guto_moutinho@yahoo.com.br

Breno Trindade da Silva

Doutorando em Antropologia
Universidade de Brasília
breno.trindade26@gmail.com

Bruno Vitor de Farias Vieira

Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial. Mestrando em Arqueologia.
Universidade Federal de Sergipe-UFS
bvturismologo@gmail.com

Luis Gustavo Molinari Mundim

Doutorando em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
luismolinari@gmail.com

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Doutor em História
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
ralanari@gmail.com

Proposta do Simpósio

O tema do Patrimônio Cultural cada vez mais se destaca e se consolida entre historiadores e pesquisadores de áreas afins, como a arqueologia, antropologia e a sociologia. A ampliação do conceito de "Patrimônio Histórico e Artístico" para o de "Patrimônio Cultural" trouxe à cena uma série de indivíduos e grupos sociais que estavam até então alheios a esse processo de construção das identidades coletivas. Mais recentemente, observou-se a ampliação do escopo do trabalho daqueles que lidam com a identificação e salvaguarda dos bens culturais decorrente da vinculação desses estudos aos processos de licenciamento de empreendimentos. Assim, o espaço aberto para a atuação dos profissionais desse campo traz consigo a necessidade

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

de reflexão sobre as práticas e conceitos que norteiam os trabalhos desenvolvidos na academia e fora dela. Dilemas ainda persistem e estabelecer o que é patrimônio cultural, quais os critérios para a sua seleção, quais os agentes que o definem e quais os indivíduos envolvidos em sua construção não são tarefas simples. É preciso estar atento às diversas tipificações do Patrimônio Cultural - Edificado, Arqueológico, Imaterial, as Paisagens Culturais, dentre outras. Nesse sentido, o presente simpósio visa reunir investigadores e pesquisas que reflitam sobre práticas e teorias relacionadas às temáticas relacionadas ao tema, proporcionando aos participantes discutir, exemplificar, questionar, acrescentar casos e problematizar, de forma a se construir uma visão de complementaridade a partir de alguns eixos temáticos, a saber:

- História e historiografia das políticas públicas de proteção ao Patrimônio Cultural no Brasil;
- Patrimônio Cultural, coleções e Arqueologia - teoria e prática;
- Patrimônio Edificado: estudos de casos de tombamento e restauro;
- Patrimônio Imaterial: Estudos de caso, experiências de campo.

Comunicações

Patrimônio Cultural, Culinária e Turismo: um estudo sobre os doces tradicionais do Povoado Saramém (Brejo Grande/SE)

Rosana Eduardo da Silva Leal
rosanaeduardo@yahoo.com.br

Tâmara Cris Santana dos Santos
anturufs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: turismo, Patrimônio Cultural, desenvolvimento, doces, Culinária

O trabalho tem por finalidade refletir sobre a relação entre culinária, patrimônio cultural e turismo, tendo como campo de análise a produção de doces artesanais em Saramém, povoado às margens do rio São Francisco, que está situado no município de Brejo Grande em Sergipe. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, com desenvolvimento de entrevistas, observação direta e registro fotográfico, seguindo uma perspectiva antropológica como base teórico-metodológica. O trabalho faz parte da pesquisa intitulada “Culinária, Empreendedorismo e Produção Associada ao Turismo: um estudo sobre os doces artesanais de Brejo Grande/SE”, realizado por meio do edital PIBIC 2016/2017 da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa está inserida no eixo temático “Cultura e Alimentação” do Grupo de

Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR/UFS e tem como propósito analisar a relação entre culinária, empreendedorismo e produção associada ao turismo, tendo como campo empírico os doces tradicionais de Brejo Grande/Sergipe. A pesquisa tem por finalidade compreender como esta realidade se faz presente no povoado Saramém, que possui uma diversificada produção de bolos e cocadas comercializados turisticamente na foz do São Francisco em Alagoas. Trata-se de parte das ações de pesquisa e extensão realizadas desde 2010, que tem como tema principal as dimensões patrimoniais e turísticas da culinária do açúcar em Sergipe, com ênfase nos processos de empreendedorismo endógeno. A pesquisa envolve produtores, espaços de produção e comercialização, dando ênfase na cultura material e imaterial que envolve a “culinária do açúcar” como denominou Freyre (2007 [1939]). A ideia é compreender como os empreendedores locais se inserem na cadeia produtiva do turismo por meio da doçaria tradicional. No estudo, partimos do pressuposto de que o patrimônio cultural atua como importante fonte econômica e de desenvolvimento local, na medida em que os bens culturais constituem-se como elementos fundamentais na experiência turística.

A cidade e seus lugares: reflexões sobre as práticas preservacionistas do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul – MG

André Luiz Borges de Ávila
andre.luiz.avila@hotmail.com

Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale
mariliabtvale@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Estrela do Sul, Preservação patrimonial

O presente ensaio pretende fundamentalmente compreender os processos de aplicação, renovações e apropriações das práticas e políticas de preservação do patrimônio cultural, a eficácia e suas inter-relações dos vários agentes e setores, proprietários e técnicos especializados, consoantes com a evolução dos procedimentos de reformulação dessas leis dentro do âmbito histórico e político-social. Considerando a importância dessas ações e sua reverberação nos elementos constitutivos das significações e valorações atribuídas pelas comunidades será realizada, a priori, uma breve análise desse processo de constructo social, considerando ainda sistemas de representações e de significação do coletivamente construído, partilhado, reproduzido e rememorado ao longo do tempo, apresentando o caso de Estrela do Sul – MG, uma das “cidades matriz” das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com origem no século XIX, com atividades ligadas à mineração, caracterizada pela ação humana, portanto,

cultural, no ambiente natural, que condicionou a formatação do território local, modificando a paisagem, produzindo identidades e cenas impregnadas de significados, patrimônios arquitetônicos, urbanos, naturais e culturais, apresentando, entretanto, incompatibilidades entre crescimento econômico, atividades exploratórias de recursos naturais e preservação do patrimônio cultural. Para esse recorte, pretende-se realizar entrevistas em profundidade com os agentes, detentores e responsáveis pelos bens culturais, refletindo sobre as potencialidades, limites e fragilidades das políticas municipais de proteção patrimonial, principalmente referente aos seus efeitos sobre as intervenções e planejamento urbano, gestão municipal e atratividade enquanto destino turístico.

As antigas colônias de hansenianos sob a perspectiva do patrimônio cultural

Luíza Rabelo Parreira

luizarabeloparreira@hotmail.com

Neise Mendes Duarte

neisemendes@mpmg.mp.br

PALAVRAS-CHAVE: colônias de hansenianos, Patrimônio Cultural, gestão, Minas Gerais, Memória

As antigas colônias de hansenianos são exemplos da política sanitária adotada pelo país na década de 1920, direcionada para a erradicação de doenças contagiosas como o mal de Hansen, mais conhecido por “lepra”. Tratava-se, praticamente, de um “campo de concentração” da saúde, mantido pelo Estado, na qual os portadores do contagioso bacilo deveriam ficar isolados para preservar a integridade física de toda uma população “não contaminada”. O objetivo desta comunicação é ressaltar a importância desses lugares - que são praticamente desconhecidos pela maior parte da população, do ponto de vista histórico, arquitetônico, simbólico e afetivo, numa abordagem que integre os valores materiais e imateriais a eles associados. É preciso considerar que a preservação do patrimônio cultural das antigas colônias ultrapassa a dimensão material, estando diretamente relacionada ao universo das relações sociais que se estabeleceram em função dessa política. Ressaltamos que o tombamento de um bem cultural por si só não garante sua preservação e proteção. Apesar da relevância das antigas colônias, elas se encontram praticamente abandonadas, carecendo de valorização e pesquisa. Isso significa que os bens culturais em questão necessitam de mecanismos mais efetivos que assegurem a eles uma gestão adequada. As colônias em Minas Gerais e outros bens e estruturas associadas a elas, possuem valor cultural, ou seja, atributos e significados que justificam a sua

preservação, além de se constituírem como referencial simbólico para o espaço e memória das cidades. Nesse sentido, a proteção do patrimônio cultural desses locais permite que as memórias se perpetuem através do tempo, podendo ser conhecidas pelas gerações futuras. Nas últimas décadas, as políticas e práticas desenvolvidas na área de preservação do patrimônio cultural vêm adquirindo nova abrangência, buscando dar voz a sujeitos e incorporar elementos que ficavam à margem da história. Ao explorar o acervo documental das colônias, é possível obter temas de análises científicas como, por exemplo, quais tratamentos eram feitos na época, quantidade de pacientes por gênero, expectativa de vida, aspectos que permitam discutir a relação da sociedade com estes pacientes, sua condição excludente, entre outras possibilidades. Esses estudos não devem ser feitos apenas em nome da preservação da memória e da identidade do povo mineiro, mas também da garantia do direito de fruição dos bens culturais pelas gerações presentes e futuras.

Regiões metropolitanas e patrimônio cultural: desenvolvimento socioeconômico, institucionalização e regionalização

Danielle Heberle Viegas
danielle.viegas@unilasalle.edu.br

Lucas Graeff
lucasgraeff@unilasalle.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Regiões metropolitanas, Políticas Públicas, Patrimônio Cultural

Propõe-se a analisar a convergência entre as políticas públicas relacionadas à metropolização e aos patrimônios culturais no Brasil, notoriamente durante da Ditadura Civil-Militar. No período em tela, o projeto desenvolvimentista associado ao autoritarismo encontrou nas regiões metropolitanas brasileiras o seu território de materialização por excelência, o que é reconhecível, igualmente, na inflexão das políticas públicas para o patrimônio cultural à época. Em ambos os casos, as diretrizes políticas vinculam desenvolvimento socioeconômico e regionalização a partir de um planejamento que compreendia a industrialização como a principal alternativa ao subdesenvolvimento atribuído ao Brasil junto à ordem internacional.

Foliões além do Natal: folias de reis fora do ciclo natalino, a polissemia do folclore e do patrimônio

Bianca Zacarias França
biancazacarias@hotmail.com

Bruna Barradas Cordeiro

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Folclore, Folia de Reis, Salva-guarda, Patrimonialização

As folias de reis são manifestações religiosas católicas que se estruturam a partir da devoção aos Reis Magos, que, segundo a narrativa bíblica cristã, visitaram o Menino Jesus recém-nascido e lhe ofertaram presentes. Também conhecidas por outros nomes, como companhias, embaixadas ou ternos de reis, as folias têm presença expressiva no estado de Minas Gerais. Durante o ano de 2016, esses grupos começaram a se ver envolvidos em um processo de patrimonialização. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG realizou um processo colaborativo de construção do Inventário Cultural que culminou na deliberação do registro das Folias de Minas como patrimônio cultural do estado. A partir de Roy Wagner, podemos pensar na ideia de patrimônio como uma expressão da ideia de cultura e, portanto, parte constituinte de nosso estilo de criatividade – seja “nosso” referente ao universo acadêmico, aos analistas de políticas públicas ou aos legisladores e técnicos dos órgãos de patrimônio. Através do contato com dois grupos de folias de reis de Belo Horizonte (MG), em momentos fora do ciclo natalino e em meio ao processo de patrimonialização em nível estadual, pretendíamos responder às seguintes questões: como a folia de reis acontece fora do período de visitas? Como esses foliões entendem e inventam a ideia de patrimônio? Com o trabalho de campo, nos deparamos com respostas muito diferentes das esperadas que, inclusive, nos remeteram a novas questões. No lugar de momentos extraordinários de preparação para o Natal, encontramos a folia muito mais intrincada na materialidade e no cotidiano, parte da construção de tempo desses foliões. A folia no dia a dia perpassa outras preocupações que envolvem tradição e modernidade, envelhecimento e morte. Essas discussões desembocam, ainda, em uma ideia de folclore que esteve presente em todas as conversas e encontros, ao contrário da noção de patrimônio, quase totalmente ausente do discurso. O presente trabalho consistiu em uma primeira tentativa de apresentar como a folia aparece no cotidiano de nossos interlocutores, como o folclore é inventado enquanto uma ideia heterogênea e polissêmica e como o patrimônio ainda enfrenta desafios de apropriação entre os sujeitos pesquisados. Frente ao registro e à necessidade de construção do plano de salvaguarda, faz-se necessário discutir as

limitações e possibilidades do patrimônio, buscando formas de construir um processo mais integrado e participativo.

"Terreiros de Trabalho" e "Terreiros de Fundamento" em Laranjeiras/SE: patrimonialização, cultura, mercado religioso e desigualdades

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
hugogrocha@hotmail.com

Raul Amaro de Oliveira Lanari
ralanari@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: inventários, Patrimônio Imaterial, Laranjeiras/SE, religiões afro-brasileiras

Pretendemos realizar uma reflexão sobre as diferentes formas de inserção dos terreiros das religiões afro-brasileiras na sociedade do município de Laranjeiras, estado de Sergipe, a partir do levantamento de depoimentos dos principais Pais e Mães de Santo realizado para o processo de mapeamento e inventário coordenado pela Superintendência Regional do IPHAN em Sergipe entre os meses de janeiro e julho de 2016. Discutiremos as hierarquizações existentes dentro das "comunidades de terreiros" locais a partir da distinção entre os "terreiros de fundamento", formas de associação religiosa ligadas à tradição nagô existentes desde o século XIX em Laranjeiras e dedicadas somente aos trabalhos referentes aos seus membros, e os "terreiros de trabalho", fundados ao longo do século XX e, ainda que compostos por Pais/Mães de Santo e seus filhos, abertos a demandas de pessoas de fora do grupo religioso. Essa diferenciação, observada a partir dos depoimentos de pessoas envolvidas com os 28 terreiros inventariados em Laranjeiras, possui desdobramentos na ênfase dada pelas políticas patrimoniais e culturais, em nível municipal e estadual, aos terreiros mais antigos, detentores da herança Nagô em Laranjeiras. Não é nosso objetivo questionar a importância histórico-cultural dos terreiros ligados à tradição Nagô, atestada por diversos estudos realizados ao longo das últimas quatro décadas, mas atentar para a proliferação de terreiros mais recentes, que ressignificam as tradições e se inserem dentro de um "mercado religioso" que, ainda que apresente franca expansão, ainda tem de lidar com o preconceito e a perseguição vinda de outras vertentes religiosas.

“Quando berimbau toca Deus fala”: notas sobre a capoeira como patrimônio imaterial a partir do caso sergipano

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Sergipe, Capoeira

A capoeira se impõe como um importante complexo de práticas, de conhecimentos, de rituais e de performances, constituindo-se em uma das mais notáveis manifestações da cultura popular brasileira, cujo florescimento se deu no seio da cultura negra e de seus fundamentos, integrando o rol das manifestações culturais afro-brasileiras. A presente comunicação procede com uma análise acerca da capoeira - através do ofício de Mestre e da forma de expressão da Roda - como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, a partir da experiência de consultoria técnica e, sobretudo, dos dados daí produzidos, com o caso particular da capoeira de Sergipe. Tal experiência se deu na execução da “Pesquisa sobre a História e a Conformação Atual da Capoeira no estado de Sergipe”, contratada pelo IPHAN-SE e que se inscreve no movimento de descentralização das políticas de salvaguarda do bem cultural após seu registro em 2008. É importante ressaltar que o “Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil” obedeceu a um recorte histórico e territorial das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, considerados pela documentação histórica e etnográfica, como os lugares por excelência de formação e desenvolvimento dessa prática cultural, devido ao expressivo contingente de africanos escravizados que aportaram nessas localidades conformando, assim, sua narrativa de origem. Entretanto, de modo distinto a outros bens culturais de proveniência afro-brasileira que acabam por se circunscreverem a determinada abrangência territorial ou cuja identidade é reforçada regionalmente, a capoeira se caracteriza por sua amplitude territorial, difundindo-se por todo Brasil e até mesmo para outros países. Isso tem a ver com a própria relação historicamente estabelecida com o Estado, sendo convertida de ato delituoso de negros a símbolo da nação, alçada a esporte nacional, a partir da década de 1930. Já o processo de patrimonialização da manifestação, em 2008, inaugura um outro patamar dessa relação, sendo a capoeira pensada, nesse contexto, a partir do reconhecimento e da valorização enquanto um amplo conjunto de práticas culturais, ressaltando a relevância do legado cultural de matriz africana para a cultura nacional. Será, portanto, lançando luz a uma perspectiva mais particular, que a capoeira sergipana servirá como matéria de reflexão para o entendimento acerca desse universo mais geral.

“De perto e de dentro”: participação social na política de patrimônio imaterial

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio-imaterial, etnográfica, participação

No Brasil, os questionamentos frente à necessidade – e possibilidade – da participação nas políticas de patrimônio acentuaram-se especialmente a partir do início dos anos 1970, no contexto da ampliação dos clamores pela redemocratização do país, sob governo do regime militar de exceção desde 1964. Esses questionamentos, ainda que vinculados à demanda democrática de forma mais geral, abrigavam conteúdos que diziam respeito especificamente ao próprio campo do patrimônio cultural e à atuação do órgão federal responsável pela sua proteção desde 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, apontando para a necessidade de inclusão de expressões culturais que dissessem da diversidade étnica e social brasileira no rol daquelas passíveis de patrimonialização e de descentralização de uma política considerada distanciada dos anseios e necessidades da população. Essas preocupações se concretizaram, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, através da criação de órgãos de proteção patrimonial em vários estados brasileiros e no desenvolvimento de projetos e programas que promoveram a ampliação do escopo das ações de proteção patrimonial, processo que desembocou na inclusão de uma perspectiva ampliada de patrimônio na Constituição Federal de 1988, na qual a adjetivação “histórico e artístico” transforma-se em “cultural”, e quando outras dimensões passam a ser consideradas aptas ao reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro, as quais vão além do chamado “patrimônio de pedra e cal” e são afeitas “aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Mas é especialmente a partir da criação de um novo instrumento legal de proteção, voltado às expressões culturais de caráter processual e dinâmico consolidadas em torno do conceito de patrimônio imaterial – o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3551/2000 –, que a participação passa a figurar, de forma contundente, entre as diretrizes da política de proteção patrimonial no país. Esta apresentação objetiva trazer algumas reflexões – preliminares, porque inseridas em pesquisa de doutoramento ainda em andamento – frente à incorporação da perspectiva da participação social nas normativas e práticas cotidianas referentes à proteção ao patrimônio imaterial, destacando-se as interfaces que se estabelecem entre o conceito de participação social e a perspectiva etnográfica que orienta essa política.

A festa é a fé: a salvaguarda de bens imateriais em relação com dinâmica cultural

Bianca Pataro Dutra
biancapataro2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial, Dinâmica cultural, Salvaguarda, ICMS Cultural, Fluxo da cultura

Este trabalho discute como a política de salvaguarda de bens imateriais, levadas à cabo dentro da perspectiva do ICMS Cultural, em Minas Gerais, mostra-se conflituosa em relação à dinâmica da cultura. Certamente, estamos diante da maior produção de conhecimento sobre os bens culturais em Minas Gerais, visto que estudos técnicos são elaborados anualmente para atender ao ICMS Cultural. Contudo, patrimonializar bens imateriais pressupõe a salvaguarda e a transmissão de sentidos. Os discursos de patrimonialização, não raro, tomam a história, a memória e o próprio passado como atributos de sentido e, por conseguinte, a construção da identidade cultural a partir dos bens selecionados pauta-se no risco do esquecimento. E esse risco leva a uma revisitação da história, em uma dinâmica de reflexividade no espelho da memória. Não raro, busca-se atrelar os bens ao passado, sem muita atenção aos seus valores no presente. Um exemplo disso é o uso recorrente da palavra descaracterização nos planos de salvaguarda de bens imateriais, na perspectiva de identificar as mudanças e adaptações como ameaças à autenticidade. O desafio da salvaguarda, imposto pela patrimonialização, nos impõe uma questão: como todos esses bens imateriais são tratados após a oficialização de seus sentidos? Ao lidarmos com as noções de autenticidade e atualização, as formas de expressão, objeto de análise deste trabalho, são forçadas a se manterem presas em estruturas performativas e simbólicas com pouca ressonância no contexto presente. Importa, ainda, perceber que detentores de bens imateriais são quase que convocados a serem produtores e gestores culturais para manterem essas manifestações em funcionamento. Existe, assim, um deslocamento da manifestação cultural do espaço do vivido, para o local da afirmação de sua existência, conflito que se esboça entre o processo de salvaguarda e a dinâmica cultural que pressupõe a recriação. Busca-se, assim, problematizar como a salvaguarda das expressões culturais imateriais volta-se para a valorização de suas estruturas pretéritas, sem o estímulo à criação e à resignificação tanto das performances, quanto dos sentidos, no contexto atual. Toma-se como referência as formas de expressão, forçadas a ocorrerem sob as mesmas bases rituais ou simbólicas do passado, mas com um arranjo organizacional que demanda que executantes se tornem produtores culturais, além da necessidade de financiamento público para conseguirem se realizar.

Cultura, patrimônio e identidade: práticas festivas no município de Coração de Jesus/MG

Tânia Caroline Ruas Silva
rtaniacaroline@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Identidade, Patrimônio Cultural

O trabalho tem como principal objetivo analisar a Festa de Nossa Senhora da Conceição/Bom Jesus, a Festa de São Sebastião, ambas no Distrito de Alvação, e a Festa de São Luís Gonzaga/Nossa Senhora Aparecida, no povoado de São Luiz de Minas; localidades do município de Coração de Jesus, Minas Gerais. Fundamentado na pesquisa bibliográfica e no método da História Oral (utilização de entrevistas) o estudo dessas festividades surgiu da necessidade de identificar, valorizar, preservar - o que não significa torná-las estáticas - e divulgar essas práticas que compõem o patrimônio cultural dessas comunidades. Observou-se que as festas são espaços mais que propícios para se estudar as manifestações de fé, lazer, sociabilidade e até mesmo as tensões de seus agentes sociais. Tomá-las como objeto de estudo é, pois, uma maneira de entender seus múltiplos significados, preservar o patrimônio cultural dessas comunidades e discutir suas identidades.

A Construção Identitária nos espaços públicos: Uma conexão entre História e Patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia

Wesley dos Santos Lima
wslmendes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, identidade, Pesquisa, Patrimônio

A discussão acerca da construção identitária está presente nas universidades e nos espaços sociais, que investiga compreender como o sujeito se identifica como tal, em um determinado território geográfico e, portanto, histórico. Compreendendo o ensino de História, como uma área que promove a reflexão crítica sobre as diferentes narrativas históricas e temporais. O objetivo desse trabalho é articular uma série de debates sobre a importância do patrimônio material e imaterial, para a área de História.

O projeto “A Construção Identitária nos Espaços Públicos: Uma conexão entre história e patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia.”, teve como objetivo analisar como o patrimônio local e nacional se apresenta como um elemento de construção identitária, a partir disso, levamos para a escola várias discussões que implementassem o diálogo

sobre o tema apresentado. Assim, um dos objetivos foi articular discussões sobre as diferenças entre o patrimônio material e imaterial, como também discutir as dicotomias no campo do patrimônio, levando documentários e exposições dialogadas com a turma.

O trabalho teve como objetivo basilar elaborar uma exposição fotográfica, que apresentasse as capturas realizadas pelos estudantes, tendo como foco principal, a ótica deles e a noção de patrimônio discutida ao longo do projeto.

A pesquisa buscou articular o saber histórico, com os símbolos e representações que estão a todo o momento presente no cotidiano social, dos estudantes, da escola e também do bolsista. A identidade sendo analisada como um processo que é construído, mutável e dessa forma instável, recebe ao longo da trajetória de um indivíduo elementos que se inserem nesse processo performativo. Por fim, destacamos que o patrimônio e a identidade resultam na construção identitária de um grupo social, estabelece valores, e dinamiza as relações de identidade conforme o tempo histórico e espaço geográfico do sujeito. Ressaltamos a importância da conexão entre a história e o campo do patrimônio, dialogando as alteridades, e problematizando os valores culturais que o patrimônio se insere.

Olhares sobre o bairro Lagoinha, memória, identidades e cotidiano

André Luiz Rocha Mattos Caviola
andrecaviola@live.com

Loque Arcanjo Junior
arcanjo.loque@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: bairro, Cidade, Patrimônio

Neste trabalho apresentamos as atividades do projeto “Olhares sobre o bairro Lagoinha”, desenvolvido pelo curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte. O projeto começou em 2015, com o objetivo de reforçar as relações entre o centro universitário e a comunidade local do bairro Lagoinha, além de proporcionar aos alunos a oportunidade de refletir sobre a história de Belo Horizonte e sobre o patrimônio cultural da cidade.

Desde sua fundação, em fins do século XIX, Belo Horizonte apresenta diversos elementos contraditórios, próprios da modernidade das cidades. Planejada por engenheiros e técnicos, foi inicialmente formada por áreas distintas – urbana, suburbana e rural, e abrigou uma grande quantidade de migrantes e imigrantes. Estes, em sua maior parte, foram para as áreas suburbanas, entre as quais podemos destacar o bairro Lagoinha, reduto boêmio, de prostituição e de bares frequentados por pessoas pobres da cidade. Por esta razão, o bairro se desenvolveu fora

do alcance das políticas públicas da capital até 1950, quando o crescimento urbano resultou em projetos patrocinados pelas autoridades públicas. Entre os anos 1960 e 1990, ocorreram diversos projetos de "revitalização" do bairro Lagoinha e, estes vieram acompanhados de diversas contradições. O bairro passou a sofrer modificações em meio a um crescimento desordenado durante décadas, resultando na deterioração que o acompanha até os dias atuais. No entanto, a comunidade local mantém seus costumes, referências culturais e formas tradicionais de associação no contexto da cidade, como parte da dinâmica cultural de uma posição social marginalizada. O projeto está atualmente a realizar inventários: comércios temáticos, celebrações, lugares, práticas e diversas formas de associação que se realizam numa perspectiva participativa. Os alunos envolvidos no projeto, juntamente com a comunidade local atualmente desenvolvem mapas de percepção de referências culturais do bairro, a partir do qual o inventário está sendo realizado. Registros audiovisuais produzidos pelos membros do projeto originou uma exposição realizada na Lagoinha do Mercado e do Centro Universitário de Belo Horizonte, em abril de 2016.

Brasil e Benin: entre fluxos e refluxos de seus patrimônios culturais

Yussef Daibert Salomão de Campos
yussefcampos@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Regime nos trópicos, Patrimônios Culturais, Brasil, Benin

“As dimensões novas e poderosas sobre as comunidades de mercadores e o comércio envolvendo os portos brasileiros” (RUSSEL-WOOD, 2010, p.15) e suas “triangulações de mercadorias com a Costa da Mina [Daomé], Angola e Goa, alteram em definitivo a percepção do ‘pacto colonial’, reafirmando a autonomia que o capital mercantil sediado nas colônias ousou possuir ante o poder metropolitano” (GRAÇA FILHO, 2002, s/p). Esse será o ponto de partida desse estudo para se entender a constituição do patrimônio cultural do Benin pela intervenção de afro-brasileiros retornados do Brasil à África na construção de edifícios, como a Mesquita de Porto Novo, que compõe naquele país “um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p.49). Traçarei a relação entre o reino do Daomé, importante porto no tráfico negreiro, e o Brasil, que apresentavam “relacionamento tão próximo” (RUSSEL-WOOD, 1998, p.205) a partir dos portos da Bahia e do Golfo do Benin na rota dos escravos e da diáspora africana ocorrida até o século XIX. O fluxo intercontinental marcou a dimensão do Império português, e sua “original globalidade” (RUSSEL-WOOD, 2010, p.13), e propiciou o intercâmbio de culturas e saberes. O retorno dos afro-brasileiros à África, a constituição de uma comunidade “brasileira” no antigo

Daomé, e a transferência de saberes às seguintes gerações marcaram a paisagem cultural do Benin. A mesquita de Porto Novo se apresenta como exemplo da abrangência das redes sociais, políticas, comerciais e culturais, bem como da ressonância daquilo que se convencionou chamar Antigo Regime nos trópicos. A interação entre os portos do Brasil e do Benin foi porta para a construção de parte de um patrimônio cultural único, que nasceu dos açoitos do tráfico negreiro e do retorno à pátria mãe. Tal dimensão atlântica “[...] não seria mais uma questão da história da África ou do Brasil, ou das relações Brasil-África, mas da história de um espaço que articulava estes lugares e sociedades” (SOUMONNI apud SOUZA, 2008, p.89).

Tradições e costumes: entrelaçando culturas nas terras mineiras de Itueta

Sandra Nicoli
nicolnicoli@hotmail.com

Sueli Siqueira
suelisiqueira.gv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: território, Migração, reterritorialização, Memória

Na segunda metade do século XIX, teve início no Brasil, em grande escala, a imigração europeia, principalmente a alemã, pomerana e italiana. O projeto imigrantista era fundamentado na pequena propriedade familiar. Minas Gerais tornou-se destino secundário da colonização europeia. As terras de Itueta, no início do século XX, foram pontos de chegada de famílias de migrantes alemães, pomeranos e italianos, vindas principalmente do Espírito Santo. Essa migração promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novas tradições, costumes, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporadas à cultura local. A pesquisa é de cunho qualitativo, dando ênfase aos aspectos vinculados às tradições e costumes. Através dos relatos orais colhidos com os descendentes das famílias que promoveram uma nova configuração ao território e com informações coletadas através de fonte documental dos seus acervos particulares, foi possível perceber a integração e as marcas deixadas através de suas tradições e costumes. Esse estudo tem como objetivo analisar a reterritorialização e a formação de territórios por essas famílias e, compreender as questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano e as práticas culturais que ajudaram a configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído. Suas presenças como sujeitos históricos que se construíram e reconstruíram, e ainda constroem e se reconstroem na dinâmica da vida social são destacadas nas narrativas dos descendentes. Um

ambiente coberto pela floresta e um cotidiano regrado pelo árduo trabalho são sempre evocados em seus relatos. As experiências narradas mostram a difícil tarefa de transformar aquele espaço em um território apropriado e dominado a partir das relações sociais estabelecidas. Tantos os traços de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem foram fundamentais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras. Essas famílias foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Apropriaram-se do novo território dando a ele sentido e significados próprio.

VALE DO AÇO: histórias, temporalidades, desconstruções e travessias rizomáticas, presentificadas por meio do Museu e do Congado, em suas respectivas singularidades, no Município de Coronel Fabriciano, M.G

Amir José de Melo
amirjosemelo@bol.com.br

Mauro Tarcísio Machado Borges
mauroborges1980@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: museu, congado, temporalidade, História

Tal abordagem visa apresentar elementos históricos significativos na formação regional do Vale do Aço, bem como analisar o tempo, não linear, mas numa perspectiva dialética de permanências e mudanças, ritos, símbolos e construções rizomáticas. Nesse sentido, buscar-se á aprofundar o sentido do Museu - José Avelino e as singularidades inerentes ao Congado e suas resistências, suas linguagens, no Município de Coronel Fabriciano, M.Gerais. A comunicação será de forma dialógica e interativa, com atrativos visuais (mídias) de fotos antigas, geografia urbana, imigrantes, e se for permitido, uma demonstração de dança de congado com o grupo: "Congado do Cocais". Quanto ao tempo, serão feitas as seguintes análises, provocações: O tempo da instalação das indústrias versus o tempo da formação das pessoas; o tempo dos índios botocudos já dizimados versus o tempo da sociedade hodierna; o tempo da ferrovia que deixou de existir versus o tempo da mobilidade urbana; o tempo das matas nativas versus o desmatamento, dentre outros. O Museu Municipal tenta contar toda essa trajetória histórica e se coloca como espaço aberto e democrático, na compreensão e resgate de valores históricos e antropológicos. O Congado, em expressões cênicas, celebrativas e com peculiar plasticidade e riqueza estética, traz narrativas instigantes do tempo com suas permanências e descontinuidade.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

A necessidade de repensar o Museu Regional do Sul de Minas

Bruna Fortunato Pereira
brunafortunatohist@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: museu, Patrimônio Cultural, História, identidade, Memória

O Museu Regional do Sul de Minas, localizado em Campanha, composto por uma coleção diversa, é o objeto dessa pesquisa. Durante determinado período de estágio realizado, foi identificado uma série de problemas, dentre eles, destaca-se a precária documentação, com rasa descrição sobre os objetos nas fichas de inventário/catalogação. Atualmente composto por um acervo de aproximadamente 2.400 bens, a maior parte com o mínimo de informação registrada, sem dados sobre autoria, procedência ou foto de identificação. Esses dados também são tão problemáticos quanto à descrição de características técnicas, estilísticas e iconográficas. Ao visitar o MRSM, percebe-se a ausência de um projeto expográfico. Entende-se por exposição museológica tudo aquilo que da voz ao objeto, revertendo seu estado inanimado e provocando assim a imaginação de quem o visualiza. Sendo assim, a atual disposição das coleções impossibilita a fruição, interpretação e apropriação dos objetos. Trata-se de salas apertadas que mal comportam a exposição. Outro ponto problemático diz respeito à acessibilidade. O MRSM deve acolher a todo o tipo de público, abrangendo a diversidade e a pluralidade, com todos tendo a possibilidade de acesso aos bens culturais. Portanto, torna-se urgente a conservação adequada desses objetos bem como a restauração de alguns destes. Por fim, e não menos importante, deve ser repensado o caráter de um museu inclusivo e a necessidade de vínculo afetivo e diálogo entre a comunidade e o Museu. Afinal, são objetos de memória que transmitem ao longo do tempo lembranças de determinados grupos e indivíduos. Como bem é colocado em um artigo por Marília Machado Rangel, “a educação patrimonial é, portanto, todo trabalho educacional que conduza a sociedade a uma mudança de atitude: ao invés de espectadores da proteção do patrimônio, sejam atores desse processo”. O Museu Regional necessita dessa comunicação e troca de conhecimento abrangendo todos os agentes responsáveis pela sua manutenção, cumprindo com seu caráter democrático.

Políticas públicas de preservação nos municípios paulistas: museus e conselhos

Eduardo Romero de Oliveira
eduardo.romero.de.oliveira@gmail.com

Sérgio Ricardo Losnak
sergiolosnak@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museus, Estado de São Paulo, Patrimônio Histórico, Conselhos de preservação

No Brasil a proteção do patrimônio histórico se dá por meio de ações do poder público, que tem o papel de regulamentar e implantar mecanismos que atuam na preservação. Quanto às instituições ligadas a esta temática, os museus e os conselhos de preservação são as que mais se difundiram pelo estado de São Paulo. Há poucos estudos acadêmicos relacionados às políticas públicas de preservação nos municípios do estado num contexto mais geral. É diante deste contexto que este artigo visa identificar quais as características das políticas públicas de proteção no estado de São Paulo, buscando identificar como, onde e quando elas foram disseminadas pelo interior. Tais objetivos foram alcançados através de pesquisa histórica recente (1988- 2014) das políticas públicas de proteção, tendo como base os indicadores culturais elaborados pelo IBGE, IBRAM e SISEM. Como resultado, foi elaborado o mapeamento da distribuição espacial dos museus e conselhos de preservação nos municípios, que possibilitou concluir que o surgimento dessas instituições acompanharam as principais redes de comunicação e transporte que recortam o estado, associado aos índices populacionais e econômicos regionais. Adicionalmente, foram identificadas certas semelhanças entre as características ideológicas da política federal e da estadual no que tange à construção de uma identidade paulista.

Museu Maguta: Curadoria xamânica

Ramiro Queiroz Silveira
ramiroideq@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museologia, antropologia, xamanismo, etnologia

Derivado de dissertação defendida em 2015 (Antropologia-UFMG), o trabalho apresenta alguns aspectos presentes no Museu Maguta, localizado na cidade de Benjamin Constant-AM. Museu criado e administrado por índios Ticuna, remonta um processo de reconstrução de memória e resistência do grupo. Para além do aspecto de resistência e memória, o museu Maguta estimula reflexões a respeito da religiosidade na construção de memória corporal.

No espaço da biblioteca do museu acontecem sessões de cura xamânica, em indígenas e não indígenas são curados de doenças pelo rezador ticuna. Ele se auto-intitula "curador", e realiza uma curadoria do museu, em que na aplicação de chá de ayahuasca recebe a cobra grandes e outras entidades, retira doenças, ameniza a dor. E ainda para além, realiza a curadoria limpando o espaço físico do museu e seu acervo contra olhares ruins.

Desta feita, a produção de memória está enraizada na alteração dos corpos das pessoas que visitam, administram e avizinham o espaço museológico; a sutil administração das energias incorporadas nas peças, a curadoria daquilo que está entre o matrimônio material e imaterial.

Nisto, reflexões aparecem: qual o papel de espaços de memória quando as pessoas não estão "simplesmente" resistindo? Quais papéis religiosos, médicos, transcendentais de uma construção e, ao mesmo tempo, apagamento da memória. O corpo curado pela cobra-grande, pela onça, são os mesmos? Não seriam, estes mecanismos médico-xamânicos, instrumentos para a construção de um espaço de memória para agregar diferentes expectativas na construção de uma memória coletiva?

Museus municipais brasileiros: um panorama geral

Eduardo Francisco Pimentel
edufpimentel@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Museologia, museu, Museu Municipal, Patrimônio, Política Pública

Na presente Comunicação, elegemos como nosso centro de discussão os museus públicos de natureza administrativa municipal, ou seja, os Museus Municipais brasileiros. Elaboramos um panorama geral dos aspectos e principais características destes museus - quantidade de museus no Brasil, tipologias de acervo, estrutura física etc. Assim como, designamos e definimos os limites e as diferenças entre outros modelos de museus. Procuramos, também, explicitar sobre as ações e políticas públicas de preservação do patrimônio e de políticas para museus, desde os anos 1930 até o presente, visando verificar os resultados e como são contemplados os museus municipais brasileiros nas políticas e ações governamentais. A partir do estudo do Museu Municipal de Carangola, buscamos analisar, ainda, o papel dos Museus Municipais junto às comunidades, no processo de fortalecimento de identidades e valorização da memória local. O objetivo principal da pesquisa foi identificar e analisar a relação da população carangolense com o museu, como essa participa, valoriza e reconhece a instituição como um espaço seu, de memória e identidade.

Para a realização do estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários-Survey. Como resultados, é possível afirmar que a categoria de Museus Municipais é a que possui o maior número de instituições, que mantem, guardam, preservam um vasto e variado acervo, um moderador de um incalculável patrimônio, além disso, são instituições importantíssimas no processo de fortalecimento de identidades, de praticas democráticas, de inclusão e cidadania. Podemos ainda, afirmar que as ações das políticas públicas propostas para o setor vêm sendo efetivadas nos últimos anos, contudo, de forma lenta e ainda distante da realidade em que se encontra os museus municipais brasileiros. Afirmamos, também, que a comunidade carangolense, apesar de reconhecer o Museu Municipal de Carangola como um espaço importante de preservação e memória local, não está integrada a ele e não o identifica como um espaço seu de sua história e memória.

Análise do Patrimônio Arqueológico voltados para Práticas Turísticas em Cidades Históricas - Caso São Cristóvão/SE

Jenilton Ferreira Santos
ferreiraton@yahoo.com.br

Laura Almeida de Calasans Alves
laura.calasans@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: turismo, Patrimônio. Arqueologia

Resultado da globalização, o turismo permite uma diversificação de produtos e serviços que convidam viajantes a usufruírem de multiplicidade de opções, decorrentes do processo do capitalismo mundial gerando uma tendência global de serviços que permitam a competitividade entre os destinos. A relação turismo e patrimônio é uma das linhas de rentabilidade mais evidente, tornando necessário o estudo dos impactos no patrimônio arquitetônico e turístico - cultural, através de suas modalidades urbana, paisagística e arqueológica, correlacionadas à necessidade de restauro e conservação através da gestão e preservação do patrimônio em cidades históricas. A Cidade Histórica de São Cristóvão, quarta mais antiga do Brasil, apresenta uma vocação natural para turismo cultural, mediante ao seu acervo histórico que vão desde construções seculares, grupos folclóricos, doces tradicionais, danças populares, até de um conjunto colonial arquitetônico, dentre eles a Praça São Francisco, intitulada Patrimônio da Humanidade, além de igrejas e casarios. Contudo, analisar somente este contexto histórico limita a potencialidade identitária do local para práticas turísticas, faz-se necessário analisar todo o

contexto arqueológico em que a cidade está inserida, partindo das pesquisas já desenvolvidas ao acervo de cultura material coletada, o que permite melhor conservação deste patrimônio, assim como fortalecimento da identidade local. Ao final, o estudo mostrará a necessidade de ampliar participação da Arqueologia no planejamento turístico de modo que este sensibilize moradores e visitantes para a conservação do patrimônio, na perspectiva de sustentabilidade e participação da comunidade nas cidades históricas. Para este estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico seguido de uma pesquisa exploratória através do estudo de caso na Cidade de São Cristóvão dentro de uma abordagem qualitativa. As primeiras abordagens serviram para elucidar questões à conservação e preservação dos bens patrimoniais que vão desde a mercantilização do patrimônio pelo turismo, a ausência de pertencimento patrimonial por parte da comunidade, a falta de modelos de roteiros estruturados para uso turístico em sítios arqueológicos, dentre outros. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel do patrimônio cultural e arqueológico local e de que forma ele compreendido enquanto produto turístico na cidade de São Cristóvão/SE.

Na foz do Rio Amazonas: entre a posteridade e o ocultamento, artefatos arqueológicos como patrimônios culturais

Queiton Carmo dos Santos
tonqueiton@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, História, Cultura Material, Arqueologia

Na arqueologia, assim como em outras disciplinas que lidam com o passado, a abordagem de patrimônios culturais está fortemente ligada a uma ideia de memória e de preservação. Partindo desses pontos iniciais, a proposta desse trabalho é de questionar até que ponto o discurso do patrimônio passa de uma instância temporal presente para o encaminhamento de uma justificativa de deixar às próximas gerações cientes do seu passado por meio das materialidades, escavadas, estudadas e guardadas em reservas técnicas, que de algum modo passam a ser ocultadas de seu público alvo, as pessoas no tempo presente. Sem antes que se possa vincular a este discurso à necessidade de esclarecer sobre o que faz as dimensões do conhecimento histórico, cultural e arqueológico quando relaciona o passado por meio da cultura material. Apresenta metodologicamente uma leitura bibliográfica e uma análise documental, ainda que breve, com o intuito específico de investigar o histórico de narrativas que de algum modo tentaram explicar as materialidades arqueológicas da foz do Rio Amazonas, especificamente

extremo norte do Brasil, estado do Amapá. Utiliza-se como modo interoperacional desse processo as primeiras pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região ao norte e ao sul do Amapá, efetuadas pelo então diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Emílio Goeldi; nos anos iniciais de um Brasil recém-republicano. Uma de minhas hipóteses apontadas no devir da constituição de patrimônios e guarda de material arqueológico é que antes mesmo de existir uma política de preservação desses bens materiais por parte do estado como legislações e decretos, já eram vinculados desde o fim do século XIX e começo do XX, um uso de valor institucionalizado a essas materialidades na Amazônia. Desse modo, podemos interrogar o que fazem arqueólogos, historiadores, antropólogos, etc., quando pensam em proteção do patrimônio cultural sem antes esclarecermos a quem serve tal proteção e de como se está protegendo tais bens, que em alguns casos se mantém apenas legados, apenas a justificativa da guarda à posteridade, construindo assim uma perspectiva de produção memorial futurística, ignorando as pessoas no tempo presente.

Educação Patrimonial em Conceição do Mato Dentro/MG: Relatos de uma experiência em campo (2015)

Rhulio Rodd Neves de Aguiar
rhuliorodd@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Memória

A proposta deste trabalho objetiva relatar a experiência como educador no processo de execução do Projeto Educar (Projeto de Educação Patrimonial), no âmbito das orientações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) no que concerne ao ICMS Cultural, realizado com alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Educação de Conceição do Mato Dentro/MG no ano de 2015.

Educação patrimonial, arqueologia e diversidade étnicacultural : o caso de Passa-tempo

Anna Clara Marotti Magalhães
annaclaramarotti.ufjf@gmail.com

Letícia Maia Dias
leticiamaiadias@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: diversidade, Educação patrimonial, Arqueologia

O trabalho em questão pretende traçar uma breve história de como a arqueologia se desenvolveu no Brasil, a partir da metade do século XIX, dedicada essencialmente ao estudo das sociedades indígenas existentes no período anterior a chegada dos portugueses em 1500. Entretanto, estes estudos não contribuíram para uma sensibilização e valorização adequada destas sociedades no contexto cultural e étnico nacional. Neste sentido, mediante a emergência da denominada Educação Patrimonial, resultante da parceria desenvolvida entre o Governo Federal e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e de seu diálogo constante com o ramo da arqueologia, tornou-se possível dinamizar as políticas de preservação, recuperar informações sobre o patrimônio material e imaterial brasileiro, atribuindo a determinados grupos sociais não somente aos indígenas, mas aos quilombolas, por exemplo, sua real importância enquanto detentores dos bens culturais, arqueológicos e históricos de nosso país. Por conseguinte, ao tomar como exemplo o projeto "Mapeamento Arqueológico e Cultural na Zona da Mata Mineira" realizado no município de Passa Tempo no estado de Minas Gerais, mostraremos como, através das ações educativas desempenhadas com alunos da quinta série de duas escolas locais, desenvolvemos um trabalho de incentivo a preservação do patrimônio e, sobretudo de valorização dos grupos étnicos e culturais responsáveis pela construção memorial e identitária da cidade. Portanto, reforçamos a importância e a necessidade de trabalhar a perspectiva da Educação Patrimonial no contexto escolar, enquanto forma de socializar informações relativas ao patrimônio brasileiro, e principalmente, valorizar a diversidade étnica e cultural presente na história e na realidade atual brasileira.

Tombamento, Gestão e Novas Perspectivas: Um estudo sobre o Centro Histórico de Pitangui/MG

Bruna Caldas Cordeiro
bruna@brunacaldas.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, Pitangui, Patrimônio Histórico

Este estudo tem como objetivo analisar o sistema de gestão do patrimônio cultural edificado do Centro Histórico da cidade de Pitangui (Minas Gerais). Será feito um breve relato da história e configuração do núcleo urbano, passando pelo processo de tombamento e os problemas acarretados diretamente em seu patrimônio construído devido ao reconhecimento

tardio. Por fim, será feita uma explanação e análise sobre como a administração pública tem gerido as ações de preservação e salvaguarda do patrimônio local, com o intuito de propor novas ações que visem sanar os problemas encontrados.

Causos e Memórias dos Engenhos do Estuário Amazônico: Sensorialidade, Memória Social e Paisagem

Augusto Moutinho Miranda
guto_moutinho@yahoo.com.br

Nívia Paula Dias de Assis
np.assis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da Paisagem, Arqueologia Sensorial, História Oral, Amazônia

A importância dos engenhos na história da formação do Brasil vem sendo registrada na historiografia, principalmente os que se encontram na região Nordeste. Contudo, quase nada se sabe sobre os engenhos localizados na região Amazônica, e as poucas pesquisas realizadas, quase sempre estão ligadas a História, neste sentido o registro arqueológico desses espaços é pouco estudado. Esta pesquisa propõe-se a estudar os engenhos de açúcar e as engenhocas da região Amazônica, mais especificamente no estado do Pará dos séculos XIX e XX, a partir de uma perspectiva da Arqueologia Sensorial e da Memória Social. Para isso fez-se necessário identificar estas unidades de produção e tentar compreender como elas foram implantadas ao longo do território e do tempo, procurando estabelecer relações com o ambiente no qual as mesmas estão inseridas, além de procurar entender, as relações de memória existentes entre os moradores e a paisagem em que os engenhos estão inseridos, a partir das experiências sensoriais de cada pessoa.

A partir dessa realidade, esta pesquisa busca verticalizar os estudos relacionados a esta temática. Utilizando-se do arcabouço teórico e das contribuições desenvolvido pela Arqueologia da Paisagem aliado a Arqueologia Sensorial. A utilização dessas duas abordagens aparece como ferramenta possibilitando esclarecer processos culturais, procurando compreender as paisagens naturais e as construídas.

A pesquisa se deu por meio do levantamento bibliográfico, acerca das questões históricas, sociais, culturais e econômicas da região, procurando compreender como se deu o processo de ocupação local, e através das atividades de campo, que foram executadas com o objetivo de conhecer as áreas que concentravam uma grande quantidade de possíveis engenhos e a realização das entrevistas com os moradores.

As “Histórias em Quadrinhos” nos muros da cidade: um estudo de caso sobre as intervenções gráficas contemporâneas e o Patrimônio Edificado em Belém – Pará

Augusto Moutinho Miranda
guto_moutinho@yahoo.com.br

Luana Teixeira do Carmo
luanatcarmo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pixo, Grafite, Patrimônio, Arqueologia Urbana

Ao caminhar pelas ruas do primeiro bairro da cidade de Belém é possível perceber sua forte herança colonial, que se mistura com uma nova cidade, com arquitetura e design modernos. É neste contexto, que é possível encontrar as intervenções gráficas contemporâneas, espalhadas nos suportes parietais, sejam muros de residências, repartições públicas, monumentos ou mesmo em tapumes de madeira que delimitam alguma construção.

Essas intervenções gráficas fazem parte do cotidiano dos habitantes das cidades, seja uma parede grafitada com uma poesia, uma declaração de amor, ou mesmo um pixo cobrando moradia ou expressando palavras de protestos. Nesse sentido Belém, possui um embate com as atividades desenvolvidas por pessoas isoladas ou coletivos de ruas que procuram expressar suas ideias, sentimentos ou indignação, extravasando nos suportes parietais a partir dos grafites.

A partir do contato com as mais diferentes temáticas relacionadas à Preservação Patrimonial e a Arqueologia, surgiu a presente pesquisa, uma vez que o discurso da preservação do patrimônio, ou a conservação de um espaço ou edificação, muitas vezes é empurrado à sociedade por intelectuais e acadêmicos, sem que a sociedade o tenha como patrimônio. Por que preservar algo que não faz parte da “minha história”? Nesse contexto as atividades de intervenções gráficas contemporâneas no centro histórico de Belém, segundo os próprios autores, “dão novo sentido a um casarão abandonado”.

A pesquisa se deu por meio do levantamento bibliográfico e documental acerca da grafitagem e do pixo, e principalmente com as atividades de campo, desenvolvidas nas ruas com a captura de imagens, para a construção do acervo fotográfico, e a realização das entrevistas com os responsáveis pelas intervenções, moradores e transeuntes das áreas grafitadas.

O objetivo do estudo é identificar junto aos moradores dos bairros mais antigos de Belém e os autores das intervenções a identidade dessa atividade no ambiente urbano, procurando

compreender como a sociedade belemense percebe e convive com este tipo de atividade, próximo a locais que fazem parte da história oficial da cidade, buscando entender as tensões sociais existentes nestes espaços.

Arqueologia pública e escravidão na fazenda São Victor-PI (séc. XVIII E XIX)

Bruno Vitor de Farias Vieira
bvturismologo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Colaboratividade, Fazenda São Victor, Escravidão, Piauí, Arqueologia Pública

A Arqueologia Pública é um dos segmentos em constante crescimento desde a sua origem em meados da década de 1970. Essa linha de pesquisa, desde então, passou a integrar discussões, protagonizar debates que alternam sobre o papel social do arqueólogo, a preservação dos sítios, a inserção da sociedade nos trabalhos científicos e o próprio futuro desta ciência/disciplina. Com o objetivo de associar a Arqueologia Pública ao contexto da escravidão piauiense, buscamos a construção da história local da Fazenda São Victor (que ainda se encontra presente tanto na memória coletiva da comunidade homônima, através de “estórias” sobre o cotidiano da fazenda) associada à materialidade arqueológica (delineada pela diversidade artefactual, estruturas arquitetônicas que afloram no solo, pelos quintais dos moradores na localidade) através de um viés metodológico colaborativo, envolvendo pesquisadores e comunidade local na práxis arqueológica, estes últimos, entendidos como sujeitos ativos na compreensão do cotidiano ligado à Fazenda São Victor. Trata-se de um complexo produtivo pecuarista e escravista datado dos séculos XVIII e XIX, localizado na região sudeste do Piauí. Em síntese, entende-se que a utilização da memória coletiva e da história oral, associadas aos trabalhos de cunho essencialmente arqueológicos, possibilitaram a complementaridade necessária ao trabalho proposto, conectando ciência e sabedoria popular, a partir de ações multivocais e de respeito mútuo.

Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: Uma Arqueologia da Paisagem Fluvial do Rio São Francisco – Orocó

Jéssica Rafaella de Oliveira
jessicaoliveira108@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: rio São Francisco, Arqueologia missioneira, paisagem fluvial

No início da “colonização” portuguesa, o vale do São Francisco era habitado por diversos povos indígenas, e é por meio de relatos dos viajantes e missioneiros que podemos obter as primeiras informações sobre seus assentamentos e modo de vida. O espaço indígena no médio São Francisco, quando da chegada do colonizador, era constituído por populações genericamente denominadas pelos cronistas de Tapuias e Cariris. Os trabalhos de catequização na região foram iniciados por volta do século XVII, as primeiras Missões datam de 1671. Muitos documentos e registros de passagens dos missioneiros pela área comprovam a existência de aldeias nas Ilhas do rio São Francisco, localizadas na região atualmente denominada como Submedio. A Ilha de Santa Maria, por exemplo, foi palco de um grande aldeamento que prosperou durante os séculos XVII e XVIII, sendo que essa unidade insular ainda possui em ruínas parte de seu antigo parque arquitetônico, notadamente seu principal equipamento religioso. Dentro desse contexto, a presente pesquisa se volta aos estudos de contato e das Missões religiosas, entretanto se distancia das abordagens de uma Arqueologia missioneira voltada apenas a compreender as Missões como agentes de aculturação, mas, sobretudo, valorizando o papel do indígena, dentro de um processo de transculturação e de agentes ativos nas construções sociais. Resulta de um minucioso levantamento bibliográfico, de intervenções pontuais em campo e de uma abordagem da Arqueologia da paisagem, bem como de uma Arqueologia missioneira e da história indígena. Buscou-se nesse sentido, entender o que foram as Missões religiosas que fizeram do sertão do Submedio São Francisco grandes rotas de catequização indígena, e como estas contribuíram para a consolidação dos diferentes elementos paisagísticos que são de fundamental importância não apenas para preencher as lacunas na história particular das ilhas, mas também para compreender a dinâmica de ocupação da região como um todo.

Rede Memória das Instituições de Minas Gerais: trabalho colaborativo para a preservação da memória

Gizele Maria dos Santos
gisa@fiemg.com.br

Juliana Martins de Castro Barroso
julianacastro@sescmg.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Memória institucional, Patrimônio, Preservação, Centros de memória, Redes de cooperação

A Rede Memória das Instituições de Minas Gerais, ou Remig, é constituída por diversos centros de memória mineiros, tendo como principal objetivo a cooperação técnica entre seus membros. Criada em 2003, trata-se de uma iniciativa pioneira no contexto nacional e que tem se mostrado cada vez mais importante para o fomento de ações voltadas à preservação da memória e do patrimônio. A presente comunicação apresenta um breve relato sobre a trajetória da Remig, buscando pontuar as principais características de sua dinâmica colaborativa e de que forma ela concorre para o aperfeiçoamento de metodologias e práticas profissionais, para a circulação de informações e para o fortalecimento deste campo de atuação.

Imprensa local e a criação do Codepac, órgão de proteção do patrimônio cultural de Bauru

Larissa Fernanda Palhari
larissapalhari@hotmail.com

Valéria Cazetta Lelis
vcazetta84@gmail.com

William Henrique dos Reis Carneiro
williamhenrique360@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Bauru, Patrimônio, Codepac, Preservação, Imprensa

Este artigo visa apresentar, através de pesquisas de caráter exploratório no âmbito do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) da Universidade do Sagrado Coração - Bauru, o processo de formação e expansão do órgão municipal Codepac. Junto a um levantamento bibliográfico físico, em jornais catalogados no mesmo centro, sendo este o responsável pela preservação dos patrimônios históricos da cidade, no período de mais de uma década (1981 a 1992), demonstrando sua importância para a sociedade bauruense e a reação da mesma.

São Cristóvão/SE: apontamentos para a atuação com o patrimônio cultural do conjunto tombado

Flavia Klausung Gervásio
flaviakg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: conjunto urbano, políticas públicas, São Cristóvão

São Cristóvão é um município do estado de Sergipe que, fundado em 1590, possui um diversificado patrimônio cultural, tendo seu conjunto urbano tombado pelo Iphan em 1967, e a

Praça São Francisco reconhecida como Patrimônio Mundial em 2010. Neste mesmo ano, começou a operar a Casa do Iphan em São Cristóvão/SE, com o objetivo de criar um espaço de interlocução e diálogo com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas. O objetivo deste estudo é, através da análise de documentos produzidos pelo Iphan, pensar como diferentes posicionamentos a respeito do patrimônio orientou a atuação do órgão federal no município.

Patrimônios Históricos e culturais da Baixada Fluminense: derrubados, mas não preservados

Lucia Araujo Pereira da Silva
luciaaraujopereira@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico, Baixada Fluminense, Memória, História

O presente trabalho se insere na problemática e no desafio de preservação do Patrimônio Histórico e cultural da Baixada Fluminense. O foco é o Patrimônio Histórico que se encontra ameaçado, e corre o risco de ficar nas fotos ou nas lembranças dos baixadense. Partindo da análise sobre o empenho que tem sido realizado pela Secretaria Municipal de cultura de Nova Iguaçu, do Museu Vivo de São Bento de Duque de Caxias, do Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense e do Fórum Cultural da Baixada Fluminense em preservar e incentivar o governo em políticas públicas, para alertar as condições precárias dos monumentos históricos da região que pode desaparecer. O descaso das políticas urbanas voltado para o Patrimônio Histórico em todo o Brasil tem sido relegado a ontem, e não a hoje. A análise teórica dialogará com Pedro Paulo Funari e Sandra de Cássia Araujo Pelegrini, que proporcionam estudos sobre o tema, entre outros autores. E, sobre o conceito que envolve o Patrimônio Histórico, assim como, “políticas patrimoniais no Brasil”, destacarei os institutos que foram mencionados acima que lutam diariamente pela preservação do que restou do Patrimônio Histórico da Baixada Fluminense. O objetivo do trabalho é apresentar o desafio que tem sido em preservar esses Patrimônios em meio à especulação imobiliária, aos roubos e ao tempo.

Patrimônio Cultural: as práticas de preservação em Uberaba

Andreia de Freitas Lopes
andreaiflopes.arq@gmail.com

Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale
mariliabtvale@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Preservação, Patrimônio cultural, Uberaba, Memória

O presente trabalho tem como objetivo compreender criticamente os processos históricos e político-sociais de construção, reconhecimento e valoração do patrimônio cultural na cidade de Uberaba, procurando historicizar, problematizar e refletir sobre as práticas do órgão preservacionista municipal uberabense, o CONPHAU, através do estudo de processos de tombamentos realizados na cidade.

Fundada no início do século XIX, Uberaba ainda preserva inúmeras construções que remetem a sua origem que está atrelada ao estabelecimento de oligarquias rurais na região que, até o início do século XX, era conhecida por ‘Sertão da Farinha Podre’, e que corresponde, atualmente, ao Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais.

Ao tratar sobre o Patrimônio Histórico de Uberaba deve-se considerar a importância da política de descentralização na preservação do Patrimônio Histórico Cultural no Brasil realizada pelo IPHAN, antes único órgão responsável, que passou a delegar a estados e municípios o papel de selecionar e zelar pela salvaguarda do próprio patrimônio cultural local.

O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço, visto o mesmo possuir significações relevantes por ser parte de sua construção histórica. Busca-se nesse sentido compreender como a ideia de preservação obteve seu desenvolvimento na esfera pública do governo uberabense.

De Pedra e Cal a Paisagem Cultural: estudo de caso da Serra do Lenheiro na cidade de São João del Rei, Minas Gerais

Ana Flávia Nascimento Paes
af.historiadora@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Serra do Lenheiro, Patrimônio Cultural, Paisagem cultural, Instrumentos de Preservação

O interesse em povoar a cidade de São João del-Rei surgiu em decorrência da abundância e facilidade que o solo ofertava para a extração de ouro. Tal fator possibilitou o desenvolvimento econômico e político da região. No entanto, pouco se fez em prol da preservação da memória que compõe a formação da cidade decorrente da extração mineral na Serra do Lenheiro. A cidade ainda guarda vestígios arqueológicos de parte do complexo que fora construído na Serra para fazer funcionar a indústria minerária do século XIX, conhecido como Canal dos Ingleses.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

O que podemos perceber é que houve na cidade uma sobreposição da valorização dos bens arquitetônicos sobre os demais bens, não foi pensada a preservação de modo amplo a fim de relacionar o patrimônio cultural da cidade. É importante chamar a atenção para as mudanças ocorridas no campo da preservação do patrimônio cultural. A ampliação do conceito de patrimônio bem como a criação da categoria de Paisagem Cultural pela UNESCO em 1992, dentre outras ações e regulamentos, contribuiu e vem contribuindo para a valorização da diversidade e reconhecimento de diversas culturas, modos de interação com o patrimônio edificado e natural. Ampliando o campo da preservação e salvaguarda de culturas e paisagens.

A cidade de São João del-Rei foi declarada como conjunto arquitetônico e urbanístico pelo IPHAN no ano de 1938, sua inscrição foi feita no Livro de Belas Artes e somente em 1947 foi delimitada a área urbana a ser preservada. Interessante observar que a maior parte das inscrições nesta época foi feitas apenas no Livro de Belas Artes, mesmo já existindo o Livro do Tombo Arqueológico e Paisagístico criado em 1937. No caso de São João del-Rei, o interesse pela paisagem começou a ser levado em consideração, legalmente, com a primeira iniciativa em prol da preservação da Serra que aconteceu no ano de 1988 com o Decreto Municipal número 1.654 que tomba a área em questão. Em 1993 foi criado o Parque Ecológico Municipal Serra do Lenheiro, mas ainda continua somente no papel.

Indagamos, existiria a cidade sem a Serra? Qual a relação entre a cidade e Serra? Considerar a Serra do Lenheiro apenas como moldura da cidade é restringir toda a sua importância histórica para o município de São João del-Rei e reduzi-la a um elemento de segunda importância, apenas no sentido contemplativo. E como os novos estudos vem nos mostrando, a Paisagem Cultural só se torna importante a partir da relação que o homem estabelece com ela.

A Arquitetura Popular Como Recurso Patrimonial, Etnográfico e Turístico: um estudo sobre La Alberca-Salamanca/Espanha

Rosana Eduardo da Silva Leal
rosanaeduardo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: turismo, desenvolvimento local, Patrimônio, arquitetura popular, espaço rural

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local, tendo como objeto de estudo La Alberca, pequeno povoado situado na Sierra de Francia em Salamanca/Espanha, declarado Conjunto Histórico Artístico Nacional em 1940. Atualmente a localidade destaca-se não só por preservar suas edificações e traçados

urbanísticos, mas também por considerar o turismo como mecanismo de fixação da população local e fonte de desenvolvimento, sendo reconhecido como importante destino turístico da zona rural de Castilla y León – Espanha. Dentre muitos dos seus elementos identitários, destaca-se a sua arquitetura popular, concebida como um testemunho dos modos de vida rural vivenciados no século XIX e XX. Trata-se de um dos principais representantes da tradição rural da província de Salamanca, que se apresenta como um recurso patrimonial e etnográfico local. Em La Alberca, a arquitetura popular não se constitui como um vestígio arqueológico, como acontece com muitas construções espanholas. Trata-se de um patrimônio ativo e vivenciado pelos seus antigos e novos moradores, bem como pelos visitantes e turistas. Assim, seguindo tal premissa, o presente trabalho buscar-se-á discutir o papel da arquitetura popular na representação simbólica do espaço rural, considerando as estratégias locais de uso turístico. O trabalho é parte das pesquisas desenvolvidas durante o período de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Ibero-América da Universidade de Salamanca/Espanha, que contou com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O estudo está inserido ao eixo temático “Identidade e Patrimônio Cultural” do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR, vinculado ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Para a elaboração do artigo, utilizamos da pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como técnicas de pesquisa a observação direta e do registro fotográfico. A pesquisa demonstrou que a arquitetura popular agrega um misto de técnicas, conhecimentos e tecnologias do homem do campo, valorizando a própria realidade local. Neste modelo arquitetônico, tem-se a valorização do indivíduo como produtor criativo, que busca a convivência com a natureza e seus semelhantes. Portanto, considerar a arquitetura popular é trazer à tona seu conteúdo cultural, que reflete necessidades, experiências e saberes do homem comum, que redefine o sentido de morar.

Patrimônio edificado na cidade contemporânea – O processo de salvaguarda e intervenção do edifício “Cine São Luís” - Juiz de Fora/MG

Claudia dos Reis Paiva
claudiareis_paiva@hotmail.com

Daniel de Almeida Moratori
Danielmoratori@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Intervenção, Paisagem cultural, Juiz de Fora

O edifício 213, conhecido popularmente como antigo Cine São Luiz, é uma das edificações importantes que compõe o Núcleo Histórico da Praça da Estação. Inaugurado em 1947, em estilo art deco, mantém suas características arquitetônicas em um contexto de edificações ecléticas. Compreendendo total de três pavimentos, o primeiro era destinado a uma área comercial, e os dois andares superiores voltados ao uso hoteleiro. Na década de 1950, essa área comercial acabou por se tornar um cinema, que acabou por refletir uma identidade relacionada a 7ª arte, que foi absorvida na memória coletiva da cidade durante suas décadas de funcionamento. A partir do processo de declínio, a edificação sofreu um processo de abandono, com modificações e demolições irregulares. Essa pesquisa contempla o estudo das transformações ocorridas na edificação em dois momentos. No primeiro, busca-se analisar desde sua construção até o processo de proteção, tanto do tombamento na esfera do Núcleo Histórico da Praça da Estação, como também da sua salvaguarda como edificação isolada. Nesse processo, busca-se identificar os valores que foram construídos historicamente para a memória cultural da cidade em relação ao imóvel. Num segundo momento, analisar os efeitos de proteção e a forma de intervenção no patrimônio edificado feito em 2014, com o projeto de restauração e revitalização do imóvel. Foram utilizados processos de tombamentos, arquivos do escritório responsável pelo projeto e entrevistas. Através desses elementos, foi delineada a trajetória da edificação. Como resultado, percebe-se a importância do Edifício 213 para o contexto da Praça da Estação e para a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade. Em 2014, foi feito um processo de revitalização e restauração do imóvel, onde a edificação tenta se reafirmar como elemento de importância no conjunto da Praça da Estação, demonstrando a evolução arquitetônica e da sociedade. O imóvel que teve sua importância no uso cultural da cidade pelo cinema, retornou ao seu uso original voltada ao comércio no pavimento térreo. As transformações dos espaços impõem novos usos e uma reinvenção da forma de se ver a edificação. Entender o método de intervenção em ambientes construídos protegidos nos faz entender o processo de valorização do patrimônio cultural, com uma série de conflitos entre os antigos usos e atuais, como também a relação de recepção dos usuários e da localidade em que se encontra.

Príncipe Hotel – Revitalização Conservação e Restauro

Tiago da Cunha Rosa
tiagocunhar@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização, Sustentabilidade social, Restauração

A Praça Doutor João Penido (Praça da Estação) constitui o principal núcleo histórico de Juiz de Fora, onde no final da década de 1870 se deu um grande desenvolvimento econômico, em decorrência do transporte ferroviário. Tal desenvolvimento trouxe consigo a atividade hoteleira, caso do Príncipe Hotel.

Com o Incentivo à indústria automobilística na década de 1960 e o encerramento da atividade ferroviária a área entrou em declínio, o que se refletiu nos edifícios do entorno. Hoje, o Príncipe Hotel se encontra em péssimo estado de conservação, requerendo intervenções imediatas. É neste contexto que surge a proposta de intervenção do mesmo.

As ações empregadas neste projeto seguem os preceitos do restauro crítico conservativo, derivado das propostas de Cesare Brandi, que defende que as ações devem ser pautadas nas instâncias estéticas e Históricas do bem em questão, a fim de garantir maior cautela com a mesma.

Ainda seguindo a postura Brandiana, o restauro proposto se guia pela Carta de Veneza, que prega o respeito pelo valor documental dos bens, valorizando sua passagem pelo tempo, pois como afirma Beatriz Kuhl ‘não se “volta” a estado algum anterior; “vai-se” em direção a uma conformação renovada’. Quanto ao uso do edifício, foi considerado o artigo 5º da mesma carta, que afirma que ‘a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade’, porém, reconhecendo o uso como meio e não como finalidade da conservação.

Segundo Flávio Carsalade, ‘É quando o patrimônio se liga com a vida e consegue realizar essa presença no cotidiano que se conserva’, portanto, é preciso designar ao bem tombado funções corentes com o público de seu entorno, a fim de criar conexões eficientes entre os mesmos, ‘pois a preservação só alcança êxito se legitimada pela sociedade e apoiada em instrumentos de sustentabilidade social e econômica’. (CARSALADE, 2010)

Para Salvador Viñas, a preservação é tanto mais ética quanto mais corresponde ao horizonte social, estendendo-se a todos os segmentos das sociedades envolvidas. Tal debate traz a necessidade de questões práticas de proposições de uso.

Por fim, após um rigoroso diagnóstico não só do bem, mas de seu entorno e de seu contexto urbano, os usos propostos respeitam a vocação comercial da área além de respeitar o perfil socioeconômico da população que ali frequenta. Tais medidas visam não somente a revitalização da área, mas buscam evitar o surgimento de um processo de gentrificação.

Patrimônio institucionalizado versus “patrimônio periférico”: a oralidade como forma de sobrevivência das minas de Ouro Preto, MG

Leila Medina Leite Féres
leila_medina@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Ouro Preto, Patrimônio Cultural, oralidade, Minas Gerais, minas

Para discutirmos as questões que perpassam o âmbito dos estudos relacionados ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial no Brasil, acreditamos na necessidade da compreensão dos variados contextos em que esses patrimônios se inserem.

Como estudo de caso utilizamos os diversos bens patrimonializados ou não patrimonializados, pertencentes à cidade de Ouro Preto, MG. Tais bens, inscritos nesse espaço físico, são nosso objeto de pesquisa para a Dissertação de Mestrado em História na UFOP.

Embasados nas fontes e bibliografias já consultadas, propomos dar início às discussões que envolvem os patrimônios institucionalizados versus patrimônios não institucionalizados (ou como muitos preferem: "patrimônio popular" não "protegido" pelas legislações). Na presente discussão proposta, optamos por compreender o patrimônio institucionalizado como resultado do processo de seleção e de confecção de documentação específica, salvaguardado e protegido por legislação, seja municipal, estadual ou federal. Nesse momento, sugerimos essas discussões apenas como forma de introduzir os debates que envolvem a temática, já que se trata de uma questão tão rica e cheia de possibilidades.

Pretendemos trazer à tona as deliberações sobre o patrimônio institucionalizado no Brasil, o que concerne aos seus meios de proteção e legislações que envolvem tanto os processos de Registro dos Patrimônios Imateriais, quanto os processos de Tombamento dos Patrimônios Materiais. Em contraponto, apresentaremos o estudo de caso das antigas minas desativadas da cidade Ouro Preto – vistas como patrimônio periférico, à margem do circuito turístico principal da cidade e, ainda assim, protegidas, valorizadas e exploradas turística e economicamente pela população local.

Com as referidas discussões, nos propomos examinar como a cidade de Ouro Preto – considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco – expressa sua política patrimonial e lida com seus diversos patrimônios periféricos, assim como intencionamos compreender a importância da cultura oral que sustenta a prática diária de difusão da história e do patrimônio local – oralidade esta expressa, principalmente, nos casos das minas não tombadas.

Dessa forma, propomos tais reflexões por acreditarmos na importância dos diálogos e trocas acadêmicas, responsáveis por nosso crescimento social e intelectual. Ademais,

consideramos que as questões que envolvem o Patrimônio Cultural estão sempre se renovando e necessitando de novos e atentos olhares.

A trajetória da proteção de bens culturais móveis no Brasil

Adriana Sanajotti Nakamuta
anakamuta@yahoo.com.br

Elis Marina Mota
elismarinamota@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Restauração, Preservação, Bens móveis, IPHAN

Este trabalho objetiva identificar e analisar aspectos das ações para proteção dos bens culturais móveis e integrados pelo IPHAN. O conceito de bens desta natureza só foi definido institucionalmente a partir da década de 1980 pela historiadora da arte e museóloga Lygia Martins Costa, contudo, desde as ações iniciais de tutela do patrimônio cultural selecionado pela instituição estes já estavam contemplados. Eles se distinguem do bem arquitetônico por possuírem a possibilidade de deslocamento, mesmo os bens integrados à arquitetura, podem ser removidos das superfícies que estão aderidos e serem transportados e transpostos a outros suportes. Assim, a proteção destes bens se torna complexa por serem mais vulneráveis a sinistros diversos.

Para refletir sobre as ações destinadas a proteção destes bens, abordaremos as legislações pertinentes e como elas interferiram na proteção legal destes, começando pelo decreto-lei 25 de 1937 que institui o tombamento e medidas que deveriam ser tomadas para a exequibilidade da proteção, mas que foram tardiamente instituídas, como registro de comerciantes de bens culturais, banco de dados de bens procurados; assim como as contribuições da Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 que proíbe “a saída do País de quaisquer obras de artes e ofícios tradicionais, produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obra de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades”; a resolução número 13 de 1985 do conselho consultivo do IPHAN para tombarem retroativamente os bens que compunham o acervo de monumentos já tombados; e posteriormente o projeto de inventário nacional de bens móveis e integrados – INBMI.

Com a finalidade de completar tais análises se torna fundamental compreender o histórico de ações estabelecidos no campo da restauração de bens culturais móveis dentro do IPHAN. A

trajetória do pioneiro Setor de recuperação de obras de Arte instituído informalmente em 1947, com o restaurador Edson Motta, formado no exterior, culminou em contribuições para a formação de mão-de-obra na área no país, que até então era escassa. Assim, a instituição atentou alguns olhares às questões dos bens desta natureza.

Políticas públicas de preservação do patrimônio

Priscila de Oliveira Teixeira
priscilaoteixeira1712@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tombamento, Patrimônio, Preservação

A proposta desse trabalho é decorrente da pesquisa iniciada em 2016 no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em que estudamos a patrimonialização da estação ferroviária na cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. A pesquisa parte do interesse, cada vez maior, de estudos relacionados ao patrimônio cultural e às políticas públicas para sua preservação e a tentativa de compreender a estação ferroviária enquanto patrimônio e objeto de identificação social através das memórias dos grupos envolvidos no tombamento e de membros da comunidade local que em algum momento estiveram envolvidos com as atividades do trem deu lugar a pensarmos a estação enquanto parte de um conjunto de bens tombados que são responsáveis pela construção da história do município e de como as políticas patrimoniais se aplicaram na cidade.

Neste sentido, observamos como a política de preservação aplicada no município faz parte de um contexto mais amplo, onde leis de incentivo à cultura e à preservação no âmbito estadual e federal ganharam ênfase no final dos anos 1980 e se prolongaram durante a década de 1990, revelando um caráter mais dinâmico e participativo da sociedade em que os bens estavam envolvidos.

Portanto, a pesquisa, nesse momento, encontra-se diante de compreender quais os grupos envolvidos com a patrimonialização dos bens tombados em Visconde do Rio Branco e como eles interferiram na escolha e seleção daqueles que representariam a história da cidade. Com isso, propomos uma análise sobre o processo de patrimonialização do conjunto histórico e arquitetônico tombado a nível municipal e os caminhos tomados para sua preservação.

Olhando para dentro: análises científicas do patrimônio documental histórico

PALAVRAS-CHAVE: análises científicas, Patrimônio documental histórico, Preservação, pesquisa histórica, conservação-restauração

A memória coletiva e documentada de uma sociedade, ou seja, seu acervo arquivístico, representa boa parte do patrimônio cultural existente. Por meio dos estudos de manuscritos é possível refletir sobre o desenvolvimento do pensamento, sobre descobrimentos e conquistas da sociedade humana. Segundo Edmondson (2002), considera-se que sua importância transcende os limites do tempo e da cultura, portanto deve-se preocupar com a preservação e disponibilização destes documentos para as gerações atuais e futuras. Grande parte do patrimônio documental histórico encontra-se em bibliotecas, arquivos e museus, instituições que, em sua maioria, fornecem condições de conservação e acesso a essas fontes de pesquisa. Porém, sabe-se de acervos documentais negligenciados, de propriedade privada ou institucional, que sofrem a ação dos agentes de deterioração e estão fadados à extinção. Conservar um documento original e proteger sua integridade significa que não se perde a informação textual e material, e não se fecha nenhuma possibilidade futura de preservação e acesso. Como medida de conservação e preservação do suporte celulósico, o acondicionamento mostra-se fundamental, evitando a ação dos principais agentes de deterioração, sendo eles a umidade, luz, calor e poluição. São vários os problemas que podem ocorrer com documentações devido às más condições de armazenamento e pelo próprio efeito do tempo como o desenvolvimento de microrganismos, acidez, sujidades, perda de resistência mecânica, aparecimento de manchas, ataque de insetos, entre outros.

A conservação-restauração de um documento está condicionada ao conhecimento das técnicas e materiais utilizados e também à avaliação crítica do contexto e função dos objetos. As análises científicas como exames organolépticos, documentação científica por imagem, espectroscopias e microscopias, aliadas à pesquisa histórica, mostraram-se muito úteis para identificar os materiais constitutivos da obra, porém nem sempre geraram um resultado definitivo, sendo que apenas a somatória de dados resulta em um diagnóstico assertivo. Os artefatos são examinados a fim de obter respostas relacionadas à história da arte técnica e sobre a origem do objeto. Desta maneira, o conservador-restaurador de bens culturais móveis terá subsídios científicos para definir os tratamentos mais adequados para determinada obra ou acervo, visando à preservação.

ST 26 - História Antiga e recepção da cultura clássica

Lorena Lopes da Costa

Doutora em História

UFMG

lorenalopes85@gmail.com

Igor Barbosa Cardoso

Doutorando em História

UFMG/CAPES

igorbcardsoso@gmail.com

Proposta do Simpósio

A produção historiográfica atual voltada à Antiguidade tem sido marcada pelo interesse sobre a recepção e a reapropriação da herança clássica em distintos momentos. Tal abordagem, destacando-se os trabalhos de François Hartog e Dabdab Trabulsi, tem renovado a historiografia dos estudos clássicos sem se furtar a enfrentar os consequentes problemas teóricos. Nesse ensejo, o ST "História Antiga e recepção da cultura clássica" tem o objetivo de estimular a interlocução entre os diversos pesquisadores que tenham como fonte de pesquisa as produções culturais do mundo antigo, além de dar vazão para o estudo em recepção da cultura clássica, entendida, junto a Hardwick, como os modos pelos quais essas produções foram transmitidas, traduzidas, selecionadas, suprimidas, interpretadas, reescritas, reimaginadas e re(a)presentadas por diferentes atores e grupos sociais, seja por meio do romance, da história, do cinema, do teatro etc. Preocupa-se, portanto, em colocar em debate tempos distantes que se comunicam através das produções culturais.

Comunicações

O desenvolvimento do pathos do sacrifício na arte e a influência nos processos de ordenação e orientação cósmica no Renascimento

Jefferson de Albuquerque Mendes

jefferson.mendes@icloud.com

PALAVRAS-CHAVE: pathos, arte, sacrifício

Esta apresentação pretende investigar o desenvolvimento do conceito de sacrifício, dos rituais arcaicos até as representações simbólicas no ato da missa cristã, na arte do Renascimento, em especial na relações que se estabelecem entre os processos de ordenação e orientação cósmica e o desenrolar a psicologia da ideia de sacrifício na cultura ocidental. Partindo da análise de imagens onde o ato sacrificial exacerbado se configura como uma parte dentro de uma totalidade indestrutível da natureza, cuja a vontade de apreensão figurativa o indivíduo traduz através de imagens. Orientar-se pelos cosmos seria então a capacidade e a forma encontrada pelo homem de tentar compreender aquilo da qual ele não tinha ou não saberia explicar por si só. Ao legar aos astros, através da capacidade de predição divinatória, o poder de controle e explicação do mundo material, o homem assumia a sua impotência perante aos astros e deuses ligados. A conceito de fatalismo astral surgia desse embate. Portanto que, no Renascimento, essa questão da influência determinante dos astros na vida do individuo ganha contornos de um debate ferrenho sobre quanto a astrologia controlava e determinava os acontecimentos do mundo terreno, e mais importante, se haveria escapatória aos ditames astrais. Com isso, a aspiração em superar o sacrifício humano para aplacar a ira dos demônios astrais se configura nas relações entre o homem e o mundo cósmico, como uma expressão de um pensamento estrutural traduzido através de uma concepção mágica do cosmos, ou seja, uma cosmologia aplicada.

Repetir para inventar: A recepção dos clássicos na França Ocupada

Rafael Guimarães Tavares da Silva
gts.rafa@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Falsificação, Literatura Francesa do Séc. XX, Estudos Clássicos, Recepção Clássica, História

Toda civilização estabelece suas bases e desenvolvimentos a partir de uma relação dialética entre tradição e inovação, na qual certas tendências prevalecem conforme as circunstâncias históricas específicas. Partindo da constatação de que períodos de guerra são especialmente delicados no que diz respeito à experiência humana no interior dessa dialética, pretendo sugerir que alguns escritores francófonos retomaram mais ou menos explicitamente textos e figuras da tradição ocidental para reescrevê-los durante o período de ruptura histórica que representou a ocupação da França pela Alemanha nazista: Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus e Jean-Paul Sartre esboçaram em obras escritas nesse período um aparente retorno a mitos tradicionais da civilização helênica. Gostaria de analisar esse “retorno” – suas possíveis

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

razões e implicações, tanto do ponto de vista social quanto filosófico –, valendo-me para isso do conceito de “falsificação”, nas linhas daquilo que foi desenvolvido recentemente por Lorena Lopes da Costa (2016).

O passado mítico de Mussolini ou a releitura da releitura do mito de Roma

Marcelo Rocha Brugger
mrbrugger@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Augusto, Mussolini, Roma, Itália

Este trabalho tem por objetivo analisar como Benito Mussolini apropriou-se da narrativa da Roma de Augusto para (re)construir, a partir de adaptações, uma identidade para o povo italiano e para a Itália, a Roma de seu tempo. A partir disso, analisamos também como o próprio Augusto, ainda no século I a.C., cultivou também uma narrativa, a partir de um passado, para também (re)construir a identidade do povo romano, valendo-se da construção de uma literatura (ou imaginário) oficial (o que encontramos na Eneida de Virgílio e nas próprias Res Gestae Divi Augusti). Ambos os governantes criaram uma história a partir de outra, sendo um a história fundadora de outro, em uma relação de apropriação e renovação, bem como seleção e recortes. A história como mito, na perspectiva de Cassirer, é um jogo onde um pode se fazer a partir do outro (história e mito/narrativa). São esses os objetivos desta investigação.

A Ilíada e o herói na obra de João Guimarães Rosa

Lorena Lopes da Costa
lorenalopes85@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: rosiano, Guerra, épico, Herói, Morte

A morte de heróis é um tema permanente no sertão rosiano. Ela coroa a valentia, a honra, tornando-os, finalmente heróis. João Guimarães Rosa se interessa por essa lógica, qual seja a de um fim glorioso capaz de arrematar as grandes ações dos grandes jagunços. Sua (re)leitura da Ilíada e da Odisseia, em 1950, e as anotações que o escritor faz sobre os heróis não deixam dúvida que ele quis que seus heróis dialogassem com os da tradição. Somam-se a isso as conhecidas histórias de famosos matadores do sertão histórico, sobre o qual Rosa pedia a seu pai para lhe contar mais. A morte e a violência são temas, ademais, que impregnam a atenção e a imaginação nos anos que antecedem sua (re)leitura de Homero, quando, em Hamburgo, ele é testemunha da Segunda Grande Guerra. Várias frentes, portanto, parecem contribuir para a

criação do sertão rosiano: onde o herói mata para não morrer e onde seu corpo deve ser cuidado, chorado e sepultado, mas, não necessariamente ele poderá ser. A presente comunicação pretende, pois, observar e discutir de que forma João Guimarães Rosa desenha a figura do herói e em quais aspectos essa figura atualiza o herói épico.

"Divinum opum sedat dolorem": a retórica Antiga para alívio (d)e dor

Igor B. Cardoso
igorbcardoso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Drogas, Retórica clássica, Proibicionismo

Em 30 de março de 1961, a “Convenção Única sobre Entorpecentes” reuniu países signatários da ONU com o objetivo de limitar a posse, o uso, a troca, a distribuição, a exportação, a manufatura de drogas exclusivas para uso médico e científico, além de combater o tráfico de drogas consideradas ilícitas, por meio de ações internacionais coordenadas. No Brasil, a discussão em torno do tema se estendeu no parlamento até que em 27 de agosto de 1964 o presidente Castelo Branco a promulgou sob Decreto de n. 54.216. Em favor dessa medida, foram mobilizados discursos de autores da Antiguidade a fim de autorizar o argumento proibicionista. Pretende-se identificar e analisar a eficácia desse recurso retórico para o aparelhamento do Estado na repressão ao tráfico e consumo de drogas consideradas ilícitas.

Um modelo de homoerotismo na Antiguidade: a paiderastia, o Velho Testamento e o Mito Babilônico

Daniel Barbo
danielbarbo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: homoerotismo, Antiguidade

Estudo comparativo de três tradições narrativas de amizade entre duplas de guerreiros: Gilgamesh e Enkidu na epopeia babilônica, Davi e Jonathan nos dois livros de Samuel no Velho Testamento e Aquiles e Pátroclo na Ilíada de Homero. A intenção deste estudo comparativo é analisar a paiderastia grega numa perspectiva espaço-temporalmente mais ampla, no contexto de uma tradição mais antiga de companheirismo heroico do oriente próximo, conforme a tradição das mitografias babilônica e hebraica.

Técnicas de navegação e de construção naval na Odisseia, de Homero: religião, economia e maritimidade na Idade do Ferro/Época Arcaica

Martinho Guilherme Fonseca Soares
martinhoesoares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: “Possêidon”, “Técnicas de navegação/construção naval”, “Atena”, maritimidade, “Odisseia”

A Odisseia, poema que a tradição legou autoria a Homero, veio a conhecer sua forma escrita por volta de 750 a.C., no decorrer da Época Arcaica grega, a qual se estendeu entre os séculos VIII e V a.C. Trata-se de uma longa tradição oral que reúne elementos de um período anterior, a Idade do Ferro e os fundi com a Época Arcaica. O poema aborda, desse modo, elementos dos dois momentos históricos que tem, em comum, o mar na condição “[...] meio de comunicação com o mundo exterior” (FLORENZANO, 2009, p. 106) e de fornecimento de víveres.

Nesse contexto, o desenvolvimento de embarcações e de técnicas de navegação tornaram-se condição primeira para bem se navegar no Mediterrâneo, num momento em que os gregos se abriam para a conquista e ocupação de territórios no além-mar. A Odisseia fala de um povo organizado socialmente que no século VIII a.C., e até mesmo antes, já era capaz “[...] de tomar coletivamente decisões importantes como, por exemplo, enviar para além dos mares, para a Itália meridional e a Sicília, grupos de emigrantes com o objetivo de fundar colônias, isto é, cidades novas como Cumas, não longe de Nápoles, ou Siracusa, na Sicília (VIDAL-NAQUET, 2011, p.15).

Nesse percurso, os deuses se fizeram presentes a todo o momento. Uns contra e outros a favor de Odisseu, personagem principal da narrativa. Navegar no Mediterrâneo demandava estar sob a proteção das divindades, em especial, Possêidon, identificado na narrativa como “monarca dos mares”. Ao mesmo tempo, tal empreitada exigia o conhecimento de técnicas de construção de naval, às quais identificamos como estando associadas à Atena, deusa que acompanhou a Odisseu e Telêmaco, seu filho, assim como aos nautas que formavam seus séquitos. A navegação estava associada a um saber comum, compartilhado entre esse corpo específico de homens. Atena é associada à méti, sabedoria. Nossa perspectiva é de que, a simbologia por detrás da méti de Atena, representa uma tékhne, ou seja, um conjunto de técnicas específicas sobre embarcação que aliadas a outros elementos de natureza econômica, constituíram elementos de uma maritimidade grega, termo “[...] entendido como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço

particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo” (DIEGUES, 2003, p. 1). São esses elementos que iremos discutir na presente comunicação.

Ressignificando o lugar social feminino na comédia antiga: o teatro aristofânico e a mulher como símbolo de alteridade em Atenas

Anne Caroline Santos Nunes
anne-lyne@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teatro grego, Comédia Antiga, História das Mulheres, Aristófanes

O presente trabalho busca discutir a elaboração de uma historiografia de gênero em torno das pesquisas que estudam os espaços sociais femininos na Antiguidade Clássica e o surgimento do teatro ateniense, tal como as interlocuções entre o processo de construção e desenvolvimento urbanístico da pólis e a evolução física teatral e dos gêneros dramáticos. Além disso, objetiva analisar a obra “Lisístrata” escrita pelo dramaturgo Aristófanes aproximadamente em 411 a.C., a partir da perspectiva da representação feminina na sociedade grega por meio da comédia. Em grande parte da literatura da antiguidade eram expostas situações que envolvessem representações masculinas, seja na mitologia, na comédia, na tragédia e na historiografia. Às mulheres cabia apenas o papel de esposa, mãe e responsável pelo lar ou oferecimento de prazer. Aristófanes retrata o lugar social feminino como sinônimo de luta e quebra de paradigmas. Na peça analisada, as mulheres utilizam a greve de sexo como artifício para pôr fim à Guerra do Peloponeso e estabelecer um acordo de paz. É dada a elas a condição hipotética de cidadania durante a tomada de decisões políticas. “Lisístrata” nos sugere a mulher como símbolo de alteridade e diferença na pólis. A História das mulheres, portanto, em seu percurso na historiografia em geral, foi ganhando destaque em diferentes temporalidades e inserindo-se, tal como em outros recortes teóricos, nos eixos das pesquisas sobre antiguidade, principalmente tratando-se da antiguidade clássica. Por essa razão, torna-se fundamental o estudo do lugar social feminino analisando, a partir da dramaturgia grega antiga, a mulher como um “quase encontro” da cidadania com a diversidade, como um símbolo de questionamento da ordem sobre todas as outras alteridades do período. Pretende-se, por meio da leitura histórica do texto, entender as condições do imaginário social feminino e diante da necessidade de uma escrita sobre a História das mulheres na Antiguidade, procurou-se reconhecer os papéis sociais femininos a partir da visibilidade conferida à mulher no teatro, precisamente na comédia antiga. O trabalho visa proporcionar um debate acerca da literatura antiga como fonte para avaliação das relações de poder entre os gêneros,

sobre os quais se percebe a importância do discurso mitológico, social e literário para compreensão do imaginário grego masculino sobre a mulher.

A controvérsia na historiografia grega antiga como objeto de estudo

Denis Renan Correa
tecnocaos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Controvérsia historiográfica, Grécia Antiga

Na historiografia grega antiga há muitos exemplos de confrontos intelectuais abertos em torno de fatos e/ou argumentações históricas, ressaltando o criticismo e a competição constante entre historiadores antigos. A tradição historiográfica grega é rica em polêmicas desde sua gênese, no entanto há poucos estudos sobre este hábito intelectual de discordar e refutar adversários no que diz respeito às suas narrativas, e também sobre o papel da controvérsia para o gênero historiográfico como um todo. Quais são as preocupações dos comentaristas modernos ao notar e discutir desacordos e debates entre historiadores antigos? Autores como Donald Lateiner, Gordon Shrimpton, Hans-Joachim Gehrke e Katherine Clarke abordaram o tema da controvérsia historiográfica com diferentes propósitos, mas não como um objeto central de suas preocupações. A comunicação se dedica a fazer um mapeamento bibliográfico do tema da controvérsia historiográfica grega antiga nestes autores modernos, e também analisar exemplos de controvérsias em Heródoto (II 143-144; V 97-106; VI 137) e na aristotélica Constituição dos Atenienses (9, 14 e 17) que são comentados por estes autores. A discussão bibliográfica é uma etapa para a formação de um problema de pesquisa em torno da controvérsia historiográfica grega antiga de forma que ela possa constituir-se como um objeto de estudo independente.

Fronteiras culturais nas Histórias de Heródoto: a representação negativa do território dos líbios (séc. V a.C)

Gabriela Contão Carvalho
gabicontao16@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Líbia, Heródoto, Território, Heterotopia, Clássica, Grécia

Temos por objetivo de pesquisa analisar a obra de Heródoto, Histórias, especificamente a livro IV, no qual o autor constrói uma narrativa sobre a comunidade da Líbia. Elaborada no século V a.C. a obra nos fornece uma gama de informações que nos permitem visualizar a forma com que os gregos interagiam com as demais comunidades, mostrando como o território, o

espaço geográfico interfere diretamente no comportamento e no costume desses povos. Assim, Heródoto ao “descrever” o território dos líbios constrói uma representação desse povo, baseada nos preceitos morais helenos. Para tanto, empregamos os conceitos de espaço, território, heterotopia e fronteira a fim de analisar a representação que faz Heródoto do território ocupado pelo ‘outro’, pelo líbio, convertendo-o numa heterotopia, num espaço degradado e sem atrativos. Acreditamos que essa representação negativa que faz o autor a respeito de tais costumes está diretamente relacionada ao espaço no qual comunidade habita.

História constitui-se como uma obra de grande valia para a formação do olhar dos gregos diante do estrangeiro, o “bárbaro”, aquele que se caracteriza como diferente. A partir dessa constatação podemos observar a construção da retórica da alteridade presente na obra de Heródoto, à qual o autor recorre para caracterizar, ou seja, representar o estilo de vida dos outros povos. Embora Heródoto seja um indivíduo, ele também caracteriza-se como um sujeito coletivo, que está inserido em determinada sociedade e carrega consigo uma bagagem cultural helênica. A obra de Heródoto é de extrema importância para a elaboração de uma identidade coletiva grega, pois ao ser lida em público por volta de 445 a.C., proporcionou a elaboração de uma identidade cultural, em contraponto com os costumes de outras comunidades que Heródoto representa. Ao mesmo tempo auxiliou a construção de um imaginário sobre tais comunidades, como é o caso dos líbios.

As moedas da dinastia flaviana: os usos alternativos da cultura material

Esther Salzman Castellano
stheh.castellano@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pão e circo, coliseu, numismática, dinastia flaviana

Na década de 1970, Paul Veyne escrevia sua dissertação sobre a política do pão e circo. Veyne é o ponto de partida para minha pesquisa de mestrado, que visa a utilização da cultura material para nova análise do entretenimento romano no primeiro século. O recorte temporal da Dinastia Flaviana foi escolhido por serem esses os Imperadores responsáveis pela construção do Amphitheatrum Flavium - ou Coliseu -, uma das construções mais importantes do Império Romano, que traz consigo diversas faces, mas principalmente a cultural e política. Para abordar este tema, a apresentação de algumas moedas do acervo online da American Numismatic Association e a visão de alguns autores da atualidade serão postas para dialogar a mesma temática da dissertação de Paul Veyne e nos questionarmos até que ponto o conceito de pão e circo é

realmente aquilo que aprendemos: dar comida e entretenimento aos pobres para contenção de revoltas.

Os gauleses e germanos no De Bello Gallico de Caio Júlio César: reflexões sobre barbárie e civilidade

Priscilla Adriane Ferreira Almeida
prisadriane@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gauleses, Germanos, César, Retórica, Alteridade

Roma desde cedo tivera contato com o estrangeiro, estrangeiro esse que ela tem contato, submete e combate. Pela própria duração do império, o contato dos romanos com nações consideradas bárbaras foi mais duradouro e profundo do que o contato que os gregos tiveram com os povos externos. A ameaça dos celtas sempre foi antiga, e Roma inclusive foi saqueada por esse povo no início do século IV a.C. Quanto aos germanos, esse povo nunca será definitivamente conquistado pelos romanos.

Sabemos que os gauleses – e também os germanos – não deixaram nada escrito a respeito de si mesmos, e sua história e cultura apenas é conhecida através de relatos de terceiros. O De Bello Gallico, também conhecido em português como Relato da Guerra da Gália, foi composto por César em sete livros, nos quais se desenrola a narrativa da conquista da Gália pelo general romano - narrativa essa repleta de confrontos - além da descrição da geografia, costumes e cultura das tribos que habitavam essas regiões. Para essa comunicação escolhemos César porque, durante seus nove anos de campanha na Gália, ele vai penetrar em um território alheio, em um universo desconhecido e temido pelos romanos. Ele aprenderá a conhecer os diferentes graus de ferocidade (ferocitas), a diversidade de povos célticos e de tribos germânicas, e observará a instabilidade política e social dessas nações, bem como observar sua cultura e sua bravura.

O que nos propomos a fazer neste trabalho é justamente estudar a fundo alguns registros de César sobre os gauleses e germanos, e de como se opera essa construção da imagem do bárbaro, imagem essa que pode ser bastante complexa. A palavra bárbaro, que para os gregos originalmente designava os povos estrangeiros, depois se tornou sinônimo de falta de civilização, selvageria, crueldade. Exploraremos os argumentos empregados por César para descrever os gauleses e germanos, analisando o tipo de vocabulário empregado para essas representações, bem como examinar as recorrentes figuras representativas, como, por exemplo, o clichê de retratar os gauleses e germanos como homens altos, fortes e corajosos, porém não muito inteligentes ou

confiáveis, além de abordar outros aspectos culturais relacionados sobre o que era considerado civilizado para um romano do século I a.C.

Poder, Política e Escravidão no De Re Rustica de Columella

Helton Lourenço Carvalho
carvalhohl@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: poder, política, escravidão, vilicus

A temática desta pesquisa insere-se nos estudos sobre escravidão e poder no Alto Império Romano tendo como fonte de pesquisa o tratado sobre a agricultura de Lucius Iunius Moderatus Columella intitulado De Re Rustica, escrito no século I d.C, durante o principado do imperador Nero (54-68). Este tratado versa sobre os procedimentos que um proprietário deveria seguir para a constituição e funcionamento de uma unidade produtiva, a villa. Na historiografia moderna sobre a antiguidade Clássica a escravidão foi abordada inicialmente sob um ponto de vista econômico. No entanto, sem minimizar as importantes contribuições desta historiografia, avaliamos que para além de uma racionalidade econômica a escravidão no De Re Rustica se afirmava em nível moral e político. Nessa perspectiva, consideramos que a abordagem da escravidão na historiografia é múltipla e que se transforma com relação ao posicionamento espacial e temporal dos sujeitos que a operam, sendo, portanto, estas diferentes representações uma fronteira que articula e integra reciprocamente fontes literárias e linguagem historiográfica. Deste modo, além da esfera econômica, utilizaremos a escravidão como uma linguagem política que analisada de forma metafórica nos permite mapear questões pertinentes da política na sociedade romana. Esta interpretação nos permite avançar na reflexão dos fatores e discursos utilizados na integração política entre Imperador e a elite aristocrática. Sendo assim, nos centramos nos aspectos morais e políticos que norteiam o modelo de gestão ideal da unidade produtiva e os seus desdobramentos como modelo ideal de gestão pública do império. Neste sentido, avaliamos como as relações de poder estabelecidas entre senhor e o vilicus (capataz) e os demais escravos mimetizavam as relações de poder entre o imperador e a aristocracia. Sendo assim, a promoção de escravos competentes e diligentes no interior da escravaria tinha por objetivo desmobilizar os escravos enquanto classe. Com isso, a hierarquia de funções criava um ambiente de competição visando à proximidade com o senhor. Transferido para o plano político, esta hierarquia competitiva espelhava a competição inter-aristocrática por proximidade à casa imperial.

As transformações no conceito de Antiguidade Tardia

Raphaella Prado da Cunha Bittencourt

bitt.raphaella@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Peter Brown, Declínio, Edward Gibbon, Conceito, Antiguidade Tardia

Nossa proposta é apresentar um panorama sobre o debate historiográfico a respeito do fim do Império Romano do Ocidente e a maneira pela qual as transformações observadas proporcionaram variadas interpretações.

Por tanto, analisamos, o surgimento do conceito “Antiguidade Tardia” ou por vezes, designado como Baixo Império que é apresentado, em uma historiografia tradicional, como um período de decadência do Império romano, esse pensamento é característico de uma historiografia na qual durante anos voltou-se principalmente para os fatos políticos, assim como a disciplina História em geral. Portanto, como consequência dessa linha, as pesquisas sobre o “final” da civilização grego-romana resultavam nas invasões bárbaras e no fim do Império Romano do Ocidente. Porém, na realidade a composição da época é marcada por alterações profundas que definem outra antiguidade: o mundo tardo antigo. Mediante a isso, partiremos das análises políticas sobre o final do domínio romano, dando enfoque principalmente as contrições do Edward Gibbon e do Peter Brown, ao máximo da emergência do conceito de Antiguidade Tardia.

Essa interpretação é possível devido a pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A audientiae episcopales a luz Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum” e desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da Professora Doutora Érica Cristhyane Morais da Silva.

A permanência da cultura clássica na Antiguidade Tardia: uma análise a partir do rito e do espaço do convivium romano

Jenny Barros Andrade

jennyb.andrade@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Convivium, Cultura clássica, Antiguidade Tardia

O objetivo da comunicação é analisar a permanência de elementos da cultura clássica no convivium tardo-antigo. O banquete foi uma das ocasiões sociais mais marcantes na Antiguidade Clássica, sendo realizado durante as distintas fases da vida do indivíduo. Consistia em uma

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

cerimônia de relevância nos meios aristocráticos, por meio da qual identidades e hierarquias eram construídas e reforçadas, demarcando assim o status social dos convivas. Através do espaço do banquete e de seu rito, é possível constatar a presença de elementos da cultura clássica que eram utilizados pelos anfitriões como forma de demarcar sua identidade como um membro da elite, além de exibir seu poder e riqueza. Tais aspectos serão analisados por meio dos mosaicos encontrados na Villa del Casale, localizada próximo à Piazza Armerina, na região da Sicília.

Imagem e Poder: a construção da imagem dos líderes bárbaros na obra de Procópio de Cesareia

Stephanie Martins de Sousa
stephannemartins@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Líderes bárbaros, Justiniano, Procópio de Cesareia, Bizâncio

Procópio de Cesareia (490-562) foi um historiador bizantino que escreveu a coleção de livros intitulada História das Guerras, publicada entre 551 e 554. Nessa obra são narradas as guerras de “reconquista” promovidas pelo imperador Justiniano no século VI, com o objetivo de retomar para o Império o domínio sobre seus antigos territórios nas fronteiras da Europa Ocidental, no norte da África e na Pérsia, que estavam sob o domínio (de godos, francos, lombardos e vândalos) e dos persas. Essas campanhas militares trouxeram consequências de ordem política e cultural na medida em que almejavam um império cujas fronteiras agregavam diversos povos e territórios. Tal marca do governo de Justiniano não envolveu apenas uma política de restauração territorial, mas incluiu também, no plano ideológico, determinadas concepções do poder imperial para legitimar sua posição em Bizâncio. Assim, o objetivo deste trabalho é problematizar como Procópio constrói, em sua narrativa das guerras, as imagens das lideranças políticas envolvidas nas lides bélicas, com o intuito de compor exemplos positivos e negativos a serem considerados por Bizâncio.

ST 27 - Diálogos entre História e Comunicação Social

Márcio dos Santos Rodrigues

Doutorando em História

UFPA

marcio.strodrigues@gmail.com

Marina Helena Meira Carvalho

Doutoranda em História

UFMG

marinahmc@yahoo.com.br

Gabriela Silva Galvão

Doutoranda

UFMG

gabisgalvao@gmail.com

Proposta do Simpósio

A relação entre as diversas mídias e o conhecimento da História tem conquistado crescente espaço nos trabalhos acadêmicos, principalmente em razão da recente valorização das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Os meios de comunicação são excelentes lócus para o conhecimento da História não só da mídia, como também, por meio da mídia. Se o primeiro significado aponta para a historicização dos meios, os colocando como objeto de pesquisa e informado sobre determinada cultura material, a segunda abordagem os utiliza como fontes responsáveis por representações de experiências humanas, às quais se ligam com problemáticas contemporâneas ao meio. As mídias também são instrumento de difusão do conhecimento. O presente simpósio visa a reunir trabalhos que utilizem as diversas formas de meios de comunicação, tais como jornais, revistas, fotografias, propagandas, histórias em quadrinhos (HQs), programas de televisão, rádio, cinema, redes sociais, entre outras, como fonte ou objeto de pesquisa, não só no campo histórico, como também das demais áreas. Existe amplo e pouco estudado leque de possibilidades investigativas acerca das mídias.

Pensar em uma pesquisa de interface entre História e Comunicação é investigar o contexto semântico de elocução e de produção, a cultura material e simbólica de determinada

época, as representações e os discursos construídos, as relações com o poder, dentre muitas outras questões. Analisa-se, destarte, o que foi produzido, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se deu a recepção pelo público. Esses elementos também podem ser levados em conta para pensar nas mudanças pelas quais a propagação do saber vem sendo feita nos últimos anos. É notório que os meios de comunicação são usados como forma de divulgação de pesquisas desde pelo menos o final do século XIX, tendo esse fenômeno crescido consideravelmente durante o século XX, sobretudo a partir da popularização de meios como o rádio, as revistas e a televisão. Entretanto, essa ocorrência cresceu exponencialmente nos últimos dez anos por meio da internet e, sobretudo, das redes sociais.

Como podemos ver, as relações entre o conhecimento histórico e a Comunicação Social são amplas e não é intenção esgotá-las, pelo contrário. O Simpósio Temático será uma maneira ímpar de discutir e problematizar essa interface, contribuindo para o incremento e divulgação da pesquisa na área.

Comunicações

A Idade Média no Cinema: Representações de Francisco de Assis nos Filmes de Franco Zeffirelli e Liliana Cavani

Nathália de Ornelas Nunes de Lima
nathaliadeornelas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Francisco de Assis, Idade Média, cinema

O trabalho tem como objetivo discutir as representações de Francisco de Assis e aspectos culturais e socioeconômicos da sociedade europeia da Idade Média Central abordados em duas obras cinematográficas que buscam traçar um perfil biográfico do santo, uma das figuras mais importantes do Ocidente Medieval e que viveu aproximadamente entre os anos de 1181/1182 até 1226. Os filmes analisados são *Brother Sun, Sister Moon* (1972), de Franco Zeffirelli, e *Francesco* (1989), de Liliana Cavani, ambos cineastas italianos.

De sua confortável vida como um jovem filho de comerciante de tecidos até a consolidação da Ordem Franciscana e seu exílio, os longas-metragens pesquisados abordam episódios tradicionalmente relatados em obras de caráter hagiográfico sobre Francisco, tais como

a Legenda Maior e a Legenda Menor, de São Boaventura, compostas na segunda metade do século XIII. Porém, os filmes adotam estratégias distintas e trazem inovações nas abordagens que propõem para o período histórico retratado.

Como contribuições teóricas que embasam a pesquisa estão, entre outras, as de autores como Ferro (1992; 1995) e suas considerações sobre as relações entre história e cinema e Aurell (2006) e Macedo (2009), que apresentam, respectivamente, as noções de “novo medievalismo” e “medievalidade”.

O espiritismo numa perspectiva histórica na teledramaturgia brasileira

Marcos Vinicius Meigre e Silva
marcosmeigre@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo, Telenovela, Estilo televisivo

A proposta deste trabalho é analisar os modos de construção visual da religiosidade espírita em telenovelas brasileiras, com enredo assentado na referida doutrina. Adotando uma perspectiva histórica para esta tarefa, pretende-se analisar três telenovelas da TV Globo, produzidas e exibidas nas últimas décadas: *A Viagem* (Ivani Ribeiro, 1994), *Alma Gêmea* (Walcy Carrasco, 2005) e *Além do Tempo* (Elizabeth Jhin, 2015). Como aporte metodológico, interessa-nos vislumbrar a materialidade audiovisual para investigar quais funções os cenários/cenografia, movimentos de câmera, efeitos gráficos, visuais e sonoros, bem como outros recursos, podem exercer na significação da religião espírita. Partimos da concepção de Butler (2010), para quem todo produto televisivo possui estilo e este é importante na conformação da mensagem em TV. Entendemos estilo como todo padrão técnico de imagem e som que exerçam funções dentro do texto televisivo. Averiguaremos eventos narrativos nas três produções consideradas, partindo do entendimento de evento narrativo como uma micro-história, com início, meio e fim, contada em poucos capítulos de uma trama (ROCHA, ALVES, OLIVEIRA, 2013).

Reconhecemos a audiovisualidade como um importante elemento conformador das produções televisivas, ficcionais e não-ficcionais, e partimos do pressuposto de que as pictures, como as define Mitchell (2005), devem ser entendidas em sua complexidade, sem aprisioná-las em concepções preliminares ou julgamentos de valor. É necessário deixar as pictures nos conduzirem nas análises. Neste trabalho, entendemos que a condução das pictures nos indicará importantes aspectos quanto ao modo da mídia televisiva figurar uma religiosidade de ampla

visibilidade em nosso país, com notório destaque social. A partir do recuo histórico pretendido, será possível identificar matizes da conformação sociocultural brasileira em cada uma das últimas três décadas consideradas e entender de que maneira a televisão reverberou, negligenciou ou reconfigurou os preceitos espíritas através da ficção.

O Templário, o Sangue e a Honra: pensar o que é a Idade Média através do cinema

Vitor Augusto Pereira
vitor.54apple@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Alexander, Eisenstein, Média, Nevisky, cinema, Idade

A Idade Média é um dos períodos históricos mais privilegiados como fonte de inspiração para os cineastas. Temos muitos filmes que constituem diversos pontos de vista sobre o assunto. A atração que a Idade Média exerce sobre as produções do cinema e a sua tradução por meio da linguagem cinematográfica constituem problemas legítimos.

Atentar aos sentidos construídos para a Idade Média a partir dessa linguagem torna premente a necessidade que o historiador, especificamente o medievalista, tem de refletir sobre os problemas apresentados acima. Não podemos ver o filme como um mero produto da sociedade, é preciso compreender como se traduz as experiências históricas e se constituem os discursos sobre elas.

Especificamente, tomamos como exemplo o filme soviético “Alexander Nevisky” de 1938, que pretende representar o conflito entre a aristocracia de Novgorod e os Cavaleiros da ordem Teutônica, especificadamente “A Batalha do Gelo” de 1242. Propomos que discutir o filme vai além de relacioná-lo de forma direta com o panorama soviético de finais dos anos trinta, mas considerar a tradução cinematográfica de um elogio ao povo russo sob a perspectiva de S. Eisenstein (1898-1948).

Considera-se que as representações históricas, sob as lentes cinematográficas, alcançam um nível considerável de divulgação das experiências do passado, difundindo entre o público ideias e imagens do passado medieval. Nesse sentido, a pertinência da presente proposta de pesquisa salienta-se, entre outras coisas, pela necessidade de expandir o diálogo da universidade

com a sociedade a partir da problematização de uma de suas componentes mais relevantes: o cinema.

Apontamentos sobre a ação do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCPD) em relação às telenovelas (1970-1988).

Gabriela Silva Galvão
gabisgalvao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Censura, Telenovela, ditadura militar, Rede Globo

A censura foi uma realidade no Brasil desde, pelo menos, o início da Primeira República até a promulgação da Constituição de 1988. Dessa forma, desde a inauguração da televisão em 1950 o veículo se tornou um alvo da Censura Federal em função da facilidade de propagação de sua programação nos lares brasileiros, sobretudo, a partir da década de 1960. Um dos programas televisivos mais populares foi e ainda é a telenovela que principalmente a partir de 1970 passou a receber mais atenção do Serviço de Censura de Diversões Públicas e, posteriormente, do Departamento de Censura de Diversões Públicas, órgãos responsáveis pela avaliação, daquilo que podia ou não ir ao ar. Ao analisarmos a documentação dessas instituições nas décadas de 1970 e 1980 podemos constatar como o ideário conservador vigente durante a Ditadura Militar Brasileira se fez presente, sobretudo na proibição da veiculação de temas polêmicos como violência urbana, homossexualidade, adultério, sexo antes do casamento, entre outros assuntos.

Autoridade Compartilhada da Ditadura Civil-Militar: História Pública e Cinema na Formação do Imaginário da Guerrilha do Araguaia

Gabrielle Cristine Bezerra Leitão
gabrielleleitao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: consciência histórica, cinema, Guerrilha do Araguaia, Compartilhamento

O presente artigo pretende entrar nos debates da utilização de outros meios para se construir a consciência histórica. Nesse caso é a produção filmica "Araguaia - A conspiração do silêncio", de Ronaldo Duque, que será problematizada dentro desse compartilhamento da história. Esse projeto surgiu de uma percepção de que os estudos historiográficos, de longa duração, propostos por entes dentro da academia, tendem a permanecer no âmbito acadêmico.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Mas e a consciência histórica da grande população, é adquirida de onde? Partindo dessa primeira problemática e por eu fazer parte do grupo de pesquisa "UFPA e os Anos de Chumbo" da professora Edilza Fontes, resolvi introduzir isso à ótica da ditadura civil-militar. Os debates dentro dessa questão ainda necessitam de maiores espaços e um filme como "Araguaia - A conspiração do silêncio", levando a público uma imagem de um conflito como o ocorrido em Conceição do Araguaia, no estado do Pará, é no mínimo fonte de análise para uma legitimação. Sendo assim, o meu objetivo com esse projeto não é diretamente dizer o que de comprovação histórica tem nessa produção fílmica, mas mais efetivamente é expor através da leitura do diretor, das fontes utilizadas, das formas de narrativa, dentre outras questões, o recorte feito e o que isso trás para a construção de uma identidade nacional, de uma consciência história dum momento limite ocorrido nacionalmente.

Entre mídias: Como o Jornal do Brasil tratou o processo de concessão de canais de TV para o empresário Sílvio Santos, uma análise dos anos de 1979 a 1982

Tulio Henrique Bernardino de Paula
henrique-tulio@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Mídias, Regime Militar., Historiografia, Comunicações, Sílvio Santos

Este trabalho visa entender a complexidade e a importância da TV brasileira sob uma perspectiva histórica – sobretudo no que concerne à História do Tempo Presente – buscando pontos chave de sua relação intrínseca com as massas por meio do discurso e em suas tradicionais esferas: relações sociais, cultura, política e identidade na contemporaneidade, assim como sua relação com a imprensa, levando em conta o discurso vigente da mesma na época.

Particularmente – enquanto recorte histórico – busca-se compreender, o período de 1979 a 1982, anos sob o regime militar, e sua relação direta com as mídias, em especial com a trajetória do Sr. Senhor Abravanel (popularmente conhecido como Sílvio Santos), de modo que desperte questões cruciais para o estudo midiático dos meios de comunicação da época, como a relação entre mídias, os motivos que levaram o empresariado a desejar a concessões de canais de TV e os meios que utilizaram para conseguir tais concessões.

Como objetivos norteadores da pesquisa, intenta-se compreender a política de concessões para as TVs brasileiras, em especial a trajetória de Sílvio Santos e o SBT. Investigar a relação entre mídias, sobretudo o Jornal do Brasil e a TV. Classificar e enumerar certos discursos

contidos na TV e jornais, especialmente sobre a pessoa de Sílvio Santos e, por fim, relacionar certas nuances disponíveis nas mídias supracitadas sobre o período.

Regulamentação da mídia no Brasil: imprensa e poder político (1950-2013)

Carla Corradi Rodrigues
carlacorradirodrigues@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Regulamentação, mídia, Cultura Política

O debate em torno da regulamentação da mídia voltou à tona nos últimos anos. Em 2013, o jornal O Globo veiculou um editorial em que acusava políticos de desejarem implantar um tipo de regulação entendido pelo periódico como censura. A emergência desse debate em um contexto de efervescência política no país, com grandes manifestações de rua e pedidos de reforma política por parte da população, despertou o nosso interesse pelo tema. A maioria dos trabalhos acadêmicos que se dedicam ao assunto empreendem análises da legislação brasileira, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre poder, mídia e a prática jornalística, como a pesquisa de Octavio Pieranti (2006) que observa a existência de uma dependência financeira entre a imprensa e o poder público, e o trabalho de Rebouças que considera “como o empresariado da mídia atua historicamente contra o Estado e ignora a sociedade civil quando o tema é regulação/regulamentação da mídia” (REBOUÇAS, 2006, p.41). Nesta perspectiva interessa-nos pensar como as políticas públicas para o setor e o tipo de jornalismo praticado no Brasil se devem, de alguma forma, à existência de um alinhamento ideológico entre os meios de comunicação e políticos e/ou a favorecimentos financeiros por parte do Estado. É preciso elucidar como a relação empresariado da mídia/política reflete no que é produzido no jornalismo, podendo também interferir na ordem democrática vigente. Assim, pretendemos pensar a regulamentação da mídia no Brasil dentro de seu contexto político da segunda metade do século XX: o advento da TV no Brasil, a implantação da ditadura civil-militar e o processo de abertura política na década de 1980. Com a primeira transmissão de TV em 1950 surgiu a dúvida de como esta atividade deveria ser fiscalizada. Com a Lei nº 2.597/1955, os meios de comunicação foram considerados de interesse para a segurança nacional, o que foi reforçado durante a ditadura, levando a prática jornalística a ser alvo de um controle formal. Já com a abertura política, setores da sociedade esperavam que os meios de comunicação gozassem de extrema autonomia. Embora a Constituição de 1988 tenha sido a primeira a ter um capítulo sobre a Comunicação Social, o que atendia a demanda do setor progressista que atuou na Constituinte, os artigos que tratam do tema atenderam aos conservadores. Como nossa cultura política contribui para essa manutenção de

desejos conservadores e como isso atende às necessidades privadas em detrimento do interesse público?

Heróis sem charme: os paladinos da imprensa de Belo Horizonte

Samuel de Deus Elian Andrade
samue.elianandrade@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Configuração comunicativa, Belo Horizonte., Imprensa, História

Em 1947, o jornalista Sandoval Campos publica no Minas Gerais, jornal oficial do governo do estado, a monografia “A difusão da imprensa em Belo Horizonte”. Nesse texto memorialístico, escrito quando a cidade completava 50 anos de fundação, forja-se um retrospecto da vida jornalística da capital mineira. O olhar de Campos sobre a imprensa da cidade não destoava da impressão de outros autores de sua época: “Foram de sacrifício, chegando mesmo a causar pena”, diz ele, “as primeiras tentativas de instituição da imprensa na Capital, que hoje se pode orgulhar do alto nível de aperfeiçoamento dos seus órgãos de informação”. Quando se refere às primeiras iniciativas jornalísticas da cidade, ele não deixa de notar o caráter hercúleo que permeava a produção daquelas folhas insossas, compostas por blocos monódicos de texto verbal, que, vistas por uma perspectiva deslocada temporal e espacialmente, mais pareciam afastar que atrair seus leitores e que feneciam com a mesma facilidade com que eram criados. E isso não é tudo, porquanto uma outra característica sobressai na apreciação de Sandoval Campos: a imprensa que nascia no fim dos novecentos era feita a partir de um esforço heroico. Ela necessitava, entre outras coisas, superar os limites técnicos das prensas movidas a pedal, a falta de leitores, a inadequação das formas jornalísticas, a aridez de anunciantes e a inabilidade em prover as iniciativas da imprensa de um fôlego econômico e empresarial – aspectos que só começaram a ser transpostos algumas décadas mais tarde, por volta de 1927. Tendo em vista essa complexa conformação, intentamos identificar, nos vestígios e marcas deixados por alguns dos jornais precursores da imprensa belorizontina, uma configuração comunicativa, caracterizada, pelo que se infere do material arquivístico manipulado, pela ambiguidade entre o entusiasmo heroico do fazer jornalístico e a precariedade de suas condições de emergência. Nas notícias e comentários dos jornais analisados, assim como em outros aspectos de sua materialidade, buscamos traços que informem as peculiaridades da imprensa de Belo Horizonte e que permitam uma reconstituição parcial de sua dinâmica comunicativa, na qual estavam entrelaçados homens da imprensa, público leitor e instituições públicas.

O telejornalismo local no Brasil: história, conceito e lacunas.

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

jtarcisiofilho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo, História, Local, Proximidade

O trabalho tem o objetivo de discutir a história do telejornalismo local no Brasil e caracterizá-lo segundo suas premissas e perspectivas teórico-conceituais. Desde a fundação da primeira emissora brasileira em São Paulo, a TV Tupi de Assis Chateaubriand em 1950 (BARBOSA, 2013), o telejornalismo tem se expandido de forma desigual no que tange a sua abrangência geográfica. Focada no eixo Rio-São Paulo (COUTINHO, 2013), a rede de emissoras foi desenvolvida de acordo com os interesses empresariais das regiões mais ricas do país. Alguns projetos foram lançados pelo governo para descentralizar os meios de comunicação, como a criação da EBC e de veículos públicos em outras regiões do Brasil. Mesmo assim tais ações, consideradas recentes, encontram barreiras para criar uma relação identitária com o público. Portanto, compreender a história do telejornalismo local também é uma forma de enxergar quais são as características desse tipo de jornalismo. Nota-se que o campo teórico apresenta diferentes abordagens que podem implicar no modo de ver como as notícias são construídas. A palavra "proximidade" é frequentemente citada – o que faz emergir conflitos sobre o que seria essa proximidade. Peruzzo (2005), por exemplo, diz que a informação que privilegia este aspecto é "aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade" (PERUZZO, 2005, p.81). A definição de Peruzzo, apesar de fornecer alguns elementos que permitem caracterizar a proximidade, como os vínculos culturais de uma determinada sociedade, não esclarece o termo "dada localidade". Nesta perspectiva pode-se considerar até mesmo uma nação como sendo local, já que as pessoas que fazem parte desse território também possuem vínculos de pertencimento, como o idioma e uma história compartilhada. Há ainda o fato de que a notícia necessita passar pelo crivo das políticas editoriais presentes em qualquer veículo de comunicação, sejam eles comunitários ou privados - políticas que são elaboradas por emissoras que geralmente não estão inseridas no contexto local, como é o caso da TV Globo através do documento "Princípios Editoriais". Conclui-se, portanto, que as emissoras locais ainda carecem de identidade quanto sua conceituação. Entender a história do telejornalismo brasileiro é uma forma de enxergar possíveis lacunas nesse tipo de jornalismo, já que evidencia que várias premissas do "ser

local" divulgadas pelas emissoras tem como fundamento políticas adotadas por grandes grupos de comunicação.

Usos do passado e divulgação histórica: história e jornalismo na produção de Aventuras na História e na revista de história da Biblioteca Nacional, uma análise comparativa.

Lorraine Marilyn Leonel
lorrainemarilynleonel@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Divulgação Histórica, Usos do Passado, Revista, História

O interesse pelos temas históricos, sobretudo na última década, pode ser pensado como uma curiosidade ou como uma busca pelas origens de nossa organização e de nossa condição de vida atual. Numa busca rápida pode-se perceber o quanto os últimos anos foram férteis em publicações como as dos institutos históricos do país, as principais revistas, instituições do setor educativo, como a TV escola, redes de TV internacionais como a BBC, cinema, séries, exposições por todo o país e diversos livros que focam em personagens e eventos históricos. Esse movimento, aliás, não é uma exclusividade brasileira, mas um fenômeno de popularização da história intensificado nos últimos 30 anos em todo o chamado mundo ocidental. Segundo Hartog, na progressiva invasão do horizonte por um presente inchado, com exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, a mídia, que acompanhou esse movimento produzindo, consumindo e reciclando imagens e palavras, acaba por comprimir o tempo, fazendo em um minuto e meio ou em poucas páginas muitos anos de história. Em tempos de informações em excesso e da internet com um apelo irrecusável, a publicação física tem de se adequar. As imagens que complementam e também "falam" são as senhas para a representação e entendimento desse leitor, e esse é o caminho traçado pelas revistas em análise. Pensar essas publicações parece importante pelo fato de terem surgido nesse momento de efervescência nas produções históricas, por serem revistas de circulação nacional e por ter como público alvo os estudantes e interessados em geral. Na busca de compreender essa divulgação histórica realizada pelas revistas, decidi comparar a *Aventuras na História* a outra revista, porém com outro perfil: a revista de história da Biblioteca Nacional. Dessa forma, a comparação entre as revistas busca trazer à tona as diferenças e as aproximações entre duas revistas de história mas com produções diferentes. Nesse sentido utilizarei capas com temas aproximados e no recorte de 2010 e 2014. A análise se dará pela linguagem e o discurso e a disposição gráfica. Levando em conta os diferentes posicionamentos quanto a produção jornalista x historiador, podemos dizer que para além da legitimidade e disputa pelo campo, estamos também mobilizando a acessibilidade do grande

público às questões históricas. O que não deixa de ser um fazer importante. O conhecimento da História pode mobilizar posicionamentos diferenciados no campo político e crítico desse leitor.

A política anti-semita do Estado Novo a partir da imprensa baiana (1939-1945)

Jamile de Jesus Macedo
jamiledejesushistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo; Imprensa; Bahia; Anti-semitismo

Este trabalho busca identificar como são construídas as representações midiáticas a respeito dos judeus em território baiano durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o senso comum, acredita-se que o antissemitismo só existiu na Europa. Porém, o propósito dessa pesquisa, é demonstrar que a ideologia antissemita se fez presente em vários segmentos nacionais, inclusive na imprensa, que é nosso objeto de estudo. O Estado brasileiro durante a ditadura de Vargas, estava estritamente ligado ao modelo de governo da Alemanha nazista, além de também manter relações diplomáticas com a mesma. O governo de Vargas também mantinha uma política de cunho antissemita, pois por meio de uma série de decretos e circulares secretas, procurou controlar a entrada de judeus no Brasil, e os que já se encontravam em território brasileiro, por muitos momentos passaram por situações constrangedoras, ao serem monitorados pelo DOPs. Essa perseguição do Estado para com o povo judeu, estava firmada na ideia de que o judeu oferecia risco ao ideal nacional homogêneo estado-novista, por acreditar-se que historicamente o povo judeu não se assimila à nação habitada, além, principalmente, do mito da conspiração judaico-comunista assumir alguma relevância no Brasil a partir da insurreição comunista de novembro de 1935. Um parceiro fundamental do governo Vargas no combate ao liberalismo e ao comunismo foi a Ação Integralista Brasileira (AIB). Um importante movimento político de cunho fascista nacionalista que possuía uma vertente antissemita. Elementos da ideologia integralista foram detectados na imprensa baiana, e compreendendo a Bahia como um dos maiores recintos de judeus na região Nordeste e a imprensa como substancial instrumento de influência política, este trabalho se apropriará na análise das propagações de cunho antissemita presentes no discurso da imprensa baiana. Consideraremos portanto o contexto Histórico/Político em que o Brasil/Bahia se encontra enquanto o mundo está em guerra, e como esse contexto influencia a veiculação de propaganda antissemita através da imprensa.

Gêneses do discurso antissocialista na grande imprensa norte-americana: a Revolução de Outubro na cobertura do jornal The New York Times

Emmanuel dos Santos
emmanuelufmg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: New York Times, Bolcheviques, Imprensa, Revolução Russa

No ano em que a Revolução Russa completa seu centenário, este trabalho tem por objetivo analisar o impacto inicial do processo revolucionário russo na grande imprensa norte-americana. Para isso, pretendemos discutir os eventos mais significativos da chamada Revolução de Outubro (1917) na Rússia sob a perspectiva do influente diário norte-americano The New York Times (TNYT). Um dos aspectos pela qual poder ser observada a importância dessa cobertura pelo TNYT é o fato do diário ter se constituído como um dos principais referentes para a grande imprensa do continente latino-americano. Com efeito, muito do que havia sido publicado no TNYT sobre a Revolução Russa, a partir das informações de agências de notícias e de correspondentes do próprio diário em Petrogrado, era frequentemente reproduzido por parte dos principais jornais brasileiros e latino-americanos, em especial pelo Estado de São Paulo e pelo Jornal do Brasil. Procuraremos enfatizar como o discurso jornalístico, a partir do estudo da seleção de notícias e da linha editorial do TNYT sobre o processo revolucionário russo contribuiu para difundir determinadas imagens e representações sobre os bolcheviques e os socialistas em geral. Em um período em que o medo do comunismo ainda não se encontrava tão difundido nos EUA, o incipiente discurso antissocialista, no entanto, já delineava vários aspectos do forte anticomunismo que se tornaria característico da grande imprensa norte-americana nas décadas posteriores à Revolução Russa.

Guerra ao terror e televisão: o seriado Homeland e a resposta dos Estados Unidos ao terrorismo muçulmano (2011)

Rodolpho Hockmuller Menezes
hockmuller.rodolpho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História e Áudio-visual, Guerra ao Terror., História dos Estados Unidos

Trata-se de apresentar Projeto de Iniciação Científica que tem como objetivo analisar a primeira temporada do seriado Homeland à luz da forma como a “Guerra ao Terror” é retratada, relacionando-o aos limites de vigilância e ações governamentais, muitas delas contrárias aos Direitos Humanos, dentro e fora do território norte-americano, legitimadas em nome da

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

“Segurança Nacional”. O marco cronológico da pesquisa está circunscrito a 2011, quando a primeira temporada estreou nos EUA. Tal data é paradigmática: ano em que as últimas tropas foram retiradas do Iraque e Osama Bin Laden foi assassinado por tropas de elite norte-americanas em frente às câmeras de televisão.

A pesquisa focará em problemáticas apresentadas em *Homeland*, buscando levantar uma discussão a respeito dos dois personagens centrais e o que eles representam: a protagonista e agente da CIA, Clarie Danes, sofre de doença mental bipolar, por sua vez, Nicholas Brody, fuzileiro que esteve por oito anos no Iraque (mesmo período de atuação dos Estados Unidos naquele país), é um desajustado com personalidade fragmentada e cindida. O estudo não poderá prescindir da forma com a qual os muçulmanos são retratados e a Guerra ao terror legitimada.

As estratégias de comunicação do movimento LGBT para garantir direitos humanos numa cidade histórica de Minas Gerais

Carlos Henrique Bem Gonçalves
carlosbem@hotmail.com

Gustavo Agnaldo Lacerda
guslacerda.div@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: LGBT, História, cidadania, direitos humanos

Este artigo tem por objetivo discutir como o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT - da Região das Vertentes (MGRV) construiu um debate sobre os direitos humanos, luta contra a AIDS e o combate a homofobia, machismo e racismo a partir da adoção de estratégias de comunicação utilizadas durante a parada da cidadania e do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais da Região das Vertentes numa das cidades históricas de Minas Gerais - São João del-Rei. Ao tomar como corpus de análise o material produzido e divulgado pelo movimento na 4ª Parada do Orgulho LGBT do Campo das Vertentes, a pesquisa constata a importância dos meios de comunicação para a garantia da visibilidade e o avanço no debate da garantia da cidadania plena e dos direitos humanos LGBT numa das cidades históricas no interior de Minas Gerais estabelecendo um conflito cultural entre o sagrado e o profano tão presente na própria história e identidade da cidade.

A análise considera, ainda, o contexto de São João del-Rei, uma das cidades históricas de Minas Gerais, com mais de 300 anos e que incorpora um dos movimentos mais atuantes do Estado de Minas Gerais. Basta citar que na cidade há seis leis municipais que tratam dos direitos

LGBT, sendo a única em todo o Estado que possui em funcionamento um conselho municipal de direitos LGBT. Desta forma, o papel da mídia e as estratégias de comunicação adotadas pelo movimento foram fundamentais para o avanço dos direitos humanos numa cidade tradicionalmente marcada – em sua história e cultura – por períodos de forte violação de direitos humanos como a escravidão e Guerra dos Emboabas.

Nostalgia artificializada - a efemeridade da memória compartilhada no Facebook

Marianna Andrade Melo
andrademelomarianna@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: nostalgia, identidade, facebook, Memória

O presente trabalho busca problematizar os reflexos da tecnologia e da aceleração do tempo nas formas como experienciamos o tempo; especificamente nos modos como absorvemos, construímos e acessamos nossas memórias. Utilizando como base conceitos como tecnologia, cibercultura, nostalgia, artificialização e identidade, pensaremos a construção da memória em mídias digitais, tendo como enfoque grupos e comunidades do Facebook cujo objetivo é “relembrar” fatos, brincadeiras e produtos da década de 90 através de imagens, vídeos e gifs. Embora grande parte do público destas páginas e grupos tenham experimentado a vivência real da década é possível perceber uma porcentagem expressiva de usuários que nasceram posteriormente à metade final da década, sendo assim, não tiveram a mesma (ou nenhuma) vivência da chamada “década de noventa”. Abordaremos este comportamento como objeto de estudo, tratando-o como fruto do que chamaremos de uma nostalgia artificial que desencadeia na liquefação das identidades e na desterritorialização da memória.

Autobiografias audiovisuais: a contribuição dos relatos de vida em vídeo para uma História do Presente

Matheus Yago Gomes Ferreira
matheusygf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Internet, youtubers, youtube, História do Tempo Presente, autobiografias

A chamada História do Presente conta como importantes ferramentas auxiliaadoras a imprensa e a mídia. O trabalho tem como objetivo a utilização de uma mídia específica - os vídeos feitos pelos chamados Vloggers (pessoas que comandam um canal em sites de compartilhamento de vídeos com vídeos caseiros), especialmente aqueles que relatam suas experiências em uma forma de diário audiovisual - para a utilização de uma historicização do tempo presente. Esse tipo de plataforma possibilitaria o registro e a divulgação de relatos de vida que não seriam considerados da mesma forma pelo fazer biográfico/autobiográfico que imperou durante grande parte da Historiografia. Esse trabalho, portanto, visa considerar a importância do registro de vida de grupos marginalizados e pouco considerados como agentes ativos do seu tempo pelos Estudos Acadêmicos, a contribuição disso para um fazer historiográfico e a levantar a discussão desse tipo de material como fonte. Para isso, será necessária a problematização do uso e do fazer biográfico/autobiográfico, a relação desse tipo de registro e a História do Tempo Presente, e a consideração da subjetividade desses porta-vozes da sua própria trajetória, tendo como base as características singulares do tipo de plataforma que esse material é inserido: vídeos hospedados no site Youtube, considerando, portanto, a relação entre História e mídia, recursos audiovisuais, internet e redes sociais, e o papel desses quatro fatores no entendimento e estudo da sociedade contemporânea. O intuito com a apresentação desse trabalho é levantar discussões acerca dos fatores aqui apresentados, com a finalidade de enriquecer essa pesquisa, a ser desenvolvida em um Mestrado em História Social da Cultura, com início neste semestre.

Análise histórica de talk shows populares: em cena o programa Casos de Família

Rafael Barbosa Fialho Martins
rafaelbfialho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da televisão, SBT, Casos de Família, Talk shows populares

Ao olharmos para a história dos programas populares da televisão, veremos que eles permanecem em evidência há muitos anos, tendo sido a década de 90 o último período de auge de produções do tipo. Na fértil seara desse tipo de programas, estão os talk shows, que apesar de serem tema de muitos estudos (notadamente nos Estados Unidos), ainda não gozam do devido reconhecimento acadêmico no Brasil, com poucas exceções. O fenômeno dos programas como aqueles ancorados por Márcia Goldsmith, Sílvia Poppovic, João Kléber e Christina Rocha ainda não foi contemplado à altura pelos estudos acadêmicos, a despeito da popularidade dessas

atrações, que, enquadradas muitas vezes sob o rótulo de “programa de auditório”, perdem em profundidade de análise se considerarmos as especificidades que apresentam. Para tentar, em alguma medida, reverter esse quadro, o artigo proposto visa empreender uma análise histórica de um dos mais longevos programas do gênero: o talk show Casos de Família, exibido pelo SBT desde 2004. A atração é baseada nas narrativas do cotidiano de pessoas comuns, permeadas por problemas prosaicos cujas soluções são apontadas com a ajuda de uma psicóloga, as opiniões da plateia e os conselhos da apresentadora. Se no início a imprensa comemorou a renovação da fórmula, a partir de 2009, o programa alterou seu formato quase inteiramente: a apresentação foi assumida por Christina Rocha e alguns casos passaram a ser contados de modo inflamado, com gritos e brigas. A crítica televisiva reagiu negativamente, classificando o programa sob velhos rótulos como “popularesco”, “baixo nível”, “baixaria” e “telebarraco”. Para captar possíveis alterações e recorrências da influência da matriz popular no gênero televisivo talk show, o artigo visa analisar notícias e críticas sobre o programa publicadas entre os anos de 2004 e 2016. A partir da análise de conteúdo a ser coletado nos veículos Veja (revista e site), Folha de S. Paulo (revista e site) e UOL TV e Famosos (site que hospeda blogs de críticos de TV como Mauricio Stycer e Flavio Ricco), pretendemos contribuir para uma melhor compreensão não apenas da trajetória dos programas populares em si, como também da história televisão brasileira como um todo – campos que merecem mais esforços de pesquisa interdisciplinares que deem conta do lugar cultural da TV no Brasil.

A formação crítica de documentaristas sociais, memória e desenvolvimento local através do webdocumentário

Richardson Nicola Pontone
usinahipermedia@uemg.br

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento local, documentário, audiovisual, Memória

É evidente para o observador da sociedade, da política e da cultura contemporâneas que a Internet tem impactado fortemente a vida cotidiana de significativa parcela de indivíduos, fazendo parte do cotidiano de uma grande parte da população conectada à rede mundial de computadores. Esta apresentação tem como objetivo levantar algumas questões acerca das mídias digitais no audiovisual através da resignificação do documentário - as especificidades encontradas no webdocumentário - nas novas narrativas e formas de distribuição. O processo metodológico que orientou esta pesquisa situou sua realização em três momentos distintos. O

primeiro é a apresentação do tempo histórico do realizador, conceituado aqui como documentarista social. Já no segundo, caracterizamos uma reflexão sobre o webdocumentário, interatividade e participação e por último um projeto de produto técnico a ser ainda viabilizado a partir de uma oficina prática, aberta para um conhecimento aprofundado sobre a nossa própria realidade.

História e Cinema: "As Pequenas Margaridas", o Fazer Feminino e o Documento Fílmico

Janaína Di Lourenço Esteves
janalourenci@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Documento fílmico, O fazer feminino, Feminismo e anarquismo., Cinema subversivo, História e cinema

“O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio”. (FERRO, 1992, p. 86). Qual o papel do cinema como fonte histórica? O cinema surgiu no seio do capitalismo e da tradição historiográfica positivista, em que os porta-vozes das fontes históricas eram os homens de Estado, os homens do Direito, os homens da Economia. O que uma obra fílmica, nesse contexto, poderia dizer sobre o período histórico? Inicialmente, a cinematografia era vista pelas classes dominantes como uma atividade inculta e não-artística. Todavia, a partir da década de 1930, o uso do cinema como meio de propaganda se sistematizou. Foi uma arma concreta de governos como os de Stalin e Hitler. Afinal, a história do cinema sempre se constituiu entre as forças dominantes tentando torná-lo submisso e as forças contrárias subversivas o afirmando como autônomo, livre, democrático. Nesse sentido, o objeto de estudo utilizado neste ensaio será o filme “As Pequenas Margaridas”, da cineasta tcheca Věra Chytilová: uma obra anárquica, feminista e surrealista da “Nova Onda Tcheca”, de 1966. A análise será dividida em quatro momentos. O primeiro focará na contextualização histórica de quando o filme foi lançado: a cerca de dois anos da Primavera de Praga, no âmago dos conturbados anos 60 do século passado, no cerne da dominação do governo soviético sobre a Tchecoslováquia (governo esse que tinha como principal instrumento ideológico o cinema), na transição entre a segunda e terceira geração dos Annales. O segundo tratará da autoria do filme: o fazer feminino. A obra é feita por uma mulher, em meio a uma realidade em que o fazer cinema era, assim como é hoje, protagonizado por homens. Ademais, o filme traz elementos surrealistas, movimento artístico constituído majoritariamente também por homens. Quem é Věra? Como o filme é recebido pela crítica? O

terceiro tratará do conteúdo do filme em si: a crítica à sociedade patriarcal e rígida socialista, a emancipação feminina, as subversões dos costumes, as depravações simbólicas. No último momento, haverá uma reflexão acerca do cinema como testemunho e agente na História. Baseado nos estudos de Marc Ferro, o objetivo será elucidar como “As Pequenas Margaridas” consegue cumprir seu papel tanto de fonte histórica quanto de arma histórica.

Devir revolucionário e a representação feminina em Deus e o Diabo na Terra do Sol

Carlos Cesar de Lima Veras
herrcesare@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cinema novo, estética da fome, Feminino

Dirigido por Glauber Rocha em 1964, Deus e o Diabo na Terra do Sol é tido como um marco do cinema nacional, tanto por seus méritos estéticos, como também por sua profícua crítica às desigualdades sociais e diálogo com métodos de superação das mesmas. A abordagem do sertanejo imerso em uma conjuntura social opressiva, em diálogo com a pertinente questão da fome e seus desdobramentos, a qual o diretor ampliaria um ano depois com o manifesto "Estética da Fome", é uma das principais características do Cinema Novo, movimento cujas origens remetem à década de 50 e que visava discutir a produção de um cinema independente e que cumprisse uma função social. O filme em questão aborda icônicos modelos de mobilização no sertão, no caso o messianismo e o cangaço, salientando a importância das experiências com eles adquiridas, mas sem estabelecê-los como limites para a luta rumo à libertação; o "devir revolucionário" que permeia o enredo é percebido a partir da assimilação da experiência e equívocos das mobilizações apresentadas. E é nesta relação que o filme estabelece um outro tipo de ruptura com a época, ao apresentar as personagens Rosa e Dadá como responsáveis pela assimilação de tais percepções e, portanto, protagonistas da superação que resultará na alegoria "o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão", numa concepção na qual tais figuras femininas também superam a forma como a mulher era apresentada até então no cinema em geral, com destaque para sua sexualização, e na sociedade brasileira da época como um todo.

O Existencialismo Sartreano no filme Morangos Silvestres

Hellen Silvia Marques Gonçalves

PALAVRAS-CHAVE: Ingmar Bergman, Morangos Silvestres, Existencialismo

O presente trabalho tem como foco a análise do filme *Morangos Silvestres* (1958) de Ingmar Bergman, buscando entender os conceitos da teoria existencialista, desenvolvida por Jean-Paul Sartre, utilizados pelo cineasta sueco, além dos pressupostos de Marc Ferro.

O existencialismo sartreano, em primeira instância, defende que a existência precede a essência, que com a negação de Deus, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e apenas posteriormente se define. Desse modo, seu primeiro princípio insere o indivíduo, em que ele nada mais é do que aquilo que faz de si mesmo, delineando o conceito de liberdade. Aspectos que vemos principalmente nos livros *O Ser e o Nada* e *O Existencialismo é um Humanismo*.

Um dos pontos da obra bergmaniana é a sua aproximação da problemática do homem, similarmente a pergunta pela sua origem, sua natureza e o seu fim, a partir de uma perspectiva existencial carregada de simbolismo situando o indivíduo enquanto ser vivente e evidenciando claramente sua expressão profundamente pessoal. A obra de Bergman se aproxima do existencialismo, presente na análise dos personagens com características peculiares que são acentuadas de acordo com o momento do diretor, que são divididos em cinco períodos, isso de acordo com Jordi Puigdomènech López.

Sendo considerado um dos filmes bergmanianos mais famosos, *Morangos Silvestres* se insere na terceira fase do cineasta (1956-1963), onde é encontrada uma inquieta busca intelectual e religiosa. A narrativa retrata a vida Isak Borg (Victor Sjöström), um professor de medicina que revisita vários momentos marcantes de seu passado durante uma viagem de carro até sua antiga universidade, onde receberá uma honraria. Isto posto, o filme propõe uma discussão que envolve a alteridade, morte, solidão e tempo, ideias também vistas na filosofia de Sartre e que compõem o objeto de pesquisa, que serão discutidas principalmente através da bibliografia e de elementos de composição da própria película, como a fase de produção do roteiro e a materialização do filme. A pesquisa procura entender a relação cinema e filosofia a partir de uma compreensão histórica e hermenêutica.

"Como absurdo, pelo absurdo e ao absurdo" o Existencialismo de Sartre nas colunas jornalísticas cariocas (1945-55)

Rodolfo Rodrigues de Souza
rodolforsouza@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sartre; Rio de Janeiro, Ator-Rede;, Existencialismo;, teoria, Jornalismo

A presente comunicação aborda parcialmente os resultados da pesquisa de mestrado defendida em 2015, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o título "O Assassino Existencialista e outras narrativas: o existencialismo de Sartre em cena no Rio de Janeiro (1945-1955)". Partindo da Fenomenologia como intencionada por Jean-Paul Sartre e de pressupostos da Teoria Ator-Rede, de acordo com Bruno Latour, Vinciane Despret, John Law e Annemarie Mol, a pesquisa buscou nos jornais cariocas "Última Hora" e "A Manhã" fragmentos circunstanciados que apontassem para a chegada do Existencialismo de Sartre no Brasil. Parte dos resultados apontam para os escritos de quatro importantes intelectuais brasileiros do período, cujas colunas nos referidos jornais mencionaram criticamente a filosofia francesa "da moda" naquele tempo. São eles: Euríalo Canabrava, filósofo e catedrático da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reputado como introdutor do existencialismo no país; Cyro dos Anjos, advogado e jornalista, ministro da justiça do governo Dutra; Sérvulo de Melo, jornalista brasileiro, diretor do Serviço de Informação do Congresso e profissional da Agência Nacional; e, Dinah Silveira de Queiroz, escritora brasileira e, em 1981, imortal da Academia Brasileira de Letras – a segunda mulher a ser eleita para a instituição. O panorama traçado evidencia a construção de uma leitura específica, circunstanciada temporal e politicamente, sobre o existencialismo: "filosofia rebarbativa e de vocábulos bárbaros" levada adiante por um grupo de bêbados parisienses que ganham mais dinheiro pela polêmica do que pela qualidade de suas ideias. Encarado como "filosofista suicida", Sartre é rechaçado: deve dar lugar a filosofias que acreditem em Deus e no homem e em uma liberdade mais estrita, baseada em preceitos morais claros. Por outro lado, ao mesmo tempo em que criticam, os quatro autores dão visibilidade à filosofia de Sartre, apresentando-a aos leitores dos veículos analisados, efeito colateral de seus textos.

A fábrica de móveis Unilabor: publicidade, trabalho, design e produção comunitária

Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva
osvaldomeca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Design, Operariado, Mobiliário, Habitação, Publicidade

Aliando um projeto de desenho moderno de mobiliário a uma experiência comunitária de trabalho, inspirada no movimento Economia e Humanismo, a fábrica de móveis Unilabor

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

funcionou na cidade de São Paulo de 1954 a 1967. Ícone da relação entre a atividade comunitária religiosa com a Arte Moderna, a Fábrica resultou de uma parceria entre o artista plástico Geraldo de Barros, responsável pelo design dos móveis, e o frei dominicano João Baptista Pereira dos Santos, que liderava a proposta de humanização e a partilha da gestão do trabalho na empresa. A Unilabor utilizou diferentes estratégias e materiais visuais em sua publicidade, que, além do objetivo principal dos anúncios que era a venda de móveis, também comunicava aos potenciais consumidores ideias de gosto, voltadas a um projeto de modernidade para o espaço doméstico. Este estudo procura, por meio da análise de anúncios publicitários e outras fontes, identificar o projeto de Modernidade que a Unilabor construiu e difundiu em sua propaganda; compreender como se constitui a ideia de coletivismo e cooperação na produção do design, sobretudo os processos da segunda revolução industrial até ao Movimento Economia e Humanismo; historicizar a atuação dos frades dominicanos no mercado de design, inclusive na construção da domesticidade; e ainda, verificar a hipótese de que a Unilabor tratava de forma ambígua a publicidade dentro da lógica de produção comunitarismo, uma vez que necessitava comercializar os móveis, mas também dar conta de seu projeto de humanização do trabalhador.

Cinema, Cultura Popular e Memória na visão do cineasta Humberto Mauro

Sérgio César Júnior
politicocine@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mauro, Brazilianas, Brasil rural, Canto da Saudade, Volta-Grande - MG, Humberto Mauro, Humberto

Essa presente comunicação é resultado da pesquisa realizada em nível de mestrado, intitulada “Canto da Saudade (1952): o universo rural brasileiro na obra do cineasta Humberto Mauro” (2016). Essa pesquisa contou com apoio da FAPESP, número do processo: 2013/25538-3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Trata-se de uma análise histórica e interdisciplinar, com base na leitura das imagens em duas de suas produções fílmicas, relativas à visão memorialística do cineasta Humberto Mauro (1897-1983) sobre a cultura popular e a paisagem rural brasileiras. De forma comparativa, nosso intuito é identificar as expressões artísticas, manifestações culturais e as práticas de trabalho na lavoura. O objeto e as fontes audiovisuais em nossa análise foram os seguintes filmes: Canto da Saudade (1952), o seu último longa-metragem de ficção, uma produção independente e a Brazilianas (1945-1954), uma série de curtas-metragens documentais musicadas realizadas para o Instituto Nacional de Cinema

Educativo (INCE). Todos os curtas da Brasilianas foram filmados em locações externas nas áreas campestres de sua terra natal, no município mineiro de Volta-Grande – MG. Canto da Saudade é o único produto dos Estúdios Rancho Alegre, um pequeno empreendimento industrial cinematográfico de propriedade de Humberto Mauro localizado nesse mesmo município, que serviu de locação para as cenas internas. Ambas produções trazem temas comuns ao caipira do período pós-1945, como a saudade da terra de origem, lendas rurais, cantigas folclóricas regionais, carro de bois, festas, danças, iguarias, superstições, sentimentos platônicos ou amores não correspondidos, cultura do trabalho na roça e a contemplação da paisagem em momentos de ócio.

O Brasil representado por Mauro nas imagens dessas duas produções é um país de cenário idílico e interiorano, onde se contempla a paisagem da zona rural e também reside a grande parte da população nacional. Com um olhar semelhante ao de um pintor europeu dos séculos XVIII e XIX, como o alemão Caspar David Friedrich (1774-1840), nosso cineasta idealizou a relação sentimental entre o caipira e a natureza. A câmera mauriana captou e ampliou os detalhes da fauna, flora, do lavrador que entre uma jornada e outra, ainda poderia descansar sob a sombra de uma frondosa árvore ou próximo a uma cachoeira. O olhar romântico em contraste com o espírito da modernização tecnológica dos anos 1950.

A representação da figura feminina nas propagandas publicitárias e nos anúncios da Revista Alterosa (1939-1945)

Thiago Henrique Costa Miranda
thiagohcm1993@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revista, Revista Alterosa., Imprensa, Mulher, Figura Feminina

Este trabalho tem como objetivo de analisar a representação da figura da mulher inserida nas propagandas publicitárias e nos anúncios da Revista Alterosa. O estudo será pautado em sessenta e três edições da revista datadas entre os meses de agosto de 1939 e dezembro de 1945, ano do lançamento da primeira edição do magazine e da criação de departamentos utilizados pelo governo como forma de controle político. O período compreende o governo de Getúlio Vargas (Estado Novo) e é marcado por uma forte influência da imprensa através do controle e da censura estabelecida. A implementação de novos estatutos e de projetos como, por exemplo, a Organização Nacional da Juventude, o Estatuto da Família e o Plano Nacional da Educação também serão fundamentais para a análise, afinal, fomentavam e promoviam o adestramento

físico e a disciplina moral dos indivíduos, estabelecendo regras, principalmente, para as mulheres. A finalidade do trabalho é mostrar como a figura feminina era retratada nessas propagandas e evidenciar como as revistas e a publicidade são veículos importantes que podem ou não moldar a mentalidade de seus consumidores, promovendo um possível retorno das mulheres ao antigo “tripé social”, de ser mãe, esposa e dona de casa. Por fim, a Revista Alterosa que obteve ampla circulação no Brasil, resgata por meio de sua escrita e de seus valores a imagem feminina através da memória social, cultural e do senso crítico que mantém viva a história das mulheres.

A guerra cotidiana: justificativas para a Segunda Guerra Mundial em propagandas comerciais em revistas de variedades brasileiras

Marina Helena Meira Carvalho
marinahmc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: propaganda comercial, Segunda Guerra Mundial, revistas de variedades, Office of Coordinator of Inter-American Affairs

A Segunda Guerra Mundial foi assunto da ordem do dia na esfera pública brasileira, sendo discutida não só em âmbito governamental, mas também sendo inserida nos mais diversos espaços cotidianos: como em radionovelas, filmes, vitrines, moda e até mesmo nas brincadeiras infantis. As revistas de variedades brasileiras não foram alheias a essas discussões. Mesmo que pretendiam abordar assuntos “amenos” e serem consideradas apolíticas, rechearam suas páginas com a mais diversa gama de informações acerca da guerra. Dentre elas, encontravam-se propagandas comerciais que, ao mesmo tempo em que anunciavam seus produtos, representavam e justificavam a Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, o Office of Coordinator of Inter-American Affairs, o qual era subordinado ao Departamento de Estado norte-americano, criou o Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republic. Esse projeto considerava que as publicidades deveriam ajudar no esforço de guerra e na aproximação entre as Américas, enquadrando-se como parte da Política da Boa Vizinhança. Para isso, apontava diretrizes acerca dos conteúdos que as propagandas deveriam veicular e demandava que as empresas anunciantes cooperassem com o Estado norte-americano, oferecendo, como contrapartida, deduções de impostos.

Este trabalho visa problematizar como as informações acerca desse projeto chegaram ao Brasil e como as publicidades comerciais publicadas em revistas brasileiras de variedade atendiam ou não as diretrizes do projeto norte-americano. Para isso, pesquisamos três revistas de

variedades brasileiras de circulação nacional, Fon-Fon, A Cigarra e O Cruzeiro, entre os anos de 1942, quando o projeto é então criado, e 1945, ano que a guerra acaba.

Revista Alterosa: Para a família do Brasil (1939-1945)

Gelka Arruda de Barros
gelkabarros@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Belo Horizonte, revista Alterosa

A Alterosa foi uma revista ilustrada criada em Belo Horizonte em agosto de 1939. Publicação de tiragem mensal, chegou a circular nacionalmente, encerrando suas atividades em 1964. O periódico foi um importante elemento na construção do ideal de modernidade mineiro.

Em aproximadamente 40 anos, Belo Horizonte vivenciou um segundo processo de modernização, devido a sua expansão para além do perímetro urbano definido em sua planta de construção. O cenário sociocultural do início dos anos 1940 foi marcado por intensa transformação do espaço físico juntamente a gradativa mudança nos hábitos de seus moradores, durante a administração do prefeito Juscelino Kubitschek.

Este trabalho tem por objetivo apresentar o perfil editorial da Alterosa, em seus anos iniciais (1939-1945). No intuito de demonstrar as diversas possibilidades de sua contribuição como fonte historiográfica, na medida em que, as representações e os discursos elaborados e difundidos pela revista auxiliam a compreensão da cultura material e simbólica presentes naquela época.

A festa da pátria: Relações político-ideológicas e o contexto da festa cívica de 1936 no Theatro da Paz

Milena Moraes de Araújo e Souza
millenamoraesm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: belém, rádio, Festa cívica

No início do século XX, percebemos o grande avanço tecnológico, a Europa como palco das grandes guerras, o crash da bolsa de valores de Nova York que vai influenciar a economia de diversos países, e a ascensão nazismo e fascismo. É neste ambiente, que irá ocorrer “A Festa da

Pátria”, fevereiro de 1936 no Theatro da Paz em Belém. Foi um grande evento cívico para a sociedade belenense que tinha o objetivo de combater o comunismo. A festa cívica, contou com a participação de vários militares e representantes do povo. Além disso, foi irradiada pela Rádio Clube do Pará, e transmitida ao vivo pelo programa “Hora do Brasil” do Rio de Janeiro, para todo o país. Contudo, este artigo pretende propor uma análise sobre o contexto político-social-ideológico do Brasil e do mundo nos anos 1930, juntamente com as políticas impostas pelo presidente Getúlio Vargas, e do interventor Magalhães Barata; relacionando-os à importância das transmissões radiofônicas.

Mito, beleza e poder. A utilização do corpo da Mulher-Maravilha e outros símbolos para o discurso feminista e a emancipação do poder.

Tatiana de Carvalho Castro
tati_cpa8002@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulher-Maravilha, Contemporâneo, feminismo, História em quadrinhos, poder

Este trabalho pretende abordar como os movimentos e os discursos feministas atuais estão utilizando de símbolos e figuras como protesto e referência para o empoderamento da mulher. Dentro destes símbolos encontram-se a figura emblemática da Mulher-Maravilha rompendo correntes, que alegoricamente corresponde ao comportamento de mulheres que não aceitam a dominação masculina do pós-guerra imposta pelo patriarcado. Desde sua criação, a Mulher-Maravilha é um personagem feminista e existe para mostrar ao mundo que as mulheres possuem força para lutar. Também é atribuída à Mulher-Maravilha a imagem nacionalista norte-americana para elevar a moral das mulheres estadunidenses de todas as classes, inclusive da classe trabalhadora. Desde a década de 40, a Mulher-Maravilha vem adotando diferentes faces, cabelos e estilos de vestimenta. Seu principal criador foi Moulton Marston, que era um grande admirador dos movimentos emancipatórios femininos. A personagem completou 75 anos em 2016 e continua sendo um dos maiores mecanismos de resposta para as causas feministas nas produções das HQs, animações e agora também no universo cinematográfico, todos promovidos pela DC Comics. O que este interesse cada vez maior sobre a Princesa Diana pode nos responder hoje? Com este trabalho pretendemos responder o quanto o poder e beleza, com enfoque na hipersexualização do corpo da Mulher-Maravilha, está influenciando e mascarando o domínio próprio das mulheres contemporâneas. Com a “quebra das correntes” como resposta ao patriarcado, que por séculos confinou as mulheres dentro de casa gerando filhos sem sua

vontade, precisou apreender-se de novas armas contra as mulheres e este novo artifício adotado pelo sistema patriarcal é o que Naomi Wolf (1992) denomina como “o mito da beleza”. Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. (WOLF, 1992, p. 12). A figura de beleza implacável da Mulher-Maravilha se mostra forte perante o discurso feminista e de mulheres que não se apoiam no movimento, pois a Mulher-Maravilha alegoricamente está sempre sendo exposta como um produto, não só revolucionário, mas sexual. É compreensível que as mulheres consigam romper com as correntes dos padrões de beleza para possuir domínio próprio de suas capacidades.

Imaginário amazônico em Quadrinhos: uma abordagem histórica de "Esquadrão Amazônia"

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: representações, Quadrinhos;, Amazônia;, Esquadrão, Histórias, em, Sociais;, Amazônia

Buscamos neste trabalho entender como as Histórias em quadrinhos (HQs) participam da forma como a nossa imaginação é moldada, compreendendo por meio das representações construídas sobre a Amazônia as diferentes maneiras pelas quais, a partir de determinadas condições históricas, uma dada realidade foi construída, pensada e oferecida. Para tanto, analisamos momentos narrativos/temporais distintos dos personagens de “Esquadrão Amazônia”, equipe de super-heróis brasileiros. Criados pela agência paraense Galvão Propaganda para a operadora de telefonia móvel Amazônia Celular, tais personagens foram apresentados em 2001 em apenas uma edição, roteirizada e desenhada pelo paraense Benedito José Nascimento – conhecido internacionalmente como Joe Bennett, desenhista de estúdios norte-americanos como, por exemplo, a Marvel, a Image e a DC Comics. A principal característica da equipe são personagens fundamentados em conceitos e mitos da região amazônica. Em 2016, Joe Bennet e o roteirista paraense Alan Yango idealizaram uma nova série com os personagens amazônicos criados naquela conjuntura de 2001 e viabilizaram a publicação através da plataforma de financiamento coletivo Catarse. Analisamos deste modo como os mesmos personagens operaram em contextos distintos, assim como as diferentes redes de referências das quais os autores se valeram para construir seus enredos. Também é de interesse perceber em que medida eles as modificam, ao participarem na construção de sentidos para o meio amazônico. Esperamos com

este trabalho uma compreensão mais alargada da forma como a Amazônia tem sido representada, além de uma abordagem histórica sobre como as histórias em quadrinhos se relacionam com diferentes suportes e sistemas de comunicação. Busca-se ainda um aprofundamento sobre a influência da Amazônia no imaginário social. Sendo assim, a categoria de imaginário, apresentada por autores como Baczko e Cornelius Castoriadis, nos será indispensável para nossa reflexão. Tal noção será posta em diálogo com as formulações de estudiosos das representações sociais como o historiador francês Roger Chartier e o sociólogo jamaicano Stuart Hall. Ao amarrarmos os conceitos de imaginário e de representação, indagaremos nossas fontes não como um mero reflexo de uma suposta realidade, mas como uma prática que se valendo de repertórios que circulam socialmente constroem sentidos e interpretações para o mundo social.

ST 28 - Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna (séculos XV a XIX): concepções, práticas e estratégias

Ana Tereza Landolfi Toledo

Mestre (Universidad de Salamanca) Mestranda em História (UFMG)
landolfiat@gmail.com

Natália Ribeiro Martins

Mestre (UFJF) Doutoranda (UFMG)
nribeiro.his@gmail.com

Thaís Tanure de Oliveira Costa

Mestranda (UFMG)
ttanure@gmail.com

Proposta do Simpósio

Esta proposta é fruto do grupo de estudos “Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna”, nascido a partir da iniciativa de alunas da Pós-Graduação e Graduação da UFMG, e coordenado pela Profa. Adriana Romeiro. Seu intuito é fazer surgir um espaço de debates agregador, capaz de ir além dos nossos encontros, para alcançar pesquisadores de diversas instituições do país e criando assim novas questões, objetivos e hipóteses para a temática.

A historiografia sobre os Impérios ibéricos da Era Moderna esteve, por muito tempo, baseada em uma visão conceitualmente aristocrática e estadualista, que buscava, de um lado, reafirmar uma precoce constituição daquelas monarquias nos moldes de “Estados absolutistas”, e, de outro, privilegiar tópicos como os da centralização, do fortalecimento da figura do rei e da eficiência do direito oficial. Nas últimas décadas, na esteira dos trabalhos de António Hespanha e Perry Anderson, para citar alguns exemplos, os historiadores têm buscado enfatizar o dinamismo das práticas políticas e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, engendrando uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só da questão do “bom governo”, mas também das ilegalidades e outras práticas contrárias ao costume.

Norteados por tais considerações, propomos, neste Simpósio, congregar pesquisadores interessados nos debates acerca da noção de “bom governo das gentes” verificado nos Impérios ibéricos e suas difusões no mundo Atlântico. Da mesma forma, desejamos tornar pauta a questão das instituições e suas formas de poder e governação, sejam elas no âmbito religioso – como a Igreja, as Ordens Religiosas e o Santo Ofício –, político e jurídico do Antigo Regime e do direito costumeiro, em tempos de estabilidade ou em tempos de crise.

Nossas discussões não se restringirão ao âmbito administrativo e político, à medida que também pretendemos abarcar debates concernentes aos mecanismos institucionais e as práticas culturais, religiosas e sociais dos diferentes agentes e suas possíveis adaptabilidades nos mais longínquos espaços e, ainda, as estratégias políticas, culturais e econômicas de sustentação da lógica imperial. O Simpósio também acolherá a temática dos “desgovernos”, das instabilidades, heterodoxias e venalidades, as práticas sociais das ilicitudes e alterações da ordem e das dinâmicas dos projetos políticos e mercantis em disputa no recorte proposto.

Comunicações

Normas e Práticas governativas no Estado do Brasil: um estudo sobre as relações entre Governo-Geral e poderes locais nas capitanias do Rio de Janeiro e Pernambuco (1663-1682)

Michelle Samuel da Silva
michsam_1981@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Governo-Geral, Poderes, capitanias, locais

O presente trabalho tem como proposta central analisar as relações políticas entre Governo-Geral e poderes locais das capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco, no período de 1663 a 1682. Com o término da Restauração, houve a necessidade de a Coroa retomar as políticas administrativas no Estado do Brasil. Nesse cenário, as duas capitanias aqui mencionadas — Rio de Janeiro e Pernambuco — foram alvos constantes de conflitos de jurisdição, o que contribuiu para a iniciativa de Portugal, que criou mecanismos com o objetivo de retomar o controle dessas capitanias.

Além disso, estas duas capitanias tiveram maior importância na constituição da governabilidade no Estado do Brasil. No caso do Rio de Janeiro, teve que voltar a subordinar-se ao Governo-Geral na Bahia, por solicitação da monarquia portuguesa, devido à sua relevância no cenário político e econômico após a Restauração. Quanto à capitania de Pernambuco, após a Restauração, foram constantes as tensões com relação à jurisdição envolvendo Governo-Geral e governadores, o que contribuiu para o envio do regimento dos capitães-mores em 1663, com

objetivo de auxiliar os governadores-gerais na condução de suas práticas administrativas, sendo este também, um mecanismo da Coroa para tentar ajustar a administração colonial.

Aspectos da administração portuguesa na capitania de Goiás no início do período pombalino.

Maiara Muniz

mah.muniz07@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: América Portuguesa, Comunicação Política, Goiás Colonial.

A historiografia mais recente sobre o Império Português e, em especial, sobre a administração da América Portuguesa, tem mostrado que as relações entre a Coroa, seus oficiais do ultramar e as populações das colônias não eram engessadas, não seguiram normas imutáveis, tampouco foram mantidas exclusivamente pelas ordens vindas do rei. Tais relações não foram totalmente centralizadas na medida em que se tem em conta as distâncias que separavam Lisboa das colônias, ou os centros coloniais de seus lugares mais longínquos - caso da capitania ora estudada, Goiás - além das particularidades das gentes e dos espaços e, é claro, dos interesses pessoais dos agentes do rei. É claro que havia um corpo legislativo comum, permeado por regimentos que visavam atender, em primeiro lugar, aos interesses régios. A prática, no entanto, nem sempre seguia a regra.

Goiás, que passou a fazer parte dos interesses de Portugal a partir da mineração, conheceu essa situação presente nas colônias do ultramar - a miscelânea entre a regra, a possibilidade de cumpri-la e as próprias vontades dos oficiais - tendo feito parte de sua administração vassallos fieis da Coroa, mas também agentes zelosos de benefícios particulares. Procura-se, por meio deste trabalho, fazer um panorama da situação administrativa da capitania de Goiás no início do período pombalino por meio das cartas escritas pelo então governador da capitania, João Manuel de Melo, bem como pelo ouvidor-geral de Goiás, Francisco de Atouguia Betencourt ao rei, ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, e ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, relatando especialmente os problemas que a capitania enfrentava, decorrentes dos atos de corrupção de agentes do rei, então afastados e denunciados.

Diário do demarcador: uma introdução - A segunda subdivisão de limites espanhola e a narrativa sobre os grupos nativos 1783 – 1801

David da Silva Carvalho

david.carvalho260@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: José Maria Cabrer, Subdivisão de limites, Indígenas, Viajantes, fronteira

O presente trabalho tem por finalidade analisar, interpretar e explicar o discurso de José Maria Cabrer em seu diário intitulado "Diário da la Segunda Subdivision de Limites Española entre los Domínios de España y Portugal en la America Meridional Por el segundo comisario y geografo de ella, D.n Joseph Maria Cabrer Ayudante del Real Cuerpo de Yngenieros Principiada en 29 de Diciembre de 1783 y finalizada en 26 de Octubre de 1801" no que tange a uma análise mais detida sobre os grupos nativos encontrados no caminho dos trabalhos. Em minhas ponderações tento entender como tantos indígenas "poderiam" ter ou tiveram um importante

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

papel na construção da ordem dos trabalhos., bem como perceber suas relações associativas ou não, frente a uma fronteira compreendida em suas acepções mais variadas. Para isso passo a análise de alguns trechos de minha fonte, que creio eu, atestem no discurso do autor a "utilidade", autonomia temporal de escolha e ação e indicativos de ação indígena dentro do diário de Cabrer, para assim montar ter uma visão destas relações.

Esta é uma das possibilidades analíticas para as populações indígenas, em sua abrangência e pluralidade, na demarcação de limites no sul da América, que teve uma duração de mais ou menos 20 (vinte) anos, e pode ser lida como uma tentativa de ratificação de acordos entre coroas, neste caso, a portuguesa e a espanhola, que operavam o tratado de Santo Ildefonso (1755) à época desta demarcação. Cabrer foi um dos comandados na expedição demarcatória, ou seja, esteve a serviço de Don Diego de Alvear, tenente de navio da Real Armada. Seu diário foi dividido em três “tomos” subdivididos e bem específicos, onde busquei análise mais retida ponto a ponto. O manuscrito é extenso, produzido em língua espanhola, além de ser finalizado com um mapa resultante dos trabalhos.

Feito isso lancei mão de algumas questões quanto à proximidade dos indígenas com outros personagens do texto, para avaliar melhor aquilo que chamo de "equilíbrio tênue" por meio de sucessivas aproximações de um pressuposto de verdade, conjecturando que os índios fizeram escolhas em seu relacionamento com outros povos. Cabrer nos mostra uma fronteira em sentido "lato", que concebo como um local de conflitos e alianças. Fronteiras que não são apenas marcadas pelo aspecto e caráter físico e termos/conceitos que destrincho para melhor compreender as palavras lançadas outrora pelo autor, para falar do grupos nativos.

Felisberto Caldeira Brant: do contrato ao descaminho dos diamantes (1749-1753)

Júlia de Cássia Silva Cassão
juliacassao@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Distrito Diamantino, Corrupção, Redes

O trabalho tentará reconstituir a trajetória de Felisberto Caldeira Brant, arrematante do terceiro contrato dos diamantes, entre 1749 e 1753. Para isso, será preciso apreender as visões que a administração portuguesa – dentro das especificidades do Antigo Regime – conferia aos agentes intermediários que, como é sabido, dentro da mentalidade, limites da tolerância e exercício de poder transportados a este outro lado do Atlântico, existiam em um equilíbrio precário e instável. A distância geográfica, a intermitente comunicação, assim como a defasada e conflituosa relação entre as esferas pública e privada marcaram, dessa forma, a sociedade que ascendia no Distrito Diamantino. Brant, com papel de destaque e força para cooptar a população local, envolvido com concepções caras à amizade e apadrinhamento, inseria-se no jogo político que agenciava as redes de cooperação e contrabando da colônia à metrópole. Além disso, tentaremos problematizar a partir deste estudo de caso as práticas corruptoras como um fenômeno social aceito e onipresente na Época Moderna. Esses “negócios de trapaça”, não onerando o erário régio e também não acontecendo publicamente, pelas redes sociais encasteladas na administração vigente a que o indivíduo pertencesse, garantiriam o seu favorecimento junto a práxis jurídica. Padrão que não ocorreu com Caldeira Brant - nosso “ponto de partida” -, pois, denunciado, preso e enviado a Lisboa, declarada a falência do contrato dos diamantes e o sequestro de seus bens, ganhou a liberdade assistida apenas em 1769 falecendo pouco tempo depois.

Entre a escravidão e a liberdade: a luta social dos confrades crioulos

Ana Alvarenga de Souza
anaalvarenga29@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: criouliização, identidade, irmandade

O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias da comunidade negra crioula, em busca de uma renovada condição social, pelos meados do século XVIII e início do XIX. Nosso recorte cronológico insere-se na expansão demográfica e econômica das populações de ascendência africana no seio da sociedade vilarriquenha. Esses indivíduos organizaram-se em torno de uma associação religiosa, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões, e restringiram a entrada do elemento africano em sua comunidade.

Essa distinção buscou o afastamento de uma condição mais próxima do cativo atribuída aos africanos. As relações a princípio religiosas marcaram os conflitos da comunidade de cor e encobriram uma reorganização étnica oriunda de experiências do cativo com o intuito de atenuar o impacto do mesmo e a formação de uma comunidade.

Essa sociabilidade que se torna pública ou socialmente relevante nas capelas, esteve relacionada à construção conflituosa do poder estatal nas Minas. A vida confrarial e a participação em atividades militares possibilitaram a esses indivíduos organização política, bem como a formação de lideranças. Os crioulos se posicionaram diante das autoridades coloniais solicitando direitos e prerrogativas, através de requerimentos e petições endereçadas ao Conselho Ultramarino. A atuação dos crioulos contou com a reprodução e a negociação das fronteiras que demarcavam as hierarquias sociais. Seus discursos reivindicatórios apontaram as fissuras e excessos presentes na arquitetura social da instituição escravista, buscaram equiparar a categoria crioula formada no seio da América portuguesa àquelas existentes no império Marítimo Português.

Além disso, lutaram para a elevação da Irmandade à condição de Ordem Terceira. A condição de terceiros conferia um status privilegiado aos crioulos, uma vez, que esse tipo de associação leiga era submetido à autoridade de uma ordem primeira, e a admissão de seus membros era rigorosa. De acordo com seus estatutos não poderiam ser aceitos indivíduos negros, cristãos novos, impuros de sangue, além de serem observados os vínculos pela união matrimonial. No entanto, a conquista do título de terceiros só foi possível durante o governo imperial.

Necessariamente, forjaram-se novas formas de identidades sociais e liberdade. Pretendemos avaliar essa tensão crioula como repercutindo em luta colonial caso da libertação dos crioulos, como na chamada conspiração de Minas Gerais de 1789.

Fé e governo: os Bispos de Angola e Bahia e a administração dos escravos no século XVIII

Beatriz Nowicki Galera
bianowickig@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Administração, Angola, Bahia, Bispo, Escravidão

A presente pesquisa pretende analisar de maneira comparativa as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e um Memorial escrito ao Rei pelo Bispo de Angola D. Luís Simões Brandão, além do livro Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos de Jorge Benci. Assim, o eixo que conduz esta reflexão se dá em torno da apropriação da mão de obra escrava e o processo de escravização no século XVIII, desde suas discussões teóricas cujo cerne se dava nas universidades portuguesas, às práticas de captura e de comércio de escravos. Com processos de colonização diferentes, alguns problemas se repetem em território luso brasileiro e africano quando o assunto é a regulamentação das práticas escravistas, de modo que podemos observar uma rede de comunicação em torno do assunto no Império Português. Nosso objetivo é entender como estes aspectos locais extrapolam para uma questão mais ampla da administração no ultramar e, então, questionarmos qual o papel que a religião ocupa no cenário ultramarino no início do século XVIII.

Arte da Língua de Angola (1697); uma gramática de língua quimbundo produzida no Brasil

Cristiane da Rosa Elias
cristianeeliasuerj@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: africanos e língua, gramática, jesuítas

O uso de gramáticas, catecismos e vocabulários, era um recurso que facilitava a ação de projetos missionários nas regiões africanas em que padres atuavam. No Brasil, a elaboração da “Arte da Língua Angola”, publicada em 1697, formulada por Pedro Dias, da Companhia de Jesus, representava um projeto de doutrinação na colônia portuguesa do XVII. O objetivo dessa obra em questão seria que outros jesuítas tivessem noções da língua quimbundo presente no Brasil, para que pudessem catequizar e confessar os africanos que aqui chegassem. Já que existia a necessidade de controlar as muitas línguas existentes no território e os africanos que podiam resistir à escravidão através de sua língua.

Com o uso da “Arte da Língua de Angola”, mais outras fontes e bibliografias encontradas compreendemos que o português não foi sempre a língua dominante e oficial do Brasil e que ela foi uma conquista lenta e bélica na colônia.

O presente trabalho, portanto, nos possibilita enxergar as relações estreitas entre a doutrinação e escravidão, mas também os contatos entre o Brasil, Portugal e África que foram profundas, intensas politicamente, bem estruturadas e que nesse caso não se pautava somente em uma relação de violência física. A produção de gramáticas e vocabulários facilitava à doutrinação e reduzia os africanos e seus descendentes à condição de escravizados, como base da estrutura escravista.

Um cristão-novo pelo Atlântico: os negócios de Francisco Antônio Henriques em Castela, Angola e América portuguesa (1670-1709)

Natália Ribeiro Martins
nribeiro.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Atlântica, cristão-novo, trajetória

A intenção deste trabalho é esboçar um estudo de caso envolvendo a trajetória do cristão-novo castelhano Francisco Antônio Henriques, homem de negócio, preso pela Inquisição de Lisboa, em 1709, no Rio de Janeiro. Pelo fato de Henriques ter se inserido em três praças comerciais importantes dos séculos XVII e XVIII: Ibéria, África e América portuguesa, o artigo se propõe a utilizar a metodologia conhecida como História Atlântica, ou Atlantic History, um espaço de discussão em amplo desenvolvimento que busca integrar as múltiplas dimensões e movimentos que conformaram este chamado “mundo atlântico”, ou seja, um mundo que tinha o

Oceano como o elemento conectivo principal. No final do século XVII, após explorar praças comerciais entre Portugal e Castela, o cristão-novo Francisco Antônio Henriques estabeleceu-se em Benguela, região de Angola e, por meio de empréstimos à juro e pagamentos em letras de câmbio, Henriques assumiu uma posição financeira ali importante, tanto para os europeus e tangomaos, quanto para as nações autóctones e sobas. Após algum tempo, o cristão-novo assume negócios também no Rio de Janeiro.

Sua permanência em Angola e a continuidade de seus negócios atlânticos são, sem dúvida, os elementos que tornam Francisco um personagem fundamental, de modo que sua história pode ser um importante contributo para entendermos as dinâmicas atlânticas da Era Moderna. Explorar trajetórias como a de Henriques e de outros indivíduos que compuseram esta História Atlântica, ajudam a descortinar as diversas nuances que estes intercâmbios assumiram nos percursos destes personagens.

A crise de sucessão portuguesa de 1578-1580 e a teoria da eleição dos povos

Filipe Duret Athaide

fduret@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crise sucessória 1578-1580, Ordem dos Pregadores, teoria de eleição dos povos

Em 1601, o dominicano português José Teixeira publicou, em Paris, um texto intitulado “Adventures admirables”. Obra que poderia passar despercebida num grupo tão vasto de impressos que vieram à luz na virada do XVI para o XVII na Europa, este pequeno livro inaugurou um longo debate acerca da sobrevivência de D. Sebastião à batalha de Alcácer Quibir, em 1578.

Se por um lado, o início do século XVII ainda era um período em que a probabilidade biológica do rei português estar vivo era plausível – caso não houvesse desaparecido da batalha no norte da África, D. Sebastião teria 47 anos quando da publicação da Adventure – por outro, a sucessão dos Habsburgos em Lisboa já estava em um momento de certa estabilidade e consolidação. É neste contexto de expectativas que a crença messiânica que associou o mito do rei encoberto ao soberano português desaparecido na batalha ganhou força impressa.

A análise da obra de Teixeira busca assim iluminar a maneira como alguns religiosos e ordens religiosas atuaram diante à crise sucessória de 1578-1580 e a consequente união dinástica (1580-1640). Por fim, pretendo demonstrar como o dominicano se constituiu num dos principais defensores da teoria da eleição dos povos, ou seja, a origem divina do poder monárquico era confirmada “per populum”.

Filipe II e a União Ibérica - um sonho realizado

Pedro Hermes de Oliveira

pedro.hermes.oliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crise sucessória 1578-1580, Ordem dos Pregadores, teoria de eleição dos povos

Quem foi Filipe II da Espanha? Qual a grande conquista ele teve durante o seu reinado? Qual a importância dele para história da Espanha, Portugal e, até mesmo do, Brasil?

Neste presente trabalho, busco apresentar como o "sonho espanhol" de alcançar a União Ibérica é concretizado na pessoa do rei Filipe II (1527-1598). Para uma melhor compreensão da importância da realização dessa União, apresentarei uma visão geral da vida do monarca espanhol, filho de Carlos I da Espanha. Sendo assim, sua criação, educação, contexto histórico, casamentos, manobras políticas, alianças e desavenças se fazem importantes. Irei de modo cronológico apresentar os fatos ou dados que obtive, em meus estudos, sobre a vida do Rei Prudente. Desse modo, você poderá compreender um pouco de sua mentalidade. Para, assim, poder compreender a importância da realização desse sonho não apenas para Espanha, mas como para o próprio Filipe.

A iconografia como fonte de pesquisa para a Época Moderna: gravuras na Restauração de Portugal (1640-1668)

Talita de Jesus Noronha Sanchez

talitansanchez@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Época Moderna, Gravuras, Portugal, Profecia, Restauração

O uso de imagens como fonte para o historiador não é inédito, desde Petrarca, Gibbon, Voltaire, Burckhardt, Huizinga até Warburg, Panofsky, Gombrich e Baxandall, conforme lembra o historiador espanhol Joan Lluís Palos. Há que se ressaltar, contudo, que, não houve, de modo geral, uma preocupação ou com a materialidade das imagens, ou com a dimensão social das imagens. Com os Annales surgiram manifestações enfáticas em favor do uso das fontes visuais nas pesquisas historiográficas. Porém, o que se viu foi o uso dos testemunhos visuais apenas como plano de fundo para acontecimentos intelectuais e teológicos na Europa medieval.

Seguindo as orientações desse Simpósio Temático, concordamos que, na Época Moderna, há uma pluralidade de práticas políticas que indicam as várias estratégias de convívio político e cultural que organizam a noção de “bom governo” e da lógica imperial. Em vista disso, pretendemos pesquisar sobre a “retórica visual” em torno das gravuras produzidas no esforço de legitimação política da casa dos Bragança no processo da Restauração de Portugal.

Daremos, então, destaque à produção impressa de imagens. A partir das quais, pretendemos perceber se e como a forma imagética criou uma “visualidade” a partir do discurso teológico e político restauracionista. A partir da noção de cultura visual nos perguntamos se houve a construção de uma iconografia profética da Restauração. Buscaremos investigar em que medida se deu a consolidação dessa iconografia, identificando os recursos visuais, os argumentos proféticos e as expectativas políticas inseridas numa “retórica visual” do período.

Esta proposta de comunicação é resultado da pesquisa de mestrado que realizamos intitulada Iconografia da Espera: profecia e política nas imagens da Restauração (1640-1668). Nosso objetivo é perceber se a Restauração demarca um momento de ruptura da União Ibérica.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

Para tanto, partiremos das análises das iconografias selecionadas para identificar se há variações nas composições visuais; isto é, verificaremos se há a consolidação de uma nova iconografia sobre a Restauração ou se ocorre uma reatualização de tópicos e de recursos retóricos anteriormente utilizados. Para tanto, utilizaremos um tipo de fonte que normalmente não é utilizada pela historiografia a fim de perceber as variações nos discursos proféticos e políticos desse período.

A conquista do vice-reino da Nova Granada: um cotejo entre a recopilación historial de Frei Pedro de Aguado e os papéis da Audiencia de Santa Fe

Thiago Bastos de Souza
toca98@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Aguado, Audiencia, Fe, Frei, Historiografia

O presente trabalho visa apresentar um diálogo entre as informações relativas à conquista do vice-reino da Nova Granada, apresentadas em uma crônica chamada recopilación historial, confeccionada pelo provincial da ordem dos franciscanos, frei Pedro de Aguado, que predicou neste vice-reino entre os anos 1561-1575, e a documentação de religiosos provenientes do fundo cartas y expedientes de personas eclesiástica para a audiencia de Santa Fé (1534-1601), pertencente ao Archivo General de Indias.

Por meio do conceito de Historiografia Indiana, enunciado pelo historiador espanhol Esteve-Barba em 1964, podemos correlacionar distintos escritos de diferentes partes das Índias Ocidentais Espanholas que guardam consonância e vinculação política. Poderemos observar, assim, diferentes “escalas” de documentação referentes a um mesmo espaço geográfico e conjuntural que tratam sobre um mesmo tema: a conquista armada e religiosa e seus desdobramentos. Desse modo, buscaremos fazer algumas considerações sobre o efetivo controle político por parte da Coroa espanhola no vice-reino da Nova Granada neste contexto.

Para a conservação desta Fronteira: D. António Rolim de Moura e a defesa da Capitania de Mato Grosso

Débora Cristina dos Santos Ferreira
debora.csferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Capitania de Mato Grosso, D. António Rolim de Moura, fronteira Oeste

Entre 1751 e 1764, o governo da Capitania de Mato Grosso estivera nas mãos de D. António Rolim de Moura, lidara com a carestia, os conflitos com os jesuítas das Missões espanholas, o trato com os mineiros e o estabelecimento da vila-capital. Entre suas ações a defesa da fronteira ganha destaque neste trabalho. Quando de sua nomeação, as discussões acerca das fronteiras entre as monarquias ibéricas estavam em estágio avançado e culminaram no Tratado de Madri, que estabelecia os limites entre os territórios coloniais americanos. Ao governador recomendava-se atenção com a defesa da Capitania, sendo ela chave e o propugnáculo do sertão, desde sua chegada buscara a sua conservação, erigiu Vila Bela da Santíssima Trindade na região mais a oeste, buscou manter boa vizinhança com os padres da Companhia, estabeleceu o destacamento de Nossa Senhora da Conceição e auxiliara as demarcações do Norte que estavam

sob a responsabilidade de Francisco Xavier Furtado de Mendonça, e posteriormente recebera a incumbência de Plenipotenciário e principal comissário destes limites. Neste trabalho, discutiremos a atuação de Rolim de Moura na defesa da Capitania, através das cartas trocadas com agentes régios, seja na América Portuguesa, como os governadores de Goiás, Pará e mesmo Gomes Freire de Andrada, seja aqueles que estavam em Lisboa, e também, ensejamos perceber as ações militares e as negociações travadas com os agentes da Coroa Espanhola durante o conflito armado de 1763.

Uma Questão de Desordem: as Visitações do Santo Ofício à América Portuguesa e as Práticas Mágicas Populares (séculos XVI-XVII)

Bernardo Manoel Monteiro Constant

bernardoconstant@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, feitiçaria, imaginário, ordem, desordem

Este trabalho se debruça sobre a documentação inquisitorial produzida pelas duas primeiras visitas do Santo Ofício ao território da América portuguesa, especialmente no que concerne às práticas mágicas populares. Com o objetivo de discutir as noções de ordem e desordem cultural e religiosa, será observado como as práticas reunidas sob o rótulo de feitiçaria são representadas como desvios pelo discurso eclesiástico; e será levantada a hipótese de que, por força de sua frequente procura pela população e banalidade com a qual são tratadas no meio social, tais práticas seriam não uma expressão de desordem como quer o Santo Ofício, mas sim um elemento constitutivo da ordem social emergente na sociedade em processo de construção na colônia.

Entre os séculos XVI e XVII, as visitas à América portuguesa surgem como elementos essenciais da tentativa da Coroa ibérica de levar o disciplinamento das consciências a uma região até então negligenciada - tenta-se impor assim a ortodoxia católica. Mas ao falar dessa ordem, é necessário observar a desordem que a ela se opõe. A este trabalho interessam as práticas mágicas populares.

Embora uma ampla variedade de procedimentos com diversos objetivos seja denunciada aos visitantes, é evidente uma característica em comum entre elas: a crença de que elas possibilitariam alterar a própria realidade. Alie-se tal percepção à doutrina demonológica desenvolvida na Europa e percebe-se porque a magia é encarada pela Igreja como transgressora dos ordenamentos (naturais, religiosos, sociais) por excelência.

Ao traduzir as práticas mágicas como feitiçaria, o Santo Ofício busca enquadrá-las nas pautas repressoras do catolicismo contrarreformista. Os relatos colhidos em processos contra feiticeiros, no entanto, apontam que a população da América portuguesa não entendia o ato de realizar ou recorrer à magia como transgressivo por si só. Procuradas por sujeitos de variados perfis sociais e encaradas como recursos para a resolução de problemas cotidianos, as práticas mágicas eram parte do quadro social do início da colônia.

Nesse sentido, argumenta-se que as visitas da Inquisição surgem não como propiciadoras da ordem onde antes só haveria a desordem (isto seria adotar o discurso inquisitorial), mas sim como iniciativas de confronto a uma ordem alternativa que se percebia em formação na América – ordem esta que tinha como um de seus elementos uma relação se não inclusiva, ao menos não-persecutória às práticas mágicas populares.

"Porque tudo as pessoas folgavam de saber": Relações de gênero, práticas "mágico-religiosas" e universo inquisitorial no processo de Brites Marques

Marcus Vinicius Reis

mv.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero, Século XVI, Tribunal do Santo Ofício, mágico-religiosas

A esfera das previsões dos destinos não se ancorava somente no âmbito erudito, em especial, no campo da astrologia moderna. Brites Marques é apresentada pelo historiador Francisco Bethencourt como um dos principais exemplos de como a população comum compartilhou do mesmo interesse dos letrados em manipular esses destinos, prevendo-os conforme os interesses de quem a procurava. Em seu processo, Brites Marques é apresentada oficialmente como cristã-velha, viúva, moradora de Évora – embora fosse natural de Lisboa – e, enfim, considerada mulher que era “infamada de feiticeira e que fazia muitas superstições para bem querenças e adivinhava coisas ocultas”. Juntamente com Brites Frazão e Catarina de Faria, se tornou uma das maiores "feiticeiras" que Évora presenciou durante a segunda metade do século XVI. Mais ainda, com um alcance relativamente maior que o presente na trajetória Brites Frazão, as sociabilidades ao redor de Brites Marques acabaram por contribuir não somente com sua fama frente às demais “feiticeiras” ou mesmo entre a população em geral. Contribuíram, também, para olhares enviesados e arraigados de um padrão que associou a mulher à presença do Diabo, seja entre os mesmos responsáveis por consolidar sua fama ou a partir da Inquisição voltada a identificar essa interação. Este trabalho se propõe a analisar a sua trajetória, entendendo-a como importante exemplo de como as práticas "mágico-religiosas" se desenvolveram como importante esfera de presença das mulheres como forma de delimitar reconhecimento social e autonomia ainda que num contexto patriarcal e evado de caracteres misóginos. Sob a categoria de "gênero", pretendemos compreender o desenvolvimento das estruturas normativas vigentes no período ao mesmo tempo em que buscamos avaliar a dimensão individual, de Brites Marques, em meio a essas relações de poder e o modo como a acusada teve sua fama de "feiticeira" delimitada frente a esse contexto.

Governos das gentes através da fé: Inquisição e resistência no mundo luso-brasílico (séculos XVI-XVII)

Angelo Adriano Faria de Assis

angeloassis@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Mulheres, Resistência, judaica

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição instaurado em Portugal em 1536 tinha como objetivo zelar pela fé e reprimir comportamentos considerados como ameaça à pureza católica. Os cristãos-novos, judeus convertidos em fins do Quatrocentos, suspeitos de judaizar, seriam as principais vítimas das desconfianças sociais e do olhar atento do Santo Ofício, acabando por se tornarem o principal grupo perseguido pela Inquisição ao longo de seus quase três séculos de funcionamento. Mas cabe analisar os processos de resistência, que impedia que a ameaça inquisitorial não se tornasse paralizante para estes neoconvertos, alimentando uma resistência oculta que era conhecida como criptojudaísmo. Neste sentido, o papel de resistência desempenhado pelas mulheres, das grandes responsáveis pela continuidade judaica e seu

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

ensinamento para as novas gerações, foi fundamental. O objetivo desta comunicação é, através de alguns estudos de caso envolvendo mulheres denunciadas ao Santo Ofício (e dos processos daí decorrentes), perceber as estratégias de resistência utilizadas para a continuidade hebraica em ambiente de exclusão, mormente os espaço brasílico, entre os séculos XVI e XVII, a partir das fontes produzidas pelas visitas inquisitoriais à luso-América entre 1591-95 e 1618-20.

A demonização feminina: uma herança medieval no retrato inquisitorial em terras Luso-Americanas (1591-1595)

Aieska Pandolfi Monfardini

apandolfm@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Bruxaria, Inquisição, Mulher, imagem

Em 1551, o Tribunal de Lisboa, tem sua jurisdição estendida para as colônias portuguesas, entre elas, o Brasil. Quarenta anos após a extensão feita, a América portuguesa recebe sua primeira visita inquisitorial com a chegada de Heitor Furtado de Mendonça. Tal visita teria sido motivada pela grande presença judaica na colônia, entretanto, todo tipo de desvio de doutrina era alvo de investigação inquisitorial. A feitiçaria, sendo uma das heresias que se desviavam dos dogmas católico-cristãos, também foi alvo, tanto de denúncia, quanto de investigação. A feitiçaria e qualquer outro mal-estar social envolvendo a danação da alma do homem, principalmente através de atos sexuais e sexualizados, eram ligados imediatamente a mulher. O presente trabalho pretende propor a análise da figura feminina, juntamente com a herança misógina demonizante adquirida através do medieval, e da acusação de feitiçaria, prática supostamente ligada a figura da mulher, através dos processos inquisitoriais contra Felícia Tourinho e Violante Carneiro.

O presente trabalho faz parte de um projeto para uma pesquisa de mestrado.

Revés e frustração: postulantes a agentes inquisitoriais rejeitados pelo Santo Ofício

Luiz Fernando Rodrigues Lopes

luizfernando_rl@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade Social, Tribunal do Santo Ofício, agentes inquisitoriais

As habilitações de agentes da Inquisição foram insígnias dos mais importantes mecanismos de distinção no império português ao longo do Antigo Regime. Aqueles que se candidatavam a trabalhar para a Inquisição na defesa da heterodoxia da fé buscavam alcançar o lastro público da boa ascendência e bom nascimento, condição indispensável para a boa imagem pública nesta sociedade estamental marcada pelos estatutos de limpeza de sangue. No entanto, muitos foram o que tiveram suas pretensões frustradas e amargaram o desgosto de verem suas reputações questionadas, seja por mácula sanguínea, por mau procedimento ou incapacidade. Esta comunicação busca apresentar os perfis sociais dos candidatos rejeitados pela Inquisição ao longo do tempo e em diferentes espaços do império português, pontuando os roteiros burocráticos do tribunal para vetar o provimento aos candidatos considerados inaptos.

A reforma tridentina em Portugal: D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Cabido da Sé de Braga (1564-1582)

Juliana Torres Rodrigues Pereira

julianatrp@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Concílio de Trento, Reforma Católica, Cabidos, Episcopado

Esta comunicação pretende analisar as dificuldades para a aplicação das normas definidas pelo Concílio de Trento em Portugal, mais especificamente no Arcebispado de Braga. Os decretos tridentinos de reforma conferiam aos bispos uma enorme autoridade sobre o clero catedralício e ampliavam sua jurisdição sobre os diocesanos, especialmente no que diz respeito aos direitos de visita e inquéritos sobre os fiéis, e foram, por isso, objeto de longas controvérsias em Portugal. Uma das mais longas e bem documentadas delas foi a que teve lugar no Arcebispado de Braga. Iniciado no Sínodo Diocesano de 1564, o conflito com o Arcebispo, que parece ter, em muitos momentos, tomado um caráter pessoal, arrastou-se até que Frei Bartolomeu dos Mártires obteve dispensa de sua função. A querela chegou a envolver até mesmo o Tribunal do Santo Ofício e, mesmo após a realização de três concórdias, mediadas por D. Henrique, não cessou. A ampliação dos poderes governativos dos bispos concedida em Trento teve de ser negociada.

Penitência, utilidade e contradição: considerações sobre o degredo de escravizados pela Inquisição no Império Português

Thaís Tanure de Oliveira Costa

ttanure@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição portuguesa, escravismo moderno, mundo atlântico, degredo

Esta apresentação tem como objetivo a problematização do degredo de escravizados perpetrado pela Inquisição no mundo atlântico português. Visamos refletir de que forma esta prática estaria em contradição com o sistema de degredo comumente aplicado no direito português moderno, já que esta pena consistia em afastar o condenado para regiões longínquas em Portugal ou enviá-lo para os espaços coloniais - aliando assim o aspecto penitencial desta punição com o viés colonialista e imperial. Em nossa pesquisa, constatamos que no caso do degredo aplicado aos escravizados em muitos casos o que ocorreu foi precisamente o contrário. Muitas destas pessoas, provenientes dos espaços coloniais, foram responder seus processos em Lisboa e condenados a ir cumprir as penas em Portugal - nas galés de sua majestade, ou em regiões fronteiriças do Reino.

O conjunto de fontes que trabalharemos consiste predominantemente em processos inquisitoriais, mas também serão utilizados documentos oficiais do Conselho Ultramarino português e relatos de viajantes. Desejamos com essa apresentação levantar questionamentos tais como: o impacto econômico do degredo para os senhores dos escravizados e para a Inquisição no que tange à subsistência do condenado que muitas vezes sem nenhum recurso deveria ser sustentado em seus anos passados nos cárceres secretos inquisitoriais e posteriormente em seu local de degredo; avaliar do ponto de vista inquisitorial e imperial o significado da aplicação desta pena a esses grupos sociais específicos; bem como problematizar o envio destas pessoas para o próprio Reino e verificar em que medida esta prática se oporia à lógica colonial e imperial do degredo.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

Penitência, utilidade e contradição: considerações sobre o degredo de escravizados pela Inquisição no Império Português

Thaís Tanure de Oliveira Costa

ttanure@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição portuguesa, escravismo moderno, mundo atlântico, degredo

Esta apresentação tem como objetivo a problematização do degredo de escravizados perpetrado pela Inquisição no mundo atlântico português. Visamos refletir de que forma esta prática estaria em contradição com o sistema de degredo comumente aplicado no direito português moderno, já que esta pena consistia em afastar o condenado para regiões longínquas em Portugal ou enviá-lo para os espaços coloniais - aliando assim o aspecto penitencial desta punição com o viés colonialista e imperial. Em nossa pesquisa, constatamos que no caso do degredo aplicado aos escravizados em muitos casos o que ocorreu foi precisamente o contrário. Muitas destas pessoas, provenientes dos espaços coloniais, foram responder seus processos em Lisboa e condenados a ir cumprir as penas em Portugal - nas galés de sua majestade, ou em regiões fronteiriças do Reino.

O conjunto de fontes que trabalharemos consiste predominantemente em processos inquisitoriais, mas também serão utilizados documentos oficiais do Conselho Ultramarino português e relatos de viajantes. Desejamos com essa apresentação levantar questionamentos tais como: o impacto econômico do degredo para os senhores dos escravizados e para a Inquisição no que tange à subsistência do condenado que muitas vezes sem nenhum recurso deveria ser sustentado em seus anos passados nos cárceres secretos inquisitoriais e posteriormente em seu local de degredo; avaliar do ponto de vista inquisitorial e imperial o significado da aplicação desta pena a esses grupos sociais específicos; bem como problematizar o envio destas pessoas para o próprio Reino e verificar em que medida esta prática se oporia à lógica colonial e imperial do degredo.

Presença Judaicas nas minas oitocentista: rastros e esquecimentos na cidade de Sabará

Julia Calvo

juliacalvo1@gmail.com

Rudney Avelino de Castro

rudney_castro@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Minas Oitocentistas, Judeus, Memória, Sabará

As evidências de atos discriminatórios e de intolerância aos judeus no Brasil pode não parecer tão explícito e visível como em algumas regiões do mundo frequentemente alvo de atentados e manifestações, como na França e Hungria, onde se percebe o crescimento do antissemitismo, e na Argentina com o atentado à Amia em 1994. A menor percepção, entretanto, não esconde o conflito com o grupo mais amplo, de longa duração, sendo inegável a sua existência e problemática. Nas dinâmicas, mediadas pelas relações entre os grupos, a

representação do elemento judaico identificava-se com um sentimento de temor e medo, herdado dos tempos coloniais que associava os judeus aos mitos do deicídio, do libelo de sangue e tantos outros e que acompanharam a relação da sociedade brasileira com a presença judaica desde seus primórdios amparada nas práticas persecutórias e visitasões inquisitoriais. Tomamos como foco as práticas judaizantes encontradas nas Minas Gerais do setecentos e oitocentos, particularmente em Sabará, para identificar as formas de interpenetração que se manifestaram como forma de resguardar a tradição e a identidade do grupo de “cristãos novos” frente a sociedade maior e, ao mesmo tempo, garantir a atualização de sua integração. Anita Novinsky (2001) já pontuava a diversidade das realidades dos grupos de cristãos-novos no Brasil colonial (principalmente na diferença do meio urbano para o rural) e a possibilidade de maior integração vinculada à posse de bens, de riqueza e de poder como uma forma de ingresso dos cristãos-novos às elites locais. O trabalho aqui apresentado se sustenta no cruzamento das práticas culturais identificadas nos inventários e nos registros das Irmandades religiosas, formadas por leigos e criadas após a expulsão dos jesuítas, com os processos inquisitoriais e manuais de orientação aos visitantes e familiares do Santo Ofício. Destaca-se os rituais de sepultamento (que ainda são usuais no município) e o associativismo realizado pelas irmandades compostas por homens leigos que se constituíram com após a expulsão dos jesuítas na América portuguesa.

Comunicações Livres

Dois projetos para a Catedral Cristo Rei: Rupturas e permanências do poder religioso na paisagem de Belo Horizonte

Luiz Felipe César Martins de Brito
luizfelipecmbrito@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: leitura, "Catedral Cristo Rei", "Ícone arquitetônico e urbanístico.", Ideologia, Imaginário, Paisagem.

Este artigo apresenta uma síntese da investigação realizada sobre a construção da Catedral Cristo Rei na cidade de Belo Horizonte. O objetivo é fazer uma análise deste projeto a partir da ideia de “paisagem imaginada”, considerando a Catedral como ícone arquitetônico e urbanístico. A “paisagem imaginada” consiste naquela que se lê não apenas em sua materialidade, mas também pelos imaginários dos sujeitos e pelas ideologias dominantes que a edificam. Já o edifício é um ícone para a cidade em razão de algumas de suas características referentes à sua localização estratégica e monumentalidade. A Catedral consiste de um templo religioso encomendado pela Arquidiocese de Belo Horizonte, durante o atual arcebispado de Dom Walmor, ao arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. Ela está em fase de construção e advém das ideias que surgiram no arcebispado de Dom Cabral, durante as décadas de 1930 e 1940, quando este incumbiu o arquiteto austríaco Clemens Holzmeister do projeto de uma edificação com esta mesma alcunha para ser implantada na região central da capital mineira. Este primeiro projeto começou a ser edificado mas nunca foi completamente erigido. Assim, o que se verifica com este trabalho é que a cidade do tempo se sobrepõe à cidade do espaço, pois uma construção não concluída do início do século passado reverbera nos tempos atuais. Na primeira seção do artigo, será apresentado o que vem a ser uma “paisagem imaginada” e como o estudo desta permite trazer um olhar contemporâneo sobre o passado, o qual se faz não a partir de um conceito de sucessão linear de acontecimentos, mas através da busca das horizontalidades, permanências e rupturas entre o passado e o presente. Na segunda seção, serão discutidos os dois projetos para a Catedral Cristo Rei. Diferentes fontes conformam esta pesquisa: para o projeto de Holzmeister, cartas, contratos, atas de reuniões da Comissão Construtora da Catedral, desenhos técnicos e perspectivas; para o projeto de Niemeyer, desenhos arquitetônicos, materiais publicitários, maquetes eletrônicas, depoimentos, entrevistas. Na última parte do artigo, enfim, serão apresentadas as considerações

finais. Compreende-se que o projeto da década de 1940 deixou marcas imaginárias na paisagem de Belo Horizonte, as quais foram retomadas na atualidade. Encontra-se, através das fontes pesquisadas, um caminho para se fazer a leitura do tempo na paisagem de Belo Horizonte a partir de um projeto não construído e de outro ainda em construção.

Imagens dos Terreiros: Representações da trajetória dos cultos de Matriz Africana de Montes Claros na década de 1960 por meio da Fotografia

José Vinícius Peres Silva
zevinicius1@hotmail.com

O presente trabalho tem por objetivo analisar e compreender as representação sociais dos cultos de matriz africana nas fotografia e idéias veiculadas na reportagem Nos Terreiros de Umbanda e Candomblé- Mistério e Pomba dos ritos fetichistas da revista Encontro do ano 1962 em Montes Claros - MG. Preconiza, ainda, relacionar possíveis comparações, analogias e diferenças entre a publicação e os álbuns de fotografia familiares dos pais de santo que foram abordados por essa matéria. Utilizaremos a reportagem As Noivas dos Deuses Sanguinários de 19 de setembro de 1951 da revista O Cruzeiro, para estabelecer uma possível ligação entre o fotojornalismo do período.

O irã no século XX: perspectivas do pensamento feminino na era pré-revolucionária

Júlia Carolina de Amorim Benfica
juliabemfica@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, Irã, Islã, Pérsia, Revolução.

A ascensão do pensamento feminista no século XX, tanto no que tange as manifestações pelo sufrágio como as problematizações posteriores a respeito do gênero e do patriarcado, possibilita-nos analisar as vicissitudes do paradigma feminino em diversos aspectos, sendo o foco desta pesquisa a forma como essas relações intelectuais, sociais e civis se estabeleceram no Irã no referido século XX. Ainda que o país não seja árabe, o fundamentalismo religioso somado com governos monárquicos, asseverou uma relação hierárquica entre os gêneros e as relações sociais entre homens e mulheres. O intuito deste estudo é analisar o processo intelectual feminino no Irã, partindo do período que concerne a Revolução Constitucional de 1905 levando os estudos até o período que antecede a Revolução Islâmica de 1979. Sabe-se que grande parte dos escritos foi feito sob perspectivas de mulheres de classe média alta, mas espera-se que por essas produções seja possível identificar as formas como a ascensão do processo intelectual e

educacional feminino propagaram-se e quais foram seus resultados sociais e cívicos para a sociedade.

Transgressões da carne convertidas em erros da fé à luz do Malleus Maleficarium e seu fomento à perseguição feminina.

Jocilane Gonçalves Barbosa
jocilane12@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Melleus Meleficarum", inquisição, misoginia.

O presente artigo visa o estudo do livro Malleus Maleficarum e tem como cerne o que a obra considerava (e o que passou a ser considerado após sua publicação e propagação) bruxaria, práticas e poderes demoníacos, sob uma perspectiva sexista, dos autores Heinrich Kramer e James Sprenger e que levou milhares de mulheres às fogueiras da Inquisição ao longo de séculos, sob a acusação de pactos demoníacos.

"Não nos calaremos": a Rosa Branca e sua resistência ao regime nazista

Maria Visconti
mariavisconti92@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rosa Branca, Resistência, Nazismo, Totalitarismo .

Durante o regime nazista de Adolf Hitler, um grupo de Munique composto por cinco estudantes e um professor universitário expressaram sua indignação por meio de panfletos. Foram produzidos seis panfletos no total, que pregavam a resistência passiva e não violenta por meio da sabotagem aos mecanismos do Partido Nazista. Estes atores políticos queriam tirar Hitler do poder por meio de uma onda de revolta que se alastraria por toda a Alemanha, e isso seria atingido com a circulação da ideia de sabotagem por meio de seus panfletos. Os irmãos Sophie (1921-1943) e Hans Scholl (1918-1943), Alexander Schmorell (1917-1943), Christoph Probst (1919-1943), Willi Graf (1918-1943) e o professor Kurt Huber (1893-1943) deram início às atividades da Rosa Branca em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial e no ano seguinte, pagaram por isso com as próprias vidas.

Esse pequeno grupo e suas células em outras cidades deram a impressão a Gestapo de serem uma resistência muito mais organizada do que de fato eram. Muito se foi dito sobre a Rosa Branca no pós-guerra, mas pouco esforço foi feito para realmente compreender a dinâmica deste grupo. Afinal, o que significa resistir ao Nacional Socialismo? O que esses estudantes queriam verdadeiramente? Para quem seus panfletos se dirigiam? Quais eram seus objetivos? Qual foi a

sua importância e qual foi a sua abrangência? Este trabalho pretende responder algumas destas questões.

Busca-se fazer uma análise da resistência proposta pela Rosa Branca, mobilizando conceitos como: resistência passiva, culpa, responsabilidade e liberdade. Para isso, será lançado um olhar sobre a memória produzida no pós-guerra sobre esse grupo, contestando a ideia clássica de heroísmo, para compreender a complexidade do regime totalitário. O objetivo é, principalmente, analisar os panfletos, que contam com duas fases claramente distintas: a primeira, que propunha uma resistência pacífica; e a segunda, que buscava uma integração da Rosa Branca com um movimento de resistência estudantil em toda a Alemanha, com o objetivo de derrubar Hitler e formar outro governo. Essa resistência estaria ligada a outros grupos resistentes ativos como a Orquestra Vermelha e os conspiradores ao assassinato de Hitler. Pretende-se contar a história do grupo e de seus integrantes, a complexidade de suas intenções e a estruturação das células formadas em outras cidades e regiões da Alemanha.

Arqueologia da Repressão e continuidade dos Desaparecimentos

Juliana Freitas
juliana.f@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Desaparecimentos, Repressão.

A Ditadura Civil-Militar brasileira exacerbou as práticas de repressão policial, especialmente nas comunidades de periferia e daqueles que eram, de alguma forma, militantes políticos de oposição ao governo ditatorial. Os desaparecimentos forçados, isto é, o desaparecimento que se dá quando a vítima é sequestrada ou presa por alguma organização política ou estatal com apoio ou leniência do Estado, tornaram-se frequentes. Este trabalho entende que os desaparecimentos forçados vão além dos chamados "desaparecidos políticos", uma vez que todos os desaparecimentos forçados que ocorrem em uma ditadura são desaparecimentos políticos.

Este trabalho se propõe em analisar a continuidade da prática de desaparecimento forçado utilizado cotidianamente pelas forças policiais em todos o país, mesmo depois da Abertura política ensejada em 1985, e como os projetos e pesquisas sobre Arqueologia da Repressão podem contribuir para reverter esse quadro dramático.

Sigmund Freud em Norbert Elias: Uma análise dos conceitos freudianos presentes no "Processo Civilizador"

Estevão Mascarenhas Lobo de Faria
estevaofarialobo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biogênese; Civilizatório; Conceitos; Freudianos; Psicogênese, processo.

O trabalho em questão propõe uma discussão conceitual acerca de dois autores contemporâneos do começo do século XX, a saber: Norbert Elias e Sigmund Freud. Estudando respectivamente as obras: O processo civilizador (1939) e O mal estar da civilização (1930). Assim, pretende-se analisar como Elias se apropria de Freud para explicar o instinto de agressividade do homem, e como a sociedade, a partir do desenvolvimento do Estado precisou censurar e tolher tal manifestação para seu bom funcionamento. Parte-se do pressuposto de que, ao se apropriar de conceitos freudianos, Elias os articula com exemplificações históricas sobre os costumes e hábitos. Para tanto, trata-se de entender a transformação advinda com a curva civilizatória proposta por Elias, que paulatinamente atinge o indivíduo, suas relações e a sociedade, e que ao longo de séculos transformou o homem medieval no homem moderno, civilizado, comedido, e sublimado.

Sublime e tempo histórico: um diálogo no século XXI

Estela Maria Gonçalves de Souza
estelamariags@hotmail.com

Ricardo Vicente da Cunha Junior
junior.ricardojf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Tempo histórico", "século XXI", sublime.

O tempo enquanto objeto de construção social e não algo objetivamente dado nos leva a refletir sobre a construção do mesmo no contexto do século XXI. Ao se refletir sobre a mudança na percepção do tempo, buscamos imbuir neste as ideias de permanências e mudanças, e por que não as transições, da forma de percepção do mundo social e cultural. Esta percepção por sua vez se dá com a própria vivência do indivíduo, e de que maneira ele a insere em seu meio. Nosso olhar sobre o tempo será pautado na forma como o conceito do sublime vem sofrendo alterações desde a sua forma clássica no romantismo oitocentista. Nessa concepção do sublime, nos

propomos a analisar como o tempo e suas construções alteram nossa maneira de olhar sensível e perceptível do que nos rodeia.

Diante de tal problemática, a presença da tecnologia exerce grande influência no fator concepção tempo e no fator concepção e percepção do sublime. O indivíduo enquanto ser social se faz presente nas transformações ocorridas durante todo seu processo e torna-se fruto do seu tempo, tornando-se dependente das inovações resultantes. Infere-se que seu espaço de experiência e horizonte de expectativa faz-se diminuto frente à divisão do tempo para a tecnologia e para a vivência individual e coletiva. Dessa forma, o sublime torna-se praticamente imperceptível e insensível na vida do indivíduo, uma vez que este envolve as sensações. Para tal análise teremos à luz as considerações do sublime na filosofia kantiana e as considerações sobre o conceito de tempo e sua construção histórica.

Uma Fissura Na Engrenagem Industrial Da Morte: um estudo da Resistência Judia a partir das Memórias de Chil Rajchman

Marcos Paulo dos Santos Coelho
mp-coelho@live.com

PALAVRAS-CHAVE: folhetim "Segunda Guerra", Holocausto, Resistência, Shaoh

O presente resumo é uma tentativa de condensar e transformar as principais ideias encontradas no trabalho de Monografia II em um artigo para ser submetido a Comissão Organizadora do VI EPHIS da Universidade Federal de Minas Gerais para uma Comunicação Livre. Para tanto, nos debruçamos, durante um período de um pouco mais de um ano, até a produção do trabalho final de conclusão de curso para a licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação do Professor Dr. Geraldo Antônio Soares, coordenador do núcleo de pesquisa “Cotidiano, Cultura e Poder na Europa Entre Guerra” entre os anos de 2014 a 2016. O tema escolhido e pesquisado, durante o período apresentado, é visto pelos profissionais das Ciências Humanas como um verdadeiro marco na História Moderna, e ao mesmo tempo, possui grande receptividade pelo chamado público “leigo”, já que uma das formas mais utilizadas para abordar este assunto são os recursos audiovisuais cinematográfico. Diante da ampla relevância por este objeto histórico, a produção da Monografia, e conseqüentemente do artigo, nos obrigou a ponderarmos nossas análises historiográficas diante de um objeto de estudo tão controverso e sensível: a (não) passividade e Resistência da comunidade judia às políticas de extermínio implantadas pelo Regime Nazista durante os anos de conflito da Segunda Guerra Mundial, conhecida como Holocausto ou como

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

www.ephisufmg.com.br

Shoah, como é designado pela própria comunidade judaica. O principal objetivo do artigo, é apresentar uma nova perspectiva historiográfica no que concerne a passividade dos judeus diante das várias etapas burocráticas das políticas nazista até a famigerada “Solução Final da Questão Judaica”, que consistia, em poucas palavras, o genocídio da comunidade judaica europeia, ou por trabalho escravo aplicada na economia de guerra alemão, ou seu extermínio nas câmaras de gás nas indústrias da morte do III Reich, construídas no território conquistado e anexado da Polônia. Para tanto, nos pautamos no testemunho de Chil Rajchman, um judeu polonês que foi enviado ao campo de concentração de Treblinka em 1942 e que participou da Insurreição contra oficiais da SS e soldados ucranianos no ano seguinte, escapando assim, de umas das maiores indústrias de extermínio de judeus do Estado Nazista, buscamos elucidar, portanto, que a resistência judia foi uma realidade exercida, mesmo diante da mais alta conjuntura de violência psicológica, física e cultural nos campos de concentração.

“Habitação para quem precisa”: os planos de ação habitacional para o Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1970

Michele Aparecida Siqueira Dias
dias.micheleas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Estado de São Paulo", "História da Habitação", "Políticas Habitacionais", "políticas públicas".

Dentro de um contexto histórico político, marcado pela Ditadura Civil – Militar brasileira e em meio aos debates sobre políticas de desenvolvimento habitacional e urbano, o Governo do Estado de São Paulo promoveu uma série de medidas para alavancar a construção de conjuntos habitacionais no interior do Estado. Esta comunicação visa apresentar alguns aspectos políticos e sociais que permeiam as ações da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) e da International Basic Economy Corporation (IBEC), que apresentaram propostas de conjuntos habitacionais no Vale do Paraíba Paulista no momento em que o governo paulista apresentou planos para a interiorização do desenvolvimento industrial e tecnológico.

À Caminho Da Conclat: Disputas Pela Identidade Do Sindicalismo Brasileiro (1978-1981)

Marcus Vinicius de Marchi Faria
demarchi.marcus@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Identidade, Sindicalismo, Sindicatos.

O presente trabalho apresenta nosso atual projeto de pesquisa. Nosso tema é a disputa pela identidade do sindicalismo brasileiro entre os anos de 1978 e 1981. Pretendemos como problema responder a nossa hipótese das disputas pela memória como eixo central na construção da identidade do sindicalismo brasileiro. É nesse terreno contraditório da memória que partirão as disputas entre o "novo sindicalismo" e os antigos agentes da política nacional (a aliança PCB-Trabalhismo). Ao tentar reviver as sombras do passado, cria-se uma série de interpretações sobre qual deveria ser o papel dessa memória sindical na constituição da identidade do sindicalismo: De um lado, anotava-se que deveriam ser retirados seus pontos positivos, ou seja, revia-se a aliança democrático-bruguesa dos período pré-64 como experiência positiva, do outro lado via-se tais experiências como algo nocivo ao novo momento pelo qual deveria se guiar o sindicalismo brasileiro. Para isso, utilizaremos as contribuições de Marx e totalidade da história, Gramsci e o papel dos grupos subalternos na história, tendo como locus essencial a luta de classes. Complementaremos tal estudo utilizando o conceito de experiência histórica em E.P. Thompson e recorreremos ainda aos estudos de Hobsbawn e a invenção das tradições. Nos utilizaremos também do conceito de identidade social em Pollak.

Discursos de Um Projeto de Nação: Um Exame Sobre a Maternidade e a Infância nos Anos 1920 e 1930

Maria Eduarda Gomes Penaforte
maria.gpenaforte@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Código de Menores", Gênero, Infância, Maternidade.

A presente pesquisa procurou explorar as representações sociais sobre a maternidade, ou o papel social de mãe nos anos 1920 e 30. Considerando que nesses anos houve intenso debate público sobre os fundamentos do sistema político brasileiro, em que muitos grupos discutiram as alternativas para corrigir as mazelas do sistema eleitoral. Esses mesmos anos foram marcados por amplo debate acerca do lugar dos pobres no projeto de Nação. Em particular, debateu-se a infância pobre urbana, em um espectro de correntes de opinião que iam da assistência caritativa à criminalização das crianças delinquentes. Coincidentemente, nesses mesmos anos, o movimento feminista vive um momento de expansão no país, defende o sufrágio feminino, mas também está atento à formulação de políticas públicas que afetassem as mulheres. A longa tramitação do

código de menores, por exemplo, trouxe à tona as visões concorrentes sobre a infância e as mães pobres. Esse projeto de pesquisa busca, portanto, explorar a possibilidade de que as feministas tivessem se manifestado em defesa da maternidade assistida durante os trabalhos legislativos que resultaram no Código de Menores, de 1927, dando um enfoque especial à reconstituição da forma do discurso daqueles que se manifestaram em torno da questão da maternidade e da infância dos pobres urbanos. Para tanto foi promovido o exame da tramitação do projeto de lei que resultou no Código de Menores, aprovado em 1927. Foram examinadas com especial atenção as peças legislativas que tratavam da maternidade e da assistência à infância. Em seguida, foi examinada na obra do pediatra Moncorvo Filho as representações sobre a maternidade, especialmente, o exercício do papel materno por mulheres pobres.

Família ou Famílias? Análise jurídico-social no Brasil pós Constituição de 1988

Adailton De Souza Cardoso
adailtonsouzac@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Projeto de Lei", Família, Violência.

O trabalho busca uma análise da (des) construção do conceito de família no Brasil pós Constituição Federal de 1988, tomando como fonte os projetos de lei 6.583/2013 chamado de “Estatuto da Família” e 470/2013 denominado “Estatuto das Famílias”, bem como seus reflexos inclusivos e/ou excludentes, além das práticas que direta ou indiretamente acabam por violentar os sujeitos, uma vez que foram ou pretendem ser marginalizados pelo Estado.

SPHAN e o Projeto Nacionalista de Vargas

Beatriz Lussim
bia.lussim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Cultura Material", Nacionalismo, SPHAN.

No que entende-se como o segundo golpe de Estado brasileiro, a chamada Era Vargas, a cultura material foi de suma importância para a construção e manutenção de um projeto nacionalista. Nesse sentido, a criação do então SPHAN em 1937, ano de promulgação do Estado Novo, teve como objetivo principal a seleção daquilo que seria tido como patrimônio nacional a fim de exaltar o ideal corrente da ditadura imposta por Vargas e seus aliados políticos. Dessa

forma, este trabalho se propõe analisar a formação do SPHAN e as consequências da construção de um projeto nacional para o Brasil.

A Imigração dos Portugueses para o Pará no período que antecede ao “Boom” da Borracha (1834-1855)

Luana Karina França Queiroz
luana-karina@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Economia, Imigração, Portugueses, borracha, da

A proposta do referido artigo é analisar a imigração portuguesa e o perfil dos imigrantes portugueses que se estabeleceram em Belém, na primeira metade do século XIX e início da segunda, do ponto de vista das características relativas à idade, à origem, à condição matrimonial e à atividade exercida. Partindo também através da análise do perfil destes imigrantes que diz respeito à: origem, sexo, idade, condição matrimonial, alfabetização, atividade/profissão. E fazer uma análise do fluxo dos imigrantes portugueses advindos do Distrito do Porto, a partir da análise dos passaportes no período anterior ao de auge e crise da economia da borracha. O por que de imigrarem para o Estado, quais seus interesses de se deslocarem para uma parte do país onde a economia não era tão representativa como nos outros estados.

Fluxo e perfil da imigração portuguesa para o Pará: Uma análise a partir dos passaportes (1887-1906)

Paulo Henrique Souza dos Santos
henridsantoss@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "economia da borracha", "fluxo e perfis", "imigração portuguesa".

A proposta deste projeto é analisar, a partir dos passaportes, o fluxo dos imigrantes portugueses advindos do Distrito do Porto, com o destino ao Pará, no período de 1887-1903, o qual é parte do auge da borracha. Esta movimentação populacional pode, também, relacionar-se com fatores internos de Portugal, como a industrialização do Campo e as dificuldades desse Estado em alocar essa mão de obra. Deste modo, a partir de uma verificação seriada e quantitativa, é possível perceber quais os locais que, corriqueiramente, esses migrantes residiam em Portugal, se estes vinham solteiros, casados ou viúvos; o cunho etário dessa migração e, também, através de um recorte de Gênero, perceber as diferenças da migração entre homens e Mulheres e se este movimento era majoritariamente masculino ou feminino. Posto isso, é

imprescindível alocar essa análise no fortalecimento dos estudos no campo da mobilidade da população e da demografia histórica.

Religiosidade e as narrativas presentes nos processos do cristão-novo Félix Nunes de Miranda

Daniela Cristina Nalon
danielanalon@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cristão-novo, Inquisição, Religiosidade.

Félix Nunes de Miranda, português e cristão-novo foi processado por duas vezes pelos Tribunais da Inquisição de Llerena e Lisboa em dois períodos de vida diferentes.

Nesse trabalho, os processos instituídos contra Félix servem como base para compreender quais atos ditos judaizantes ele cometeu, bem como daqueles que o acusaram – que também foram processados – buscando possíveis relações e conhecimento dessas práticas.

No dia 5 de maio de 1697 as práticas confessadas pelo réu foram: “certo dia do mês de setembro deste ano havia de santificar e guardar festa da Lei de Moisés e que outro dia de setembro de cada ano havia de jejuar de estrela a estrela”; a reza do Padre Nosso e da Ave Maria sem dizer ao final “Amem” e “Jesus”; a guarda dos sábados como dias santos e de festa.

Em 1729 Félix voltou a ser preso, desta vez pela Inquisição de Lisboa e na oportunidade as práticas confessadas pelo réu em muito se repetiram às de 31 anos. Continuou praticando o Jejum do Dia Grande, ficando no mês de setembro sem comer nem beber durante 24 horas de estrela a estrela, a prática do Jejum da Rainha Esther; a reza do Padre Nosso e da Ave Maria sem dizer ao final “Amem” e “Jesus”; não comer carne de peixe de pele, lebre, coelho e porco; a guarda do sábados prosseguiu e a reza dos Salmos de David sem “Gloria Patri” ao fim.

Nos processos de Félix, percebemos que desde sua reconciliação em Llerena bem como a punição tida branda que recebeu na primeira prisão, não fez com que suas convicções e sua fé se alterassem. Uma religiosidade herdada e que resistiu às constantes perseguições. Práticas que se modificaram com o tempo, mas que não deixaram de existir, sendo ressignificadas conforme as demandas de cada geração.

Essas características fazem com que essa religiosidade própria não somente de Félix, mas de sua família e muitos dos cristãos-novos possa ser qualificada como Patrimônio Religioso desses judaizantes. Se transforma ao mesmo tempo que não perde esse fio que liga a crença à

memória da fé dos que já se foram. Ao passo que os ritos vão sendo repetidos e os jejuns realizados, essa religiosidade se renova.

O conceito do Patrimônio Religioso é utilizado justamente para categorizar não somente a materialidade do universo da fé, mas aquilo que verdadeiramente faz com que esses objetos existam é a imaterialidade do processo. Envolve não somente bens, mas as pessoas e suas crenças, fala da ligação dos homens e funciona como uma marca de identidade de um povo.

Rumos e Destinos: Imigração Açoriana para a Amazônia na segunda metade do século XVIII (1748 - 1778)

Larissa Rafaela Pinheiro Alencar
alencar_rafaela@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "História da Família", "Imigração para a Amazônia", Açorianos.

Este trabalho mostrará os resultados parciais de minha pesquisa realizada na graduação, inserida no projeto "População e Epidemia: Dinâmicas Populacionais na Amazônia e a Epidemia de Sarampo no Grão-Pará (1748-1750)". Estudaremos a Imigração Açoriana para o Grão-Pará na metade do século XVIII, tendo o recorte de 1748 a 1778. Os pontos de análise das trajetórias de vida que traçaremos serão investigados a partir de três fontes: lista de açorianos embarcados para o Grão-Pará em 1752 e 1754, devassa da capitania do Grão-Pará em 1764 e Mapas das Famílias do Estado do Grão-Pará do ano de 1778. Para entendermos o processo de chegada e fixação dos açorianos no Grão-Pará entre os anos de 1751-1778.

Travessia Clandestina: Um relato de aventura e espera

Carolina Silva Horta Machado
lina.shm@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "travessia clandestina", Memória, emigração.

Este trabalho consiste na análise de uma entrevista temática, cujo tema são as memórias sobre o processo de travessia por terra do Brasil para os EUA, uma das formas pelas quais se dá a emigração ilegal, de (ex)moradores de Sardoá/MG. Já que essa travessia se baseia na ilegalidade, o risco para os viajantes é imanente, sendo as relações entre emigrantes e coites fundamentadas em confiar no desconhecido. Assim, ao buscar identificar as condições e a forma da travessia clandestina, por meio da memória de quem fez esse trajeto, este estudo tem como objetivo

mapear e analisar as violências físicas e simbólicas às quais os emigrantes se submetem e são submetidas na busca de um “futuro melhor”. A pesquisa se vale da metodologia da História Oral, percebendo o processo migratório como um deslocamento/movimento múltiplo, movendo-se em diferentes sentidos (sociais, culturais, econômicos, etc.). Visando também à valorização da experiência individual e da subjetividade, a história oral possibilita trazer à luz aspectos sociais, históricos e principalmente subjetivos dessa experiência que é por vezes conflituosa e/ou dolorosa. (OSMAN, 2007). A pesquisa conta também com a análise de reportagens jornalísticas sobre o tema, publicadas no período selecionado (2000–2015) e retiradas dos seguintes jornais: Folha de SP, Estadão e Veja. A análise da entrevista já realizada contemplará os diálogos do relato e as representações de emigração identificadas na novela América (Rede Globo, 2005, de Glória Perez), que tratava do tema, pois tinha no enredo o drama da emigração clandestina para os EUA. Podendo ser considerada uma novela de intervenção (HAMBURGER, 2005), a novela América aparece em algumas reportagens jornalísticas, onde se questiona sua influência na emigração clandestina brasileira. As memórias presentes no relato corroboram alguns dados encontrados nos jornais e representações veiculadas na novela, como a dificuldade de obtenção de um visto para os Estados Unidos no período, bem como a hesitação em narrar as lembranças da travessia nos momentos de maiores dificuldades físicas, a longa caminhada pelo deserto e a travessia do Rio Grande. A ansiedade da espera e o espírito aventureiro dão o tom e o sentido das memórias recolhidas sobre a travessia clandestina, assim a ansiedade pela chegada do “momento certo” de cada etapa do processo e a adrenalina, que justifica a ausência de medo, são elementos constantes do relato sobre a travessia clandestina.

Epitáfio: sobre a tumba colonial

Matheus Filipe Alves Madeira Drumond
matheusfamd@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Arte Colonial Brasileira", "História da Historiografia", "teoria da história".

De Araújo Porto-Alegre à Germain Bazin, assistiu-se a uma constituição da história da arte (ou das expressões artísticas) e da arquitetura colonial do Brasil - correntemente denominada luso-brasileira. Em concomitância, ideologias em curso, demandas político-sociais, dentre outras causas, serviram de guia ao processo que se desenrolava, ao mesmo tempo garantindo triunfo de tal empreitada. Dos primeiros relatos historiográficos sobre as artes no Brasil até a produção modernista - especialmente após a criação do SPHAN, quiçá ainda na contemporaneidade - para

uma névoa de confusões: a condição colonial, a subalternidade e todos os demais problemas acarretados pelo "terceiro-mundismo" parecem não ter atingido os enunciantes. Diante da possibilidade da produção de narrativas, alguns dos historiadores que se volveram ao contexto colonial brasileiro se mantiveram em completo alheamento aos problemas de uma história (da arte) realizada na margem, ou tendo como objeto fatos e obras da margem. Portanto, o que se busca com essa reflexão é elucidar os procedimentos de posituação das obras coloniais, assim como a investigação quanto as possíveis estruturas narrativas e ideológicas que guiaram a produção de narrativas sobre a arte e arquitetura colonial brasileira do início do século XIX ao século XX. Entre saltos e abordagens fragmentárias, o que se pretende é perseguir os caminhos historiográficos que constituíram a arte e a arquitetura colonial brasileira. Um estudo, sobretudo, crítico; realizado sob o auspício da Teoria da História, da Filosofia da História e da História da Historiografia. Para além do problema de uma reconstrução científica ou objetiva dos acontecimentos (dos "acontecimentos" imagéticos), ou do problema do verdadeiro e do falso, volvemo-nos ao edifício das palavras que clama atenção aos objetos, faz os olhares se voltarem ao que outrora se manteve obscurecido, ou o que se criara para dar enredo ao passado antes não enunciado, quando não merecedor de atenção. É um problema situado no campo dos discursos, que criam, recriam, esfacelam e recalcam certos problemas em determinadas temporalidades. Sobretudo, trazendo à baila que os objetos do saber nunca se encontram terminados, assim como sua história também não.

História e memória: a trajetória de Mariano Procópio Ferreira Lage e as representações de um "homem semióforo"

Sérgio Augusto Vicente
savhist@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Estrada, Ferreira, Império, Indústria, Lage, Mariano, Procópio, União.

O presente artigo aborda os processos de construção e reabilitação da memória de Mariano Procópio F. Lage (1821-1872) no museu que recebe seu nome na cidade de Juiz de Fora – MG. O objetivo é analisar a representação desse personagem em duas exposições temporárias promovidas pelo Museu Mariano Procópio entre os anos 2013 e 2016, procurando estabelecer uma análise comparativa com os projetos de memória engendrados em outros momentos da história da instituição. Por meio da abordagem específica desse personagem histórico, pretende-

se refletir sobre as relações entre história e memória e seus possíveis usos pelos museus históricos na contemporaneidade.

O caso atípico do sarcófago de Simpelveld

Jaqueline Souza Veloso
jaqueveloso@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Morte, Roma, Sepulcro.

O sarcófago de Simpelveld, analisado na presente comunicação, é conhecido por representar nas paredes internas elementos comuns ao interior de uma casa romana. Ele foi descoberto em 1930 na vila de Simpelveld na província holandesa de Limburgo, no norte da Holanda.

Como peça funerária é um modelo bastante peculiar uma vez que concentra toda a decoração no interior e não no exterior do sepulcro como seria usual na arte funerária romana. Considerando que os monumentos tendiam a ser vistosos porque tencionavam segundo Valerie Hope ser memorizados, o caso de Simpelveld se coloca como uma peculiaridade marcante.

O monumento de Simpelveld pertencia a uma mulher entre 24 e 40 anos e possui indícios de uma tradição indígena perceptível no fato de a falecida ter sido sepultada com um tipo de tesouro, no caso, alguns bens pessoais e joias. Isso contribui para que entendamos que em alguma instância faz-se menção a um tipo de existência no além permeada de elementos da fisicalidade da vida na qual o pós-morte se configuraria como um ambiente similar ao terreno onde as necessidades humanas continuariam permanentes.

Através do estudo das imagens desse túmulo, da análise das tradições sepulcrais romanas e da obra *Rhetorica ad Herennium*, único tratado sobre memória genuinamente romano que se tem notícia essa comunicação tem o intuito de debater algumas perguntas: para quem essa memória seria endereçada? Que tipo de memória ele se empenha em criar e como esse método poderia ser útil—o de representar relevos todos por dentro do túmulo?

O inca e o tempo: Consciência histórica, tempo e narrativa em Felipe Guaman Poman de Ayala (Peru, 1615)

Ruty Souza Alves
rutysouza.alves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Bom Governo.", "Consciência Histórica", Crônica, Narrativa, Tempo.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.
www.ephisufmg.com.br

Este projeto propõe uma reflexão sobre a historiografia indígena por meio da análise da obra *Nueva Corónica y Buen Gobierno*, produzida entre os anos de 1612 e 1615 por Felipe Guaman Poman de Ayala, e endereçada ao Rei Felipe III da Espanha. Nosso trabalho propõe pensar a escrita da História no século XVII por meio de uma narrativa produzida por um indígena.

A obra, escrita em um período pós conquista, evidencia uma forma diferente de se estudar o processo de Conquista e ocupação da América. Isso porque existe uma historiografia bem consolidada que estuda esses mesmos processos por meio de crônicas construídas por europeus. Essa forma de escrita da História proporciona uma visão restrita desse processo histórico, colocando o europeu como agente de maior ênfase, e retirando os indígenas do tempo histórico.

Estas escritas europeus retratam o indígena como um povo sem história ou sem registros, desvinculando o indígena (pela falta do reconhecimento de outro registro que não o alfabético) do conceito de consciência histórica; em outras palavras, retirando suas ações do tempo, retratando-os como descrições etnográficas, quadros atemporais de costumes, logo, incapacitando-os (discursivamente) de se perceberem no tempo.

Compreendemos que a história retratada e trabalhada por uma historiografia baseada apenas em relatos europeus deve ser ampliada, considerando que há outras fontes para a pesquisa deste período. Neste sentido, a pesquisa propõe verificar como um indígena peruano do início do século XVII se valeu da narrativa histórica para legitimar seu passado.

A análise desse material assentará-se também em uma perspectiva diferente. Em primeiro lugar, pelo simples deslocar do foco das crônicas de europeus para um material indígena que põe a si e aos seus no tempo histórico. Em segundo, indo além da dicotomização tradicional, é primordial pensar a fonte para além do discurso de pureza (fonte índia VS fonte europeia) e analisá-la como um construto material feito por alguém que se entende indígena, mas em códigos europeus. O resultado da obra abarca experiências de indígenas tanto antes da chegada dos espanhóis como também do período da Conquista e do posterior domínio do seu território pelos espanhóis. Com isso a investigação da fonte já referida pode evidenciar um indígena agente, ciente de um tempo histórico de matriz europeia, que o utiliza para compor uma crônica que põe seu povo e trajetória individual dentro da história, reconhecendo-se no tempo.

O tempo e a forma da arte: possibilidades da análise temporal sobre a materialidade da obra de arte

Lorena Fonseca Santos Lança
lorennafsgmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "História da Arte", "Teoria e Metodologia da História da arte", Focillon, forma, formalismo.

A presente proposta tem por objetivo considerar as relações entre as categorias de "tempo" e de "forma" apresentados no livro "Vida das Formas" do historiador da arte francês Henri Focillon. A partir dessas categorias seria possível analisar os objetos artísticos (artes visuais) como aqueles, que a começar pela sua própria forma, estão imersos na temporalidade. A obra de arte pertence à história como aquilo que é temporal, contudo, Focillon sinalizou que a arte se situa em uma relação dicotômica com o tempo, pois ela estaria edificada tanto na mobilidade quanto na eternidade. Isto é, a arte estaria suspensa no tempo e simultaneamente sujeita a ele, essa ambiguidade entre tempo e eternidade é explicada pela potencialidade de obras, tal como "Pietà" de Michelangelo, "Impressão, nascer do sol" de Claude Monet, "Les Demoiselles d'Avignon" de Picasso e tantas outras, ultrapassarem a condição histórica que foram produzidas e agradar diferentes expectadores, tornando-se de certo modo transcendente. De fato, a arte também ainda possui sua própria temporalidade, que é possível perceber-la por meio da sua forma; e ainda o objeto artístico não estabelecerá uma relação totalmente causal com os outros acontecimentos históricos. Por conseguinte, do mesmo modo que a obra de arte é temporal e foi criada por algum artista em um determinado momento, ela seria um evento que perpassa as suas condições temporais. A criação artística apenas seria imóvel na sua aparência, por isso, na sua condição de tempo ela é mobilidade, nasceria de uma mudança e prepararia outra. A arte é um objeto que se localiza no espaço, possui duração no tempo; e o movimento dessa duração não seria linear nem seguiria uma ordem sucessiva e determinada. Nesse sentido, o movimento temporal da História da arte buscada pelo autor romperia com o tempo linear e cronológico, pois a sua história das formas não poderia ser representada no decurso de uma linha única e ascendente. Focillon mostra-nos a percepção do tempo na arte como elemento fluido e de duração plástica que implicaria na excelência da temporalidade da forma artística. Nesse sentido, a obra de arte possui uma temporalidade intrínseca, ela se relaciona com o mundo e ainda as suas formas teriam uma capacidade sistemática no ato criador.

Os processos de formação social e histórica dos Museus Brasileiros: uma análise a partir do século XVIII

Thiago Lucas Rodrigues Martins
thiagolucasmartins@yahoo.com.br

Marcus Vinicius Rodrigues Martins
marcusmartins2005@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museus, brasileiros, estudo, museu, público, público.

Este trabalho tem a intenção de analisar o processo de formação histórica dos museus no Brasil a partir século XVIII. Para pensar na dimensão histórica dos museus brasileiros e compreender a relação entre o público e estes ambientes museais, é importante entender como foi estabelecida a ideia dos museus no Brasil e para qual público eles eram inicialmente destinados. A partir deste viés, é possível indagar como os sujeitos das camadas mais escolarizadas, ao longo do tempo, se apropriaram destes espaços. O artigo trabalho se propõe a realizar uma investigação a respeito dos estudos de público nos museus brasileiros, e a importância da construção de uma agenda de pesquisa sobre o tema.

(Re)cantando a cidade: esboços do Recanto das Emas, DF (1992-2016)

Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos
salvejorge@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, História, Memória.

Desde muito antes de se construir Brasília, os problemas da seca e das migrações para grandes centros urbanos eram uma questão inescapável no Brasil. Importantes livros como *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos ou *Morte e Vida Severina* (1955) de João Cabral de Melo Neto são exemplos de como esse tema circulava na literatura em diferentes épocas. Desde o início da República, pelo menos, com a publicação de *Os Sertões* (1902) por Euclides da Cunha, a questão do sertão e dos sertanejos ganha significativa visibilidade no eixo Rio-São Paulo. Secas que produziam milhares de migrantes, Fabianos, Sinhás Vitórias, meninos, Severinos.

Para Laurent Vidal, é justamente no início da República que há um repensar da relação cidade e campo na sociedade brasileira. Para o historiador francês, “a aceleração da urbanização e as secas repetidas no Nordeste, provocando a formação de movimentos migratórios desde os mais afastados campos até as cidades mais modernas, são a tela de fundo dessa reflexão”.

Esses movimentos migratórios deveriam ser redirecionados para o interior. Esse é um dos argumentos a favor da construção da nova capital federal no Planalto Central. No entanto, como explica o próprio Lucio Costa, esse ideal era percebido de formas diferentes e compôs diferentes projetos para a nova capital, diferentes lugares para “essa gente”.

Para James Holston, essa relação de exclusão significará o “paradoxo da utopia” da construção de Brasília. Esse processo inclui a ocupação do Recanto das Emas a partir de 1992. Essa cidade-satélite recebeu muitos desses migrantes nordestinos, seus sonhos, cujas narrativas estão marcadas por aproximações e afastamentos. Nós podemos dar contornos outros aos labirintos da cidade, de modo que consigamos nos perder nela. Para Walter Benjamin, “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução”.

Para Ítalo Calvino, ao tratar da exatidão, uma de suas seis propostas para o novo milênio, “outro símbolo, ainda mais complexo, que me permitiu maiores possibilidades de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas, foi o da cidade”. O autor mostra através do personagem Marco Polo, que “ninguém melhor do que você, sábio Kublai, sabe que não se deve nunca confundir a cidade com o discurso que a descreve. E, no entanto, entre a cidade e o discurso, há uma relação”.

O arquivo e o historiador: reflexões a partir da organização do Acervo Koellreutter

Caroline Marques da Silva
carollmarq@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Acervo Koellreutter.", "pesquisa historiográfica", Arquivo.

Como é de conhecimento, a pesquisa historiográfica possui grandes adversidades, que vão desde o processo de organização do acervo à interpretação de informações e brechas. É importante salientar que esse processo pode direcionar a pesquisa e fragmentar a memória por meio de lacunas e escolhas que inevitavelmente precisam ser feitas pelos organizadores dos arquivos. Esta comunicação propõe uma abordagem que defende um maior contato entre o historiador e o trabalho do arquivista. Os métodos e princípios da Arquivologia exercem uma influência no ofício do historiador e normalmente são pouco abordados nos programas de graduação em História. Por esse motivo, essa comunicação se dedica a discutir a importância de o pesquisador de História conhecer as etapas de organização dos acervos de arquivos.

O aumento do número de centros de memória e documentação nos últimos anos tem favorecido o contato de historiadores com o processo de organização de um acervo. É esse tipo de contato que projetos como o de organização do acervo da Fundação Koellreutter, fornecem. Graduandos e mestrandos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei participam da equipe de organização, e podem assim ser agentes ativos na constituição do acervo. Nesse processo realizam desde a higienização à digitalização do conjunto documental. Ao identificar os documentos e elaborar o arranjo, é possível perceber que esse processo pode interferir na pesquisa, haja vista que esses métodos são portadores de uma considerável carga ideológica.

Revisitando a História: Orizona (GO)

Paulo Henrique Gonzaga Mesquita
paulo-henrique-10@hotmail.com

Wesley Lima de Andrade
wesley.andrade@ifgoiano.edu.br

Vanusa de Castro Canêdo
paulo-henrique-10@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "História Regional", Patrimônio, identidade.

Pretende-se com desta pesquisa promover e discutir a importância do Patrimônio Histórico Regional como expressão de cultura e de identidade. O conhecimento e a valorização do homem contribuem com o despertar da cidadania e com a noção de que expressam a história e a tradição local e regional, por isso, acredita-se que os debates historiográficos têm trazido novos sujeitos e fontes para pesquisa, portanto viabiliza a inserção social da comunidade. Representa ainda um caminho para redescobrir a história. O projeto foi construído a partir de reflexões que pretendem expor o valor identitário do museu como um dos alicerces do desenvolvimento social. Diante da perspectiva da história cultural estamos redescobrimo o local, as manifestações culturais, as tradições e as peculiaridades. Estamos (re)aprendendo a olhar a história como um bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. Por fim, procurar-se-á apresentar o relato de experiência em Educação Patrimonial na cidade de Orizona (GO), procurando despertar os alunos das escolas locais para a importância do conhecimento da História Local, fazendo-os perceber a importância

da História para a sua construção identitária, promovendo um debate identitário e de pertencimento local.

Crise de Sigilmassa no Marrocos, segundo o aponte de cronistas

Hugo Clemente Palmier
hugoztclemente@terra.com.br

PALAVRAS-CHAVE: "Crise cidadina", Sigilmassa.

Introdução:

Sigilmassa foi uma cidade medieval, localizada no oásis de Talifalt. Enquanto empório comercial, a cidade adquiriu importância por ser o único caminho que as caravanas saídas do Sahel tomavam para o Mediterrâneo. Quando o viajante Ibn Battuta visitou a cidade, embora tenha perdido parte de sua influência, ainda era um grande centro comercial. Entretanto, um século depois, o outro cronista Leo Africanus relatou que a cidade, outrora poderosa, encontrava-se em ruínas. Esta pesquisa busca compreender o que gerou a crise de Sigilmassa enquanto cidade.

Objetivos:

Compreender a queda da cidade na sociedade medieval marroquina enquanto estrutura de comércio

Estudar o convívio da sociedade nômade com a da cidade muçulmana do deserto

Buscar evidências dos antecedentes da crise nas crônicas

Fontes:

Rihla de Ibn Battuta

História da África, de Leo Africanus

Metodologia:

Análise de crônicas medievais

Pesquisas geográficas da região

Relatos orais

Conclusões:

A cidade de Sigilmassa, segundo os relatos orais, parece ter sido controlada em seus últimos dias pela figura de um "sultão negro", que teria muralhado a cidade para manter seus habitantes confinados, enquanto o relato de Leo Africanus aponta para uma dispersão gradual dos habitantes conforme o comércio de ouro entrou em decadência.

Narrativas Míticas e Linhagens: quando a nobreza se define por um passado de prestígio

Neila Matias de Souza
medievalneila@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Narrativa Mítica", Linhagem, Nobreza.

Uma das peculiaridades do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos é exatamente o fato de ele não ser exclusivamente uma genealogia. Essa característica por si só faz dessa espécie de crônica da memória nobre medievá de Portugal uma das fontes mais ricas e interessantes no que diz respeito ao conhecimento da aristocracia. O livro contém narrativas diversas de cunho variado, desde narrativas históricas, passando por anedotas, até narrativas de fundo mítico. Estas últimas revelam-se de fundamental importância para compreender as estratégias e recursos utilizados pela nobreza para atingir o poder ou mesmo sobreviver a ele.

O efeito da guerra da Bósnia no ensino de história no país

Julia Boechat Machado
juliaboecatmachado@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Bosnia, Ensino, Historia, guerra.

O trabalho visa a discutir brevemente os efeitos da Guerra da Bósnia (92-95) sobre o Ensino de História no País. Depois do conflito, tido como o último genocídio a acontecer na Europa, o país foi dividido em duas entidades: a Republika Srpska, onde a maioria dos habitantes se identifica com a etnia sérvia, e a Federação da Bósnia, onde a maioria dos habitantes se identifica com as etnias bosniak e croata. Essa divisão foi pensada na época como temporária, mas ainda persiste. Igualmente, persistem os efeitos que ela teve no sistema educacional do país.

Na época, a elaboração do currículo escolar foi colocada a cargo de cada um dos dez cantões do país. O currículo das escolas é diferente em línguas, história, geografia e artes dependendo da etnia mais comum em cada cantão. Assim, crianças de etnia bosniak estudam pelo currículo feito pelo governo da Bósnia em Sarajevo, enquanto as crianças croatas estudam o

currículo da Croácia, com livros públicos em Zagreb, e as crianças sérvias estudam o currículo da Sérvia, com livros publicados em Belgrado. Na Herzegovina, existem as chamadas "Duas escolas sob um mesmo teto", em que crianças de etnias diferentes estudam no mesmo prédio, mas em horários diferentes ou salas de aula separadas. A última guerra não é parte do currículo de história de nenhuma das etnias, mas outros eventos importantes da história da Bósnia, como a ocupação do território pelos otomanos e o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, são estudados de forma radicalmente diferente.

O uso contínuo desse sistema, que ainda prevalece em algumas regiões do país, é criticado por organizações internacionais e classificado como inconstitucional e discriminatório segundo juristas bósnios. No entanto, tentativas de reintegração encontram grande resistência.

Pretendemos mostrar alguns exemplos tirados de livros didáticos, além de fazer uma história e uma discussão dessas práticas.

“Repita depois de mim”: exercícios lingüísticos para produção de histórias.

Vivian Palma Braga dos Santos
vivianpbs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Arte Contemporânea", "Guerra do Iraque", Colonialismo, História, Palavras.

Nota-se, no cenário artístico contemporâneo, uma maior aproximação das artes visuais para com o campo da história. Tal acercamento, que envolve desde um compartilhamento de temas, materiais, estruturas e procedimentos, permite sugerir uma potência das artes visuais em “produzir histórias”, valendo-se, certamente, de uma distância em relação ao caráter científico dessa disciplina para problematizar alguns de seus limites.

Tendo em mente essa discussão, a presente comunicação propõe uma reflexão sobre o uso da palavra na construção de narrativas históricas nas artes visuais, tendo como objeto de análise os trabalhos *Common Vocabulary* (2006), de Adel Abidin, e *Làk-kat 3.0* (2016), de Anri Sala. No primeiro, uma menina iraquiana de aproximadamente sete anos, repete em árabe as palavras ditas por uma voz masculina, da qual a representação imagética não é dada. Os vocábulos devem ser corretamente pronunciados. A cada falha na sonoridade, a voz sem rosto insiste na pronúncia de termos como genocídio, massacre, Saddam, governo, Bush,

corrupção, militar, dentre outras. Já no segundo, são três garotos negros, ocupando cada um uma tela de projeção, que repetem outras palavras, desta vez em uólofe, ditas também por uma voz masculina ausente das imagens. Os vocábulos fazem referência a termos de escuridão e claridade. Rapidamente, eles passam então a conotar tons de pele e diferentes termos para referir-se ao estrangeiro. Cada palavra, na eminência de sua pronúncia, é traduzida em três variações do idioma português (Brasileira, Angolana, Portuguesa).

Apesar das diferenças de contextos históricos específicos invocados em cada trabalho, nota-se em ambos o uso condutor da palavra como composição de uma narrativa. No entanto, o manejo distinto. A forma familiar da linearidade que conduziria a história coerente é substituída por exercícios de repetição. O que pode parecer uma quebra da linguagem tradicional da narrativa é operada de modo a sublinhar outros elementos de construção de consciência histórica. As palavras são conduzidas por uma “autoridade” que instruir por meio de um modelo a ser copiado. Os exercícios são ritmados pelo espaço de tempo vazio entres todos os vocábulos. Também são simplificados: sem conectores para a formação de frases completas, há um reducionismo da linguagem. Tem-se aí formada uma metodologia de aprendizado. Porém, nessa dinâmica pedagógica ambos artistas sugerem narrativas que questionam justamente o modelo por eles reiterado.

Amor, casamento e adultério na literatura cavaleiresca: Uma análise do Tristão e Isolda de Joseph Bédier

Maria Clara Lima Santana
mariaclarasacra@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Idade, Isolda, Literatura, Média, Tristão.

O estudo da literatura medieval permite que os historiadores tenham uma compreensão perspicaz sobre as formas de organização da sociedade feudal. Através das representações é possível remontar e criar hipóteses sobre a cultura na Idade Média. O século XII apresenta mudanças na mentalidade do homem medieval, oferecendo uma grande variedade na produção cultural. Os romances de cavalaria foram feitos para serem declamados, e possuíam a função de ensinar no século XII. Deste modo, favorecemos a análise do documento O Romance de Tristão e Isolda de Joseph Bédier (1999) para compreendermos as representações do amor, casamento e adultério. A narrativa de Bédier nos oferece aspectos da organização das relações afetivas entre

um homem e uma mulher, diferente das convicções morais cristãs apresentadas pela historiografia.

A produção literária era escrita por homens. O Romance de Tristão e Isolda e sua tradição oral também provinham de homens e eram destinados ao público masculino. O romance de Tristão e Isolda resistiu ao desgaste do tempo, no século XII era aclamado oralmente às cortes aristocráticas, lido em voz alta, de forma a expressar de maneira mais simples as palavras, pois eram poucos os que sabiam ler. A reprodução dos romances de cavalaria consistia na declamação pública. Os intelectuais clérigos e trovadores, por meio das representações da experiência cotidiana, procuravam nas literaturas de divertimentos, elementos que oferecessem uma lição moral. Utilizavam-se de um conjunto de interpretações de personagens e visões exemplares para expressar como a sociedade deveria ser. De forma a reconstituir um sistema de valores, por meio dos versos pronunciados, tornava-se acessível à compreensão e o reconhecimento do lugar em que os homens e as mulheres deveriam ocupar. O objetivo da pesquisa consiste em investigar os tipos de relações conjugais apresentadas no romance de Tristão e Isolda, a fim de responder se os valores apresentados na obra condiziam com os valores cristãos do século XII, ou se o seu intuito era ensinar novos valores.

O ecletismo arquitetônico turco-islâmico: o planejamento do palácio Topkapi na perspectiva de uma construção identitária em Constantinopla (1459-1500)

Thaina Morais Avelino Maia
t_haina_morais@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Urbana, arquitetura, da, turco-otomana.

O presente trabalho consiste em analisar o uso arquitetônico, no que se refere ao império turco-otomano para a compreensão dos mecanismos de intencionalidade política na construção de uma referência cosmopolita em Constantinopla. Essa cidade vai passar por diversas transformações arquitetônicas que podem ser percebidas no planejamento do palácio Topkapi, no século XV, em específico os pavilhões que trazem elementos turcos-islâmicos, persas, renascentistas demonstrando esse ecletismo arquitetônico na tentativa de construção da identidade no império de Mehmed II, Sultão do Império turco-otomano. O ecletismo arquitetônico turco-islâmico foi uma característica singular do império turco-otomano, principalmente, com o anexo da cidade de Constantinopla - símbolo da civilização bizantina e romana - e a transferência da

capital do império para essa cidade. É perceptível que houve várias mudanças na transferência do poder na região que pertencia ao império Bizantino e as mais notáveis foram projetadas na cidade capital de Constantinopla, centro de atividades comerciais, estratégicas e políticas com a sua diversidade cultural comportando diversos povos. Mas, tomei como análise a construção do palácio Topkapi que pode ser usado como referência desses aspectos arquitetônicos. Então, por que um palácio pode ser símbolo dessa mudança? Por que houve a intencionalidade de se fazer uma construção que acarretasse diversas culturas? Como isso influenciou na implantação de uma identidade imperial? o Palácio Topkapi foi um dos sucedidos resultados dessa tentativa de fusão cultural, que pretendia a heterogenia das tradições visuais de característica cosmopolita, com elementos diversificados no seu planejamento, representando uma identidade que vai ser transmitida em outros projetos arquitetônicos na cidade de Constantinopla. Então, o ecletismo arquitetônico tem por trás um objetivo mais profundo de simbolização do Império, sobre uma civilização que ficou com o poder do Oriente Islâmico por quase meio século da história.

Siete Partidas: a legislação afonsina e a presença judaica em Castela (séc. XIII)

Ludmila Noeme Santos Portela
ludmilaportela@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: "Afonso X", "Siete Partidas", Castela, Judeus.

Afonso X reinou sob Castela e Leão entre 1252 e 1284, período final da Reconquista Ibérica. Autor de um vasto corpus literário, científico e legislativo, destaca-se na produção afonsina o tratamento jurídico dado às comunidades judaicas, bastante expressivas no reino tanto do ponto de vista populacional quanto na importância econômica de suas atividades comerciais e usurárias. O Fuero Real e as Siete Partidas, compilações legislativas elaboradas sob tutela do rei, foram promulgadas com o objetivo de unificar as leis castelhanas, em substituição aos foros locais. Em um contexto de conflito entre cristãos e as minorias do reino, em especial os judeus, as Siete Partidas possuem um forte caráter doutrinário e leis antijudaicas que, se por um lado garantiam privilégios como proteção às sinagogas e julgamentos presididos por magistrados judeus em caso de pleitos não mistos, por outro visavam segregar as comunidades judaicas coibindo-se o livre trânsito fora de seus bairros e proibindo-se o proselitismo. O conteúdo das Siete Partidas refletiu as proposições de um discurso antijudaico influenciado pelo legado católico visigodo e pelos Cânones do IV Concílio de Latrão (1215). O documento funcionou como um instrumento de estigmatização dos judeus enquanto pecadores, impuros e perigosos, ao mesmo

tempo em que buscava garantir a proteção dos bens desta comunidade que destacava-se nos negócios, atuando inclusive como prestamistas da coroa e de seus aliados.

A narrativa plástica dos Mistérios do Rosário e o discurso teológico da Igreja Católica: a iconografia da pintura de forro da nave da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de São José del-Rei (c. 1820)

Luciana Braga Giovannini
aolibama.art@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pintura, evangelização, iconografia, iconologia, irmandades.

A presente comunicação tem o objetivo de apresentar a análise iconológica da pintura de forro da nave da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São José del-Rei, localizada na atual cidade de Tiradentes, MG. A obra é atribuída a Manoel Victor de Jesus (c. 1760-1828), membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes. A data provável da sua execução é o primeiro quartel do séc. XIX (c.1820).

O programa iconográfico foi elaborado a partir de um desenho em espiral, uma pintura narrativa que relata determinadas passagens da vida de Cristo e Maria: Vida, Paixão e Glória. Os episódios sacros referentes aos mistérios do rosário são historiados e correspondem a uma “representação plástica das histórias sagradas”. A iconografia da nave complementa o projeto proposto pelo repertório de imagens da capela-mor da mesma igreja que apresenta o rosário e a sua oração e meditação como o caminho para a Salvação. O Santo Rosário é uma prática popular de devoção mariana aplicada como instrumento de evangelização e conversão dos fiéis à fé católica.

A iconografia da nave exprime a relação entre a pintura com um projeto, de cunho teológico, que visa à evangelização, a conversão e a sugestão de uma conduta de vida aos irmãos do rosário – os receptores da obra de arte. Os comitentes, com a provável colaboração do artista, elaboraram o projeto iconográfico baseado em diversas fontes literárias, entre elas, a Bíblia, os Evangelhos Apócrifos, A Legenda Áurea, a Letania Lauretana e os Sermões do P. Antônio Vieira.

A respeito das referências gráficas, as pinturas da nave, possivelmente, foram elaboradas a partir da interpretação das fontes presentes nos impressos europeus que circulavam em Minas Gerais no período colonial, especialmente os Missais e as gravuras avulsas. A pintura caracteriza-

se pela coexistência de diversos estilos, na medida em que a interpretação das estampas europeias, provenientes de várias localidades, possibilitou este amálgama estilístico.

Instituto Marista: 200 anos de legado do irmão Marcelino Champagnat

Bruno Roque Younes

bruno.younes@colegiosmaristas.com.br

PALAVRAS-CHAVE: História, Instituto, Marista, Memória.

Nesta comunicação pretendemos partilhar a trajetória do Instituto Marista que no ano de 2017 está completando o seu bicentenário. São 200 anos de história e memória vivenciadas por irmãos, professores, colaboradores, pais e alunos. Ao fundar o instituto em 1817, o Pe. Marcelino Champagnat tinha como principal objetivo se dedicar à educação de crianças e jovens com a missão declarada: “Formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”.

Marcelino Champagnat, nasceu no dia 20 de maio de 1789, na cidade de Marlihes, interior da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799), onde, a educação era manipulada pelo Estado francês e somente os filhos da nobreza e realeza poderiam desfrutar da educação. A sociedade que Champagnat nasceu era caracterizada por ser uma região pobre, religiosa e sem instrução. Segundo a biografia: “Vida de José Bento Marcelino Champagnat”, escrita pelo irmão João Batista (1989), diz que, “Deus permitiu que Marcelino nascesse neste meio, para que assim ele pudesse conhecer e ter a experiência, dessa forma, o seu trabalho fosse feito em cima da necessidade de aliviar aqueles que estavam sofrendo, e prepará-los para serem bons mestres”.

Dessa forma, a identidade do Instituto Marista sofreu rupturas e permanências através de sua história, no entanto, a memória Marista foi preservada nas práticas educacionais e sociais. Para Senos (1997) a identidade social é o reconhecimento ou consciência de um indivíduo de pertença a um grupo social agregado a uma significação emocional e valorativa. Já Lopes (2001) diz que o ser social é um mosaico de diferentes meios de possibilidades de atuação social, portanto, o que configura a identidade social é um conjunto de elementos em um grupo social. A principal indagação deste trabalho é: Como o Instituto Marista fez para preservar sua história através da história?

Neste artigo, nos propomos a investigar como se deu a preservação de diferentes períodos históricos da memória Marista através da metodologia da história cultural, já que ela

possibilita entender como o processo histórico influencia as diferentes visões que uma sociedade apresenta de si mesma.

Longe de suas esposas, mas ainda em família: famílias plurais e mestiçagens na Sabará setecentista

Igor Bruno Cavalcante dos Santos
igor366santos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Família, adúltero, concubinato, mestiçagens, plurais.

O presente trabalho tem por objetivo contribuir com a historiografia brasileira no tocante às variadas possibilidades de se constituir família nas Minas colonial no transcurso da centúria setecentista. Revisitando a historiografia clássica e recente que trata do concubinato, propõe uma outra maneira de se pensar essa prática, especialmente nos casos adúlteros. Nesse sentido, busca fazer um paralelo com as dinâmicas internas vivenciadas no espaço colonial, o que abarca o intenso e complexo processo das mestiçagens vivenciadas na América portuguesa. Por meio das devassas e de cartas de licenças, o trabalho busca relacionar as necessidades e os interesses múltiplos que estiveram por detrás de inúmeras relações, não sacramentadas pela Igreja Católica, estabelecidas entre indivíduos casados com outros, casados ou não, de "qualidades" e "condições" distintas das suas.

Ativismos institucional, as artes visuais e a redemocratização brasileira

Fabricia Cabral de Lira Jordão
fcljordao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Artes visuais", "anos 80", "ativismo institucional", Funarte, redemocratização.

Durante a redemocratização brasileira (1974-1989) é instaurado um novo ciclo político e com ele um novo tipo de interação Estado-Sociedade. Em consonância com essas transformações, propõe-se, ocorreu uma requalificação do fazer político como parte de uma nova agenda para as artes visuais. Esse processo foi acompanhado por uma transformação no papel social e político do artista visual. O engajamento e a resistência, no sentido estrito do termo, cedem lugar para o ativismo institucional, interferência concreta nas políticas de Estado e de suas instituições. A partir dessa perspectiva abre-se a possibilidade de se pensar o artista para além da

chave ‘opositor’, noção que tem contribuído para caracterização da redemocratização como um período de despolitização do meio das artes visuais. Ao contrário desse entendimento, propõe-se que por meio da inserção de diversos artistas nos aparelhos de Estado foi instituída uma tecnocracia artística radical. A qual buscou formas de resistência no Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP), principal órgão da política cultural do regime militar durante a redemocratização. Ao converter a arte contemporânea em foco das políticas implementadas pelo INAP, essa tecnocracia artística radical conseguiu, a um só tempo, implementar uma política comprometida com as transformações e reivindicações do meio das artes visuais, desvencilhar as artes visuais e suas políticas da visão nacional-desenvolvimentista do regime militar – já que essa não produzia uma imagem/narrativa vinculada a uma ideia de nacionalidade – e do programa estético do Partido Comunista Brasileiro, já que não tematizava as tradicionais categorias povo, nação, revolução. Desse modo, essa experiência institucional, levada a cabo por diversos artistas durante a redemocratização, tanto remodelou as políticas de Estado como conseguiu estabelecer uma institucionalidade efetivamente participativa no órgão responsável pela execução nacional da política cultural do regime militar, demonstrando, de maneira radical, a compatibilidade entre a arte e o ativismo político.

Do projeto à exposição: o percurso criativo como forma de aprendizagem

Caroline Weiberg

caroline_weiberg@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: "Arte Contemporânea", Aprendizagem, Exposição.

O objetivo deste trabalho é relatar um procedimento adotado nas aulas de artes, problematizando suas etapas ao tentar relacioná-lo com a arte contemporânea. Para isso, busca-se utilizar o próprio modo de funcionamento da arte contemporânea aliada ao percurso percorrido por artistas para propor uma forma de aprendizagem em arte a partir da criação de uma obra.

Nos componentes curriculares Artes 1 e Artes 2 de um curso técnico integrado, propõe-se que os estudantes utilizem os modos de operar da arte contemporânea para desenvolver suas aprendizagens em arte. Permeado por leituras, seminários, exercícios práticos e teóricos, há a solicitação de criação de um trabalho plástico que é apresentado em uma exposição coletiva. Como exemplo, tomou-se a exposição (In)certezas, realizada no final de 2016 no câmpus da instituição, pela sexta fase do curso (correspondente ao terceiro ano do ensino médio).

O que é entendido como percurso criativo, inicia-se com a proposta de trabalho e é finalizado com a exposição. Entende-se que este fim é um fim provisório, momentâneo. Ele atua como o fechamento de um pequeno ciclo, mas pode tornar-se o ponto de partida para novas criações e reflexões. A proposta de criação das obras realizadas pela turma foi a realização de instalações, refletindo a primeira aproximação entre a arte contemporânea e o ensino de arte, feita por meio da modalidade escolhida.

Para desenvolvimento da proposta, os estudantes lançam as ideias, conversam com seus pares, são orientados, realizam um projeto, constroem a obra, organizam a exposição, produzem o convite, o texto de abertura, realizam a montagem, a desmontagem e fazem os registros. Eles também fazem a escrita de um texto poético reflexivo sobre seu percurso criativo. Sendo a arte contemporânea um campo controverso, um sistema aberto, instável, não canônico, a falta de um conjunto de regras ou princípios que definem padrões de leitura, apreciação e julgamento das obras deixa o sujeito que se defronta/confronta/encontra com arte contemporânea sem certezas onde se apegar. Utilizar a incerteza da arte contemporânea como ponto de partida pedagógico é investir na criação como possibilidade de construção de sentido e conhecimento, por meio de vivências artísticas incorporadas do campo artístico.

Livros de Psicologia recomendados para a formação de professores na reforma educacional Francisco Campos-Mário Casassanta (1927)

Luã Augusto da Silva Lança
Luã Augusto da Silva Lança

PALAVRAS-CHAVE: "História da Ciência", "História da Educação", "História da Psicologia", "Psicologia Educacional".

O objetivo desta pesquisa é analisar o conjunto de livros indicador na reforma educacional conhecida como Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta em Minas Gerais no ano de 1927, para a formação de professores na disciplina de Psicologia. Por meio desta análise pretende-se identificar quais eram os livros de Psicologia indicados pela lei da reforma para a formação de professores nas escolas normais; analisar por meio dos livros que saberes de Psicologia são propostos para a formação dos professores; compreender como o Estado mineiro adotou os livros e seus saberes psicológicos como uma estratégia indispensável para a formação de professores no âmbito da Reforma.

Utiliza-se como fontes o texto do decreto/lei nº 8225 de 1928 que orienta os programas de ensino do curso normal no Estado mineiro, elaborado a partir da reforma educacional de 1927. O decreto lista os livros a serem adotados nas disciplinas do curso, entre elas a de Psicologia. Esses livros completarão o conjunto principal de fontes.

Como suporte teórico para a realização da análise, utiliza-se os conceitos de "estratégia" de Michel de Certeau e de "coletivo de pensamento" e "estilo de pensamento" de Ludwik Fleck. As discussões destes teóricos auxiliam a compreender a seleção das obras indicadas pela reforma, quais eram os grupos envolvidos na escolha desses livros e os diálogos estabelecidos entre os campos da Psicologia e da Educação; estruturando assim a análise documental.

Estudar os livros de Psicologia indicados para a formação de professores no contexto da reforma Francisco Campos em Minas Gerais (1927) é importante, pois a segunda década do século XX conta com uma interessante produção de livros voltados para a formação docente em um momento em que a Psicologia será apontada como uma das principais ciências para o campo educacional.

A História do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1946- 1967)

Ana Luiza Dias de Faria
analuzaf555@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "A história do Serviço Social", "Moralização da Igreja Católica", "Movimento de Reconceituação", "Questão social brasileira.", "Serviço Social integrada à Universidade", "Serviço Social".

O Serviço Social nascido na Inglaterra em plena Revolução Industrial encontrou em cada nação um contexto social diverso, nele o Serviço Social adequou-se e se consolidou no meio social conquistando credibilidade e legitimidade. No Brasil, a inserção do serviço de assistência se deu por diversos fatores sociais e políticos que em conjunto com a Igreja Católica convergiram seus interesses. No entanto, a Igreja Católica preocupada com a Questão Social brasileira instalou centros de estudo do Serviço Social que debatiam o seu contexto, sendo destaque nas discussões as condições dos operários. Deu-se início a criação de escolas de Serviço Social visando divulgar a profissão e qualificar tecnicamente os agentes sociais. Surgem várias escolas, uma delas se destacou por criar um método de estudo(Método de BH) influenciada pelo Movimento de Reconceituação da profissão (1965). A pesquisa mostra então, a trajetória da Escola em três

momentos; a sua fundação e desenvolvimento, a integração à Universidade Católica de Minas Gerais e a ocasião do Seminário de Araxá (1967).

Alguns apontamentos históricos sobre o povoado de São José do Triunfo, MG

Paulo Cesar da Costa Pinheiro
pinheiro@demec.ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: "História Oral", "São José do Triunfo", Culinária, Cultura, Escravidão.

São José do Triunfo, também conhecido por "Fundão", é um dos distritos do município de Viçosa MG, situado a cerca de 8 km do centro. Sua origem está na doação de uma área de 2,5 alqueires que Bento Lopes fez ao Santo São José em meados do Século XIX. Com o fim da escravidão, os escravos libertos que saíam das fazendas da região, procuravam um lugar para se estabelecer. As terras do patrimônio, já existente na época, constituíam um destino fácil e perto de Viçosa, onde eles podiam se estabelecer. Os despossuídos que ali chegavam solicitavam ao padre um lote que era demarcado e cedido gratuitamente. Aos poucos o patrimônio foi aos se transformando no povoado de São José do Triunfo. São José do Triunfo se tornou um local de fixação de ex-escravos, e onde ainda se constata a persistência histórica da cultura do tempo da escravidão: alimentação, ritos religiosos, vocabulário, costumes. Este trabalho apresenta um levantamento preliminar da história e cultura (culinária, festas religiosas, vocabulário, saúde, educação) deste povoado.

O Coronel Francisco Pinto de Assis Resende e sua trajetória

João Carlos Resende
jcrsde@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "História econômica", "Primeira República", Coronelismo, Império.

O Distrito da Lage, lugar de morada do Cel. Francisco Pinto de Assis Resende, atual Resende Costa/MG, fora ocupado em meados do séc. XVIII não para atividades mineradoras, já que não havia ouro a explorar. As fazendas foram as responsáveis pelas primeiras paisagens. Os fazendeiros se dedicaram a vida agrícola e pastoril no movimento de expansão das áreas de produção de alimentos voltadas para o abastecimento, inicialmente, das zonas mineradoras. O lugar foi fundamental para o comércio intra-regional.

A partir da ocupação agrícola na segunda metade do século XVIII a diversificação econômica marcou as atividades de produção no distrito, que ganharam impulso com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro em 1808. Nesse sistema agrário é imprescindível destacar que os grandes fazendeiros buscavam se firmar no poderio econômico, conquistar e reproduzir status social e aumentar sua influência.

Dentro deste contexto buscamos entender o Cel. Assis Resende, nascido em 1831 e falecido em 1905. Sua trajetória se desenvolveu na segunda metade do Oitocentos, período marcado por profundas mudanças na sociedade brasileira. Descendia de uma família de prestígio no lugar. A sociedade imperial ainda estava arraigada em uma lógica na qual o berço imprimia fortemente certo status. Mesmo a República não conseguiu acabar com isto de uma vez.

A influência deste fazendeiro não devia ser pequena. Alguns fatos da vida do lugar ajudam a atestar a afirmação. Segundo o relato de alguns memorialistas foi um grande benfeitor da população pobre local. Envolvido na vida política parece ter pagado caro para a manutenção de seu prestígio, que não era pouco (O primeiro prefeito do município emancipado em 1912, por exemplo, foi seu filho mais velho).

Por ocasião da morte do pai em 1842 recebeu o equivalente a 3:126\$526, assim como seu irmão, o Tenente Coronel Geraldo Pinto de Rezende. Em 1878 faleceu a mãe. A herança foi de 670\$465 para cada um. O curioso é que enquanto Geraldo deixou um monte mor considerável ao morrer em 1907 (135:338\$315), Francisco não teve a mesma sorte (4:354\$750 e dívidas a pagar, que correspondiam a 61,66% desse valor).

Consultando fontes como os relatos de alguns memorialistas, os inventários de familiares, a contabilidade do Tenente Geraldo e os Registros de Escrituras de compra/venda do Cartório de Ofício do segundo tabelionato de notas de Resende Costa procuraremos compreender qual a razão da decadência financeira de Assis Resende.

Um rio no tempo: os discursos sobre o rio Jacaré no Jornal Gazeta de Minas de 1956 a 2016

Ana Paula Santos Rodrigues
anapsrodrigues1@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: "Meio ambiente", "rio Jacaré", discursos.

O rio Jacaré surge da junção entre o córrego do Tatu que se inicia na cidade de São Tiago e o córrego do Marimbondo, que nasce no distrito de Oliveira chamado Morro do Ferro. Localizado no centro-oeste mineiro, na região conhecida como campo das vertentes, o Jacaré é parte de duas bacias hidrográficas- a do Rio Grande e a do Rio São Francisco- possui cerca de 152 km de extensão e banha sete municípios. Suas águas movem as hidrelétricas do Jacaré, Anil e Furnas, são utilizadas por inúmeros agricultores ao longo de seu curso e servem ao abastecimento das cidades por onde passa.

Apesar de sua grande importância, o Jacaré é um dos rios mais assoreados de Minas, corre o risco de desaparecimento e tem algumas de suas lagoas já extintas. Ao longo do tempo o rio foi vítima- e continua sendo- de ações diversas, como atuação de dragas de areia de maneira irregular em seu leito, retirada quase total de sua mata ciliar, despejo de esgoto das cidades por onde passa, lixo, entre outros fatores de degradação, como o projeto Pró-Várzeas, de 1979, levado a cabo pelo governo de Minas Gerais para tornar suas margens cultiváveis, que retirou suas curvas e propiciou seu assoreamento.

Atualmente, já existem algumas ações e movimentos sociais em defesa do rio, mas os resultados ainda são irrisórios. Como a degradação se dá através de causas múltiplas e pequenos processos que se conectam, é difícil para os ativistas sustentar denúncias; além disso, muitos acreditam que sua agonia se deva a causas naturais ou longínquas temporalmente, o que advém da falta de informações produzidas sobre o rio. Ao longo do tempo, os discursos sobre o Jacaré se modificaram, porém, é preciso discutir qual o sentido dessas mudanças e quais seus impactos nas relações estabelecidas com o rio.

Dado este contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as mudanças discursivas em relação ao Jacaré na cidade de Oliveira-MG, propiciando uma abordagem histórica dos problemas socioambientais relacionados ao curso d'água. Para tanto, serão levados em conta os discursos sobre o rio publicados no Jornal Gazeta de Minas nos anos de 1956, 1966, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2016. Pretende-se, através desta análise, observar as mudanças em relação ao entendimento do Meio Ambiente e ao rio Jacaré ao longo do tempo, buscando as conexões desta mudança com os eventos históricos e transformações discursivas ocorridas tanto localmente quanto em escala global.